Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Religião, cultura e poder

ISSN: 2236-9228

25 a 28 de setembro de 2018
Local: UEMA, Prédio da História, Centro Histórico, São Luís.

Realização

NEMO XIX
Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista

PPGHIST

Apoio

PPGHis|UFMA

FAPEMA
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

ORGANIZADORES

MARCELO CHECHE GALVES

ÍTALO DOMINGOS SANTIROCCHI

MÁRIO AUGUSTO CARVALHO BEZERRA

ANAIS DO V SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA: RELIGIÃO, CULTURA E PODER

ISSN: 2236-9228

São Luís – MA

2019

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO)

COMITÊ ORGANIZADOR

Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (UEMA)

Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe (UFPI)

Dr. Fabio Henrique Monteiro Silva (UEMA)

Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (UFMA)

Dr. José Henrique de Paula Borralho (UEMA)

Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA)

Dra. Monica Piccolo Chaves (UEMA)

Dra. Regina Helena Martins de Faria (UFMA)

Dr. Roni César Andrade de Araújo (UFMA)

Dra. Wilma Peres Costa (UNIFESP)

Dr. Yuri Michael Pereira Costa (UEMA)

SECRETARIA DO EVENTO

Mário Augusto Carvalho Bezerra

EDITORAÇÃO

Mário Augusto Carvalho Bezerra

ORGANIZAÇÃO DESTE VOLUME

Ítalo Domingos Santirocchi

Marcelo Cheche Galves

Mário Augusto Carvalho Bezerra

V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: religião, cultura e poder (5.:2018: São Luís, MA).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Religião, cultura e poder / Organizadores, Marcelo Cheche Galves, Ítalo Domingos Santirocchi, Mário Augusto Carvalho Bezerra. – São Luís: Editora UEMA, 2019.

Internet

429 p.

ISSN: 2236-9228

1.História. 2.Brasil. 3.Maranhão. 4.Império. I. Galves, Marcelo Cheche. II. Santirocchi, Ítalo Domingos. III. Bezerra, Mário Augusto Carvalho. IV.Título.

EDITORA UEMA

SUMÁRIO

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL NO PIAUÍ: ELITE REGIONAL E POLÍTICA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....8
Francisco de Assis Oliveira Silva

A EXPANSÃO DA CONQUISTA E OCUPAÇÃO NOS SERTÕES DO MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII) 21
Samir Lola Roland

A FARDA DO SOLDADO: SINÔNIMO DE PODER, VIOLÊNCIA E ABRIGO.....37
Polliana Borba

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO LATIFÚNDIO NO SERTÃO DE GRAJAÚ-MA: DISPUTAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO FINAL DO SÉCULO XIX.....49
Layla Adriana Teixeira Vieira

A IMPONÊNCIA ARQUITETÔNICA DA CIDADE DE CAXIAS MARANHÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX: UMA RELAÇÃO DE PODER ENTRE AS CLASSES SOCIAIS.....64
Elizete Santos

A IMPRENSA COMERCIAL NA BAHIA OITOCENTISTA (1830-1870): NOTAS SOBRE RELAÇÕES TECIDAS ENTRE MARAÚ E SALVADOR.....76
Julian de Souza da Mota

A IMPRENSA NO PÓS-ABOLIÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO ABOLICIONISTA E AS AUTORIDADES POLÍTICAS DO MARANHÃO E BAHIA (1887-1889) 87
Ana Alice Araújo Cantanhede

“AO PRESIDENTE E SEU CONSELHO”: REPRESENTAÇÕES, ANTILUSITANISMO E POLÍTICA NO MARANHÃO PELAS ATAS DO CONSELHO PRESIDIAL (1831-1832).....99
Raissa Gabrielle Vieira Cirino

AS DROGAS DO SERTÃO: A EXPLORAÇÃO DA QUINA PELA VIAGEM DE VICENTE JORGE DIAS CABRAL (1800-1803).....111
Samara de Almeida Ramos

AS IDEIAS POLÍTICAS DE VARNHAGEN NO MEMORIAL ORGÂNICO (1849-1850-1851).....125
Ana Priscila de Sousa Sá

CEMITÉRIO SÃO JOSÉ: ARTE, FÉ E IDEAIS MÉDICO-HIGIENISTAS NA TERESINA DO SÉCULO XIX.....140
Mariana Antão de Carvalho Rosa

CONCEPÇÃO DA IMAGEM DO "BELLO SEXO" NO PERIÓDICO *O JARDIM DAS MARANHENSES* 155
Natália Lopes de Souza

DOM JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA NUMA IGREJA DO SACRIFÍCIO: ULTRAMONTANISMO PIAUIENSE E OS EMBATES DO TEMPO / 1906 – 1912 .. 169
José de Jesus Redusino

FACÇÕES POLÍTICAS E USOS DA JUSTIÇA NO MARANHÃO IMPERIAL (1856-1858) 183
Yuri Costa

FORMAR-SE PROFESSORA: **POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE INSTRUÇÃO FEMININA NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX** 199
Ilma de Jesus Rabelo Santos

FUNCIONAMENTO DAS IRMANDADES DE 1840 A 1875..... 211
Milena Rodrigues de Oliveira

IMAGENS E CONSTRUÇÕES: UMA ANÁLISE DO DEBATE POLÍTICO NOS JORNAIS *A BOA NOVA* E *O PELICANO* (1872-1874). 222
Raynara Cintia Coelho Ribeiro

IMPRESSOS E MANUSCRITOS DO LIBERALISMO CLÁSSICO EM PORTUGAL: A ECONOMIA POLÍTICA DE MANUEL ANTÓNIO LEITÃO BANDEIRA PARA O MARANHÃO E PARA O IMPÉRIO (1785-1819)..... 238
Romário Sampaio Basílio

LEÃO XII E O BRASIL IMPERIAL..... 251
Ítalo Domingos Santirocchi

MARANHÃO OITOCENTISTA NA SALA DE AULA: A BALAIADA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS 264
Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

MULHER E DOTE NO MARANHÃO OITOCENTISTA..... 275
Raquel Galvão Pinheiro

O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO..... 285
Silvan Sousa Mendes

O LEGADO DE BARBOSA DE GODÓIS NO CAMPO EDUCACIONAL MARANHENSE 299
Ivã Dutra Lima

O SERTÃO DO MARANHÃO NO SÉCULO XIX NOS ESCRITOS DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO..... 311
Rodrigo Castro Azevedo

O SILÊNCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL 322
Nila Michele Bastos Santos

OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: DESAFIOS, PROBLEMÁTICAS E AVANÇOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DOS SUICÍDIOS DOS NEGROS ESCRAVIZADOS NO MARANHÃO OITOCENTISTA 337
Carlos Victor de Sousa Ferreira

OS COLÉGIOS NO ALMANAK OITOCENTISTA – UM OLHAR SOBRE O ESTATUTO DO COLLEGIO DE N. S. DA SOLEDADE 349
Amanda Marinho Bogéa, Pedro Gabriel Gonçalves

OS REGISTROS ECLESIAIS DE TERRAS NA FREGUESIA DOS PICOS (1854-1856) 365
Cássio de Sousa Borges

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO CAIXEIRO VIAJANTE NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA EM MEADOS DE SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX 378
Antônio Lopes Vieira Filho, Ellen Lucy Moreira Viana

SERTÃO DE PASTOS BONS: UM ESPAÇO MÚLTIPLO 391
Antônia de Castro Andrade

TECENDO OS RUMOS DA NAÇÃO: DEPUTADOS DO MARANHÃO NO NOVO CENTRO DE AUTORIDADE POLÍTICA (1826-1829) 406
Mário Augusto Carvalho Bezerra

AS ELITES DO MARANHÃO IMPERIAL E A JUSTIFICATIVA RACIAL DO CATIVEIRO 416
Nayara de Fátima Nunes Santos

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL NO PIAUÍ: ELITE REGIONAL E POLÍTICA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Francisco de Assis Oliveira Silva

Introdução

Analisarmos a formação e afirmação do Estado imperial brasileiro no século XIX exige olharmos para as elites provinciais e as diversas manifestações de cunho político-social que abrangera a primeira metade do século.

Observaremos nesse contexto o papel das elites piauienses nos primeiros anos pós independência política do Brasil no que tange a consolidação do Estado imperial brasileiro. As divergências políticas e as rupturas entre os membros local foram fatores cruciais na afirmação do modelo de Estado imposto pelo monarca e seus aliados no Sul.

Quando analisamos a construção do Estado imperial brasileiro, nos remetemos ligeiramente aos diversos projetos pensados para o Brasil antes e depois da emancipação política. Se antes mesmo da chegada da família já se debatia um país separado, há de se supor que durante esse debate havia um projeto para o Estado emancipado.

A partir do reconhecimento português da emancipação política do Brasil, D. João VI, sob forma de garantia, transferiu toda soberania sobre o território americano para seu filho, reservando ao mesmo, o título de imperador do novo país (NEVES, 2011. p. 101), nesse momento ainda continuava a questão do projeto político para o Estado nascente, ou seja, a distribuição de poder entre as províncias.

Segundo Dolhnikoff, "a história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia" (DOLHNIKOFF, 2005. p. 11). Essa tensão não começa em 1822 com o simbólico sete de setembro, ela vem desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, perpassando revoltas como a de 1817 em Pernambuco e adesões ao movimento da independência.

O que chama atenção neste aspecto é a falta de unidade que assolara a América portuguesa. Um grande desafio para o monarca e sua "trupe" era manter as demais províncias unidas em torno do Rio de Janeiro. Fator extremamente importante para entendermos a afirmação do Estado imperial Brasileiro.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A criação de um documento que apontara a Portugal as bases de um governo autônomo dentro das terras de além-mar, demonstrara veemente o pensamento forjado da unidade brasileira. Se até 1821 José Bonifácio deixava transparecer em seus escritos a vontade de união entre Brasil e Portugal em um só reino, devido ao centralismo proposto pelas Cortes lisboesas, seu pensamento mudou e junto com D. Pedro teriam que enfrentar os egos da elite brasileira; mesmo forjando a unidade;

> O documento ainda apresentava as terras luso-americanas como uma unidade, o Brasil, em oposição ao reino opressor, Portugal. No entanto, tal unidade não existia, sendo apenas, naquele momento, um projeto do grupo articulado em torno de D. Pedro. Carecia ainda de se materializar, enfrentando a resistência das elites provinciais, ciosas de sua autonomia e carentes de vínculos que conformassem uma nação (DOLHNIKOFF, 2017. p. 17).

Neste contexto, o Estado nasce antes da nação, pois o projeto político buscava legitimar apenas as elites provinciais, onde um entreposto político em torno da emancipação do Brasil tentara se apresentar como a luta de um povo oprimido cujo projeto se dava em torno de unidade da América portuguesa.

A imagem que tentara ser passada a Portugal é a de um território unido em torno de um bem comum, no entanto, a prática se mostrou um Estado disperso, com cisões em muitos aspectos, desde o projeto político pensado para o país emancipado até a forma como se organizaria os governos provinciais. Essa dispersão faz com que a consolidação do Estado imperial brasileiro perdure até meados do século XIX.

Ao estudarmos as elites local damos um passo rumo ao entendimento da forma como se articulou a política imperial no pós-independência. A tendência era que os membros da aristocracia das províncias fossem capazes de organizar e atuar no aparelho do recém-formado Estado imperial. Nesse intuito compreender a formação do Estado é olhar para as elites e analisar como se articularam no poder, sobretudo nos anos de 1823 a 1825. Esse fator implica no debate em torno da autonomia para as províncias e a articulação do corpo político local e conjuntura do Estado maior, como observa Dolhnikoff;

> O processo de construção do Estado brasileiro no século XIX teve como um dos seus principais eixos, tanto em termos do debate político como da organização institucional propriamente dita, a definição do grau de autonomia que ficaria reservada aos governos provinciais em oposição ao grau de centralização em torno do governo do Rio de Janeiro. Essa discussão tem profundo interesse na medida em que revestia um problema essencial: o lugar das elites regionais no novo Estado. Maior autonomia significaria garantir aos grupos dominantes nas províncias um papel decisivo na condução do país. Questão que percorreu todo o século XIX e

ISSN: 2236-9228

> adentrou a república, quando passou a ser expressa nos frequentes debates sobre o federalismo brasileiro (DOLHNIKOFF, 2003. p. 116-133).

Nessa análise, a questão da autonomia para as províncias fora uma questão crucial ao longo da afirmação do Estado. Sobretudo no Norte, onde as províncias como a de Pernambuco se rebelara contra as ideias centralizadoras e nepotistas do monarca e buscara a fundação de um país separado da Corte imperial, firmada na ideia federalista, respaldado pelo vulto do republicanismo.

Nessa conjuntura, entra em cena as províncias do Norte, sobretudo a piauiense, que contribuíra para a consolidação do projeto da Corte, consequentemente abrindo o leque de desavenças não somente entre as elites locais, mas em relação as demais províncias nortistas.

A construção do Estado

De um modo geral, conseguimos compreender que o Estado brasileiro no século XIX surge antes da nação. Alguns fatores tentam explicar o ocorrido, no entanto a falta de unidade territorial, fruto da colonização portuguesa desorganizada, pode ser apontada como fator principal. O indivíduo antes de sentir brasileiro, sentia-se mais pertencente a sua província do que propriamente ao Estado como um todo.

Oficialmente, o Estado imperial brasileiro surge com a Carta constitucional outorgada em 1824, que trouxe inúmeras consequências para o governo central, uma vez que os questionamentos em torno da pessoa do imperador e da sua atitude centralizadora e despótica em fechar a Constituinte de 1823 ganham proporções maiores.

A abordagem que nos interessa nesse momento é compreendermos de que maneira a elite piauiense contribuiu para que o Estado brasileiro ganhasse contornos centralista nos primeiros anos do pós-independência. Há claramente uma relação de força e poder nesse momento. A independência não fora um fator apoiado prontamente por todos, sobretudo pelos portugueses aqui residentes. Assim como as atitudes do monarca em destituir a Constituinte provocara de antemão um sentimento de traição no Norte.

Quando mencionamos a Assembleia Constituinte de 1823, nos deparamos com uma situação intrínseca de poder e atuação das elites locais. A formação do corpo político dos Constituintes de 23 passara por afirmação e aprovação do monarca, uma vez que a função da Assembleia era firmar uma Constituição para o império nascente.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Nessa conjuntura, abordarmos a Constituinte de 1823 nos faz compreender a relação das instâncias de poder que se fizera presente naquele período, além de nos fazer analisar os deputados reunidos em assembleia era o que a sociedade do Estado imperial brasileiro em construção possuía naquele momento como representantes das províncias e dos interesses locais, em outras palavras, a figura política que representara a multidão. Como analisa Dolhnikoff;

> A reunião da Constituinte seguia o receituário liberal de organizar um governo representativo, cujo primeiro passo era, necessariamente, a reunião de representantes eleitos pela população para redigir uma constituição. Seria na Constituinte que se resolveriam os caminhos a serem seguidos. Praticamente todas as províncias mandaram representantes, o que indica que suas elites estavam dispostas a negociar a fundação de uma nação que correspondesse a todo território da antiga América lusitana. Mas, esta disposição não era incondicional (DOLHNIKOFF, 2017. p. 34).

Podemos discorrer ainda que a formação e consequentemente os tramites de afirmação do Estado imperial brasileiro fora uma forma de imposição aos diversos integrantes da elite local. Essa imposição se deu em diversas províncias e de maneiras distintas. Algumas prontamente aderiram as ideias do monarca, outras começaram um embate contra as atitudes do mesmo.

Como observa José Murilo de Carvalho (1998), a unidade do território brasileiro teria sido idealizada por uma elite central que por sua formação e trajetória havia uma diferenciação das elites locais. Ou seja, a elite que figurava ao lado do monarca teria sido a mesma elite que teve o projeto vencedor da construção de um Estado monárquico constitucional, o que afetara de antemão os grupos nortistas, sobretudo, Pernambuco.

No entanto, o desafio dessa monarquia era organizar um governo nacional, onde nunca existira um. A unidade entre as províncias, ou seja, a união das elites em torno de um mesmo ideal esbarrava na ausência de um governo de tradição na colônia.

Nesse intuito, ao abordar a aristocracia do período imperial, sobretudo, o pós-independência, requer que fazemos um paralelo entre a elite que figurava ao lado do monarca e as elites regionais, ou seja, um intenso embate, entre as elites regionais e nacionais.

O projeto político para a afirmação do Estado imperial passara necessariamente pelas mãos do monarca e da elite em torno do mesmo; uma vez que com o fechamento da Constituinte de 23 e a outorga da Carta Constitucional de 24, a participação de um seleto grupo da elite sulista convocado pelo imperador fora suficiente para criar uma constituição

ISSN: 2236-9228

que firmasse suas bases no centralismo que perduraria até sua abdicação em 1831 e retornara com o golpe da maioridade em 1840.

Mas qual a relevância de mencionarmos tais fatos? Primeiro; o centralismo de D. Pedro fora a principal arma para a afirmação do Estado imperial brasileiro. Nesse momento, a Carta Constitucional de 1824 o amparava através do poder moderador, seguindo com o processo centralista sem intervenção oficial das demais províncias, digo oficial porque, algumas manifestações ocorreram contra as decisões do imperador e do seu nepotismo.

E segundo, como D. Pedro I convocara uma nova Constituinte, com membros de sua inteira confiança, lançara sobre as províncias, ou melhor sobre os representantes políticos provinciais (deputados da extinta Assembleia de 23) um duro golpe, a inclusão de um quarto poder, além dos conhecidos; executivo, legislativo e judiciário, criou-se o poder moderador. Presente no artigo 98 da Constituição de 24, o conteúdo visava a garantia suprema do poder nas mãos do monarca, uma centralização imposta por constituição;

> O Poder Moderador é a chave de toda a organização política e é delegada privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes políticos (BRAZIL. Constituição Política do Império do Brasil CARTA DE LEI DE 25 DE MARÇO DE 1824. p. 13).

Não atoa a elite pernambucana na pessoa de Manuel Pais de Andrade resolvera instituir um Estado ao Norte do Brasil separado do restante da Corte. O questionamento contra as decisões do monarca se intensificara. Pernambuco resolve buscar nas províncias vizinhas uma saída contra a crise interna que se intensificara logo após a independência política do território.

É nesse momento que analisamos a participação piauiense na construção e afirmação do Estado imperial brasileiro. Não somente a província piauiense, mas algumas outras províncias auxiliaram nessa construção, no entanto, vamos concentrar a análise no caso do Piauí.

Autonomia era a palavra de ordem entre os membros elitistas do Norte. Buscavam maior poder de decisão para as províncias e menor autoridade nas mãos do monarca (fator decisivo para o fechamento da Assembleia Constituinte de 23). Nesse período o debate entre liberais e conservadores já se fazia presente e muitos deles tinham o mesmo ideal, conseguir autonomia política com uma determinada forma de governo;

> A autonomia era condição para viabilizar a unidade nacional, desejada tanto por liberais como pelos conservadores. Desde o início a unidade nacional esteve entre as prioridades de ambos os grupos, e esta só poderia ser alcançada se preservada a autonomia de modo a cooptar os grupos dominantes regionais para o interior do Estado. Liberais e conservadores empenharam-se em definir as competências dos governos regionais bem como do governo central, de modo a combinar autonomia com unidade, no interior de um pacto de feições claramente federalistas (DOLHNIKOFF, 2003. p. 119).

Nos primeiros anos que sucedeu o sete de setembro, não fora isso presenciado nos debates políticos da época. Entre os anos de 1823 a 1825 a monarquia constitucional fora a escolhida pela maioria dos representantes políticos das províncias. A federalização, que garantiria liberdade para as províncias e poder de decisão para as elites regionais, figurava sobretudo nos revoltosos do Norte que deflagraram o movimento intitulado Confederação do Equador, movimento de caráter federalista e separatista com cunho republicano.

A confederação do Equador despertou no governo central o medo de que a unidade territorial fosse desfeita. Uma vez que para garantir a afirmação do Estado, era preciso de antemão garantir a unidade do território. Com as elites acomodando-se no poder nas diversas províncias, era preciso encontrar adeptos da causa do imperador, homens que fossem capazes de garantir nas províncias, a unidade e a ordem.

Nesse intuito, entra em cena o político. Na província piauiense, esse sujeito é peça chave nos rumos que o território irá tomar. Não é um sujeito político qualquer, ele torna-se um adepto da causa do monarca, como se dizia na época, um adepto da causa do império do Brasil. Serão esses sujeitos que estando em conformidade com as ideias do imperador contribuirão para manter as bases do Estado firmadas no centralismo.

A província piauiense e a formação do Estado

O Piauí em 1823 ainda não havia aderido à causa do império independente. Se em 1822 grande parte das províncias já haviam declaradas como integrante do império nascente; outras ainda buscavam desvencilhar-se das amarras de Portugal; como era o caso do Maranhão e o Piauí, onde a adesão de ambas ocorreu um ano depois do simbólico sete de setembro. A independência do Brasil não fora um algo instantâneo pronto para ocorrer em todas as províncias e ao mesmo tempo, pelo contrário;

> No decorrer do processo de independência houve dificuldades para a consolidação e manutenção do processo de separação de Portugal, fato revelado pela guerra e pela necessidade de deslocamento para o norte do ainda reino unido do Brasil de

> considerável quantidade de forças militares, para expulsar os portugueses e garantir a adesão de algumas províncias, cujas elites políticas e econômicas não reconheciam um novo governo livre de Portugal, fato que se aplica mais especificadamente ao Maranhão e ao Pará, sobretudo por conta dos fortes elos comercias iniciados ainda na época da Companhia de Comércio do Grão Pará-Maranhão (ARAÚJO, 2015. p. 30).

O Piauí sofrera algo parecido, pois para Portugal garantir algumas províncias em seus domínios significava manter um certo controle econômico na América Portuguesa. A ideia era manter algumas províncias do Norte sob a égide de Portugal e assim não abrir mão totalmente do território brasileiro. Como observa Araújo (2015), as cortes portuguesas, ao perceberem que a independência era um ato irreversível, decidiram manter sob seu controle pelo menos o Norte, enviando tropas ao Piauí com o intuito de consolidar o ambicioso projeto de garantir a vizinha província do Maranhão.

No Piauí, os membros da elite uniram forças em torno do bem comum. O objetivo era expulsar os portugueses das terras piauienses e organizar a economia e a política local. Nesse mesmo direcionamento estavam homens como Simplício Dias da vila da Parnaíba e o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, futuro Barão e Visconde da Parnaíba. Com a concretização e adesão do Piauí ao sistema monárquico constitucional, em 1823 (fato que ocorreu com a expulsão e prisão de Fidié, contanto com a ajuda das províncias cearense e maranhense), restara saber como se articulara o poder em terras piauiense.

Houve divergências e rupturas no cenário político da província. O debate e os questionamentos em torno das ideias política vindas da Corte fora ponto crucial para definir as diretrizes que a elite local seguiria a partir da adesão do Piauí “a causa do Brasil.

Nessa conjuntura, olhamos para o movimento da Confederação do Equador e observamos que o mesmo fora determinante para ditar os rumos do Piauí dentro do Estado imperial em construção. O movimento dos confederados visava a busca por autonomia e participação das províncias nas decisões do governo central. Fora um movimento separatista de cunho federalista e republicano que atingira boa parte das províncias do Norte.

O movimento da Confederação do Equador contou com o apoio de algumas vilas da província piauiense, sendo Campo Maior e Parnaíba as duas mais envolvidas a favor da Confederação e as que sofreram um grau maior de repressão contra o movimento e a favor das ideias do monarca.

Analisando o movimento, Araújo contribui ainda com a análise de como as vilas de Campo Maior e Parnaíba estiveram ligadas ao movimento separatista de 24, observando ainda

ISSN: 2236-9228

que as mesmas elites que atuara no processo de emancipação na província, novamente encontram-se agora em outra conjuntura;

> Durante a Confederação do Equador, em 1824, as lideranças que haviam tomado parte na luta pela expulsão dos portugueses, agora se encontravam sediciosos, e algumas vilas, como a de Campo Maior, local onde havia sido deflagrada a Batalha do Jenipapo, foi a primeira a não aderir à nova constituição do império, ao adiar por várias vezes a cerimônia de juramento. E por extensão, muitos líderes que arquitetaram a independência assinavam a adesão da Câmara de Parnaíba ao movimento de Pernambuco (ARAÚJO, 2015. p. 39).

Entra em cena nesse momento uma nova abordagem da participação do Piauí na Confederação do Equador. A contribuição da província na afirmação do Estado imperial. Para esse entendimento precisamos compreender o lugar social do sujeito político Manuel de Sousa Martins e suas ações contra o movimento.

Podemos observar que a vila da Parnaíba, encabeçada por Simplício Dias da Silva e o presidente da Câmara, João Cândido de Deus e Silva, apoiados pelos vereadores Rodrigues Falcão, Veridiano Brochado, João José Meireles e João Cardoso Batista apoiaram as ideias pernambucanas.

Aparece também a vila de Campo Maior como sendo uma das participantes do movimento e que tivera a presença de emissários em seus domínios, além de contar com homens da vila que figuravam aderir ao ideário republicano vindo das províncias vizinhas. A elite letrada, ciente da movimentação política que ocorria no império.

> Em Campo Maior reuniram-se os elementos uteis de maior actividade na província. Na Parnahvba cooperavam os elementos mais representativos da cultura, da riqueza e do esforço intelligente da população. O dr. João Cândido de Deus e Silva. Juiz de fora do civel, crime e orphãos destas villas, em exercido desde 1819 e o coronel Simplicio Dias da Silva, o fidalgo da Casa grande, que possuia grandes cabedaes, representados em quatro xarqueadas mil e oitocentos escravos, empregados em toda a sorte de serviços agrícolas, commerciaes e industriaes, eram os expoentes intellectuaes da provincia (BRANDÃO, 1924. p. 339).

Se atentarmos bem, tanto Campo Maior, quanto a vila da Parnaíba teve adeptos a favor da Confederação do Equador. Homens que justificavam suas paixões políticas contra um cenário despótico criado no Rio de Janeiro. Procuravam divulgar as ideias do movimento e aderir a seus ideais, contudo, os agentes do império entram em cena, no Piauí, fora Manuel de Sousa Martins, que entre rupturas e tensões combatera os ideais da Confederação.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

As vilas piauienses que participaram do movimento, tiveram a frente homens das letras e políticos sediciosos que conheciam o jogo de poder dos primeiros anos de afirmação do Estado imperial, onde a acomodação das elites no novo Estado em construção fora fator primordial para afirmação dos grupos oligárquicos no poder local. O objetivo era propagandear as ideias nas vilas sediciosas no Piauí, o que teve sempre apoio da elite parnaibana e campo maiorense como observa Brandão;

> O dr. João Cândido, era um intemerato propagandista da republica e da democracia e não perdia ensejo de proclamar as suas opiniões políticas entre os seos jurisdicionados. Parnahyba e Campo Maior foram, pois de 1821 a 1824, um núcleo forte de irradiação das aspirações liberaes. Dahi se estabelecer, nessas duas villas, uma receptividade alarmante ao contagio das ideas de republica e democracia. Alem destes intcllectuaes, nessa epoca. na província existiam outros que se salientaram na política do paiz, como os deputados ás Cortes de Lisboa, dr. Miguel de Souza Borges Leal Castro Branco, o primeiro piauhyense que se formou em direito em Coimbra, um republicano convicto que passou a maior parte de sua vida em Campo Maior, Ovidio, Saraiva de Carvalho, um poeta primoso de quem se ocupou Theophilo Braga que foi o advogado de Joao Guilherme Ractcliff, perante a Relação da Côrte do Império e o padre Domingos da Conceição, que muito se interessou pela província (BRANDÃO, 1924. p. 339-340).

Esse embate em torno da Confederação do Equador e da construção do Estado imperial brasileiro teve diversas facetas. Falamos da elite local, que nesse caso, foram os "políticos" que protagonizaram os embates a favor das ideias do monarca e contra o movimento separatista de 24. Manuel de Sousa Martins assumiu a liderança contra o os confederados em terras piauienses e fora um daqueles agentes do império; como ele mesmo dizia na época, um adepto da causa do Brasil.

É por esse viés que observamos as divergências e rupturas entre os membros da elite piauiense. Enquanto alguns, como Simplício Dias e João Candido de Deus eram favoráveis a Confederação do Equador, outros como o até então brigadeiro Manuel de Sousa Martins e o padre Marcos de Araújo Costa defendiam o modo como o imperador conduzia a política do império nascente. Homens que lutaram juntos por um bem comum em 1823, agora divergem a respeito da forma como a política imperial deveria ser conduzida.

As ideias da Confederação do Equador foram combatidas de forma consistente pelo governo provisório da província do Piauí. A falta de unidade política que reinava no império naquele momento, desaguara na província a ponto de alguns membros da elite local serem presos como agitadores da ordem e contrários as ideias do monarca. Podemos citar alguns feitos de Sousa Martins contra a Confederação.

Eleito presidente temporário da província em 1824, começa a dar os primeiros passo contra o movimento iniciado em Pernambuco, contribuindo para a formação e afirmação do Estado imperial brasileiro;

> Passei a dar as Providencias necessárias. Convoquei tropas para fortificar os pontos que são sujeitos à invasão. Fiz publicar os Bandos- documentos nº 12, aplicando a mesma medida da qual sua Majestade Imperial se servira no Decreto de 21 de junho, em que chama os soldados que tiveram suas baixas para servirem com dobrado soldo, até que se restituísse a tranquilidade da Província; e os que foram aparecendo somente se alistaram, para estarem prontos a marchar quando fossem chamados vencendo então seus soldos. (Oficio de 21 de outubro de 1824 enviado por Manuel de Sousa Martins ao ministro e secretário de negócios do império. In: BRITTO, Anísio. Adesão do Piauí à Confederação do Equador, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922. p. 80).

A preocupação do governo temporário era em manter a ordem. Primeiro ponto das ideias de Né de Sousa fora pensar em manter uma estrutura minimamente segura dentro da província, longe de ideias sediciosas e agitações. O segundo ponto, possivelmente involuntário, diz respeito a preservação da unidade territorial, pois uma vez mantendo a ordem e evitando a adesão da província ao movimento separatista, há visivelmente uma contribuição para firmar as bases do Estado, ou seja, a garantia da unidade, além da centralização dos poderes nas mãos do monarca.

As elites regionais precisavam posicionar-se politicamente após a emancipação política em 1822. Alguns buscavam a monarquia federalista, uma minoria a república, mas a grande base política das províncias permaneceu praticamente as mesmas; uma monarquia constitucional que manteve as estruturas sociais e aguçou os embates políticos dentro do território.

Dentro das províncias haviam aqueles que comungavam das ideias do monarca e buscavam conciliar os interesses da Corte aos seus interesses pessoais. Na província piauiense, Sousa Martins ao chegar ao poder, mesmo que de maneira provisória, deixou claro que as ordens e leis do imperador deveriam ser colocadas em prática dentro da província. Centralismo e conservadorismo eram a partir de então as palavras chave de sua administração.

Nessa conjuntura, podemos analisar que a história política com suas novas vertentes e análises contribuem para observarmos como o político interfere na sociedade. Não como o ser supremo, como outrora a história tradicional o exaltou, mas como um integrante do social, um espelho das ideias que circulam na sociedade em que vive, podendo ser mesmo ser algo

ISSN: 2236-9228

abstrato. Como observa Rémond (2003) “Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam”.

Nesse intuito, analisamos que as ações do político interferem no social como um todo. Sendo que não há setor em que suas manifestações não atuem. Nesse ensejo, as ações do brigadeiro Manuel de Sousa Martins demonstram uma afeição aos ideários de ordem que vinham da sede do império.

A preocupação de Sousa Martins era com o juramento da Carta Constitucional outorgada de 1824, tendo que cumprir o decreto imposto pelo imperador, onde todas vilas das províncias deveriam jurar fidelidade ao monarca e ao projeto de constituição. Um ato legitimo de um agente do Estado imperial.

Certificou-se de cobrar os impostos vencidos para fortalecer os cofres públicos, tudo isto levado ao conhecimento do Imperador através de ofícios destinado ao ministro de negócios do império. Buscava de alguma forma demonstrar ao monarca as atitudes que tivera diante da ameaça que representava a Confederação do Equador.

As ações tomadas contra as ideias dos confederados dentro da província são no intuito de contribuir com a causa do imperador, sendo quase que prioridade do presidente temporário noticiar o que havia feito contra o movimento e a favor do império. Alguns membros da elite local, aguçados pela ajuda da província cearense, ainda insistiam em aderir as ideias da Confederação. No entanto, o movimento fora sufocado e as ideias do monarca postas em prática por muitos dos seus “agentes imperiais”.

Sousa Martins fora ferrenho defensor das causas do imperador e colecionou desafetos dentro da província piauiense. Simplício Dias da Silva, que recusara assumir o governo por motivos pessoais e João Cândido de Deus e Silva, preso como um dos líderes do movimento no Piauí foram alguns desses. Ulysses Brandão, observa a participação do futuro Barão da Parnaíba nos embates contra a confederação do Equador e a manutenção da ideia de governo vinda do monarca no Rio de Janeiro;

> No Piauhy, graças ao seo presidente temporario, mais tarde visconde da Parnahyba, guardaram-se as attitudes conciliatórias, na reacção contra o movimento republicano e separatista da Confederação do Equador, limitando a repressão ás prisões, em Campo Maior, entre outros, do commandante .Antonio José Tíenriques, e do tenente coronel Miguel José Eerreira, do capitão João da Costa Alecrim e na Parahvba, do juiz de fóra dr. João Cândido de Deus e Silva, Meridiano de Souza Brochado, João José de Salles, João Cardo.so Baptista, João Rodrigues Falcão, José Ferreira Meirelles, escrivão João da Costa Rosai e A Confederação do Equador commadante Bernardo Saraiva e Domingos Dias da Silva Henrique. Essas prisões foram effectuadas em l0 de janeiro de 1825, sendo em agosto, aberta em Oeiras, pelo ouvidor interino João Martiniano Barata, uma devassa que só ficou encerrada em 28

> cie dezembro, dando assim tempo ao tempo, para que as paixões se arrefecessem, como succedeo (BRANDÃO, 1924. p. 347-348).

Podemos analisar que o mundo da política imperial definiu os rumos do político nas províncias, sobretudo na Piauiense. Não houve a tão sonhada autonomia provincial, sobretudo no Norte. Como observa Rosanvallon, não há uma sociedade sem referência a um local de poder; ou seja, o poder político consistindo numa precondição da vida social.

Dessa forma observamos que a construção do Estado imperial brasileiro teve a contribuição singular da província piauiense. Uma vez que era preciso garantira a ordem e as ideias do monarca em cada província, para que assim a unidade territorial e os ideais políticos da Corte permanecessem inalterados.

Considerações finais

A construção do Estado imperial brasileiro requer uma análise profundas dos governos provinciais. As províncias, sobretudo as do Norte, encabeçadas por Pernambuco, buscavam a separação do restante do império nascente. No entanto, as ideias de Estado que figuravam na Corte no Rio de Janeiro tinham como um dos principais eixos, a manutenção da estrutura do território, ou seja, a unidade territorial era fundamental para os planos do imperador.

Além desse fator, o centralismo de D. Pedro I fora um ferrenho indicador de que os embates políticos contra os ideais da Corte seriam motivos de levantes e movimentos durante boa parte da primeira metade do século XIX. A Confederação do Equador buscara entre outros fatores, combater o centralismo imposto por D. Pedro I., contudo, os ideais do monarca foram garantidos nas províncias devido à boa parte da elite que seria leal a política imperial.

No Piauí, a contribuição a favor da formação e afirmação do Estado imperial brasileiro se deu com as ações do governo provisório de 1823 a 1825, que tendo como presidente o futuro Barão da Parnaíba, auxiliou na manutenção da ordem na província, evitando a dispersão territorial, combatendo as ideias dos confederados e consequentemente garantindo a unidade territorial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. *CLIO* – **Revista de Pesquisa Histórica** – nº 33.2. 2015. Disponível em:

<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/443/457> Acesso em 14 de junho de 2016.

BRANDÃO, Ulisses. **A confederação do Equador**. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.

BRAZIL. Constituição Política do Império do Brasil. **Carta de Lei de 25 de março de 1824**. p. 13. Disponível em: < http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1737> Acesso em 16/09/2016.

BRITTO, Anísio. **Adesão do Piauí à Confederação do Equador**, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: Escritos de história e política. Belo horizonte, Ed. UFMG, 1998.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização brasileira**, tomo II o Brasil Monárquico: O processo de emancipação. Direção de Boris Fausto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: O processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.) **História de vários feitios e circunstâncias**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017

_____. O lugar das elites regionais. **REVISTA USP**, São Paulo, n.58, p. 116-133, junho/agosto 2003. p. 118. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33853/36586> Acesso em 23 de junho de 2015.

_____. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

NEVES, Abdias. **O Piauí na confederação do Equador**. Teresina: EDUFPI/APL, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René (0rg.). **Por uma história política**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A EXPANSÃO DA CONQUISTA E OCUPAÇÃO NOS SERTÕES DO MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Samir Lola Roland[1]

O processo de expansão da fronteira de conquista e ocupação luso-brasileira na parte oriental do Maranhão e no Piauí foi um movimento integrado, em grande parte, por indivíduos oriundos do litoral maranhense e do litoral baiano, os quais procuraram estabelecer engenhos e currais de gados nessa vasta região de "sertão". A parte oriental do Maranhão, por exemplo, do ponto de vista das autoridades luso-maranhenses era conhecida pelo seu imenso potencial econômico para o crescimento e manutenção do Estado, devido à riqueza à qual a região era associada (CHAMBOULEYRON; MELO, 2013).

Durante a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, a expansão da conquista e ocupação na parte oriental do Maranhão e no Piauí dependia da política adotada pelos governadores para a defesa das áreas até então conquistadas e ocupadas pelos luso-maranhenses e luso-baianos. A política adotada pelos governadores do Estado do Maranhão e do Estado do Brasil se constituiu em ações empreendidas por militares e religiosos que tinham como estratégia principal o combate e o extermínio dos indígenas hostis que estavam invadindo a fronteira e causando o desastre das povoações ali estabelecidas ou o estabelecimento de aldeamentos que funcionavam, sobretudo, como base militar e religiosa, tendo um papel extremamente importante para a conquista, no sentido de defender e proteger o acesso à região.

Desde o final do século XVII, as campinas sul maranhenses, ou os vales dos rios Mearim, Munim e Itapecuru, assistiram a diversas guerras entre indígenas e conquistadores e a apropriação do espaço foi ocorrendo gradualmente no início da primeira metade do século XVIII, sobretudo, a partir da segunda década, quando a expansão oeste-leste alcança o vale do Parnaíba. As guerras e a distribuição de cartas de sesmarias, portanto, são vetores de ocupação intimamente relacionados, pois o rei e os governadores distribuíram diversas cartas de sesmarias aos conquistadores e povoadores encarregados da missão de combater e escravizar os indígenas que "infestavam" a região e de aproveitar economicamente o território com a implantação da lavoura e da pecuária.

[1] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: samirlola@gmail.com

Assim sendo, não podemos compreender esse processo desvinculando-o das ações e estratégias de cada indivíduo e/ou grupo social participante da conquista e ocupação, bem como das nações indígenas que habitavam a região. Nesse sentido, torna-se fundamental tentarmos perceber como cada indivíduo ou grupo procurou legitimar suas petições e/ou confirmações de sesmarias. Os requerentes, por exemplo, pautavam-se num discurso fundamentado na realidade da experiência da conquista que servia para demonstrar o interesse dos colonos e sua capacidade para povoar e cultivar as terras requeridas, já que nesse contexto, o que mais interessava era que os requerentes pudessem demonstrar a possibilidade de poderem beneficiar as terras com a promoção de um advento econômico que pudesse gerar lucros para a Coroa portuguesa.

Os vales dos rios Itapecuru, Mearim, Munim, Iguará, de um lado, e do Parnaíba, Gurgueia, Paraim, de outro, constituíam um vasto sertão propício à prática de atividades econômicas, como a lavoura de cana-de-açúcar e, sobretudo, a pecuária. Esta última era o produto indispensável para a subsistência da população sertaneja e para o abastecimento dos grandes centros urbanos como São Luís, Recife, Salvador e também as Minas Gerais. Logo, a ocupação dessa vasta região fez parte do interesse e preocupação das autoridades régias – governadores, provedores e ouvidores – durante a primeira metade do século XVIII, os quais eram os responsáveis pela manutenção dos negócios estabelecidos entre os vales da região e os centros de São Luís e Salvador. Durante a primeira metade do século XVIII, os moradores da parte oriental do Maranhão e do Piauí solicitaram diversas cartas de sesmarias para o estabelecimento de fazendas de gado e instalação de engenhos de cana-de-açúcar. No quadro I abaixo, resumimos as informações das cartas de sesmarias no que diz respeito à atividade econômica instalada na região.

Quadro 1

Distribuição de Sesmarias nos sertões do Maranhão e Piauí

Período	Pecuária	Engenho de açúcar e /ou agricultura	Engenho de açúcar e/ou agricultura + pecuária	Engenho de serrar madeiras	Sem informação sobre a atividade	Total
1700-1709	12	9	2	–	–	23
1710-1719	21	7	3	–	2	33
1720-1729	258	17	7	–	23	305
1730-1739	149	7	2	2	10	170

ISSN: 2236-9228

1740-1749	340	16	6	-	18	380
1750-1759	69	6	1	-	-	76
Total	849	62	21	2	53	987

Fontes: Livros de Sesmarias (*Arquivo Público do Estado do Pará*); Chancelarias Régias e Registro Geral de Mercês (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*); Avulsos Maranhão e Piauí (*Arquivo Histórico Ultramarino*).

De acordo com o quadro acima, percebe-se através das concessões de sesmarias que a pecuária era a atividade econômica primordial a ser implantada ao longo da primeira metade do século XVIII, sendo uma das principais justificativas econômicas utilizadas nas cartas de sesmarias solicitadas a Coroa portuguesa entre os anos de 1700 a 1759.

No início do século XVIII, as queixas dos governadores concentravam-se nos sucessivos ataques dos chamados "índios do corso" que resultavam em prejuízos às rendas reais e no aumento dos preços dos principais produtos que eram produzidos na região: a carne e o açúcar. Em 29 de abril de 1700, por exemplo, o lugar-tenente Fernão Carrilho, enviava uma missiva ao rei D. Pedro II, na qual lamentava os prejuízos que os ataques indígenas estavam causando diretamente às rendas reais e aos rendimentos dos moradores que se encontravam situados com seus engenhos e fazendas de gado nas campinas maranhenses. Nessa ocasião, alertava o lugar-tenente para o significativo aumento no preço do açúcar e da carne e o atraso no recolhimento dos dízimos dos engenhos instalados na região.

> E tudo isto porque se largavam de mão os engenhos do Rio Mearim, que são as melhores terras que tem esta Capitania; tudo pela invasão dos bárbaros de corso, e só dois conservam porque sempre andam com as armas nas mãos; e assim não fazem açúcar de substância; e os moradores vaqueiros, que criam algum gado todos os anos lhe dão ali acoutadas, e lhe fazem muito dano, com que também se extinguiram já sete, ou oito currais de gado (AHU, MARANHÃO, 1700. cx. 10, doc. 1004).

A política adotada pelos governadores do Maranhão atuava no sentido de combater a resistência indígena que, na visão das autoridades, inviabilizava a consolidação da conquista e ocupação das povoações ali estabelecidas, pois os indígenas destruíam as fazendas e matavam muitos moradores, fazendo com que abandonassem a região. Os governadores se utilizavam de um discurso que atribuía, aos indígenas resistentes à conquista, a condição de "bárbaros" na tentativa de justificar a realização de intervenções militares e de guerras para o combate, extermínio e escravização dos mesmos.[2]

[2] No que diz respeito a utilização do adjetivo bárbaro para justificação do combate a resistência indígena, ver por exemplo: (PINHEIRO, 2008, p. 14).

ISSN: 2236-9228

Ao procurar entender o governo monárquico nas colônias até meados dó século XVIII, António Manuel Hespanha destacou que o rei compartilhava poderes com hierarquias menores, ou seja, outros poderes administrativos como os governadores, juízes, ouvidores, camarários, oficiais e servidores, que possuíam autonomia nas decisões políticas e administrativas durante a conquista e a ocupação territorial. No entanto, é bom frisar que os governadores estavam ligados, em última instância, a uma política coordenada pela Coroa. A última palavra, portanto, deveria ser do rei, o qual procurava fazer valer a sua vontade nas suas conquistas (FRAGOSO; BICALHO, 2001).

Exemplar disso, podemos mencionar a missiva de 4 de setembro de 1700, na qual o governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sugeria ao presidente do Conselho Ultramarino, Francisco de Távora, como solução para as investidas dos "tapuias" que estavam arruinando os negócios do Estado do Maranhão e Grão-Pará era que enviassem da Bahia as tropas dos paulistas, nas palavras do governador, para "extinguir" os "bárbaros" que estavam apertando o cerco dos moradores (AHU, MARANHÃO, 1700. cx. 10, doc. 1006). De acordo com o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o crescimento e a manutenção das rendas reais dependia de que se povoassem de gados os vales e campos do Maranhão até a Bahia, tendo em vista o recolhimento dos dízimos dos povoadores.

Para esse efeito, a distribuição de cartas de sesmarias deveria ocorrer, segundo ele, sem que se observasse a extensão das terras, pois mesmo que fossem muito extensas, advertia que nem todas serviam para gados, razão porque se deveria conceder terras bem maiores para que se encontrasse pastos para os animais. O governador, entretanto, alertava para o fato de que o rei não permitia que se distribuíssem terras com a extensão que se pedia, pois eram bastante largas, razão de não deferir os requerimentos, apesar da justificativa do governador para que se distribuísse terras com extensões maiores aos luso-baianos com a justificativa de "ser de grande utilidade para esta Capitania pois o sertão é tão dilatado" (AHU, MARANHÃO, 1700. cx. 10, doc. 1006). Cabe ressaltar que, a partir da primeira metade do século XVIII, via de regra, o tamanho das terras concedidas em sesmarias era de 3 léguas de comprido e 1 de largo, o que não impedia que muitos indivíduos se apropriassem de tamanhos bem maiores, como veremos mais adiante.

As primeiras sesmarias concedidas durante os governos de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1690-1701) e Manuel Rolim de Moura (1702-1705) eram destinadas a grupos e famílias de conquistadores militares, combatentes das nações indígenas que ali

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

habitavam, revelando uma relação entre a concessão de terras e os conflitos com os índios. Paulo Pires Tourinho, por exemplo, capitão e cidadão em São Luís, recebeu uma sesmaria situada no Rio Pindaré, próximo às terras de Pedro da Costa Raiol e seus irmãos, nas bandas do rio Mearim, tendo como objetivo a implantação de "currais" de gados (ANTT, LISBOA, 1701; 1703. Livro 32, ff. 31-32). A viúva do capitão Paulo Pires Tourinho, sete anos depois, recebeu em parceria com outro capitão, Luís Pinheiro Lobo, terras que "estavam cultivando há anos" nessa mesma localidade, o que pode indicar uma ampliação das terras concedidas ao seu marido falecido, ou mesmo, que havia uma ocupação militar em conjunto nesta localidade (APEP, PARÁ, 1708, nº 495).

Os governos de Cristóvão da Costa Freire (1707-1718) e Bernardo Pereira de Berredo (1718-1722) deram continuidade à estratégia de realização de guerras contra os indígenas hostis, bem como distribuíram cartas de sesmarias aos indivíduos que tinham o interesse no estabelecimento de casas e fazendas de gado nos vales e paragens férteis dos rios Mearim, Munim, Pindaré, Itapecuru e Iguará. Desse modo, a atuação de Cristóvão da Costa Freire e de Bernardo Pereira de Berredo demonstra que foram governadores que assumiram um papel fundamental para a conquista e ocupação, pois guerras realizadas contra os indígenas estavam relacionadas a manutenção e conservação dos negócios construídos localmente por parte dos governadores (CHAMBOULEYRON; MELO, 2013, p. 176). Nesse sentido, Rafael Chambouleyron e Vanice Melo, afirmam que

> Há um componente de interesses pessoais e de conflitos internos que ajuda entender o significado desses eventos no contexto específico do Estado do Maranhão e Pará, as guerras estavam igualmente associadas a diversos negócios construídos localmente. Os embates que se seguiram à deflagração de diversas guerras no leste do Estado nos governos de Cristóvão da Costa Freire e Bernardo Pereira de Berredo e a relativa paz que se seguiu no governo de João da Maia da Gama fornecem indícios dessas complexas relações (CHAMBOULEYRON; MELO, 2013, p. 176).

Durante os governos de Cristóvão da Costa Freire e Bernardo Pereira de Berredo, o combate e o extermínio dos indígenas – que na opinião dos governadores e autoridades régias, estavam causando o desastre das povoações ali estabelecidas – tornou-se, a política mais adotada para a ampliação da conquista e o fortalecimento das instituições administrativas e religiosas na região. Um dos mecanismos mais utilizados no período da conquista e ocupação vivenciado pelos governos de Cristóvão da Costa Freire e Bernardo Pereira de Berredo, para a defesa e manutenção das povoações e estabelecimentos econômicos foram as chamadas

ISSN: 2236-9228

"guerras justas" contra os indígenas ou "gentios bárbaros" que hostilizavam os povoamentos coloniais.

Na visão das autoridades régias, enquanto os indígenas hostis eram percebidos a partir das ameaças e perigos que seus ataques poderiam proporcionar a povoação, os povoadores eram representados como vítimas de mortes, roubos ou que necessitavam fugir de suas moradias para sobreviverem aos constantes ataques que os indígenas realizavam a povoação. Em 6 outubro de 1707, os conselheiros do Conselho Ultramarino alertavam o rei D. João V das consequências dos ataques indígenas na parte oriental do Maranhão, mais precisamente nos rios Mearim, Munim e Itapecuru, informando sobre o conteúdo das devassas expedidas pelo governador do Estado do Maranhão Cristóvão da Costa Freire, o qual alertava que eram "grandes e atrozes delitos" e as "horríveis extorsões" que os chamados "gentio de corso" estavam realizando nos rios Mearim, Munim e Itapecuru. As investidas dos indígenas, segundo o Conselho, apresentavam "tão sensível dano assim nas mortes, como nos roubos, que têm feito aos moradores, que habitam aqueles distritos, pondo-os na desesperação de desampararem aquelas terras, por não poderem resistir às hostilidades tão repetidas, como experimentam no assalto destes inimigos" (AHU, MARANHÃO, 1707, cx. 11, doc. 1091).

Em outra consulta datada de 12 de outubro de 1707, o Conselho relatava a persistência dos ataques do "gentio bárbaro de corso" que haviam morto algumas pessoas no rio Mearim e ordenava à Câmara e aos cabos de guerra que atuassem no sentido de resolver essa questão. Nesse sentido, alertava para a necessidade da utilização de Companhias militares para garantir a defesa da povoação. As Companhias militares compostas de indígenas aliados e brancos, tinham a função de reprimir os ataques realizados pelos indígenas hostis aos moradores. As ordens era que enviassem uma escolta para combater o "gentio bárbaro" e que os soldados ficassem pelas casas dos moradores para sua proteção. Momento em que foram enviados doze soldados para que se repartissem pela casa dos moradores. No entanto, conforme relata o Conselho, nesta ocasião, "matou o gentio um morador do dito rio e sua mulher", razão do envio de "uma escolta de quarenta armas de fogo, entre brancos e índios, que partiu desta cidade", e temporariamente, "com o temor da dita escolta não cometeram mais os bárbaros" (AHU, MARANHÃO, 1707, cx. 11, doc. 1092).

Nesse sentido, para solucionar os constantes ataques dos grupos indígenas aos moradores, teriam ordenado os oficiais da Câmara que se mandasse "uma tropa de guerra buscar o gentio nas suas terras onde habitam: e tomando parecer com os homens sertanejos que se acham nesta praça com bastante experiência destas Campanhas, todos". Para compor

"a tal tropa era necessário ao menos cento e cinquenta índios, e ao menos oitenta soldados brancos", e que não havendo "os índios que eram necessários" não se podia fazer a tropa "sem vir ajutório de índios do Pará". Tempo depois, entretanto, mesmo com o envio de uma segunda escolta para reprimir os indígenas inimigos, "com o mesmo poder da primeira", tornaram "a matar a um filho de um morador e um escravo seu estes bárbaros" (AHU, MARANHÃO, 1707, cx. 11, doc. 1092). Os ataques indígenas, portanto, eram o motivo principal que fazia com que os moradores abandonassem suas terras. No mesmo ano, os governadores concederam diversas cartas de sesmarias aos combatentes dos indígenas que hostilizavam contra os povoamentos coloniais, sendo confirmadas pela Coroa portuguesa (ANTT, LISBOA, 1707; 1708. Livro 36, ff. 252-253); (ANTT, LISBOA, 1707; 1711. Livro 43, ff. 123-124); (ANTT, LISBOA, 1707; 1708. Livro 36, ff. 253-254v); (ANTT, LISBOA, 1707; 1712. Livro 44, ff. 120-121); (ANTT, LISBOA, 1707; 1709. Livro 39, ff. 358-359).

Durante o governo de Cristóvão da Costa Freire, o processo de legitimação da solicitação e concessão de terras ocorreu com múltiplas justificativas por parte dos colonos, pautadas na própria realidade da conquista e ocupação. No início do século XVIII, a expansão da conquista oeste-leste pelos rios Mearim, Pindaré, Munim, Itapecuru das Aldeias Altas ocorreu impulsionada pela implantação de engenhos de cana-de-açúcar e a criação de gado. Os vetores de ocupação, direcionados apenas para o sudeste, encontravam-se, primeiramente nas proximidades do rio Mearim, Pindaré e Munim, e, posteriormente, no rio Itapecuru. A ampliação dos espaços ocupados dava-se sempre rumo a terras ao que parece conhecidas pelos suplicantes. Apesar do termo "sertão" possuir um sentido vago, nesse período inicial, constituía um espaço conquistado e povoado. No entanto, em alguns casos específicos, os indivíduos alegavam como justificativa para a obtenção da terra, o fato de não terem terras e havê-las devolutas na região.

Em 6 de abril de 1707, Bento Maciel Parente e Antônio Nunes Barreto, por exemplo, receberam uma sesmaria nas margens do rio Mearim para a criação de gados e a implantação de lavouras. As terras deveriam se confrontar 2 léguas para o engenho que fora do falecido Diogo Fróis de Brito e 2 léguas para o sertão. De acordo com a missiva, Bento Maciel Parente havia beneficiado e cultivado, com a utilização de mão-de-obra escrava as terras do rio Mearim, tendo o intuito de se apropriar de terras, para o oeste, rumo ao Pindaré, e para o leste, no sentido do rio Itapecuru (ANTT, LISBOA. 1707;1708. Livro 36, ff. 252-253).

À medida que adentravam o sertão, os luso-maranhenses atribuíam um sentido econômico ao espaço que iam conquistando e ocupando baseado na lavoura e/ou na criação

de gado. Em 3 de março de 1707, João de Andrade Falcão e Diogo Pedro, por sua vez, receberam uma carta de sesmaria no rio Mearim, no igarapé chamado Marimtijupava, onde possuíam 1100 cabeças de gados havia mais de doze anos e pagavam dízimos da produção; além disso, declaravam que as terras estavam devolutas, ou seja, não legitimamente possuídas (ANTT, LISBOA, 1707;1711. Livro 43, ff. 123-124). A quantidade expressiva de gados e o longo período que se vinha povoando, constituía uma justificativa utilizada, aliado à referência a terras devolutas, neste caso, principalmente, referia-se a terras que não estavam ocupadas e povoadas por brancos. Por outro lado, declaravam que demarcariam as terras, as quais confinavam com as terras de Agostinho da Costa Raiol e seus irmãos, além de possuírem bastante escravos para as povoarem possuídas (ANTT, LISBOA, 1707;1711. Livro 43, ff. 123-124). Já a carta de sesmaria de João Andrade Falcão e Diogo Pedro foi solicitada próximo a terras que já se encontravam ocupadas e povoadas. A demarcação que seria realizada por eles, por outro lado, tinha o efeito de impor um limite na ação de outrem, ou seja, as terras uma vez demarcadas (e depois confirmadas) estariam asseguradas de possíveis invasões de terceiros.[3]

As paragens dos sertões do Maranhão e Piauí eram objeto de interesse de um contingente considerável de pessoas que se direcionava para a região durante a primeira metade do século XVIII. Ao requerer uma carta de sesmaria, o morador deveria ter a capacidade não apenas de demonstrar às autoridades que tinha condições de cultivar e ocupar as terras, mas que era possível ocupar suas terras, ou seja, que elas estavam no espaço circunscrito e disponível para a sua apropriação: um espaço devoluto. Em 25 de fevereiro de 1707, por exemplo, José da Cunha de Sá, em sua concessão de sesmaria, afirmava que se achava com cabeças de gado vacum e não tinha terras para apascentá-los, sendo que no rio Mearim havia terras devolutas para pastos dos ditos gados "principiando das testadas do sargento-mor João da Silva Cotrim", "correndo pelos rios acima, até as testadas de Francisco Ferreira" e advertindo que "delas não tem título algum, tendo escravos bastantes para as cultivar" (ANTT, LISBOA, 1707; 1708. Livro 36, ff. 253-254v). Adquiria o suplicante, as terras que almejava no rio Mearim para a instalação de suas fazendas de gado, mas num espaço claramente já ocupado por outros moradores portugueses (ANTT, LISBOA, 1707; 1708. Livro 36, ff. 253-254v).

[3] Em termos jurídicos e administrativos, como afirma Vanda da Silva, a "demarcação das terras era uma das obrigações do sesmeiro ao receber a concessão das terras requeridas". Segundo a autora, o "sesmeiro deveria requerer junto ao juiz de sesmaria a demarcação cível de suas terras, prerrogativa", entretanto, "nem sempre cumprida, tornando-se uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo poder metropolitano" (SILVA, 2008).

Algumas justificativas, como a de Constantino de Sá e Catarina Pinheiro estavam relacionadas à ocupação de um espaço considerado "vazio" ou "desabitado" pelo povoamento branco e, que, neste caso, o requerente tinha que demonstrar ter condições de fixar povoamento e estabelecer um empreendimento econômico baseado na implantação de currais de gados. Essa, inclusive, constituía uma das estratégias mais utilizadas na obtenção da carta de sesmaria, junto à possibilidade para se cultivar lavoura, por meio da qual a posse legitimava o pedido de terras. Em 19 de junho de 1707, o capitão-mor da capitania do Itapecuru, Constantino de Sá, juntamente com Catarina Pinheiro, adquiriram uma carta de sesmaria nas campinas do rio Pindaré, da parte do rio Mearim, no igarapé da Pacuta, onde tinham currais de gado vacuns e cavalares, sendo 800 cabeças com casas e negros (ANTT, LISBOA, 1707; 1712. Livro 44, ff. 120-121). Desse modo, várias foram as estratégias adotadas pelos requerentes para legitimarem seus pedidos ao governador e ao rei. O sentido econômico atribuído à ocupação era recorrente, podendo ser observado praticamente em quase todas as cartas de sesmarias, como seria de se esperar nesse tipo de documento. Assim, muitos indivíduos alegavam possuírem as terras, cultivando e pagando dízimos.[4] Em 24 de fevereiro de 1707, por exemplo, Manuel Cabral de Araújo argumentava que "há anos" estava cultivando umas terras na localidade do rio Munim, pagando dízimos, "e porque delas não tem título algum, estando devolutas" (ANTT, LISBOA, 1707; 1709. Livro 39, ff. 358-359).

A alegação de estar pagando dízimos juntamente com o de estarem as terras devolutas foram argumentos bastante utilizados pelos requerentes que estavam de acordo com os interesses da Coroa portuguesa. Outro argumento utilizado era de aproveitar economicamente as terras ocupadas havia anos, o que também despertava o interesse da Coroa ou de estarem devolutas. O espaço considerado devoluto era também aquele "infestado" de indígenas e não necessariamente vazio. Ocupar e povoar esse espaço significava, "desinfestá-lo" do gentio que o habitava, dando-lhe um sentido econômico. Em 19 de julho de 1709, os capitães Felipe Santiago Vieira e Luís Pinheiro Lobo e o Tenente Manuel Vieira Botado alegavam em sua carta de sesmaria "eles tinham bastante gado, assim vacum como cavalar, sem terras próprias em que possam criar os ditos gados, e porque nas ribeiras do rio do Mearim se achavam algumas devolutas e infestadas do gentio bárbaro de corso" (ANTT, LISBOA, 1709; 1711. Livro 48, ff. 334-335 v). O espaço "infestado" pela presença dos grupos indígenas parece ter

[4] De acordo com Marcelo Caetano, a concessão de sesmarias era gratuita e ficava o concessionário apenas com o dever de pagar um imposto de renda no valor de 10 por cento. No que diz respeito a extensão da terra, Caetano afirma que dependia do fim (econômico) a que fosse destinada (CAETANO, 1985, p. 33).

ISSN: 2236-9228

sido o sentido mais atribuído as terras que estavam sendo apropriadas e legitimadas oficialmente.

Em 8 de dezembro de 1710, no requerimento transcrito na sua carta de sesmaria, Manuel Monteiro de Carvalho alegava que tinha no rio Mearim "uma fazenda de gado vacum e cavalar, a qual estava em terra alheia, por ele suplicante não ter terras próprias em que pudesse apascentar os ditos gados, e agora de novo mandara fazer um canavial no dito rio em terra que estava devoluta, onde também havia pastos para criação dos ditos gados" (ANTT, LISBOA, 1710; 1712. Livro 47, ff. 57-58). A mesma justificativa de estarem devolutas foi utilizada por alguns requerentes para ampliarem terras que já possuíam.

Em 4 de julho de 1714, por exemplo, João Ferreira Ribeiro alegava como justificativa para aquisição de sua carta de sesmaria que "tinha erguido de novo um engenho real de fazer açúcar no rio Itapecuru", distrito desta cidade, e que tinha já moído o ano passado. Como nele tinha poucas terras para plantar canas e da outra banda do rio, e "de frente do dito engenho estavam terras devolutas e capazes de plantas, que lhe são necessárias, em razão de ter poucas terras no dito engenho", requeria o suplicante "2 léguas de terra de comprido, principiando da boca do dito rio, correndo por ele adentro e 200 braças de largo" (ANTT, LISBOA. 1714;1720. Livro 67, ff. 17 v - 18). A ampliação das terras dos luso-maranhenses sobre os territórios indígenas, portanto, era justificada pelo argumento pautado na instalação de engenhos, lavouras e currais de gados, o que alterou o sentido da paisagem indígena que anteriormente se apresentava marcada pela presença de aldeias e habitações indígenas. Argumentos muito encontrados nas cartas de sesmarias passadas pelo governo de Cristóvão da Costa Freire.

Outro morador que justificava a aquisição do documento pelo mesmo motivo era o capitão João Fernandes Lima, no ano de 1714, ao receber uma sesmaria relatou, em tons mais dramáticos, que seu tio, teria perdido a vida ao tentar defender as terras que ocupava o "gentio de Gueguê"; reclamava, também, que até aquele momento, teria perdido "dezoito mil cabeças de gado" e "setenta e duas cavalgaduras" e muitas armas de fogo, ferramentas utilizadas quando "fazia frente ao bárbaro gentio", sendo que ele próprio muitas vezes teria escapado com alguns homens e escravos, cortando e rompendo os "sertões bravios" e se livrando das mãos do dito gentio (APEP, PARÁ, 1720. Livro 01, fl. 141-142v). Pelo olhar dos colonos, a paisagem marcada pela presença indígena era considerada vazia e, portanto, deveria ser ocupada e aproveitada economicamente.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Não somente as guerras, mas também a distribuição de cartas de sesmarias estava diretamente relacionada aos interesses dos governadores e moradores no que se refere aos negócios locais. As guerras contra as nações indígenas, por exemplo, perduraram durante toda a primeira metade do século XVIII. No que diz respeito às guerras, destaca Vanice Melo que,

> As primeiras décadas do século XVIII foram caracterizadas pelos intensos debates entre moradores, autoridades leigas e religiosos acerca do apresamento indígena. Os governos de Cristóvão da Costa Freire e Bernardo Pereira de Berredo foram períodos de favorecimento de diversos moradores no apresamento de índios (MELO, 2011, p. 124).

Paralelamente, às guerras contra as nações indígenas, iam sendo distribuídas diversas cartas de sesmarias na região. Durante o governo de Bernardo Pereira de Berredo, temos diversas cartas de sesmarias distribuídas para conquistadores com a alegação de implantação de engenhos de açúcar e fazendas de gado. Isto confirma a estreita relação entre guerras e distribuição de sesmarias na região (AHU, MARANHÃO, 1720, cx. 12, doc. 1231); AHU, MARANHÃO, 1722, cx. 13, doc. 1349); (AHU, PIAUÍ. 1722, cx. 1, doc. 13); (AHU, PIAUÍ, 1722, cx. 1, doc. 14).

As guerras contra os grupos indígenas se constituíam como um mecanismo importante para a manutenção e consolidação da conquista nos "sertões" do Maranhão e do Piauí. Em 10 de agosto de 1721, o próprio rei D. João V reconhecia os males causados pelos índios. Numa carta se refere a uma ocasião em que Bernardo Pereira de Berredo com o apoio do Mestre de Campo Bernardo Carvalho de Aguiar, enfrentavam diversos problemas na capitania por causa das "grandes extorsões; e hostilidades, que têm feito nas terras deles os índios de corso nossos, destruindo não só as fazendas dos seus moradores, mas tirando a muitos a vida inumanamente passando a sua crueldade a não perdoar" e "a de alguns religiosos missionários, e com tal excesso a do Padre Antônio Barbosa que depois de morto o abriram, e lhe tiraram o coração, fazendo muitos desacatos as imagens de uma igreja em que entraram prostrando-se por terra quebrando-lhes as portas, e rastros" (AHU, MARANHÃO, 1721, cx. 13, doc. 1316). De acordo com o rei, os ataques indígenas estavam fazendo com que os moradores abandonassem as terras em que viviam, causando prejuízos à Fazenda Real, no recolhimento dos dízimos, pois com as investidas "perto de cem léguas que se acham despovoadas" e "que é necessário que de novo se conquistem" (AHU, MARANHÃO, 1721, cx. 13, doc. 1316).

ISSN: 2236-9228

Para o rei D. João V, o abandono das fazendas e engenhos localizados na parte oriental do Maranhão, portanto, representava graves prejuízos econômicos para sua conquista, pois os moradores estavam perdendo terras para os grupos indígenas em plena guerra. A permanência da instalação dos engenhos e currais dos portugueses dependia do controle dos ataques dos indígenas dessa região. Nesse contexto, caberia aos governadores, autoridades régias e colonos, garantir o avanço da fronteira conquista e ocupação oeste-leste, bem como a prosperidade das capitanias do Maranhão e do Piauí, combatendo, exterminando e submetendo os diversos indígenas hostis. Alertava o rei, a esse respeito que, os prejuízos eram enormes com relação ao recolhimento dos dízimos, razão do envio de tropas militares "de quatrocentos índios para cima fora os brancos", inclusive do Estado do Brasil (AHU, MARANHÃO, 1721, cx. 13, doc. 1316).

Cabe ressaltar que alguns grupos indígenas foram utilizados como aliados para combater os outros indígenas considerados hostis. Dessa maneira, como estratégia da própria colonização portuguesa, tornava-se fundamental integrar os diversos grupos indígenas ao processo de militarização e catequese, incorporando-os às aldeias sob a autoridade dos religiosos e militares. Os governadores se utilizavam do apoio das tropas compostas de brancos e indígenas que viviam aldeados. Apesar de não termos a comprovação de que as tropas de indígenas aldeados das principais aldeias situadas nos sertões da Bahia e Pernambuco, como por exemplo, a Aldeia do Camarão e do rio São Francisco, mencionadas na carta do rei acima, tenha sido de fato utilizada pelas autoridades régias do Estado do Maranhão, o fato é que a convocação de indígenas de diferentes aldeias correspondia a uma estratégia militar por parte dos governadores para reforçar numericamente as tropas combatentes no sertão, pressupondo-se que a quantidade de brancos na composição das tropas era minoria se compararmos ao número de índios que as compunham.

Ainda de acordo com o rei, para o combate aos grupos indígenas, deveriam as autoridades régias, como o governador Bernardo Pereira de Berredo, recorrer ao apoio das tropas de indígenas aldeados do Estado do Brasil. Isso porque para o rei, o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil realidades da mesma conquista, compartilhavam da mesma dificuldade para a sua consolidação, no caso, os frequentes ataques indígenas. A ajuda das tropas das aldeias do Estado do Brasil era devido à ameaça desses grupos não se restringirem apenas à parte do Estado do Maranhão, pois a partir da missiva régia, é possível entender que os conflitos estavam generalizados dos dois lados e que de maneira isolada dificilmente a resistência indígena seria contida na região. Desse modo, relatava ainda o rei

ISSN: 2236-9228

que, era "esta a única guerra que há no Estado do Brasil, e que tem ocasionado tantas ruínas nas três capitanias do Maranhão, Piauí, e Ceará, com as muitas mortes que nelas tem executado, fazendo-se preciso, que nela se ponha todo o cuidado" e "porque havendo o menor descuido nesta matéria, se põem em risco as ditas capitanias havendo já ocupado no Piauí uma grande parte do país tão pingue extinguindo mais de cem fazendas". Assim, determinava o rei para "que se restabeleçam as ditas Capitanias", o que seria de "utilidades para os vassalos delas, e se aumentar a minha real fazenda domando-se os ditos índios" (AHU, MARANHÃO, 1721, cx. 13, doc. 1316).

Para o governo de Bernardo Pereira de Berredo, encontramos praticamente os mesmos argumentos elencados pelas solicitações de terras feitas no período do governo de Cristóvão da Costa Freire. Assim, de um lado, as cartas de sesmarias evidenciam diversas experiências vivenciadas pelos colonos no combate aos grupos indígenas durante o processo de conquista e colonização da região, mostrando-se interessados em terras para o estabelecimento de fazendas de gados e para a instalação de engenhos, algo que ocorreu também no governo de Cristóvão da Costa Freire, como vimos. Por outro lado, os requerentes se pautavam num discurso fundamentado na realidade da experiência da conquista que servia para demonstrar o interesse dos colonos e sua capacidade para povoar e cultivar as terras requeridas, já que nesse contexto, o que mais interessava para a Coroa portuguesa era que os requerentes pudessem demonstrar a possibilidade de poderem beneficiar as terras com a promoção de um advento econômico. Durante o governo de Bernardo Pereira de Berredo, as justificativas utilizadas nos requerimentos apresentavam novamente a experiência da própria realidade da conquista. Desse modo, nos relatos das cartas de sesmarias, observamos que os colonos descrevem suas experiências de apropriação econômica da terra, baseada na instalação de engenhos e currais para a criação de gado.

Dessa maneira, podemos afirmar que durante o processo de legitimação da expansão da fronteira de conquista e ocupação luso-maranhense pelos sertões do Maranhão e do Piauí, que ocorreu durante a primeira metade do XVIII, diversos foram os argumentos utilizados pelos conquistadores e ocupantes para legitimarem perante a Coroa e governadores, a apropriação das terras nessa região. Durante os governos de Cristóvão da Costa Freire e de Bernardo Pereira de Berredo, os conquistadores e povoadores legitimavam seus pedidos sobretudo baseados na realidade e estratégia da conquista, descrevendo um processo de colonização fundamentado no combate, extermínio e submissão dos grupos indígenas que ali viviam, tendo como objetivo principal, a expansão do povoamento através da instalação dos

ISSN: 2236-9228

currais de gado e engenhos de lavouras sobre suas terras, bem como a utilização de sua mão de obra em suas fazendas.

Para a Coroa portuguesa, portanto, para se fazer merecedor da terra, o morador deveria se engajar no processo de colonização com seus próprios recursos materiais e físicos, além do pagamento dos dízimos. Nesse sentido, durante a primeira metade do século XVIII, as autoridades régias, principalmente os governadores, deveriam garantir o domínio e posse legitimada da terra, conservando a integridade e defesa das povoações contra invasores como os grupos indígenas como foi possível perceber durante os governos de Cristóvão da Costa Freire e Bernardo Pereira de Berredo. Desse modo, expansão da fronteira de conquista oeste-leste através das fazendas de gado e lavouras de engenhos nas margens dos principais rios Mearim, Munim, Iguará e Itapecuru e Pindaré, implicou em diversos conflitos com as nações indígenas da região. Durante a primeira metade do século XVIII, as autoridades régias distribuíram diversas cartas de sesmarias aos moradores com o objetivo do aproveitamento econômico da terra e arrecadamento dos dízimos da produção das fazendas e engenhos locais. Os acordos de "pazes" com os indígenas hostis, por outro lado, se constituíram como uma estratégia importante para a expansão do povoamento, possibilitando o aldeamento de várias nações e abrindo a fronteira para a consolidação da conquista e ocupação.

REFERÊNCIAS

- **Fontes primárias**

Cartas, ofícios e consultas (Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Maranhão)

Carta do lugar-tenente Fernão Carrilho ao rei D. Pedro II, sobre a diminuição dos contratadores de açúcar por causa do gentio do corso. AHU, Maranhão. 29/04/1700, cx. 10, doc. 1004.

Ofício do governador e capitão-general do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para o presidente do Conselho Ultramarino, Francisco Távora, conde de Alvor. AHU, Maranhão. 07/09/1700. cx. 10, doc. 1006.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire". AHU, Maranhão. 06/10/1707. cx. 11, doc. 1091.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do capitão-mor do Maranhão, Mateus de Carvalho e Siqueira, a informar as hostilidades dos índios de corso contra os moradores do rio Mearim. AHU, Maranhão. 12/10/1707. cx. 11, doc. 1092.

Carta do rei D. João V sobre o terror que os índios de corso provocam nas populações. AHU, Maranhão. 10/08/1721. cx. 13, doc. 1316.

Cartas de sesmarias (Arquivo Nacional Torre do Tombo / Arquivo Público do Pará / Arquivo Histórico Ultramarino)

Bento Maciel Parente e Antônio Nunes Barreto. Concedida em: 06/04/1707, confirmada em: 04/02/1708. *ANTT*, Chancelaria de Dom João V, livro 36, ff. 252-253

Capitães Felipe Santiago Vieira e Luís Pinheiro Lobo e o Tenente Manuel Vieira Botado. Concedida em: 19/07/1709, confirmada em: 05/03/1711. *ANTT*, Chancelaria de Dom João V, livro 48, ff. 334-335v.

Constantino de Sá e Catarina Pinheiro. Concedida em: 19/06/1707, confirmada em: 10/03/1712. *ANTT*, Chancelaria de Dom João V, livro 44, ff. 120-121

Jacinto de Morais Rego ao rei D. João V, em que solicita confirmação de data e sesmaria junto ao rio Pindaré. AHU, Maranhão. 28/02/1720. cx. 12, doc. 1231

João de Andrade Falcão e Diogo Pedro. Concedida em: 03/03/1707, confirmada em: 13/02/1711. *ANTT*, Chancelaria de Dom João V, livro 43, ff. 123-124

João Fernandes Lima. 26/04/1720. Sesmaria. APEP. Livro 141-142 v.

João Ferreira Ribeiro. Concedida em: 04/07/1714, confirmada em: 04/04/1720. *ANTT*, Chancelaria de Dom João V, livro 67, ff. 17v-18.

José da Cunha de Sá. Concedida em: 25/02/1707, confirmada em: 23/03/1708. *ANTT*, Chancelaria de Dom João V, livro 36, ff. 253-254v

Manuel Cabral de Araújo. Concedida em: 24/02/1707; confirmada em: 03/10/1709, Chancelaria de D. João V, livro 39, ff. 358-359.

Manuel Monteiro de Carvalho. Concedida em: 08/12/1710, confirmada em: 17/03/1712. *ANTT*, Chancelaria de Dom João V, livro 47, ff. 57-58.

Miguel da Silva ao rei D. João V, solicitando confirmação de carta e sesmaria junto ao rio Iguará. 02/12/1722. AHU, Piauí. cx. 1, doc. 13.

Paulo Pires Tourinho. Concedida em: 20/04/1701, confirmada em: 05/12/1703. *ANTT*, Chancelaria de Dom João V, livro 32, ff. 31-32.

Simão da Silva ao rei D. João V, solicitando confirmação de sesmaria junto ao rio Iguará. 02/12/1722. AHU, Piauí. cx. 1, doc. 14.

Tenente Antônio da Silva Moura ao rei D. João V, em que solicita carta de sesmaria nas matas do rio Iguará. 22/12/1722. AHU, Maranhão. cx. 13, doc. 1349.

Viúva do capitão Paulo Pires Tourinho e o capitão Luís Pinheiro Lobo. Concedida em: 29/12/1708. AHU, PA. nº 495.

- **Bibliografia**

CAETANO, Marcelo. As sesmarias no direito luso-brasileiro. In: **Revista IHGB**, nº 348, 1985.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice de. Índios, engenhos e currais na fronteira oriental do Maranhão e Pará (século XVII). In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina (org.). **Em terras Lusas**: conflitos e fronteiras no Império Português. Rio de Janeiro: Horizonte, 2013.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (Primeira metade do século XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, jan./jun., 2013.

FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. (orgs). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras**: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (Primeira metade do século XVIII). Dissertação de Mestrado (UFPA), 2011.

PINHEIRO, Francisco. **Notas sobre a Formação social do Ceará**. Fortaleza: Ana Lima, 2008.

SILVA, Vanda da. **Administração das terras:** a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823). Dissertação de Mestrado (UFMT), 2008.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A FARDA DO SOLDADO: SINÔNIMO DE PODER, VIOLÊNCIA E ABRIGO

Polliana Borba[1]

O ano é o de 1849, estamos na vila de Rosário, o então subdelegado Feliciano Xavier Freire relata em oficio ao comandante do destacamento suas preocupações com o engajamento[2], haja vista não ter se apresentado nenhum homem como voluntário para o serviço das armas, desse modo dever-se-ia principiar o recrutamento. Segundo o subdelegado era preciso que todos os meios possíveis fossem empregados para que pudessem conseguir homens para o serviço (MARANHÃO, delegado de polícia, ofício nº 25 de 30 de setembro de 1849, anexo. Avulsos/ APEM).

Feliciano Xavier Freire, no mesmo texto, relembra ao comandante uma anterior combinação de ambos, tratava-se da forma como seriam "pegos" os possíveis recrutados. O comandante do destacamento deveria orientar os praças sobre quando saíssem pelas ruas e arredores da vila para "pegar" os recrutados deveriam estar vestidos à paisana para que não fossem percebidos pela população[3] (MARANHÃO, delegado de polícia, ofício nº 25 de 30 de setembro de 1849, anexo. Avulsos/ APEM). A estratégia era um tanto ousada, porém necessária pois somente assim Feliciano Xavier conseguiria "pegar" os homens que deveriam tornar-se soldados e completar sua cota perante sua majestade real[4].

O recrutamento era uma tarefa nada fácil. Os recrutadores estavam sempre relatando aos seus superiores as dificuldades que enfrentavam no desempenho de suas funções. Estratégias, como a relatada a cima, eram buscadas pelos "caçadores de homens" para mascarar seu intento. Dessa forma Mendes (1998, p. 12) concluiu que:

> Paradoxalmente, o sucesso da tarefa do recrutamento será dependente, justamente, e no mais alto grau, de sua imprevisibilidade. Segredo e simultaneidade serão

[1] Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA).

[2] Beattie (2009, p.17-40) diferencia o recrutamento forçado da "conscrição". Diz que ambos são formas de recrutamento. O primeiro é um ato "coercitivo" determinado por autoridades a quem incubem o ato; o segundo exige a confecção de uma lista ou alistamento de pessoas. O engajamento, no oitocentos, é para aqueles que se apresentam de forma voluntária (AMARAL, 1872).

[3] "Tempo do pega" é uma expressão de como ficou registrado na memória coletiva o alistamento forçado para as forças armadas, como Assunção (1998; 2003; 2008) registrou em suas pesquisas.

[4] Havia um número de recrutas estabelecido a cada província, era dividido pelo presidente entre as comarcas, proporcionalmente ao número de freguesias e ao número de cidadãos qualificados votantes nas eleições primárias existente em cada uma delas. Na localidade onde não se completasse a quantidade estabelecida de indivíduos, o recrutamento seguiria aberto o tempo que fosse necessário (AMARAL, 1872).

> recomendados como fatores decisivos para o sucesso do apresamento. Todos sabem que na ausência de quaisquer previsões distributivas, praticamente qualquer um pode ser objeto da caçada humana. À menor suspeita da aproximação do recrutamento, os possíveis recrutas se antecipam e desaparecem nos sertões. A população se vê tomada de pânico e as vilas tornam-se desertas.

Ou seja, quanto menos se espalhasse a notícia de que o recrutamento estava aberto, melhores resultados seriam obtidos. A falta de pessoas recrutáveis é a queixa apresentada com maior frequência para o não cumprimento das metas impostas aos recrutadores[5]. Em muitas ocasiões era dito não haver naquelas localidades ninguém nas circunstâncias de ser recrutado, pois todos tinham uma "ocupação" válida ou estavam protegidos pelas isenções previstas em lei[6].

Porém, o que observamos nessa prática é como a estratégia do subdelegado Feliciano Xavier remete a pensar a intrínseca relação entre o grupo social atingido pelo recrutamento e a farda, ambos permeados de implicações componentes de um sistema com complexas relações entre senhores, recrutadores e recrutados.

Os passos do recrutamento na historiografia

O recrutamento militar é o alistamento de pessoas do sexo masculino para preencher as fileiras das tropas de linha, termo que, à época, denominava as tropas profissionais, o Exército e a Armada (Marinha). Era deflagrado anualmente quando o governo estabelecia o calendário e o número de indivíduos que os municípios da Corte e as províncias deveriam fornecer para servir em cada corpo militar. O recrutamento ocorria ou de maneira voluntária ou de maneira forçada (AMARAL, 1872). Os indivíduos com desejo de servir em uma dessas tropas poderiam se apresentar ao quartel, neste caso, considerar-se-iam voluntários. Contudo, caso não se completasse a meta estabelecida para as forças militares seria acionado o caráter forçado.

Na historiografia que aborda a temática, o recrutamento é considerado como um dos processos mais arbitrários e que vitimava grande parcela da população pobre. De maneira geral, sua função consistia não somente em suprir as fileiras das tropas de linha, mas também

[5] Ver Borba (2016) sobre as práticas de recrutamento no Maranhão Provincial.
[6] Nos referimos as Instruções de 10 de julho de 1822, que entrou em vigor no mesmo ano, e ficaram conhecidas com as Instruções de 1822. De acordo com Faria (2007, p.112), elas podem ser vistas como "os pilares do recrutamento forçado" para as tropas profissionais, colocados em prática durante quase todo o Império Brasileiro, e que seriam complementadas com outros decretos, vigorando até 1875, quando foi estabelecida a lei do recrutamento através do sorteio (BRASIL. Lei n.2556, de setembro de 1874).

servia como estratégia para a manutenção da ordem e o controle social de quem se encontrava nas camadas mais marginalizadas da sociedade (MOREIRA, 2006; SILVA, 2001; IAMASHITA, 2010). Ao mesmo tempo, especialistas na temática são unânimes em enfatizar a coercitividade empregada nessa prática (SILVA, 2001; GOMES, 2010).

Os estudos acerca do "recrutamento militar no Maranhão" são bem recentes, e seguem a perspectiva dos estudos denominados e inseridos no que tem se chamado de Nova História Militar[7].

É considerada uma nova escrita sobre história militar, mas não se atem a narrar os feitos dos comandantes das batalhas, nem mesmo à descrição das batalhas consideradas gloriosas ou estratégias de guerra e muito menos a idealizar os corajosos homens com suas altíssimas patentes que venceram as adversidades e deixaram seus nomes e marcas na história do país, tornando-se os heróis idolatrados. Deixou-se de lado as posições anteriormente já célebres, não as (re) negando, mas tornando-as mais amplas para além dos conceitos já conhecidos, vejamos (KEEGAN, 2000: 28-30, apud PEDROSA, 2011: 2):

> A História Militar é um conjunto de muitas coisas. É – e para muitos escritores do passado e do presente é pouco mais do que isso – o estudo dos generais e do generalato [...]. A História Militar é também o estudo do armamento e do sistema de armas, da cavalaria, artilharia, castelos e fortificações, do mosquete, do arco, do cavaleiro com armadura, do encouraçado, do bombardeiro estratégico. [...] A História Militar é, por outro lado, o estudo das instituições, regimentos, estados-maiores e escolas de estado-maior, dos exércitos e das marinhas em geral, das doutrinas estratégicas adotadas na batalha [...]. A História Militar, podemos inferir daqui, tem, em última análise, de tratar da batalha.

Para Pedrosa (2011), tal postura era algo tradicional na escrita da História Militar e só mudaria após a Segunda Guerra Mundial. Haveria uma amplitude do conceito passando a considerar também categorias como a "história das instituições militares", seja na "paz" ou na "guerra" e principalmente "a relação com a sociedade". Dessa forma busca-se nesse momento oferecer destaque à história daqueles que foram deixados à margem da escrita, os quais não são vistos por seus feitos/participação nas batalhas, mas que ainda assim fizeram parte do conjunto para que o objetivo final fosse alcançado.

Na ampliação desta abordagem podemos destacar que os estudos de Edward Thompson meio que alavancaram abordagens com ênfase em uma história não da elite[8], mas

[7] Borba (2016) oferece um trabalho nessa proposta ao qual se soma a linha de estudos voltados nessa temática e na pretensão de responder aos questionamentos de como essa prática se deu na Província do Maranhão, considerando que já existia uma produção bibliográfica significativa em outras regiões.

que dissessem respeito àqueles que foram deixados à margem da história. A partir de então o conceito de história vista de baixo foi idealizado passando a fazer parte do vocabulário dos historiadores (SHARPE, 1992).

De acordo com Sharpe (1992, p. 54) a história vista de baixo é o caminho para uma "compreensão histórica mais rica" em que a experiência do cotidiano das pessoas" comuns somado a temática dos "tipos mais tradicionais de história" tem melhores resultados, pois não se pode escrever a história com um único olhar, é necessário um contexto. A abertura a estes novos caminhos possibilitou o aprofundamento da escrita da história e aproximação com outras áreas.

A proposta de uma nova história com interesses mais amplos já vinha tomando posições desde o movimento dos *Annales*, em 1929, uma "*nouvelle histoire*", (SOARES e VAINFAS, 2012: 113)*:*

> Tripudiaram sobre a historiografia historicista do século XIX, reduzida por eles à mera descrição factual de episódios políticos, em contraposição a uma história-problema, totalizante e interdisciplinar. Referiram-se à sua proposta como uma nouvelle histoire caracterizada, antes de tudo, por ser uma história social no sentido amplo.

Essa nova história teria como pilares fundamentais o econômico e social em contraposição a história que vinha sendo escrita, mais precisamente a história política[9]. Preocupar-se-ia a partir de então com o estudo das estruturas, "aquilo que não se vê, mas está por trás" (FERREIRA, 1992, p. 266).

O advento dessa nova história influenciou a escrita, a forma de pensar e ver as instituições militares seguindo o caminho desta nova corrente de pensamento que havia surgido (BLOCH, 2002: 55 apud PEDROSA, 2011: 4).

> Os adeptos da Nova História buscam a multidisciplinaridade dos estudos históricos, com a utilização de novas fontes de pesquisa, além dos tradicionais documentos escritos, e de novos pontos de vista, como a história vivida e protagonizada pelos estratos inferiores da sociedade, no que ficou conhecido como a "história vista de baixo". Seu ideal é ser a '"Ciência dos homens' [...] [e] É preciso acrescentar: 'dos homens no tempo'".

[8] Referimo-nos a publicação de seu artigo 'The History from Below' em The Times Literary Supplement, em 1966 (SOARES e VAINFAS, 2012: 113).

[9] A história política foi renegada e só retornaria ao cenário a passos largos, retorno este que René Rémond chamou de "renascimento da história política", muitos fatores foram revistos e outros foram somados a história política, como por exemplo a aproximação com outras disciplinas. Segundo René Rémond a nova história política havia perdido seu caráter elitista e individualista (FERREIRA, 1992).

ISSN: 2236-9228

Da mesma forma que se mudam os protagonistas também mudam-se os autores. Há um legado na historiografia militar em que seus escritos iniciais são reservados a militares e os quais em geral detalharam as estratégias de guerra/batalha utilizadas para vencer ou narram os principais atos que os direcionaram ao fracasso.

Essa modificação na conceituação e também no autor – que foi do militar ao historiador – também tem seus resquícios na Escola dos *Annales* os quais acenderam novas possibilidades para a aceitação de estudos das mais variáveis temáticas com um jeito diversificado na forma de escrever e interpretar. Embora, segundo Moreira e Loureiro (2012: 14), o grupo a princípio não tenha priorizado a temática "militares", mas contribuiu de forma significativa no "modo de produção do conhecimento".

Essa nova abordagem na história militar traz à tona explanações sob um novo olhar – o do historiador – que ao trabalhar com determinados seres humanos, os coloca como tal, buscando em suas pesquisas as respostas para os questionamentos que se estabelecem segundo as suas subjetividades.

Parente (2009) propõe que o historiador militar deve compreender o conceito de guerra como "uma estrutura histórica dinâmica no tempo das civilizações", considerando que ambos os conceitos – guerra e história – "não são os mesmos em todas as culturas".

Nas palavras de Jardim e Piepper (2010: 90) independente da história que se estuda, seja a "vista de cima" seja a "vista de baixo", é preciso encontrar um caminho mediador que possa oferecer abertura a novos campos de estudos. A Nova História Militar é fruto desses novos caminhos, ela é mostrada como uma escrita de oposição à história militar considerada tradicional.

> A principal crítica com relação à historiografia militar tradicional reside na forma estanque em que o militar e as instituições militares eram tratados; ou seja, eram retratados "fora" dos "contextos social, cultural, psicológico e geográfico. Não eram entendidos como receptores e agentes de transformação social" (JUNIOR E LOUREIRO, 2012: 92-93 apud VIANNA, 2013: 14).

Essa nova abordagem voltada para o diálogo e a contextualização perpetuar-se-á nos estudos e discursos que caracterizaram a Nova História Militar. Consoante Pedrosa (2011: 9-10) a gênese da "Nova História Militar sofria clara influência da 'Nova História Cultural', então em voga nas universidades norte-americanas, concentrando suas atenções em temas como poder, ideologia, classe, identidade cultural, raça, gênero etc.", passando a ter como objeto de estudo "as relações entre as instituições militares e a sociedade" além de

proporcionar o aparecimento de estudos voltados a temáticas como a "composição social das forças e dos quadros de oficiais, o recrutamento e questões culturais, de gênero e de raça nas instituições militares". Segundo o autor, esta tendência seria também uma consequência da falta de familiaridade do historiador com as experiências militares.

O encontro entre a História Militar e a História Social, segundo Parente (2009: 9) tornou-se um dos "campos mais fecundos da historiografia atual", sendo a categoria entendida a partir "de uma rede complexa de estruturas sociais" no sentido de tentar compreender as instituições e os fenômenos militares a partir das sociedades onde estão inseridos. O autor ainda nomeia os novos campos de estudos que surgiram dessa união, entre eles, o recrutamento e as mais diversas formas de como vê-lo. Vejamos:

> O estudo das formas recrutamento ou engajamento – forçado, sorteio, obrigatório, voluntário – em suas ideologias e motivações, nos grupos sociais, étnicos, econômicos ou regionais que atingiu. Ou o contrário do recrutamento, o seu oposto simétrico, a deserção, tema sobre o qual pouco se conhece na História Militar, não apenas a brasileira (PARENTE, 2009: 10).

São estudos que alargaram o debate acerca da temática "militares" ampliando os caminhos já percorridos e estabelecendo novos nas mais diversas perspectivas e nos diferentes campos do conhecimento.

A farda e as implicações de vesti-la

Nos períodos em que o recrutamento forçado passava a vigorar, toda a sorte de acontecimentos poderia ocorrer. O relato de Feliciano Xavier Freire e sua estratégia para pegar recrutas não é isolado entre tantos outros que ocorreram no Brasil. Isso legou uma imagem negativa dessas práticas ficando registrada na memória coletiva e na história como algo que prejudicava aqueles que eram vulneráveis de serem atingidos por elas.

É inegável que o recrutamento no século XIX, prática institucionalizada pelo regime político da época, legou diferentes imaginários à história. Imaginário conforme Baczko (1991, p. 08 *apud* ESPIG, 2003, p. 52), sendo "um conjunto de representações coletivas e idéias imagens" constituídas nas relações sociais. Nessa perspectiva as representações são elementos fundamentais na construção desse imaginário social.

Chartier (1990, p. 17) analisa representação como um conjunto de "classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

fundamentais de percepção e de apreciação do real". Nesse contexto "as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam" de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade.

A estratégia tomada por Feliciano Xavier foi uma forma de esconder algo de que muitos indivíduos do sexo masculino fugiam: o serviço das armas. Observa-se que a falta da vestimenta é determinante para que se consiga ter sucesso na prática empregada pelo subdelegado, porém mesmo havendo a ausência do objeto (a farda), este remete a uma ideia original, neste caso, a prestação do serviço militar e as consequências advindas desse serviço logo quando o indivíduo se vê preso (CHARTIER, 1990).

Portanto,

> Por um lado, a "representação" faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001: 85 apud ESPIG, 2003: 52).

A representação mesmo quando o objeto ausente ainda é possível substituí-lo por uma imagem capaz de remeter ao que condiz ou pintá-lo como é, a exemplo do episódio descrito, os indivíduos quando "pegos" logo se veem inseridos num sistema tido por eles como abusivo, autoritário e violento presente na pessoa do soldado que o "pega", tornando o recrutamento "um dos grandes vilões que assombrava a população masculina pobre e livre do Maranhão" nos oitocentos (CHARTIER, 1991; DUTRA, 2010: 30).

Segundo Chartier (1990, p. 17) as representações estão inseridas em espaços de lutas "cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação" fator observado nos grupos sociais que tiveram contato com o recrutamento. Por um lado, o grupo que detinha o domínio da prática satisfazia-se a seu bel prazer, o recrutamento acaba sendo visto como uma prática permeada por uma "densa rede de isenções e privilégios legais", num "complexo jogo de negociações com os poderes locais", tornando-o objeto de "tradução local" pelas autoridades competentes, ou seja, servindo a interesses pessoais[10]. Numa tentativa, por vezes, usada com força da violência para imposição de domínio nos territórios ocupados pelos senhores.

[10] Segundo o Mendes (2010; 1998), no Brasil Império, esse jogo foi ainda mais concretizado e legalizado quando da criação da lei de isenções, as Instruções de 1822, onde as isenções foram alargadas o que significou a consolidação de uma espécie de *"economia moral do recrutamento*", promovida pela "*tradução local"*, isto é, *"um conjunto de regras não escritas",* que se sobrepunha às normas jurídicas.

ISSN: 2236-9228

Por outro, os grupos sociais atingidos pelo recrutamento não estavam totalmente passivos aos caprichos dos dominadores. Nesse contexto, as armas e a farda são aparelhos vistos como sinônimo de perseguição e punição, a única saída era a fuga. Havia um intenso combate entre esses grupos refletido nas mais variadas formas de como se escapar de cair nas malhas do recrutamento por um e o uso da violência pelo outro.

Os abusos cometidos ao "pegar" os recrutas assim como a propagação de notícias sobre a árdua vida de soldado foram fatores que se reproduziram e cristalizaram-se no imaginário daquela sociedade, tais "imaginários sociais veiculados tanto pela linguagem dos gestos e dos objetos como pela palavra viva neste meio dominado pela cultura não-escrita, são solidários com o ritual da violência" este vistos por ambos os grupos sociais e gerando confrontos armados principalmente quando as pessoas das localidades tomavam conhecimento antecipadamente da chegada das autoridades encarregadas do recrutamento e, dessa forma, buscavam alternativas para escapar, fosse embrenhando-se nas matas, casando-se às pressas ou partindo para os embates representando atos defensivos em reposta a chegada dos invasores e contra uma agressão já caracterizada anteriormente (BACZKO, 1985, p. 316).

Ao ocultar suas intenções, Feliciano Xavier reafirmar-nos como através da farda os indivíduos já "pintavam" o que seria o serviço militar. Estavam agregados a esse objeto fatores muito negativos como o receio de ser mandado para longe do convívio familiar e das redes de sociabilidade em que se estava inserido; aversão à degradante vida de soldado, com soldos baixos e constantemente atrasados, marchas forçadas, alimentação precária, entre outros fatores (ASSUNÇÃO, 2003). Somado a violência com que a prática era exercida pois as casas, lavouras e vilas se tornavam suscetíveis de invasão e os homens considerados válidos eram apanhados, algumas vezes com o uso da força.

A farda, se para uns, era a representação de algo repulsivo e motivado a fugas, para outros tornava-se abrigo, usando as palavras de Kraay (1994, p. 30).

> No Brasil do século XIX, os escravos fugiam cotidianamente para se alistar no Exército como voluntários, enquanto outros eram recrutados a força para desespero de seus donos, os quais eram obrigados, muitas vezes, a enfrentar longos e maçantes procedimentos legais e administrativos para reclamar suas propriedades.

Porém, essa questão esbarrava no direito de propriedade, pois o escravo pertencia a alguém, ainda assim não podemos nos esquecer de que o engajamento de escravos foi

oficialmente permitido apenas em momentos críticos[11]. É digno de nota dizer que o sistema do qual esses indivíduos eram provenientes é visto de forma opressiva, então vêm no alistamento voluntário a saída de uma vida repleta de horrores. Contudo, Silva (2001), em seus estudos na Bahia colonial, dirá que a vida de um soldado é equiparável a vida de escravo para tal a autora considera, dentre outros fatores, a alimentação e a árdua vida de trabalhos forçados (muitas vezes sem recebimentos). O único fator que separava soldados e escravos era apenas a condição jurídica, esta que alimentava os sonhos dos escravos que se alistavam voluntariamente que preferiam morrer de fome livres à vida de escravidão.

As ações dessa prática internalizaram nos indivíduos anseios de repulsa, controle ou saída de uma situação opressiva devido à falta de uma compreensão a respeito da funcionalidade do sistema de recrutamento, dessa forma, diferentes imagens foram pintadas para retratá-lo. Os objetos que estiveram relacionados ao recrutamento mesmo quando estivessem longe dos olhos seriam representados em sua quase totalidade objetivando "a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas" considerando que nenhum discurso estaria livre da subjetividade (CHARTIER, 1990, p. 17).

Considerações finais

É inegável que os meios utilizados e as formas de executar o recrutamento deixaram marcas indeléveis na história em todos os recantos do extenso território brasileiro. Os autores que estudam o assunto colocam-no como causador de grande terror, pois além da arbitrariedade, não havia convocação prévia, quando se iniciava o processo. A violência exercida não deixou de ser reproduzida no imaginário da sociedade como visto nos estudos de Assunção (1998; 2008) em um retrato da revolta da Balaiada, ocorrida no Maranhão de 1839 a 1841, colocando o recrutamento como o ápice para o início do conflito e como a prática ficou conhecida na memória oral.

A farda serviu a diferentes senhores gerando diversos sentimentos entre grupos sociais dominantes e também simpatia por parte dos indivíduos que se voluntariavam, assim como a

[11] Segundo estudiosos, houve o recrutamento de escravos em casos de guerra como a da Independência da Bahia (1822-1823) e a guerra do Paraguai (1864-1870), mas deixamos claro que em ambos os casos não houve ameaça ao direito de propriedade (KRAAY, 1994). Podemos ver mais informações nos trabalhos de Cesar Eugênio Macedo de Almeida Martins, entre eles: A dinâmica do recrutamento militar na província de Minas Gerais: Mobilização, Conflito e Resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870) e na reunião de trabalhos do Seminário de História da Guerra da Tríplice Aliança... (2011).

repulsa vista nas fugas e deserções como resposta a violenta forma como ocorria o recrutamento. Fato é que havia forte aversão dos pobres livres ao recrutamento. As condições de vida dos soldados levavam essa parcela da população a se afastar do alistamento espontâneo, mesmo que houvesse algumas medidas que visavam diminuir a aversão na prática, o recrutamento continuava sendo uma espécie de caçada humana, como os contemporâneos o chamavam. A farda, então, tornava-se símbolo de coercitividade do alistamento feito de forma compulsória, ao mesmo tempo representação de um sistema que a tornou instrumento de perseguição e punição a desafetos de ambos os grupos sociais envolvidos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Antônio José do. **Indicador da legislação militar em vigor no exército do império do Brasil organizado e dedicado a S.M.I. pelo ...** 2 ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872. v. 1, parte I e II.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. "Histórias do Balaio": historiografia, memória oral e as origens da Balaiada. **Revista Brasileira de História Oral**, n. 1, junho, p. 67-89, 1998. Disponível em <http:revista.historia.org.br> Acesso em: 14 julho 2016.

_____, **A guerra dos Bem-te-vis**: a balaiada na memória oral. São Luís: Edufma (Coleção Humanidades, nº 6), 2008.

_____, Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem Pós-Colonial no Maranhão. In: PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos. **Os Senhores dos Rios**: amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Acesso em maio/2018.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue:** Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, *1864-1945*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009.

BORBA, Polliana. **A Caçada Humana:** recrutadores e recrutados no Maranhão Provincial (década de 1840). Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

BRASIL. **Lei n. 2556 de 26 de setembro de 1874**. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral> Acesso em: maio/2018.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n.11, 173-191, 1991. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br>. Acesso em março/2018

DUTRA, Edvaldo Dorneles. **Ordem e desordem**: recrutamento e desvio de conduta no Corpo de Polícia do Maranhão em meados do séc. XIX. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. **Revista Textura-ULBRA**, Canoas-RS, v. 05, n. 09, nov. de 2003 a jun. 2004, p. 49-56. Disponível em <www.periodicos.ulbra.br>. Acesso em 20 jul. 2018.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem**: a construção de aparatos policiais no universo luso brasileiro (Séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1937>. Acesso em: 06. Maio. 2018.

GOMES, José Eudes. **As milícias d'rei**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. **Modernização e Rebeldia**: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841). Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

JARDIM, Rejane Barreto e PIEPPER, Jordana Alves. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. **MÉTIS: história & cultura** – v. 9, n. 18, pp. 87-97, jul./dez. 2010. Disponível em: <www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis> Acesso em: 12/09/2016.

KRAAY, Hendrik. "O abrigo da farda": o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. **Revista Afro Ásia**, n. 17, 1996, p. 29-56. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p29.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

MARANHÃO. Secretaria de Polícia. Delegados de Polícia (Correspondências) 1842-1850. Delegados de Polícia de diversos Municípios para o Chefe de Polícia da Província do Maranhão. Setor de Avulsos. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

MENDES, Fabio Faria**. Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

_____**.** A Economia moral do recrutamento militar no império Brasileiro. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 16 jan. 2015.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. Caboclismo, Vadiagem e Recrutamento Militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875). **Diálogos Latino-americanos**.

Dinamarca, num. 11, 2006, pp. 94-120. Disponível em:<http://www.redalyc.org/articulo> Acesso em: 1 fev. 2015.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri e LOUREIRO, Marcello José Gomes. A Nova História Militar e a América Portuguesa: balanço historiográfico. In.: POSSAMAI, Paulo (org.). **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 13-31.

PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar. **Revista Brasileira de História Militar.** Ano I, ed. especial de lançamento, dez-2009. Disponível em:< http://www.historiamilitar.com.br/edicao/edicao-01-ano-I-dez-de-2009/> Acesso em: 15/09/2016.

PEDROSA, Fernando Velôso Gomes. A história militar tradicional e a "nova história militar". **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em:<www.snh2011.anpuh.org> Acesso em: 12/09/2016.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo, Editora UNESP, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

SOARES, Luiz Carlos e VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 113-132.

VIANA, Wania Alexandrino. **A "gente de guerra" na Amazônia Colonial.** Composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO LATIFÚNDIO NO SERTÃO DE GRAJAÚ-MA: DISPUTAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO FINAL DO SÉCULO XIX

Layla Adriana Teixeira Vieira[1]

A passagem do Império para a República no Brasil, no final do século XIX, não ocorreu de forma pacífica, do mesmo modo que não aconteceu no Centro-Sul do Maranhão, com a chamada Guerra do Léda[2]. Em Grajaú tais disputas provocaram os conflitos em torno da concentração política e econômica nas mãos de muitas famílias[3] (Família Léda, Família Moreira e família Barros); essas já vinham se apoderando de extensas quantidades de terras, principalmente pelas suas posições políticas.

Cada família era representada por um chefe patriarcal. A família Léda era chefiada por Leão Rodrigues de Miranda Léda, que disputava o poder político local com o coronel Araújo da Costa Barros. Tais indivíduos controlavam tanto o poder político como o poder econômico, o que acarretou em um intenso conflito político partidário entre as principais famílias da época. Em 1887, com "o falecimento de Francisco Moreira, coronel comandante superior da Guarda Nacional, foi dada a chefia do Partido Liberal a Leão Léda, moço educado em um colégio ou liceu da capital, altivo, rico e munificente" (JORNAL DO BRASIL, 1902, p. 1).

Leão Léda se tornou um dos mais influentes políticos da região, defendendo os ideais liberais e lutando por um governo próprio e independente para o sertão. Após concluir seus estudos no Liceu Maranhense, voltou para a antiga Vila da Chapada, agindo diferentemente da maioria de seus colegas, que geralmente iam continuar seus estudos na Europa ou mesmo, em Recife ou Salvador, para onde costumeiramente os filhos das elites da época eram mandados com tal finalidade.

[1]Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR/UEMA) e graduada em História/Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: layladriana@hotmail.com

[2]Este conflito político ocorreu na cidade de Grajaú, no final do século XIX e início do século XX, atingiu regiões do Centro-Sul maranhense, do Norte de Goiás e Sul do Pará. A Guerra do Léda recebeu esse nome de Parsondas de Carvalho, o qual teve a intenção de homenagear o líder principal do movimento, Leão Rodrigues de Miranda Léda, o Leão Léda.

[3] Sobre a forma que tais famílias senhoriais se apropriavam do poder no Nordeste brasileiro, comenta Francisco de Oliveira: "[...] os adágios populares diziam que 'quem não era Cavalcanti era cavalgado´ em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, adágio que poderia ser entendido aos Maranhão, Albuquerque e uns poucos nomes familiares mais. O próprio ditado popular era uma forma pela qual as classes dominantes se reconheciam nas dominantes. " OLIVEIRA, FRANCISCO. *Elegia para uma Re(li)gião*: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 33.

Seu retorno à cidade natal acentuou os embates já existentes entre as famílias Léda/ Moreira de um lado, e o coronel Araújo Costa e seus correligionários políticos de outro. O piauiense Francisco Araújo Costa[4] foi criado em Grajaú por Militão Bandeira Barros[5], chefe do Partido Conservador, possuidor de grande riqueza e inimigo dos Moreira. Mesmo sem instrução, Araújo Costa investiu na carreira política como sucessor de seu pai adotivo, Militão Bandeira Barros, representando muito bem o chamado coronelismo, ou seja, exercendo o poder de forma autoritária, com seus currais eleitorais, sempre exercendo uma severa oposição aos Moreira e aos Léda. Foi esse embate político que deflagrou, na cidade de Grajaú, uma das mais sangrentas lutas do sertão maranhense.

Os dois grupos políticos da região independentemente de estarem chefiados aos partidos Conservador e Liberal, enfrentavam-se cotidianamente. O primeiro, no entanto, era apoiado pelo governo estadual que sempre ajudou Araújo Costa, tanto financeiramente quanto através do envio de tropas policiais para combater e exterminar os inimigos, e os simpatizantes da família de Leão Léda. As disputas político-partidárias, os jogos de interesses e a busca por status social ocorriam de forma coercitiva e violenta.

Assim, as intrigas existentes sempre foram resolvidas à bala e, na mesma proporção do crescimento da tensão política, cresciam as ondas de desordem e desobediência na cidade e no sertão de Grajaú: "Nas ruas era preciso andar calado e evitar gestos que os soldados reputassem sediciosos" (JORNAL DO BRASIL, 1902, p. 1). As perseguições atingiram a todos os habitantes da localidade, mesmo aqueles que preferiram se manter distantes do conflito. Houve a quebra de sigilo das correspondências encaminhadas à antiga Vila da Chapada. Nem mesmo os não residentes da localidade escaparam às repressões aplicadas na região, que se intensificaram a partir de março de 1882, quando, de acordo com a documentação, Araújo Costa sofrera um atentado, vítima de uma armadilha, e um tiro lhe ferira a testa de raspão (JORNAL A PACOTILHA, 1902, p. 3).

Uma vez concluídos, os inquéritos apontavam como culpado Raimundo, também conhecido sob a alcunha de Pernambucano (embora esse indivíduo fosse provavelmente cearense) e que possivelmente trabalhava nas terras de Leão Léda. Sobre esse episódio, Dunshee de Abranches, em sua obra *A esfinge do Grajaú*, assim reproduz as palavras de Araújo Costa: "E esses sicários quase me liquidaram com um tiro na fronte, esbravejou Araújo Costa; e ainda estava com a cabeça amarrada quando assumiu a Presidência da

[4] Francisco Araújo Costa – a maioria dos documentos o chama apenas de Araújo Costa.
[5] Militão Bandeira Barros também foi chefe da Guarda Nacional e fundador de um grupo literário em Grajaú, conhecido como "Roda de Amigos". Esse grupo deu origem à Academia Grajauense de Letras e Artes.

ISSN: 2236-9228

Assembleia Provincial" (ABRANCHES, 1993, p. 125). Com esse episódio, os ânimos entre as partes envolvidas no conflito tornaram-se mais exaltados e Grajaú começou a viver uma de suas fases mais tensas. As disputas pelo poder começaram a ser resolvidas à mão armada, a desordem e o medo passaram a ser uma das características de Grajaú.

No período histórico de transição do Império para a República incitou ainda mais os conflitos na localidade, agravando a Guerra do Léda, que se tornou mais intensa com o advento do novo regime e com o assassinato do promotor de Justiça Estolano Eustáquio Polary, no dia 16 de agosto de 1898: "Na noite do delito achavam só na cidade de Grajaú 20 praças do batalhão de infantaria do Estado, sob as ordens do tenente coronel de polícia Fontenelle" (JORNAL O NORTE, 1898, p. 2). As lutas sangrentas que passaram a ocorrer, principalmente depois do crime, propagaram-se para outras localidades sertanejas. Os periódicos da época, em defesa dos sertanejos, concitavam o povo a lutar contra a política vigente. Assim, em consequência, tinha início – sem que nenhum dos grupos beligerantes percebesse – um dos maiores conflitos armados provocado por desentendimentos político-partidários no sertão maranhense: a Guerra do Léda.

A trama política desse conflito caracteriza para além de um mero enfrentamento entre as partes políticas que utilizavam a força para tentar subjugar uma à outra. Nesse caso, havia, tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil, representada por Leão Léda e seus aliados, elementos comuns de pressão social que causavam verdadeiros conflitos internos nessa sociedade, que não era necessariamente uma contenda armada. O medo, as ameaças e o ambiente de pânico, propenso a práticas criminosas de todos os gêneros, fizeram com que muitos indivíduos e famílias silenciassem em relação aos fatos acontecidos.

Dessa forma, por trás do conflito e como força motivadora dele, havia também projetos dessemelhantes de República, cuja divergência causou uma crise de legitimidade do Estado. Isso levou a uma disputa sobre quais seriam os agentes responsáveis pela condução do novo projeto político que se delineava no Maranhão, ligado àqueles conduzidos no Centro-Sul do país. Tal projeto, no entanto, tinha suas especificidades locais, por estarem justamente relacionados aos grupos oligárquicos que há muitos anos dominavam o ambiente político maranhense. E, no momento em que se começou a falar sobre uma centralização política a partir da capital, essas tensões começaram a emergir, culminando no conflito descrito nesse ponto do texto.

No entanto, é interessante destacar que a Guerra do Léda não teve como causa principal apenas fatores políticos, mas também, aliado a isso, fatores econômicos tão

disputados para a concentração de riqueza. Em verdade, o pano de fundo de toda guerra eram questões fundiárias de acesso e manutenção da terra, pois a posse e o poder representavam tradicionais preceitos de soberania patriarcal local. Então, o que estava por trás dessa guerra em Grajaú? Eram famílias que tinham acesso à terra, esse acesso era sinônimo de poder. Em Coronelismo, Enxada e Voto (LEAL, 1949), o sociólogo Vitor Nunes Leal defende a ideia de que a emergência de alguns municípios brasileiros, na República, vai ser a representação da decadência da lavoura. Portanto, à medida que a lavoura está em crise, os latifundiários vão emergir como agentes políticos, e a Guerra do Léda é tida como uma crise de hegemonia, tendo uma questão fundiária muito clássica, o acesso à terra.

No entanto, percebemos que a chegada ao poder era uma forma de implementar e manter o processo de concentração de terras, que existiu durante o Império e só foi intensificada na Primeira República. Leão Rodrigues de Miranda Léda, era um dos mandatários políticos, coronéis, latifundiários do sertão maranhense, representava a elite sertaneja de Grajaú, disputava cargos políticos e terras. Um dos focos principais era não só o acesso à terra, mas a sua manutenção, mesmo na ausência de controle devido às grandes extensões territoriais e inexistência de técnicas para a medição dos latifúndios.

Tais latifúndios eram demostrados por meio de fazendas para a criação de gado, atividade econômica que caracterizava a região de estudo. A terra e o gado eram tão importantes para a época, que em uma das suas passagens Parsondas de Carvalho comenta que Leão Léda, mudando-se do Maranhão para a Comarca de Boa Vista (atual Tocantins) "pensava em vender o mais difícil de conduzir, como imóveis, por sua natureza, alienar mesmo algumas fazendas de gados *vacum* e *cavalar* (...) e retirar de outras todos os gados para com estes fundar outras fazendas na Comarca de Boa Vista" (DINO, 2001, p. 171). Logo, ter terra era sinônimo de poder, moeda de troca e fonte de riqueza, portanto, era valor. A terra precisava ter um fim, que no caso, era para a criação de gado, como elemento principal de renda e de (re)produção do sistema econômico e social.

Com a terra essas famílias[6] demarcavam suas fazendas, estabeleciam suas relações sociais e, principalmente, arquitetavam a manutenção patrimonial. Por meio do processo de herança e sucessão o poder da terra era transmitido ao (s) indivíduo (s) herdeiro (s), que

[6] É interessante destacar que nessa sociedade patriarcal as famílias eram extensas, composta por grupos de pessoas unidas por laços sanguíneos ou não. Normalmente, a expressão *família extensa* era usada para se referir a várias gerações de famílias nucleares que moravam em uma residência compartilhada. Linda Lewin analisa com excelência a organização de cada grupo familiar na Paraíba, discute os ascendentes maternos e paternos, os indivíduos incluídos na família por meio de compadrio, as relações de adoção, dentre outros assuntos. Ver LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 117.

ISSN: 2236-9228

passaria ou passariam a controlar o patrimônio familiar. Em muitos casos, tal manutenção (continuidade do poder) era exercida por meio do matrimônio, para assim garantir a perpetuação dessa dinâmica de domínio de terras entre as famílias. Os casamentos aconteciam de acordo com os bens que os indivíduos possuíam. No intuito de perpetuar ou aumentar suas fortunas e galgar os espaços públicos administrativos, os grupos abastados buscavam o quanto antes a união conjugal de seus membros com indivíduos da mesma classe social, representando a união de interesses dentro de uma sociedade patriarcal que queria se mostrar elitizada.

Na concepção da historiadora Sandra Regina dos Santos o elemento principal da sociedade sertaneja maranhense "era a família patriarcal, integrada pelo pai, seus dependentes e agregados. Cada família conduzia-se sob suas próprias regras e normas, sendo comum naquele espaço a eclosão de conflitos entre elas" (SANTOS, 2011, p. 7). De fato, os conflitos eram bem rotineiros e envolviam a todos aqueles que estavam integrados ao grupo familiar. Desta maneira, as poderosas famílias do sertão maranhense denunciavam hierarquias e gradações reconhecidas e respeitadas, como, por exemplo, as famílias Léda, Moreira, Barros e Martins Jorge.

Essas famílias estavam inseridas em uma sociedade composta por grupos diversificados, aos quais era atribuído, consequentemente, status sociais também diferenciados. Cada núcleo possuía um determinado grau de valor e importância naquele meio que cercava o cotidiano e as práticas de vida social e econômica do homem sertanejo. O grau de valor, no caso das famílias destacadas, era medido pelo poder político e poder econômico, ligado à terra, determinando os arranjos estabelecidos para a manutenção do status.

As relações familiares de parentesco, protecionismo, compadrio e amizade eram, em alguns casos, jogos de interesses para essa manutenção. Nesse território de poder era interessante demarcar o seu lugar através do controle de heranças e partilhas. Na concepção de Giralda Seyferth "a estrutura da família é determinada por um conjunto de fatores ligados à herança da terra e à característica fortemente patriarcal" (SEYFERT, 1985, p. 16). Sendo assim, a característica patriarcal dessas famílias moldava a dinâmica social e a terra estava presente como cédula principal desse sistema. Desse modo, o inventário da família Léda, que será trabalhado a seguir, possibilita-nos compreender os arranjos estabelecidos, o sistema de herança, e, sobretudo, a partilha da terra, a organização da família, o seu poder aquisitivo, o tamanho das terras e o seu sistema de partilha.

ISSN: 2236-9228

Estudo do perfil fundiário: uma análise a partir do inventário de Antônio Rodrigues de Miranda Léda.

O interesse em analisar o perfil fundiário da família Léda no território de Grajaú nos levou buscar, uma exemplificação de inventário que pudesse nos fazer melhor entender as relações dessa família com a terra, pois acreditamos que uma análise histórica é fundamental para compreender os atuais arranjos socioeconômicos que caracterizam o território de estudo. Entender, não somente o viés contemporâneo, mas sobretudo histórico, ajuda-nos ampliar o olhar desse processo dinâmico de reconfiguração territorial.

Assim, para a análise do elemento que será discutido, usou-se como fonte histórica, um inventário de 1874. Esse documento é importante para o entendimento do perfil fundiário da família já citada, pois, ajuda-nos a compreender informações de ordem social, econômica e política vigente na época. Para Maria Helena Ochi "os inventários são documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico que trazem informações e ajudam no levantamento de todos os bens *do de cujus*, autor da herança, nos termos de um inventário" (FLEXOR, 2017, p. 11). Por meio dele verificamos o perfil do inventariado e do inventariante, bem como a partilha dos bens legítimos ou testamentais, o montante da partilha, as relações de herdeiros, a avaliação dos bens móveis e imóveis, de raiz, suas avaliações, despachos de juízes, mandados, notificações, etc.

No entanto, é preciso salientar que o interesse maior dessa abordagem será entender a dinâmica que envolvia o montante, a avaliação dos bens de raiz e a partilha entre os herdeiros, para assim compreender o perfil fundiário do município e a relação desse grupo familiar com a terra. Por meio desse documento será possível observar as relações sociais, econômicas e políticas que determinavam a dinâmica local. O modo que as relações eram estabelecidas podem ser verificadas a partir dos elementos fornecidos pela fonte. Nesse quesito, o olhar estará mais centrado na lógica da noção de família – patriarcal e ampla -, e, sobretudo, verificar a noção e o valor da terra, que normalmente era o primeiro elemento destacado dentro da avaliação familiar, seguidas da morada, da quantidade de gado vacum e cavalar, dentro outros elementos.

Entretanto, sobre a extensão das terras é importante deixar claro, como destaca Francemberg Teixeira Reis, que:

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> A principal limitação dos inventários para quem os utiliza para o estudo fundiário de uma dada região é que, numa visão de conjunto, eles informam de modo quase insuficiente sobre o tamanho das terras que estão sendo avaliadas. Esse problema é resultado de alguns motivos como: a ausência de documentação legal que prove o tamanho da terra; desconhecimento por parte dos próprios interessados sobre a dimensão da propriedade, ou até mesmo negligência do próprio avaliador, pelo fato de considerar a descrição feita, mesmo sem registrar o tamanho da terra, como satisfatória ao cumprimento da finalidade jurídica; não declarar o tamanho dos domínios poderia ser também uma questão cultural.
>
> A omissão do tamanho de uma propriedade não se justificava apenas no fato dos proprietários criarem dificuldades para o Estado reconhecer terras públicas e particulares - como muitas discussões que envolvem a ineficácia da Lei de Terras de 1850 trazem como um dos inúmeros argumentos - mas, era resultado de um costume largamente difundido, reflexo do histórico da ocupação de terras nos variados recantos do Brasil, onde extensas áreas eram ocupadas sem autorização pública e a contrapelo da lei (REIS, 2014, p. 44).

Essa discussão levantada pelo autor foi bem perceptível no inventário coletado. Não foi possível encontrar uma medição das terras deixadas pelos *de cujus*, identifica-se apenas o valor delas. No entanto, mesmo obtendo este problema, notamos o poder que a terra tinha sobre as famílias sertanejas de Grajaú, pois, conforme a documentação pesquisada, era através da quantidade de terras, de gados e de escravos que o patrimônio era quantificado.

No entanto, a ausência das medidas não diminuía a importância socioeconômica, pois a terra tinha um significativo valor real e um valor simbólico diante da sociedade brasileira. A respeito da ausência da precisão exata das medidas das terras, encontrou-se em um inventário um exemplo para ilustração do caso referido. Em 1874, dona Leocádia dos Reis Moreira ao inventariar o patrimônio do seu esposo Antônio Rodrigues de Miranda Léda, descreve com detalhes os bens deixados pelo inventariado nos bens de raiz. Assim, encontra-se da seguinte forma:

> Terras da Fazenda Pindahiba, com três léguas de fundo, e uma légua de largura, pouco mais ou menos havidos por herança de sua finada mãe Perpétua Maria dos Reis, aumentando da nascente com a margem do Rio Mearim, com a do Rio Grajaú, ao norte com as terras da Fazendinha Corrais e com as terras considerada patrimônio desta villa, isto é, de Dom Benedicto, e do Sul com as terras da Fazenda San José e Pedra de Paú, que pelos avaliadores foi avaliado pela quantia de 400 mil reis que a margem sai.
>
> Uma posse de terras no lugar Vereda Bonita, com uma légua de comprimento e meia de largura [...] cujos limites são as seguintes: Da cabeceira da Vereda comprida até a estrada de Santo Antônio, da ponta da Serra, partindo ao meio até a cabeceira da Vereda Comprida, que visto pelos avaliadores foi avaliada por 150 mil reis que a margem sai.
>
> Uma posse de terras no lugar denominado Fazenda Pedra de Pau, havida por herança de seu finado irmão João Bento Moreira, no valor de 5.000 mil reis que a margem sai.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> Uma posse de terras na Fazenda Santa Luzia, havida por herança da sua falecida mãe Dona Perpétua Maria dos Reis, sem limites, que foi avaliada por 20.000 reis que sai a margem. Uma roça de mandioca com 30 braços de comprimento e vinte de largura, pouco mais ou menos, sendo mandioca nova, que avaliadas por 20.000 mil reis que a margem sai (INVENTÁRIO. ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, 1874, p. 45).

Esse caso concreto de inventário ilustrou de forma pormenorizada os aspectos descritivos de cada porção de terras deixadas pelo falecido Antônio Rodrigues de Miranda Léda. Nas porções mais extensas percebemos um interesse maior do avaliador em caracterizar o ambiente, destacando informações precisas sobre os limites naturais como rios, dando uma ideia da geografia local. Foi possível perceber que as terras localizadas próximas aos rios tinham uma importância/valor maior, talvez, por isso, o valor em 150 mil reis das terras no lugar Vereda Bonita. Somando cada valor o inventariado deixa uma quantia de terras no valor de 170.000 mil reis.

Destarte a tabela 1 trará outras informações acerca dos bens deixados pelo patriarca da família Léda, de modo a contribuir para analisar o processo de configuração territorial do município de Grajaú. Os inventários trazem inúmeros informes, todavia, para esse estudo se priorizará dados sobre a quantidade de gados e de terras e seus respectivos valores.[7] Tais informações possibilitarão entender a forma que a manutenção do patrimônio era administrada, a continuidade da lógica da concentração de terras, a garantia e a manutenção do poder das famílias locais.

A família Léda traduz com precisa objetividade o que seria uma família política no sertão maranhense. Seus membros se envolveram na maior parte dos acontecimentos políticos da região – desde o período colonial até a república no Maranhão – e ocuparam os mais altos postos de poder na máquina pública da antiga Vila da Chapada, atual município de Grajaú. O poder econômico concentrado nas mãos de cada indivíduo possibilitava alto grau de status político e social. Assim, verificamos de forma quantitativa através do inventário:

FAMÍLIA LÉDA
Inventário (1874)
Inventariado: Antônio Rodrigues de Miranda Léda
Inventariante: Leocádia dos Reis Moreira

Tabela 1: Inventário de Antônio Rodrigues de Miranda Léda[8]

[7]É importante deixar claro que todas as terras descritas no inventário pertenciam ao "antigo" território de Grajaú.
[8]Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH). *Autos Cíveis*, Inventário, 1874, caixa 6, p. 60.

ISSN: 2236-9228

Herdeiros	Cabeças de gado vacum e cavalar / Valor	Terras/Valor
Leocádia dos Reis Moreira	200 cabeças de gado vacum na Fazenda Currais – 200. 000,000 mil reis.	Terra Currais com benfeitorias – 800.000 mil reis. Uma posse de terras na Fazenda Vereda Comprida – 150.000 mil reis.
Leão Rodrigues de Miranda Léda	6 cabeças de gado – 60. 000 mil reis. 55 cabeças de gado vacum – 55.000 mil reis.	Terras da Pindahiba – 200. 000 mil reis Terras Veredas Comprida – 75.000 mil reis Quarta parte das Terras da Fazenda América – 160.000 mil reis.
Luiz Rodrigues de Miranda Léda	55 cabeças de gado – 55.000 mil reis.	Quarta parte de terras na Fazenda Pindahiba - 200.000 mil reis.
Antônia Moreira de Miranda Léda[1]	X	Quarta parte das terras na Fazenda Santa Luzia – 20.000 mil reis.
Pérpetua Rodrigues de Miranda Léda	X	Posse de terras (ilegível) – 5.000 reis.
Quintina Rodrigues de Mirands Léda	55 cabeças de gado – 55.000 mil reis.	Posse de terras na Fazenda América – 150.000 mil reis.
Ana Rodrigues de Miranda Léda[2]	X	Posse de terras da Fazenda do Quartiz – 5.000 mil réis.
Mariano Rodrigues de Miranda Léda	85 cabeças de gado – 850.000 mil réis.	Terras na Fazenda América – 150.000 mil réis.

[1] Casada com Manoel Martins Jorge.
[2] Casada com Laurindo Pires Araújo.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

		Montante da herança: 18: 811$000

Através da tabela, podemos perceber que Antônio Rodrigues de Miranda Léda deixou um considerável conjunto de bens a seus herdeiros, o que proporcionou a formação de um núcleo político e econômico na região de Grajaú, antiga Vila da Chapada. Em análise a um caso específico no município de Feira de Santana, na Bahia, Francemberg Reis afirma que "indivíduos concentravam suas fortunas no meio rural, sendo terras e gado os bens de maior incidência quando analisados os espólios" (REIS, 2014, p. 51). Assim como ocorreu no referido município, a pecuária e a agricultura também movimentavam a economia em Grajaú. Os dados mostrados respondem de forma significativa que os valores de gado e de terras apresentavam pontos que contribuíam para a permanência da concentração econômica e fundiária local. A análise dos números ajuda a trazer noções sobre a configuração agrária, o mercado de gado e de terras na localidade.

O gado era criado solto, necessitava de grandes extensões territoriais para a sua criação. As terras eram compostas por pastagens, e contribuíam para a expansão ganadeira no Centro-Sul do Maranhão. O comércio de gado era auxiliado pela manutenção das extensões territoriais fundamentais para a fomentação de terras em Grajaú. Mas, por meio dos dados documentais, verificamos que a fragmentação da terra era (e, continua sendo) uma realidade latente nesse modo de manutenção de poder. A terra era fragmentada, porém continuava sobre o domínio das mesmas famílias e alianças amigáveis entre as mesmas. Neste ponto de vista, bem aponta Francemberg Teixeira Reis:

> Um dos principais motivos que vieram a resultar na fragmentação das terras foram as sucessões hereditárias e os legados deixados em inventários. Com isso, os herdeiros foram tomando posse de suas partes de terra, passando a habitar nelas ou vendendo tanto para familiares como para pessoas não aparentadas, fazendo com que antigas fazendas se dividissem progressivamente entre as gerações (REIS, 2014, p. 55).

Nesse ponto de vista, verificamos que as tramas familiares ajudaram na concentração desse processo, apesar da fragmentação das terras, por meio das parcelas, tal elemento permanecia nas mãos dos grandes potentados, resultando na concentração fundiária. No caso de Grajaú, as alianças políticas e econômicas eram estabelecidas entre as famílias Léda, Moreira, Barros e Martins Jorge. Na época, final do século XIX e início do século XX, a

primeira e a segunda destacavam-se, sobretudo, no cenário político do sertão, haja vista que estavam envolvidas nos conflitos políticos partidários de Grajaú.

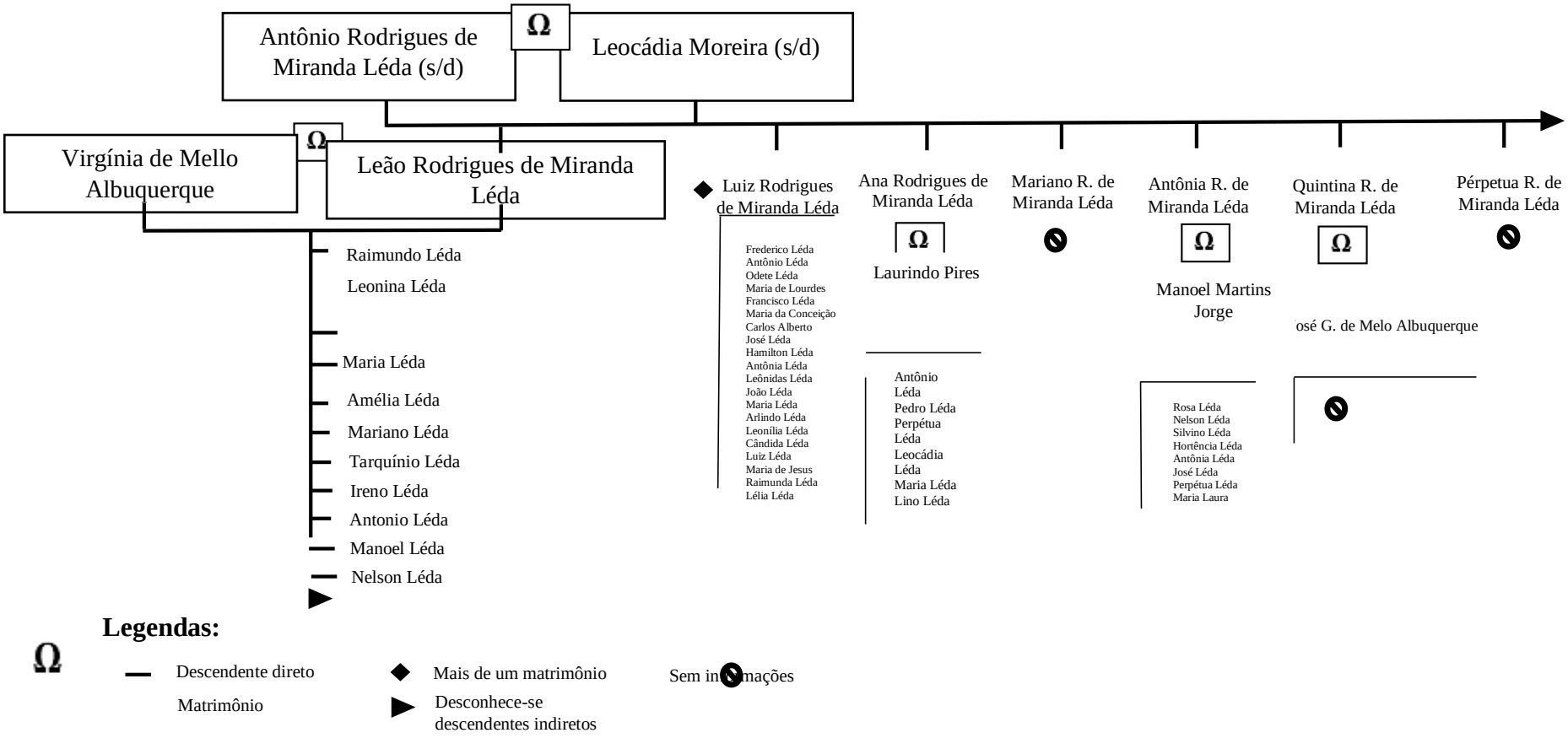
Observamos por meio do inventário que havia relações entre as diferentes famílias. No caso específico do clã dos Léda, graças às suas estratégias de matrimônio e compadrio estenderam seus tentáculos para muito além da povoação de Grajaú (como Barra do Corda, Riachão, Balsas, Carolina, Pastos Bons, Boa Vista - GO e outras localidades). Assim, tiveram suas representações em vasta área do sertão e resistiram às crises e aos momentos de glória vividos pela família nos mais variados momentos da história política do Brasil.

Através dos documentos verifica-se que a formação de sua numerosa prole ocorreu a partir da união matrimonial do ex comerciante português Antônio Rodrigues de Miranda Léda com Leocádia Moreira, pertencente a uma rica e influente família da comarca de Pastos Bons. Antônio Rodrigues de Miranda Léda veio de Portugal e conseguiu cidadania brasileira em 22 de junho de 1869[3] (ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1870, p. 1).

Então, a chave parental estratégica se esboçou pela primeira vez quando Antônio Rodrigues de Miranda Léda se casou com Leocádia Moreira (ver quadro 1 – Genealogia da família Léda), gerando os filhos que formaram a primeira geração dos Léda no Maranhão: Leão Rodrigues de Miranda Léda; Luiz Léda; Ana Léda; Mariano Léda; Antônia Léda; Quintina Léda e Perpétua Léda, como é possível aferir por meio do inventário de Antônio Rodrigues de Miranda Léda e através do organograma familiar.

[3]ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Carta de naturalização do cidadão brasileiro do súdito português Antônio Rodrigues de Miranda Léda*. Sessão de Documentos Restaurados. São Luís, 1870.

Quadro 1: GENEALOGIA DA FAMÍLIA LÉDA (S/D)[1]



[1]As informações genealógicas da Família Léda, pelo menos em três gerações a partir da segunda metade do século XIX, foram retiradas de documentação alocada no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH/TJ), e de informações colhidas juntas aos próprios descendentes da família; esses disponibilizaram um documento, chamado *Contribuições à História da Família Léda*, escrito por Lilian Maria Léda Saldanha e Maria Celeste Palhano de Oliveira, em 2007, que contém informações sobre casamentos e filhos.

ISSN: 2236-9228

O organograma (Quadro 1) dá visibilidade as alianças estabelecidas entre as famílias tradicionais de Grajaú. Leocádia Moreira, Antônio Rodrigues de Miranda Léda e seus setes filhos, pois são exemplos de famílias que gravitaram em torno das terras, da política, do modo de vida e da tradição sertaneja. Ao morrer Antônio Léda deixou um patrimônio na quantia de 18: 811$000 (Dezoito contos, oitocentos e onze mil réis) – tabela 1 -, o que aproximadamente seria um valor por volta de 2.214.000 milhões de reais, considerando a fonte que um conto de réis equivale a R$ 123.000,00 (para efeito de transformação)[1].

Certamente, a família representada por Antônio Rodrigues de Miranda Léda, usou estratégias para a perpetuação da sucessão patrimonial. Em uma análise feita por Reis, "as estratégias buscavam reproduzir o status social e familiar, o capital simbólico e econômico que os indivíduos detinham [...] Quando morria o proprietário, os herdeiros também elaboravam estratégias para distribuírem e tomarem posse dos bens" (REIS, 2014, p. 56). Em alguns casos, a herança não era transmitida para as filhas, mas para *o cabeça de casal*, que representava o núcleo familiar.

Considerações finais

A respeito das elaborações realizadas, a Guerra do Léda, evento político demarcado no final do Império até os primeiros anos da chamada primeira República, não é apenas um marco fixado em si mesmo, mas representa uma conjuntura histórica que fora gestada desde a segunda metade do século XIX. Essa conjuntura, que estava assentada no trabalho de africanos escravizados e na posse de grandes latifúndios monocultores, começa a ruir no último quartel do Oitocentos e se expressou, no Maranhão, nos desequilíbrios das forças políticas republicanas, liberais e conservadoras. A Guerra do Léda foi o culminar dessas tensões que tinha relação com o acesso de grupos políticos e familiares dominantes às novas formas de expressão do poder que se ensaiavam na República instalada em 1889. Dessa maneira, a partir do processo histórico analisado compreende-se as alianças estabelecidas em Grajaú. A família Léda detinha o poder político e econômico, ocupava cargos partidários e possuía extensões de terras concentradas em suas mãos, alimentando a manutenção da acumulação e da capacidade de mando no território de Grajaú-MA.

[1]DINIZ, Bruno. *Conversão hipotética do Réis para o atual real*. Disponível em: < http://diniznumismatica.blogspot.com.br/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html />. Acesso em: 03 de jul. 2017.

ISSN: 2236-9228

REFERÊNCIAS

Fontes

- **Jornais e Documentos:**

JORNAL A PACOTILHA, 20 de janeiro de 1902.

JORNAL DO BRASIL, 22 de janeiro de 1902.

JORNAL O NORTE, 1898, p .2

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. Autos Cíveis, **Inventário**, 1874, caixa 6.

ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). ***Carta de naturalização do cidadão brasileiro do súdito português Antônio Rodrigues de Miranda Léda***. Sessão de Documentos Restaurados. São Luís, 1870.

- **Bibliografia**

ABRANCHES, **Dunshee de. A esfinge do Grajaú**. São Luís: ALUMAR, 1993.

DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz, MA: Ética, 2001, p. 171.

DINIZ, Bruno. **Conversão hipotética do Réis para o atual real**. Disponível em: < http://diniznumismatica.blogspot.com.br/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html />. Acesso em: 03 de jul. 2017.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Inventários e testamento como fontes de pesquisa**. Disponível em: <https:// www.myheritage.com.br/.../inventarios-e-testamentos-como-fontes-de-pesquisa>. Acesso em: 30 de jun.2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto***:* o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, FRANCISCO. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.33.

REIS, Francemberg Teixeira. **A terra em jogo**: perfil fundiário e estratégias para a manutenção da propriedade rural em Feira de Santana na passagem para o século XX. 2014. 183 fl. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

SANTOS, Sandra Regina dos. **O sertão maranhense no contexto da Balaiada**: conflitos e contradições. In: Simpósio do Maranhão Oitocentista, 2, 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: UEMA, 2011. p. 1-14.

SEYFERT, G. **Herança e estrutura familiar camponesa**. Boletim do Museu Nacional, nº 52, 30 de maio de 1985, p.16.

VIEIRA, Layla Adriana Teixeira**. A formação sócio-histórica do latifúndio no sertão maranhense:** estrutura e dinâmica do agronegócio no município de Grajaú – MA. 231 fls. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A IMPONÊNCIA ARQUITETÔNICA DA CIDADE DE CAXIAS MARANHÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX. UMA RELAÇÃO DE PODER ENTRE AS CLASSES SOCIAIS

Elizete Santos[2]

A ocultação da Balaiada, a opulência da cidade e a subversão feminina

Caxias/MA[3] é uma cidade situada a leste do Estado, dista da capital piauiense 66 km e da capital maranhense 360 km. Historicamente, um século depois de ter sido elevada à categoria de cidade (1836 a 1936), passou por momentos decisivos no seu processo de desenvolvimento. Viveu, em meados do século XIX, uma importante revolta de cunho popular, cujo objetivo, contado em detalhes nos livros de história, era acabar com a exploração da Corte, dos homens que dirigiam o Império, sobre a população caxiense. A revolta (período de 1838 a 1841) foi provocada por populares contra altos impostos cobrados pelo Governo Regencial. Era uma revolta popular e foi liderada por um líder negro chamado Cosme Bento das Chagas, popularmente conhecido por Negro Cosme. Para a história oficial, Cosme e todos os envolvidos na revolta eram criminosos, facínoras. Na realidade, a Balaiada sempre foi considerada uma "mancha negra" na história do Brasil (ARAÚJO, 2008).

Nesse texto, daremos destaque aos aspectos físicos absorvidos pela cidade e os aspectos sociais advindos das relações de poder existentes entre as duas classes sociais: a elite e a classe popular, nessa segunda, relacionadas às mulheres. Importa nos compreender quais as motivações que levaram a elite caxiense a ocultar e a minimizar a guerra da Balaiada, assim como identificar as suas implicações na modificação arquitetônica da cidade, dando lhe um aspecto opulente. Por outro lado, importa nos ainda compreender, como as mulheres das classes sociais pobres se autorizaram a ingressar nesses espaços opulentes, públicos e posteriormente de conhecimento científico, num verdadeiro processo de subversão à ordem estabelecida.

---

[2] Professora do Departamento de Ciências Sociais do CESC/UEMA, doutora em História pela UNISINOS/RS.

[3] "Localiza-se a uma latitude 4º51'32" sul e a uma longitude 43º21'22" oeste, estando a uma altitude de 66 metros. Possui uma área de 5 224 km². Banhada pelo Rio Itapecuru, quase toda extensão do município, além da sua sede, e pelo Rio Parnaíba a nordeste, além de possuir vários afluentes que cercam a cidade com diversos banhos naturais". Caxias faz parte da região Meio-Norte. "Fica [mais] próxima da capital do Piauí, Teresina, a apenas 66 quilômetros. Fica a 360 quilômetros da capital do Maranhão, São Luís, a 656 quilômetros da capital do Ceará, Fortaleza, e a 838 km da capital do Pará, Belém" (WIKIPÉDIA, [2018?]).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Da Visibilidade/Invisibilidade da Balaiada às Estratégias para uma Nova Cidade

Buscando apagar os vestígios da Guerra da Balaiada, algumas estratégias foram usadas pela elite na cidade, uma delas, podemos destacar, foi denominá-la de "Princesa do Sertão". Este fato ocorreu em 1858, num fervoroso ato de fé cristã proferido pelo bispo da capital, Dom Manoel Joaquim Silveira. A cidade deixava de ser chamada de "Empório" e passava a ser denominada de "Princesa do Sertão". Nesse sentido, a positivação dada a partir desse evento, produzia uma significante marca registrada da cidade, opondo-se substancialmente à de desafiadora da ordem imposta. A sua marca antes, de produtora de revoltas violentas, de massacres sangrentos, ganhava outro codinome, agora com um apelo mais voltado às possibilidades que a cidade pudesse oferecer, sem a violência do passado histórico.

Numa abordagem de gênero, compreendemos que essa troca configure uma estratégia para retirar de Caxias qualquer sombra que lembre a grande revolta. Dessa forma, cria-se toda uma denominação meiga, com aura de docilidade e fragilidade, numa cidade que desafiou o poder da capital e que, por alguns dias, o teve concentrado na sua região.

Outra estratégia foi o investimento em festas de grande envergadura na famosa "Casa Verde", de propriedade do Coronel Libânio Lobo, nas quais investia-se na vinda de figuras importantes na época com o objetivo de dar visibilidade a esses acontecimentos sociais que enchiam os olhos das famílias caxienses, com extensão para a capital. Era comum esse tipo de reunião, cujo objetivo, além de ser um momento de lazer, oportunizando o ócio (grifo nosso) para a elite dirigente, também congregava como campanha de nacionalismo, levada a efeito pelas autoridades brasileiras. Aqui e acolá, o *Conselho dos Homens Bons* (nome utilizado em Caxias; em outras cidades, recebia outras denominações) se reunia para traçar as metas de ajustamento da sociedade, lazer etc.

A mais robusta dessas estratégias, e talvez a primeira delas, foi realizada seis anos após o final da Balaiada. Trata-se da publicação do célebre poema de Gonçalves Dias, "Canção do Exílio", datado de 1847, quando do seu retorno ao Brasil, em 1845. No poema, ele descreve uma cidade harmônica, silenciosa, em que apenas se escuta o canto do sabiá e o gorjear de algumas aves que, melodiosamente, entoam suas canções. É um poema inscrito nos padrões do romantismo literário, mas que mostra também outra Caxias, que não denuncia ou fala de injustiças sociais, mas da bela paisagem, da grandeza da terra, do canto do sabiá! Nos parece, nesse caso, que não há equívocos por parte do poeta, em exaltar as belezas da cidade rica em mananciais e grandeza da flora e fauna. O que o poema pode nos mostrar, nas suas

entrelinhas, é que há também uma estratégia para ocultar os gritos e gemidos do patrimônio maior que é o povo que, naqueles idos, sofria com as ambições humanas em concentrar bens em detrimento da miséria de tantos. E nos mostra ainda que, ao contrário da grande repercussão do poema "Canção do Exílio" de Gonçalves Dias (1846) no mundo das letras, a guerra da Balaiada teve, ao longo dos tempos, sua história sendo obstaculizada, principalmente a parte voltada para a participação popular.

Foi o que percebemos também nos livros didáticos. Fruto de uma historiografia viciada, a memória da Balaiada foi minimizada em termos de espaço esquecendo-se de sua influência, que ia desde o Maranhão até o Piauí, Pernambuco e Ceará, ou então limitavam apenas ao Maranhão e algo específico à Caxias (DIAS, C., 1985b). Depois, os historiadores restringiram a guerrilha apenas a negros e pobres, sem mencionar a grande participação de brancos, caboclos, jovens, mulheres e idosos no movimento. O difundido foi a aversão e intolerância a qualquer trato, no que diz respeito a essa grande organização popular, ressalvando as ações oficiais que foram tratadas e interpretadas como honrosas.

Civilizar e higienizar a cidade

Buscando a ocultação da Balaiada, a elite cotonicultora, através dos lucros imensuráveis advindos do "ouro branco", iniciou, a partir do ano de 1870, a experimentar e exibir o luxo e o requinte parisienses. Apoderou-se dos refinados valores culturais, dos hábitos luxuosos expressos na arquitetura, na literatura e nos demais veículos formadores da cultura. A importação de outras realidades culturais objetivava invisibilizar o ocorrido, dando ares de progresso àquela sociedade que ainda vivia à sombra da grande revolta. Nesse sentido, essa elite teve que debruçar-se a inventar tradições, desde a enfatuação de prédios até costumes, muitas vezes de modelos europeus. Assim, a influência europeia chegou ao país via obras, culinária, costumes e outros. Nessa vertente, era urgente civilizar a sociedade caxiense e, conforme Mattos e Castro (2004), civilizar como mecanismo de superação da barbárie, da desordem das ruas, da incivilidade. Era um processo de educação dos costumes. Evaldo Cabral de Mello (2009), na obra "O nome e o sangue",[4] nos ajuda a compreender as nuances

[4] Evaldo Cabral de Mello (2009), nessa obra, nos convida a esmiunçar detalhadamente as nuances das relações de poder, bem como a importância dada à honra e nobreza como características identitárias do conceito de pureza de sangue. Isso porque, no Antigo Regime, a ocupação de um cargo público era um atestado de nobreza e ascendência limpa de sangue. Havia, portanto, um desejo de elevação do status social e um dos caminhos possíveis era a obtenção de uma patente de um cargo oficial. Na obra, o autor procura reconstituir as tramoias

que a sociedade caxiense buscou para titular seus nobres filhos com comendas de várias naturezas, como a atribuída ao Comendador Alderico Silva, o dono do Palacete.

O projeto civilizatório[5] consolidou-se no ano de 1889, quando foi fundada a Companhia União Caxiense, precisamente aos 22 dias do mês de outubro desse ano. Sua finalidade era manter um parque têxtil na cidade - a civilidade nas vestimentas e nos costumes estava, doravante, decretada.

Adornar a vida das famílias, a estrutura dos lares, a urbanização e o embelezamento da cidade era o objetivo na última década do século XIX. No quesito civilidade, outras estratégias foram tomadas também no campo educacional. As famílias que passaram a encaminhar os jovens para estudar em Coimbra, tinham, em Paris, um novo endereço para a absorção dos códigos de conduta e etiqueta a serem disseminados na cidade. Com a Proclamação da República, estas características se acentuam, pois, além do cuidado cultural/literário, a cidade também foi brindada com construções para propiciar um ambiente limpo e arejado para as famílias.

Percebe-se que a cidade ganhava, em período muito próximo, duas fábricas de tecido. Isso decorreu devido à grande movimentação da produção de tecidos para a Europa. Como já vinha fazendo desde o último quartel do século XIX, isto é, integrando-se ao circuito mundial da cultura burguesa, Caxias celebrou o acordo de construção da segunda ponte de madeira da cidade ainda no Império, projetada para se situar no largo do antigo porto da cidade. Caxias civilizava-se a olhos vistos, com empreendimentos cada vez mais robustos, como o de Francisco Dias Carneiro e alguns sócios ao fundar a empresa Prosperidade Caxiense para construir a segunda ponte em meados de 1880 e inaugurá-la aos 7 de setembro de 1884.

Em 22 de outubro de 1889, nos estertores do Império, a cidade recebe outra importante empresa, a Companhia União Caxiense, popularmente conhecida por Manufatura, de propriedade de Francisco Dias Carneiro, Antônio Joaquim Ferreira Guimarães e Manoel Correia Bayma do Lago, seus primeiros dirigentes.

Se havia nas ruas, no final do Império, a figura do escravo maltrapilho com vestes molambentas, assim como a sombra da balaiada de meados do século XIX, o que se deveria fazer no início da República era tirá-las de cena, era europeizar e branquear lugares e

que viciaram o processo de habilitação de Felipe Pais Barreto, membro de uma rica família do Pernambuco colonial, a cavaleiro da Ordem de Cristo. Nesse processo investigativo, o autor se defronta com a questão do sangue judaico, que corria nas veias de vários dos troncos que haviam povoado a Nova Lusitânia, em especial ao filho de Branca Dias.

[5] Ver ELIAS, 1994, p. 64.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

costumes necessários nessa nova conjuntura republicana que imprimia o progresso e a civilidade[6]. Nos lares, ruas e avenidas, ecoavam as vozes dos arautos da civilidade, a precaução com os adornos, as indumentárias, os gestos, tudo era pensado para sepultar qualquer vestígio do Império e a imagem dos esfarrapados, já que a República vinha com a bandeira do progresso.

Caxias inicia, nessa época, o seu processo de higienização. Assim, outra estratégia para a manutenção do *status quo* foi o envio dos filhos das famílias ilustres para estudar na Europa. Tratava-se da aquisição de cultura e de costumes importados e refinados.

Do ponto de vista da população local, cujos filhos não iam estudar na Europa nem tinha condições de consumir os produtos vindos do Continente europeu, verificamos que a Companhia União Caxiense vinha atender aos seus anseios. Assim, tecidos de algodão eram exclusividade da manufatura para fabricação de roupas para colonos e pessoas com menor condição econômica. Da mesma forma, a Companhia trouxe o progresso para a cidade porque proporcionava empregos. Mas não pode escapar dos problemas que esse mesmo progresso proporcionou, pois, se os ares eram europeus, a prática era brasileira.

Conforme entrevista (SANTOS, E., 1996), a família da Senhora Joana Coutinho relata que ela trabalhou na manufatura na década de 1950 e contava que a jornada de trabalho era muito dura - entravam às 5h30min da manhã e saíam às 17h30min, somente com uma hora de intervalo para almoço. As mulheres escondiam a gravidez para não perderem seus empregos. Quando as crianças nasciam, não possuíam folga para amamentar. Havia, entre elas, acordos para uma cobrir o trabalho da outra, para que pudessem dar uma "fugidinha" e amamentar sua criança. Certo dia, o clima estava tenso. Jornada de trabalho exaustiva, salários irrisórios, uma total precarização das forças trabalhistas. Foi quando a Senhora Joana Coutinho reuniu as mulheres e começou a incentivá-las a se movimentar.

Maria das Graças Coutinho, neta de Dona Joana Coutinho, segue narrando:

> Joana Coutinho sobe em um banquinho para falar com as mulheres e, em um certo momento, o chefe da produção do setor em que ela trabalhava dá-lhe um tapa, agredindo-a. O mulherio revoltado correu atrás dele para espancá-lo, mas esse com ajuda de outros da direção, foi escondido dentro dos contenders (sic) cheios de algodão e retirado do local. Seiscentos funcionários cruzaram os braços até o agressor, o Erondino, ser demitido (SANTOS, 1996, p. 29).

[6] "Mas em uma cidade como Caxias, de contrastes sociais e ainda possuindo becos e largos, onde a maioria da população ainda residia em casas de palha, essa postura era irrealizável e até mesmo utópica para o período. Contudo, representava um desejo dos administradores de extirpar do centro da cidade as residências de palha, que contrastavam com o luxo e o requinte arquitetônico das moradias elitizadas". (PESSOA, 2007, p. 82).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A sombra dos balaios estava ainda à solta, pois os operários começavam a se organizar. O fato é que Caxias ingressava no século XX em pleno desenvolvimento industrial e, em que pese o algodão estar ocupando um lugar bastante expressivo na exportação brasileira, os direitos políticos, civis e sociais dos caxienses (e dos brasileiros) ainda careciam de ser implantados. De acordo com José Murilo de Carvalho (1996), isso parte de uma cultura política pautada nos modelos súditos ou paroquiais, pois compreende a alienação da população em relação ao sistema político. Isso, de certo modo, desconstitui a pessoa de certos direitos necessários à sua condição de cidadania. Carvalho (1996) pontua que a passagem para a República não configurou um salto qualitativo para a população, pois os direitos civis, políticos e sociais não se consubstanciaram efetivamente, avanços para o povo. Isso gerou embates e violentas reações da população às tentativas de controle estatal e de introdução de mudanças que interferiam diretamente na vida cotidiana.

Caxias, imbuída pelas mudanças que a industrialização provocara, inicia seu processo de reordenamento social. No contexto urbano, as famílias que participavam das benesses do poder buscavam se redirecionar nesse processo transitório frente aos novos desafios modernos, assim como as não participantes dos regalos viam no trabalho fabril a possibilidade de transmutar as condições ora vividas. Os mecanismos de proteção da velha ordem social, em contraponto com os novos criados pelo Estado republicano, vão balizar o posicionamento familiar no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho e ao processo educacional das mulheres.

Num outro viés, outras famílias, na primeira metade do século XX, conviveram com a ostentação de prédios, novos costumes e novas e velhas tradições. A Europa civilizada tomou conta da vida de algumas famílias caxienses com usufruto de bens.[7] A cidade precisava entoar sons suaves para adocicar os ouvidos das famílias cultas e ensurdecer os gritos, gemidos e lamúrias daqueles tantos encobertos por vestes tão desarrazoadas (SANTOS, 1983).

No processo de transição, a linguagem comum dos republicanos era o progresso, a organização, a legalidade, associados ao crescimento individual e coletivo. As marcas do

[7] Em Caxias, havia vários grupos sociais que se articulavam nas vertentes política, cultural, religiosa, social e econômica. Muitos deles se relacionavam mediante uma combinação orgânica protagonizada pela troca de favores em busca de proteção, seja ela qual for. Na primeira metade do século XX, devido à existência de uma cidade praticamente rural, a prática se dava de forma mais impolida. Já na segunda metade do século, as tratativas inter-relacionais já estavam amparadas pelas "leis" da justiça, mas não descartava o antigo modus operandi, voltado para a política clientelista (de proteção econômica e política, em contrapartida à disponibilidade para atender ao patrão em termos de fornecimento de sua mão de obra e lealdade). (Ver GRAHAM, 1997).

atraso e da desordem eram as principais preocupações do pensamento republicano que queria apagá-las, nesse novo cenário estabelecido. Por outro lado, como as famílias abastadas da cidade de Caxias/MA, na passagem da Monarquia para a República, se estruturaram para manter alguns valores essenciais (no campo da ética, da moral e da economia) e impregnar o espírito republicano, o saldo foi o registro de muitos costumes e tradições permanecerem, principalmente relacionados à moral e à ética para as mulheres.

No que se refere ao processo de higienização, assim como as casas das famílias importantes, as escolas também foram criadas nessa compreensão arrojada e higiênica, com fachadas robustas, atendendo às exigências estabelecidas pelos sanitaristas da época, associando a necessidade de produzir um homem novo, com interioridade, religiosidade e higienizado (GONDRA, 2005). Os prédios foram reformados atendendo aos princípios de salubridade e de higiene em consonância com os aspectos propositivos dos médicos e arquitetos do período. As janelas tanto das casas como das escolas eram grandes, o que permitia uma boa luminosidade e uma ventilação controlada. Os portões principais eram de ferro, geralmente com uma escadaria, buscando a segurança dos frequentadores do Colégio.

Os cuidados higiênicos pela preservação e erradicação de doenças como a febre amarela e a cólera eram frequentes nos discursos dos higienistas ao longo da primeira República. Esses objetivavam, desde a escolha do lugar da construção ou reforma aos detalhes da arquitetura, receando o surgimento e proliferação das chagas. Questões como quantidade de alunos, pintura, escadas, janelas, umidade, refeitório, banheiro, tudo era exaustivamente cuidado, atendendo ao que preceituava o Art. 8º do Decreto nº 981/1890.[8]

A subversão feminina frente as estratégias impostas

Tomando em conta o fazer cotidiano das mulheres caxienses, não importa de qual camada social, ele era cheio. As mais aquinhoadas eram orientadas, dentro dos lares, voltadas para as atividades domésticas, a viverem ordeiras no "cativeiro" (LAGARDE Y DE LOS RIOS, 2005), as menos aquinhoadas foram para as ruas exercer trabalhos das mais diversas condições, porém em espaços restritos, e quando se apresentavam em outros espaços, havia a negativa em função do que segue abaixo:

[8] "Art**.** 8º O Governo providenciará para que se construam edifícios apropriados ao ensino, de accordo com os mais severos preceitos da hygiene escolar e com habitações annexas destinadas ao professor. Nenhuma edificação deste genero se fará sem que o conselho director da Instrucção primaria e secundaria formule o projecto ou dê-lhe a sua aprovação".

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> Era comum, em Caxias, em determinadas calçadas as pessoas não circularem, pois seus "donos" criaram determinadas crenças ligadas ao "encantado" e faziam com que o imaginário dessas pessoas mais simples tomasse isso como verdadeiro. Por exemplo, diziam que a casa era amaldiçoada, logo quem se aproximasse corria o risco de também ficar. Uma das calçadas que as pessoas temiam bastante a passagem era a de propriedade do Sr. Alderico Silva. Criou-se uma lenda que na torre morava um encantado que fazia mal às pessoas. Na realidade, essa era uma das estratégias para que os pobres não se aproximassem para pedir, havia muita pobreza e o dono tinha o apelido de "Seu Dá". A outra calçada que as pessoas simples evitavam passar sobre ela, era a do Instituto Rosalina Barros, pois o seu proprietário, à época, dizia que "pobre não frequentava sua escola e nem pisava na sua calçada", somente a elite pisava ali. Havia calçadas assentadas em laje de Lioz,[9] muito utilizada pelas famílias ricas da cidade naqueles idos (Entrevista concedida por Maria José da Silva em julho de 2017).

Assim, o território ocupado por essas mulheres, mesmo inóspito no que se refere às questões das relações patriarcais, possibilitara-lhes empreender táticas para lidarem com lucidez nas mais diversas/adversas situações.

Saliento que a cidade de Caxias construída com base no discurso urbanístico baseou-se, de acordo com Certeau (1994), numa racionalização do espaço urbano, o que propiciou, de alguma forma, que as mulheres inventassem, no cotidiano vivido, mil maneiras de caça não autorizadas para sobreviverem.

Uma das práticas que insinuo diz respeito ao jogo escamoteado nas táticas do fazer a comida e do coser. Advogo que, devido às mulheres das camadas altas não terem sua liberdade vivida, é na aprendizagem dos bons modos, veiculados inicialmente no seio familiar e posteriormente nas "escolas" de formação, que vão perceber o poder de manipular os sabores, temperos, etc. Da mesma forma, isso acontecia com as mulheres sem posses. O fato de não poderem participar das festas da elite não importava, neste caso, pois cabia-lhes a confecção dos vestidos e enxovais. Isto lhes dava autonomia no manipular, bordar, cortar, na escolha e medições. Nessa compreensão, o jogo do qual participavam demarca, de certa forma, uma lógica no intuito de desfazer o jogo do outro. Essa engenhosidade, de acordo com Certeau (1994, p. 45), é a "arte" do fraco tirando partido do forte, que vai desembocar em uma politização das práticas cotidianas[10].

[9] Laje da mais alta nobreza para esse fim. Muitas vieram para a cidade ainda no século XIX; fazia parte da decoração das residências dos potentados.

[10] Tomamos emprestado o conceito de *táticas* desenvolvido por Certeau (1994). O autor pontua que o "homem ordinário", frente às adversidades cotidianas, manifesta capacidades criativas e engenhosas para se equilibrar naquilo que o capitalismo a todo instante impõe através da indústria do consumo cultural e tecnológico. Utiliza-se da "bricolagem", das "caças furtivas", para manifestar suas formas de resistência moral e política a toda forma de ataque aos acessos negados. A tática (CERTEAU, 1994, p. 100) é a arte do "fraco", ela é determinada pela ausência de poder, ao contrário da estratégia, que está ligada ao poder. Tática foi a arte do fazer que as mulheres pesquisadas desenvolveram para lidar com a falta de recursos financeiros nas suas

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Esse território montado, opulento, que exclui por força das suas estruturas elaboradas, termina criando possibilidades de acesso das mais diversas formas, pois fortalece simbolicamente outras práticas, transforma tecidos em verdadeiras obras de arte e o alimento num espetáculo gastronômico: uma identidade firmada no território alheio.

Essas naturalizações impostas ao longo dos tempos foram perdendo forças frente às transformações sociais ocorridas e as mulheres, nesse contexto, foram se utilizando de táticas num processo de (re)construção ou (des)construção dessas imagens, saberes e práticas.

Esses rastros subversivos feitos pelas mulheres e permitidos pelos novos tempos deram-lhes a possibilidade de enxergar os desvios e as brechas (CERTEAU, 1994) existentes no contexto urbano, as fizeram refletir sobre o que Josso (2004) chama de *caminhar para si*.

Para essa autora, o processo de formação do ponto de vista do aprendente passa pelo desenvolvimento de uma capacidade de apropriação deste objeto. Para que a pesquisa progrida, não basta que os sujeitos discutam as suas opiniões momentâneas, como lhes é pedido seja feito numa entrevista. É ainda necessário que eles possam classificar as experiências que subentendam aos seus pontos de vista e que sejam capazes de dar conta do seu processo reflexivo, aqui e agora, sobre estas experiências. Esse exercício parte de uma reflexão do vivido, minunciosamente pensado e exercido para que o sujeito aprendente possa enxergar o ponto de estrangulamento que possibilita ver na fechadura a abertura para esse caminhar. Josso (2004, p. 64) adverte que esse exercício remete a um:

> [...] trabalho de rememoração, que reúne as recordações à escala de uma vida, apresenta-se como uma tentativa de articular as experiências contadas e é feito, principalmente, sob o ângulo do percurso de formação ao longo da vida e da dinâmica, evidenciando as práticas formativas inerentes a um itinerário escolar, profissional, e a outras aprendizagens organizadas (sessões ou oficinas de formação), incluindo aí, finalmente, as experiências de vida que o autor considera terem deixado uma marca formadora (JOSSO, 2004, p. 64).

famílias para soerguer-se na conjuntura vivida. A "arte do fazer", para o autor, não é algo que se aprende em cursos, na academia, algo passado pelo crivo acadêmico. É algo que se aprende no dia a dia, no jeito de caminhar, de cozinhar, de ler, de ir às compras etc. Todas essas atividades "parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do "fraco" na ordem estabelecida pelo "forte", arte de dar golpes no campo do outro [...]" (CERTEAU,1994, p. 104). Artimanhas do "homem ordinário" que não tem o poder, mas cria possibilidades de produzir efeitos de astúcia, operando golpe por golpe, lance por lance. "Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas". Para o autor, há uma lógica que organiza essas táticas de maneira que quem a produz se inventa com mil maneiras no cotidiano, de diversas formas e usando diferentes habilidades. É essa arte invisível, menosprezada, produzida por sujeitos do não lugar que vão desembocar, então, em uma politização das práticas cotidianas (CERTEAU, 1994, p. 45).

ISSN: 2236-9228

As mulheres, ao realizar suas caminhadas voluntárias ou direcionadas pelas ruas da cidade em busca de seus sonhos, puderam observar os olhares dos guardiões/guardiãs dos bons costumes e da moral, puderam observar as relações conflituosas ali existentes, as práticas desviantes das pessoas que buscavam se direcionar de alguma forma, assim como a dicotomia entre a relação cidade versus sexo. As mulheres puderam, a partir desses olhares, traçar outros caminhos distintos do elaborado pelos urbanistas.

Nessa luta por direito a uma nova vida, na década de 1950/1960, as mulheres caxienses não só percorreram cada calçada como participaram dos saraus da *Casa Verde*, mesmo que chegando pela porta dos fundos, porque serviam as mesas, mas ali foram aprendendo qual era a *lei* que vigorava e desafiando-as.

No final da década de 1960, se inscreveram num novo desafio, ingressaram no curso superior, curso historicamente de predominância masculina, o Curso de Ciências Físicas e Naturais, concluíram e desenvolveram o magistério em Caxias.

Considerações finais

O nosso desafio neste artigo foi discutir as estratégias que a elite masculina caxiense utilizou para ocultar a participação da população excluída no processo de desenvolvimento e conquistas dos direitos políticos e sociais no final do século XIX e nos primeiros cinquenta anos do período republicano na cidade. Como pano de fundo deste contexto inovador e, ao mesmo tempo, provocador, está presente a história de Caxias e a forma como as mulheres das classes sociais menos favorecidas, que historicamente, foram ensinadas a obedecer aos seus pais, irmãos e maridos, se autorizaram a imprimir suas marcas nos espaços públicos, lugar destinado apenas ao masculino.

Nos espaços formativos como na família, na escola, na igreja, na rua e no trabalho, elas exerceram funções e compromissos em que impunham sua condição de cidadãs, mesmo negados, no entanto, as reações de enfrentamento foram também pontuais num verdadeiro processo de subversão à ordem imposta.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mundinha. **Negro Cosme**: em busca de Dom Cosme Bento Chagas, tutor e imperador da liberdade. Imperatriz: Ética, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaios e bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. 2. ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 1985b.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

GONDRA, Gonçalves José. **Artes de civilizar:** medicina, higiene e educação escolar Imperial**.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina, 2005. Disponível em: <anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0522.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de janeiro: UERJ, 1997.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres:** madresposas, monjas, putas, presas y locas. Ciudad de México: UNAM, 2005.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. Etnografia visual: o uso de imagens na pesquisa etnográfica. In: SEMINÁRIO INTERNO DE IMAGEM, 2., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2004.

MEDEIROS, Manoel de Páscoa. **Manoel de Páscoa Medeiros**: depoimento [maio 2016]. Entrevistadora: Elizete Santos Abreu. Caxias: UEMA, 2016. Entrevista concedida a Elizete Santos Abreu. 1 celular.

MELLO, Evaldo Cabral. **O nome e o sangue**. Uma parábola genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESSOA, Jordânia Maria. **Entre a tradição e a modernidade**: a belle époque caxiense. Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

SANTOS, Elizete. **O papel da mulher negra na sociedade brasileira**: da Colônia aos dias atuais. 1996. 110 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Centro de Estudos Superiores de Caxias, Universidade Estadual do Maranhão, Caxias, 1996.

SANTOS, Elizete. **Caminhos cruzados:** o percurso trilhado pelas mulheres caxienses do curso de ciências físicas e naturais da Faculdade de Formação de Professores do ensino médio e a missão uspiana em Caxias-MA. 2018, 230 f. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2018.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a insurreição de escravos negros no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Maria José da. **Maria José da Silva**: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Elizete Santos. Caxias: UEMA, 2016. Entrevista concedida a Elizete Santos. 1 celular.

WIKIPÉDIA. **Caxias (Maranhão)**. [2018?]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caxias_(Maranh%C3%A3o)>. Acesso em: 04 jan. 2018. Não paginado.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A IMPRENSA COMERCIAL NA BAHIA OITOCENTISTA (1840-1850): NOTAS SOBRE RELAÇÕES TECIDAS ENTRE MARAÚ E SALVADOR

Julian de Souza da Mota[1]

Os estudos que enfocam a região sul da Bahia no século XIX vêm sofrendo importante dilatação nos últimos 20 anos, as pesquisas estão buscando compreender as várias dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas nos mais diversos locais. A região sul antes invisibilizada pela historiografia tem sido cada vez mais escolhida como campo de pesquisa, os projetos desenvolvidos sobre a região têm apontado para uma diversidade de experiências, esse artigo é um exemplo dessas novas pesquisas que tecem a grande colcha de retalhos que é a história do sul da Bahia, colaborando para maior compreensão da historicidade da região.

Durante as pesquisas que culminaram numa monografia e posteriormente num projeto de mestrado, esbarramos em duas questões — que não foram as principais tendo em vista que a pesquisa versava sobre pequenas posses de escravizados, mas que era parte integrante da compreensão da economia da Maraú Oitocentista, e consequentemente das dimensões da escravidão que ali existiu— onde eram comercializados os gêneros alimentícios produzidos em Maraú, nesse período, eram consumidos no mercado local? Chegaram eles a Salvador?

As respostas a tais perguntas pareciam impossíveis de serem respondidas com as fontes que estavam a nossa disposição— para a pesquisa monográfica e agora para a dissertação de mestrado fazemos uso majoritariamente dos inventários *post-mortem*—, em sua grande maioria documentos cartoriais ou da administração municipal. Partimos então para outras fontes até então não visualizadas no horizonte da pesquisa, os jornais que circulavam na Salvador Oitocentista, lá encontramos rastros que cruzados com as demais fontes apontaram para uma intensa movimentação econômica partindo de Maraú em direção a Salvador.

A imprensa periódica na Bahia, não se limitou a reprodução de assuntos vindos da Corte ou de outras paragens do mundo e do Império, os jornais da capital eram importantes parceiros na disseminação de notícias sobre a chegada de embarcações que vinham de todas as partes do império e também do interior da província, diariamente eram noticiadas as entradas de pequenas, médias e grandes embarcações carregadas de farinha de mandioca,

[1]Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História Social-PPGHIS da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão- FAPEMA.

arroz, charque, frutas, feijão e outros gêneros necessários à manutenção da ordem na capital e também na sua hinterlândia. Desse modo, é fundamental perceber quais as relações estabelecidas entre a capital da província e o interior, a imprensa periódica indica para algumas dessas relações quando anuncia a chegada dos gêneros, agindo também numa dimensão política da vida cotidiana dos soteropolitanos.

A pesquisadora Vanessa da Cunha Gonçalves destacou que a partir da renovação teórica e metodológica operada pela historiografia na década de 1970 a imprensa passou a ser vista na sua dimensão política (GONÇALVES, 2014, p. 3). Ao anunciarem a entrada dos artigos de primeira necessidade na cidade os jornais contribuíram para uma maior disseminação dos produtos, mas são também indicio de uma possível monopolização dos produtos por determinados comerciantes que interviam diretamente na política de preços dos alimentos, situação não rara na Salvador Oitocentista.

Como vem destacando os estudiosos da impressa desde a segunda metade da década 1970, as páginas dos jornais, revistas e periódicos dão conta de uma série de momentos da vida cotidiana, política, cultural e econômica do país, sua utilização como fonte ou objeto para a pesquisa histórica tem sido amplamente difundida pelos pesquisadores que se debruçam sobre suas páginas, já tendo se consolidado como fonte passível para a historiografia[2].

Os jornais como fonte privilegiada nos dão alguns indícios, apontam para um panorama bem diversificado da economia baiana do século XIX, onde os mais remotos cantos da província contribuíam para manter aquecido o comercio de alimentos na capital. Não só isso, nos mostra também um pouco dos hábitos da sociedade que os produziu, nos deteremos nesse artigo a analisar como os jornais contribuíram na agenda econômica dos produtores de alimentos da vila de Maraú.

Maraú era no XIX, os resquícios de um antigo aldeamento jesuítico, localizada ao sul da opulenta Salvador e do Recôncavo açucareiro. Assim como as demais vilas das ditas Comarcas do sul, voltou-se para a produção de diversos gêneros alimentícios que integravam a dieta dos baianos ou mesma a agenda de exportação da província: arroz, peixes, frutas diversas, rapadura, café, cacau, coco e a preciosa e imprescindível farinha de mandioca, item indispensável na mesa dos baianos de então.

[2]Sobre isso ver: DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSK, Carla (Org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. São Paulo, PUC, nº 35.

ISSN: 2236-9228

A vila de São Sebastião do Maraú estava situada na região sul da antiga província da Bahia, e localizada no meio da Comarca de São Jorge dos Ilhéus[3], tendo como vila limítrofe ao norte a vila de Barcelos e a sul a de Barra do Rio de Contas. Juntas as Comarcas do Sul— Porto Seguro e Ilhéus, e mais tarde Camamu e Caravelas— serviram como uma das regiões que abasteciam a cidade do Salvador e o Recôncavo açucareiro de víveres e outros produtos necessários à sobrevivência da população que vivia na densa região. Foram estas vilas litorâneas que em vários momentos socorreram a capital da província em períodos de escassez de alimentos com o envio de grande parte de sua produção de farinha, milho e arroz para salvar do colapso a população citadina, o principal gênero alimentício comercializado entre essas vilas e a capital foi à farinha de mandioca.

Afrânio Simões Filho destacou a importância das "vilas de baixo" no abastecimento alimentícios da cidade de Salvador, ou seja, para a sobrevivência da população soteropolitana (SIMÕES FILHO, 2011, p. 35). Com uma produção de gêneros alimentícios insuficientes para suprir as necessidades da população Salvador e o Recôncavo, necessitaram recorrer a vilas distantes quase sempre no litoral, já que essas eram as principais produtoras de gêneros alimentícios, sobretudo, a farinha.

A posição litorânea dessas vilas facilitou a comunicação e a circulação de produtos entre a capital e o interior da província. O sul da Bahia, no século XIX ligava-se entre si e também com outras regiões por diversos rios com tamanhos variados, mas de extrema necessidade para aquela população. Escrevendo em 1780 o ex-governador da Bahia, Manoel da Cunha Menezes, deixou claro a abundância de rios da Comarca dos Ilhéus, fazendo referência de como os rios se ligavam na dita comarca. Segundo Manoel da Cunha Menezes a barra do rio Camamu era capaz de receber naus, conforme ele a barra do rio se dividia em duas partes: "a do Camamú fica ao sul e a de Serinhenhe ao norte, separadas pela Ilha Quiepe; dentro desembacam os rios Serinhenhe, Guarapuina, Canduro, Camamú e neste o rio Maraú, todos capazes de lancha". [4]

Como aponta a narrativa do ex-governador, a região era formada por rios que se interligavam, e formavam verdadeiras estradas aquáticas que proporcionavam um cenário

[3]Até o início da década de 1850 Maraú compunha a comarca de Ilhéus, coma criação da Comarca de Camamu a vila migrou para a então recém-criada comarca, por fim na década de 1870 com um novo reordenamento administrativo a vila foi incorporada à Comarca de Barra do Rio de Contas, ficando nela até o final do Império e início da República.

[4] AHU. Oficio do ex-governador da Bahia Manoel da Cunha Menezes para Martinho de Mello e Castro. Lisboa, 12 de agosto de 1780.

perfeito para a navegação de cabotagem, essencial para a economia desta vila e sua consequente comunicação com as demais.

Manoel Ferreira da Câmara, também comentou sobre os rios da Comarca. Na sua descrição a ênfase recaia nas distâncias:

> [...] na distancia de trez legoas: da parte do Sul, está a foz do Rio Maraû, de quem toma nome huma pequena Villa, situada na sua margem, seis legoas distante da foz: do outro lado oposto ao Maraú desemboca, huma ribeira considerada, chamada Serehim (CÂMARA, 1789)[5].

A descrição acima evidencia também a geográfica fluvial da região, entrecortada por rios e ribeiras que corroboravam para um intenso comercio no interior ou entre as vilas, pois como afirmaram Spix e Martius o comercio da vila com a capital recorria a diferentes embarcações (SPIX & MARTIUS, 1939)[6]. O historiador Alex Costa, observou que a região dava grandes facilidades à navegação e que propiciava a conexão entre os rios e o mar através da navegação de pequeno e médio porte, facilitando o comercia entre as povoações (COSTA, 2016, p. 36).

Um rio navegável, mesmo que por canoas, foi de fundamental importância para a população de Maraú. Na documentação analisada para produção da monografia foi possível observar lanchas ou canoas estiveram presentes em 47,6% dos inventários, entres eles o de Josefa Senhorinha de Jesus, que tinha entre seus bens uma canoa "velha por oito mil reis" [7] (8$000) e o valor de outra que havia negociado com o Tenente Coronel José Antônio de Souza, morador na Barra de Rio de Contas, no valor de 50$000 mil reis.

As lanchas representavam facilidade na hora de escoar a produção agrícola, mas também eram de suma importância para os deslocamentos dos homens e mulheres que habitavam Maraú e muito provavelmente toda a Comarca de Ilhéus nos deslocamentos para outras comarcas e também para a capital da província e outras partes do Império.

Essa rede fluvial que circundava a região do entorno de Maraú não foi observada unicamente pelos viajantes e cronistas dos séculos XVIII e XIX, os presidentes da Província da Bahia também estavam atentos à importância que os mesmos tinham para o fomento econômico da região, e assim passaram a traçar estratégias e grandes empreitadas a fim de

[5] CÂMARA, Manoel Ferreira da. Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéus na América-1789. In: Academia das Ciências de Lisboa, Memória econômica. V.1, Lisboa, 1789.
[6] MARTIUS, Carl F. P. von. & SPIX, J. B. von. Através da Bahia. Excertos da obra Reise in Brasilien. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/atraves-da-bahia-excertos-da-obra-reise-inbrasilien/pagina/215/texto.215>. Acesso em: 05. De Jul.de 2017.
[7] APEB- Seção judiciário, Inventário de Josefa Senhorinha.

ISSN: 2236-9228

estimular e viabilizar a utilização destas rotas fluviais pela população sul litorânea. Os trabalhos dos exploradores enviados pela Presidência da Província tinham como função a limpeza dos rios e concentravam-se principalmente na retirada de troncos e galhos de árvores, alargamento de canais e remoção de pedras que oferecessem risco a segurança da navegação. Nesse sentido informou o presidente da província que algumas pedras existentes no rio Maraú foram "abatidas a ponto de não offerecerem perigos aos navegadores senão em tempo de secca" [8].

Em 1847 o presidente da província, Antonio Ignacio d'Azevedo, preocupado com a segurança e a agilidade da navegação operada por estas vilas, deu notícias sobre o trabalho de exploração dos rios da Comarca dos Ilhéus, onde fora encontrado um "terreno plano onde consta ser facil praticar um canal para navegação dos barcos de Camamú, Barcellos, Maraú e Santarem pela bahia do Morro [de São Paulo] evitando o risco de sahirem as barras de Camamú e Serinhem".[9]A preocupação não se limitava apenas com a comunicação interna da Comarca, mas também com a externa, pois prossegue o presidente dizendo que o mesmo engenheiro, ficaria também encarregado de "examinar o estado do canal de Itahipe, e da estrada para Minas"[10].

Podemos observar nessa breve introdução, que a precariedade das estradas aliada à facilidade de canais navegáveis fizeram do entorno da vila de Maraú terreno fértil para a navegação de cabotagem. Essa navegação operada por pequenas embarcações, em sua grande maioria guiada por um ou dois condutores, foi a responsável por alimentar e manter vivo o comércio entre as porções mais distantes da província, suprindo a cidade de Salvador e o Recôncavo de viveres diversos. Na próxima sessão analisaremos a relação entre a impressa e a economia da vila de Maraú.

Os jornais e a comercialização de alimentos vindos de Maraú

Os jornais que circulavam em Salvador à época também anunciavam esse trânsito comercial com o Litoral Sul. Em 1838, o Correio Mercantil, anunciava que nas entradas do dia 17 de dezembro havia chegado ao porto da Capital a Lancha Conceição de Maria com

[8] Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1º de março de 1854. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp. 1854.
[9] Fala que recitou o presidente da província da Bahia, o conselheiro Antonio Ignacio d'Azevedo, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma província em 02 de fevereiro de 1847. Bahia, Typ. do Guaycurú de D. Guedes Cabral, 1847.
[10] Idem.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

cargas de farinha, café e arroz[11]. O mesmo jornal em 1839 noticiava mais uma vez a entrada de lanchas advindas de Maraú, uma era a de Santa Rita que chegava carregada de farinha e arroz[12] e a outra do comerciante Silvano Rodrigues Monteiro que trazia de Maraú farinha e arroz[13]. Nesse itinerário entre o sul da Bahia e a capital, as lanchas deslocavam alimentos e pessoas, bem como fomentava a comunicação com a o intercâmbio de notícias dos dois lugares.

Em 02 de março de 1840, outra lancha chamada Feliz Pastôra chegava ao porto de Salvador carregada de "farinha e lenha" [14]. No mesmo ano chegaria às lanchas S. Sebastião Viajante com carga de farinha e outra carregada de açúcar endereçada a José Gonçalves de Oliveira. [15]

Como é possível observar foi à navegação de cabotagem que ajudou no escoamento das produções da Vila de Maraú para a capital da província. Maraú produzia uma variedade de gêneros de primeira necessidade, que era altamente consumido pela população de Salvador. Como já apontou a historiografia baiana, a farinha era o principal alimento consumido no Brasil no século XIX.[16] O pesquisador Afrânio Mário Simões Filho (2011) deixou claro em sua tese como a produção de farinha se manteve intimamente ligada à navegação de cabotagem operacionalizada por lanchas, sumacas e paquetes. Para o pesquisador foi através desse tipo de transporte fluvial e marítima de pequeno curso que se comercializou a farinha na Bahia nos Oitocentos, os jornais dão conta dessa movimentação ao noticiarem a entrada dos carregamentos. No entanto, é importa salientar que as levas de mercadoria que chegavam a capital muito provavelmente alienavam produções menores e também daqueles que não tinham a possibilidade de anunciar a chegadas de seus produtos à cidade, bem como, dos que vendiam pequenas quantidades de alimentos no porto da cidade.

Importante também foi imprensa que ao anunciar a chegada das mercadorias assegurava a possibilidade de venda dos mercadoras como é o caso da comerciante Antonio Coelho Fragoso que tendo adquirido farinha proveniente de Maraú anunciava no Jornal do

[11] Val. III, n.63. Correio Mercantil. Quarta-Feira 19 de Dezembro de 1838. Jornal Politico, commercial, e litterario. Bahia. Typ. do carreio mercantil, dem m, l. Velloso. E.C.
[12] Impresso na tipografia do Correio Mercantil, de M.L. Velloso & Comp., Rua D'alfandega por cima do trapiche da ponte, anno X. Bahia, quinta feira 7 de setembro de 1843, nº 194.
[13] Idem.
[14] Correio Mercantil, ano VII. Bahia, sexta feira 20 de março de 1840 n. 65. p. 4.
[15] Correio Mercantil, ano VI. Bahia, terça feira 26 de fevereiro de 1839 n.45. p. 4.
[16] Entre os autores que falam sobre a dependência que tinha a cidade de Salvador de farinha pode citar: MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia Século XIX: Uma província no império /tradução Yedda de Macedo Soares /Rio de Janeiro1992. AGUIAR, Gabriela & REIS, João José. "'Carne sem osso e farinha sem caroço': o motim de 1858 contra a carestia na Bahia". Revista de História da USP, São Paulo, 1996.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Commercio em 1842, que tinha farinha fabricada em Maraú e que era "muito fresca e torrada, propria para se comer a 640 rs, cada um alqueire, e só vende saccos com 2 alqueires e com dous e meio" [17]. Como é possível inferir a impressa de livre circulação pela cidade informava não só da chegada da farinha no porto da cidade, mas também de seu destino depois de comprada pelo revendedor local.

Afrânio Simões Filho narra inclusive o episódio transcorrido em um dos momentos de crise da farinha na Bahia, o 1º Escriturário da Tesouraria Salvador P. de Carvalho e Albuquerque fora enviado ao Sul da Província para comprar farinha de mandioca. Na correspondência remetida Salvador e Albuquerque, relata que mandará 998 alqueires de farinha de mandioca pelo vapor Paraná proveniente das regiões de Camamu, Santarém, Barra do Rio de Contas e península de Maraú. Até setembro daquele ano segundo o autor Salvador de Albuquerque enviou à capital uma série de lanchas carregadas de farinha de mandioca (SIMÕES FILHO, 2011, p. 151)[18]. Nos momentos de crise no abastecimento de farinha em Salvador eram as vilas do Sul que eram acionadas para que evitassem a crise alimentar e possíveis confrontos entre populares e o governo, como aquele que narra João José Reis em 1858[19].

Para a historiadora Cristiane Batista, a navegação de cabotagem foi durante todo o século XIX a consolidação do sucesso na comercialização da farinha com Salvador (SANTOS, 2015, p. 36). Segundo a autora, o ouvidor de Ilhéus Baltazar da Silva Lisboa, certamente se utilizando de uma metáfora feita pelo Frei Vicente do Salvador, ainda no século XVII, dizia que Salvador era para as capitanias vizinhas como "um coração no meio do corpo" (SALVADOR, 2013, p. 83). O ouvidor de Ilhéus argumentava que Maraú era "o coração central da Comarca" (SANTOS, 2015, p. 37), para ele, qualquer embarcação que saísse da comarca poderia com facilidade, sem sair para o mar, chegar à cidade da Bahia. A historiadora concluiu que a assertiva do ouvidor denota a valorização da Vila durante o século XIX como posto de centro, principalmente, pela importante comunicação que poderia ser estabelecida com a capital.

A navegação de cabotagem, quando possível, driblava as difíceis, onerosas e perigosas vias terrestres. As estradas vicinais do litoral eram precárias e a qualquer momento os

[17] O Commercio Bahia, typ. de J. A. Portella e Comp.1843, terça feira 27 de junho.N.138.- 1842-1847- p. 4.
[18] Idem. p. 151.
[19] João José Reis faz uma análise sobre uma revolta motivada pela carestia da farinha de mandioca em Salvador, mostrando como a cidade era dependente do produto para a sobrevivência da população e de certa forma para a manutenção da ordem pública. Sobre isso ver: AGUIAR, Gabriela & REIS, João José. "'Carne sem osso e farinha sem caroço': o motim de 1858 contra a carestia na Bahia". Revista de História da USP, São Paulo, 1996.

ISSN: 2236-9228

comerciantes poderiam ter seus produtos saqueados. Segundo Mattoso, a construção de vias terrestres na Bahia durante o século IXI foi precária, e poucas foram às vias abertas, entre elas, as que permitiram a ligação das vilas de Camamu e Marau à região de Jequié, sobretudo, pela necessidade de conectar o sertão ao litoral e assim facilitar o processo de trocas comerciais (MATTOSO, 1992, p. 469).

Em 1854 a Câmara Municipal de Maraú enviou notícias da situação do município para a presidência da província relatando sobre a situação das estradas e suplicando providências e investimentos no que se referia à construção e manutenção o que provocou altos prejuízos à vila e a sua população. Os vereadores diziam ser "triste sem dúvida o estado das estradas deste Munícipio" e argumentavam ser necessário fazer melhorias na estrada que conduzia a Vila a da Barra do Rio de Contas, sobretudo com pontes de madeira e aterros que pudessem evitar lamaçais.[20]

Os problemas nas estradas não se davam apenas com as que levavam a outras vilas, mas também com as que deveriam ligar os povoados da própria vila de Maraú. Nesse sentido dissertaram os vereadores sobre a necessidade de se consertar duas estradas, uma que deveria ir para Cobi, e a outra para o Arraial do Quitungo ligando-o aos sertões. As estradas deveriam ligar os dois pontos agrícolas à cabeça da vila; segundo a câmara seriam necessários à quantia de 2:000$000 ou 3:000$000 contos de réis para que os empreendimentos fossem feitos. Concluíam o documento argumentando que "a falta de estradas regulares trás o atraso da lavoura, o alto preço da farinha, e mesquinha sorte ao lavrador" [21].

A falta das referidas estradas vicinais prejudicavam a população de diversas formas, pois, impedia o escoamento da produção e deixava os preços do produto sob a tutela dos especuladores. Alex Costa (2009) encontrou casos em que um único comerciante comprou farinha de ao menos quatro produtores diferentes para depois comercializar na capital.

Se as limitações das vias de transporte terrestres e fluviais impunham importantes limitações ao crescimento do comercio, não significou necessariamente sua inviabilização, ao contrário, ele aconteceu e respondeu por importante parcela da economia de Maraú. Sempre que possível, foram acionados meios formais através de decretos, solicitações de construções e reparos das vias de comunicação com a capital e os sertões para a condução dos produtos aos diferentes mercados e também para que produtos produzidos em outros cantos do império

[20] APEB- Sessão Colonial/Provincial. Correspondências da Câmara Municipal da Vila de Maraú 1856-1889. Maço: 1352.
[21] APEB. Seção Colonial/Provincial. Correspondências da Câmara Municipal da Vila de Maraú 1856-1889. Maço: 1352.

ISSN: 2236-9228

e de fora dele pudessem chegar à população marauense. Esses produtos vieram dos mais diversos lugares tais como, rendas, chalés, botinas e sapatos oriundos da França, manteiga inglesa, charuto cubano, papel, tecidos diversos, vinhos, champanhe, pratos, xicaras e talheres entre outros sem números de objetos[22]. A imprensa por seu turno foi importante, pois auxiliou comerciantes da vila e da capital ao anunciarem a movimentação dos portos e locais de distribuição de alimentos.

Considerações finais

Como podemos notar nessa breve exposição à imprensa periódica aliada a navegação de pequena cabotagem auxiliariam no escoamento da produção de gêneros produzidos na Vila de Maraú e consequentemente na sua chegada e comercialização na cidade da Bahia. O comercio operado por pequenos produtores ajudaram a manter longe do colapso a população citadina que vez ou outra enfrentava longos períodos de crise no setor alimentício. Não estamos com isso dizendo que Maraú sozinha foi o grande sustentáculo econômico da capital, mas que sua produção aliada a de outras vilas do sul da província criaram um cinturão agrícola que colaborou para o abastecimento de Salvador.

A impressa periódica ao anunciar sempre que possível à entrada e saída das embarcações ajudaram na disseminação e distribuição de mercadorias, pessoas e como não poderia deixar de ser de informações e ideias, o que contribuiu para a integração das partes mais afastadas da província nas discussões mais gerais travadas na Capital e na Corte. Certamente a navegação provocou um fluxo e fluxo, produtos alimentícios saiam da vila e produtos manufaturados, mormente oriundos do exterior entravam na vila, apesar de não nos determos a este respeito, os inventários analisados dão conta até o momento de uma variedade de manufaturas que estavam presentes do mercado da vila, tais como sapatos, chapeis, lenços, tecidos dentre outros produtos.

Essa pequena comunicação longe de esgotar o debate, abre margens para que pesquisas mais sistemáticas sejam efetuadas, sobretudo, para analisar o que entrava em Maraú via náutica, já que até aqui as fontes apontam para um fluxo, mas também para um refluxo comercial entre a vila e a capital.

[22] Esses produtos foram encontrados a partir da leitura dos 38 inventários trabalhados nessa pesquisa, dentro do processo de avaliação eram descritos todos os bens que tinham os inventariados, sobretudo aqueles que tinham valor financeiro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gabriela & REIS, João José. "Carne sem osso e farinha sem caroço": o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *In:* **Revista de História da USP**, São Paulo, 1996.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contra ponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Manoel Ferreira da. Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéus na América- 1789. *In:* **Academia das Ciências de Lisboa, memória econômica**. V.1, Lisboa, 1789.

CHAVES, Cleide L. A economia baiana e platina no século XIX: a integração regional. *In:* **Anais do I Encontro Regional de História**: história, cidades e sertões. Ilhéus: UESC, 2002. p. 01-14.

COSTA, Alex Andrade. **Arranjos de sobrevivência:** autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888). 196 f. Dissertações (Mestrado em História Regional) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

_____. **Tramas e contendas escravos, forros e livres constituindo e forjando liberdades na baía de Camamú, 1800-1850**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Na oficina do historiador**: conversas sobre história e imprensa. São Paulo, PUC, nº 35.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSK, Carla (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, V. C. Imprensa e a construção da sociedade brasileira no século XIX: O Novo Mundo como estudo de caso. *In:* **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio:** saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia Século XIX:** Uma província no império /tradução Yedda de Macedo Soares /Rio de Janeiro1992.

MARTIUS, Carl F. P. von. & SPIX, J. B. von. **Através da Bahia.** Excertos da obra Reise in Brasilien. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. **Abastecimento de farinha da cidade do Salvador**: aspectos históricos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil, 1627, III, 1. *Apud* PUTONI, Pedro. **O Estado do Brasil:** poder e política na Bahia colonial, 1548-1700. São Paulo: Alameda, 2013.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. **Entre o fim do império da farinha e início da república do cacau:** Negros em festas, sociabilidade e racialização no sul da Bahia (1870-1919). Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SIMÕES FILHO, Afrânio Mário. **Política de abastecimento na economia mercantil**: o celeiro público da Bahia (1785-1866). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A IMPRENSA NO PÓS-ABOLIÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO ABOLICIONISTA E AS AUTORIDADES POLÍTICAS DO MARANHÃO E BAHIA (1887-1889)

Ana Alice Araújo Cantanhede[1]

Introdução

Sabe-se que o contexto histórico que envolve o período da abolição do sistema escravista no Brasil, apresenta uma discussão para além do contexto econômico, abrangendo a atmosfera política e social. Pensando nessa vertente, torna-se pertinente analisar as relações político-sociais que foram estabelecidas durante o processo de emancipação, assim como os feitos de organizações negras que buscavam denunciar as condições de trabalhos dos negros escravizados, além de reivindicar pela ocupação dessas pessoas em outros espaços.

As experiências negras se desenvolveram em vários espaços com manifestações que tinham por objetivo melhores condições de trabalho, mas também de se legitimar enquanto cidadãos brasileiros, passando por um longo processo de construção de sua identidade nacional e racial. Um importante reflexo dessa luta se constituiu na figura de uma imprensa que surgia com o intuito de denunciar as discriminações raciais, e que a principio era ocupada por um grupo de homens negros livres onde se direcionavam a uma população que tinha a mesma aparência, ou tido a mesma experiência. A imprensa brasileira do século XIX adotou um caráter de denúncia às injustiças sociais, passando por uma reconfiguração, onde se tornou uma expressão direta de determinados públicos e seus objetivos como, por exemplo, a imprensa abolicionista.

Faz-se necessário a partir deste ponto, compreender a importância da atuação da imprensa abolicionista, onde um razoável número de negros letrados conseguiu assimilar, em diferentes momentos, ideias de interesse coletivo, onde a emancipação dos escravos se tornava sua principal bandeira política, assim como a legitimação de seus direitos. Embora grande parte dos jornais fossem assumidos por homens negros livres, não eram jornais compostos unicamente por pessoas negras, pois ser abolicionista era um posicionamento político que abrangia um amplo leque de interesses. Por isso, se torna necessária a compreensão de que a escravidão se enraizava nos hábitos sociais, e o que significava progresso para uns, para outros representaria uma instabilidade social.

[1] Graduanda do curso de História-licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

O Brasil incorporou um sistema escravista predominante até o século XVIII, porém com a chegada do século XIX essa cena passou por um amplo processo de mudanças na estrutura econômica, política e social. Em uma breve análise desse progresso, torna-se perceptível que a ideia da abolição do sistema escravista soava como um fator improvável para a elite, tendo em vista que era a base que sustentava a economia, os partidos e a sociedade aristocrática desde os primeiros passos da construção dessa nação. Como bem pontua Ângela Alonso em sua obra *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)* "a escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial. Daí sua legitimidade tácita, socialmente natural". (ALONSO, 2015, p. 29). A escravidão negra no Brasil se configurou por tratar o homem como objeto, vinculando-o ao trabalho forçado.

Com a maré de mudanças que estavam acontecendo no cenário social brasileiro, a imprensa ocupou um espaço de destaque, ainda que a mesma não fosse um mecanismo de comunicação de fácil acesso para toda a população. A imprensa brasileira em alguns momentos se confundia com a literatura, pois por inúmeras vezes apresentou narrativas poéticas ou semelhantes a obras literárias. Além disso, os periódicos chamavam a atenção de seus leitores por trazerem notícias do dia a dia e principalmente por trazer um noticiário internacional. A imprensa brasileira obteve desenvolvimento e passou a ser a principal representante das ideias e reivindicações dessa população. Como exemplo, temos a imprensa abolicionista que surgiu como uma expressão da campanha pela emancipação, e tornou-se o principal meio de divulgação das ideias e práticas deste movimento no Brasil.

Esses periódicos surgiram com o objetivo de denunciar às condições as quais estavam expostas as pessoas que viviam dentro do sistema escravista, reivindicando a libertação dos mesmos, além de evidenciar a discriminação racial, social e a escassez de espaços para a ocupação dos ditos "homens de cor".

> Esses momentos iniciais da imprensa negra no Brasil demonstram que, a despeito de inúmeros contratempos – entre os quais o próprio escravismo e seus instrumentos afins – negros formularam uma própria e tornaram-na pública. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los (PINTO, 2006, p. 27-28).

ISSN: 2236-9228

Aspectos do movimento abolicionista no Brasil

A abolição assombrava o sistema político e com o inicio da década de 1880, as pressões pelo fim da escravidão se intensificavam e o movimento abolicionista ganhava simpatia popular. Mas, alguns setores permaneceram contrários à abolição até o fim, pois representava uma modificação não só na produção da economia, como também um abandono de valores desses senhores, onde os mesmos acabariam por perder seu status social. As ideias abolicionistas tiveram grande aceitação no âmbito urbano, como pontua a Emília Viotti, "o movimento abolicionista foi essencialmente urbano, mesmo quando se estendeu às senzalas, levando a insurreição às massas escravas com o intuito de acelerar as reformas necessárias" (VIOTTI, 1999, p. 330).

A partir de 1860, o movimento abolicionista passou a contar com fortes lideranças de homens negros como Luis Gama, que se propôs a defender judicialmente os escravizados que a ele recorriam, além de atuar na imprensa. Gama se reconhecia enquanto homem negro e colocava em evidencia o quanto a escravidão e as questões raciais em volta da mesma, se enlaçavam na construção da identidade social e cultural do Brasil.

Os anos prévios ao 13 de maio de 1888, se configuraram como um jogo de interesses políticos, onde foram estabelecidas inúmeras alianças partidárias em prol de benefícios pessoais e coletivos. Essa movimentação, que apresentava um forte discurso de emancipação e de reforma política, colocou em pauta a escravidão, que gerou grandes aliados de elite para as sociedades abolicionistas. Essas relações se deram em vários espaços como "Bahia, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, contando com a participação da elite social: viscondes, barões, ocupantes de bons postos públicos e com acesso a partidos, se configurando como um abolicionismo de elite" (ALONSO, 2015, p. 39).

Por incontáveis momentos a ideia de extinção do escravismo foi colocada como uma pauta política, principalmente durante manifestações de rebeldia dos escravos, que colocavam os grandes senhores em posição de defesa, temendo por uma maior reivindicação social que pudesse colocar em risco seu patrimônio e bem-estar pessoal. "Receosos com as reações escravas, políticos e outras autoridades, passaram a compreender a escravidão como uma instituição que precisava ser combatida, como um meio de garantir a segurança dos brancos", como ressalta Wlamyra Albuquerque (2018, p. 346) na obra *Dicionário da Escravidão e*

ISSN: 2236-9228

Liberdade. A partir dessa análise, observa-se a forma como foi sendo moldada a relação entre as autoridades políticas e o movimento abolicionista.

A representação política e social nos jornais *Pacotilha* (MA) e *O Asteroide* (BA)

Os jornais que compõem este trabalho pertencem a um conjunto de periódicos configurados como parte da imprensa que se inseria no viés abolicionista. Apesar de ambos estarem incorporados nesse contexto, cada um apresenta características de representação de suas ideias de formas diferentes. São jornais com espaços de circulação distintos, com proporções por ora semelhantes no que se refere ao discurso abolicionista, mas voltados para públicos diferentes. Os jornais investigados são *Pacotilha (Maranhão)* e *O Asteróide: orgam da propaganda abolicionista (Bahia)* datados de 1887, 1888 e 1889.

O jornal Pacotilha (MA) foi fundado em outubro de 1880, por Victor Lobato, estando inserido no contexto abolicionista. A princípio, o jornal adotava um caráter imparcial, sem filiação política e tinha por objetivo ser um periódico popular, onde a população estava sendo chamada para expressar suas ideias em prol de um Maranhão civilizado. Mostrava-se como um jornal abolicionista e republicano. Suas primeiras edições se estruturavam com um perfil literário, dando espaço para crônicas e poesias, mas após as modificações na estrutura física do periódico e nas suas abordagens, os jornais passaram a apresentar anúncios e notícias internacionais. Em 1886, o jornal contou com a participação de Agripino Azevedo em sua redação.

Com uma posição definida e objetiva, muito bem traçadas, O Asteroide teve sua primeira edição circulada em 23 de setembro de 1887 na Cidade da Cachoeira, no estado da Bahia, como um órgão da propaganda abolicionista, como o próprio subtítulo já sugeria. Sua circulação acontecia as terças e sextas-feiras, tendo como redator o advogado José Theodoro Pamponet que se colocava a serviço da população negra que busca legitimar seus direitos. O jornal foi um intenso mecanismo de denúncias às condições inseguras em que a população negra estava sendo exposta, além disso, colocaram em evidencia os ataques praticados pelas autoridades políticas e o abuso de poder por parte das autoridades policiais. O nome do jornal representava a clareza do ideal abolicionista, significava a luz que se buscava para a emancipação do escravo e igualmente, para a emancipação do povo.

A escolha de jornais que funcionavam em diferentes espaços, tem por objetivo analisar duas províncias que desencadearam importantes manifestações no processo abolicionista,

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

sendo necessários para compreendermos as resistências e lutas diante do sistema escravocrata. Primeiramente temos o Maranhão, onde a economia era proveniente da mão de obra escrava, mas com a proibição do tráfico negreiro internacional, em 1850, passou de importador para exportador de cativos, onde grande parte era enviada para o Sudeste. Embora envolta nesse quadro, o Maranhão, as vésperas da abolição, ainda era uma das províncias com um relevante número de cativos.

> O Maranhão chegou a se configurar como a quinta maior província em importância econômica, e isso se deveu à entrada maciça do braço africano. Por isso, por mais que a província tenha exportado uma boa parte da sua mão-de-obra, os africanos e seus descendentes, já crioulos, ainda podiam ser encontrados em grandes quantidades na província ao final do XIX (SILVA, 2014, p. 33).

A Bahia por sua vez, além de ter uma economia exportadora sustentada pelo sistema escravista, possuiu um dos maiores portos de entrada de escravos traficados, sendo palco para grandes revoltas escravas. Foi uma das principais províncias com mais representantes políticos no Império, como destacou Salles (2012, p. 7) "a Bahia teria um papel de destaque, tendo estado à frente 1/3 dos gabinetes imperiais, podendo-se mesmo falar de um 'baianismo' característico da política do Segundo Reinado". Outro destaque se refere ao histórico da repressão da elite política baiana aos jornais que de alguma forma colocavam em questionamento a vida política provincial.

A imprensa como mediadora das relações dos abolicionistas com a elite política

O Asteroide, como jornal de pequena imprensa, exercia um discurso totalmente em prol do abolicionismo, noticiando em cada página não só as lutas da população negra, mas um sonho de libertação que talvez o povo, os considerados marginais, ainda não tinha sentido o prazer de desfrutar. Como expressado na página um da primeira edição do jornal em 1887, apesar do massacre exercido pelos escravocratas, as ideias abolicionistas foram se engrandecendo e criando incomuns adeptos. O jornal divulgava matérias produzidas em outras províncias, e colocavam em evidencia as medidas que estavam sendo tomadas em outros espaços em relação ao fim do trabalho servil, era uma forma de convocar a população cachoeirense para se posicionar diante desses fatos.

A estrutura em que se construiu o periódico possibilitou ao seu leitor um meio de comunicação unicamente informativo e propagador das ideias abolicionistas, de forma que

ISSN: 2236-9228

não dava espaço para outras pautas se não o fim do sistema escravista. Porém, dentro desse roteiro, os assuntos envoltos faziam denúncias aos abusos policiais e políticos, os quais os principais alvos eram a população negra, que buscava de alguma forma manifestar suas indignações sociais e políticas. Um exemplo muito claro sobre esse abuso de poder, se configurou na pessoa de Joaquim Ignácio Albernaz, que ameaçou e agrediu integrantes do jornal O Asteroide, enquanto entregavam os periódicos aos seus assinantes. O jornal passou por um importante conflito que mostrou o quanto a voz negra incomodava os escravocratas, e o tanto que o movimento abolicionista estava mexendo na ferida mais profunda desses senhores.

O movimento abolicionista crescia e ganhava cada dia mais adepto. Diante das tentativas de silenciamento da redação do Asteroide, a reivindicação do povo mostrou que os mesmos sabiam prezar pelo seu título de cidadãos brasileiros. Em uma de suas colunas, que fazia homenagem aos cidadãos que travaram lutas contra autoridades policiais, intitulada de *Aos Martyres da Liberdade !!!*, o jornal reforçava a força popular e o contínuo desejo de libertação.

> Morrer pela ideia é viver no coração da posteridade, é transformar a vida em doirada constellação no horisonte explendido da immortalidade (...) Os tyranos nos atraiçoam!! Não temeremos por certo as perseguições!!! ... Não... defenderemos o captivo com risco de nossa liberdade ou de nossa vida (...) Vivão os martyris da liberdade! Viva a abolição! Viva a imprensa abolicionista! Viva o poder da idea! Viva a liberdade de pensar!!. (O Asteroide, n°5, 4 de outubro de 1887).

O Asteroide como manifestação do movimento abolicionista, foi barbaramente atacado, não só a redação do jornal, mas todos que o apoiavam eram alvos da elite e das autoridades políticas. Dentro da pauta abolicionista, o jornal colocava em destaque, além das denúncias, os desrespeitos aos direitos dos escravizados, aos maus tratos, assim como, as perseguições aos abolicionistas, que se tornaram frequentes à medida que o movimento ia ganhando apoio. A redação oferecia ainda seus serviços de advocacia, representada na figura de Jose Theodoro Pamponet, proprietário e editor do jornal.

> José Theodoro Pamponet offerece seus serviços ao abolicionismo d'esta comarca. Os escravisados, que se julgarem com direito a suas liberdades, quer por effeito da lei de 7 de novembro de 1831, quer por outra lei, podem procura-lo n'esta cidade, no ecriptorio deste Jornal. (O Asteroide, n° 4, outubro de 1887)

Em 30 de setembro de 1887, em sua terceira edição, O Asteroide com o título *As Duas Leis de 28 de setembro*, exaltava a grandeza da lei que tornara livre os filhos das mulheres

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

escravizadas (28 de setembro de 1831), porém repudiava a lei dos sexagenários (28 de Setembro de 1885). Como um fator pacificador dos interesses de ambos, o Parlamento aprovou a Lei do Sexagenário, como uma forma de garantir a liberdade de escravos a partir dos 60 anos de idade. A lei era uma falácia, pois as condições em que estavam inseridas as pessoas escravizadas tornava inviável o alcance a essa faixa etária, além de abandonar os escravizados que já estavam inseridos nesse intervalo de idade a própria sorte, tendo em vista que não teriam amparo governamental nem acesso ao mercado de trabalho.

Colocou-se em evidência que "o algoz escravocrata, que esbofeteava a Mãi Patria, era outro, se não o governo" (O Asteroide, n° 3, 30 de setembro de 1887). Mostrou-se como um jornal combativo, apto para expor as mazelas políticas, estabelecendo uma relação de conflitos com os partidos. As sessões anunciavam as novas alianças que estavam se formando, envolvendo a união do Partido Liberal com o Partido Conservador, que fazia um eixo em prol do sistema escravocrata. Foi considerado um dos maiores escândalos parlamentares, confirmando que a ideia política do Brasil era uma monstruosa mentira, apresentava o jornal.

> Dantas teve que resgatar o poder. Saraiva (liberal) foi chamado e n'um pacto immoral com os conservadores, apresentou um projecto escravocrata, golpeando desapiedadamente a Constituição do Estado. Os escravizados tiveram um valor certo, pelo que perderam o direito de arbitramento. Saraiva porém, pela oposição que fizera-lhe o partido liberal, de cujas ideias havia feito apostazia, teve de ceder o poder aos conservadores antes mesmo de ser lei nacional, o seu monstruoso projecto. O partido conservador, porém, galgando o poder, fez converter em lei, o saraivico-projecto, e por deplorável, ironia o baptisou com a dacta de 28 de setembro de 1885. Seria ódio ou inveja? (O Asteroide, n° 3, 30 de setembro de 1887).

O fato narrado no dia 4 de outubro de 1887, citado anteriormente, sobre o caso envolvendo a figura do delegado Joaquim Ignácio Albernaz, onde o mesmo comandou o ataque aos abolicionistas, tendo o apoio de autoridades políticas, foi determinante para estabelecer a posição do Asteroide durante as eleições. No periódico de número 12, na primeira página do jornal estava estampada a coluna que tinha por título *Ao Eleitorado,* onde foi feita uma retomada de consciência sobre a forma como partidos e políticos vinham se posicionando em relação ao movimento abolicionista e a pauta escravista.

O jornal ressaltou em outras edições, que as alianças que foram estabelecidas entre os prós e os contra o abolicionismo, não foram apagadas da memória nacional, principalmente a subordinação dos chamados pseudo-liberais, que se mostraram a favor do movimento

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

abolicionista, mas na primeira oportunidade os golpearam. Era uma denúncia ao envolvimento de membros do Partido Liberal na repressão aos abolicionistas. Mas, para além das criticas a política, houve campanha dos abolicionistas para as eleições na Assembleia Provincial. Em destaque estava:

> O dr. Jesé Pereira texeira, moço popular, caridoso, reconhecido como o médico da pobreza; O dr. Arthur Rocha Lima, cujos méritos estão acima de todo o elogio, também deve merecer o vosso apoio. O primeiro, vós sabeis, pertence ao partido conservador. O segundo pertence ao partido liberal; ambos porem, sinceros em suas ideias, devotam-se a causa abolicionista. Sufragando estas duas candidaturas, e repellindo todas as mais, vós cidadãos eleitores, dareis uma sublime prova de vossa independência politica, de vosso civismo, de vosso amor a esta terra, ultimamente, tão abatido por esse que agora vos digam o voto (...). Abaixo a tyramnia! Viva a independência do voto (O Asteroide, 4 de novembro de 1887, n° 12).

Em 1888, nos momentos prévios ao 13 de maio, O Asteroide intensificava seu discurso abolicionista, e trazia à tona em uma de suas sessões, com o título *A Imprensa da Capital e o Abolicionismo*, a forma como a capital via a pequena imprensa abolicionista de Cachoeira. A imprensa era vista com desdém, porém representava uma luta contra os escravocratas que outros jornais, deslumbrados com as alianças políticas que fizera, não conseguiriam contemplar. O que mostrava o atraso no pensamento baiano sobre a construção da ideia da necessidade da abolição.

As críticas feitas pelos abolicionistas sobre os liberais colocaram em questionamento quais eram os interesses por trás das alianças que fizeram “O que justifica este proceder dos mais liberaes votarem com os mais escravocratas? Simples e puramente interesses partidários, sem justificação plausível” (O Asteroide, 31 de junho de 1888, n°86). Além disso, passou a observar a forma como vinha se reconfigurando o Partido Conservador.

> O partido conservador neste paiz, pode-se dizer que tem uma denominação que não corresponde aos seus fins, nem ao seu programa (...) a denominação de conservador dada a um partido que proclama ideias liberaes e que se vivifica e conforta na opinião publica, é uma denominação que não corresponde às verdadeiras aspirações do partido (O Asteroide, 10 de Junho de 1888, n° 80) .

Em sua última edição, um ano após a publicação de seu primeiro número, O Asteroide se despedia de seus assinantes com a satisfação de ter colaborado com a conscientização do povo, e lutado sem ceder às pressões da elite, pelo desejo de liberdade. Em 1889, voltou com uma edição única nesse ano, para comemorar o dia 13 de maio.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> Foi no dia 13 de maio do ano de 1888 que, depois de uma luta ingente, onde se chocavam os interesses pecuniários de muitos, com os interesses de patriotismo de todos, em pró de uma raça infeliz que vivia mas não gosava, sentia, mas não ousava pronunciar-se, sofria mas não gemia, nem ousava queixar-se! (...) N'esse dia para sempre memorável, a soberania do povo fez ceder a soberania do throno. O governo inclinou-se diante do prenunciamento popular; e então cahio a bastilha brasileira, diante da Lei N. 3353 que firmou a completa liberdade no solo do Gigante Americano (O Asteroide, 13 de maio de 1889, n°100).

Assim como O Asteroide, a Pacotilha surgiu no contexto do movimento abolicionista, e se configurava a princípio como um jornal independente, sem vinculação político-partidária. O noticiário do jornal dividia suas páginas com anúncios, sessões literárias, além do espaço destinado a colaboração do público, onde é possível observar uma maior discussão política e pautas que envolviam a escravidão.

Apesar do jornal se posicionar enquanto abolicionista, por alguns momentos esse posicionamento é confundido. Em comparação ao que aconteceu na redação do Asteroide, ser abolicionista significava não compactuar com qualquer ação que legitimava os escravocratas. Por exemplo, o anúncio sobre as fugas, que eram feitas a pedido dos donos dos escravos, onde era oferecida uma recompensa. Segundo o jornal abolicionista baiano, não noticiar as fugas escravas era uma forma de demonstrar apoio à resistência dos escravizados à situação de cativeiro, tendo em vista que os mesmos estavam sob seus direitos.

Levando em consideração todo o processo histórico da Pacotilha, afim de melhor compreender a forma como a imprensa estava noticiando as relações entre os abolicionistas e a elite política, será relevante fazer um pequeno recuo em algumas edições anteriores a 1888. Fazendo um paralelo com o que acontecia com O Asteroide, que circulava em um espaço distante da capital, a Pacotilha se posicionava timidamente, trazendo para as sessões dos jornais um caráter mais popular, onde eram lidas as diferentes manifestações sociais, que foi estabelecida como uma de suas características iniciais. Logo, as relações que colocavam em pauta a posição da elite e dos políticos em relação à escravidão, estavam em evidencia na sessão de *Publicações a Pedido.*

Ao reportar ao ano de 1884, quatro anos antes da aplicação da Lei n° 3.353, uma das publicações que compunha o jornal do dia 10 de outubro, apresentava o título *O Abolicionismo Revolucionario,* redigida pelo conservador Ricardo de Carvalho. A publicação demonstrava o quanto temiam os proprietários de escravos às manifestações abolicionistas que vinham ganhando cada vez mais apoio popular.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> A abolição repentina do elemento servil é a grande preoccupação nacional neste momento. A abolição repentina do elemento servil é o pesadelo do commercio. A abolição repentina do elemento servil é, pois, uma questão de interesse geral da pátria; uma questão politica, uma questão de administração, uma questão econômica. A politica, a boa politica exige que, sem perda de tempo nem disperdicios de forças, a abolição revolucionaria seja combatida e condemnada pelo eleitorado (...) Animar a propaganda revolucionaria na sua vertiginosa carreira: eis o que tem feito o actual ministério (...) É necessário agora tratar de não perder os capitaes que restam e as vidas empenhadas n'essa luta gigantesca contra o abolicionismo revolucionario do governo (Pacotilha, 10 de outubro de 1884, n° 260).

Além de visualizar a abolição como um dano prejudicial à política, a economia e a sociedade, Ricardo Carvalho via no projeto abolicionista uma desmoralização do país.

> A posição em que se acha o império debilita-o no interior com essas manifestações revolucionarias e desacredita-o no exterior provocando e animando os inimigos do Brazil, a exerceram sobre nós uma pressão desagradável e desmoralizadora (...) E é isto que não pode nem deve continuar. A emancipação legal, porque legal é a propriedade escrava, eis o que o paiz deseja (Pacotilha, 4 de outubro de 1884, n° 260).

Na mesma edição, já na página seguinte, a redação surge com uma nota critica aos escravocratas destinada *Ao Corpo Eleitoral da Provincial.* No texto, o autor reforça que todo candidato que se mostra favorável ao escravismo, não é digno de seu voto. Ao citar nomes de personalidades escravocratas, que eram verdadeiros inimigos sociais, aparece o de Ricardo Carvalho, o mesmo que ocupava uma de suas sessões colaborativas.

> A escolha de candidatos confessadamente escravocratas, como os srs. Gomes Castro, Ricardo Carvalho, João da Matta etc., é um perigo, que os que tem a peito o seu bem estar futuro cumpre evitar. Os homens intolerantes, que nada querem conceder às exigências da civilização, do progresso da opinião publica (Pacotilha, 10 de outubro de 1884, n° 260).

Ao analisar a edição de 1884, é possível compreender como funcionava a dinâmica do jornal e a forma como o mesmo apresentava as relações políticas. Se pegarmos um jornal que surgiu totalmente abolicionista como O Asteroide, que era de pouco acesso, e colocar em comparação com um jornal que circulava na capital, se torna muito mais perceptível as influências que esse jornal tinha sob a população. Ainda que tenha nascido no contexto abolicionista, a Pacotilha ainda reproduzia alguns discursos que colocava em questão o real posicionamento do jornal. Mas, como pontua o Josenildo Pereira (2006) "o jornal Pacotilha era, em relação aos outros jornais, o que menos publicava anúncios de compra, venda e aluguel de escravos" (PEREIRA, 2006, p. 102).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Em 1887, o jornal Pacotilha relatou um conflito entre abolicionistas e a oposição que aconteceu no Rio de Janeiro, o que demonstrava que as relações entre o poder político e o movimento pela emancipação estavam cada vez mais em discrepância.

> A reunião abolicionista, na qual tomavam parte mais de 1,000 pessoas, e que se effectuava no theatro desta cidade, foi brucasmente interrompida por grande grupo de capangas que invadiu o theatro e, disparando tiros de rewolver e de garrunchas, poz tudo em desordem e confusão. Alguns cidadãos foram gravemente feridos pelas balas dos sicários (...) Esta façanha tinha por objetivo assassinar a Carlos Lacerda – chefe abolicionista (Pacotilha, 21 de fevereiro de 1887, n° 43).

Ainda que não fosse evidente a consolidação de um movimento abolicionista atuante dentro desse jornal, não podemos negar a existência de grupos que deram voz ao combate do sistema escravista. Segundo Marcos Aurelio Santos Pereira (2007) para os senhores e proprietários de escravos, qualquer discurso com teor abolicionista era considerado com um "abolicionismo revolucionário", mas o autor destaca que "tal tipo de abolicionismo foi inexistente no Maranhão, ao menos através da imprensa" (PEREIRA, 2007, p. 18).

Considerações finais

Ao longo das investigações feitas para identificar através da imprensa as relações que se desenvolveram entre abolicionistas e autoridades políticas, o que fica em evidencia são as alianças se formaram em prol de um poder que ultrapassava o campo socioeconômico. Como parte dessas relações, o papel exercido pela imprensa foi de notória importância para compreender a dinâmica social e política, que foram colocadas em prática sob uma perspectiva de um de jornal de impacto como a Pacotilha, que apesar de adotar um caráter abolicionista, em determinados momentos sua posição era questionada. E um jornal pequeno, como O Asteroide, que apesar do espaço e do reduzido publico que tinha acesso, sofreu grandes repressões da elite.

ISSN: 2236-9228

REFERÊNCIAS

- **Fontes Primárias**

Jornal *O Asteroide* (BA) – 1887-1889

Jornal *Pacotilha* (MA) – 1887-1889

- **Bibliografia**

ALONSO, Ângela. **Votos, flores e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). 1° ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015).

CHAVES, Cleide de Lima. **A economia baiana e platina no século XIX**: a integração regional. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_I/cleide_lima_chaves.pdf (Último acesso: 10/09/2018 às 17:56).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, 6° ed.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006.

PEREIRA, Marcos Aurélio Santos. Os defensores do escravismo na imprensa ludovicense. **Outros Tempos**, www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, Vol. 1 esp., 2007, p. 77-97.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**. Guarulhos, n.94, p.5-45, 2012.

SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flávio. (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Régia Agostinho da. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. **Revista de História UEG** – Anápolis, v.3, n.2, p. 30-51, 2014.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

"AO PRESIDENTE E SEU CONSELHO": REPRESENTAÇÕES, ANTILUSITANISMO E POLÍTICA NO MARANHÃO PELAS ATAS DO CONSELHO PRESIDIAL (1831-1832)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino[2]

Nas primeiras horas da madrugada de 13 de setembro de 1831[3], se reuniam indivíduos armados no Campo do Ourique, situado em São Luís, capital da então província do Maranhão. A movimentação organizada por esse grupo foi liderada por importantes figuras da cena política da cidade: José Cândido de Moraes e Silva, redator do periódico *Farol Maranhense*, que circulava ali desde o fim de 1827; o mestre de ensino Frederico Magno de Abranches[4], cujo pai, João Antônio Garcia de Abranches também se destacara no espaço de discussão pública[5]; e o cidadão Egídio José de Castro Launé que, participava esporadicamente de importantes instâncias deliberativas da capital[6].

Rapidamente, as principais autoridades da esfera do Executivo provincial – o presidente de província José Cândido de Araújo Viana e o Conselho Presidial[7] – se reuniram

[2] Graduada em História/Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (2012) e mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (2015). Atualmente é doutoranda no Programa de pós-graduação em História da UFJF.

[3] Os detalhes sobre a reunião de "povo e tropa" em 13 de setembro de 1831 foram retirados de MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 13 de setembro de 1831, fl. 124v-126. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.

[4] Em 1828, Frederico foi convocado pelo Conselho Presidial para auxiliar no concurso de mestres de ensino aberto. Ele compôs a banca de exame para a "gramática de língua nacional" junto com Francisco Sotero dos Reis. MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 25 de setembro de 1828, fl. 67v. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.

[5] Abranches era emigrado de Portugal e se estabeleceu na então capitania do Maranhão como ourives, mas os conhecimentos adquiridos pela formação na Universidade de Coimbra e seu "pendor literário" auxiliaram-no a tornar-se próspero fazendeiro e consolidar-se como homem de letras. Tornou-se um dos primeiros redatores de periódico, participando ativamente das discussões que antecederam o processo de Independência do Maranhão. Em 1822, em meio às eleições e ao envio de deputados do Maranhão para as Cortes lisboetas, publicou seu *Espelho crítico-político da província do Maranhão*, no qual elencou as condições da lavoura e do comércio do Maranhão frente ao contexto mais geral, com o objetivo de demonstrar demandas específicas ao "Soberano Congresso".

[6] Encontramos Egídio José, por exemplo, como jurado da instância do juizado de facto, em 1831 (*Farol Maranhense*, nº 267, 28/01/1831. O juizado de facto era responsável por julgar causas sobre abuso de liberdade de imprensa. Inicialmente, eram escolhidos 24 "homens bons, honrados, inteligentes e patriotas" que elegiam oito jurados que tomariam assento para lidar com os casos (FERREIRA, 1937, p. 11).

[7] O termo foi recorrentemente usado em São Luís para se referir à instituição criada pela Carta de 20 de outubro de 1823, que estabeleceu uma reunião de 6 conselheiros para auxiliar o presidente de província sobre decisões interessantes à sua localidade. Embora não tenha sido oficialmente nomeado nesse edito, a instituição também foi chamada em outros locais de Conselho de Governo, Conselho de Presidência, Conselho Administrativo e Conselho privativo. Apesar do evidente caráter consultivo, o Conselho também tinha poderes deliberativos que foram fundamentais para a construção da esfera de poder regional ao longo do Primeiro Reinado do Brasil Império. Nesse período, eram conselheiros Manuel Pereira da Cunha, Antônio José de Sousa, Joaquim Antônio Vieira Belfort, José Antônio Soares de Sousa, Antônio de Sales Nunes Belfort e José Teodoro Correia de Azevedo Coutinho, José Nepomuceno de Lemos, Joaquim Antônio Correia Machado, Joaquim Antônio Vieira

ISSN: 2236-9228

para discutir a situação. A *Representação da Tropa e Povo debaixo de Armas* apresentada em sessão do Conselho destacou a reunião de setores civis e militares da capital, assim como suas demandas. Advogava que, para extirpar a ameaça da "desintegração do Império pela influência que ainda tem nela os inimigos da Independência e da Constituição, os quais estavam de posse dos primeiros encargos da pública administração", era imprescindível a demissão e expulsão em até 24 horas dos "portugueses ou brasileiros pela Constituição" das tropas de primeira e segunda linhas; dos empregos civis, da Fazenda e da Justiça.

Mesmo sem compreenderem a real dimensão do movimento, o Conselho Presidial e o presidente observaram que era fundamental acatar as exigências, pois o risco de maiores consternações era uma possibilidade efetiva. Eles não sabiam, mas esse seria um dos principais episódios que marcaria, de alguma forma, tanto a província e quanto a Regência imperial. Batizado de *Setembrada,* provavelmente por Dunshee de Abranches (1933), é interessante constatar como, até pouco tempo, esse ainda era um momento marcado por esparsas análises historiográficas e por uma aura quase apologética, na qual despontava o protagonismo dos seus líderes e de São Luís como centro da vida política da província.

Progressivamente, esse quadro vem se modificando devido aos esforços de alguns historiadores. Inspirados ao "retorno do político" que embasou a retomada de estudos que abarcassem a temática através do desenvolvimento das ciências sociais e de importantes noções metodológicas que seriam exportadas para a História com grandes proveitos, Elizabeth Abrantes (2007), Ramsés Magno (2008) e Yuri Givago Mateus (2015) desenvolveram investigações preliminares que se propuseram a explorar outros olhares e interpretações acerca da *Setembrada*. Não obstante, há ainda uma importante faceta a ser analisada: como a *Representação da Tropa e Povo debaixo de Armas,* um dispositivo herdeiro do Antigo Regime e do modelo de governo anterior, era vista em acordo com a cultura política do período?

Também é digno de nota que a *Setembrada* não foi um movimento com fim em si mesmo. Na verdade, ela inaugurou um tenso momento de reuniões semelhantes à sua no interior provincial. As vilas de Rosário, Itapecuru-mirim e Arari remeteram documentos espelhados ao original e que demonstram como as querelas em São Luís eram acompanhadas e reverberavam também nas demais localidades situadas no interior. Por isso, é conveniente

Belfort e Francisco de Paula Pereira Duarte. Sobre a atuação do Conselho Presidial do Maranhão, ver Raissa Cirino (2015). Para mais discussões abarcando os Conselhos de Governo, conferir Carlos Eduardo França (2009) e Renata Fernandes (2014).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

questionar a dimensão do 13 de setembro e seu peso para a dinâmica política provincial, que tinha, em alguns níveis, importância para o próprio contexto do Império brasileiro.

O artigo busca, assim, perscrutar o cenário de formatação da reunião de "povo e tropa" de São Luís e demais vilas para, em seguida refletir sobre tais questionamentos. Faremos isso através da análise das atas do Conselho Presidial do Maranhão, principal órgão a lidar com a situação, de artigos do jornal *Farol Maranhense*, bem como com o diálogo com a historiografia.

Os antecedentes do 13 de setembro de 1831

Atento às agitações nas ruas da cidade, o comandante de armas Clementino Lisboa buscou informações sobre o que estava acontecendo na madrugada de 13 de setembro de 1831 e, em seguida, encaminhou-se ao Palácio do Governo para informar o presidente de província Cândido José de Araújo Viana. Por sua vez, este convocou o Conselho Presidial. A sessão extraordinária da instituição foi iniciada às duas da manhã para aguardar as exigências da reunião no Campo do Ourique, em acordo com as orientações que o comandante Lisboa havia apurado: estava se elaborando uma representação que deveria chegar em mãos ao presidente e seu Conselho assim que estivesse pronta. O documento, como o nome sugere, era um tipo de petição cujo objetivo era participar assuntos a autoridades.

Embora a historiografia tenha insistido que o presidente foi "pego de surpresa", talvez devido o arranjo do movimento ter sucedido em plena madrugada do dia 12 para o dia 13, e ao tenso clima inerente à momentos como esse, não acatamos tal raciocínio. Em primeiro lugar, porque concordar com tal perspectiva é desconsiderar o conhecimento de Araújo Viana sobre esse contexto provincial, com o qual já lidava há mais de dois anos. Ele foi empossado em 1829 e, desde então, mantinha proximidade com José Cândido[8], entregando os ofícios governativos para que fossem publicizados nas folhas de seu jornal. Agindo em acordo com os princípios liberais e constitucionais que eram defendidos pelo redator, Araújo Viana angariou sua simpatia e não era incomum ser elogiado por seu "apego às leis".

[8] José Cândido foi resgatado do isolamento aquartelado que fora determinado por Manoel da Costa Pinto durante sua presidência (1828). O antecedente de Araújo Viana combateu as críticas de José Cândido ao seu governo através da imprensa, mas buscou outras formas de limitar sua atuação. Como último ato, convocou-o ao Palácio do Governo, onde, contrariando as sugestões dos seus conselheiros, decretou a prisão e assentou praça ao redator. Uma análise mais acurada sobre o envolvimento de Costa Pinto e José Cândido e a sua repercussão na dinâmica política provincial, pode ser vista em Raissa Gabrielle Vieira Cirino (2015).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Em segundo lugar, por que há algum tempo o presidente já agia no sentido de prevenir qualquer tipo de desordem que pudesse perturbar a capital. De fato, esse apreensivo clima já se arrastava por meses. No âmbito provincial, as querelas divulgadas via imprensa incitavam os ânimos dos "partidos"[9] que se polarizavam em "portugueses" e "brasileiros". Esse antilusitanismo tomou corpo após o período de Independência, quando o "português" se tornou defensor do retorno da monarquia absolutista e monopolizador dos empregos civis e militares, a partir dos quais conseguiam influenciar a vida sociopolítica da província e restringir a participação dos "brasileiros". Já os "brasileiros" afirmavam que eram antigos defensores da causa "brasílica", da Constituição de 1824 e, em alguma medida, do Imperador.

Tais identidades "partidárias" foram gestadas no "calor do momento" e, principalmente, pela ótica dos "brasileiros". Como bem ressaltou Marcelo Galves (2010), a delimitação de grupos em defensores metropolitanos *versus* independentistas não sintetiza as contendas políticas que marcaram a província antes da Independência. Não obstante, isso não quer dizer que os participantes desse momento fossem alheios às possibilidades abertas para o futuro. De forma intencional ou não, eles se prepararam e buscaram adaptar suas estratégias e seus projetos da melhor maneira. A "adesão" do Maranhão ao Império do Brasil, formalizado em 28 de julho de 1823, inaugurou a distinção entre "brasileiros" e "portugueses" no encalço de prévias refregas por empregos públicos e pelo controle do comércio e do erário provinciais. A situação persistiu, com poucas modificações, até 1831, ano da *Setembrada*.

No mesmo período, também observamos que uma das principais temáticas que agitaram a esfera de discussão pública no último ano foi a denúncia de uma suposta sociedade secreta chamada de Colunas do Trono e do Altar, que estaria congregando importantes figuras da província em favor do retorno do Absolutismo e do controle de Portugal sobre o Brasil[10].

No âmbito geral, temos a recepção da notícia da Abdicação de D. Pedro de Alcântara no Rio de Janeiro e a grande consternação que tomou as ruas da Corte. Houve agressões verbais e físicas, reuniões secretas, provocações, boatos de toda a espécie e o agrupamento de

[9] Consideramos "partido" como um agente coletivo formado a partir da congregação de indivíduos com e fins e projetos políticos comuns. Todavia, o engajamento prático nessas associações muitas vezes ultrapassava os limites dispostos na Constituição de 1824. Por isso, incitavam uma visão negativa, na qual a atuação dos "partidos" prejudicava a unidade nacional ao fomentar dissensões no seio da sociedade (MACHADO, 2008, p. 94-95).

[10] O denunciante era Antônio Joaquim Picaluga, redator do jornal *A Cigarra* (1829-1830). Uma análise sobre esse interessante episódio pode ser conferida em Raissa Gabrielle Vieira Cirino (2018).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

uma multidão de quase 4000 pessoas, formadas por setores militares e civis, no campo da Aclamação para expressar sua insatisfação com as últimas decisões tomadas por D. Pedro[11].

Tais conflitos e manifestações originaram um instável contexto, no qual D. Pedro não teve outra saída a não ser abdicar o trono em prol de seu herdeiro. Na esteira desse evento, formou-se a retórica que tomou tais agitações como formas de expressão e luta "brasileira", uma *revolução* contra o passado que serviu para inaugurar uma nova ordem política e social. Aos moldes do movimento vintista, se falava em uma verdadeira *regeneração brasileira* (BASILE, 2013, p. 11-12).

Encaradas à luz da posteridade, essas formas de participação das camadas mais populares foram consideradas como emergência de outros tipos de ação política. Para Marcello Basile (2009), essa frenética politização das ruas foi fruto das intensas experiências que constantemente eram ensaiadas na Corte, entre as quais contavam as tramas urdidas na imprensa, tais como as que foram tecidas em São Luís após a adesão à Independência, especialmente pelos jornais *Farol Maranhense*, *A Bandurra* e *A Cigarra*.

A partir desse interessante corolário de experimentações políticas, outras manifestações se seguiram em importantes províncias: em Pernambuco e na Bahia, reuniões de "povo e tropa" pressionaram as autoridades provinciais a reconhecerem a "qualidade de cidadãos brasileiros" e sua adesão à Constituição a fim de evitar conflitos como estava ocorrendo na Corte. Também era mister que se demitissem e expulsassem os "portugueses" que defendiam o absolutismo e estavam entranhados nas fileiras das tropas e das principais instâncias judiciais e administrativas.

Tais notícias foram publicizadas em sua integridade pelo *Farol* de José Cândido. Acompanhando tudo do Palácio do Governo, Araújo Viana não estava indiferente a esses aspectos. Por isso, quando em 15 de maio de 1831, um grupo de abaixo-assinados demandou a demissão do comandante das armas Antônio Elisiário de Miranda Brito e de "todos os comandantes e majores dos corpos de primeira e segunda linha que não forem brasileiros natos", ele decidiu aprovar, pois observara certa "inquietação popular de mau agouro, precursora de males" e da qual era imperioso precaver-se[12].

[11] Tratava-se da demissão dos ministros do chamado Ministério dos brasileiros e a nomeação de antigos titulares áulicos que não contavam com o apoio popular. Marcello Basile (2013) apresenta em detalhes o contexto que marcou as agitações das Noites das Garrafadas e seu peso no processo que desembocou na Abdicação.
[12] MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 15 de maio de 1831, fl. 115v-116. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Meses depois, novamente, o presidente preferiu atender às demandas dos abaixo-assinados da *Representação da Tropa e Povo debaixo de Armas*. A confecção e o envio de tal documento resguarda antecedentes bem mais antigos. Vantuil Pereira (2010) destacou muito bem tal aspecto e suas implicâncias dentro do sistema monárquico-constitucional. O autor atentou que as antigas práticas de reclames e solicitações dos súditos à Coroa lusitana haviam sido adaptadas para o sistema constitucional, no qual estava assegurado o direito dos cidadãos em intervir nos "negócios" de sua província e de apresentar "reclamações, queixas ou petições" aos Poderes Legislativo e Executivo[13].

Para o caso do Maranhão, podemos apontar que tal direito peticionário foi mesclado com um impulso revolucionário inspirado pela conjuntura pós-Abdicação, em que despontaram novas formas de participação política. Nessa perspectiva, o grupo "brasileiro" agarrou a oportunidade de "se fazer ouvir" pelas principais autoridades da província, dispondo-se a pressionar as autoridades em benefício de seus interesses que há quase dez anos eram pleiteados, mas sumariamente ignorados.

A cautelosa postura de Araújo Viana em se dispor a seguir o acordado com "povo e tropa" era mais que justificado. Em menos de dois dias, o Executivo provincial passou a lidar com a repercussão da notícia do movimento de 13 de setembro nas demais vilas do interior. Vejamos como esses abaixo-assinados, aparentemente desconexos da vida política da capital, se planejaram para recorrer por "direitos" junto ao presidente de província e seu Conselho.

"Povos e tropas"

Mais do que um movimento isolado, a *Setembrada* conseguiu impelir outras iniciativas no interior do Maranhão, efetivando o temor dos presidentes[14] de que a capital era espécie de centro radiador da província, tanto para a "ordem" quanto para a "desordem". Suas reivindicações e seus discursos assertivos encorajaram outros abaixo-assinados a denunciarem os "portugueses" que lesavam a boa convivência, a economia e os ideais "brasileiros" no seio de suas comunidades. Tornou-se fundamental repeli-los em acordo com as decisões da *Setembrada*.

[13] BRASIL. Constituição de 1824, art. 71 e art. 179, parág. 30.
[14] Esse pensamento pode ser conferido nas falas e ações dos presidentes que governaram o Maranhão desde 1825. Conferir Raissa Gabrielle Vieira Cirino (2015).

A vila de Nossa Senhora do Rosário[15], que pertencia ao município da capital; a vila de Itapecuru-mirim[16]; e a vila de Arari[17] enviaram representações de "povo e tropa" para o Conselho Presidial. Mesmo que não tenha ocorrido o mesmo em sua localidade, a Câmara de Caxias chegou a informar ao presidente que precisou tomar as" necessárias providências" para evitar a perturbação da tranquilidade pública após a chegada das notícias sobre o 13 de setembro[18]. Igualmente, a vila de Guimarães também enviou representação, mas não parece ter havido a tradicional reunião de cidadãos. No entanto, devemos elencá-la nesse rol por seus 38 abaixo-assinados terem demandado a demissão do juiz ordinário Inácio Paz Vieira e a expulsão de pequena lista de cinco indivíduos sob o argumento de serem "inimigos da causa do Brasil"[19].

A ordenação dos movimentos no interior seguiu a mesma agenda de preparação: armados, considerável número de remanescentes das tropas e civis[20] se encaminhavam durante a madrugada para o local "mais público" das vilas, geralmente as praças, de onde requeriam conversar com as principais autoridades, papel incorporado geralmente pelos juízes de paz e juízes ordinários. Tal opção pode denotar uma predileção pelos juízes populares, eleitos pelos próprios moradores, em detrimento dos magistrados designados, geralmente ausentes e alheios ao cotidiano das vilas e aos seus habitantes.

Em seguida à conversa com os magistrados, a devida documentação era elaborada. Através da leitura dessas novas representações, é perceptível que seu conteúdo estava alinhado à retórica do "partido brasileiro" de São Luís e da *Representação...* Evocando a reunião de civis e militares como "o povo maranhense e brasileiro", explanavam sobre os sofrimentos, as ameaças e injustiças que sofriam nas mãos dos "portugueses ou brasileiros adotivos". Embora o tom comedido e "patriótico" prevalecesse, os requerentes não deixaram de ameaçar veladamente o governo. Em Rosário, o juiz de paz sugeriu ao presidente agir

[15] MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 19 de setembro de 1831, fl. 127-128. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.
[16] MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 28 de setembro de 1831, fl. 129-131. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.
[17] MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 6 de outubro de 1831, fl. 132v-134. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.
[18] MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 7 de outubro de 1831, fl. 134. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.
[19] MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 28 de setembro de 1831, fl. 129. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.
[20] Na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, o juiz de paz calculou haver não menos de duzentos e cinquenta pessoas. O juiz de paz de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru comentou apenas que era uma "grande reunião" na praça principal da vila. Enquanto essas representações não vinham com assinaturas, a do julgado do Mearim contava com 120.

ISSN: 2236-9228

rapidamente, pois temia que a reunião caísse em "excessos" que não teria capacidade para conter.

A representação mais detalhada foi a do julgado do Mearim. Nela se destacam as ações cotidianas dos "portugueses" para dilacerar o Império "por dentro". O português Fernando José da Silva Freire, por exemplo, mesmo casado com uma brasileira, articulava-se inescrupulosamente para implantar desordens, e havia até arregimentado o juiz de paz da vila para punir qualquer ato que lembrasse o ditame "liberal". Já Leonardo Pimentel Bastos seria o responsável por mandar para a cadeia senhoras brasileiras pelo simples fato de ouvi-las conversarem sobre a Independência do Brasil. Por esses e outros mais exemplos que o "povo armado" demandou que as medidas de 13 de setembro fossem estendidas à sua região.

José Cândido, como principal líder da *Setembrada*, enalteceu as tentativas de seus correligionários nas demais vilas. No entanto, não deixou de aconselhar cautela para evitar maiores desordens. Fica perceptível pelas edições do *Farol* que, após a vitória do 13 de setembro, o redator buscava apaziguar os ânimos para garantir que as demandas fossem formalmente executadas pelo governo provincial[21].

Todavia, as hesitações e demoras do Conselho Presidial em aprovar as novas nomeações para os cargos vagos com a saída dos "portugueses" passaram a incomodar. Em meio à boatos de novos golpes e oposição a indivíduos originados de outras províncias, a notícia de que em Pernambuco as tropas aniquilaram os até então aliados civis chocou o "partido brasileiro". No mesmo período, chegavam os primeiros relatos sobre a organização de um grupo armado ao redor de Antônio José Damasceno, o militar de baixa patente que emplacou forte campanha contra as autoridades legais. O receio de que outra investida armada fosse elaborada era patente e Araújo Viana dispôs novas recomendações de vigilância para seus auxiliares militares.

Uma dessas resultou na prisão de dois abaixo-assinados da *Setembrada* – Félix José do Rego Piauiense e Manuel Pereira da Silva – como suspeitos de "agentes de sublevação". Como o próprio José Cândido negou a organização de novo ato reivindicatório, não temos certeza se o movimento que desencadeou a *Novembrada*, em 19 de novembro de 1831, foi um ato já planejado ou uma forma de responder às afrontas do governo provincial (atraso das nomeações, posse para outros atores em prejuízo dos abaixo-assinados, prisão de Piauiense e Silva).

[21] *Farol Maranhense*, nº 335, 20/09/1831.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Fato é que essa nova congregação exigiu que "as requisições do povo e tropa reunidos no dia 13 de setembro sejam religiosamente observadas, tomando as autoridades constituídas todas as medidas conducentes para ser habilitada a recíproca confiança entre os governantes e governados, e desterrando de uma vez todos os aparatos de hostilidade"[22].

Fosse pela falta de planejamento prévio, fosse pela suposta inserção de "espiões" a mando de Araújo Viana entre os aliados de José Cândido (ABRANCHES, 1933, p. 150), a reunião foi rapidamente desbaratada com o auxílio de 80 granadeiros solicitados anteriormente da vila de Caxias. Enquanto o redator do *Farol* e Egídio Launé se isolaram no interior, seu aliado Frederico Magno gozou dos privilégios de ser um filho de importante representante da elite social da capital. Decerto, ele pode ter sofrido com certa adversidade social após o Conselho Presidial anular todas as determinações prescritas na *Representação...*, qualificando seus abaixo-assinados de "revoltosos" que haviam coagido o governo provincial[23], e reempossar todos os indivíduos outrora demitidos.

Aventamos a hipótese de que Frederico conseguiu certa imunidade pelas qualificações de sua família, uma das principais da capital. Em contrapartida, José Cândido teve triste fim: isolado e constantemente perseguido, o redator do *Farol* faleceu em seu esconderijo na capital, enquanto recebia as notícias de embates armados entre seus antigos aliados, agora seguidores de Antônio Damasceno, e as tropas legais no interior da província. Embora ainda careça de investigações mais detidas, podemos afirmar que junto com ele, se desvanecia o principal porta-voz de um proeminente grupo político no Maranhão, cujas bases extrapolaram os limites provinciais, encetando discussões e paralelos importantes com redatores de outras províncias. Ao mesmo tempo, influenciou incisivamente nas querelas de outros comprovincianos, aos quais, mesmo que despretensiosamente, apresentou uma interessante "fórmula" para pressionar as autoridades e ainda articular uma identidade coletiva que ascendia com sobrepeso após o desenrolar das Noites das Garrafadas e a Abdicação.

[22] MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 20 de novembro de 1831, fl. 138. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.

[23] Araújo Viana conseguiu que o Conselho assim decidisse após a apresentação do aviso do Ministério da Justiça de 26 de novembro de 1831, no qual a Regência demonstrava o "desgosto" em receber as notícias sobre os acontecimentos sucedidos no 13 de setembro. Dito isto, recomendava que o governo provincial empregasse todos os recursos legais para restaurar o "império da lei". Tal aviso é emblemático se considerarmos que o deputado Manoel Odorico Mendes e o regente João Bráulio Muniz, ambos representantes do Maranhão eleitos para a Assembleia Geral e que se alinhavam com o "partido brasileiro" de São Luís, estavam com amplo poder de influência no governo imperial. MARANHÃO. Conselho Presidial. Sessão de 11 de janeiro de 1831, fl. 148. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. APEM.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Considerações finais

Apontando para a atuação de diferentes atores nas vilas do interior do Maranhão e para a influência da retórica do "partido brasileiro" que se desenvolveu em São Luís através do jornal *Farol Maranhense*, de José Cândido de Moraes e Silva, buscamos demonstrar de que forma tais documentos, herdeiros do Antigo Regime, foram adaptados ao contexto constitucional e, principalmente, "revolucionário" que se espalhou no Maranhão após a eclosão da Setembrada e de sua emblemática *Representação da Tropa e Povo debaixo de Armas.*

Mais do que um movimento contestatório de calibre local, a *Setembrada* se destaca por seu alinhamento com os acontecimentos contemporâneos que agitaram a capital da Corte e contribuíram para a Abdicação, inaugurando, destarte, um momento de *regeneração política* que marcou a recomposição do Império durante as Regências. Mesmo que suas aspirações tenham sido extirpadas pela via da força, não esqueçamos que o governo provincial obteve aprovação da Regência para tanto. Regência esta que estava sob influência de João Bráulio Muniz e Manoel Odorico Mendes, dois "maranhenses" outrora aliados de José Cândido. Ao que parece, mais importante do que a defesa de seus antigos ideais políticos, era a conservação da "ordem social" para consolidar o poder regencial como substituto legítimo da figura do Imperador.

Antenados com tais movimentos, provavelmente devido à circulação do *Farol Maranhense* e de seus leitores/aliados nas vilas de Itapecuru-mirim, Rosário e Arari, outras reuniões de "povo e tropa" foram formalizadas no interior. A repetição do ritual de congregação em locais públicos, convocação das autoridades e elaboração de representações, cujas semelhanças com a *Representação...* são inegáveis, denotam evidências do fortalecimento do "partido brasileiro" em busca de seus "direitos" através da recorrência de uma retórica há muito aventada pelo *Farol*, com a junção de estratégias que demonstravam novas formas de politização.

De fato, apesar de recorrerem a antigo dispositivo de súplica, os abaixo-assinados estavam atuando em acordo com os direitos peticionários assegurados pela Constituição que tanto defendiam. A opção por uma reunião armada, na concepção de José Cândido, era justificada pelas condições da atual conjuntura, pelos acontecimentos contemporâneos e, porventura, por certa ansiedade em finalmente chamar a atenção e obrigar as autoridades provinciais, notadamente o presidente de província e seu Conselho Presidial, a efetivarem

aspirações há muito alentadas: oportunidades vislumbradas no período pós-Independência que lhes foram negadas com a permanência dos "portugueses" em postos militares e civis e certa conveniência de acesso ao Erário que os beneficiava. Um antilusitanismo de formatação histórica e que influiu, em diferentes níveis, nas relações socio-políticas do Maranhão província do Primeiro Reinado e período regencial. Nesse sentido, a *Setembrada* se constituiu como sua faceta mais "constitucional" e, enigmaticamente, "revolucionária".

REFERÊNCIAS

- **Documentos manuscritos**

BRASIL. Carta de 20 de outubro de 1823. Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/anterioresa1824/lei-40978-20-outubro1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html>. Acesso em 18/09/2018.

_____. Constituição Imperial de 1824. Disponível em:< www.monarquia.org.br/pdfs/constituicaodoimperio.pdf>. Acesso em 18/09/2018.

MARANHÃO. Conselho Presidial. Livro de Atas. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

- **Documentos impressos**

Farol Maranhense (1827-1831)

- **Bibliografia**

ABRANCHES, Dunshee de. **A Setembrada:** a revolução liberal de 1831 em Maranhão. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1933.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. José Cândido de Morais e silva - o "farol": atuação política nos debates e lutas do pós-independência no Maranhão (1827-1831). In: **Anais do IV Simpósio Nacional estado e Poder: intelectuais.** São Luís: UEMA, 2007.

BASILE, Marcello. A Revolução do 7 de abril de 1831: disputas políticas e lutas de representações. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH-Brasil, 2013. Disponível em:< http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364533003_ARQUIVO_Art-ANPUH2013-MarcelloBasile.pdf>. Acesso em 18/09/2018.

_____. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) **O Brasil Imperial, volume II**: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 53-119.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pelo bem da "pátria" e pelo Imperador:** o Conselho Presidial do Maranhão na construção do Império (1825-1831). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

_____. "Os Colunas do Maranhão": teias de intrigas em uma "remota província" do Império do Brasil. **Revista Diálogos,** no pleito.

FERNANDES, Renata Silva. **O governo das províncias do Império do Brasil:** os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

GALVES, Marcelo Cheche. **"Ao público sincero e imparcial":** Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogo de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 77-102.

MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real das sociedades.** A crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25). Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A Setembrada:** lutas políticas e participação popular no Maranhão oitocentista (1831-1832). Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Poder local e palavra impressa**: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834. 2009. 387 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEREIRA, Vantuil1. **Ao soberano congresso**: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822 – 1831). São Paulo: Alameda, 2010.

SLEMIAN, Andréa. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (1822-1834). **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, n. 1, v. 13, 2007, p. 34-51. Disponível em:< http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/24.pdf>. Acesso em 18/09/2018.

SOUSA, Ramsés Magno da Costa. Memórias da Setembrada no Maranhão Oitocentista. VIII Encontro Humanístico Nacional**,** 2008. **Anais do VIII Encontro Humanístico Nacional**. Centro de Ciências Humanas / Núcleo de Humanidades. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2008, p. 1-11, CD-ROM.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

AS DROGAS DO SERTÃO: A EXPLORAÇÃO DA QUINA PELA VIAGEM DE VICENTE JORGE DIAS CABRAL (1800-1803)

Samara de Almeida Ramos[1]

Introdução

> Nas minhas observações segui o mesmo sistema da natureza principiando pelos animais, minerais e vegetais, nos muitos minerais nada faço que um roteiro porque estou continuando o giro da jornada, possível não fazer a necessária análise. Nos vegetais verá vossa excelência um grande número dos indivíduos orgânicos já conhecidos e que servirão as necessidades dos homens e servirão na tinturaria, cujo estou seguindo o sistema que me regulei pelos anos. (BN-RJ, MS I, 12, 2, 11)

Na citação acima Vicente Jorge Dias Cabral[2], que viajou pelo sertão do Maranhão entre 1800 a 1803 em busca de produtos naturais, salientou no seu relato de viagem que seguiu o sistema de classificação taxônomica do sueco *Carl Von Lineu*, para catalogar os produtos da natureza por ele explorados. Nesse sentido a divisão dos produtos foi da seguinte forma: *Reino animal, Reino Vegetal e Mineral.* Outra questão importante observado pelo viajante foi referente ao reino vegetal, no qual foi feito uma rica análise das plantas encontradas no sertão. Marie Bourguet (1992) enfatizou duas explicações para a grande atração dos viajantes do iluminismo pelo Reino Vegetal:

> A curiosidade manifestada pelos homens das luzes em relação às plantas tem duas explicações. Apesar da dificuldade dos viajantes em submeter a exuberância das vegetações tropicais às categorias de uma classificação pensada a partir da flora europeia, e apesar do verdadeiro absurdo que representa para eles a pretensão do sueco Lineu de dispor da flor e do fruto de cada planta para uma identificação segura, a botânica justifica a esperança de chegar a uma nomenclatura sistemática do mundo natural que satisfaça assim o gosto enciclopédico do século pelo inventário e pela taxonomia. Além disso, uma preocupação econômica e utilitarista impulsionou a procura de plantas novas para a sua aclimatação na Europa e no mundo (BOURGUET, 1992, p. 233).

Além do impulso pelo desenvolvimento científico, havia uma preocupação econômica na exploração do Reino vegetal, o que impulsionava a maior exploração desse

[1] Mestranda no PPGHIST (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, bolsista UEMA.
[2] Filho de Thomaz Pereira Cabral nasceu em Tejuco, atual Diamantina em Minas Gerais, fez parte da segunda leva de estudantes da América portuguesa na Universidade de Coimbra, estudou Filosofia formando em 29 de julho de 1789 e Direito formando em sete de julho de 1794, adquirindo a formação de Bacharel em leis e naturalista.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Reino. Vicente Jorge Dias Cabral, por exemplo, catalogou as plantas encontradas no sertão do Maranhão, destacando as suas utilidades, pensando suas propriedades medicinais, a utilização das madeiras para as construções, além de observar a beleza, aconselhando o uso delas para decoração dos ambientes e jardins. Dentre as plantas catalogadas por Vicente Cabral, neste ensaio analiso a exploração da *quina*, uma planta com propriedades medicinais muito usada na epóca para o tratamento de febres. Divido então, este artigo em duas partes: *A política do Reformismo Ilustrado no sertão do Maranhão* e *A exploração da quina pela viagem de Vicente Jorge Dias Cabral* a partir da análise dos documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (relatório da viagem) e do Arquivo Histórico Ultramarino - (AHU-MA).

A política do reformismo ilustrado no sertão do Maranhão

No período conhecido pela historiografia como *viradeira (*passagem do século XVIII para o XIX), grande parte do continente europeu estava influenciado pelos ideais defendidos pela *Revolução francesa* e pelo *Iluminismo.* Esses dois movimentos pautados na *razão*, nasceram com críticas a sociedade da época. A organnização social no século XVIII e XIX estava pautada nas ordens clerical e no poder absoluto dos reis europeus. A França, como é sabido, se transformará no centro de importantes acontecimentos e os ideais defendidos pelos membros da Revolução (*de igualdade, liberdade e fraternidade)* foram propagados por quase toda a Europa e chegaram também às Américas motivando em alguns lugares anseios de liberdade.

A Coroa portuguesa precisava adequar-se ao contexto europeu. Pois, o cientificismo era a base desse pensamento que estava vigente e "os letrados da época se dedicaram à reflexão sobre as tensões existentes na sociedade e guiados pelas luzes da razão pregavam o combate às trevas e a tirania dos governantes e redefiniram a posição do homem na sociedade" (LYRA, 1994, p. 32). Acreditava-se que por meio do racionalismo se abandonariam as antigas práticas para que assim, a sociedade pudesse avançar, por meio das "luzes da ciência" e da razão. Mas essas "novas ideias" não influenciaram de maneira homogênea todos os países, e nesse sentido:

> Em outros países da Europa estas "novas ideias" geraram a política do "reformismo ilustrado", que consistiu na absorção, por parte dos governantes ou dos seus ministros, de alguns destes novos princípios, e na consequente adoção de uma

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> política de reformas em questões pontuais do sistema para evitar um movimento de pressão que provocasse o abalo das estruturas vigente (LYRA, 1944, p. 32).

Então, o Iluminismo Europeu deu-se de forma diferente em cada região, a política do "Reformismo Ilustrado" em Portugal, por exemplo, utilizou-se de alguns princípios do Iluminismo e buscou um melhor aproveitamento técnico-científico, para o fortalecimento da Coroa portuguesa, que nesse momento temia que os ideais de liberdade se expandisse pelos seus domínios ultramarinos. Para a manutenção do império em Portugal foi proposto um conjunto de reformas pontuais no sistema, como por exemplo, as reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal.

As reformas conduzidas no governo de D. José I, pelo secretário dos negócios do reino Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal[1], é um exemplo, como já destacamos de adoção da prática reformista. As reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal foi um elemento chave nesse processo e deram-se com o intuito de estatização do ensino, buscando uma ruptura com o modelo educacional que estava vigorando naquele momento. Essa ruptura deu-se, por exemplo, com a expulsão dos jesuítas (considerados símbolos do atraso de Portugal).

Dentro desse programa de reformas educacionais promovidas por Pombal, temos a reforma na Universidade de Coimbra, elemento chave para esse trabalho. A Universidade foi o lugar formador de uma geração de letrados no final dos setecentos. Uma questão importante no processo de reforma foi à inserção do curso de *Filosofia Natural*, para os cursos de Medicina, Teologia e Leis, nos quais foram inseridos os estudos das ciências: História Natural, Física experimental e Química. Os novos estatutos foram concretizados em 1772.

A disciplina *História Natural* teve grande importância na reforma da Universidade de Coimbra, pois, nos séculos XVIII e XIX, era um estudo do conjunto das ciências que tinham por objetivo conhecer, tanto os seres orgânicos, como os inorgânicos que compõem o globo, em um estudo completo sobre os três reinos da natureza: animal, vegetal e mineral (CRISTÓVÃO, 2002, p. 186). Essa disciplina era então, obrigatória para qualquer aluno que fosse estudar em Coimbra após a reforma. Da reformada Universidade foram preparados os naturalistas que serviriam a Coroa depois de formados, e portanto:

[1] A importância de Pombal a Coroa portuguesa se dá também por conta da reconstrução de Lisboa, após terremoto em 1755, ocasião que lhe deu o título de Conde de Oeiras em 1759 e posteriormente em 1769 o título de Marques de Pombal

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> O movimento desses integrantes da elite colonial brasileira deu-se em dois sentidos. Inicialmente, partindo da colônia, dirigiam-se à metrópole para estudar na "nova" Universidade de Coimbra, acabada de reformar pelo marquês de Pombal. Daí após a formação acadêmica muitos desses brasileiros faria um segundo movimento, e em sentido inverso, juntar-se-iam ao fluxo de portugueses do reino que partiam da metrópole para os territórios coloniais, agora já na qualidade de profissional a serviço da coroa (PEREIRA, 2014, p. 9).

Uma grande quantidade de jovens da elite da América portuguesa fez um duplo movimento: foram estudar na Universidade reformada e depois de concluído os estudos foram contratados pela Coroa portuguesa para serviços no reino e no ultramar. E, portanto, "da universidade de Coimbra nascia um novo tipo de profissional: O naturalista, que contribuiria com os seus conhecimentos científicos para desvendar as potencialidades econômicas nas metrópoles e nas colônias." (PEREIRA, 2014, p. 09). Os naturalistas pertenciam a uma geração que devia lealdade à Coroa, na medida em que muitos destes receberam o que hoje chamamos bolsas de estudos.

Em decorrência do afastamento do Marquês de Pombal, o Ministério da Marinha e Ultramar ficou sob responsabilidade de Martinho de Mello e Castro[2], que assumiu no início do reinado de D. Maria I. Mello e Castro organizou e realizou algumas expedições exploratórias para conhecimento das então colônias portuguesas na África e na América. Essas primeiras expedições tinham como objetivo inicial abastecer de produtos naturais o Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda. Após a morte de Martinho de Mello e Castro D. Rodrigo de Sousa Coutinho[3] assumiu o referido Ministério. O novo ministro deu continuidade aos programas de reformas em andamento, seu programa foi pautado na articulação entre a ciência, economia e o Estado português, visando principalmente o fortalecimento da Coroa, por meio da exploração de produtos naturais das suas colônias.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho em seu governo cercou-se de bacharéis e cientistas, oriundos da reformada Universidade de Coimbra, e foi, portanto, devido "as dificuldades dos portugueses em seus domínios no Oriente provocará uma grande valorização crescente no Brasil, cuja natureza tropical e desconhecida parecia ofertar enorme manancial de tesouros

[2] Segundo Ronald Raminelli (2008), nasceu em Lisboa em 1716, filho de Francisco de Mello e Castro, estudou na Universidade de Évora, onde cursou latinidade, filosofia e teologia. Em Coimbra frequentou as aulas de Direito canônico e formou-se bacharel em 1744, com a morte de Francisco Xavier Furtado de Mendonça, teve que regressar ao reino e assumir o cargo de secretário de Estado pelo decreto de 4 janeiro de 1770.

[3] De acordo com Magnus Roberto (2014), nascido em 1755, pertencia a uma família nobre e destacada, seu pai foi embaixador e governador de Angola, era afilhado de batismo de Pombal, estudou no Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra. Em 1778 foi nomeado diplomata português junto à corte de Sardenha em Turim. Entre 1801 a 1803, foi presidente do Real Erário e entre 1808 a 1812 na regência de D. João VI foi ministro de guerra e negócios estrangeiros. Em 1808 foi agraciado Conde de Linhares e faleceu no Rio de Janeiro em 1812.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

ocultos" (DIAS, 1968, p. 113). As dificuldades mencionadas fizeram com que D. Rodrigo se cercasse dos letrados que eram em grande maioria da América portuguesa, por conta da quantidade de riqueza natural foi priorizado esta parte do reino no seu programa reformista.

Foi promovido uma política voltada também para a inovação científica, pois, "a ciência tornou-se instrumento estatal para consolidar suas possessões, dinamizar o comércio entre o reino e ultramar" (RAMINELLI, 2008, p. 94). Houve, portanto, como já foi apontada a incorporação de jovens da elite da América portuguesa no programa de reformas. Um dos mecanismos muito usado pelo estado português foram as chamadas "*viagens filosóficas"* de caráter exploratório, para um melhor aproveitamento das terras que ainda não haviam sido exploradas pela Coroa. Uma viagem para ser considerada filosófica:

> [...] deveria promover o avanço da ciência, descobrir leis, a lógica do criador, que estavam escondidas no mundo vivo. Mas a História Natural não reunia apenas estudos das espécies, mas incluía conhecimento para manipular minerais, domesticar plantas e animais. Os naturalistas atuavam, portanto como economistas, etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza (RAMINELLI, 2008, p. 97).

As viagens filosóficas para além de uma lógica de exploração das colônias portuguesas estavam inseridas em um contexto de desenvolvimento da ciência, pois como já destaquei "na época moderna, a ciência estava profundamente atrelados interesses da nobreza e do Estado, em simbiose primordial ao avanço das ciências" (RAMINELLI, 2008, p. 83). Acreditava-se que os estudos científicos tirariam as nações do atraso. As viagens tinham como objetivo para além do conhecimento, a manipulação e exploração de produtos que pudessem impulsionar a economia portuguesa. E essa busca por matérias primas:

> [...] fazia parte da pauta das viagens filosóficas organizadas pela Coroa portuguesa. A tentativa de conhecer o interior dos territórios, os pormenores e os detalhes do mundo natural estavam intimamente ligadas na preparação das viagens. A busca pelos recursos naturais estava inserida num contexto em que maior parte das riquezas fabulosas do Novo mundo, que havia encantado centenas de exploradores durante séculos, já não existia. Os tesouros reais já haviam sido descobertos e os mistérios das riquezas mitológicas desvendadas (BONATO, 2010, p. 116).

As viagens filosóficas com o caráter de conhecimento territorial e aproveitamento econômico dos produtos naturais começaram a ser realizadas a partir do ano de 1783 e ficaram sob responsabilidade do Ministério da Marinha e Negócios Ultramarinos, que determinavam o território, o possível trajeto e a possível duração das viagens. As expedições

ISSN: 2236-9228

foram planejadas inicialmente pelo médico naturalista e professor na Universidade de Coimbra Domingos Vandelli.

As *viagens filosóficas* objetivavam a sistematização dos três reinos da natureza. No primeiro momento as viagens buscavam o reconhecimento territorial e humano das colônias portuguesas, percebe-se isso nas viagens organizadas pelo ministro Martinho de Mello e Castro. Já as promovidas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho tiveram um caráter mais economicistas. Os produtos procurados pelos naturalistas eram explorados pensando também suas propriedades para o comércio e em função disso para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido as viagens filosóficas diferem das viagens políticas, pois:

> Na viagem política o viajante deveria concentrar-se na averiguação das características dos cidadãos (número, gênio, índole, etc.), nas leis, na jurisprudência, na indústria, na agricultura, nos transportes e no comércio. Já na viagem filosófica, alguns itens a serem investigados constituíam-se em: situação geográfica, hidrografia, tipo de terreno (estudos dos solos), a forma das montanhas (indicando seus produtos, vales e utilidades) e por fim os produtos dos Reinos animal, vegetal e mineral. Porém vale destacar que a maior parte das viagens era executada com características filosóficas e políticas que se integravam fortemente (PATACA 2006, p. 12).

As viagens filosóficas só diferem das políticas, pois, estavam mais preocupadas com a natureza e com a exploração dos produtos naturais, e em grande parte dos casos, não estavam preocupadas com o estudo das populações das regiões exploradas pelos viajantes. As referidas viagens filosóficas estavam inseridas no contexto político da época, como já foi citado e buscavam o fortalecimento econômico da Coroa portuguesa, além de estreitar as relações das colônias no Ultramar. A seguir um quadro com algumas viagens filosóficas:

Tabela 1: Viagens filosóficas

Viajante	Localidade
Francisco Antônio Sampaio.	Bahia.
Alexandre Rodrigues Ferreira.	Rio Negro.
Joaquim de Amorim e Castro.	Bahia.
Frei José Mariano da Conceição Veloso.	Rio de Janeiro.
Baltasar da Silva Lisboa.	Rio de Janeiro e Bahia.
José Vieira Couto.	Minas Gerais.

Fonte: PATACA, Ermelinda. Terra, água, ar nas viagens cientificas portuguesas. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Dentre as viagens citadas no quadro acima centralizo minha análise na viagem filosófica feita pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, de caráter exploratório para o sertão do Maranhão entre 1800 e 1803. Os viajantes nesse contexto produziram um material extremamente rico: diários, memórias, desenhos, relatórios, mapas, iconografias, no entanto os trabalhos historiográficos relacionados à temática ainda são escassos no Maranhão.

A exploração da *quina* pela viagem de Vicente Jorge Dias Cabral

As *viagens filosóficas* buscaram, como já foi observado, um detalhamento, catalogação e exploração da natureza. A política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho devido a conjuntura bélica do período, baseava-se na exploração de salitreiras naturais, já que o salitre era a matéria prima essencial para a produção de pólvora (mistura de salitre, enxofre e carvão) naquela época. Pois, em:

> Em linhas gerais, as questões que orientam os naturalistas no campo foram sobre: as ocorrências de salitre, a introdução de novos gêneros a agrícolas, especialmente a cochonilha, a quina, a anil, o cacau, o café, o desenvolvimento agroindustrial impulsionado pelas inovações técnicas introduzidas na agricultura, um minucioso inventário dos recursos hídricos e dos possíveis canais de ligação entre as capitanias (PATACA, 2006, p. 400).

Nesse sentido foram enviados vários naturalistas aos sertões da América portuguesa, que a serviço da Coroa buscavam salitre e produtos naturais (quina, cochonilha, anil, cacau, café, dentre outros) que pudessem ser explorados economicamente por Portugal. Na capitania do Maranhão, por exemplo, essa busca se intensificou no governo de D. Diogo de Sousa[4], que com ajuda de Vicente Jorge Dias Cabral, catalogou e explorou o salitre e também a *quina* no sertão.

O então governador da capitania do Maranhão, D. Diogo de Sousa pretendia enviar o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral para uma "*viagem filosófica*" ao sertão do Maranhão, com

[4] De acordo com Mario Meireles (1979) D. Diogo Martim Afonso de Sousa Teles de Menezes nasceu em Lisboa em 17 de maio de 1765, fidalgo da casa real, doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra, governava desde 1793 a capitania de Moçambique na África Ocidental e que por decreto de 13 de janeiro de 1798 foi nomeado governador e capitão general da Capitania do Maranhão e Piauí. Faleceu em Lisboa em 12 de junho de 1829 aos sessenta e quatro anos. Dentre seu trabalho como governador e capitão general (criação de cemitérios resolveu o problema hospitalar, investiu na defesa militar, dentre outros). Juntamente com o Bispo desta diocese propôs a criação de um colégio para a educação da mocidade, num sistema combinado de colégio e aulas públicas. Essas aulas eram apenas três (Filosofia, Retórica e Gramática). D. Diogo propôs a criação de uma quarta cadeira de História Natural e Química, por conta do seu interesse relacionado à exploração científica

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

o intuito do viajante fazer possíveis exames e estudos sobre a quina, o salitre e diversos produtos dos três reinos da natureza. Em 30 de abril de 1799 por meio de um ofício, Vicente Jorge Dias Cabral se colocou a disponibilidade da Coroa para o real serviço:

> Sempre ansioso de empregar-me no serviço de sua majestade, segui carreira indo estudar na Universidade de Coimbra, e ali me apliquei a filosofia fazendo formatura nesta ciência como também no Direito civil, querendo facilitar o emprego já pelo meio das ciências naturais, já pelas positivas. Tendo conseguido estes preliminares li tão bem no documento do paço, e logo me conduzi a respeitável presença de vossa excelência na persuasão, que a cabe do meu negócio seria breve, mas para infelicidade minha não obtive nem o lugar de secretário de alguma das capitanias deste continente, nem me empregar como naturalista como queria. Depois disso transportei-me para esta cidade do Maranhão aonde o exercício de advogado (há dez meses) não me tem sido possível fazer observações e experiência sobre milhares de objetos dignos de atenção de filósofos, principalmente no que toca ao reino vegetal, havendo muitas plantas utilíssimas para as artes que podem se empregar em tinturarias, medicina, construção de navios e cordearias. Chegando, porém o novo general lembrou-se de mim para pôr em execução as ordens de sua majestade e dirigidas a vossa excelência, e tem determinado que eu vá ao sertão logo que o inverno dê lugar, a fazer analise nas nitreiras naturais, de que dizem que abundam os sertões e acalentam o vosso interesse, que poderão estar atendendo as notáveis circunstância da quantidade de nitro, desta cidade e ao fácil transporte para o porto pelo mar ou rio. Também estou encarregado do Horto botânico desta cidade, assim quando menos esperava me vejo empregado no serviço da majestade soberana.[...] Por isso antecipo vossa excelência para pôr na presença do mesmo soberano o serviço que eu fizer e de que estou encarregado, sem interesse pessoal de salários, mas antes com prejuízo da advocacia a fim de vossa excelência despacha-me se eu o merecer para algum dos empregos que já requeri, ou para que parecer a vossa excelência. Deus guarde a vossa excelência para mim e para o bem do Estado do Maranhão (AHU-MA, 8652).

Conforme, nos assegura citação acima, Vicente Cabral estudou na Universidade de Coimbra após as reformas de 1772, e como todos os jovens dessa época estava à disposição da Coroa portuguesa para serviços que envolvessem os estudos das ciências naturais, mesmo bacharel em Leis, Vicente Cabral sonhava em ingressar na vida científica, pois, era maneira de conseguir prestígio e algum cargo na administração portuguesa. Em São Luís ele estava trabalhando como advogado e responsável pelo Horto botânico da cidade, quando soube da viagem em busca de produtos naturais logo se ofereceu para o serviço.

Vicente Jorge Dias Cabral saiu então para o real serviço acompanhado de um desenhista citado na documentação apenas como Silv. da cidade de São Luís e chegou a Aldeias Altas em 16 de março de 1800 de lá se dirigiu à cidade de Oeiras em 12 de abril do mesmo ano, para se encontrar com o Vigário de Valença, Joaquim José Pereira[5], que já se

[5] De acordo com o historiador Tiago Bonato (2010) Joaquim Pereira recebeu o nome de vigário de Valença, devido à referência a sua cidade em que era pároco a cidade de Valença no Piauí, ele tinha um profundo

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

encontrava na cidade de Oeiras desde oito de maio de 1800, pois, Joaquim Pereira havia saído para o real serviço desde sete de setembro de 1799. Dentre diversos produtos dos três reinos da natureza, a viagem filosófica buscou a exploração da *Quina* uma planta de propriedades medicinais que era muito usada pelos sertanejos para curar qualquer tipo de febre. Na medida em que " a mais de 50 anos nesta capitania se aplica a casca da nossa quina, com bom sucesso nas febres contínuas e intermitentes, em cozimento ou infusão" (AHU-MA, D. 9555).

As informações sobre a exploração da quina na capitania do Maranhão foram enviadas a Coroa portuguesa desde 1787. Em 26 de outubro de 1787, o então governador da capitania do Maranhão José Teles da Silva (1784-1787) informou a descoberta da quina a Portugal. Já em dois de julho de 1795 o então governador D. Fernando Noronha localizou a planta e fez crítica relacionada à questão da mão de obra, pois, não havia mão de obra qualificada para extraí-la. D. Fernando Noronha enviou um ofício ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho remetendo amostras de salitre, tabaco e quina:

> Ao comandante do paquete sobre Bernardo da Costa de Carvalho entreguei um pequeno caixote em que remeto a vossa excelência amostra da casca de uma árvore a que estes habitantes chamam quina e que produz os mesmo efeitos que a casca peruviana, o cirurgião Alvarenga me afirmou ter curado imensas pessoas de sezões e outras febres fazendo o uso da dita casca está que remeto é tirada em Campo Maior capitania do Piauí e me foi mandada pelo mestre de campo Francisco da Costa Rabelo, porém tenho a certeza de haver com toda abundância e de diferentes qualidades nos sertões (AHU-MA, D. 8078).

A ausência de pessoas no sertão que pudessem ajudar os viajantes naturalistas para além do serviço braçal e dar guarida quando eles passavam, com certeza teria facilitado muito o trabalho desses viajantes em busca de minerais. O caso ao qual se refere o governador é apenas um. No sertão não haviam trabalhadores qualificados em quase nada ou nada mesmo. Vicente Cabral na memória intitulada: *Ensaio Econômico da Quina do Piauí* do ano de 1801,

---

conhecimento sobre os sertões. Ele narra que cruzou os sertões de Pernambuco e Maranhão, vivendo cerca de doze anos. Sua trajetória de vida é pouco conhecida. O vigário fala em uma das suas memórias, sobre o local do seu nascimento Carnoza Correa. Ele ficou famoso nas vilas onde morou, na ribeira do Apody, ele teria fundado em 1783 um colégio de Latim. Por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho o vigário realizou no mínimo três viagens: Uma pela Ribeira do Apody, nos anos e 1793, da qual resultou a Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody. No ano de 1792 o vigário partiu da vila de Portalegre, no sertão do Atual estado do Rio grande do Norte, Joaquim José seguiu até São Luiz do Maranhão e dali para a exploração dos sertões da capitania entre 1794 e 1796. Dessa viagem resultou a Memória que contém a descrição e a problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão, que igualmente diz o número das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida e consagrada ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conselheiro, ministro e secretário de estado e negócios da marinha. Em 1799, o vigário inicia outra viagem, desta vez pelos sertões do Maranhão e Piauí. Mais uma vez o ponto de partida foi a capital São Luiz. Depois de subir o Rio Munim em direção ao leste da capitania, e visitar algumas vilas nos primeiros meses da viagem, ele encontrou o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral para prosseguimento da viagem.

destinado ao governador da capitania do Maranhão D. Diogo de Sousa, fez um rico estudo sobre a quina encontrada no sertão. A memória está dívida em cinco capítulos: *Sobre a classificação da nossa quina*, *Sobre a cultura da nossa quina*, *Sobre a conservação da nossa quina* e *Sobre a exportação da quina.*

De acordo com a análise da documentação estudada as considerações sobre a quina foram enviadas para a Coroa em 15 de janeiro de 1800 acompanhado da cópia do Ofício que tinha sido enviado pelo Ministro da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 19 de setembro de 1799 que o "obrigava" a fazer diversas remessas da quina e ser mais detalhista em relação à análise da planta, começando pela descrição da árvore, lugares que ela crescia, diversidades, conservação e extração. Vicente Cabral relatou que a quina encontrada na sua viagem filosófica difere da peruviana (encontrada no Peru), a do sertão do Maranhão era igual a encontrada no Rio São Francisco e Ceará. A descrição da Quina feita por Vicente Cabral é a seguinte:

> Uma pequena árvore que cresce até uma pequena altura de nove a dez pés, as flores são em ramalhetes ou às vezes se encontram flores solitárias. A planta floresce no tempo do inverno, ou de janeiro por diante nos meses de março, abril e maio, frutifica em junho e no mês julho as suas cápsulas já estão abertas, isso quando acontece a estação regular. [..]. As plantas eram encontradas em lugares de colinas e pedregulhos secos, e também em lugares secos e planos. Havia a quina que nascia nos riachos ou em lugares frescos, essas tinham um tronco liso e acinzentado e a flor era de cor amarela. (AHU-MA, D. 9555)

Por conta da diversidade da quina encontrada no sertão, Vicente Cabral faz uma distinção entre as plantas, primeira relacionada a coloração da flor: Quina amarela, Quina roxa e Quina branca. A outra distinção foi em relação às localidades à divisão ficou da seguinte forma: Quina das caatingas: as plantas de tronco reto simples e encontradas em maior quantidade a flor de cores branca e amarela e Quina dos riachos: a planta que tem muitos troncos, os ramos são espalhados sem copa e a flor é roxa.

Em relação a cultura da quina Vicente Cabral observa que não era comum o cultivo da quina no sertão, pois, a cada passo que era dado por eles na viagem se encontrava a planta, por conta disso, os sertanejos acreditavam ser desnecessário o trabalho de cultivo da quina, já que a árvore era nativa da região. A quina nascia como já foi observado em todos os terrenos, secos e frescos, montes e planícies, de pedregoso e arenoso. As árvores de quina que floresciam nas caatingas eram maiores e mais elevadas enquanto as que floresciam em terrenos secos eram as mais atrofiadas e consequentemente menores.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Sobre as remessas e extração da planta. A primeira remessa foi enviada do Engenho de Brejo que pertencia à freguesia de Oeiras, já da Vila de Valença foi feito a maior remessa de quina, nessa vila florescia em abundância a quina recebendo a denominação de quina das caatingas. Na extração das remessas que seriam enviadas à Coroa de acordo com a descrição, não houve falsificação com misturas de cascas de outras plantas. Vicente Cabral destacou que teve todo o cuidado no momento de secar as cascas antes de enviar ao governador D. Diogo de Sousa. Em relação à questão de possíveis adulterações no momento do envio das remessas, ficou claro que nenhuma remessa poderia ser despachada sem uma devida observação para proceder ao exame da identidade das cascas, para evitar possíveis adulterações com misturas de outras cascas.

O Vigário de Valença em Memória sobre produções nativas, caracteriza a quina encontrada por eles na "viagem filosófica": quinaquinapiauiensis, que segundo o vigário é diferente das outras espécies já encontradas, pois a quina do Piauí teria uma nova propriedade além de antifebril é antisséptica, e não alterada com misturas de outras cascas. Assim descreve o Vigário (AHU-MA, D.9595): "O caso aproveitou a quina piauiense como milagroso vegetal descoberto nesta conquista, no atual serviço do príncipe regente nosso senhor" (Grifo nosso). O vigário nesta citação apresenta que essa nova espécie de quina foi encontrada na sua expedição a serviço da Coroa portuguesa.

É descrito pelo Vigário de Valença dois casos de pessoas que estavam doentes e foram tratadas com o uso da *quinaquina piauienses* e em especial por conta da sua nova propriedade (ser antisséptica). A primeira é a descrição de um sertanejo que estava com doença sexualmente transmissível:

> No mês de agosto de 1800 um homem de idade de quarenta e oito anos foi acometido de uma gonorreia violenta por exercício violento que fez do cavalo lhe sobreveio uma grande inflamação nas partes genitais e escroto que ficou este com uma área imoral da grandeza de uma abobora, cujo doente prostrando de forças não se movia e estava deitado de costa serviram dezesseis dias: por seu próprio conselho tinha tomado mais de dezesseis sangrias usado dos seus remédios rústicos que não aproveitaram de sorte que sobrevivendo uma grande de materiais por sufocação de espiritas a todo o escroto se mordicaram as partes de sorte se espalhavam pela vizinhança da casa do doente o cheiro cadavérico proveniente da sua urina, e surtindo todos esses efeitos a cada passo minava involuntariamente com febre continua, convulsões as extremidades frias a vista espantada, a língua áspera como uma lixa, a fala balbuciante, os pulsos convulsos e com intercadências. Depois de mutiladas a parte gangrenada até ser aberta a capsula membranosa e ficarem patentes os testículos um estava árido e lívido com um ponto denegrido na parte média, o outro ataques inflamatórios que tudo foi remediado pela virtude da quina do Piauí aplicada interna e externamente (AHU-MA, D. 9555).

ISSN: 2236-9228

O outro caso descrito na documentação é de um capitão que se chamava Theodozio Ribeiro de Carvalho, que também estava acometido da mesma doença e usou a quinaquinapiauiensis e a sua nova propriedade descoberta na viagem filosófica tratou o doente:

> Estava acometido de uma grangrena com cheiro cadavérico e com sinais mais terríveis nas partes genitais o capitão Theodozio Ribeiro de Carvalho que havia nos acompanhado por um certo tempo preciso ao Real serviço o qual desesperado com a vida socorri cortando-lhe as partes podres com uma navalha de barba e as embalsamei com a quina piauiense e pedra hume, bebendo da mesma quina e até usando emplastos dela pelo método mais conveniente e oportuno. Essa aqui Excelentíssimo senhor à exposição do caso deixando por agora de ser mais difuso. Este motivo de crédito para este vegetal milagroso e que me obrigou a dar agora a sua descrição (AHU-MA, D. 9555).

Vigário de Valença, exalta a "descoberta" da quina na expedição. Informou que o uso da planta desenvolveria a medicina portuguesa e a partir daquela descoberta a medicina poderia avançar e até concorrer com outros países europeu como, por exemplo, a França e Inglaterra, demonstrando assim, que existia certa rivalidade entre as nações europeias relacionadas ao descobrimento de produtos naturais nesse momento.

> Este grande desejo de insistir aos maiores homens e mais gloriosos na prática da medicina tem feito a vantagem maior nos seus progressos principalmente no reino de Portugal e por isso posso excelentíssimo senhor que a medicina portuguesa está hoje tão celebre e vantajosa que não há de menor merecimento que a da França nem menos que a da Inglaterra e mais países da Europa e não é isto excelentíssimo senhor gloria para a pátria, haver quem decida da utilidade e virtude dos remédios daqueles não vistos nos pises de Portugal? (AHU-MA, D. 9555).

A quina não era objeto de interesse apenas da Coroa portuguesa, a corrida para encontrar a planta medicinal era intensa e na América espanhola, como já foi dito, a quina foi um produto muito explorado nas viagens filosóficas. Vicente Cabral escreveu um texto dedicado exclusivamente à planta que eles denominaram de *quinaquina piauienses*, já enunciado nesse artigo intitulado: *Ensaio Econômico da Quina do Piauí.* Neste manuscrito Vicente Cabral salientou outra propriedade da quina, além de antifebril e antisséptica, ela poderia ser usada também na tinturaria, sempre procurando acrescentar mais utilidades à quina encontrada na *viagem filosófica.*

A *"Viagem filosófica"* de Vicente Jorge Dias Cabral terminou em dezembro de 1802 momento em que os viajantes retornam à São Luís, como informou o Vigário de Valença: "Saímos da freguesia do Itapecuru a vinte e sete e chegamos à cidade do Maranhão a vinte e

ISSN: 2236-9228

nove do referido mês de dezembro onde me acho no exercício desta escrita tendente ao real serviço relativo aos trabalhos da minha viagem" (AHU-MA, D. 9555).

Considerações finais

As ideias iluministas se alastraram por toda Europa, e em Portugal elas tiveram então a exaltação da razão e do cientificismo em detrimento de outras áreas do conhecimento, essencialmente aquelas que colocavam em risco o Império Português e seus domínios ultramarinos. No período que D. Rodrigo de Sousa Coutinho esteve à frente do ministério da Marinha e Ultramar, a Coroa buscou ainda mais fortalecer os seus domínios, voltando seus olhos para a América portuguesa incorporando no seu programa de reformas os jovens letrados da elite colonial, concedendo bolsas de estudos na Universidade de Coimbra para esses jovens.

O governador da capitania do Maranhão adquiriu o papel de intermediário entre a Coroa e os viajantes. Todas as remessas, pedidos de livros ou qualquer outra coisa que fosse necessária para a execução do real serviço eram remetidos ao governador e ele repassava para o ministro D. Rodrigo Coutinho. O próprio Vicente Cabral havia pedido na época da expedição remessas de livros para a Coroa, posso citar, por exemplo, dois volumes da mineralogia de Bergman, a memória de Manuel Arruda da Câmara, que foi contemporâneo de Vicente Cabral na Universidade de Coimbra e a Quinografia portuguesa, coleção produzida por frei Veloso sobre vinte e duas especeis de quina.

REFERÊNCIAS

- **Documentação**

Arquivo Histórico Ultramarino-Projeto resgate (AHU-MA).

Biblioteca Nacional Rio de Janeiro.

Museu de História Nacional.

- **Manuscritos**

AHU_ALC_CU009, Cx. 128, D. 9595.

AHU_CL_CU_009, Cx. 127, D. 9555.

ISSN: 2236-9228

AHU_ACL_CU_009, Cx. 111, D. 8652.

AHU_CL_CU_009, D.8078.

MUHNAC-UL, AHMUL, AHMB, REM.59.

- **Bibliografia**

BONATO, Thiago. O **olhar, a descrição:** A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem no final do período colonial (1783-1822). Curitiba, 2010.

BOURGUET, Marie-Noëlle. O explorador. In: VOVELLE, Michel (Org.). **O Homem do iluminismo**. Tradução de Maria Georgina Segurado, Lisboa: Editorial Presença, 1997.

_____. **Viagens do olhar:** relatos de viajantes e a construção do sertão brasileiro (1783-1822). Guarapuava, Unicentro, 2014.

CRISTÓVÃO, Fernando. **O olhar do viajante:** Dos navegadores aos exploradores. Almedina/Clepul, Coimbra, 2002.

_____. **Condicionantes Culturais da literatura de viagens estudos e biografias.** Almedina/Clepul, Coimbra, 2002.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império:** Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822**.** Rio de Janeiro: Sete letras. 1994.

MEIRELES, Mario Martins. **Dom Diogo de Sousa, governador e capitão-general do Maranhão e Piauí (1798-1804).** São Luís: SIOGE, 1979.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da. Os colonos cientistas da América portuguesa: questões historiográficas, **Revista de história regional** (19) 1, p.7-34, 2014.http://www.revistas2.uepg.br/index. php/rh.

_____. O conhecimento científico na caatinga no século XVIII. In: KURY, lorelai.(org) **Sertões adentro:** viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX.Rio de Janeiro, 2014.

PATACA, Ermelinda. **Terra, água, ar nas viagens cientificas portuguesas**. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

AS IDEIAS POLÍTICAS DE VARNHAGEN NO MEMORIAL ORGÂNICO (1849-1850-1851)

Ana Priscila de Sousa Sá[1]

Em 2016, comemorou-se o bicentenário de nascimento de Francisco Adolfo de Varnhagen. Desde jovem se tem notícias das viagens, de arquivo em arquivo, coletando, coligindo, copiando, anotando e projetando sua obra. A letra *V* que Oliveira Lima encontrou grafada no canto inferior das páginas de muitos documentos na Torre do Tombo, em Lisboa, quando pesquisava para sua própria obra, era de um antecessor seu que, anos atrás, já havia também ali pesquisado. Num texto elogioso, o pernambucano afirmou ter sido Varnhagen o mais notório estudioso do passado brasileiro. Um trecho de sua fala no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, tendo escolhido o sorocabano como patrono da cadeira número 39, ajuda no argumento deste texto: Varnhagen "tinha ideias" e suas "ideias eram práticas" (LIMA, 1903, s/p.).

Varnhagen elaborou um modelo de como deveria ser a nação brasileira, a ser construída em meados do século XIX. Nascido em Sorocaba, São Paulo, e com formação intelectual na Europa do início daquele século, onde atuou como diplomata até o fim da vida (historiador-diplomata), o projeto de nação por ele delineado ao longo de sua obra teve em um trabalho escrito entre 1849 e 1850 sua forma e conteúdo programático mais metodicamente traçado: o *Memorial orgânico*.

Como um programa de Estado que visava a reorganização político-administrativa nacional, uma proposta teórica complementada por um plano de ações (WEHLING, 2013b, p. 161)[2], o *Memorial* foi publicado em Madri, quando era Encarregado da Legação Imperial na Espanha e teve três edições seguidas: a primeira parte (1849, em Madri, anônima), a segunda parte (1850, em Madri, anônima) e uma reedição parcial do texto da primeira parte (1851, publicada na Revista Guanabara do Rio de Janeiro, assinada). A estrutura da reedição de 1851 (mesma de 1849) foi dividida em três capítulos. No Capítulo I, *Alguns enunciados*, Varnhagen apontou o que seriam os principais problemas que o Império do Brasil enfrentava em meados do século XIX: indefinição das fronteiras, inadequada divisão das províncias, falta de comunicação interna, inapropriada localização da capital, elevado número de negros e

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão – PPGHis/UFMA. Bolsista Capes.
[2] Atuação de Varnhagen na diplomacia imperial. 1842-1847: Lisboa/Portugal; 1847-1858: Madri/Espanha; 1859: Paraguai; 1861-1863: Venezuela (cumulativamente com a representação na Colômbia e Equador); 1863-1867: Peru (cumulativamente com Chile e Equador); 1868-1878: Viena/Áustria.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

índios, contrastando com o reduzido contingente de colonos europeus. Em *Justificação do que fica dito* (Capítulo 2), explicou cada um dos aspectos levantados no capítulo anterior. No terceiro capítulo, *Solução e remédios*, defendeu uma série de medidas para solucionar os problemas diagnosticados.

Arno Wehling classificou o *Memorial* como uma obra de reflexão política que se destaca da temática dominante na obra do autor, isto é, o enfoque na abordagem histórica (WEHLING, 1999, p. 51). Esse argumento é útil se pensar a abordagem geral do opúsculo, que realmente se debruçou sobre questões políticas em debate na metade do Oitocentos. No entanto, é possível perceber que o elemento que apoia a discussão dessas questões é a recorrência à experiência histórica. É inegável que a história tem um lugar privilegiado no plano de ações varnhageniano. Aliás, o conhecimento histórico é utilizado como um instrumento orientador deste, fato observável pelas várias recorrências a eventos passados e pensadores antigos, até como forma de justificar a pertinência de suas proposições ao longo do texto. A experiência histórica foi acionada para a resolução de conflitos do presente.

É preciso assinalar que Varnhagen não foi um saudosista do passado, mas buscou nas pesquisas históricas respostas para as questões do presente. Não era um retorno a algum tempo distante, mas o entendimento de que dele era possível extrair ensinamentos para resolver problemas do seu tempo, no seu tempo e numa projeção de futuro. Ao lado das questões de seu momento histórico, outro fator que influenciava na forma como Varnhagen via a história era sua posição de monarquista convicto e fiel à dinastia Bragança. Convicção expressa no prefácio do Tomo I da *História Geral do Brasil* (1854), quando confessou que:

> Politicamente, sendo por fortes convicções monarquistas, admiramos também a bela instituição das nossas assembleias anuais, fomentadoras da integridade da nação, atalaias do seu governo e fiscais dos próprios tributos; e rebelamo-nos sempre contra todo o exclusivismo de poderes, contra toda absurda tirania, contra todo arbitrário absolutismo, parta donde parta (VARNHAGEN, 1857, p. X).

Deste trecho é possível depreender algumas orientações políticas do historiador. Assumido defensor da monarquia constitucional, pode-se falar em um conservadorismo reformista do liberal Varnhagen (WEHLING, 2013b, p. 191), pois ao tempo em que pensava pelo prisma da conservação da ordem institucional e da unidade nacional, também defendia as liberdades individuais e a iniciativa privada, contra as exagerações da tirania, e o aperfeiçoamento do modelo de governo via reformas político-administrativas.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

No *Memorial*, postulou que a missão do jovem imperador D. Pedro II, o primeiro nascido na América, era ser o organizador do Império. Organizar, a propósito, é um verbo adequado para aludir à obra em questão, porque as seis medidas propostas nela, a saber, uma redivisão territorial, mudança da capital para o interior, abertura das comunicações gerais, extinção do tráfico de escravos, civilização dos índios por tutela e colonização europeia por grupos, objetivavam organizar político-administrativamente o território e a população do Império. Um traço a se destacar desse conjunto era a atualidade que tais ideias tinham no debate político mais amplo do período, posto serem questões que estavam na agenda política na metade do século.

Tendo em vista que a obra de Varnhagen foi/é muito estudada, porém nem tantos trabalhos deram a devida atenção ao *Memorial*, a proposta é contribuir com uma leitura sobre a temática em questão, chamando atenção para sua relevância no conjunto da obra varnhageniana e, por extensão, da historiografia brasileira oitocentista. Por relevância do *Memorial orgânico* entendo a necessidade de compreendê-lo como um projeto político escrito por um historiador, que veio a ser chamado "pai" da moderna historiografia brasileira e que foi produzido num momento importante da história do Brasil, o período de consolidação do Estado imperial em meados do século XIX.

Memorial orgânico*, ou construindo a *nação compacta

Nem todos os grandes intelectos que se envolveram no discurso político de uma época se envolveram, direta ou indiretamente, em uma teorização política sistemática (POCOCK, 2003, p. 50), Varnhagen não foi membro de nenhum partido político, mas sua obra historiográfica é, igualmente, uma obra política, além da atuação na diplomacia. O contexto de escrita de Varnhagen foi marcado pela preocupação em se manter a unidade nacional. Assim, ao menos três ideias políticas fundamentais se cruzaram em sua obra: centralismo, estatismo monárquico e nacionalismo.

A ideia de centralismo já apareceu numa carta de 5 de outubro de 1839, remetida ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Na ocasião, Varnhagen anunciou a submissão das *Reflexões críticas* (1839) à apreciação do Instituto e, ao final da correspondência, informou que, futuramente, escreveria uma "extensa Geographia Physica do Brazil, e sobre ella fundar um projecto de divisão e subdivisão territoriaes, local mais conveniente para a capital do Imperio, etc."

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

(VARNHAGEN, 1961, p. 40). Varnhagen pensava a conformação territorial do Brasil subordinada a um princípio de centralidade, isto é, o centro administrativo deveria estar localizado na região central do país, daí a proposta de um *local mais conveniente para a capital*.

A produção de Varnhagen foi pensada visando consolidar o sistema unitário e a monarquia, pois entendia que o ideal monárquico asseguraria a unidade, diferentemente do republicano que só levaria ao esfacelamento, como o fizera na América espanhola, daí a necessidade de um Estado forte e centralizado. Em Varnhagen, o Estado se apresentava como "epicentro da Nação" e como elemento organizador e aperfeiçoador pedagógico da sociedade, porque representa a civilização, a lei e a ordem; e sua ausência, a selvageria, o predomínio da força e a desarticulação social (WEHLING, 1999, p. 86). Qualquer movimento que se pusesse contra o Estado era, para ele, um atentado contra a nação, pois acreditava que a existência de uma Nação e de um povo só era possível graças ao papel desempenhado por aquele no seu processo de formação; argumento que explica a razão do desprezo que sentia pelos movimentos autonomistas, como a Revolução Pernambucana de 1817, por exemplo.

Analisando a concepção de Estado na obra varnhageniana, Arno Wehling assinalou que o historiador combinou elementos de uma perspectiva hobbesiana-hegeliana que atribuía ao Estado o papel de organizador da sociedade. Da filosofia política iluminista, encontrava-se uma defesa do equilíbrio do poder, para evitar a hipertrofia de um sobre os outros, provavelmente por influência da leitura de Montesquieu. De todo modo, mesmo que suas posições teóricas viessem da Europa, a adequação aos condicionamentos da política brasileira foi por ele praticada com grande senso de realidade (WEHLING, 2013a, p. 201-205). Como Varnhagen lembrou no *Memorial*, era preciso estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil, portanto, conhecer a experiência histórica brasileira e de suas raízes ibéricas para aplicá-las ao país.

Aproximar a noção de Estado em Varnhagen com o Leviatã de Thomas Hobbes implica um exercício de identificar na obra do historiador brasileiro passagens que permitam tal associação, e o próprio *Memorial* pode ajudar nessa tarefa. Na segunda parte do Leviatã, Hobbes explicou que "Quando os homens se aborrecem com as mútuas irregularidades, desejam, de todo o coração, aproximar-se e permanecer dentro de um edifício sólido e duradouro, [...] mas não conseguem, sem a ajuda de um arquiteto muito hábil", de modo que "A missão do soberano consiste no fim para o qual foi investido com o soberano poder, que não é outro senão o de obter a segurança do povo" (HOBBES, 2012, p. 255-256). Como

ISSN: 2236-9228

Hobbes, Varnhagen se debruçou sobre as questões do enfraquecimento do Estado por agentes internos e o papel do soberano. A "desordem intestina" que poderia concorrer para a dissolução do Estado atendia pelos nomes de *bairrismo*, índios e escravos. As *soluções* para ambos os problemas apareceram no *Memorial* na forma das seis medidas citadas anteriormente. Também como em Hobbes, o soberano era o *arquiteto muito hábil* que deveria zelar pela conservação do *edifício*, não o deixando ruir.

Ainda na carta à Cunha Barbosa, Varnhagen afirmava que o governo deveria "alimentar o espirito de nacionalidade" e "ter presente que são a primeira base talvez desta, a historia e o conhecimento do paiz natal" (VARNHAGEN, 1961, p. 40). Para o sorocabano, o "todo" deveria prevalecer em detrimento das "partes", ou seja, a unidade nacional era o mais importante e o provincialismo, pernicioso, porque impedia a criação e difusão de um sentimento de pertencimento verdadeiramente nacional. O *bairrismo* era um entrave à construção de uma *nação compacta*, num território íntegro.

Em Varnhagen, a nação era algo que se construíra naquele momento histórico, por meio da *vontade política*, e cujos antecedentes mais remotos identificava na literatura árcade, ou nas lutas contra os holandeses, no século XVII.

A atuação de intelectuais como o *Sr. Visconde* acontecia em dois campos: o político e o cultural. Grande parte desses intelectuais que circulavam pelo ambiente da Corte tinha alguma formação acadêmica, eram políticos, ou ocuparam algum posto na burocracia imperial, e também adquiriram algum título de nobreza. Varnhagen, por exemplo, foi historiador, diplomata, barão e depois visconde de Porto Seguro. É complicado determinar onde começa o cultural e termina o político para esses homens que, a partir do Estado, ainda não completamente estabelecido, tinham a missão de forjar uma nação.

A história nacional varnhageniana era a história da "civilização", portanto, a história da conquista e ocupação do território pelo colonizador europeu. Uma história que permitiria ao povo sentir-se partícipe do todo único da nacionalidade brasileira, afastando-se do provincialismo, ao evitar que os interesses locais e parciais se colocassem acima dos interesses gerais. Por isso conhecer o Brasil pelo próprio Brasil era essencial.

Para tentar entender o sentido de um texto político é preciso contrastá-lo com o contexto histórico dentro do qual foi produzido, obtendo informações acerca do grupo social do autor, a conjuntura em que escreveu sua obra, seus interesses intelectuais, seus engajamentos políticos, etc. (LOPES, 2004, p. 86). Nesse sentido, observar os "anos de formação" de Varnhagen é interessante para pensar o autor e sua obra, e disso se

ISSN: 2236-9228

depreende um aspecto essencial: ele quis ser "brasileiro", e um dos grandes. Essa produção foi escrita por um agente do discurso político que partiu de um lugar, num contexto particular, com uma "intenção", e direcionado a um público específico.

Como já exposto, a obra varnhageniana insere-se no contexto de consolidação do Estado brasileiro, em meados do século XIX. Era membro do IHGB, instituição criada com o objetivo de escrever a história nacional, como pressuposto para a construção da Nação brasileira. Varnhagen foi o historiador "oficial" do Império, e essa foi a tarefa na qual trabalhou até sua morte, em 1878. Então, pode-se questionar: o que Varnhagen estava "fazendo" ao escrever seus textos (SKINNER, 1996, p. 13)? Ou, no interesse mais direto deste trabalho, o que Varnhagen estava "fazendo" ao escrever o *Memorial orgânico*?

Não se deve pensar um texto isolado das circunstâncias em que ele surgiu, e o contexto no qual o *Memorial orgânico* foi concebido e publicado era o de fins da década de 1840. No plano europeu, as revoluções de 1848 expunham mudanças estruturais, como os últimos conflitos entre os adeptos do Antigo Regime e os da Revolução. Na Europa central, caía Metternich, porta-voz da Restauração pregada pela Santa Aliança, e a servidão é abolida; e, na França, onde liberais e socialistas acabaram provocando a queda da Monarquia de Julho, instalou-se no poder uma República burguesa e depois um novo Império. Na Espanha, onde Varnhagen se encontrava, havia conflito entre os partidários da monarquia constitucional e os carlistas, estes defensores da tradicional monarquia pactista espanhola anterior aos Bourbons (WEHLING, 2016, p. 53).

Segundo Quentin Skinner, "um discurso, além de ter um significado, é também uma ação" (SKINNER, 1998, p. 6). Dessa maneira, embora tenha ficado um tanto obscurecido no conjunto da vasta obra de Varnhagen, o *Memorial* pode ser colocado como um texto importante do pensamento político do Brasil, na metade do século XIX, porque trata diretamente de questões que estavam na agenda política naquele momento.

A já citada carta de 5 de outubro de 1839 adiantava duas medidas propostas por Varnhagen no *Memorial*, o que evidencia que tal opúsculo é a culminância de reflexões há muito projetadas pelo autor. O plano teórico trazia o debate sobre a *redivisão territorial* do país, que já vinha sendo discutido no Parlamento. No Senado, o futuro marquês de Abrantes sugeria que algumas áreas fossem definidas como os territórios norte-americanos, opção que Varnhagen acolheu como alternativa em sua proposta (WEHLING, 2016, p. 56).

A transferência da capital do Brasil para o interior já era assunto debatido bem antes da publicação da obra de Varnhagen. Já haviam defendido essa ideia, José Bonifácio, em

memória à Constituinte de 1823, Hipólito José da Costa, no Correio Braziliense e, antes disso, já em 1810, o chanceler Vellozo de Oliveira. Quando da proclamação da Independência falou-se em mudar a capital para um ponto mais central, todavia, alcançava a metade do século e nada de concreto, e quem "ousava" mencionar o assunto corria um sério risco de ser taxado como visionário ou utopista. Assim, Varnhagen não foi o primeiro, mas foi o que defendeu de forma mais substancial a *mudança da capital para o interior*, inclusive, determinando a localização exata de onde se deveria construir a nova sede política e administrativa do Império[1].

Era preciso que se fizesse a *abertura das comunicações gerais*, abrir a estrada imperial para ligar as regiões do Império, fomentar a colonização dos fertilíssimos sertões, aumentando a rala demografia nele existente, e estimulando o comércio interno. Varnhagen acreditava tanto no potencial produtivo do sertão brasileiro que via nele o espaço de onde adviria os recursos para a sustentação da economia nacional, que se desenvolveria a partir da ocupação dos imensos vazios e da sua consequente exploração. O *fertilissimo* interior carregaria o futuro da nação, e ainda legaria para o Império outra força essencial, a *segurança*, é pensando nisso que propõe a retirada da capital da área litorânea: à beira-mar, uma cidade fica mais exposta ao ataque inimigo. Varnhagen propunha organizar o território em partes subordinadas ao todo por meio de iniciativas de uma redivisão voltada para a funcionalidade e a integração. Ele destaca a importância da centralidade ao apontar a necessidade de se racionalizar a inscrição do Estado no espaço (PEIXOTO, 2005, p. 335), por meio da elaboração de um plano de defesa que conservasse as comunicações internas e pela transferência da capital para uma localização capaz de fomentar o desenvolvimento e resguardar o centro do poder.

O recorte 1848-1850 é particularmente significativo para a história política do Império. De caráter liberal e última das revoltas provinciais ligada às lutas político-partidárias que marcaram o período regencial e o início do Segundo Reinado, a Revolução Praieira eclodiu em Pernambuco em 1848. Mesmo ano da ascensão do gabinete liderado por Eusébio de Queiroz, Paulino Soares de Sousa (futuro visconde do Uruguai) e Joaquim José Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí), figuras de proa do Partido Conservador, e que aprovou

[3] Em 1877, viajou ao Planalto Central objetivando escolher a melhor localização para o novo *coração do Império*. O empreendimento serviu para "comprovar", *in loco*, a correção de seus estudos sobre a geografia e o clima da região, e a necessidade da criação de sistemas de comunicações, questões por ele tratadas no *Memorial*, 28 anos antes. De volta ao posto em Viena, o relato da viagem foi publicado no trabalho intitulado *A questão da capital: marítima ou no interior?*, saído no mesmo ano.

ISSN: 2236-9228

leis de grande importância como a de extinção do tráfico de escravos, a Lei de Terras e o Código Comercial, todas de 1850.

Em 1849, também foi publicado o incendiário "O libelo do povo", panfleto assinado por "Timandro", pseudônimo utilizado pelo então liberal Sales Torres Homem. Nesse que é um dos textos políticos mais famosos do Segundo Reinado, "Timandro" fez desfilar a ascendência do jovem imperador D. Pedro II, numa sucessão de impropérios, tais como: D. Maria I, uma pobre louca; D. João VI, suspeitoso, beato sem fé e sem costumes; D. Pedro I, um déspota; e, finalmente, D. Pedro II foi acusado principalmente de complacência (MAGALHÃES JR., 2009, p. 17). Um texto mais próximo da abordagem feita por Varnhagen pode ser o panfleto de Justiniano José da Rocha, de 1855. Em "Ação; Reação; Transação", o jornalista ligado ao Partido Conservador afirmou que, "na luta eterna da autoridade com a liberdade, há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização" (ROCHA, 2009, p. 159).

Pela cronologia de Justiniano Rocha, o momento em que Varnhagen redigiu o *Memorial* se enquadra no período da Reação, este que se estendeu de 1836 a 1852, e que se distinguiu pela luta da reação monárquica, acabando pela Maioridade, e abrindo caminho para o domínio do princípio monárquico. Era exatamente a partir desse domínio do princípio monárquico que Varnhagen enxergava a viabilidade da formação da nação brasileira, um pensamento, portanto, que tem por válido o dizer de Eric Hobsbawm, segundo o qual, "as Nações não formamos Estado e o nacionalismo, mas sim o oposto", pois "para os governos, o item central na equação Estado = nação = povo era plenamente, o Estado" (HOBSBAWM, 1990, p. 19-35).

Aí jaz o estatismo de Varnhagen, o próprio *Memorial* foi oferecido aos dirigentes do Império, proclamando que era preciso "coragem política para levar avante medidas embora vitaes ao paiz, mas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura", culminando com a formação de ministérios com políticos "mandando mais ou menos todos, poucos governando"; o resultado é que o Brasil "depois de um quarto de século (de independente) acha-se quasi na mesma; e com ar mais de colonia, ou antes de muitas colonias juntas que de nação compacta" (VARNHAGEN, 1851, p. 358-359).

Varnhagen não fez menção a esses panfletos, mas é interessante colocá-los em relação, posto que são obras saídas no mesmo ano (caso de "O libelo do povo" e o *Memorial*), ou um pouco depois ("Ação; Reação; Transação"), e que tem um terreno comum: tratam da

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

conjuntura política do período. Conforme assinalado por John Pocock, o historiador do discurso político deve também se debruçar sobre as correspondências, textos secundários e panfletos do período que estuda a fim de traçar possibilidades mais concretas de entendimento do que tem como alvo (POCOCK, 2003, p. 23).

Como um projeto político escrito por um historiador, a experiência histórica é essencial na conformação da proposta varnhageniana. O Oitocentos foi denominado "século da História", mas também já se disse que foi a era da "construção das nações", talvez a conexão entre ambas possa ser explicada pela seguinte assertiva: no "longo" século XIX, a história serviu, antes de tudo, para construir uma ideia de Nação. E, em Varnhagen, a Nação tinha contorno definido: era branca e europeia. Utilizarei a seguinte metáfora de Karl von Martius, colocada na famosa dissertação "Como se deve escrever a história do Brasil", de 1843, e que ajuda a pensar as propostas de Varnhagen para organizar a população brasileira: "o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica" (MARTIUS, 1845, p. 382-383)[1]. O programa de von Martius lançou a tese de que a história brasileira é caracterizada pela "mescla" das três raças.

Para Varnhagen, das três raças em questão, isto é, colonizador europeu, índio e negro, duas eram consideradas "inimigos internos". Por isso, propôs a *extinção do tráfico*. Acreditava ser "[...] cegueira ou perversidade proteger a entrada de mais africanos", visto que "a escravatura dos africanos torna o paiz escravo de si próprio" (VARNHAGEN, 1851, p. 363-391). A existência de negros escravizados dentro do Império era indício de ameaça constante à conservação da ordem; a entrada de mais cativos era a intensificação desse perigo. Completa dizendo que:

> Foram considerações de estado, mais que de caridade e de economia politica, que pesaram em nossas opiniões. Temos a escravatura por licita, e até conforme o Evangelho e com o voto dos publicistas, quando necessária para a segurança do estado, e melhor governo dos captivos. Cremol-a illicita, barbara e impolítica quando é possível evital-a, e isso se não faz (VARNHAGEN, 1851, p. 392).

De fato, o tráfico foi extinto em 1850, sob a pena de Eusébio de Queiroz. Também Varnhagen padecia do "haitianismo", o receio de o Brasil conhecer um episódio de rebelião escrava como ocorrera no Haiti. As *considerações de estado* se estendiam à questão indígena, o ponto que gerou polêmica com a publicação, sobretudo, da reedição de 1851. Também

[1] A dissertação ganhou o concurso promovido pelo IHGB e se tornou um dos "textos de fundação" da historiografia brasileira.

ISSN: 2236-9228

conforme o *voto dos publicistas*, via os *indios bravios* como potenciais provocadores de uma *rebellião armada* dentro do Império. Declarando estar a encarar a questão "pelo lado para nós mais symphatico, pelo que mais falla ao sentimento", o autor assinalou que devemos:

> consideramos-los nossos irmaons orfaons desamparados e necessitados de tutela. Mas, se os consideramos estranhos ao pacto social, se os reputamos uma naçam forasteira que nos molesta e prejudica, temos todo o direito de conquistal-os, e nam há direito de conquista mais justo que o da civilisaçam sobre a barbárie (VARNHAGEN, 1850, p. 11).

Qual era o "lance" de Varnhagen? Falar na intencionalidade do autor não se refere ao significado dos textos, mas ao significado do ato de escrever o texto (LOPES, 2011, p. 178), e quando propôs a *civilização dos índios por tutela* forçada, com a volta do sistema de bandeiras do século XVIII, Varnhagen sabia que seria criticado, inclusive pelos seus pares do IHGB. A aversão ao que chamava de *perigoso patriotismo caboclo* rendeu algumas polêmicas, mas destacarei apenas o texto de Manuel Antonio de Almeida, porque foi escrito como uma "resposta" direta ao *Memorial*, em dezembro de 1851, logo depois da publicação na Revista Guanabara.

Almeida diz não poder "conter a indignação diante de semelhante doutrina; é o maior escândalo que se pode fazer ao bom senso!… Quinze anos de humilhação, quinze anos de sujeição aos ferros, ao tronco, ao azorrague, para fazer um bom cidadão!" (ALMEIDA, 1851, s/p). O literato se refere à ideia de que, capturados os indígenas, estes seriam adotados por famílias que os educariam nos princípios civilizados e da moral cristã, por um período de 15 ou 20 anos, sendo então devolvidos à sociedade, e compondo a mão-de-obra nacional após o fim da escravidão.

Varnhagen falou direto aos *philo-tapuyas*, ou seja, os escritores da corrente romântica indianista. Defendendo a *avassalagem*, que Almeida traduziu por "escravidão disfarçada", enunciou que:

> Há hoje em dia uma tal praga de falsos philantropos, graças a Rousseau, ou a Voltaire, ou a não sei quem, que a gente em matéria de índios não póde dizer palavra, sem que lhe caiam em cima os franchinotes, com estas e aquellas sediças theorias pseudophilantropicas (VARNHAGEN, 1851, p. 392).

Dentre as coisas importantes que precisam ser estudadas num texto político, além do próprio texto, é tentar compreender qual havia sido as motivações do autor, se ele estava, por exemplo, satirizando, repudiando, ou aceitando outras ideias e argumentações (SKINNER,

1998, p. 6). Nesse caso, Varnhagen estava contestando a tese *pseudophilantropica* que postulava o índio como genuíno representante da nacionalidade brasileira. Em sua opinião, os *selvagens* eram indivíduos que não contribuíam para o engrandecimento da nação, apenas prejudicavam a imagem do Brasil no exterior, por comportar tal *cáfila de cannibaes*.

A constituição demasiada heterogênea da população brasileira não propiciava a formação de uma Nação compacta. Por fim, Varnhagen propôs o estímulo à *colonização europeia*, mas antes se fazia essencial a promulgação de outra Lei agrária que promovesse a vinda de novos povoadores. Menciona a Lei de Terras, de 1850, todavia ainda esperava ver aprovada uma "uma verdadeira lei promotora da colonisaçam branca" (VARNHAGEN, 1850, p. 13). Pensando num processo de miscigenação, postulou que em um ou dois séculos o Brasil seria uma Nação branca, pois se ia *equilibrando as raças*, ao misturarem-se *em cor e em tudo* sendo, nesse sentido, o primeiro a formular concretamente a tese do branqueamento da população brasileira, via assimilação das "raças inferiores", pela raça branca "superior".

As seis medidas planejadas por Varnhagen buscavam fortalecer o Império, explorando o potencial do interior do país, povoando-o. Em suas palavras à D. Pedro II, "o empenho principal que me guiou a penna do *Memorial Orgânico* foi promover desde já com a maior segurança possivel a unidade e a integridade do Imperio *futuro*, objeto constante do meu cogitar" (VARNHAGEN, 1961, p. 246). A preocupação com o *futuro* era atestado pelo conhecimento do passado, visto que em vários trechos do opúsculo foram citados exemplos históricos para reforçar a ideia exposta. Assim, por exemplo, "o triunfo exclusivo dos africanos no Haity é um aviso a todos os pardos da América, sobre a sorte que os esperaria, se elles se unissem aos negros contra os brancos" (VARNHAGEN, 1850, p. 10) era o argumento retórico usado para propor a extinção do comércio de escravos.

A edição saída em outubro/novembro de 1851, Varnhagen ofereceu à *Naçam*, para que todos os cidadãos pudessem avaliar, julgar e serem corresponsáveis pela implementação das ideias ali apresentadas. Assim, apresenta-se como um patriota que se entrega ao sacrifício da censura alheia na defesa de ideias justas; o que configura uma estratégia retórica de convencimento do leitor (OLIVEIRA, 2005, p. 2). Informava que as proposições que apresentaria não visavam a sua autopromoção, e lembra que nas edições de 1849/1850 optou por se apresentar de *viseira calada*, porque preferiu que suas ideias "chegassem a ser ajuizadas segundo a sua valia, sem a prevenção da [sic] nenhuma do autor" (VARNHAGEN, 1851, p. 356). Desse modo, colocava-se mesmo como alguém disposto a *morrer calado* com a Pátria, caso necessário.

ISSN: 2236-9228

De acordo com Skinner, tentar situar um texto em seu contexto adequado não se limita a fornecer um "quadro" histórico para a interpretação, já é o ingresso no próprio ato de interpretar (SKINNER, 1990, p. 13), assim, o *Memorial*, e a obra varnhageniana como um todo, situa-se num período onde a consolidação do poder e a defesa da unidade nacional eram os imperativos. Juntas, as partes deveriam formar o "todo" harmonioso, *compacto*.

Leitor do jurista suíço Emmerich de Vattel, Varnhagen lembrava que toda nação deveria primeiro conhecer-se para poder se aperfeiçoar, dizia que o *espírito de imitação* ou *falta de vontade política*, eram os grandes responsáveis pelo atraso do Brasil, por isso:

> [...] acabemos de uma vez como máu habito de estarmos sempre a traduzir leis e a citar a Inglaterra e a macaquear os Estados Unidos. [...] Ouçamos ao joven Brasil suas queixas, e appliquemos-lhe o remédio que nos dicte o bom senso e a historia da formação das naçoens. Estudemos bem o nosso territorio; e á vista dele tratemos de organisar uma administraçam mais facil, mais economica, e um systema de colonisaçam proprio a civilisar a naçam e a formal-a (VARNHAGEN, 1850, p. 4).

Varnhagen traduziu essa ideia de *nação compacta*, numa metáfora biológica: a ideia de que a nação constituía um organismo, no qual os elementos – os diferentes órgãos e membros – cumpririam funções em decorrência de um plano natural, o que explica a adjetivação do título do opúsculo (WEHLING, 2016, p. 85). Esse caráter organicista está expresso, por exemplo, na seguinte passagem da primeira parte do opúsculo onde diz que,

> Pusemos o dedo em várias chagas do país para acusar delas a existência, e algumas ainda no capítulo seguinte teremos que descobri-las melhor. Mas entenda-se! Dizemos o mal para que ele se conheça e se trate de sua cura, sobretudo quando a temos por fácil. Se julgássemos um só desses males incurável, teríamos igualmente patriotismo bastante para ocultá-lo, e se víssemos que ele produziria a infalível morte da pátria, também a amamos bastante para que tivéramos a coragem de caladamente morrer com ela (VARNHAGEN, 2016, p. 110).

Ao falar em *chagas* e *males*, Varnhagen está concebendo o Império como um "corpo enfermo" que, se não *curado*, acabará *morrendo*. A própria estrutura do *Memorial* se assemelha a um "procedimento médico": a) são detectadas as causas, as "origens" dos males que acometem o organismo; b) identificam-se os efeitos já provocados e os que virtualmente podem vir a ocorrer, caso não tratado; c) são propostas soluções para resolver o problema e fortalecer o "corpo". A metáfora do Império enquanto "corpo" está expressa no próprio título do opúsculo: *Memorial orgânico*, fazendo do Império um organismo vivo, constituído a partir da associação harmoniosa de um conjunto de órgãos e membros, as províncias.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Na conclusão da segunda parte do *Memorial*, Varnhagen afirmou que nenhuma nação poderia viver sem cumprir uma das duas missões de qualquer existência política: ou guerrear para ganhar mais glória e se fazer respeitável, ou adquiri-la aperfeiçoando-se, quando já não se temesse uma agressão externa. A nação que faltasse com uma ou outra dessas missões suicidar-se-ia e teria de abdicar em mãos estranhas sua nacionalidade. Dessa maneira,

> Se, em vez de madurar, apodrecemos roídos dos vermes, melhor fora acabarmos já de existir e nam pensarmos a vir occupar um logar menos honroso na história das nações. Deixar-nos invadir por hordas selvagens vindas do polo vizinho – nunca (VARNHAGEN, 1850, p. 16).

Estava presente, portanto, uma linguagem da ciência médica. A apropriação da ordem médica para analisar a sociedade destacava a figura daquele que, pelo conhecimento especializado, está autorizado a analisar essa sociedade, fazendo o "diagnóstico" e um "prognóstico" ao apontar os problemas e as soluções para que ela atinja o progresso e a civilização (JANKE, 2009, p. 38). Portadores de uma educação diferenciada (padrão europeu ocidental), intelectuais como Varnhagen tinham por ocupação principal produzir mensagens dirigidas tanto aos seus pares quanto à arena política e, mesmo não estando ligados diretamente à política partidária, ocupavam cargos no governo.

Considerações finais

Se o trabalho do historiador for o de um "anjo registrador", cuja tarefa é "recapturar" o passado nos seus próprios termos (SKINNER, 1998, p. 7), a tarefa de entender o projeto varnhageniano exposto no *Memorial* é a de buscar reconhecer neste, as linguagens do pensamento político do autor, que não estava descolado de seu tempo e das necessidades que creditava possuir o seu objeto de análise: o próprio Império brasileiro.

A escrita é uma ação política que visa o convencimento e a adesão, inserida em um contexto linguístico próprio (VOGT, 2011, p. 94) e o *Memorial orgânico* é um exemplo do uso do texto como intervenção política.

REFERÊNCIAS

JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar**: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Programa de pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>. Acesso em: 17 jan. 2013.

LIMA, Manuel de Oliveira. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1902. p. 2-7. Disponível em: http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse. Acesso em: 09 de jul. 2017.

LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 123, p. 177-195, jun. 2011.

MAGALHÃES JR., Raimundo. Sales Torres Homem e O Libelo do Povo. In: _____. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. Recursos discursivos retóricos no 'Memorial Orgânico' de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. **Anais**... Londrina, 2005, p. 1-8.

PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da Medusa**: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005.

POCOCK, John. Introdução. In: _____. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009.

SKINNER, Quentin. Prefácio. In: _____. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. O anjo e a história. Entrevista à Maria Lúcia Pallares-Burke. **Folha de São Paulo**, 16 ago. 1998. Mais, p. 6-7. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs16089805.htm. Acesso em: 25 de jul. 2017.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico.** Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

ISSN: 2236-9228

_____. Memorial orgânico offerecido á nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, scientifica e litteraria**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851.

_____. **História Geral do Brasil.** TOMO II. Madri: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. **Memorial orgânico que à consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro.** Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.

VOGT, Débora. A linguagem como intervenção política: uma análise sobre a contribuição de Quentin Skinner. **Aedos**, Porto Alegre, n. 7, v. 3, fev. 2011.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Introdução. In: _____. **A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico**: 1863-1867. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): pensamento diplomático. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro**: formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013a.

_____. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013b.

_____. Um balanço: o "Memorial orgânico" e o conservadorismo reformista do liberal Varnhagen. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico**: uma proposta para o Brasil em meados do século XIX. Brasília: FUNAG, 2016.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

CEMITÉRIO SÃO JOSÉ: ARTE, FÉ E IDEAIS MÉDICO-HIGIENISTAS NA TERESINA DO SÉCULO XIX

Mariana Antão de Carvalho Rosa[1]

Naquele fim de tarde do dia 24 de agosto do ano de 1859, Teresina seguia triste em cortejo fúnebre. O destino deste eram os limites norte da nova capital. A missão, prestar as últimas homenagens ao ilustre português Jacob Manoel D' Almendra, Comendador da ordem de Cristo e Comandante superior da Guarda Nacional do município de Campo Maior. Nascido em maio de 1796, na província de traz os Montes, Reino de Portugal, completaria 64 anos se não tivesse a vida ceifada naquele triste agosto de 1859.

O cortejo fúnebre, provavelmente, foi presidido pela viúva D. Lina Clara de Castelo Branco e os cinco filhos do casal, agora órfãos de pai. Todos despediram-se do nobre português depositando seu corpo sem vida próximo à capela do Cemitério São José, este fora inaugurado no mesmo ano em que Jacob faleceu, ou seja, em 1859, tendo sido construído como um lugar relativamente higienizado e juridicamente legal para a inumação de corpos.

Por essa data, a primeira necrópole pública de Teresina possuía poucos habitantes, Jacob provavelmente foi um de seus primeiros "moradores". O novo cemitério, aquela época, era bastante distante dos limites urbanos da igualmente nova capital do Piauí pois a Teresina de Saraiva havia sido inaugurada em 1852, ainda era uma cidade no início de sua formação.

Antes disso, durante o intervalo de sete anos que separam o início da construção de Teresina e a inauguração de sua primeira necrópole, os corpos dos teresinenses eram inumados em espaços não institucionalizados, mas estabelecidos pelo costume da época. A esse respeito, Miridan Brito Knox afirma que houve 1.013 sepultamentos na igreja Nossa Senhora do Amparo da Villa do Poti entre os anos de 1831 e 1859. Segundo a historiadora:

> Envoltos em 'panos brancos, panos pretos ou encarnados', foram feitos 'das portas travessas para baixo' na igreja de Nossa Senhora do Amparo da Villa do Poty. Ali estão sepultados recém-nascidos, crianças, jovens, mulheres que morreram ao dar a luz, homens abastados e um ancião de 100 anos, fossem eles pardos, brancos, livres ou escravos. São 1013 sepultamentos entre s 1831 e 1859 (KNOX, 1990, p. 2).

Assim, a igreja de Nossa Senhora do Amparo da Vila do Poti, erigida no lugarejo que antecedeu a construção de Teresina, se estabeleceu como um lugar não institucionalizado para a inumação dos corpos no período anterior à 1859. Além dessa pequena igreja, o local que era

[1] Mestranda em História Social (PPGHIs) – UFMA. Contato: antaomariana11@gmail.com

conhecido, antigamente, como "Morro da Jurubeba"[2] também foi apontado como um sítio primitivo onde eram realizados os sepultamentos dos corpos em Teresina (LIMA, 2002, p. 181-206).

Cada vez mais a prática de inumação em solo sagrado, ou seja, nas igrejas, bem como em lugares não institucionalizados era considerada insalubre e retrógrada. No início do século XIX, os poderes legislativos de diversas cidades brasileiras criaram leis para proibir esse costume secular ao tempo em que ordenavam a construção dos cemitérios públicos. Aos poucos, ensejava-se a transformação dos costumes funerários, crenças e religiosidade da população.

A própria construção do cemitério São José, como veremos adiante, foi resultado da aplicação das leis implantadas nos Códigos de Posturas Piauienses a partir de 1854. Tais leis proibiam a realização de sepultamentos nas igrejas, seus arrabaldes e em quaisquer outros lugares não institucionalizados. No mesmo sentido, as resoluções determinavam a construção de cemitérios fora do perímetro urbano das vilas, cidades e povoações no Piauí. Em suma, o Cemitério São José foi concebido como um lugar higienizado para a inumação dos corpos sem vida. Além disso, seria, também, um espaço de piedade, comemoração, recolhimento e cuidado com os mortos.

Aqui chamamos atenção do leitor para o fato de que, Jacob Manuel D´Almendra, personagem apresentado no início desta narrativa, faleceu em 1859, ou seja, em meio à transição dos espaços de enterramento em Teresina. Isso explica o porquê de termos escolhido o ilustre comendador para nos ajudar a tecer os fios e rastros dessa história.

Lembramos aqui que o ano de seu falecimento, em 1859, marcou o fim dos enterramentos em lugares não institucionalizados e o início de uma nova prática funerária que consistia na inumação dos corpos apenas em cemitérios públicos, institucionalizados, higienizados e afastados o máximo quanto fosse possível do perímetro urbano. Era inaugurada uma separação clara entre os espaços que deviam ser ocupados pelos vivos e os espaços reservados para os mortos em Teresina.

Ainda hoje, ano de 2018, ao passear pelo Cemitério São José, é possível identificar facilmente a sepultura do Comendador Jacob Manuel D´Almendra. Esta resiste relativamente intacta há mais de dois séculos de existência, é um testemunho da posição social que ocupava

[2] O "morro da jurubeba" ou "Alto da Jurubeba" corresponde à região em que foi construída a Igreja de São Benedito, o local marca o início da Avenida Frei Serafim. Em resumo, todo o sítio em volta da igreja de São Benedito, onde foi construída a praça da Liberdade, já funcionou, no passado, como uma necrópole não institucionalizada. Ali repousavam os corpos dos teresinenses até pelo menos o ano de 1859.

ISSN: 2236-9228

e chama atenção por ser uma das mais belas obras de arte expostas nesse grande museu à céu aberto. Abaixo, a foto do monumento erigido sob a cova de Jacob Manuel D'Almendra.

Monumento erigido sob a sepultura de Jacob Manuel D'Almendra. 1859.
Fonte: Acervo Mariana Antão, 2014.

Este monumento, provavelmente, foi encomendado pela família de Jacob algum tempo depois de seu falecimento. Na lápide, posta à frente da escultura, mandaram registrar uma breve narrativa sobre a vida e morte do comendador. Tal narrativa nos possibilitou conhecer um pouco sobre esse homem que viveu no Piauí no século XIX. Na mesma lápide, Jacob Manoel D´Almendra é descrito como um "Cristão fiel, bom filho, esposo amante, pai extremoso, ótimo amigo e cidadão prestimoso".

Além disso, como demonstração de fé na ressureição cristã, seus familiares mandaram gravar o seguinte Epitáfio: "Sua alma dotada de tão nobres virtudes descanse na paz do senhor". Logo abaixo está registrado em latim da seguinte forma: " Requiem ternam dona ei. Domine. Et lua perpetua luciat ei. Requiescat inpacace."

Em resumo, a história do falecimento de Jacob, que aqui teve seus espaços em branco preenchidos pela imaginação histórica, nos leva a refletir sobre os impactos sociais produzidos pela inauguração do Cemitério São José. Questionamo-nos se a inauguração dessa necrópole teria contribuído para uma mudança de atitudes e significados elaborados pelos homens teresinenses frente à finitude tendo em vista que a partir daí disporiam de um cemitério público, institucionalizado, afastado do perímetro urbano e devidamente higienizado?

Nesse sentido, o presente artigo corresponde a um fragmento da pesquisa intitulada *"Cemitério São José: memória, história e sensibilidades teresinenses"* que está sendo desenvolvida por ocasião do ingresso no mestrado oferecido pelo Programa de Pós-Graduação

ISSN: 2236-9228

em História Social (PPGHIs) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Na tessitura da pesquisa investigamos os comportamentos, significados sociais e sensibilidades para com os mortos, em Teresina, a partir da inauguração do Cemitério São José, em 1859.

O presente artigo, que é parte da dissertação em curso, busca observar, mesmo que timidamente, as transformações ensejadas pela inauguração do primeiro cemitério da cidade de Teresina. Propomos, em um primeiro momento, analisar como as ideias médico-higienistas se fizeram ouvir na legislação provincial piauiense elaborada entre os anos de 1854 a 1873. Em um segundo momento, buscaremos conhecer os testemunhos de fé e crença na eternidade propagados pela sociedade teresinense oitocentista através da arte tumular encontrada no cemitério São José.

"ENTERROS SÓ EM CEMITÉRIOS": o papel das posturas municipais no ordenamento do espaço urbano em Teresina e no Piauí.

Antes de 1859, de fato, não havia em Teresina um Cemitério devidamente institucionalizado. Apesar disso, desde o ano de 1854, já era possível encontrar leis locais que proibiam o enterro de cadáveres ao menos na Igreja Matriz da capital. Mesmo assim, o Piauí ainda andava a passos bastante lentos no que diz respeito a normatização de suas práticas funerárias quando comparado à outras províncias como a Bahia, por exemplo.

No contexto nacional, desde o início do século XIX já havia uma preocupação concreta por parte da administração colonial em normatizar as práticas vigentes de sepultamento e combater todo tipo de enterro dentro dos limites urbanos. A exemplo disso, em 14 de janeiro de 1801 foi publicada a *Carta Régia de n° 18*. Sobre a referida lei.

> Em 1801, o legislador ouviu com cuidado seus conselheiros higienistas e ordenava que se construíssem, fora da cidade e em local seco e varrido pelos ventos, um ou mais cemitérios, amplos o suficiente para "que não seja necessário abrirem-se as sepulturas antes que estejam consumidos os corpos, que nelas sem houverem depositado" (REIS, 1991. p. 274).

A lei colonial, como tantas outras publicadas em diferentes períodos da história brasileira, não foi cumprida, não passou de mais uma "letra morta no papel". De fato, as mudanças efetivas, em âmbito nacional, começam a ser percebidas a partir da promulgação, em outubro de 1828, da lei imperial de estruturação dos municípios. Em linhas gerais, a lei regulamentava a estrutura e funcionamento das câmaras municipais e informava as atribuições delegadas às municipalidades.

ISSN: 2236-9228

Em via de regra, é possível perceber que os deveres atribuídos aos municípios estavam quase sempre associados à ideia de limpeza, saneamento, organização e embelezamento do espaço urbano. Em resumo, o império seria civilizado por meio da ação das municipalidades pois "a ideia de limpeza, saneamento, organização e embelezamento do espaço urbano denota a preocupação em "civilizar o império" no detalhe da municipalidade. "urbano". Aliás, significa "civilizado"" (REIS, 1991, p. 276). A construção de cemitérios extramuros estava imbricada a esses esforços de civilização e urbanização do império.

Nesse sentido, ressaltamos o importante papel desempenhado pelo código de postura de Teresina que tratava, dentre outras coisas, da normatização dos ambientes urbanos, delimitando inclusive qual espaço seria ocupado pelos vivos e, principalmente, aquele que seria ocupado pelos mortos pois " uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extramuros" (REIS, 1991. p. 247).

De início, é importante destacar que as Posturas Municipais eram leis criadas com o fim de organizar a sociedade e disciplinar a convivência urbana. Nesse sentido, as medidas dispostas nos Códigos de Postura visavam o ordenamento e embelezamento das cidades dentro dos preceitos médico-higienistas em voga no século XIX. A salubridade e higiene pública eram preocupações recorrentes na maioria das posturas municipais de Teresina, principalmente, durante os anos de 1800. Sobre as posturas, Chaves afirma que:

> As posturas municipais são uma espécie de retrato de uma cidade, ao mesmo tempo em que revelam o esforço dos legisladores para soerguê-las a um plano mais civilizado, mais consentâneo com a dignidade humana. Denunciando-lhe as fraquezas, as lacunas, apontam-lhe um rumo melhor, mais alevantado (CHAVES, 1998, p. 37).

Assim, no *Código das Leis Piauienses de 1854*, no seu capítulo sexto, artigo 48, que versa "sobre os Cemitérios, enterros, e aberturas de Sepulturas", está expresso que: "É proibido o enterro de Cadáveres dentro da Matriz. Aos contraventores, inclusive os Párocos e Procuradores de Irmandades, multa de cinquenta mil réis, e o duplo na reincidência" (PIAUÍ, 1854, p. 57). Por este artigo fica evidente que no ano de 1854 as leis piauienses já proibiam o enterramento de cadáveres no interior da igreja matriz de Teresina.

O mesmo artigo também estipula uma pena em forma de multa no valor de cinquenta mil reis para aqueles que infligirem a lei. Aqui é importante ressaltar que a câmara municipal de Teresina, ao elaborar tal postura, previa a possibilidade de haver um infrator reincidente. Isso nos fornece indícios de que os legisladores, naquela época, pareciam ter ciência de que os

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

costumes da população não poderiam ser modificados de forma instantânea. A lei ainda asseverava que, nos casos de reincidência, a multa estava avaliada em cem mil reis, ou seja, o dobro do valor daqueles infratores que não cometeram tal delito anteriormente.

Com essa medida, já em 1854 os representantes do poder público piauiense começaram a demonstrar a preocupação higienista de que a inumação de cadáveres no interior das igrejas já não era mais uma prática aceitável, fato que já era uma realidade Brasil afora. No entanto, o trecho da lei em seu artigo 48, transcrito acima, mostra-se ainda relativamente tímido pois proíbe o enterramento de cadáveres apenas no interior da igreja matriz de Teresina, não especificando outros lugares ilegais para a inumação dos corpos sem vida.

Já no ano de 1857, foi instituída uma lei provincial que, em linhas gerais, procurava promover uma mudança de hábitos mais concreta quanto aos enterramentos. Estes seriam integralmente proibidos no espaço das igrejas e em lugares não institucionalizados, sendo permitidos apenas nos Cemitérios Públicos da então Província do Piauí.

A resolução do dia 25 de julho de 1857, sancionada pelo presidente da Província do Piauí João José de Oliveira Junqueira em nome da Assembleia legislativa, tinha o intento de proibir enterramentos nas Igrejas ou em quaisquer outros lugares da cidade, das vilas ou povoações da Província. Abaixo está transcrita integralmente a *Resolução n. 437 de 1857*.

> Artigo 1. ° Do 1. ° de janeiro de 1859 em diante não se enterrará pessoa alguma nas Igrejas, nem em outros quaesquer lugares nos recinto das Cidades, Villas ou Povoações.
> Artigo 2.° As Camaras Municipaes, e as Confrarias, ou irmandades providenciarão, para que hajão cemitérios provisórios, onde sejam enterrados os corpos, até que se possa fazer os outros; para que fica o Presidente da Provincia authorizado a dar ás Municipalidades, que necessitarem, o quantitativo preciso, que nunca excederá a quatrocentos mil reis á cada uma.
> Artigo 3. ° Os fiscaes das camaras Municipaes, os delegados, e Subdelegados velarão no fiel cumprimento desta Lei, e são competentes para impor por cada enterro nas Igrejas, ou recinto das Cidades, Villas, ou Povoações a multa de cincoenta mil reis.
> § 1. ° Aos Procuradores das Confrarias, ou Irmandades, quando o enterro for em Igreja, que as tenha.
> § 2. ° Aos Vigários da Freguesia, onde não houverem Confrarias, ou Irmandades, quando o enterro for feito nas Igrejas.
> § 3. ° As pessoas, que forem causa de se ter feito o enterramento em qualquer outra parte do recinto dos Povoados.
> Artigo 4. ° Estas multas só terão lugar, depois que estiverem edificados os cemitérios provisórios, e serão arrecadadas á benefício da receita da respectiva Municipalidade.
> Artigo 5. ° O presidente da província dará os regulamentos precisos para a boa execução desta Lei, expedirá por cópia a todas as Camaras Municipaes exemplares della; e fará as despesas, que forem necessárias para a construção dos cemitérios nos lugares onde ainda os não houverem.
> Artigo 6. ° Ficão revogadas as disposições em contrário.
> Mando, por tanto, á todas as authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente,

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> como nella se contém. O Secretário desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr (PIAUÍ, 1857, p. 65-66).

Ressaltamos o fato de que a referida *Resolução n° 437*, asseverava que apenas a partir do ano de 1859, dois anos depois de sua edição, os enterramentos na Província do Piauí só aconteceriam nos Cemitérios.

Os campos santos passariam a ser os únicos lugares possíveis para a inumação dos corpos após a morte. No seu bojo, a medida imprimia uma alteração nas tradições cristãs que recebia a guarida das igrejas para a realização da última vontade, especialmente dos fiéis devotados e beneméritos de realizarem seu descanso definitivo sob o abrigo das abóbadas das igrejas e capelas.

A *Resolução n° 437* não só privava a realização de inumações em quaisquer lugares que não fossem os cemitérios como também dava providencias para a construção de novos cemitérios Municipais. Dentre estas, o Presidente da Província poderia enviar aos municípios ajuda financeira que não excederia mil reis para cada municipalidade. Além disso, a resolução previa que enquanto os cemitérios municipais não tivessem sido construídos, as Câmaras Municipais, Confrarias[3] e Irmandades deveriam providenciar cemitérios provisórios.

A referida lei também determinava que os fiscais das Câmaras Municipais, delegados e subdelegados deveriam fiscalizar os locais em que era proibido sepultar, a fim de punir os responsáveis pelas infrações às regras estabelecidas, ou seja, os sepultamentos realizados em um recinto irregular.

A multa estabelecida era no valor de 50 mil reis, normalmente recaia sobre os procuradores das confrarias e irmandades, os vigários e até mesmo pessoas comuns. É possível que estes dois primeiros grupos citados fossem os mais predispostos à infração da lei, certamente, pelo fato de desejarem a manutenção dos antigos costumes funerários. De um lado, porque a mudança prejudicava a arrecadação financeira das irmandades, confraria e do clero, de outro, simplesmente, porque abalava a tradição dos enterramentos em solo sagrado.

É interessante ressaltar ainda que a *Resolução nº 437* de 1857, previa aos transgressores da norma além da multa de 50 mil reis, ou seja, 30 mil reis a mais que a multa estipulada no *artigo. 48* do *Código de Postura de 1854*. Em vista disso, podemos afirmar que durante o intervalo de três anos que separam as duas medidas, houve o recrudescimento da punição legal. Isso demonstra que quanto mais avançavam dos anos, mas os enterramentos

[3] Refere-se a associação religiosa ou de caridade, em suma, são também um tipo de irmandades.

ISSN: 2236-9228

realizados em espaços ilegais iam se tornando uma prática ultrapassada e inaceitável, pois, feria os princípios da salubridade pública que ganhavam força no decorrer do século XIX.

Entretanto, a lei expunha a ressalva de que a punição para os contraventores seria aplicada somente a partir do momento em que, ao menos, os cemitérios provisórios já estivessem acabados. Com isso, a Assembleia Legislativa mostra que tem ciência da impossibilidade de proibir, sem restrições, os enterramentos em lugares ilegais, pois, ainda no ano de 1857, nem todas as municipalidades piauienses tinham um Cemitério Municipal apropriado para os enterramentos.

Fica evidente que a província não dispunha da infraestrutura necessária para fazer valer a proibição dos sepultamentos em solo sagrado, ou seja, em igrejas ou mesmo em lugares não institucionalizados. A partir dessa lei, o presidente da Província em consonância com as municipalidades providenciaria as bases para a ordenação legal das cidades, em pouco tempo haveria uma divisão clara entre o espaço reservados aos vivos e aos mortos de maneira institucionalizada. A *Resolução n° 437*, de fato, lançava as bases definitivas para a transição dos sepultamentos das igrejas e recintos urbanos para os cemitérios Públicos Municipais.

Um ano depois, em 1858, o então presidente da Província do Piauí, Dr. João José de Oliveira Junqueira, encaminhou um Relatório à assembleia legislativa provincial. Neste documento, especificamente, no item que versa sobre os cemitérios, o presidente referindo-se à *Resolução n° 437*, afirmava que:

> E esta uma medida inspirada pelo respeito devido à casa de Deus, que não deve ser consagrada senão ao seu culto, e aconselhada pela higiene pública.
> Estas igrejas seculares, e que tem suportado no seu recinto enterramentos por igual período, conservam constantemente uma atmosfera viciada, e nelas a terra já não tem a força precisa para consumir os cadáveres, como atualmente sucede com as Matrizes de Oeiras e Parnaíba (PIAUÍ, 1858, p. 14).

Pelo exposto no fragmento acima, João José de Oliveira Junqueira, presidente da Província do Piauí naquele ano, defendia o porquê da promulgação da referida resolução que proibia o enterro em igrejas. No relatório, o presidente fez uma observação que era comum em quase todas as províncias do país naquela época, a de que as igrejas já não podiam suportar a quantidade de enterros que eram realizados em seu interior.

Era constante a queixa quanto ao mau cheiro que exalava dos corpos em putrefação e que contaminava o interior das igrejas entre os séculos XVIII e XIX. Estas, como dizia o presidente da Província do Piauí, apresentam constantemente uma “atmosfera viciada”. O discurso de João José de Oliveira foi influenciado pela inauguração de uma nova sensibilidade

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

olfativa que se desenvolvia naquela época. Nesse sentido, a medicina ensinava a população a temer o cheiro da morte, os miasmas liberados pela decomposição dos mortos eram acreditados como extremamente pernicioso à saúde pública. A todo momento "Os médicos insistiam na adjetivação negativa do cheiro cadavérico: insuportável, desagradável, pernicioso, insultante, repugnante, ingrato, atormentador, mau" (REIS, 1991. p. 264).

Dessa forma, o então presidente da província recorria tanto aos princípios da higiene pública como edifica a determinação legal alicerçando-a numa frase de efeito, "respeito à casa de Deus". Enfim, ele suplicava a quem de direito, alinhavando religião e aconselhado pelos princípios da higiene pública, para que não se inumasse cadáver algum em igrejas de qualquer que fosse o município da província do Piauí, a partir do ano de 1859.

Nesse mesmo relatório o presidente também atestava que, no ano de 1858, já estavam sendo implementadas todas as medidas para a execução da *Resolução n° 437*, nas palavras de Oliveira Junqueira.

> As medidas necessárias para perfeita execução da Resolução n. 437 de 24 de Julho do anno próximo passado, a qual priva os enterramentos nas igrejas, e em quaesquer outros lugares no recinto das Cidades, Villas, e povoações da Provincia, a contar do 1.° de Janeiro de 1859, tem sido postas em pratica em ordem á que sejam preenchidos os fins, que teve em vista a dita Resolução.
> Todas as Câmaras Municipaes da Província receberam ordem para cumprirem quanto lhes incumbe o artigo 2.° dessa Resolução, e espero que a grande maioria dellas estará habilitada á satisfazer o preceito legal no prazo marcado (PIAUÍ, 1858, p. 14).

Assim, o Presidente Oliveira Junqueira termina por nos informar neste documento sobre o andamento e execução da lei que proibia os sepultamentos nas igrejas, e em quaisquer lugares que não fossem legalizados para este fim. Além disso, Oliveira Junqueira também forneceu um panorama da situação das municipalidades quanto à infraestrutura necessária para a execução da referida lei.

O presidente relata ainda que em 1858, os cemitérios das antigas Vilas de Piracuruca e Jerumenha já estavam concluídos. Em Campo Maior, a construção do cemitério ficou a cargo de irmandades, este estaria pronto em novembro daquele ano e não custariam nada aos cofres públicos. Igualmente, na Vila de Barras a construção do cemitério local foi delegada a uma irmandade religiosa.[4] Por outro lado, devida às extremas condições de carência econômica, Oeiras, Jaicós e Parnaíba ainda careciam de ajuda financeira para a construção de

[4] Não há referências à irmandade citada nos documentos analisados.

seus cemitérios. Assim, foi enviada a quantia 400$, 200$ e 400$, respectivamente, para os municípios, afim de que construíssem, o mais rápido possível, suas necrópoles.

Arte tumular no mais antigo cemitério de Teresina

A nova forma de inumar, preferencialmente em cemitérios afastados do urbano ocasionou também mudanças comportamentais e de atitude diante da morte. Agora os homens iriam testemunhar sua fé e crença na ressurreição por meio da construção de monumentos erigidos sobre a sepultura de seus mortos. Assim, as catacumbas, mausoléus, epitáfios, as escrituras e ornamentos, ou seja, a totalidade dos objetos que compõem "o cenário" dos cemitérios bem como seu arranjo geográfico, são "testemunhas" materiais das sociedades passadas. No limite, os cemitérios são um produto dos homens e de suas razões, cultura, e forma de pensar a realidade e de se relacionar com a morte de uma dada época. Para Ribeiro, os cemitérios são ainda uma "forma de resgatar do tempo aquilo que restou" (RIBEIRO, 206, p. 9).

Aqui, vale ressaltar a frase de Marc Bloch referindo-se ao ofício do historiador, "Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, 201, p. 40). Nessa perspectiva, os cemitérios são, literalmente, um lugar de encontro com os homens do passado. Para o historiador é um espaço onde é possível "farejar" a cultura, o ordenamento social e até mesmo, destacando o objetivo do presente trabalho, conhecer os testemunhos de fé e crença na eternidade propagados por uma determinada sociedade, principalmente, por meio de sua arte tumular.

No cemitério São José, em Teresina, esses testemunhos de fé e crença na eternidade se materializam por toda parte. A exemplo disso, logo em frente a capela, na entrada principal do cemitério, debaixo de frondosos e antigos pés de oitis, encontramos uma pequena placa disposta com a finalidade de delimitar o início da primeira seção [5] do Cemitério. Assim, na referida placa, abaixo do nome "1ª secção"[6], está escrito que "Os que adormeceram em cristo ressuscitarão em primeiro lugar". A pequena placa de ferro, aparentemente bastante antiga, já evidencia a presença da crença cristã na ressurreição dos mortos se estabelecendo naquele campo destinado à realização de enterros.

[5] Seções são uma forma de organizar e compartimentar a área do cemitério para facilitar a localização das covas
[6] Secção corresponde a antiga grafia de seções.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Por outro lado, a existência dessa placa, mandada fazer pela administração da necrópole, também é indiciária de que o cemitério não é apenas o lugar legalizado para o enterro dos corpos sem vida. Mais do que isso, é um campo "sacralizado", um lugar de manifestação da fé e espera pela ressurreição.

O cemitério São José, nossa necrópole oitocentista, tornou-se, no decorrer dos anos, um campo apinhado de obras de arte. Pode ser considerado um museu a céu aberto, expressão do gosto artístico de parte da sociedade que erigiu sobre o local de enterramento de seus entes, familiares ou amigos, verdadeiras obras de arte, principalmente, esculturas, muitas vezes, encomendadas a artistas de outras localidades.

Para apresentar ao leitor algumas das esculturas e obras de arte que compõe o "cenário" do Cemitério São José, usaremos a classificação convencionada por Bellomo em seu estudo sobre os cemitérios do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o autor destaca três tipos principais de esculturas funerárias, quais sejam: as esculturas de *tipologia cristã*, *alegórica* e *celebrativa* (BELLOMO, 2008, p. 15-21).

Segundo o pesquisador, *a tipologia cristã* designa esculturas funerárias que trazem o cristianismo como tema principal. Em geral, representam cristo em momentos como nascimento, pregação, morte, ressurreição e ascensão. Além dessas imagens também são comuns a cruz e a representação da figura da Virgem maria e santos de devoção familiar. A exemplo disso, é possível destacar, no interior do cemitério são José, em Teresina, o monumento erigido sobre a cova de Eurípedes de Aguiar. Trata-se de um monumento tipológico cristão que traz a imagem da ressureição de cristo. Abaixo o monumento erigido sobre a sepultura de Eurípedes de Aguiar.

CEMITÉRIO SÃO JOSÉ, Monumento tipológico cristão com tema da Ressurreição erigido sob a sepultura de Eurípedes de Aguiar (1880-1933). Teresina. Acervo: Mariana Antão, 2015.

Bellomo destaca também a *tipologia alegórica* que é uma espécie de substituição ou alegoria de uma ideia ou sentimento. Em sua maioria, são figuras femininas personalizando

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

sentimentos como a dor, a meditação, a consolação, a saudade, a desolação, a oração, a fé, a caridade e a esperança. Existem também as alegorias do juízo final e da própria morte.

Como exemplo desse tipo de monumento classificado como alegórico, podemos destacar a sepultura do ilustre comendador Jacob Manuel D´Almendra, esta foi apresentada ao leitor no início do presente labor escriturário. Além do túmulo de nosso ilustre personagem, destacamos também o monumento erigido em homenagem a menina Lina Josefina, falecida em 1929 quando tinha apenas 10 anos de idade. É um monumento que chama atenção pela riqueza de elementos e material utilizado em sua construção.

CEMITÉRIO SÃO JOSÉ. Monumento alegórico erigido sob a sepultura de Lina Josefina (1919-1929).
Fonte: Acervo Mariana Antão, 2014

Acima é possível observar que a sepultura de Lina é adornada com quatro vasos e, em um plano central, há uma escultura de um anjo desolado segurando flores ao lado de uma cruz igualmente enfeitada com flores. Para além desses elementos, os familiares de Lina Josefina, como demonstração de enorme saudades, mandaram gravar em sua sepultura as seguintes palavras: "beijos do maninho" e "saudades da sua vovó e de seus pais".

Por fim, Bellomo nos apresenta também a *tipologia celebrativa ou cívico-celebrativa. Esta* designa os monumentos erigidos para o culto cívico de um líder. Estes túmulos costumam ter a imagem do morto e alegorias representativas das atividades exercidas ao longo de sua vida. Esse tipo de alegoria é pouco frequente quando observamos a realidades do cemitério São José. É possível observar ainda, a construção de jazigos em formato de minicapelas e a presença de anjos em posição de oração.

No interior da necrópole de São José, os testemunhos de fé e crença na eternidade se inscrevem até mesmo em seus muros. Assim, uma das peculiaridades que caracterizam o cemitério São José são as catacumbas de alvenaria construídas em seus antigos muros norte e sul[7]. A exemplo disso, podemos apresentar aqui o Jazigo da família Martins Santos e Sousa

[7] Muro norte refere-se aquele que faz o limite do cemitério ao norte com a Avenida Alameda Parnaíba. Por muro sul entendemos aquele que se encontra posicionado quase ao centro do cemitério, mas, que já foi o limite sul daquele recinto antes de ele ser ampliado em meados de 1862. Sobre isso, em "Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1853)", a autora

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Martins. Essa é a catacumba mais bem ornada e que se encontra em melhor estado de conservação levando em consideração as sepulturas existentes nos dois muros do cemitério.

A pintura dessa catacumba familiar não está rasurada e os altos relevos das lousas das lápides, feitas em pedra, estão em boas condições de conservação. O referido jazigo familiar ocupa o espaço que corresponde a quatro catacumbas de alvenaria que abrigam, em conjunto, os restos mortais de, aproximadamente, 16 pessoas. Foi possível identificar a quantidade de sepultamentos e os nomes dos sepultados por meio da leitura das placas colocadas sobre o jazigo familiar. Abaixo a foto da catacumba que pertence à família Martins Santos e Sousa Martins.

Catacumba de alvenaria que pertenceu a Família Martins Santos e Sousa Martins localizada no antigo muro sul do Cemitério São José. Fonte: Acervo Mariana Antão, 2015.

Por fim, torna-se necessário advertir o leitor para o fato de que, dentro das possibilidades abertas pelo curto espaço concedido para a elaboração do presente artigo, optamos por dar ênfase a observação dos jazigos mais suntuosos e bem ornados que pudemos encontrar no interior do cemitério São José, observando, preferencialmente, aqueles que remontam dos séculos XIX e XX.

A escolha de contemplar essas sepulturas que pertenciam às famílias mais abastadas, se explica devido a existência de uma perpetuação das desigualdades sociais para além da morte, pois, "se a morte é socialista, as representações, os sentimentos, os elementos que ela produz e reproduz acabam retratando um individualismo exacerbado" (RIBEIRO, 2006, p. 10).

Dessa forma, podemos assevera que a morte chega para todos, mas o morrer reproduz as desigualdades sociais do mundo dos vivos. Prova disso é o fato de que as famílias mais tradicionais conseguem materializar suas memórias e suas existências em monumentos

Genimar Machado Resende de Carvalho, escreve que em 1862 o aumento de óbitos devido a uma epidemia de cólera fez com que a administração cercasse a área em torno do cemitério em construção para edificar um de caráter provisório.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

suntuosos, como alguns dos que mostramos aqui. De forma contraria, os despossuídos tem seus rastros de vida e de morte apagados pelo implacável tempo. Até mesmo os historiadores têm maiores dificuldades em resgata-los e acabam, por vezes, mesmo que esse não seja o seu desejo, contribuindo para a propagação de tais desigualdades até mesmo na produção de suas pesquisas.

Conclusão

Entendemos que o processo de transição das práticas funerárias e de sepultamento em Teresina teve como marco fundamental a inauguração da necrópole pública de São José em 1859, este seria um espaço higienizado e regulamentado para a realização das exéquias.

Desde o ano de 1854, já haviam providencias legais para o início da dissolução da prática de realizar sepultamentos no interior de igrejas na província do Piauí. Em 1857, a *Resolução n. 437* proibia definitivamente a realização de sepultamentos no espaço das igrejas e em lugares não institucionalizados, sendo permitidos apenas nos Cemitérios Públicos. No entanto, lei apenas entrou em vigência no ano de 1959, período estipulado para o início do funcionamento dos cemitérios na província.

A partir desse momento, a sociedade piauiense não poderia mais depositar seus mortos no interior ou arrabaldes das igrejas. Por aquela época, ainda se acreditava que o sepultamento em lugares sagrados poderia trazer benesses para a alma do falecido uma vez que este estaria próximo as imagens de anjos e santos no interior das igrejas.

Em resumo, enterrar em um cemitério extramuro certamente era diferente de sepultar no interior ou arrabalde das igrejas. No entanto, os homens desenvolveram mecanismos para expressa sua fé e crença na ressurreição dos mortos por meio da ereção de monumentos fúnebres e a escrituras que demostravam saudades e devoção. Podemos dizer que o mobiliário das igrejas foi transportado para esses cemitérios higienizados. Por fim, os cemitérios em geral, e o cemitério São José, em particular, recebem significados para além de um simples espaço designado para o depósito dos corpos sem vida. São uma arena onde as sociedades propagam seus testemunhos de fé e crença na eternidade.

REFERÊNCIAS

BELLOMO, Harry Rodrigues. **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia.

_____. (org.). 2. ed. Porto Alegre: EDPRCRS, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Oficio de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, Genimar Machado Resende de. **Construtores e aprendizes**: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1853). Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

CHAVES, Joaquim. **Obra Completa**. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

KNOX, Miridan Brito. Viver nos trópicos: aspectos da mortalidade na província do Piauí. *In*: **REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRADE PESQUISA HISTÓRICA**, 1990, Curitiba, 23 jul.1990.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. *In*: **ScientiaetSpes**. Teresina, v. 1, n. 2, 2012.

PIAUÍ. Título VI. Proíbe o enterro de cadáveres no interior das igrejas. **Código das leis piauienses de 1854**. Teresina, 1854.

PIAUÍ. Resolução n. 437.1857, de 24/25 de julho de 1857. Proíbe o enterro de cadáveres no interior das igrejas. **Código das leis piauienses de 1857**. Teresina, 1857.

PIAUÍ. Presidente, 1858 (Oliveira Junqueira). **Relatório dirigido a Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1 de julho de 1858 pelo Exmo. Sr. Dr. Oliveira Junqueira**. Maranhão. Tipografia Temperança, 1858.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 1.ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. *In:* ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Dimas do Reis. **Cemitério sem mistérios**: a arte tumular do sul de Minas – 1890 a 1925 – Região dos Lagos de Furnas. 1.ed. Alterosa: MG, 2006.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

CONCEPÇÃO DA IMAGEM DO "BELLO SEXO" NO PERIÓDICO *O JARDIM DAS MARANHENSES*

Natália Lopes de Souza[1]

"Sob qualquer ponto de vista que se pretenda estudar, os jornais são os melhores testemunhos da história de uma época" (SERRA, 1883, p. 15). Pensando acerca disso, os periódicos são fontes interessantes para se debruçar ao passado, nos permitindo problematizar a formação de opinião pública e a circulação de ideias que envolvem a imprensa brasileira, além de nos auxiliar a entender os atores sociais e como eram as relações de poder em uma dada sociedade.

Percebemos também, que a visão a partir da perspectiva de gênero vem ganhando cada vez mais espaço, incluindo os estudos sobre imprensa, principalmente com a noção de que estes espaços são marcados por disputas e relações de poder e de discurso. Segundo Pinsky (2009), uma das preocupações da História na perspectiva de gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos. Deste modo, ao analisar os periódicos como objeto histórico podemos trazer esse olhar marcado pelas noções de gênero que buscam as permanências e as relações dentro de um processo histórico bem como as construções de gênero no passado.

Vemos crescer uma gama de pesquisas acadêmicas e multiplicidade de objetos históricos preocupados com as noções de gênero e as relações possíveis a partir dele. Houve também, uma profusão de trabalhos que buscam analisar e discorrer sobre periódicos escritos e dirigidos por mulheres, bem como aqueles escritos por homens e que eram destinadas as mulheres. Portanto, essas fontes nos permitem problematizar e buscar entender o ser mulher construído socialmente, é neste ponto que o presente trabalho se dá, pois, o objeto de pesquisa é um periódico do século XIX que tinha como público alvo as mulheres.

Portanto, pretendemos através do viés da imprensa entender a concepção de "bello sexo"[2] contido no periódico *O Jardim das Maranhenses* (1861–1862). Este, adquiri para nós importância pois é declaradamente, em seu título, o primeiro periódico da província do Maranhão que é voltado para o público feminino. Por si só, podemos problematizar esse

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.
[2] O termo "bello sexo" era muito utilizado no contexto da imprensa periódica para se referir as mulheres, sejam elas leitoras, mães e esposas, além de moças educadas e recatadas, reclusas em sua maioria nos espaços privados.

ISSN: 2236-9228

jornal em seu tempo e seu pioneirismo, mesmo tendo parado de circular em pouco tempo. Cabe ressaltar que não há menção ao periódico por nós estudado na obra de Joaquim Serra[3] intitulada "Sessenta Anos de Jornalismo - A Imprensa no Maranhão" de 1883, no qual lista o nascimento de jornais no período de 1820 a 1880 e a atividade da imprensa maranhense. Várias hipóteses podem ser levantadas a respeito desse dado, podemos considerar um fator crucial o pouco tempo em que o periódico circulou ou ainda o fato de o mesmo ter como foco o público feminino. De qualquer forma sabemos que este não está presente no panorama proposto por Joaquim Serra.

Recentemente, saiu também uma edição do Romance *Úrsula* e do conto *A Escrava* de Maria Firmina dos Reis[4] com prefácio de Eduardo de Assis Duarte. Este, ao propor uma cronologia sobre Maria Firmina dos Reis traz a luz o jornal abordado aqui por nós e se refere a ele como "O Jardim dos Maranhenses" (DUARTE, 2017, p. 17). Podemos levantar como hipótese o erro de digitação, contudo esse simples erro pode relegar ao esquecimento essa fonte enquanto meio de comunicação voltado para o público feminino. Pensando sobre os espaços de legitimidade social que a imprensa ocupava em meados do século XIX, buscaremos analisar a concepção do "bello sexo" contido no periódico, bem como as formas de representação do feminino tentando perceber os diálogos possíveis dentro da folha noticiosa bem como analisar o conteúdo dos artigos publicados, desta forma perceberemos essa fonte como importante objeto de estudo para se entender a construção social da mulher na província do Maranhão.

Para realizarmos isso, abordaremos a imprensa periódica desde seu início para entendermos as mudanças ocasionadas pelo aparecimento da imprensa e o contexto ao qual *O Jardim das Maranhenses* estava inserido, bem como pensarmos a questão da mulher e seu lugar social a partir do jornal. Em seguida, discorreremos sobre o conteúdo do jornal buscando elucidar o entendimento do ser mulher no XIX e quais as formas utilizadas de

[3] Joaquim Maria Serra Sobrinho (1838-88) foi importante jornalista e político. Formou-se em humanidades, escritor, teatrólogo e poeta. Publicou em Jornais como *Publicador Maranhense*, fundou o *Semanário Maranhense*, dentre outras atividades. Isso sem esquecer sua incursão pela política, como secretário de governo da Paraíba (1864-7) e deputado geral por sua província natal (1878-81). Ver mais em: CAMILO, Vagner. Entre "o Romantismo tão gasto e o Realismo tão vasto: os *tableaux d*e Joaquim Serra e o ecletismo. *Teresa revista de Literatura Brasileira*. São Paulo, p. 384-420, 2013.

[4] Maria Firmina dos Reis (1822–1917) foi uma poetisa e escritora maranhense. Ela publicou obras como o romance *Úrsula* (1859), o conto *Gupeva* (1861), este possuiu três edições publicadas em jornais, o conto *A Escrava* (1887) dentre outras variadas poesias, charadas e músicas como o *Hino a libertação dos escravos.* Obteve notoriedade em seu tempo participando como colaboradora de jornais e de antologias como o *Parnaso Maranhense* (1861). Ver mais em: MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina dos reis: fragmentos de uma vida. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975.

reafirmação do papel social da mesma no período. Além disso, buscaremos entender essa fonte enquanto folha literária e veiculadora de comportamentos sociais aceitos socialmente.

Imprensa maranhense: um caminho através das Letras

"As transformações vivenciadas pela cidade de São Luís nos primeiros anos dos oitocentos também podem ser visualizadas a partir do aumento de livros, jornais e folhetos em circulação" (GALVES, 2010, p. 58). Deste modo, a década de 1820 é de extrema importância em relação as transformações na província do Maranhão, foi nesta década que surgiu em 1821 o primeiro periódico maranhense chamado *O Conciliador do Maranhão*[5], além dele, nos anos que se seguiram houve uma profusão de aparecimento de jornais na província maranhense, essa intensa atividade perdurou por todo o século XIX. Cabe ressaltar que a movimentação da imprensa periódica no Brasil decorre a partir da vinda da Família Real em 1808, trazendo consigo a gênese da imprensa tipográfica para a Corte situada na cidade do Rio de Janeiro. Depois disso, não demorou a atividade periódica ganhar destaque nas demais províncias do império. Portanto, "a expansão da imprensa transformou o cotidiano da sociedade brasileira, ela gerou proliferação de novos espaços de sociabilidade como formação de opinião pública" (GOMES, 2009, p. 11).

Para Barbosa (2007), o jornal pode ser visto como um espaço de diálogo onde ecoam, ainda que de maneira incipiente, as vozes dos mais variados segmentos da sociedade. Segundo Patrícia Pina (2010), o jornal enquanto suporte de informação poderia suprir as necessidades intelectuais do leitor podendo ser lido em qualquer lugar. Deste modo, a expansão da imprensa pode ser problematizada enquanto espaço de relações de poder e de diálogo bem com ferramenta de legitimidade no que diz respeito a circulação de ideias e a formação de opinião pública.

Comungamos com Galves (2010) quando ele nos diz que a cidade de São Luís possuía uma circulação e produção de ideias que eram absorvidas por um público crescente, isso é confirmado pela profusão de folhas noticiosas que aparecem na primeira metade do XIX. Muitos desses periódicos tratavam das questões políticas que envolviam o contexto política da

[5] Primeiro periódico maranhense que circulou entre abril de 1821 e julho de 1823, era um jornal oficial e noticioso. Segundo Joaquim Serra, se ocupava de assuntos próprios, dava notícias resumidas do exterior, fazia algumas transcrições e trazia anúncios de caráter oficial. Ver mais em: SERRA, Joaquim. *Sessenta anos de jornalismo A Imprensa no Maranhão.* (1820-1880). Rio de Janeiro. 1883. P.13.

independência do Brasil, disseminando suas ideias a respeito disto, ou seja, deixavam suas impressões, assim sendo, a imprensa "marcava e era marcada por vozes, gestos e palavras". (MOREL, 2008, p. 26), deste modo, "a imprensa periódica ao lado das sociedades literárias e científica, bibliotecas, teatros, entre outros, assumiu para si a função de educar seu público através da capacidade de erigir e disseminar ideias, conceitos e valores" (GOMES, 2009, p. 13). Pautado nisso, podemos dizer que a imprensa se tornou então um meio de legitimação da opinião pública além de disseminar comportamentos e costumes.

Surgiu neste contexto, um jornalismo literário crescente, sobre a importância deste, Martins nos fala que "um fator muito decisivo para a consolidação da atividade letrada no Maranhão foi o jornalismo literário e político que surgiu, sobretudo em São Luís, decorrente da intensa atividade tipográfica que ali se instalou em começos do século XIX" (2010, p. 108). Corroboramos com Martins pois notamos o aparecimento de uma gama de periódicos literários, destacamos o jornal *Recreio dos Maranhenses* (1839) enquanto folha literária, marcando um pioneirismo, pois até então os periódicos que possuíam artigos literários eram predominantemente políticos[6].

Em seguida, surgiu na província maranhense do oitocentos o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845-1846) publicado pela Associação Literária Maranhense com os seguintes dizeres: "Não foi certamente incessante desejo de vangloria, que nos obrigou a publicar um Jornal: o estado de inercia a que tem chegado a nossa Litteratura, o desanimo geral nas artes e sciencias, nos incitarão esta publicação" (15 de fevereiro de 1845, vol. 1). Podemos aferir que a necessidade de variedade nas folhas noticiosas bem como a intensa atividade tipográfica propiciou o aparecimento de formas literárias através da imprensa, ou seja, a circulação de literatura e ciências foi uma demanda importante pois esse período do Maranhão contava com uma efervescência cultural residindo aí importantes literatos, como Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Maria Firmina dos Reis. Para além disso, essa citação nos permite vislumbrar uma intenção de disseminar ideias a respeito da literatura e outras ciências promovendo o aumento significativo da intelectualidade na província.

Outros jornais literários e de recreio apareceram em meados do XIX, como por exemplo *Revista Universal Maranhense* (1849 – 1850), *Estrella da Tarde* (1857), *A Marmotinha* (1852 – 1853) dentre outros. "No fim da década de cinquenta do oitocentos, a

[6] Todos os jornais analisados estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital. Havia uma predominância de jornais políticos, contudo, estes continham artigos literários como por exemplo o periódico *Minerva* (1828 – 1829) que se denominava folha política, literária e comercial, mas que não eram apenas jornais literários em sua essência, jornais literários surgiram apenas a partir de fins da década de 1830.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

imprensa maranhense se caracterizava por ser diversificada, possuindo jornais que tratavam desde questões literárias até as políticas" (ARAÚJO, 2014, p. 361). Foi neste contexto de diversidades das folhas noticiosas que se deu o aparecimento do objeto a ser estudado neste artigo, o periódico intitulado *O Jardim das Maranhenses* (1861-1862).

O Jardim das Maranhenses: "defensor do bello e amável sexo"

"Em São Luís, durante o século XIX, não houve o aparecimento de um jornal dirigido e escrito por mulheres, embora muitos periódicos fossem destinados a esse público" (ABRANTES, 2013, p. 3), incluindo o periódico *O Jardim das Maranhenses*. Este, que circulou pelos anos de 1861 e 1862[7], era semanário literário, moral, crítico e recreativo, foi vendido por mil réis por bimestre ou oito números[8]. Segundo Buitoni (1981), os primeiros jornais para mulheres preferiam o tema da literatura, correspondência de editores e leitoras, crônicas sociais e comentários sobre espetáculos.

Sobre isso, o jornal aqui estudado corrobora com Buitoni pois possuía quatro páginas cada número, em sua estrutura, os artigos eram apresentados como romances, geralmente nas primeiras páginas, depois vinha a crônica do editor seguido por poemas e charadas nas últimas folhas, a única coisa que diferia era que o jornal maranhense possuía uma sessão de correspondências assinado pelo leitor "cachorrinho das belas" e não possuía uma troca entre as leitoras. Contudo, essa estrutura permaneceu em todas as edições que temos contato nos fazendo pensar na possiblidade de existência de um modelo para os jornais direcionado as mulheres.

O jornal possuía determinadas características e estratégias para atrair esse público feminino denotando o respeito para com o "bello sexo", como por exemplo esse trecho: "Curva-se ante o bello sexo e todo rendido beijar essas mãozinhas tão bellas" (*O JARDIM DAS MARANHENSES*, nº 23, 20 de setembro de 1861), além disso, sempre deixava claro sua

[7] Este circulou por pouco tempo, contudo, a existência efêmera de periódicos é uma característica da imprensa brasileira do século XIX, não sendo algo específico dos jornais destinados às mulheres. Ver mais em: RODRIGUES, Dayanny. ESCRITOS DE E PARA AS MULHERES NO SÉCULO XIX: O conceito de emancipação e a representação feminina no *Jornal das Senhoras. Revista Outras Fronteiras*. Cuiabá-MT, vol. 4, n. 1, 2017. p. 66.

[8] Temos disponibilizadas as imagens microfilmadas pela Biblioteca Pública Benedito Leite, não temos todas as edições do periódico, as que possuímos serão utilizadas no decorrer do artigo, são os números 18, 21 a 25, 27 à 29. No que se refere a primeira edição, não temos a fonte, mas podemos precisar que a circulação do jornal teve início em janeiro de 1861. Sabemos disso pois na edição de número 24 do dia 30 de setembro de 1861 encontramos uma passagem que afirma que o jornal conta com oito meses de existência.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

posição enquanto protetor e defensor do "bello sexo". Em todos os números, o editor do jornal procura agir com respeito ao seu público alvo, também nas análises que se seguiram do mesmo não vemos explicitado ou restringido a presença de mulheres enquanto colaboradoras e autoras de artigos literários, o que se lê é: "Aceita qualquer artigo concebido em termos decentes" (*O JARDIM DAS MARANHENSES*, nº 18, 6 de junho de 1861). Deste modo, todos estão sendo convidados a colaborar com o jornal contanto que esteja nas raias da decência. Acerca disso, percebemos que a única mulher declarada, sem a utilização de pseudônimos a escrever no jornal é a maranhense Maria Firmina dos Reis, a partir da edição de número 23.

"A dificuldade feminina em escrever e publicar nesse momento estava relacionada com o discurso sobre a 'natureza feminina' construída desde o século XVIII e que foi constante e persistentemente reforçado no século XIX" (GOMES, 2009, p. 35). Esse discurso encontra suas raízes no século XVIII, para Gaspari (2003), Rousseau detinha um discurso de que a educação feminina deveria ser restrita ao ambiente doméstico, pois, segundo Rousseau, elas não deveriam ir em busca do saber, considerado contrário à sua natureza. Portanto, essas noções a respeito da inferioridade feminina permearam o imaginário social brasileiro no século XIX, deste modo, elas não faziam parte dos ambientes letrados, sendo relegadas a elas o cuidado do lar.

Segundo Sohiet (1997) as mulheres não seriam capazes de invenção e, mesmo quando tinham acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza atributo desse sexo era incompatível com as faculdades nobres. Sobre isso, no nº 23 encontramos uma publicação que se chama " Mandamentos das leis das moças" nele se lê:

> "1º Amar as modas sobre todas as couzas.
> 2º Não jurar se não em vão.
> 3º Guardar os domingos dias santos, o uteis, porque todos são dias de santo namoro.
> 4º Honrar pae e mai em quanto lisongoarem seos caprichos.
> 5º Matar um pobre diabo com despresos e desdéns, depois de o ter feito romper um par de solas, e entrete-lo com as mais doces esperanças.
> 6º Guardar as cartinhas que pode pilhar as amigas.
> 7º Furtar o tempo destinado as occupações domesticas para emprega-lo em frivolidades, intriguinhas, murmúrios etc etc.
> 8º Levantar falsos testemunhos aos padecentes que pode vir mais tarde ao –rendez vous - é arguido de ter estado em tal parte, o passado por tal rua.
> 9º Desejar os namorados alheios, só pela triste vaidade de se ver rodeada de adoradores.
> 10º Cubiçar o vestido da visinha por ser o do último gosto.
> Estes mandamentos se encerrao em dous: convem a saber: - Coitados dos pais e pobres das mães" (O JARDIM DAS MARANHENSES, nº 23, 20 de setembro de 1861).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Segundo Duarte (2016), esse artigo tinha como intuito divertir as mulheres, além disso, alertava para os perigos que representariam aos pais caso essas leis fossem seguidas pelas moças. De qualquer modo, mesmo através da diversão podemos perceber a intenção do alerta em relação aos ideais de frivolidades atribuídos as mulheres, o que acaba por ser também uma construção do que é ser mulher e qual o papel social destinado a ela, visto que os periódicos eram formas de legitimação de costumes. Por isso, há uma grande importância de se entender esse pensamento de inferioridade feminina para podermos pensar a respeito da construção do que é ser mulher no período o que perpassa por uma variedade de discursos e práticas. Neste sentido, observamos que a mulher era associada aos aspectos negativos, como incapaz, um nível de inteligência e habilidades inferiores ao do homem, considerada abaixo do sexo masculino (VITORINO, 2013).

No Dicionário de Raphael Bluteau (1728), o termo mulher significa "criatura racional do sexo feminino. [...] escreve Salamão, que entre mil homens achara hum bom, entre todas as mulheres nenhuma boa" (BLUTEAU, 1728, p. 543). Já no dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto de 1832 o termo mulher significa "Fêmea da espécie humana. Mulher do mundo Meretriz" (PINTO, 1832). Interessante destacar que no termo "Mulherengo", do mesmo dicionário, significa delicado como as mulheres. A partir disso, podemos aferir que ser mulher no século XIX perpassava pelos ideais delicadeza e virtude, sendo as que destoavam disso consideradas meretrizes, elas, de uma forma geral deveriam se concentrar nas atividades dos lares, circulando predominantemente no ambiente privado.

Deste modo, as representações das mulheres nos objetos estudados estão de acordo com a denominação dada por Pinto em seu dicionário, isso nos mostra como o imaginário social do que é ser mulher estava pautado na delicadeza e na dualidade entre as boas moças e as meretrizes. Portanto, este imaginário permeia todas as publicações do *O Jardim das Maranhenses*. Entendemos aqui que

> O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, sobre o não tangível nem visível, mas que passa a existir e ter força de real para aqueles que o vivenciam (PESAVENTO, 2006, p. 50).

Assim sendo, partiremos da análise de uma concepção de mulher construída e partilhada socialmente, imbuída de significado em seu tempo e difundida na imprensa periódica, incluindo *O Jardim das Maranhenses.*

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Difundindo imagens e papeis sociais

A imprensa como um todo, funcionava como um meio de comunicação que segundo Abrantes (2010) exerceu um importante papel na difusão de imagens e ideias sobre a mulher, sua missão e papeis sociais. Acerca disso, podemos dizer também que *O Jardim das Maranhenses* contribuiu para uma difusão da imagem e da construção do ser mulher na sociedade maranhense oitocentista, pois neste período "a representação da mulher leitora no século XIX se baseia em uma pedagogia de leitura para o público feminino que submete a mulher ao crivo da moral religiosa" (ARAÚJO, 2008, p. 47). Deste modo, as publicações sempre se remetiam ao amor das mulheres e a valorização da virtude feminina, como perceberemos no poema abaixo:

> A virtude, ó chara filha,
> Seja todo o teu primor;
> A sorte enganosa e varia,
> Sem ellas, não tem valor.
> Tudo se acaba: a riqueza,
> A formosura, o amor;
> Zomba da sorte a virtude,
> Da morte dissipa o horror.
> Brilha na vida a virtude
> Qual luzir ao brando albôr,
> Cultiva, filha mimosa,
> Tão viçosa e linda flor
> (A Laim – O JARDIM DAS MARANHENSES, nº 19, 30 de maio de 1861).

Ainda sobre a concepção de "bello sexo", o jornal através de suas publicações determinava e legitimava um comportamento social para a mulher maranhense. Os romances-folhetins,[9] eram bem disseminados no jornal estudado, Segundo Santos (2009) geralmente esse formato de literatura tinha como público alvo, em sua maior parte as mulheres, tendo como temas abordados o casamento e o amor. Contudo, mesmo com a temática do amor estando intrínseca nos artigos, notamos a presença de temas que envolvem o comportamento que as moças deveriam ter e o cuidado com as amizades e principalmente com as mulheres que eram consideradas experientes. No romance intitulado *Amor desgraçado,* escrito por JR de 1861 lê-se:

[9] Os romances-folhetins consistiam em capítulos de obras literárias publicadas nas páginas dos periódicos. Ver mais em: VIEIRA, Martha Victor. História, literatura e circulação das ideias antiescravistas de Joaquim Manuel de Macedo. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; et al. *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos.* 1ed. São Paulo, Alameda, 2016.

> Mal sabe a donzela que no seio da mais carinhosa amiga encontra um – algoz – que por meio da lisonja, trabalha para conduzi-la ao suplicio. E algumas delas, cujo coração morto pele dezengano, vivendo por reunir junto a si, uma falange de – adoradores -, não hesitão em conduzir como victimas incautos – de suas infernaes machinações; - a donzella que por um pouco afastada do carinho materno, vai no seio da amizade receber as primeiras impressões do mundo, sem ter quem lhe proteja a candidez contra os ardis da maldade e da experiência (O JARDIM DAS MARANHENSES, nº 22, 15 de agosto de 1861).

Podemos notar então, que essas características de experiência de algumas mulheres não eram bem vistas pelo jornal, ou seja, o comportamento da donzela deveria ser de atenção para não cair no suplício e não se deixar influenciar pelas amizades. Encontramos nas publicações menções ao amor da mulher e como deve ser este, permeado pela noção de recato. No poema *O Amor da Mulher* escrito por JR de 1861 lemos:

> O amor da mulher é ardente
> Como a lava que saho do vulcão.
> E mimozo, tão meigo e ameno
> Como a flor pela aura embalada,
> E suave qual brisa fagueira
> Em serena e gentil madrugada.
> O amor da mulher é uma imagem
> Que ou sei cá no peito guardar,
> Appareção os profanos; que irei
> Pelo amor da mulher, batalhar
> (O JARDIM DAS MARANHENSES, nº 18, 29 de maio de 1861).

O poema descrito acima relata como é o amor da mulher, escrito por um homem, ou seja, o imaginário do que é ser mulher e do seu amor está sendo entendida pela lógica e olhar masculinos e está permeado de legitimidade oferecida pelo periódico, deste modo, ser mulher está intrinsicamente ligada a uma pedagogia do comportamento feminino pautado na visão masculina. Essa construção do feminino perpassa todas as edições do *O Jardim das Maranhenses*, percebemos a tônica pedagógica da concepção de mulher informando o comportamento aceito pela sociedade além de se colocar como protetor do 'bello sexo" pois informa quais comportamentos deve se ter cuidado e evitar. Tomamos como exemplo na edição de número 22 o romance *Maria*, em linhas gerais, a moça se deixa ser sequestrada pelo mancebo Maurício, mas ele não vai ao seu encontro, ao saber disso ela profere as seguintes palavras:

> Eu, ingrata deixei a meos Pais,
> Porque amei um perjuro, um traidor,

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> A meos Paes, que ofendi... filha indigna! (O JARDIM DAS MARANHENSES, nº 22, 15 de agosto de 1861).

Após isso, Maria se joga no rio se matando. Podemos denotar então que a estratégia utilizada pelo periódico é de construir um comportamento feminino pautada nos bons costumes além de evidenciar que qualquer tipo de comportamento que não está dentro destes padrões não é considerado certo, alerta também as leitoras a respeito de se deixar levar e acabar perdendo o respeito da sociedade restando apenas o fim para a redenção. Deste modo, esse exemplo evidencia os comportamentos que não são aceitos e corrobora com a hipótese de que "escrita e saber estiveram ligados ao poder como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papeis sociais e até sentimentos esperados em determinada situação". (TELLES, 2006. p. 401 e 402).

A partir da edição de nº23 do jornal, ocorre uma ruptura parcial na estrutura do mesmo, isso acontece a partir da entrada de Maria Firmina dos Reis como colaboradora do *O Jardim das Maranhenses*, uma mudança significativa na estratégia utilizada de representação feminina. Nele se lê:

> Recommendamos aos nossos leitores a poesia que abaixo vem estampada da Exma Sra. D Maria Firmina dos Reis, distincta litteraria Maranhense. De coração agradecemos a S. Exc. pela honra que dá ao nosso Jornal, colaborando-o (O Jardim das Maranhenses. nº 23, 20 setembro de 1861).

Com a presença dela como colaboradora assídua, onde suas publicações evidenciam um olhar interior feminino, pois antes, se tinha homens escrevendo sobre as mulheres e agora percebemos Reis trazendo à tona os anseios femininos. Para além disso, seus poemas e charadas não fazem parte desta estratégia pedagógica do comportamento feminino, ela traz em suas produções temas que envolvem principalmente a natureza. É o que podemos perceber na sua poesia intitulada "Ao amanhecer e o pôr do sol":

> A hora do arvorecer,
> Quem não sente uma afeição?
> Quem não sente uma esperança,
> Nascer-lhe no coração?
> Foi n'ess'hora, sob a copa
> Da bela, e grata mangueira,
> Que inflorei a grata lira,
> A lira doce e fagueira.
> Era a canção, que eu tecia, fructo de eterna saudade;
> O só praser, que me resta,
> Nesta triste soledade"
> Maria Firmina dos Reis
> (O JARDIM DAS MARANHENSES, nº 23, 20 setembro de 1861).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Contudo, mesmo seu conto *Gupeva*[10] publicado a partir da edição de número 25, retratar o amor, este fala sobre a natureza e produz uma narrativa que envolve as questões indianistas. A publicação deste conto indianista denominado pelo jornal como "romance brasiliense" denota a importância dessa mulher para a folha, pois é o único romance escrito por uma mulher e publicado sem o uso de pseudônimo no *O Jardim das Maranhenses* até então.

Sua participação foi tão importante para o referido jornal que encontramos edições onde as duas primeiras folhas do semanário continham publicações apenas de Maria Firmina dos Reis. Isso nos permite entender que a presença dela foi importante tanto no que diz respeito ao fato dela ser a única mulher declarada a publicar no periódico e tanto quanto ela era bem recepcionada pela imprensa e pelo periódico visto que na citação acima vemos palavras como "honra", ou seja, apesar da dificuldade de se estabelecer no meio da imprensa por parte das mulheres, Maria Firmina dos Reis adentra neste espaço e consegue notoriedade com as suas publicações.

Enquanto colaboradora trouxe uma mudança no que diz respeito ao conteúdo e as representações do feminino, além disso, a mudança se deu no lugar de fala também, pois agora temos uma mulher falando sobre sentimentos de suas semelhantes e não a visão masculina sobre as mulheres. Além disso, a importância desta acrescenta uma outra forma de organizar os artigos quebrando em partes a estrutura de evidenciar apenas temas relacionados ao amor e ao comportamento feminino, cabe ressaltar que estas estratégias pedagógicas e a concepção feminina no periódico não foi deixada de lado, mas a presença de Reis altera significativamente as estratégias e as ênfases dadas pelo jornal. Ao mesmo tempo que afirmava o lugar da mulher na sociedade maranhense enfatizando o caráter do que é ser o "bello sexo" o periódico dava voz a elas através da presença e das publicações de Maria Firmina dos Reis.

Considerações finais

A guisa de conclusão, podemos destacar o pioneirismo do *O Jardim das Maranhenses* em se voltar exclusivamente para o público feminino. Além disso, podemos destacar que ele

[10] Gupeva é um conto escrito por Maria Firmina dos Reis publicado pela primeira vez no periódico *O Jardim das Maranhenses* intitulado "romance brasiliense", é considerado um conto indianista por se tratar desta temática.

ISSN: 2236-9228

disseminou a partir de suas publicações ideias e comportamentos a ser seguido pelas leitoras, além do alertá-las para os perigos dos amores e amizades. Cabe ressaltar também que a concepção de mulher retratada no periódico é aquela que é boa esposa, boa mãe, boa filha, ou seja, os ideais de feminilidade e fragilidade são constantemente exaltados. Assim sendo, o periódico assume um caráter pedagógico ao legitimar costumes e evidenciar o papel social destinado a mulher na sociedade oitocentista.

Só há uma quebra neste padrão com a entrada de Maria Firmina dos Reis enquanto colaboradora, pois com ela há uma variedade de publicações que versam sobre a natureza. O que se tinha antes, eram publicações tanto no estilo de folhetins, quanto poesias com a temática do amor da mulher, ou seja, o lugar de fala estava baseado na visão masculina sobre a mulher e a partir de Reis esse lugar de fala muda de posição. Deste modo, entendemos o semanário como veiculador de um comportamento social aceito pela sociedade para as mulheres girando entorno das noções de "tipos ideais", ou seja, boas esposas e mães.

Contudo, mesmo com o pouco tempo de circulação o periódico é enriquecedor para as perspectivas de gênero pois ele nos permite indagar o ser mulher socialmente construído e as tensões entorno dos espaços de legitimidade. Portanto, coube a nós entender esse ser mulher que aparecia no *O Jardim das Maranhenses* e a sua importância no contexto da imprensa maranhense além de traçar um caminho de pesquisa pautado nas pesquisas relacionadas a gênero tendo como objeto de pesquisa esse periódico. Notamos assim, que o espaço do periódico evidenciou sinais de contradição, pois enfatizou a concepção de mulher representada no periódico, seguindo os ideais de fragilidade e frivolidades disseminadas pelas ideias de inferioridade feminina, contudo abriu e espaço e valorizou as contribuições de Maria Firmina dos Reis dando mais espaço para suas publicações. Portanto, houve especificidades que tornam este objeto de estudo uma fonte importante para o estudo de gênero no Maranhão oitocentista.

REFERÊNCIAS

- **Fontes:**

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: áulico, anatômico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

O JARDIM DAS MARANHENSES - edições de 1861 – 1862

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo A Imprensa no Maranhão**. (1820-1880). Rio de Janeiro. 1883.

- **Bibliografia:**

ABRANTES, Elisabeth Sousa. Conselho para as moças – a educação feminina nos periódicos do século XIX. **III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista** Impressos no Brasil do século XIX. UEMA, São Luís. 2013.

_____. **"O dote é a moça educada"**: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Tese de Doutorado em História. UFF. Niterói, Rio de Janeiro. 2010.

ARAÚJO, Johny Santana de. A Imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado Imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. **Dimensões**, vol.3, p.360-383. 2014.

ARAÚJO. Maria da Conceição Pinheiro. **Tramas Femininas na Imprensa do Século XIX**: Tessituras de Ignez Sabino e Délia. Tese de Doutorado em Letras. PUCRS. 2008.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura**: a imprensa periódica no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

_____. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

CAMILO, Vagner. Entre "o Romantismo tão gasto e o Realismo tão vasto: os tableaux de Joaquim Serra e o ecletismo. **Revista de Literatura Brasileira**. São Paulo, p. 384-420, 2013.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil**. Século XIX: dicionário Ilustrado. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina, mulher do seu tempo e do seu país. Prefácio. In: Reis, Maria Firmina dos. **Úrsula**: romance; A Escrava: conto. 6.ed. Belo Horizonte. Ed PUC Minas, 2017.

GALVES, Marcelo Cheche. **"Ao público sincero e imparcial"**: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). Tese de Doutorado em História. UFF. Niterói, Rio de Janeiro. 2010.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória**: Imagens Femininas nas "Gêmeas do Iguaçú" nos anos 40 e 50. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

GOMES, Gisele Ambrósio. **Entre o público e o privado**: A construção do Feminino no Brasil do oitocentos, 1827-1846. Dissertação de Mestrado em História. UFJF. Juiz de Fora, 2009.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no maranhão oitocentista. **Animus - revista interamericana de comunicação midiática**. UFSM v.18, 2010.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis**: fragmentos de uma vida. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOREL, Marco. Os Primeiros passos da palavra impressa. IN: MARTINS, Ana Luiza; DE TUCA, Tania Regina (Orgs.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. Anos 90. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, 2006.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. Labirintos: **Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses**, n.8. Bahia: UEFS, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revistas Estudos Feministas**. Abr. 2009, vol.17, no.1, p.159-189.

RODRIGUES, Dayanny. **Escritos de e para as mulheres no século XIX**: o conceito de emancipação e a representação feminina no jornal das senhoras. Revista Outras Fronteiras. Cuiabá-MT, vol. 4, n. 1, 2017.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha dos. Do folhetim à crônica: gêneros fronteiriços entre o livro e o jornal. **Estudos em Jornalismo e Mídia** - Ano VI - n. 1 pp. 11 – 22. 2009.

SOHIET, Raquel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol.5, Nº1, 1º semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ. p. 7-29.

TELLES, Norma. "Escritoras, escritas, escrituras". In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VIEIRA, Martha Victor. História, literatura e circulação das ideias antiescravistas de Joaquim Manuel de Macedo. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; et al. **Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos**. 1ed. São Paulo, Alameda, 2016.

VITORINO, Eucilene Cherlys Pereira. Análise sobre estudos de Gênero e Movimentos Feministas. **III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista:** Impressos no Brasil do século XIX. UEMA. São Luís. 2013.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

DOM JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA NUMA IGREJA DO SACRIFÍCIO: ULTRAMONTANISMO PIAUIENSE E OS EMBATES DO TEMPO / 1906 – 1912

José de Jesus Redusino[1]

Rebuscar os ditames que conduziram as diretrizes da Igreja Católica ultramontana a partir da institucionalização da Diocese do Piauí, sob a liderança de seu bispo, Dom Joaquim Antônio de Almeida, bem como as diversas manifestações e movimentos de natureza contestatória, antirreligiosa e anticlerical, dando ênfase aos personagens destaque das contendas entre os ditos livres pensadores e os "correligionários" e fiéis defensores da instituição sacra, é um objetivo deste trabalho.

Consideramos alguns aspectos biográficos da vida de Dom Joaquim, como preponderante para a compreensão das querelas entre poder religioso e poder temporal, deveras manifestadas nos jornais maçons, liberais e de caráter republicano e os jornais católicos, especificamos aqui aquele criado pelo senhor bispo diocesano, *O Apóstolo*, em 1907. Bem sabemos que perscrutar jornais de época é escrutinar "picos de verdade" em consensos que provocam trincheiras de poder, viabilizados pelas linhas cruzadas de redatores que, socialmente inserem-se no meio do povo tornando o dito possível de crer sem ser questionado. Para Campos (2010, p. 30), "como símbolos do movimento ultramontano na Diocese de Mariana, os jornais buscavam trabalhar o mundo como texto, escrito, reescrito e organizável onde se almejava resgatar a visão de um mundo ideal através do quadro mental produzido pela ação romanizadora".

Neste texto, analisamos o periódico *O Apóstolo* no contexto entre 1906 e 1912, em oposição aos jornais liberais e maçons, que transgrediam os valores morais, cristãos e dos bons costumes. Essas fontes nos apontarão o rumo a seguir e esmiuçando-as podemos identificar as diretrizes que conduziram a Igreja católica aos princípios ultramontanos. Para Áurea da Paz Pinheiro (2001), "a política ultramontana tinha por objetivo aumentar a influência católica através da instrução religiosa e reforço na disciplina do clero, com base em uma hierarquia e burocracia eclesiástica, controlada diretamente pela Sé Romana".

A formação do bispado piauiense insere-se neste contexto bem como o papel desempenhado pelo seu primeiro bispo, Dom Joaquim Antônio de Almeida, percussor de

[1] Licenciado em História e Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela UFPI; Mestrando em História Pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí.

ISSN: 2236-9228

reformas eclesiásticas inovadoras que provocaram a "ira" dos antirreligiosos, anticlericais e os patrocinadores republicanos influenciados pelos valores iluministas franceses.

Um peregrino em terras mafrense

No dia 11 de março de 1906 quando pisou em solo piauiense, Dom Joaquim Antônio de Almeida sentiu sob seus pés a terra mafrense, transpondo as fronteiras maranhenses, foi acolhido pelo povo que o aguardava sob a solicitude e carinho e, naquele momento, o povo do Piauí redigia uma das páginas mais significantes de sua história, dando ao peregrino as mais diversas credenciais para que este possa, a partir daquele momento sobressaltar os ânimos dos fiéis em cujas faces faziam brotar lágrimas enrijecidas pela longa espera que foi a consolidação do primeiro bispado.

Nascido aos dezessete de agosto de 1868, na localidade Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte, filho de pais letrados, proprietários de terras canavieiras, teve nos mesmos a piedade católica familiar manifestadamente nas tradições e nos costumes religiosos ainda na tenra idade; fez os primeiros estudos em latim com o padre Idalino de Sousa, vigário da paróquia, pessoa próxima da família de Joaquim. Sua proximidade com a piedade e a benevolência, apareciam desde a infância,

> Os elevados sentimentos que lhe brotavam do coração, evidenciados ainda na meiguice e na integral obediência às recomendações maternas, para não matar os passarinhos, nãos lhes roubar os filhotes, respeitar a candura dos ninhos, sensibilidade que o faria um fiel no cumprimento dos elevados deveres da humanidade (NETO, 2016, p. 95).

Inicia seus estudos religiosos formais em 1885 ao ingressar no Colégio Diocesano, ao lado do Seminário pernambucano da cidade de Olinda, onde passa a cursar o ensino primário. Em 1889, é admitido no Seminário de Fortaleza, sob a tutela dos padres lazaristas, onde passa a frequentar o segundo ano de filosofia. Já em 1891, recebe as primeiras "ordens" religiosas, inicialmente a tonsura; em novembro de 1892, as "regras" menores; subdiaconato em novembro de 1893 e a ordem do Diaconato e finalmente a 2 de dezembro de 1894 é ordenado sacerdote sob as bênçãos de Dom Luiz Antônio Vieira, bispo da capital cearense. Não podemos deixar de mencionar na trajetória de vida de Dom Joaquim, a participação efetiva de seu "patrono

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

eclesiástico" (BARROS, 1988, p. 86) , Dom Adalto Miranda [2]bispo de da primeira diocese da Paraíba, atualmente, cidade de João Pessoa.

Em 1894, este, que era um dos preceptores de Joaquim, ao ser sagrado bispo da referida diocese, chama para fazer frente ao seu lado, o recém ordenado sacerdote, delegando ao mesmo, algumas cadeiras de professorado no seminário paraibano; este assumiu com rigor e presteza a incumbência que lhe fora dado, ministrando aos internos, conhecimentos de geografia, francês, escrituras sagradas, liturgia, teologia moral e canto gregoriano, mais tarde ainda acumulou as funções de diretor espiritual e reitor (1898).

Em 20 de agosto de 1896, foi nomeado cônego da catedral de Nossa Senhora das Neves, na Paraíba, passando a ser chamado comumente pelos seus pares e por seus "pupilos", de "cônego Almeida", traduzindo a amabilidade do trato com que os paraibanos assim o dedicavam.

Sempre atento aos ditames de seu tempo, sua formação fora regada a uma intensa espiritualidade e atividade missionária, algo inerente ao seu sacerdócio. Desde sua ordenação, já manifestava desejo de trabalhar me duas linhas de frente: a defesa da doutrina cristã da Igreja Católica e intensa formação dos novos clérigos. Ninguém duvidaria ao afirmar que Joaquim, sempre foi dedicado e zeloso com as coisas sagradas, "por esse conjunto de qualidades, alguém cunharia o pensamento de que o cônego Almeida fora, sem contestação, o plasmador do clero da Paraíba, de 1895 a 1906" (FAGUNDES, 2011, p. 49). A partir de 1904, agora como vigário geral da diocese, dedica-se inteiramente às visitas pastorais em todas as localidades onde estava situada a diocese da Paraíba e boa parte do Rio Grande do Norte.

O principal objetivo do pastor com as visitas era angariar recursos para a construção de um novo prédio onde seria instalado o seminário diocesano. Em outubro de 1905, recebe o "título de Monsenhor, Camareiro Secreto do SS. Pio X, assinado a 13 de maio de 1904". Foi neste ano que com a mediação de Dom Adauto e, de muita relutância do monsenhor e reitor, Joaquim é nomeado bispo da, agora, Diocese do Piauí, sendo aquele que inaugurará um novo tempo na história da Igreja Católica no Estado piauiense.

Após momentos de extrema relutância com a designação, até ao ponto de solicitar quinze dias para que assim pudesse refletir sobre a imperiosa missão que lhe fora dedicada e ao fazer algumas "exigências", recebe a carta designatória e, portanto, naquele momento não

[2] Nascido em terras do município de Areia (PB), (hoje localizadas no município de Alagoa Grande), Dom Adauto ordenou-se em Roma. Foi o primeiro bispo e arcebispo da Paraíba, cuja Arquidiocese dirigiu com mão de ferro, notabilizando-se pelas pastorais em que condenava o liberalismo, ateísmo, socialismo, maçonaria, comunismo, emancipação da mulher e o relaxamento de costumes trazido pelo urbanismo e a industrialização.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

poderia mais recusar à nomeação de Roma. No dia 04 de fevereiro de 1906 é sagrado bispo da Diocese do Piauí sob a presidência do Núncio Apostólico, Dom Giulio Tont[3] , ato realizado na catedral da Paraíba.

Depois de uma espera de 80 anos, os piauienses agora podem deitar sob o "berço" apaziguador e missionário de um pastor, autoridade eclesiástica que representa o catolicismo e o dispõe aos seus fiéis que devem permanecer sob a tradição secular que permanece intocável, ditada pelas letras do Código Canônico em vigo naquela época que destina aos seus seguidores aquele que representa os apóstolos, agora, permanecendo e habitando entre o povo piauiense: "Os bispos que, por divina instituição, sucedem aos apóstolos, são constituídos, pelo Espírito que lhes foi conferido, pastores na Igreja, afim de serem também eles mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do governo[4]".

Percebemos como a figura hierárquica na Igreja Católica representava a "voz autorizada de Deus (CAMPOS, 2010, p. 56) e todas as suas considerações são expressão da verdade revelada pelo próprio Cristo", aliado a isto temos os instrumentos simbólicos que traduzem a afirmação e a aceitação das doutrinas além da palavra que se torna autorização para os feitos do pastor determinado por um local específico, a Igreja-templo que recebe total e passivamente as diretrizes do Senhor, e o convencimento de que tudo depende da causa última que é Deus, causa máxima que deve orientar todos no mesmo caminho, sejam os fiéis ou os clérigos, estes últimos devem primar pela disseminação das palavras do pastor, aquele que guia, que conduz sua messe rumo aos pilares mais altos da escadaria da salvação.

Para Wernet (1987), "a religião pode atuar em vários sentidos, seja apegando-se a formas sociais passadas, para domesticar os oprimidos e legitimar a dominação dos donos do poder, seja para comprometer, conscientizar e libertar (WERNET, 1987, p. 24). Em Gramsci, religião quer dizer três coisas:

> 1.uma crença numa divindade transcendente; 2. Uma ideologia, isto é, uma «unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta consequente», ou seja, também uma política; 3. A expressão mais clássica do senso comum, isto é, uma filosofia espontânea e, portanto, desagregada, incoerente, não dialética, irracional (GRAMSCI, 1975, p. 1045).

[3] Foi então núncio apostólico no Brasil, em 1902, e em Portugal, de 1906 a 25 de outubro de 1910, quando teve que retornar a Roma para a revolução portuguesa
[4] Can. 375, § 1

"A filosofia dos 'não-filósofos', concepção do mundo absorvida acriticamente pelos diversos ambientes sociais nos quais desenvolve-se a individualidade do homem-médio[6]". Dentro de um sistema de sistematização, podemos perceber a importância que, a superestrutura cultural, apresenta-se diante do pensamento de Gramsci, "como elemento de transformação da realidade pode perceber que estamos diante de uma reflexão intelectual que reduz a religião a mero "ópio dos povos", o que faz da análise gramsciana do fenômeno religioso um tema tanto debatido quanto intrigante".

Não nos convém, neste artigo discutir as ideias gramscianas, visto que não é o nosso objetivo, mas, apenas tornar o conceito de religião, não apenas tendo um caráter estritamente transcendente, mas situá-lo como revestido de uma realidade social de dominação e poder político, aqui permeado intrinsicamente pela relação entre Igreja e Estado através do sistema de padroado.

Para Kátia Mattoso, "parece perfeitamente possível dar, à ação espiritual e temporal da Igreja Católica, uma interpretação mais positiva e menos culpada. As obras recentes, com efeito deixam de inserir a evolução da instituição em uma tripla perspectiva" (MATTOSO, 1998, p. 298). Mattoso, relaciona o fato de que, no contexto histórico, esta Igreja estava vinculada ao Estado, este subordinando-a a certas "coações", que convergiam ou não para recusas e/ou aceitações, dependendo das benesses que interessava a cada um; algumas ações de descontentamento de grupos eclesiásticos, lógico, levaram ao fim do padroado, mas os torna-se atemporal na medida em que os acontecimentos estabelecidos cronologicamente, os discursos permanecem foram do tempo.

Uma segunda perspectiva, está na posição e postura da Igreja em relação aos seus fiéis, defensores da instituição que deveria defendê-los, o que colocam em evidência dois lados distintos, dominados e dominadores, opressores e oprimidos, brancos e negros, livres e escravos, permanentemente em conflitos.

E por último, temos a postura da instituição sacra diante das novas religiões, consideradas, de minorias, o animismo, islamismo, protestantismo, bem como das modernas filosofias que prosperaram na segunda metade do século XVIII e proliferaram-se no decorrer do século XIX. Todas estas nuances desembocaram em conflitos "rancorosos" que colocaram de um lado o poder espiritual e o poder secular. Estas formas de pensar, adquiriram corpo, sobretudo na segunda metade do século XIX, tendo como matizes todas as proposições que

[6] Sciarretta, de Massimo. Gramsci, o liberacionismo e a potência política da religião. Encontros com a filosofia. *http://en-fil.net/ed6/conteudo/archives/Gramsci%20e%20a%20potencia%20politica_Massimo.pdf*

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

foram usadas como "desculpas" para se propor uma "intervenção[7]" pela República.

A postura dos "novos reformadores[8]", diante das investidas daqueles impositores que deflagravam contra a Igreja "insultos descrentes[9]" ou manifestavam tendências que contrariavam os princípios ultramontanos[10], foram sentidas de imediato, o que fez com que houvesse de ambos os lados o surgimento de "táticas[11]", formadas pela "guerra" de informações, que colocou em lados opostos clericais e anticlericais[12] nas diferentes dioceses do Brasil, entre estas, destacamos aqui a do Piauí.

A Diocese do Piauí e os dilemas entre os "infames" e um resignado bispo

Na edição nº 11, do dia 28 de julho de 1907, o jornal O Apóstolo, trazia nas suas linhas, na página 2, uma matéria publicada com o título *"É muito!"*, uma designação retórica de como, naquele momento, o bispo da Diocese do Piauí, Dom Joaquim Antônio de Almeida, estava sendo "vilipendiado" por redatores de outro jornal,

> O público tem visto a forma paciente, resignada, com que havemos suportado os doentes e insultos atirados pelos irrequietos inimigos da sociedade, dos bons costumes e de Deus, contra o nosso venerando Bispo e os seus mais caros auxiliares. "'Quando no meio dos vilipêndios, vinha uma acusação que, de qualquer modo, pudesse fazer desmerecer o conceito em que é tido esse pastor que é um modelo de virtudes, nós a rebatíamos com o interesse que ligamos ás cousas dignas e sagradas; mas diante do sujo, do imoral, como proceder um jornal como o nosso, que prefere desaparecer a atolar-se nos charcos da imundice e da podridão? (O APÓSTOLO, ANO I,ed. 11, p. 2).

As palavras do redator do jornal, inferem certa "discórdia" em relação" àqueles" que transgrediam os valores cristãos, da família e dos bons costumes, insultava seu prelado e seus sacerdotes, mas traziam no seu bojo a tradição reformista de uso da imprensa.

Este foi um dos momentos em que se configurou de forma bem explicita, as querelas entre clericais e anticlericais, neste caso, representada pelo bispo da Diocese do Piauí, seus auxiliares e os chamados livres pensadores, exercido, sobretudo pelos redatores dos jornais

[7] Segundo José Murilo de Carvalho, é possível afirmar que a proclamação da República foi obra quase totalmente dos militares, o que caracteriza o seu caráter intervencionista.
[8] QUEIROZ, 2017, p. 196.
[9] O termo é usado como achincalhamento, para descrever como as palavras eram ditas nos jornais de ambos os lados, Igreja e Livres pensadores
[10] O ultramontanismo foi um movimento de origem religiosa que no Brasil ganhou destaque a partir da segunda metade do século XIX.
[11] Exposto brilhantemente por Michel de Certeau na sua obra "Invenção do Cotidiano: artes de fazer", de 2007.
[12] A professora Áurea da Paz Pinheiro, usa desta nomenclatura para designar aqueles que faziam parte integrante da Igreja como seus fiéis defensores e os que combatiam seus preceitos e seus dogmas

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

liberais, maçons e anticlericais, a saber, a *Gazeta, o Monitor, a República*[13], capitaneados por membros distintos da sociedade, com seus atributos intelectuais, subjugados pelo limiar do iluminismo e das novas ideias de origem francesas; entre estes, os mais acirrados e mais ácidos nos seus discursos anticatólico, antirreligioso, anticlerical, podemos citar, Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha[14] e, claro, Miguel Rosa[15], personagem que marcou a contenda principal com Dom Joaquim Antônio de Almeida, repudiado veementemente pelos seus fiéis defensores e esboçado nas linhas do hebdomadário, *O Apóstolo,*

> Desafiamos ao gratuito inimigo de D. Joaquim para que prove com dados verídicos sua caluniosa, malévola e inconsciente asserção. Se é capaz, diga- nos que bens esbanjou o Sr. Bispo? Quando? Com qual dos seus irmãos? Se o não provar com documentos, não passará de um vil caluniador e então será mais um aleive acrescentado aos muitos com que o bacharel tem procurado manchar a reputação do clero em geral, mormente a do Exmo. D. Joaquim, sem que essa pena imposta pela opinião pública o livre de ser, mais logo, arrastado a um tribunal de justiça, para ver que se não calunia impunemente a um homem limpo como é o venerando chefe da Igreja piauiense. Demos tempo ao tempo, dr. (O APÓSTOLO, ano I, ed. 13, p. 3).

Devemos lembrar que, as discórdias entre líderes ultramontanos e adeptos da crítica anticlerical no Piauí, "eclodiram de uma fervente polêmica de ideias entre dois grupos conflitantes – os dos católicos, ultramontanos ou não, e os dos livres-pensadores-, já se anunciava desde o início da década de 1880, quando apareceram as primeiras discussões desse teor na imprensa teresinense, o que nos leva a pensar que, tais fatos não são alheios ao seu tempo, mas constituem-se "permanências" que acabam por criar rastilhos de perturbações sociais, levando à determinadas "rupturas[16]".

Para Queiroz, "O anticlericalismo só é compreensível, no período, em vista de tendência mais ampla e mais geral de secularização do mundo moderno. O que está em questão são processos de modificação social e cultural de longa duração e profundidade" (QUEIROZ,

[13]O Gazeta foi um jornal piauiense que surgiu em 10 de dezembro de 1904 durante o Governo de Álvaro de Assis de Osório Mendes e na primeira fase permaneceu circulando até 1915.Para um maior aprofundamento sobre os jornais citados, recomendamos a leitura de QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e a tiranias do tempo. 3ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2011.p. 259.

[14]Teresinha Queiroz, na sua obra, "Os Literatos e a República, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo", explana o pensamento dos chamados livres pensadores que, nas primeiras décadas do período republicano foram os pilares das contendas contra a Igreja instalada em terras piauienses.

[15]Miguel de Paiva Rosa nasceu Teresina no dia 15 de dezembro de 1876, filho de João Augusto Rosa e de Júlia Emília de Paiva Rosa. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1896 e concluiu o curso em 1898. Depois de formado regressou ao Piauí e foi nomeado juiz distrital de Jurema e, logo em seguida, de União. Em 1900 tornou-se juiz distrital de Teresina. Em 1904, no governo de Álvaro de Assis Osório Mendes (1904-1907), foi nomeado diretor de Instrução Pública. No campo jornalístico, fundou o jornal A Pátria, ao lado de Abdias da Costa Neves e de Antonino Freire da Silva, e dirigiu o Almanaque Piauiense. Também colaborou com os periódicos O Reator, Murmúrio, O Piauí, O Monitor, O Norte, A Luz, A Notícia, Jornal de Notícias e O Combate.

[16]Analisados aqui sobre um eixo temporal: um não existe sem o outro.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

2011, p. 249), o que evidencia que as proposituras empregadas para um estudo mais efetivo destes fenômenos, somente podem ser apreciados pelo cerne da religião institucionalizada através da crença, das manifestações religiosas, das contradições entre o ensino religioso laico e o confessional bem como das diversas práticas religiosas praticadas durante a criação da Diocese do Piauí e suas subordinações ao bispo.

Parece evidente que as manifestações anticlericais estavam subordinadas aos hábitos e costumes dos clérigos que se apresentavam envaidados pelas coisas mundanas, embebidos pelos prazeres carnais, sem escrúpulos e totalmente "reféns" de suas próprias atitudes que não condiziam nem um pouco com todas as prerrogativas pregadas pela Igreja. Era comum, os comentários, as fofocas, os burburinhos das pessoas sobre aquele ou outro padre que tinha filhos ou amantes e que suas ações não correspondiam ao exigido para um homem "santo".

Este, foi sem dúvida, um dos maiores desafios encontrados por Dom Joaquim, que ao assumir a Diocese, impôs um estilo modernizador, sobretudo na formação dos pretensos candidatos ao sacerdócio. Uma de suas primeiras ações, a partir de 1906, foi a criação dos colégios Sagrado Coração de Jesus, que foi entregue sob a responsabilidade das Irmãs de Santa Catarina de Sena, exclusivamente dedicado à formação das meninas; anunciado no jornal, *O Apóstolo*, ganhou notoriedade, ficando conhecido popularmente como, Colégio das Irmãs,

> Sob a direção das virtuosas educadoras, as Irmãos de Santa Catharina, foi aberto esse colégio no começo do ano, em casa particular; e passando depois a funcionar temporariamente, na chácara Tabajara, gentilmente cedida pelo Revmo. Conego Joaquim Lopes, acha-se hoje instalado em prédio próprio na avenida Frei Serafim. Posto que o prédio não esteja acabado, contudo a parte feita é uma confortável e higiênica residência que acomoda grande número de alunas. É-nos grato registrar esta notícia, porque os colégios católicos, quer de um, quer de outro sexo, tem dado, em todos os tempos, os melhores resultados; pois ali só se recebe a ciência aliada à virtude, e se despertam no coração dos educandos, os nobres sentimentos do amor a Deus, ao próximo, à religião e à pátria. Congratulamo-nos com S. Excia. Revdma. o Sr. Bispo Diocesano por mais este melhoramento em sua vasta diocese (O APÓSTOLO. Ano I. Ed. 1, p. 2).

Não menos importante, foi a constituição do Colégio e do Seminário Diocesano, iniciativas como estas, acenderam o rastilho de pólvora e desembocaram na fervente polêmicas entre clérigos e livres pensadores, ademais as ações da Igreja e do Sr. Bispo, incomodavam. E mais uma vez, a retórica do hebdomadário se fazia presente,

> [...] O Seminário, a primeira pedra que lançou no grande edifício, floresce hoje já separado do Colégio Diocesano, como um abrigo da paz, onde a mocidade estudiosa aprende no sofrimento voluntário, na renúncia dos bens mundanos, todo o segredo desta vida, que é a continuação do apostolado de Jesus na terra. E a espera seu zelo

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> dilatou-se até as fronteiras do norte de sua Diocese, já percorrido om visita pastoral (O APÓSTOLO. 1997, ed. 1, p. 3).

Não podemos nos furtar de citar que, além das ações de cunho educativo, promovidas por Dom Joaquim, uma das maiores ações encontrava-se no apostolado do pastor e de sua messe, ao introduzir na Diocese, a disseminação do catolicismo através da imprensa, eis, então que surge, o jornal *O Apóstolo*, órgão de divulgação das ações católicas da Diocese no Piauí. Não é novidade que estes empreendimentos, intensificaram as "angústias" dos anticlericais. A propagação e a disseminação das ideias ultramontanas emergiam e cresciam a cada passo dado pelo senhor Bispo o que não acalentava os egos destes; a crença nos milagres, o culto às imagens, as promessas aos santos, as diversas romarias, as incessantes investidas em favor dos bons costumes e da moral cristã, acendiam cada vez mais a insatisfação dos anticlericais.

Destaque aqui, para Abdias Neves[17], que se tornou um fiel combatente destas "doutrinas" que "colonizavam" o povo piauiense e colocavam em perigo as reminiscências do iluminismo e das novas ideias propagadas pela República. Assim, apareciam dois lados distintos, aqueles intelectuais que apareciam como os promotores de uma nova ordem liberal, que lutavam contra os preceitos do catolicismo e acreditavam que este era um sinal de atraso das novas transformações que emergiam e de outro, a Igreja piauiense, tendo à frente o Excelentíssimo Bispo, Dom Joaquim, que através dos preceitos ultramontanos, instituía a doutrina de salvação pela fé e pela sacralidade da instituição.

As iniciativas modernistas do Bispo Joaquim, não se deram apenas no campo educativo e apostólico, mas disseminaram-se através da criação de novas paróquias, seja na capital ou no interior e a criação de Associações ou irmandades religiosas, entre elas, a do Sagrado Coração de Jesus e de Maria além da Sociedade de São Vicente de Paulo, fiéis escudeiras do senhor bispo, que sintonizados com os fiéis, passaram a ter responsabilidade de arrebanhar novos adeptos cristãos capazes de unificar o discurso católico,

[17]Abdias da Costa Neves nasceu em Teresina no dia 19 de novembro de 1876, filho de João da Costa Neves e de Delfina Maria de Oliveira Neves. Em 1893, com apenas 17 anos de idade, começou a trabalhar no jornal A Ideia, vindo a tornar-se seu redator principal. Ingressou no ano seguinte na Faculdade de Direito do Recife, graduando-se em 1898. Durante o curso trabalhou no Jornal do Recife como revisor. Retornando ao Piauí, em 1900 tornou-se juiz interino na cidade de Piracuruca por dois anos. Em seguida, exerceu o cargo de juiz substituto federal entre os anos de 1902 e 1914. Nesse período, realizou uma viagem de estudos a Santa Catarina, em 1906, tendo como objeto de investigação a imigração alemã para aquele estado. Foi professor da Escola Normal e do Liceu Piauiense, em Teresina, lecionando, neste último, inglês, lógica e alemão.

> Inauguração do Conselho Central de S. Vicente de Paulo Registramos, com muito prazer, em nossas colunas, a festa brilhante que no Domingo da pentecostes fez a Sociedade de São Vicente inaugurando em sessão com assistência do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, do Vigário Geral, do Clero, de muitas pessoas gradas, o "Conselho Central de Teresina". Falta-nos espaço para dizer o que foi ela no seu sonho real, certo, porém, os que lá foram ficaram edificados e bem podem avaliar pela leitura que fez do seu importe e minucioso relatório, o Major Manoel Lopes Correia Lima (O APÓSTOLO. Ano I, ed. 2, p. 3).

No entanto, embora todas as ações católicas, reivindicasse para si as benesses dos resultados, algumas reações divergentes de setores da sociedade eram visíveis em relação aos atos da Igreja Católica e, não podemos negar que as "polêmicas anticlericais em Teresina, envolvendo de forma direta ou indireta quase todos os jornais da cidade, sempre com ampla repercussão e muita especulação em torno dos principais personagens envolvidos, alimentavam as discussões" (QUEIROZ, 2011, p. 262).

Os jornais tornaram-se campo de querelas, seja de forma política como pessoal; atribuía-se falsamente a alguém uma determinada autoria redacional prevalecendo sempre desmentidos públicos dos envolvidos nos casos, a ridicularizarão e a acidez das palavras, tornaram-se frequentes, alimentados, também pelas intrigas e fofocas jornalísticas que rodeavam todos os personagens. As matérias publicadas nos jornais frisavam desde "agressões" morais até um anúncio de protesto contra as palavras, geralmente proferidas por redatores anônimos. Um caso bem específico, está pautado na edição nº 47 do jornal O *Apóstolo* do dia 12 de abril de 1908, em que os fiéis católicos de Parnaíba vieram a público, através do hebdomadário, numa nota denominada *Protesto*, fazer a defesa do Bispo em detrimento dos pasquins,

> Nós, católicos, atualmente residentes em Parnaíba, conhecedores dos pasquins aleivosos, distribuídos ultimamente nossa cidade, contra a veneranda pessoa do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, D. Joaquim Antônio de Almeida, protestamos contra as injúrias neles contidas, e vimos manifestar ao mesmo Exmo. Sr. Bispo, nossos sentimentos de respeito o acatamento, podendo contar conosco ao seu lado em todo tempo e em qualquer emergência. Parnaíba, 9 de março de 1908. Francisco Seixas, Joaquim Antônio Gomes Almeida, Luiz Antônio do Moraes Correia, Francisco Severiano de Moraes Correia, Antônio do Monte, Arthur Silva, Elpidio Moreira, Simplício Menezes, Firmino Sampaio, Fenelon Lima. Padre Fernando, Padre Menezes, padre Lopes (O APÓSTOLO. Ano II, ed. 47, p. 2).

Os defensores da moral, da religião e dos bons costumes apressavam-se para fazer a defesa do Sr. Bispo contra os ataques dos "apologistas das inverdades[18]" que assonavam o povo

[18]O termo é cunhado num texto do Jornal O *Apóstolo* intitulado "**Acerca das Doutrinas Modernistas, PIO** X - PAPA", que abre a edição na edição nº 87, ano II, do dia 07 de fevereiro de 1909.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

a ir contra todos os valores, as doutrinas, as crenças, as ideologias propagadas pela Igreja Católica. As contestações dos anticlericais estavam sustentadas em bases ideológicas em que, o advento da República incorporou nos fundamentos da lei a laicidade do estado com o fim do padroado, portanto, o papel da Igreja era apenas de coadjutora do processo não se atribuindo a ela o papel de disseminadora dos valores doutrinários da religião católica, visto que tais preceitos estavam incorporados no sistema imperial.

A instituição sacra, era acusada de carregar consigo os antigos valores de um regime que desfaleceu, tornou-se moribundo, tais fundamentos poriam em risco o "progresso", os valores da liberdade religiosa e de pensamento, dos ideais liberais, do ensino laico, portanto, não havia mais espaço para a intolerância capitaneada pela inquisição, para o fanatismo, sendo um obstáculo à ciência e a todos os princípios republicanos revestidos dos ideais iluministas franceses. Nota-se, por parte das autoridades republicanas devidamente constituídas, tendo como fiéis escudeiros, os redatores dos jornais oficiais, uma intensa divulgação dos princípios republicanos como a mais "evolutiva" das formas de governo.

O jornal *Diário do Piauhy*, Órgão Oficial dos Poderes do Estado, datado do dia 24 de fevereiro de 1911, demonstrava enfaticamente o que era a República Oficial, representada pelo governo e fazia o patrocínio desta, tomando para si a benesses do movimento,

> **24 DE FEVEREIRO**
> A data de hoje relembra mais um aniversário da Constituição Federal. Para todos os brasileiros deve ser uma data cheia das mais caras recordações, porque comemora a integração completa de nossa evolução política, adotando como forma de governo, a República Federativa, gloriosa conquista dos povos modernos e cujos frutos em nosso país tem sido compensador do esforço tenaz por nós empregado para conquista-la. Obra de muitas gerações de brasileiros ilustres, a República tem sido entre nós o que todos esperávamos que ela fosse: a única forma de governo capaz de satisfazer as nossas aspirações e compatível com os progressos e tendência da livre América (DIÁRIO DO PIAUHY: Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Ano I. ed. 1, p. 1).

Os ideais republicanos, fundamentados nos princípios liberais, estavam bem presentes nas publicações dos jornais; a literatura oficial se fazia presente, formatando e consolidando o Sistema. Para o Professor William Gaia Farias (2009),

> Os jornais, além de meios de comunicação capazes de informar eventos, promover transformações, divulgar notícias, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos. Os jornais são espaços de manifestações de valores de grupos sociais e partidos políticos ao mesmo tempo em que são tribunais que conjugam julgamentos de jornalistas, divulgadores no sentido gramsciano do termo. A linguagem do poder, permeada de ideologias, também está presente nos jornais, uma vez que conceitos, normas e padrões dominantes apresentam-se no sentido de reforçar e tornar consensual o conjunto das leis

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> instituídas. O jornal, ou melhor, os discursos neles veiculados, atendem a função de apresentar como dominantes os valores de grupos dominantes (FARIAS, 2009, p. 572).

As relações entre a população e as instituições apresentava intrínsecas vinculações de forma bem estreita, o que possibilitava o estabelecimento de formas de convencimento através da retórica contida nos escritos dos redatores dos jornais o que era feito de forma bem acintosa e enfática, estabelecendo-se domínios de poder. O jornal o Apóstolo era um dos hebdomadários que fazia das palavras escritas, formas bem diretas de divulgar e propagar os valores ultramontanos do catolicismo,

> **IMPRENSA CATHÓLICA**
> A imprensa católica representa atualmente a grandeza moral dos povos. Ela é o deposito dos grandes acontecimentos, a fortaleza da verdade, a oficina do bem, o escudo da justiça, o Atila terrível do erro, o farol das grandes empresas, amiga das boas resoluções, o arrimo dos fracos, os sustentáculos dos fortes,a estrela salvadora da humanidade, o rochedo indestrutível onde se quebram as ondas furiosas da impiedade raivosa ignorante e atrevida (O APÓSTOLO. Ano I. ed. 1, p. 4).

Os escritos nos jornais marcavam territórios, determinavam espaços de poder, eram campos de batalhas retóricas que convergiam, algumas vezes para ofensas, espezinhavam e desmoralizavam os adversários publicamente, embora muitos dos artigos publicados não apresentassem assinaturas ou tinham pseudônimos. A linha editorial era marcada pelos interesses daqueles que comandavam os jornais; alguns artigos ou editoriais eram alimentados pelas intrigas e fofocas, geralmente eram contestados em outro escrito de outro jornal.

O jornal *O Apóstolo*, através de seus redatores, tornou-se um dos principais meios de contestação de matérias publicadas em outros jornais, sobretudo de cunho maçom, estes insultavam os valores cristãos do bem, da moral e dos bons costumes. As diversas publicações de cunho maçônico, travestiam-se de investidas contra a Igreja e diretamente em oposição aos ditames ultramontanos, o que sempre provocava respostas acirradas contra todos que contrariasse o catolicismo e a autoridade da Igreja,

> **A MAÇONARIA SOB O ASPECTO RELIGIOSO**
> Eis o que jorra o vaso dos subterrâneos receptáculos do maçonismo! E como esta, uma torrente de outras diatribes e insultos grosseiros a escorrerem todos os dias pelas vastas colunas do “Jornal do Comercio, do Correio do Brasil, e outros papeis da corte. Nunca gemeram os prelos da terra de Santa Cruz abarrotados com tanta impiedade! E era a mão convulsa da maçonaria que os movia! Foi a maçonaria que reunida no 'fórum tumultuoso do Grande Oriente resolveu romper nesta luta desesperada contra a Igreja (O APÓSTOLO. Ano II, ed. 87, p. 3).

Podemos perceber como as contendas entre clericais e anticlericais, estavam centradas

em três aspectos: as diversas ações implementadas pela Igreja através de seu bispo, Dom Joaquim, provocando certas inquietações e descontentamentos junto aos livres pensadores; os diversos grupos de intelectuais acreditavam que estas ações poriam em risco os valores republicanos, subsidiados pelo liberalismo, pelo ensino laico, ela liberdade religiosa e pela não intromissão da Igreja nas questões políticas e por fim, as guerras ideológicas que apareciam nas querelas entre os intelectuais de denominação maçônica, entre eles, Miguel Rosa.

REFERÊNCIAS

BARROS, Sérgio Miceli Pessôa de. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930**). Campinas: editora Bertrand Brasil 1988. p.86.

CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na Diocese de Mariana:** o governo de Dom Antonio Ferreira Viçoso (1844-1875). Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2010. p. 30.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. 13 ed, Petrópolis: Vozes, 2007.

Código de Direito Canônico. Livro II. Cap. II, Cann. 375, § 1

Diário do Piauhy: Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Ano I. Teresina, 24 de fevereiro de 1911, n° 1, p.1.

FAGUNDES, Antônio. **Vida e apostolado do dom Joaquim Antônio de Almeida**. Natal: Sebo vermelho. Edições, 2011, p. 49.

FARIAS, William Gaia. **Em nome da República:** imprensa, eleições e deportações no Pará republicano. Congresso Internacional de História, 09 a 11 de setembro de 2009. http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/572

GRAMSCI, Antônio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Einaudi. p. 1045.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto - Ed. PUC-Rio, 2006.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX, uma província no império.** Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira,1992, p. 298.

NETO, Antônio Fonseca; LIBÓRIO, Paulo. **Joaquim**. Teresina: Nova Aliança editora, 2016, p. 95.

O Apóstolo. Ano I. Teresina, 11 de agosto de 1907. Nº 13, p. 3.

O Apóstolo. Ano I. Teresina, 12 de abril de 1908. Nº 47,p2 O Apóstolo. Ano I. Teresina, 19 de maio de 1907.nº 1, p.2 O Apóstolo. Ano I. Teresina, 19 de maio de 1907. nº 1, p. 3.

O Apóstolo. Ano I. Teresina, 19 de maio de 1907. Nº 1, p.4.

O Apóstolo. Ano I. Teresina, 26 de maio de 1907.nº 2, p.3.

O Apóstolo. Ano I. Teresina, 28 de julho de 1907. Nº 11, p.2.

O Apóstolo. Teresina, 7 de fevereiro de 1909. Ano II, nº 87, p.3.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimig:** as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

_____. **As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí no início do século XX**. Dissertação. 1999, 154f. (Mestrado em História Social do Trabalho). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República:** Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e a tiranias do tempo. 3ª Ed. Teresina: Edufpi, 2011, p. 259.

_____; SILVA, Ronyere Ferreira da. **Literatos, política e atuação profissional em Teresina no início do século XX**. Intellèctus. Ano XVI, n. 2, 2017, p. 196.

SCIARRETTA, de Massimo. **Gramsci, o liberacionismo e a potência política da religião**. Encontros com a filosofia. http://enfil.net/ed6/conteudo/archives/Gramsci%20e%20a%20potencia%20politica_Massimo.pdf

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX:** a reforma de Dom Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo. Editora Ática, 1987, p. 4.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

FACÇÕES POLÍTICAS E USOS DA JUSTIÇA NO MARANHÃO IMPERIAL (1856-1858)

Yuri Costa[1]

Apresentação

O objetivo do texto é analisar o conflito entre grupos políticos no Maranhão da segunda metade do século XIX e as estratégias utilizadas nesse embate. O debate se insere no campo de pesquisa que este autor explora desde a época da graduação, voltado à análise das representações das elites sobre o escravo na Justiça do Oitocentos e, de forma igualmente relevante, a ingerência de fatores políticos sobre o Poder Judiciário imperial.

Para a exploração do tema, será destacado o particular conflito travado entre liberais e conservadores de Alcântara/MA na década de 1850 e a forma como o embate foi projetado sobre casos levados ao Judiciário e à Polícia. Trata-se, mais especificamente, da contenda entre Carlos Fernando Ribeiro, o barão de Grajaú, e Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, o barão de São Bento. A colisão entre os dois personagens alcançou considerável projeção política na segunda metade do Oitocentos, quando conseguiu influenciar parte do território maranhense, sobretudo a Baixada e a capital São Luís.

Como pano de fundo da discussão aqui proposta, há a história da escrava Carolina, de propriedade de Carlos Fernando Ribeiro, morta em situação controversa no final de junho de 1856. Entre relatos jornalísticos, falas de testemunhas e laudos médicos, instaurou-se uma imbricada investigação da morte da cativa, que transitou entre a suspeita de um violento homicídio e uma suposta morte acidental. A tese é de que a projeção do caso sobre as autoridades policiais e judiciárias denota a ingerência de elementos políticos sobre as autoridades provinciais.

Um embate específico no Maranhão provincial

Em meio às disputas entre grupos políticos da província do Maranhão, um específico confronto chama a atenção. Aquele travado entre Carlos Fernando Ribeiro, que se tornaria o barão de Grajaú em 1884, e Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, barão de São Bento desde 1853. A colisão entre os dois personagens alcançou relevante projeção política nas três

[1] Doutor em História pela UNISINOS; professor Adjunto I da Universidade Estadual no Maranhão, lecionando História do Brasil na graduação e no Programa de Pós-Graduação em História; defensor público federal.

ISSN: 2236-9228

últimas décadas do Império, quando conseguiu influenciar a já tensa oposição entre liberais e conservadores.

A oposição entre os personagens, em verdade, deu-se como continuidade ao ódio político e pessoal alimentado entre as famílias às quais eles pertenciam. O cenário que viu nascer a antipatia entre os Viveiros e os Ribeiro foi a cidade de Alcântara. O início do embate remonta ao início do século XIX.

O predomínio dos alcantarenses na política provincial ocorreu mais precisamente entre o início da década de 1850 e o final dos anos 1870. Sobre esse período, que coincide com o momento de maior organização dos partidos Liberal e Conservador no Império, Viveiros (1999, p. 92) chegou a afirmar que Alcântara teve uma hegemonia e mesmo um "domínio absoluto" sobre o cenário político do Maranhão.

O exagero da expressão deve ser ressalvado. Longe de possuírem uma dominação sem resistências no cenário político provincial, mesmo no auge de sua influência, os grupos políticos alcantarenses mediram forças com outras relevantes facções do Maranhão, sendo não raras vezes derrotados. Exemplo desse embate foi a disputa entre Carlos Fernando Ribeiro, alcantarense, e Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, fazendeiro da região de Itapecuru-Mirim, que desde 1861 se digladiaram pelo controle do Partido Liberal. Outro exemplo foi a composição organizada por João Pedro Dias Vieira, também na década de 1860, que, segundo Flávio Reis (2007, p. 59-60), conseguiu em diferentes eleições gerais sobrepujar os grupos liderados por Carlos Ribeiro e por Viveiros Sobrinho.

Era, porém, inquestionável a relevância política de Alcântara para a província. No período aqui referido, além de diversos senadores, houve legislaturas nas quais os alcantarenses ocuparam um terço da bancada maranhense na Assembleia Geral do Império, reelegendo sucessivamente seus representantes e preenchendo esses postos por até dezoito anos seguidos, como foi o caso de Augusto Gomes de Castro.

De Alcântara vinham tradicionais famílias vinculadas aos conservadores, como os Viveiros, os Mendes e os Cerveira, assim como de liberais, a exemplo dos Costa Ferreira, os Franco de Sá e os Ribeiro. Dentre os nomes com maior destaque no contexto ora debatido, além dos barões de São Bento e de Grajaú, certamente estiveram os de Antônio Pedro da Costa Ferreira, Joaquim Franco de Sá, José Ascenço da Costa Ferreira, Joaquim Mariano Franco de Sá, Augusto Olímpio Gomes de Castro, José da Silva Maia e Felipe Franco de Sá.

Em meio ao posicionamento antagônico das famílias em partidos rivais, cresceu a animosidade entre os referidos barões, sempre marcada por contornos de ódio pessoal, que,

ISSN: 2236-9228

nas palavras do historiador Jerônimo de Viveiros, causou "anos a fio de uma luta encarniçada de ódios e vingança, cega nos seus conceitos, tremendamente injuriosa e insignificante nos seus objetivos" (VIVEIROS, 1952, p. 15)[2].

O auge da contenda se deu nas eleições de 1856 para a representação maranhense na Assembleia Geral do Império, quando ambos eram candidatos. Pelo lado conservador, Viveiros Sobrinho contou com a presença de seu pai, o senador Jerônimo José de Viveiros, que veio do Rio de Janeiro na tentativa de influenciar o resultado das urnas. De fato, o barão de São Bento conseguiu a vaga de deputado. Mas não bastava a vitória; era preciso garantir a derrota de seu maior rival.

A estratégia adotada foi apoiar, em grande parte veladamente, João Pedro Dias Vieira, que, apesar de candidato pelo Partido Liberal, não possuía ligações com Carlos Fernando Ribeiro. Viveiros Sobrinho redirecionou então parte de seus votos a Dias Vieira e garantiu a derrota do futuro barão de Grajaú.

As eleições de 1856 foram especialmente violentas e projetaram para toda a província a rivalidade entre os Viveiros e os Ribeiro, até então restrita a Alcântara e a seu entorno. Para Milson Coutinho, a turbulência provocou a manifestação de Antônio da Cruz Machado, então presidente da província, que tradicionalmente mantinha-se imparcial nas eleições. O lado escolhido por Machado foi o dos conservadores, fortalecendo ainda mais Viveiros Sobrinho (COUTINHO, 2005, p. 316).

Dessa forma, a origem do embate entre os "irreconciliáveis desafetos" (LIMA, 2008, p. 287) esteve inserida na furiosa disputa entre conservadores e liberais e se lastreou no ambiente político de Alcântara e das cidades vizinhas, concentrando um ritmo mais acelerado com a proximidade de cada eleição.

A oposição entre os personagens encontrou seu principal meio de propagação nos periódicos impressos da província, com destaque para uma plêiade de pequenos jornais com conotação política, não raramente efêmeros, pois criados para circular em épocas nas quais a rivalidade entre os partidos se fazia mais intensa.

Não raramente, a conotação política dos jornais tornou inventivo o discurso veiculado nos periódicos. Ainda quando tocavam em verdades, as narrativas eram marcadas por insultos

[2] Jerônimo de Viveiros tentou ainda precisar o momento no qual o embate pessoal ficou evidente. Atrelou-o ao fato de Francisco Mariano Franco de Sá, deputado geral do Império pelos liberais, não ter concordado que Carlos Fernando Ribeiro assumisse a liderança do Partido Liberal no Maranhão após a morte de Joaquim Franco de Sá, em 1851. A discordância de Francisco Mariano gerou uma cisão na agremiação liberal, prontamente aproveitada por Viveiros Sobrinho, que soube a utilizar em desfavor de Carlos Fernando, sobretudo na região de Alcântara e nas cidades vizinhas (VIVEIROS, 1952, p. 14).

e difamações dos adversários, bem como pelo silêncio quanto a fatos comprometedores dos aliados. Para Lisboa, fez parte do "audacioso e covarde uso dos jornais" recolher forçadamente publicações de partidos rivais, assim como remeter clandestinamente para a Corte exemplares com artigos difamatórios aos opositores, que, por vezes, sequer chegavam a circular na província, buscando a produção de "prodigiosos efeitos no meio das câmaras e dos ministros" (LISBOA, 2004, p. 230).

A política alcantarense obedeceu à mesma lógica. Conservadores e liberais, aproveitando-se do capital econômico que possuíam, patrocinaram o uso político da imprensa. Mas não era interessante a montagem, em Alcântara, do oneroso maquinário da imprensa. A proximidade com São Luís possibilitou que os periódicos ali fossem produzidos, sem prejuízo de rapidamente chegarem aos locais específicos do embate (VIVEIROS, 1999, p. 99).

Os impressos das facções alcantarenses eram, em verdade, folhas ou panfletos, situando-se no jornalismo miúdo e efêmero já mencionado. Não era raro, ainda, os interesses desses grupos encontrarem repercussão em periódicos da capital que compartilhassem do mesmo posicionamento político. Pelos liberais, o confronto foi veiculado através de *O Progresso, Diário do Maranhão, A Moderação* e *A Conciliação*. Do lado conservador, pelo *Publicador Maranhense, O Observador* e *O Constitucional* (VIVEIROS, 1952, p. 29-30).[3]

A essencialidade do embate pelos jornais fez os adversários criarem e manterem seus próprios periódicos: *A Imprensa*, por Carlos Ribeiro, e *A Nova Ephoca*, patrocinado pelo barão de São Bento. Eram jornais com periodicidade semanal, veiculados aos sábados e datados de São Luís. Não raramente, havia edições extraordinárias que, com periodicidade irregular, eram impressos nas quartas ou quintas-feiras. Ambos tinham exemplares compostos por duas folhas, impressas frente e verso, ou seja, em um total de quatro páginas por edição. Tudo indica que, com o referido intervalo semanal, tiveram essas publicações uma circulação ininterrupta no período em que circularam.

A duração de *A imprensa* foi superior à do jornal mantido por Viveiros Sobrinho, provavelmente em decorrência da morte prematura dessa liderança, em 1858. Segundo o acervo digital da Biblioteca Nacional, o periódico de Carlos Ribeiro teve sua primeira edição em 13 de junho de 1857 e a última em 1.º de fevereiro de 1862. *A Nova Ephoca*, por outro lado, iniciou sua circulação em 12 de julho de 1856, findando em 20 de novembro de 1858.

[3] Milson Coutinho elencou os principais jornalistas alcantarenses que se posicionaram no embate. Nos jornais do Partido Conservador, escreveram Luís Antônio Vieira da Silva, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, José Silvestre Reis Gomes, Antônio José Quim e Manoel Moreira Guerra. Já nos periódicos com conotação liberal, foram redatores José Joaquim Ferreira Vale, Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Jorge Maior, José Joaquim Tavares Belfort e Francisco de Melo Coutinho de Vilhena (COUTINHO, 2005, p. 318).

ISSN: 2236-9228

Nos jornais, além de ironias e deboches, publicava-se reiteradamente fatos desabonadores da vida pública ou privada dos inimigos, criando um enredo em nada preocupado com a verdade. A rivalidade entre Carlos Ribeiro e o barão de São Bento não dispensou esse viés difamatório. A estratégia utilizada por ambos os opositores para atingir a imagem e a honra de seu adversário foi a construção de um passado marcado por crimes no seio das famílias Viveiros ou Ribeiro.

Um delito atribuído à família do barão de Grajaú teria ocorrido antes mesmo do nascimento desse personagem, quando, em 1810, na cidade de Alcântara, foi assassinado Antônio Pedro Ribeiro. O principal suspeito pela encomenda do crime foi Antônio Onofre Ribeiro, cunhado da vítima, já que Antônio Pedro era casado com a única irmã de seu suposto assassino, Rosa Estela Ribeiro (LIMA, 2008, p. 287).

Apesar do indiciamento de Antônio Onofre, a investigação policial arrastou-se durante décadas, nunca chegando a uma conclusão. A explicação do crime ficou então a cargo dos conservadores. Com a morte prematura do esposo de Ana Rosa Diniz Pereira de Castro – mãe de Antônio Onofre e, futuramente, de Carlos Fernando Ribeiro –, Antônio Pedro Ribeiro, genro daquela senhora, foi designado seu curador. A curatela se devia ao fato de Ana Rosa, sabidamente, sofrer de "grave demência" (COUTINHO, 2005, p. 296). Como consequência, Antônio Pedro administrava a maior parte dos vultosos bens da família Ribeiro e, nessa condição, teria dilapidado parte desse patrimônio, além de dar "desamorável tratamento" à Ana Rosa (VIVEIROS, 1952, p. 17).

A necessidade de substituir o administrador dos bens de Ana Rosa teria levado à encomenda do assassinato. Sendo essas as razões do crime, não deixou de produzir os efeitos desejados, já que, com a morte de Antônio Pedro, tomou o posto de inventariante Francisco Diniz Pereira de Castro, tio materno do mandante, ou seja, irmão de sua mãe, não mais havendo relatos sobre a má gestão dos bens dos Ribeiro (COUTINHO, 2005, p. 287).

O crime em referência, embora não tenha levado à condenação do suposto mandante, ajudou a municiar as armas dos conservadores direcionadas à ala liberal alcantarense. Nesse sentido, a acusação de homicídio serviu para desabonar a imagem de Antônio Onofre, um dos principais líderes do Partido Liberal, atingindo de modo especial Carlos Fernando Ribeiro. Isso porque, tendo o pai do futuro barão de Grajaú falecido bastante cedo, Carlos Ribeiro teve em Antônio Onofre mais do que um irmão mais velho, servindo-lhe como verdadeiro "pai de criação" (COUTINHO, 2005, p. 288), já que foi responsável por sua primeira educação e por sua inserção política no Partido Liberal.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Com frequência regular, *A Nova Ephoca* insinuava ter sido Carlos Fernando Ribeiro autor de delito diverso. Supostamente para fins sexuais, teria ele, em dezembro de 1847, "raptado do convento desta cidade [São Luís] uma inocente de 15 anos, que ali havia sido recolhida em abrigo" (RAPTO ESCANDALOSO, 1857, p. 4). A vítima, segundo a denúncia, permaneceu guardada na casa de um parente de Carlos Ribeiro ou no próprio palácio do governo. Daí o periódico conservador se referir a Carlos Ribeiro como "o famoso raptor de órfãos do recolhimento de N. S. da Anunciação e Remédios" (CÚMULO DE DESPEJO, 1857, p. 1). Não localizei maiores informações sobre a apuração policial desse caso.

Outra constante acusação dirigida pelo barão de São Bento a seu adversário foi de ter Carlos Ribeiro negado o catolicismo quando residiu em terras norte-americanas, convertendo-se ao protestantismo. Vários foram os artigos d'*A Nova Ephoca* que adjetivaram o líder liberal de "protestante" e o acusaram de "não professar a religião do estado", conclamando as autoridades religiosas a determinar sua excomunhão e as judiciárias a declararem nulo seu casamento com Ana Rosa Ribeiro (NOVOS EMBUSTES, 1857, p. 1-2; CÚMULO DE DESPEJO, 1857, p. 1).

Lê-se em trecho de um desses artigos:

> O senhor Carlos Ribeiro não pode negar ter abjurado do catolicismo nos Estados Unidos, e ter professado uma das seitas reformistas de Calvino ou Lutero. É casado com uma senhora católica, e casado segundo o ritual católico, e sem precedência de uma segunda abjuração daquela fé reformista, sem a qual se não podia dar a contraencia legítima e valiosa de um segundo matrimônio com uma senhora católica (UMA CAUSA, 1857, p. 3).

Não localizei na pesquisa informações que pudessem ratificar o protestantismo de Carlos Fernando Ribeiro.[4] Em sentido contrário, há diferentes indícios de que, pelo menos formalmente, ele e seus familiares sempre estiveram atrelados ao catolicismo. Nesse sentido, sempre de acordo com essa tradição religiosa, foi batizado na Diocese de Alcântara (BRASIL, 1841, fl. 1), contraiu casamento com Ana Rosa Lamagnère Viana (COUTINHO, 2005, p. 296), foi sepultado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia (MORTE DO BARÃO, 1889,

[4] Tudo indica que sua conversão, caso tenha de fato ocorrido, adequou-se menos a uma convicção religiosa e bem mais aos interesses de fortalecer suas relações com os Estados Unidos. Tais relações, aliás, perpetuaram-se por décadas. Em carta redigida por Carlos Fernando ao *Yalle College*, em 1872, mencionou possuir estreito contato com James Cooley Fletcher, reputando-o como "querido e velho amigo" e sempre o hospedando quando esteve no Brasil. Fletcher era um pastor presbiteriano norte-americano que atuou como missionário, diplomata e empresário no Brasil, sobretudo nas décadas de 1850 e 1860. Segundo Carlos Ribeiro, o contato com Fletcher possibilitou uma "aproximação com o governo norte-americano", principalmente para o financiamento de seus projetos empresariais, dentre eles uma almejada conexão regular de vapores entre os Estados Unidos e o Maranhão (YALE UNIVERSITY, 1879, fl. 82-83) (tradução livre).

p. 2) e, finalmente, uma semana após seu falecimento, recebeu em sua homenagem as cerimônias devidas, patrocinadas por seu filho (BARÃO DE GRAJAÚ, 1889, p. 3).

Mas os Viveiros tinham em sua conta supostos crimes não menos reprováveis e não menos intensamente utilizados pelos Ribeiro para difamar os conservadores. Refiro-me, inicialmente, à tentativa de homicídio de um boticário de Viana, de nome Luís Garcia de Brito, ocorrida em 15 de dezembro de 1851. Garcia era liberal e correligionário de Carlos Fernando Ribeiro. Em certa ocasião, insultou publicamente a família Viveiros. Ciente da ofensa, Mariana Francisca Correia de Sousa, esposa de Viveiros Sobrinho e que por essa razão se tornaria a baronesa de São Bento, reiteradamente reclamara "não ter ninguém que vá cortar as costelas desse Garcia" (VIVEIROS, 1952, p. 15).

Em atenção à vontade de Maria Correia de Sousa, e em tese por ela orientado, um empregado de nome Amaro, "mulato livre, afilhado e protegido de Viveiros Sobrinho" (VIVEIROS, 1952, p. 15), dirigiu-se a Viana e desferiu uma facada em Luiz Garcia, que conseguiu sobreviver, indo, porém, embora da província (LIMA, 2008, p. 288). Amaro se evadiu, nunca tendo sido ouvido no inquérito policial,[5] o qual, de modo similar ao assassinato de Antônio Pedro Ribeiro, terminou inconcluso. Os liberais, na pessoa de Carlos Fernando Ribeiro, acusaram ferrenhamente as autoridades policiais de Viana, supostamente comandadas pelos conservadores, de não terem apurado devidamente o crime (ALMEIDA, 2009, p. 15).

Os liberais exploraram as acusações contra Viveiros Sobrinho através do periódico *O Progresso*, que tinha Carlos Ribeiro como um de seus principais redatores. A primeira notícia sobre o tema data de 10 de janeiro de 1852, quando a folha acusou Viveiros Sobrinho de ser "mandante de crimes atrozes de assassinato em Viana", fazendo direta referência à tentativa de homicídio de Luiz Garcia.

A resposta do barão de São Bento veio através de *O Estandarte*, periódico com tendência conservadora igualmente impresso na capital. Em artigo publicado quatro dias após o ataque do futuro barão de Grajaú, Viveiros Sobrinho explorou a execução violenta e o motivo mesquinho que circundou a morte de Antônio Pedro Ribeiro, "ainda envolta em mistério", tentando assim ofuscar o crime praticado contra Garcia. Os ataques em *O*

[5] Segundo o historiador Jerônimo de Viveiros, em 1853, o próprio desaparecimento de Amaro foi identificado pelos liberais como outro ato criminoso de Viveiros Sobrinho. Inicialmente, responsabilizaram o líder conservador de ter obstruído as apurações do delito, enviando Amaro a Portugal. Posteriormente, Viveiros Sobrinho foi acusado de ter matado Amaro, apagando assim os rastros do crime anterior. As acusações ensejaram o início de outra investigação policial, rapidamente encerrada (VIVEIROS, 1952, p. 16-22).

ISSN: 2236-9228

Estandarte e em *O Progresso*, sempre com referência aos crimes, continuariam durante o ano de 1852 (COUTINHO, 2005, p. 287-288).

A circulação de *A Nova Ephoca* e de *A Imprensa*, como visto, fundados respectivamente em 1856 e 1857, apenas atiçou a referência aos delitos e o embate difamatório entre os rivais. Nesses periódicos, foram várias as citações a esses crimes.

Como exemplo, em 2 de setembro de 1857, *A Imprensa* publicou um extenso artigo comentando as "vis acusações" dirigidas por Viveiros Sobrinho contra Carlos Ribeiro. O texto apresentou o barão de São Bento e sua esposa como "mandantes do assassinato malogrado do infeliz Luiz Garcia de Brito" (RESPOSTA, 1857, p. 2).

No dia 17 do mês seguinte, a edição de *A Nova Ephoca* lembrou "a mais completa derrota" de Carlos Fernando Ribeiro para João Pedro Dias Vieira, nas eleições para deputado geral ocorridas em 1856. O relato não deixou de fazer referência ao apadrinhamento recebido pelo candidato derrotado de seu irmão mais velho, Antônio Onofre Ribeiro, e de como a figura desse personagem estava atrelada ao ainda "não decifrado" homicídio de Antônio Pedro Ribeiro (VERDADES, 1857, p. 3).

O caso da escrava Carolina

São Luís, capital da Província do Maranhão, 29 de junho de 1856. O jornal *O Estandarte* listou o nome de Carolina na seção reservada ao registro de óbitos na cidade. A falecida foi ali identificada como "escrava do Dr. Carlos Fernando Ribeiro". Sua morte teria ocorrido quatro dias antes, no sobrado da família daquele senhor, localizado na Rua São João. As causas do óbito foram registradas como decorrentes do tétano (ÓBITOS, 1856, p. 4).

A morte de Carolina permaneceu sem investigação por aproximadamente três meses, após os quais a Secretaria de Polícia da província decidiu apurar as circunstâncias do falecimento. Entre 29 de setembro e 30 de outubro de 1856, sete depoimentos foram colhidos na investigação policial, dentre vizinhos dos Ribeiro, negros libertos que trabalhavam próximos ao local do crime e um médico que supostamente tratou da vítima.

Nas falas, houve registro de que Carolina possuía cerca de 18 anos e que trabalhava no imóvel da Rua São João, prestando serviços diretamente à Ana Rosa Viana Ribeiro, com quem Carlos Fernando casara havia aproximadamente três anos. A escrava sofria maus-tratos constantes de sua senhora, "sendo tal fato conhecido por todos". A situação incomodava bastante os cativos que conviviam no entorno do casarão, levando inclusive um grupo de

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

escravos, indignado, a apedrejar o imóvel poucos dias antes da morte da vítima (MARANHÃO, 1856g, n.p.).

Não raramente, a violência contra Carolina a deixava machucada e incapacitada para o trabalho, tendo a escrava desenvolvido até mesmo claros sinais de distúrbio mental. Nessas ocasiões, médicos e boticários eram chamados para tratar os ferimentos, ou mesmo barbeiros, que realizavam sangrias na cativa. O auge dos suplícios ocorreu em junho de 1856, quando a reiteração e a violência dos castigos comprometeu totalmente a saúde de Carolina, levando-a a óbito (MARANHÃO, 1856a, n.p.; MARANHÃO, 1856c, n.p.).

O caso repercutiu na imprensa local e da Corte nos últimos meses de 1856 e no início do ano seguinte. Em 20 de novembro de 1856, *O Estandarte* publicou artigo que acusou o então presidente da província, Antônio da Cruz Machado, de perseguir seus opositores, dentre eles Carlos Fernando Ribeiro.[6] Valia-se, para tal, da ajuda de autoridades sobre as quais tinha influência. Além de "violentas prisões" e de "ameaças de recrutamento" levadas a cabo pela Polícia de algumas cidades, como forma de garantir o resultado de eleições locais a mando de Cruz Machado, o presidente foi acusado de produzir "crimes imaginários" e "processos caluniosos". Dentre os delitos supostamente inventados, estaria o assassinato de Carolina, que levou à instauração de processo pela Chefatura de Polícia, ainda que logo arquivado.

> Para vingar-se do Sr. Dr. Carlos Fernando Ribeiro, [Cruz Machado] mandou que se lhe instaurasse processo por ter ele morto com sevícias a uma sua escrava! A indignação geral que atraiu sobre si a feroz pandilha[7] com a lembrança desta horrorosa calúnia devia ter-lhe servido de escarmento[8] para não prosseguir no emprego de tais meios; mas os canibais obedecem forçosamente os seus instintos carniceiros (ESTANDARTE, 1856, p. 3).

Cerca de um mês antes, em 14 de outubro de 1856, o próprio Carlos Fernando Ribeiro usou as páginas do mesmo periódico para responsabilizar Cruz Machado de ter iniciado o inquérito a partir de sua influência sobre a Chefatura de Polícia.[9] Segundo Carlos Ribeiro, o presidente da província:

---

[6] Justamente no ano de 1856, Antônio da Cruz Machado iniciou uma particular disputa com Carlos Fernando Ribeiro. As razões do embate, aqui já referidas, teriam sido o apoio dado por Cruz Machado ao líder conservador Viveiros Sobrinho, o barão de São Bento, nas eleições locais daquele ano. Viveiros, como igualmente visto, foi o maior adversário político de Carlos Ribeiro (COUTINHO, 2005, p. 316).

[7] Sinônimo de biltre, pulha, trapaceiro.

[8] Sinônimo de experiência, provação ou sofrimento que leva à perda do desejo de repetir algo.

[9] A documentação policial investigada atesta que o inquérito policial que apurou a morte de Carolina foi iniciado e presidido pelo chefe de Polícia da província, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, que, inclusive, coletou pessoalmente o depoimento de todas as testemunhas (MARANHÃO, 1856a; MARANHÃO, 1856b, n.p.; MARANHÃO, 1856c, n.p.; MARANHÃO, 1856d, n.p.; MARANHÃO, 1856e, n.p.; MARANHÃO, 1856f, n.p.; MARANHÃO, 1856g, n.p.). A condução tendenciosa da acusação, no entanto, não fica clara a partir dos

> Apropriando-se da simples circunstância de me haver falecido em casa uma pobre e boa escrava em junho deste ano, engendrou e mandou que se propalasse um invento terrível contra mim, no empenho diabólico de denegrir minha reputação para nivelar-me a muitos malvados da rodinha infame a que se entregou em tão má hora para a província.
> S. Exa. deu ordem a seus desprezíveis espoletas[10] para fazer com honras de voz pública o boato de haver o assassínio, com sevícias sem nome, de uma escrava minha, que faleceu (CARTAS, 1856, p. 1-2).

Outras notícias foram publicadas acerca do caso, todas a explorar ingerências políticas sobre a acusação aos Ribeiro.[11] De toda forma, a investigação não evoluiu além da coleta de testemunhos. A autoridade policial decidiu pelo arquivamento do inquérito, deixando de recomendar a denúncia a eventuais suspeitos. Mesmo que as apurações tenham colhido depoimentos a descrever pormenorizadamente o histórico de violência sofrida pela escrava e as circunstâncias de sua morte, o chefe de Polícia entendeu por bem, após meses de paralização dos autos por "falta de testemunhas", adotar como versão predominante a fala do médico que ali testemunhou, arquivando o inquérito por ausência de indícios do crime.

O que interessa mais detidamente a este texto é justamente o desenlace dado ao caso, pois creio haver uma relevante aproximação entre o *discurso*[12] que conduziu ao arquivamento

---

documentos. Se, por um lado, a Chefatura de Polícia instaurou a investigação somente após três meses do crime e concentrou na maior autoridade policial da província a direção do inquérito, por outro, penso que as narrativas coletadas nos depoimentos possibilitariam, no mínimo, o oferecimento de denúncia contra os Ribeiro, já que, para isso, seria necessário apenas indícios do delito. No entanto, preferiu a autoridade policial arquivar as acusações, por falta de provas do crime. Ademais, relembro, nos termos aqui já anotados, que Antônio Marcelino foi um político vinculado ao Partido Liberal, chegando por essa agremiação a ser deputado provincial, deputado geral, presidente de três províncias (Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e senador do Império. Apesar de liberal, compôs no Maranhão um grupo que rivalizou com Carlos Fernando Ribeiro, fracionando boa parte do Partido Liberal em torno dessas duas lideranças. Essa cisão, entretanto, somente ocorreu na década de 1860, quando se deu a disputa pelo comando da facção após o afastamento dos importantes dirigentes liberais João Pedro Dias Vieira e Francisco José Furtado. Dessa forma, não localizei nada que indique que Antônio Marcelino e Carlos Ribeiro, nos idos de 1856, possuíam alguma desavença de ordem pessoal ou política.

[10] No sentido aqui empregado, sinônimo de fuxiqueiro, leva-e-traz.

[11] O texto publicado por Carlos Fernando Ribeiro n*'O Estandarte* foi reproduzido na folha carioca *A Patria*, em 25 de novembro de 1856 (SENHOR CRUZ MACHADO, 1856, p. 2). Em 12 de dezembro daquele mesmo ano, o *Diário do Rio de Janeiro* registrou críticas similares a Cruz Machado, responsabilizando-o pela invenção de crimes "para ferir os caráteres mais nobres e puros dos membros da imensa oposição que o próprio criou contra si" (CORRESPONDÊNCIA, 1856, p. 2). Em resposta a esse último artigo, o jornal maranhense *A Nova Ephoca*, no dia 17 de janeiro de 1857, buscou apresentar uma versão oposta, exaltando o trabalho da Polícia, que teria lançado mão "de todos os recursos disponíveis para desvelar o crime" (CÚMULO DE DESPEJO, 1857, p. 1).

[12] A categoria *discurso* é aqui trabalhada segundo a proposta de Michel Foucault, atentando-se para a complexidade que o teórico procurou dar ao conceito. Para Foucault, o discurso não é algo desligado das práticas sociais, devendo ser percebido enquanto *acontecimento enunciativo*, ou seja, como algo que, mais do que meramente reproduzir uma experiência vivida pelo narrador, constitui-se enquanto estratégia política de posicionamento dentro dos embates sociais: "O acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito" (FOUCAULT, 2003, p. 57). Tomar o discurso enquanto acontecimento demanda a análise de como ele é produzido e reproduzido, ou seja, do emaranhado de regularidades, causalidades, descontinuidades, dependências e transformações a ele inerentes (FOUCAULT, 2003, p. 56-57). Dessa forma, só é possível a crítica ao discurso através da análise do contexto que lhe dá sentido e das idiossincrasias de quem o anuncia.

das apurações do óbito de Carolina e o ambiente político de embate entre conservadores e liberais. Ainda que a denúncia tenha sido estancada já na fase policial, foram as interseções entre discurso médico e enunciados de ordem jurídica o que possibilitou o controle do resultado da acusação.

Parto da premissa de que houve um *ordenamento* dos discursos ali inscritos, mesmo quando existentes partes com pretensões visivelmente antagônicas. As manifestações de acusados, autoridades, testemunhas e informantes entrelaçaram-se em um complexo jogo de seleção, organização e controle da discussão posta em debate. Tal arranjo, ao fim e ao cabo, observou os temas sensíveis levados à apreciação do Judiciário, buscando conduzir os rituais e os procedimentos de investigação sem uma "dispersão aleatória das falas" (FOUCAULT, 2003, p. 9).

Penso que a ordem do discurso aqui tratada teve sua construção a partir do entrelaçamento de falas nos campos da medicina e do direito. Foi essa interlocução que possibilitou, em última análise, a organização e o controle de um debate que, lançando mão de conceitos e interpretações semelhantes, decidiu entre a inocência e a culpa dos investigados.

Embora ainda pouco avançada no Maranhão da segunda metade do Oitocentos, a medicina legal possibilitou a introjeção de um saber específico nos autos que apuraram a morte da escrava Carolina, sendo essencial para seu desenlace.[13] Naquela investigação, o discurso médico serviu como catalizador de poder, sobretudo no que dialogou com o campo jurídico. Em meio a suas articulações com a técnica do direito, os enunciados da medicina delimitaram a maior parte dos temas decisivos naqueles autos. Mais do que isso, delinearam procedimentos e definiram uma específica terminologia, circunscrevendo um *saber-poder* estranho a outras ciências.

Enfim, no processo aqui debatido, foi o discurso médico capaz de estabelecer uma *engenharia da nominação* (DE CERTEAU, 2008, p. 229-232), tendo como local de inscrição de sua verdade o próprio corpo da cativa seviciada. Afinal, seriam as marcas e os vestígios no cadáver de Carolina que enunciariam a palavra final sobre a doença, a vida e a morte da escrava, influenciando consequentemente o destino dos acusados.

[13] A interferência se evidenciou de diferentes maneiras. O principal perito que atuou no caso, o médico Paulo Saulnier, teve sua formação acadêmica na França do início do século XIX, ambiente sob grande influência da moderna medicina europeia. No Brasil, especializou-se no estudo de doenças tropicais e das epidemias causadas por essas enfermidades, inclusive com trabalhos científicos premiados na Corte sobre o tema. Por outro lado, compôs o que Agostinho Coe definiu como uma elite médica com relevante influência política no Maranhão da segunda metade do século XIX, justamente quando presente a figura do higienista enquanto autoridade responsável pelo planejamento da cidade (COE, 2011, p. 11-33).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Duas versões predominaram na apuração da morte de Carolina. A primeira associou seu falecimento a complicações decorrentes do tétano. A segunda descreveu o óbito como assassinato, causado pela sucessão de sevícias executadas por Ana Rosa Ribeiro, esposa do barão de Grajaú.

A morte pelo tétano foi apresentada no inquérito e defendida publicamente pelo profissional que supostamente tratou de Carolina, Paulo Saulnier de Pierrelevée,[14] médico afamado no Maranhão e amigo próximo de Carlos Fernando Ribeiro. Indagado se cuidou da escrava e quais as circunstâncias de sua morte, eis, em sua íntegra, a versão registrada nos autos a partir do depoimento de Saulnier.

> Sem poder determinar precisamente o tempo, recorda-se porém de que fora chamado pelo Dr. Carlos Fernando Ribeiro para medicar uma sua escrava que ele dissera chamar-se Carolina, ao que prestando-se ele respondente ter de fazer-lhe duas visitas, falecendo a escrava logo depois da última visita no mesmo dia. Quanto à natureza da enfermidade, tendo ele respondente atendido a preta doente, como lhe cumpria, pois que a enfermidade consistia na fratura transversal da rótula do joelho esquerdo, que já nessa ocasião apresentava sinais de tétano, como sobressinais e contrações espasmódicas dos braços e ligamentos dos membros, consequências quase necessárias de todos os ferimentos das articulações e causa iminente de morte. Quanto à causa da enfermidade que pode ter sido de uma queda, que lhe disseram ter dado a preta em uma escada de pedra na ocasião que lutava com um pote d'água, [e que] quase sempre causa de tais ferimentos. Disse mais que tendo-lhe alguém perguntado se esse ferimento de pancadas que sofria a escrava no lugar ferido, ele respondera que não era isso possível, porque as contusões de um pau ou de outro qualquer instrumento nesses lugares ou nesse órgão produzem quase sempre uma desorganização do órgão contuso e feridas, e não uma simples fratura transversal, que só podia ser determinada pela queda estando o corpo carregado. Perguntou-lhe mais que se por ocasião do [...] [ilegível] que fez na preta doente não abriram alguns outros ferimentos na dita nos pés, nas mãos e nas costas embora não tenha sido eles coisa eficiente. Respondeu negativamente observando apenas grande infecção no membro afetado. Perguntou-lhe também se ele respondente não conhece nela sinais de alienação mental, respondeu que não observou os sinais de alienação porque a preta não podia falar, podendo quando muito ter o delírio que pelas febres traumáticas que sofria ela por efeito do ferimento (MARANHÃO, 1856e, n.p.).

[14] Paulo Saulnier de Pierrelevée era francês, nascido em 1788. Formou-se em medicina pela Faculdade Médica de Paris (1818) e em Ciências Naturais e Filosóficas na Universidade de Leipzig, na Alemanha (1821). Em meados da década de 1820 veio para a América, desempenhando, como médico, serviços em campos de batalha de exércitos de diferentes países, a exemplo do Peru e da Bolívia, onde chegou a chefiar divisões armadas. A entrada no Brasil ocorreu a partir do Mato Grosso, em 1833, "para o tratamento de febres ali reinantes". Dois anos depois esteve no Pará, tendo participado ativamente, em 1835, da Cabanagem (LACHAISE, 1845, p. 583-586). Sua vinda a São Luís se deu justamente pelo receio de represálias ao seu envolvimento com os cabanos. No Maranhão, teve seus dois únicos filhos e se estabeleceu de maneira mais definitiva. Tornou-se afamado na Corte e em Portugal por suas pesquisas e publicações sobre a febre perniciosa. Segundo César Marques, Paulo Saulnier fez grande fortuna como médico em terras maranhenses, decidindo em certo momento retornar para a França e gozar de sua aposentadoria. Por falência do banco no qual guardava o que acumulou, teve sua situação financeira bastante comprometida, optando em retornar a São Luís, onde trabalhou até falecer, em 1865 (MARQUES, 2008, p. 742).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A mesma versão foi veiculada em periódicos maranhenses. Em 14 de outubro de 1856, *O Estandarte* reproduziu cartas trocadas entre Carlos Fernando Ribeiro e Paulo Saulnier. Na correspondência assinada por Saulnier, além de reconhecer ser amigo próximo dos Ribeiro e ter por hábito tratar os familiares e escravos daquela família, foram narrados com detalhes os esclarecimentos de ordem médica sobre a morte de Carolina. A conclusão quanto à inexistência de sevícias e à morte por tétano ganhou um tom mais enfático.

> Examinei minuciosamente a doente [Carolina] e nela nada vi senão uma ligeira lesão num joelho, creio que era o esquerdo. O resto do corpo não tinha traço nenhum de ferimento [...]. A sua escrava estava atacada de tétano e febre traumática consecutiva da lesão no joelho, que consistia em uma quebradura que foi procedida de uma queda que deu a preta sobre os joelhos, estando ela carregada com pote de água, o que quase sempre é causa de tal quebradura. Todos sabem que aqui a mínima ferida pode produzir o tétano, quanto mais uma lesão de uma grande articulação. Portanto, a preta morreu de tétano (CARTAS, 1856, p. 2).

Como resta evidente, a narrativa de Saulnier justificou cada possível sinal de maus-tratos com argumentos da medicina. A lesão no joelho só poderia ter sido provocada por uma queda brusca e "estando o corpo carregado"; o ferimento seria suficiente para a contaminação por tétano; o grande comprometimento da saúde da escrava seria decorrência do agravamento daquela doença; e, por fim, os sinais de alienação mental corresponderiam, em verdade, a delírios decorrentes da "febre traumática" ocasionada pelo estado clínico da enferma.

No inquérito que examinou a morte de Carolina, a tradução jurídica do discurso médico de Paulo Saulnier foi simples e evidente. Possibilitou relacionar a morte da escrava ao enlace de uma sucessão de causas naturais, afastando a existência de sevícias e de assassinato. Como visto, a fala do profissional não encontrou réplica, mesmo por parte dos adversários de Carlos Fernando Ribeiro. Seu depoimento foi suficiente para o não prosseguimento das investigações, arquivando-se o inquérito policial sem o oferecimento de denúncia contra qualquer pessoa, "por falta de provas de ilícito".

Conclusão

O texto analisou representações das elites sobre o escravo na Justiça da segunda metade do século XIX e a influência de fatores políticos sobre a Polícia e o Poder Judiciário imperial. A partir do específico embate entre os barões de Grajaú e de São Bento, buscou valorizar o estudo da (re)produção de discursos construídos por uma elite socialmente branca

ISSN: 2236-9228

e escravocrata, legitimada a inscrever sua fala em procedimentos policiais e em autos judiciais.

A análise foi desenvolvida a partir das nuances que envolveram a morte da cativa Carolina, de propriedade de Carlos Fernando Ribeiro. A condução da investigação, que oscilou entre a apuração de um homicídio e a constatação de uma morte acidental, relacionou-se com a luta nos campos jurídico e político levada a cabo com a apuração criminal aqui tratada.

Na esfera jurídica, o caso em debate contribui para a análise da produção e da circulação de discursos das elites sobre o tratamento jurídico do escravo perante o Judiciário. Quanto às relações de poder, gravitou em torno da morte de Carolina parte da atmosfera política da Província do Maranhão, que tomou aquele processo criminal e a exposição dos personagens nele envolvidos como palco privilegiado para o embate há muito travado entre as facções liberal e conservadora.

REFERÊNCIAS

- **Bibliografia:**

ALMEIDA, José Eulálio Figueiredo de. **O crime da baronesa**. 3. ed. São Luís: Lithograf, 2009.

COE, Agostinho Júnior Holanda. Higienizar para civilizar: a emergência de um discurso higienista em São Luís no século XIX. In: FARIA, Regina Helena Martins de; COELHO, Elizabeth Maria Beserra (orgs.). **Saberes e fazeres em construção**: Maranhão, séculos XIX-XXI. São Luís: Edufma, 2011, p. 11-33.

COUTINHO, Milson. **Fidalgos e barões**: uma história da nobiliarquia luso-maranhense. São Luís: Instituto Geia, 2005.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LACHAISE, Claude. **Les médecins de Paris jugés par leurs oeuvres**. Paris: Chez L'Auteur, 1845.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. vol. 2 (A monarquia). 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2008.

LISBOA, João Francisco. (1852-1854) **Jornal de Timon**: eleições na antiguidade, eleições na Idade Média, eleições na Roma Católica, Inglaterra, Estados Unidos, França, Turquia, partidos e eleições no Maranhão. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2004.

MARQUES, César Augusto. (1870) **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão.** 3. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2008.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís [s.n.], 2007.

VIVEIROS, Jerônimo de. (1950) **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras; Alumar, 1999.

_____. Uma luta política do segundo reinado. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**. São Luís. Ano 4, v. 4, p. 13-39, 1952.

- **Impressos:**

BARÃO DE GRAJAÚ. **Pacotilha**. São Luís, p. 3, 17 set. 1889.

CARTAS. **O Estandarte**. São Luís, p. 1-2, 14 out. 1856.

CORRESPONDÊNCIA do Diário. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, p. 2, 12 dez. 1856.

CÚMULO DE DESPEJO. **A Nova Ephoca**. São Luís, p. 1, 17 jan. 1857.

ESTANDARTE (O). **O Estandarte**. São Luís, p. 2-3, 20 nov. 1856.

MORTE DO BARÃO de Grajaú. **Diário do Maranhão**. São Luís, p. 2, 11 set. 1889.

NOVOS EMBUSTES dos redatores do Progresso. **A Nova Ephoca**. São Luís, p. 1-2, 5 fev. 1857.

ÓBITOS. **O Estandarte**. São Luís, p. 4, 29 jun. 1856.

RAPTO ESCANDALOSO. **A Nova Ephoca**. São Luís, p. 4, 31 jan. 1857.

RESPOSTA. **A Imprensa**. São Luís, p. 2, 2 set. 1857.

SENHOR CRUZ MACHADO (AO). **A Patria**. Rio de Janeiro, p. 2, 25 nov. 1856.

UMA CAUSA bem exposada. **A Nova Ephoca**. São Luís, p. 3, 20 mar. 1857.

VERDADES. **A Nova Ephoca**. São Luís, p. 3, 17 out. 1857.

YALE UNIVERSITY. Yale University Library. Biografhical record of Carlos Ferdinand Ribeiro, 1879. In: _____. Yale University Library. **Manuscripts and Archives**. Biografhical records of the Class of 1838, fls. 82-83, New Haven, 1879.

Manuscritos:

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Jurídicas. Certidão de batismo de Carlos Fernando Ribeiro, 28 dez. 1841. In: _____. Arquivo Geral do Centro de Ciências Jurídicas. **Documentação de egressos**. Assentos de discentes, fl. 1, Recife, 1841.

MARANHÃO. Secretaria de Polícia. Chefatura de Polícia. Termo de interrogatório feito à Sofia Rosa Gonçalves Nina, acerca da morte da escrava Carolina, pertencente a Carlos Fernando Ribeiro, 20 set. 1856. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Autos de Interrogatório**. Doc. n.p., São Luís, 1856a.

_____. Secretaria de Polícia. Chefatura de Polícia. Termo de interrogatório feito à Ana Raimunda, acerca da morte da escrava Carolina, pertencente a Carlos Fernando Ribeiro, 29 set. 1856. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Autos de Interrogatório**. Doc. n.p.. São Luís, 1856b.

_____. Secretaria de Polícia. Chefatura de Polícia. Termo de interrogatório feito à Clara Maria da Conceição, acerca da morte da escrava Carolina, pertencente a Carlos Fernando Ribeiro, 30 set. 1856. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Autos de Interrogatório**. Doc. n.p., São Luís, 1856c.

_____. Secretaria de Polícia. Chefatura de Polícia. Termo de interrogatório feito a Silvestre Marques da Silva Serrão, acerca da morte da escrava Carolina, pertencente a Carlos Fernando Ribeiro, 18 out. 1856. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Autos de Interrogatório**. Doc. n.p., São Luís, 1856d.

_____. Secretaria de Polícia. Chefatura de Polícia. Termo de interrogatório feito a Paulo Saulnier, acerca da morte da escrava Carolina, pertencente a Carlos Fernando Ribeiro, 18 out. 1856. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Autos de Interrogatório**. Doc. n.p., São Luís, 1856e.

_____. Secretaria de Polícia. Chefatura de Polícia. Termo de interrogatório feito a João Luís da Rocha Compasso, acerca da morte da escrava Carolina, pertencente a Carlos Fernando Ribeiro, 20 out. 1856. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Autos de Interrogatório**. Doc. n.p., São Luís, 1856f.

_____. Secretaria de Polícia. Chefatura de Polícia. Termo de interrogatório feito a Ermelindo Marques da Silva Serrão, acerca da morte da escrava Carolina, pertencente a Carlos Fernando Ribeiro, 30 out. 1856. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Autos de Interrogatório**. Doc. n.p., São Luís, 1856g.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

FORMAR-SE PROFESSORA: POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE INSTRUÇÃO FEMININA NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX

Ilma de Jesus Rabelo Santos[1]

Educação feminina e escolarização

A virada do século XIX vivenciou grandes transformações: um acelerado processo de urbanização, mudanças econômicas e convulsões políticas e sociais. Estas alterações remodelaram as relações entre os sujeitos e, sob a influência dos padrões europeus de comportamento, adaptaram sua realidade. É nesse momento que se consolida a classe burguesa com interesses novos, adotando comportamentos e costumes que lhes distinguem socialmente.

Ao longo do século XIX foi produzido um padrão de moral a ser alcançado por homens e mulheres e, em consonância a este padrão de moralidade e das idealizações de gênero vigentes, o casamento era um destino a ser cumprido pelas mulheres. Isto exigia das mesmas que enquanto fossem solteiras, se mantivessem virgens, inocentes e puras, e quando casadas, primassem pela honestidade, discrição e pudor. A estas qualidades, foram adicionados novos predicados, e um desses novos requisitos foi a instrução, que passou a ser uma qualidade desejada e incentivada para as mulheres. Era o ideal de *mãe educadora* que tinha, no entendimento da Igreja Católica, Maria, mãe de Jesus seu modelo, pois segundo as autoridades católicas ela fora a "Educadora e Mestra", de seu Filho (NUNES, 2006).

A doutrina Positivista teve no Maranhão Antônio Almeida Oliveira entre seus adeptos, que na obra *O Ensino Público*, publicado em 1874, pontua que a educação oferecida às mulheres no Brasil era vista com descuido e que não considerava a importância do papel feminino na construção da sociedade.

Segundo este autor as mulheres erem responsáveis pela civilização e progresso da humanidade. Entretanto, esse discurso de mais educação para as mulheres, um ponto, porém, ganha destaque: a ideia de que a mulher deveria ser *mais educada do que instruída*, visto que a preocupação e ênfase dessa maior instrução recaíam sobre a sua formação moral, sob a constituição de seu caráter, de sua instrumentalização com valores morais e cristãos.

[1] Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN/UEMA). Email: ilmajrs@hotmail.com.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> [...] a instrução é vista como a viabilização da formação intelectual, respaldada pelas instituições oficiais responsáveis, isto é, a promoção de uma educação formal tendo o governo como organizador, [...] A educação é entendida, por sua vez, como a transmissão de valores morais repassados não apenas por instituições de ensino, as, também, por todos aqueles que fazem parte da vivência diária da criança, sendo responsabilidade dos pais e, especialmente da mãe (BADINTER 1985, apud SALES, 2010, p. 15).

Essa educação era advogada por uma parcela significativa de autoridades e intelectuais da época que viam essa formação moral e de bons princípios como indispensável para a tarefa que deveriam desempenhar na sociedade burguesa de finais do século XIX, que ganhava contornos de modernidade.

Essas reivindicações por mais educação feminina representaram um ganho para as mulheres de classe média, mas em termos práticos, essa maior escolarização continuava a ser justificada por seu destino "natural": o casamento e a maternidade. Essa proposta, dita moderna, revelava marcas profundas da sociedade patriarcal na qual foram forjados os estereótipos e padrões de representações sobre os sexos, e mesmo sendo uma abertura no discurso educacional de finais do século XIX, trazia consigo algumas restrições para essa educação feminina.

> Mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. Essa educação, que, a princípio e de acordo com a tradição portuguesa, fora negada sob o pretexto de que conhecimento e sabedoria eram desnecessários e prejudiciais à sua frágil constituição física e intelectual, acabou por revelar-se desejável a partir do momento em que a mulher passou a ser vista, na sociedade da época, como a principal mantenedora da família e da pátria, conforme pregava o discurso eugênico e positivista (ALMEIDA, 1998, p. 33).

Segundo Louro (2001), o discurso normativo se localizaria numa educação que não atenderia aos anseios das próprias mulheres, mas na *função social* que viriam a desempenhar como educadora de seus filhos, ou como formadora dos futuros cidadãos. Nesse sentido, as instituições de ensino personificam um dos locais de "escolarização de corpos e mentes", onde de forma sútil os sujeitos são adestrados em seus comportamentos e sentimentos, e onde suas identidades são forjadas, escolarizadas. Esses locais se configuram em ambientes muito mais que espaços pedagógicos inofensivos.

> Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenham algumas

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam também produzem diferença (LOURO, 2013, p. 65, grifos da autora).

As propostas de escolarização sistematizada e institucionalizada no Brasil remontam às influências vindas da Europa ao longo do século XIX, fruto da progressiva consolidação e desdobramentos das revoluções burguesas do século anterior e do processo de industrialização do mundo capitalista que disseminou inúmeras ideias de cunho liberal.

No Brasil, os adeptos do discurso modernizante esbararam na monarquia e na escravidão, consideradas como entraves para a inserção do país no progresso social e econômico (TOURINHO, 2008). Essa busca pelo novo se acentua com a proclamação da República, pois os ideais liberais e democráticos trouxeram à tona o tema expansão do e o "tema da educação popular passou a frequentar mais assiduamente o discurso político e a educação a ser proclamada como remédio para todos os males que afligiam a nação" (SALDANHA, 2008, p. 16).

Sales (2010) analisando as possibilidades de escolarização feminina durante a Primeira República em São Luís ressalta que a instrução nesse momento estava atrelada "à concepção de cidadania e nacionalidade, onde o desenvolvimento do país referia-se à capacidade de trabalho realizado no Estado-Nação [...] a instrução voltava-se ao labor, que dignificaria o homem e proporcionaria enriquecimento ao país [...]" (SALES, 2010, p. 69). Este era o modelo de nação, educação e cidadão adotado pelo positivismo.

Levando em conta as dificuldades financeiras e estruturais do estado, podemos considera alguns dados. No que se refere às matrículas de mulheres na instrução pública houve alguns avanços. Se pensarmos na possibilidade das escolas mistas, temos um ponto positivo para a elevação do número de alunas frequentando as escolas primárias. A legislação educacional indicava como proceder em casos de criação, conversão e extinção de cadeiras do primário no Regulamento do Ensino Primário (artigo 6º, 1º e 2º incisos), contido no Regulamento da Instrução Pública de 1893.

> A eschola do sexo masculino, que for frequentada por trinta alumnos, pelo menos, será extincta, devendo ser convertida em mixta a do feminino, existente no districto.
> Si não existir, na localidade, eschola do sexo feminino, será creada a eschola mixta;
> Si a frequencia da eschola do sexo feminino for maior de cinquenta alumnos, será creada, independente dela, a eschola mixta (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1893, p. 30).

ISSN: 2236-9228

Esse número de escolas mistas sugere um aumento do número de meninas frequentando as escolas no Maranhão, ou pelo menos, maiores chances de escolarização. Tendo por base Relatórios dos Governos do Estado[2] de 1889 a 1916, Sales analisa o número de matrículas no ensino primário na capital. Sobre os dados levantados, se percebe que no início da República as matrículas do sexo masculino chegam a dobrar com relação ao sexo feminino. Entretanto, durante as duas primeiras décadas do século XX esse quadro tende a equilibrar-se.

É pertinente ressaltar que apesar de seu número pequeno, no que diz respeito à ampliação da oferta de ensino, eles foram válidos para o contexto, mas sofreram as influências dos discursos e padrões socialmente esperados e aceitos.

Nesses discursos de ampliação do ensino, parece haver uma intenção de conformar a escola como espaço neutro e não politizado, local de reprodução da harmonia que deveria ser vivido no lar, na casa das alunas, futuras esposas e mães. Nessa perspectiva Guacira Louro sublinha que a noção de escola ganha novos sentidos, ajudando a conformar um novo tipo de domesticidade.

> A escola adquiria, também, o caráter da casa idealizada, ou seja, era apresentada como um espaço afastado dos conflitos e desarmonias do mundo exterior, um local limpo e cuidado. A proposta era que esse espaço se voltasse para dentro de si mesmo, mantendo-se alheio às discussões de ordem política, religiosa etc. Apontava-se que a polêmica e a discussão eram "contra a natureza feminina" (LOURO, 2001, p. 568).

Aqui se situa uma tentativa de manutenção da ordem vigente sob os aspectos imperiosos para a República visto que atendia à demanda de extensão educacional para as mulheres, mas também normatizava sua estada fora do espaço privado, mantendo professoras e alunas, alheias às discussões ou problemáticas que assolavam o mundo externo ao lar. Isso se acentua fortemente quando os cursos de formação docente foram amplamente difundidos pela necessidade de professores para o primário, especialmente quando o Normal se transforma em "curso espera marido".

[2] Ver Sales (2010, p. 84), que em sua pesquisa considera em sua analise os Relatórios dos Governos do Estado entre 1889 e 1927, porém optamos por considerar apenas o crescente número de matrículas por sexo.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A Escola Normal e a formação das professoras

> As instituições de formação ocupam um lugar central na produção e reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas da profissão docente, desempenhando um papel crucial na elaboração dos conhecimentos pedagógicos e de uma ideologia comum. Mais do que formar professores (a título individual), as escolas normais produzem a profissão docente (a nível colectivo), contribuindo para a socialização dos seus membros e para a génese de uma cultura profissional (NÓVOA, 1995, p. 18 grifos do autor).

Na busca pela modernização da sociedade brasileira, as reformas na instrução ocupam destaque na legislação educacional da época. Por todos os estados da Federação era imperioso minimizar o analfabetismo e combater as críticas que este problema causava à República. Como já pontuado, a Primeira Constituição republicana estabelecia a laicidade do ensino, mas havia um projeto educacional a ser cumprido: vencer o analfabetismo, ou ao menos minimizá-lo.

No bojo dessas propostas se intensificaram os projetos voltados para a formação de professores. A criação das escolas normais, enquanto instituições de ensino tinham objetivos muito claros: a formação docente para a escola elementar; alfabetizar a população brasileira. Essas escolas seriam o meio pelo qual os estados atingiriam o objetivo do projeto republicano: "criar uma cidadania, via instrução" (TOURINHO, 2008, p. 49).

As Escolas Normais foram pensadas enquanto instituições destinadas à formação profissional de docentes para o magistério primário, e no Maranhão, como dito anteriormente, um dos defensores mais eloquentes deste empreendimento voltado para a escola pública foi Almeida Oliveira. Enquanto educador, ele aponta para a necessidade do estado em "descobrir bons professores", sendo para isso necessário que a estes fossem oferecidas "cômoda e vantajosa careira", "distinções e honra que devem merecer os educadores", ou que o governo fizesse existir estes bons professores, através de escolas normais e conferências pedagógicas destinadas a formar e aperfeiçoar os docentes (OLIVEIRA, 2003, p. 209).

Com o advento da República, o discurso modernizador e de negação de tudo o representava o regime monárquico, reavivou a ideia de organizar e aparelhar escolas de formação de professores primários. Entretanto, mais tarde essas escolas passaram a se organizar sob a premissa do magistério como extensão da maternidade.

> As escolas Normais deveriam formar professoras para um desempenho profissional calcado no humanismo, na competência e na moralidade. Às mulheres essa educação em nível médio deveria bastar, mantendo-se o sexo feminino com um destino profetizado e ocupando o segundo lugar na esfera social (ALMEIDA, 2014, p. 920).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

O ensino público, nesses termos, apresenta-se como um reprodutor do sistema de hierarquia social que normalizava os movimentos dos sujeitos, os colocando em compartimentações específicas. Isto foi feito em todos os níveis de ensino, uma vez que as divisões ou gradações, nas quais foi organizada a instrução pública, apontam para tal manutenção.

No caso específico das mulheres, ou pelo menos para a grande maioria delas, o Curso Normal, em nível secundário era o grau máximo de conhecimento escolarizado a que podiam ter acesso. Somente mais tarde foi possível cursarem o nível superior em algumas faculdades.

Da mesma forma que os outros estados, o Maranhão perseguiu o lema do Positivismo: o ordenamento para o progresso. Nessa tarefa, o Estado precisava desenvolver o sistema educacional e melhorar os índices de alfabetização, e para isso era necessário capacitar e aprimorar o professorado público maranhense. É fruto desse contexto a Escola Normal do Maranhão, criada pelo decreto n° 21, de 15 de abril de 1890, assim organizando o ensino.

> Art. 1º - O ensino publico no Estado do Maranhão será primario, secundario, technico ou profissional e fornecido gratuitamente nas Escolas Publicas Primarias, na Escola Normal, no Lyceu Maranhese e no Instituto Technico.
> Art. 2º - O ensino primário é facultativo.
> [...]
> Art. 6º - O ensino profissional, que habilite ao magisterio primario, será dado a um e outro sexo na Escola Normal.
> Art. 7º - Fica creada nesta capital uma Escola Normal, [...] (MARANHÃO, 1890, p. 52-53).

Por esse decreto a Escola Normal ficava anexa ao Liceu Maranhense, o que se justifica por dificuldades financeiras do estado para manutenção de um prédio próprio, bem como porque os docentes receberiam uma gratificação para ministrar aulas também no Curso Normal. A escola recebeu um conjunto de aparatos pedagógicos, como livros e laboratórios, que podiam ser usados também pelos discentes do Liceu Maranhense (SALDANHA, 2008).

A Escola normal deveria receber indivíduos de ambos os sexos, destinava-se a formação técnica de professores, e de acordo com o regulamento de 22 de junho de 1890, o curso oferecido por essa instituição durava três anos, mas que no início do século XX passou a ter duração de cinco anos (MOTTA, 2003)[3].

[3] A duração do curso normal desde a fundação da Escola Normal em 1890 era de 03 anos, de 04 anos a partir de 1903 e de 05 anos a partir de1907 (Trabalhos do Congresso Pedagógico, 1920, p.385).

ISSN: 2236-9228

De acordo com o regulamento de 1894, para ingressar no Curso Normal alguns requisitos eram necessários. Comprovação no ato da matrícula haver concluído o curso primário, a idade mínima para os homens era de 15 anos e para as mulheres era de 16 anos, não haver sido expulso do Liceu Maranhense, e ainda ser vacinado ou não ter contraído varíola ou outras doenças contagiosas (REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL, 1894, art. 12°, p. 74), o que revela a preocupação com a profilaxia e sanitarização urbana, muito em voga na capital federal, se estendendo por todo o país nessa época.

Essa regulamentação do currículo fora elaborada com objetivo de manter a ordem social, pois no que se refere às mulheres, as escolas normais no Brasil se colocaram como reprodutoras dos papéis esperados para elas: matrimônio e maternidade. Isso é perceptível na distribuição de disciplinas, uma vez que haviam, além daquelas comuns a ambos os sexos, aquelas exclusivas para as moças, de cunho doméstico. Tínhamos assim a educação institucionalizada pelo estado, reproduzindo o imaginário social do período ao estabelecer que, para "os alumnos do sexo feminino haverá [...] uma aula de costuras e bordados, que funcionará 1 hora por semana, desde o primeiro até o terceiro anno inclusive" (REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL, 1894, art. 8°, p. 73).

Com a criação da Escola Normal do Maranhão ficou estabelecido institucionalmente duas escolas públicas de nível secundário. A primeira marcadamente técnica e a segunda com formação para o ingresso no nível superior. Isso fica mais claro quando se observa que, apesar de funcionar em prédios anexos e até contar com disciplinas comuns, os objetivos dos currículos eram bem distintos. O Liceu Maranhense contava com uma proposta de formação humanística e preparava os rapazes para seguir os estudos na universidade, enquanto a Escola Normal, para a atuação docente no nível do ensino primário. A esse nível técnico as mulheres podiam ter acesso.

A despeito dessa prerrogativa de formação de professores, o currículo desta escola contava com apenas uma disciplina de *Pedagogia* conforme o Regulamento da Escola Normal de 1890, que foram ampliadas para duas conforme Regulamento da Instrução Pública de 1893. Podemos salientar os limites dessa formação pedagógica, que por um lado evidencia uma negligência para com a instrução feminina, e por outro, a falta de seriedade no tratamento das questões educacionais por parte dos poderes públicos.

Escola Normal passou por um conjunto de embaraços que inviabilizaram o pleno funcionamento deste estabelecimento de ensino. Os salários dos professores primários não

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

eram atraentes; as cadeiras vagas para este nível eram em sua maioria fora de São Luís, e estas com vencimentos menores que os da capital.

Somavam-se a estes entraves a falta de uma escola de aplicação para o treinamento prático docente, que segundo Oliveira era necessário a toda e qualquer profissão, e no caso da docência era indispensável, pois desenvolveria nos professores dois requisitos básicos para exercício do magistério: "a vocação para o ofício e a prática dele" (2003, p. 212). Ainda ressaltava que uma escola normal era algo imperioso, sendo "uma fonte de estudos teóricos e práticos. Ao mesmo tempo que ministra o ensino experimenta o gosto do aluno, desenvolve-lhe a vocação e forma-lhe o caráter nos predicados, que devem coroar o exercício da pedagogia" (OLIVEIRA, 2003, p. 213).

O senador Benedito Leite, habilidoso nas conformações políticas, propôs algumas mudanças para reverter esse quadro, e em vias da Escola Normal ser fechada, apresentou uma nova proposta de reforma no ensino público. As reformas contemplavam reajustes salarias, pela Lei nº 164 de 21 de maio de 1896, concursos para provimento de escolas de primeiras letras na capital, revisão dos regulamentos, transformação das escolas estaduais em grupos escolares e destes no interior do estado, e a criação de uma escola de aplicação (SALDANHA, 2008; MOTA, 2003).

A Escola Modelo foi criada pelo governo estadual, conforme a Lei 155, de 06 de maio de 1896, anexa à Escola Normal como escola primária e para servir de escola de aplicação prática aos alunos da escola de formação. A Escola Modelo do Maranhão, que a partir de 1899 viria a se chamar Escola Modelo Benedito Leite, passa a existir conforme a referida lei, que assim dispunha sobre a instituição,

> Art. 1.º Fica creada anexa à escola normal uma escola modelo destinada à educação de menores de ambos os sexos e aos exercicios de ensino dos alunos normalistas.
> Art. 2.º Para a instalação dessa escola poderá o Governo nomear ou contractar livremente pessoa idonea por tempo indeterminado (MARANHÃO, 1896, p. 39).

Esta lei traduz uma preocupação com a instrução prática do professorado, avaliação dos conhecimentos técnicos e aplicação prática dos mesmos, conhecidos com "tirocínio", bem como revela a necessidade do dirigente desta escola de aplicação ser uma "pessoa idônea". Este requisito nos parece ser mais importante que a qualificação técnica ou intelectual para o exercício das funções do referido cargo. A prerrogativa de formação técnica dos alunos fica expressa também no Regulamento Escola Normal, Escola Modelo e cursos anexos de 1905.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> Art. 1º A Escola Normal é um estabelecimento de ensino profissional, de regimen mixto, que se destina ao preparo dos professores que devem ministrar o ensino nas escolas primarias do Estado.
> Art. 2º Preencherá os seus fins por meio de:
> a) um curso de instrucção geral, que consolidará e ampliará, complementando-a, a instrucção elementar, verificada pelo exame de admissão;
> b) um curso de instrucção technica, que instruonirá e adextrará nos methodos e processos da cultura phísica, mental e moral a mocidade;
> c) uma Escola Modelo de applicação, que lhe será anexa, onde, pela observação e pelo exercicio os futuros professores se iniciem na pratica do magistério, a que se encaminham;
> d) um Curso anexo à Escola Modelo, com caracter complementar do ensino de algumas de suas disciplinas (REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL, 1905, p. 3).

As proposições da escola de aplicação estão expressas nas palavras de Justo Jansen Ferreira em discurso por ocasião da solenidade de entrega de diplomas em 15 de novembro de 1910. Segundo esse discurso, a Escola Modelo tem as seguintes atribuições: "[...] espalhar o ensino anualmente por mais de 300 crianças, além de ser a escola propedêutica da Normal, é ainda a clínica pedagógica, onde as normalistas vão praticar os princípios estudados durante o curso" (FERREIRA, 1910, p. 5-6). Nesse sentido, depreende-se que a intenção era elogiar os trabalhos da Escola Modelo voltados para a instrução pública primária do Estado.

A despeito de uma série de dificuldades financeiras, instabilidades econômicas e embates políticos, a Escola Normal foi se configurando como uma escola elitista, pois formar-se *professora normalista* significava a possibilidade de "melhor visibilidade, sob o ponto de vista social", mas também um entrave para muitos homens e mulheres, uma vez que essa "profissionalização exigia agora preparo e investimento em tempo e dinheiro o que acabava por afastar muitas pessoas que não dispunham, na sua maioria, do último item" (TOURINHO, 2008, p. 59).

As normalistas, enquanto alunas e representantes de instituições de ensino que primavam pelo bom comportamento, disciplinamento e moral, precisavam cumprir uma série de normas expressas nos documentos expedidos pelo poder público. O mesmo regulamento, no capítulo X, versa sobre os deveres e penalidades aos alunos.

> Art. 119. Os alunos da Escola Normal, além das obrigações já constantes deste Regulamento deverão:
> 1º Apresentar-se com asseio e pontualidade no estabelecimento nos dias e horas das suas lições, assistindo a todas do começo ao fim.
> 2º Portar-se com todo o respeito, tendo a melhor conducta no estabelecimento.
> [...]
> 4º Apresentar, nos dias designados, seus trabalhos escriptos, sem emendas, borrões ou rasuras.
> [...]
> 6º Guardar o maior silencio nos corredores e salas do estabelecimento.

ISSN: 2236-9228

> 7º Communicar ao Director, ou ao professor, si estiver em aula, para obter a respectiva permissão, a necessidade que por ventura o force a retirar-se do estabelecimento antes de terminar suas lições.
> 8º Tratar com toda a attenção ao Director professores e vigilantes e obedecer-lhes as admoestações e advertências (REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL, 1905, p. 32-33, grifos nossos).

As obrigações das jovens alunas orbitavam principalmente no tocante a limpeza, organização, disciplinamento e contenção de suas condutas. O mesmo artigo traz um inciso único onde apresenta as proibições às alunas. Nele se percebe a tentativa de controle sobre os comportamentos considerados perigosos à moral. Desse modo, era proibido:

> 2º Escrever, pintar, desenhar, gravar, ou por qualquer modo sujar, estragar ou danificar o edifício, seus moveis, ou utensílios, ficando sujeito a indemnizar qualquer prejuízo por isso causado, além das penas que para o caso forem impostas neste regulamento.
> 3º Distribuir escriptos ou impressos, desenhos, gravuras etc., manifestamente offensivos á moral.
> 4º Retirar do estabelecimento qualquer objeto pertencente à Secretaria, Gabinete e aulas, ainda mesmo no propósito de restitui-lo dentro do mais curto espaço de tempo.
> 5º Permanecer no estabelecimento depois de terminadas ou despedidas as aulas. (REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL, 1905, p. 33).

É diante desse quadro de disciplinamento e ordenação social que se inscreveram a extensão do ensino, na qual as mulheres estavam inseridas, primeiramente como alunas, o que significou mais acesso ao conhecimento institucionalizado, e posteriormente a possibilidade de uma formação técnica em nível secundário, nas Escolas Normais, que poderia lhes garantir uma ocupação no espaço público e até uma profissão.

REFERÊNCIAS

- **Documentos**

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil**. Decreto Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm Acesso em 15.03.2017.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de** 1891. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em 15.03.2017.

DECRETO nº 94 de 1º de setembro de 1891. **Reorganiza o ensino Público de Estado do Maranhão**. MA: Typ do Frias, 1891.

MARANHÃO. Poder Legislativo. **Coleção de Decretos, Leis e resoluções do Maranhão de 22 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1892**. Maranhão: Typ a vapor do Frias, 1893.

MARANHÃO. **Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão**. Maranhão: Typ dos Frias, 1893.

MARANHÃO. Poder Legislativo. **Regulamento da Escola Normal, criada pelo Decreto nº. 21 de 15 de abril de 1890**. São Luís, 1894.

MARANHÃO, Poder Legislativo. **Coleção das Leis do Estado do Maranhão de 1895**.

MARANHÃO, Poder Legislativo. **Coleção das Leis do Estado do Maranhão de 1896-1897**.

MARANHÃO. Poder Legislativo. **Regulamento da Escola Normal, dos institutos que lhe são jurisdicionados e da Escola Modelo Benedicto Leite e curso anexo.** Decreto n. 55 de 27 de junho de 1905. Maranhão: Typ Frias, 1905.

MARANHÃO. Poder legislativo, **Coleção das Leis, Pereceres do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1906**. São Luís: Typ. Imprensa Official, 1907.

- **Bibliografia**

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **"O dote é a Moça Educada"**: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. São Luís: Editora UEMA, 2012.

_____. **A educação feminina em São Luís na segunda metade do século XIX**. São Luís: Editora UEMA, 2014.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. Letramento e escrituras: as professoras no contexto do simbólico das práticas de formação e profissionalização docente. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.14, n.43, p.911-937, set./dez. 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. II. A experiência vivida. 2ª ed., São Paulo Difusão Europeia de Livro: 1967.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. SP: Edições Vértice, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

MARANHÃO. **Discurso pronunciado pelo Dr. Justo Jansen Ferreira na Escola Normal do Maranhão por ocasião da entrega de diplomas às Professoras Normalistas de 1910.** São Luís: Imprensa Oficial, 1910.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **As construtoras da nação**: professoras primárias na Primeira República. Niterói: Intertexto, 1999.

NÓVOA, António. **Profissão professor**. 2ª ed., Lisboa: Editora Porto, 1995. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/176696578/Profissao-Professor#. Acesso em: 15 mar. 2017.

NUNES, Iran de Maria Leitão. **Ideal Mariano e docência**: a identidade feminina na Proposta Educativa Marista. (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRGN, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Almeida. **O Ensino Público**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003 (Edições do Senado Federal; v. 4).

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n.18, p. 09-18, ago/set, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntico, 2008.

SALDANHA, Lilian Leda. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana.** Imperatriz, MA: Ética, 2008.

SALES, Tatiane da Silva. **Brechas para a emancipação**: usos da instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República. (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA 2010.

SANTOS, Ilma de Jesus Rabelo. **A mulher no magistério:** representações da identidade docente no Maranhão republicano (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. In. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press,1989 (Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila). S.O.S. Corpo. 3.ed. Recife, 1996 (mimeo).

TOURINHO, Mary Angélica. **As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão**: entre o discurso da ordem e a subversão das práticas. (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2008.

Trabalhos do Congresso Pedagógico. São Luiz-Maranhão: Imprensa Oficial, 1920.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

FUNCIONAMENTO DAS IRMANDADES DE 1840 A 1875

Milena Rodrigues de Oliveira[1]

As irmandades eram organismos que tinham como objetivo exercer alguma obra de caridade ou piedade, inclusive todas elas recebiam uma denominação ligada ao santo de devoção. O santo era escolhido quando a maioria das pessoas sentiam afinidade com aquele protetor, sendo assim uma vez no ano celebrava-se a festa do santo.

Depois de instalada, cada irmandade tinha que redigir um compromisso no qual explicitava todas as funções dos irmãos. Estes documentos eram mandados para Lisboa e precisavam da aprovação da Coroa, porém nem sempre eram aprovados na íntegra e quando isto acontecia precisava retornar para acontecer reformulações.

As irmandades eram divididas em três segmentos principais, brancos, negros e mulatos, apesar da posse de bens ser um requisito importante para a aceitação de membro na irmandade "a questão era predominantemente de caráter social e racial" (BOSCHI, 1986, p. 159).

Funcionamento das irmandades de 1841 a 1845

Estas associações eram organizadas a partir de funções delegadas na própria irmandade. Cada irmão poderia ser eleito para exercer cargos dentro da confraria, isto se estabelecia através dos cargos, sendo que o designado tinha uma alta carga de responsabilidades.

O funcionamento se dava de forma quase igual em todas elas. A maioria delas, por exemplo tinha provedor, secretário, tesoureiro, zelador, procurador, porém cada irmandade tinha suas especificidades.

Geralmente os compromissos começavam com referências à veneração do santo patrono, mostrando assim, no primeiro artigo, que antes de qualquer coisa os membros estavam reunidos para o culto do santo.

> Art.1. O serviço e culto da Virgem Senhora dos Remédios, para cujos fins foi instituída esta irmandade em 1799, constitui a parte essencial de seus deveres e a

[1]Mestra em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: milideoliveira@yahoo.com.br

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> base fundamental da obrigação de todos os seus irmãos (MARANHÃO, Lei 360, 22/07/1854).

A base fundamental de obrigação, mostrada na citação acima, enfatiza a importância do entendimento do santo como peça fundamental da irmandade, sem o qual as confrarias não teriam razão de existir.

Contudo, nem todas as confrarias começavam o seu compromisso falando do santo, algumas preferiam analisar primeiramente o número e a qualidade das pessoas que a Mesa iria conter. A Mesa era diretamente responsável pelas decisões das irmandades, por isso a preocupação com a qualificação das pessoas que a comporiam.

A Irmandade de Bom Jesus da Cana Verde mostrou essa preocupação, segundo eles

> Da Mesa depende a direção de toda a irmandade, por isso ella será composta de um Provedor, um secretário, um zelador, um tesoureiro e um Procurador, que serão pessoas livres, e de doze Mesários, cuja maioria deve ser composta de captivos (MARANHÃO. Lei nº 324, 1852).

Na citação acima os lugares mais importantes deveriam ser ocupados por pessoas livres. Todavia, os doze mesários deveriam ser na sua maioria cativos, isto quer dizer que mesmo a Irmandade de Bom Jesus da Cana Verde sendo usualmente designada como de negros, não delega os seus cargos mais importantes necessariamente a eles.

Outro trecho que constava em todos os compromissos era o referente a admissão de irmãos. Como trabalhamos com irmandades de grupos diversificados, os critérios de admissão mudavam de documento para documento, inclusive as confrarias mais restritivas em relação à entrada de novas pessoas eram a de brancos.

Podemos citar como exemplo de irmandade de brancos a Santa Casa de Misericórdia, para fazer parte delas precisava-se ter cinco qualidades. Transcreveremos duas que mais chamaram a atenção pelo seu caráter restritivo:

> 3. Ter bom entendimento e saber, não podendo, portanto, ser admitido o que não saber, ler, escrever e contar.
> 4. Ser abastado em fazenda, de maneira que possa acudir ao serviço da irmandade sem cair em necessidade e sem incorrer na suspeita de se aproveitar do que correr em suas mãos (MARANHÃO, Lei nº 79, 16/07/1840).

Na citação acima a referência a bom entendimento e saber, limita a possibilidade de qualquer escravo fazer parte da associação, além disso a quarta característica reforça ainda mais essa exclusão especificando que o membro deveria ser abastado em fazenda. Esta última

ISSN: 2236-9228

característica tinha como objetivo proteger a irmandade de possíveis desfalques, pois os membros imaginavam que uma pessoa com posses teria reduzidas possibilidades de incorrer contra o patrimônio da dita confraria.

Enquanto as confrarias de brancos limitavam quem poderia fazer parte da sua associação, a de mulatos exigia uma característica muito importante para eles, ser livre. A Irmandade do Senhor da Coluna especifica de uma maneira bem evidente a condição de ser livre, "Para ser admitido ao grêmio da irmandade, deve o pretendente ser de condição livre, maior de vinte e um anos de idade, de conduta irrepreensível, ter meios de subsistência e achar-se isento de crime (MARANHÃO, Lei nº 759, 14/06/1866).

Como a possibilidade de entrada de escravos nas irmandades era limitada, eles organizaram irmandades próprias que enfatizavam um aspecto interessante, a aceitação de qualquer pessoa que pagasse pelo ingresso. Esta afirmação se enquadra no compromisso de Bom Jesus da Cana Verde,

> Os irmãos que se receberem deverão ter boa conducta e sã consciência, quer livres, quer cativos, quer homens, quer mulheres; e nunca o número dos Irmãos livres deverá ser superior ao dos cativos; mas os Irmãos cativos, que vieram a libertar-se não serão expelidos da Irmandade, ainda que por esse facto fique superior o número dos Irmãos livres (MARANHÃO, Lei nº 324, 02/10/1852).

O trecho acima enfatiza que os irmãos podiam ser livres ou cativos, homens ou mulheres, inclusive o número de irmãos livres não podia ser superior ao de cativos, provavelmente esta medida era necessária porque a Irmandade de Bom Jesus da Cana Verde era considerada de negros.

O atrelamento dessas irmandades aos senhores era tão presente, que para um escravo ser aceito nestas confrarias, era preciso uma licença por escrito do seu senhor. Assim, os brancos estavam diretamente vinculados às associações dos seus escravos, principalmente no que diz respeito à parte financeira, pois a maioria das anuidades era paga pelo dono no cativo. Havia um caso dessa licença na Irmandade de Nossa Senhora da Boa Viagem, " Se o peticionário for sujeito ajuntará a sua petição, licença de seu senhor, por escripto, além de que fará a mesa as pesquisas que julgar necessárias, a fim de evitar duvidas futuras" (MARANHÃO, Lei nº 650, 26/06/1863).

Estas confrarias precisavam de contribuições para se manter, para este fim cada associação estipulava uma joia de entrada e tinha variados valores. A Irmandade de São José do Desterro considerada de mulatos estipulou a quantia de cinquenta mil réis no ato de

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

entrada, ou seja, mesmo sendo uma confraria de mulatos isto não impunha barreiras a altas cobranças financeiras (MARANHÃO, Lei nº 1083, 16/07/1874).

Outra irmandade de mulatos, que estabelecia uma alta quantia para a joia era a do Senhor da Coluna sendo assim, "Cada irmão pagará cinco mil réis de jóia, e mil réis de annuaes, (MARANHÃO, Lei nº 759, 1866, 14/06/1866).

Entre as irmandades de brancos pesquisadas, a menor quantia estabelecida era da Confraria de Remédios, o seu valor era em torno de quatro mil réis, porém os valores mais baixos eram das irmandades de negros. No caso da Confraria do Rosário, que era considerada de negros, a joia de entrada era de mil réis e se pagava anualmente trezentos e vinte (MARANHÃO, Lei nº 302, 10/09/1851).

Com relação à administração destas associações, ela era confiada a uma Mesa, com número variável de componentes, sendo responsável pelas decisões de toda a irmandade. A Confraria dos Remédios em seu documento especifica em detalhes os membros, sendo assim "esta Mesa é composta de um juiz, dum secretario, dum tesoureiro, dum procurador, e de doze irmãos que se chamarão mesários" (MARANHÃO, Lei nº 360, 22/07/1854).

Como cada irmandade tinha uma necessidade, algumas funções existiam em algumas Mesas em outras não. A Santa Casa de Misericórdia, por exemplo, como era ligada ao assistencialismo, estabelecia ocupações diferentes para os seus irmãos. Na Mesa tinham,

> O Provedor, o Secretario, o tesoureiro, o Procurador Geral, o Inspector dos hospitais e Casa da Roda, o Mordomo da Igreja e Cemitério, o Mordomo dos Edifícios, o Thesoureiro das loterias, o Mordomo dos Presos, Dores Mordomos Letrados, Doces Mordomos Visitadores (MARANHÃO, Lei nº 79, 16/07/1840).

Dos membros da Mesa mais citados, temos o juiz, que é uma espécie de chefe da irmandade, a qual cabia encerrar e dirigir as sessões da Mesa, manter um bom entendimento entre os presentes e patrocinar as festividades. A função do juiz em algumas irmandades era substituída pelo Provedor que também presidia a Mesa.

Outro membro que era constantemente mencionado nos compromissos era o secretário, ele tinha de ser alfabetizado porque cabia a ele cuidar das documentações importantes a respeito da confraria. Temos abaixo algumas atuações do secretário:

> 1.Ocupar a presidência da mesa, na falta do juiz.
> 2. Fazer a leitura de todo o expediente.
> 3. Fazer ou mandar fazer toda a escrituração precisa.
> 4. Conservar em sua guarda e boa ordem todos os livros e mais papeis.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> 5. Informar de todos os negócios, que estiverem a seu alcance, assim como do que lhe for pedido (MARANHÃO, Lei nº 79, 16/07/1840).

Outro cargo essencial nas irmandades era o de tesoureiro. Dentre as exigências para ser eleito, a confiança figurava como um dos elementos principais, ser abastado era também vital, porque se acontecesse um desfalque o próprio tesoureiro poderia arcar com o prejuízo.

O tesoureiro era diretamente responsável pelas finanças, somente a ele cabia lidar com o cofre e informar mensalmente os rendimentos da irmandade. Neste momento, o tesoureiro poderia ser coagido a doar dinheiro, caso as receitas e despesas não correspondessem com o total existente no cofre.

O Procurador também era muito mencionado nos compromissos, usualmente competia-lhe cobrar dívidas, legados ou qualquer outra coisa que pertencesse a confraria, além do procurador existia o zelador que ficava encarregado da capela e avisava à Mesa sobre a falta de cobranças expondo inclusive os irmãos devedores.

Na Confraria de Bom Jesus da Cana Verde as causas judiciais eram executadas pelo zelador, portanto este membro:

> Terá a obrigação de promover as causas judiciais da irmandade, e assim tudo o que for de interesse, e benefício da mesma Irmandade. Terá cuidado de advertir a cobrança de esmolas, e saber dos irmãos que são remissos em pagar o que devem, para que informando a Mesa esta disponha o que mais convier (MARANHÃO, Lei nº 324, 02/10/1852).

Além do juiz, secretário, tesoureiro, procurador e zelador, outro cargo existia em quase todas as irmandades, os chamados Mesários. Estes eram obrigados a discutir e votar sobre todos os negócios da Mesa, ou seja, sem eles as decisões não poderiam ser tomadas.

As atribuições da Mesa eram variadas, esta decidia sobre compra, venda, alienação de bens de raiz, enfim qualquer negócio que envolvesse dinheiro era a Mesa quem decidia se era interessante para a irmandade.

Apesar da parte financeira ser deslocada para o tesoureiro, a Mesa ajudava quando o dinheiro da irmandade estava comprometido. No caso de aceitar legados ou doações, a Mesa analisava se os encargos não eram muito difíceis, o mesmo ocorria quando determinadas obras não cabiam na renda da irmandade.

Como as irmandades eram organismos complexos, a grande maioria necessitava de empregados que cuidassem de afazeres internos das confrarias. A Irmandade de São José do Desterro continha dois empregados, o capelão e andador que faria cobranças e avisos. A Irmandade de Santa Efigênia, além desses dois empregados tinha dois esmoleres:

ISSN: 2236-9228

> Os esmoleres tirarão esmolas pelas portas todos os domingos, sendo um em cada freguesia, e concluídas as esmolas irão dar parte no procurador e secretário da importância tirada, para se fazerem os lançamentos devidos, depois do que serão elas entregues ao tesoureiro acompanhadas da competente guia (MARANHÃO, Lei nº 369, 26/05/1855).

As irmandades gastavam muito dinheiro, pincipalmente com as festas do santo padroeiro, os cortejos fúnebres e as missas para os falecidos. A esmola era uma forma de conseguir dinheiro sem muita dificuldade, esta era feita por dois empregados especialmente designados para isto.

Enquanto na maioria das irmandades o número de empregados não passava de dois ou três, na Santa Casa tínhamos um total de quatorze. Nesta irmandade foi mencionado o Guarda livros, que era o responsável pelo Arquivo da Santa Casa e também fazia a escrituração da contabilidade.

Outro empregado era o almoxarife, este fornecia as repartições da Santa Casa todo o necessário, ou seja, ele vestia os escravos, fazia pequenos gastos que achasse conveniente, mostrando obviamente em recibos para a irmandade todas as despesas que foram gastas naquele mês.

Os próximos empregados têm relação com a casa da roda dos expostos. Esta casa era o local aonde se abandonavam crianças, esta constava de um orifício aonde a criança era colocada e rodada para dentro do estabelecimento sem acontecer contato entre ambas as pessoas. A mãe, logo que alojava o bebê, tocava o sino, para assim informar às pessoas do lado de dentro que mais uma criança chegava.

Os empregados eram o Diretor e a Diretora da casa da roda dos expostos, a eles competia educar as crianças respeitando a religião, a moral e os princípios de civilidade. Os ensinamentos permeavam várias questões, assim: “A Diretora é obrigada a ensinar às meninas prendas próprias do seu sexo, e o Diretor ensinará as primeiras letras aos de ambos os sexos, enquanto se não pode dar melhor forma a este Estabelecimento” (MARANHÃO, Lei nº 79, 16/07/1840).

Ainda tinha o escrivão do hospital, este fazia toda a escrituração e aprontava mensalmente as contas do Almoxarife, dentre os empregados ainda tinha o ajudante do guarda livros que no caso era diretamente subordinado a outro empregado da irmandade.

ISSN: 2236-9228

Além dos empregados citados, temos referência nos compromissos ao cobrador, ao primeiro enfermeiro do hospital da Caridade, o segundo enfermeiro, o Porteiro do hospital da Caridade, um sacristão que servia de Porteiro do cemitério e para finalizar um sineiro.

Os empregados da irmandade recebiam um salário, porém com os membros da Mesa isto não acontecia. No caso dos membros eles empregavam seu dinheiro e serviços em benefício da irmandade.

Na Irmandade dos Remédios, o capítulo referente às eleições da Mesa apresenta uma riqueza de detalhes muito interessante. Primeiro, a troca da Mesa vinha com uma particularidade, acontecia a cada três anos, com exceção feita ao juiz que era trocado anualmente.

Assim, os membros da Mesa se reuniam na sua sala de sessões, tomando o juiz a sua cadeira e os outros membros os seus respectivos assentos, dando prosseguimento o secretário lia o capítulo sobre as eleições e procedia da seguinte forma,

> Finda a leitura de que trata o artigo antecedente, apresentará o juiz uma lista por ele e os oficiais da mesa anteriormente, concertada, que conterá os nomes de doze indivíduos, a saber três para o cargo de juiz, e três para cada um dos outros cargos de secretário, tesoureiro e procurador: lida a lista e verificada a elegibilidade dos propostos, correrá o escrutínio sobre cada um deles, e aquele que obtiver a maioria de votos ficará eleito (MARANHÃO, Lei nº 360, 22/07/1854).

A eleição dos mordomos acontecia da mesma forma, porém como eram no total de doze, o triplo do número de vagas era posto em votação. Os eleitos seriam os que obtivessem maior número de votos, tanto nos cargos mais importantes, como nos menores.

Se ocorresse do juiz ou alguns dos oficiais não aceitar o cargo para o qual foi eleito, aconteceria uma nova eleição a partir de sessão extraordinária para tal fim. No caso de morte, demissão, ausência ou impedimento do irmão ocorreria também uma nova eleição.

No momento da posse, um juramento era ministrado pela Mesa eleita. O juiz da recém empossada Mesa era encarregado de jurar e guardar o compromisso, da maneira como este lhe era apresentado, bem como respeitar regularmente os seus deveres.

Na Irmandade de Santa Efigênia algumas pessoas eram excluídas de ser votadas, no caso os menores de vinte e um anos, os escravos, apesar da Irmandade de Santa Efigênia ser considerada de negros, e por último os que não estavam quites com as suas mensalidades.

A arrecadação de dinheiro para as irmandades chegou ao ponto de exigir contribuições dos possíveis substitutos, isto é, se acontecesse morte ou qualquer outro impedimento do titular, o suplente para assumir a vaga entraria com uma joia de mil réis.

ISSN: 2236-9228

Outro capítulo que era recorrente nos documentos era o reconhecimento das obras pias pelas almas dos mortos, os conhecidos sufrágios. A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição detalhou como era o procedimento dos sufrágios, ele consistia na realização de tarefas como visitas e missas pelas almas dos irmãos benfeitores.

Além do citado anteriormente, o que chamava a atenção eram os sufrágios específicos, relacionados a dobres de sinos e quantidade de missas. Sendo assim, quando a pessoa falecida era um juiz que morrera em exercício teria direito a seis dobres de sino e cinco missas.

Aos secretários, zeladores, tesoureiros, procuradores e mordomos em exercício, os toques de sino eram cinco e as missas eram em número de quatro, porém para a grande maioria dos membros da irmandade os toques de sino eram três e o número de missas também eram três.

A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição também tratava do cortejo dos irmãos falecidos, neste compromisso tinha um artigo que especificava este acompanhamento, sendo que os benfeitores e mesários deveriam ser acompanhados também pela Mesa.

Se por acaso ocorresse o falecimento da mulher ou de um filho menor de sete anos de um irmão de Nossa Senhora da Conceição, a dita irmandade tinha o dever de acompanhar o enterro como se fosse um membro. O caráter solidário entre os membros da irmandade talvez fosse a razão de tal prática.

Ser membro da Mesa, ou ter sido, implicava em sepulturas privilegiadas, por exemplo uma sepultura no chão da Igreja com três palmos quadrados era muito cara, porém a sua localização estimulava qualquer pessoa a investir na sua compra. Aliás, os restos mortais depositados não eram somente dos irmãos, também envolvia mulheres e filhos.

Na Irmandade de São João Batista foi especificado no compromisso quanto custava ser enterrado dentro da Igreja,

> Os jazigos na parte da capella mor 300$000
> Ditos dita na igreja 200$000
> Ditos no chão 100$000
> Ditos dito da igreja 50$000
> Ditos na parede da sacristia 50$000
> Ditos no chão 30%000 (MARANHÃO, Lei nº 733, 14/07/1865).

Porém não era só o pagamento que garantia um lugar na Igreja, também era necessária uma decisão da Mesa, portanto restava aos irmãos conformar-se com o lugar designado. A Mesa acompanhou de perto toda essa distribuição de jazigos, fiscalizando a obra e tentando conservar a organização descrita anteriormente.

ISSN: 2236-9228

Os jazigos na parede da capela mor eram os mais caros. Temos um exemplo de quem recebia esta sepultura na Irmandade de São João Batista: "Fica igualmente concedido ao actual vigário, o reverendo padre Antonio Tavares da Silva, um jazigo na capella mor ao lado do Evangelho (no chão) em atenção a ser ele o primeiro vigário colado desta freguesia, e ter prestado serviços à irmandade" (MARANHÃO, Lei nº 733, 14/07/1865).

Na Irmandade de Bom Jesus da Cana Verde o Provedor tinha vários benefícios quando morria em exercício, primeiramente a irmandade tinha que acompanhá-lo até a sepultura, celebrar dez missas por sua alma e uma esmola para sua família no valor de seiscentos e quarenta réis.

Os irmãos falecidos de Bom Jesus da Cana Verde eram levados até a respectiva sepultura no esquife da irmandade, porém este esquife também era alugado para outras pessoas que não faziam parte da dita confraria. O valor era estipulado em dois mil réis.

Na Irmandade dos Remédios também se estabelecia uma hierarquia de missas. Por exemplo pela alma de cada irmão ou irmã quatro missas, se ocupou o cargo de juiz oito missas e se tiver sido secretário, tesoureiro ou procurador seis missas. Os outros membros também recebiam missas: "Annualmente se mandará dizer meia capela de missas pelas almas dos irmãos falecidos, e mais três missas no dia de comemoração dos defuntos. A missa solene do dia de festa será aplicada por todos os irmãos e benfeitores da irmandade" (MARANHÃO, Lei nº 360, 22/07/1854).

A visita à casa do irmão falecido também era algo recorrente, na Irmandade do Santíssimo Sacramento os membros iam até à casa do falecido e rezavam cinco Padre-Nossos, cinco Ave-Marias e cinco Glória-Pátris, estas orações eram oferecidas às cinco chagas de Jesus Cristo. Se o falecido em questão fosse um sacerdote, seria acompanhado, além das rezas , de um repouso, que era um conjunto de palavras tiradas da Bíblia, rezadas ou cantadas por uma voz, várias vozes ou cantadas em coro (MARANHÃO, Lei nº 587, 28/08/1861).

Considerações finais

Falar sobre irmandades no Maranhão é percorrer um caminho diversificado, isto fica evidente nas segregações que aconteciam dentro destas instituições, portanto apesar de terem documentos muito parecidos sobre a organização destas, a diferença entre os grupos sociais acabava deixando cada compromisso único.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

As irmandades conseguiram demarcar espaço dentro de uma sociedade hostil, criando suas próprias associações, sem, contudo, ameaçar a ordem vigente, inclusive tornaram a atuação da religião mais próxima da maioria da população, até porque a religião nestes locais acabava se confundindo com uma prática assistencialista.

REFERÊNCIAS

BOSCHI, Caio César Boschi. **Os leigos e o poder:** irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Editora Ática, 1986.

Coleção de leis da província do Maranhão. São Luiz: Typographia José Mathias, 1866. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

MARANHÃO. Lei nº 304. Lei de 10 de novembro 1851. **Orça a receita e fixa a despesa da Santa Casa de Misericórdia no anno de 1852.** Índice das leis provinciais da Assembléia do Maranhão. Disponível em www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/. Acesso em 08/01/2016.

_____. Lei nº 302, de 10 de novembro de 1851. **Aprova o compromisso da Irmandade de N. S do Rosario,** erecta na Igreja da mesma Senhora nesta cidade. São Luiz: Typographia Const. de I. J .Ferreira, 1851. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

_____. Lei n°397, de 27 de agosto de 1856. **Aprova o Compromisso da Irmandade da Virgem e Immaculada Senhora da Conceição**, erecta em sua Igreja e freguesia da mesma invocação da cidade de São Luiz do Maranhão. São Luiz: Typographia Cosnt. de I. J. Ferreira, 1856. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

_____. Lei n° 324, de 2 de outubro de 1852. **Aprova o Compromisso da Irmandade de Bom Jesus da Cana Verde da Capital**. Coleção das Leis da Província do Maranhão. São Luiz, Typographia Const. de I. J. Ferreira, 1852. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

_____. Lei n° 360, de 22 de julho de 1854. **Aprova o Compromisso da Irmandade da Virgem Santíssima Senhora dos Remédios desta cidade**. Coleção de Leis, decretos e resoluções da província do Maranhão. São Luiz: Typographia Const.de I. J. Ferreira, 1854. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

_____. Lei n° 369, de 26 de maio de 1855. **Aprova o Compromisso da Irmandade de Santa Efigênia**, erecta na Igreja de Nossa Senhora do Rosário desta cidade. Coleção de Leis, decretos e resoluções da província do Maranhão. São Luiz: Typographia Constitucional de I. J. Ferreira, 1855. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

_____. Lei n° 587, de 28 de agosto de 1861. **Aprova o Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento** da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória desta cidade. Coleção das leis provinciais do Maranhão. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

ISSN: 2236-9228

_____. Lei n° 650, 26 de junho de 1863. **Aprova o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Viagem**, erecta na Igreja de Nossa Senhora do Rosário nesta cidade. Coleção de Leis, decretos e resoluções da província do Maranhão (1862). São Luiz, Typographia do Frias, Rua da Palma, 1862. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

_____. Lei n° 733, de 14 de julho de 1865. **Aprova o Compromisso da Irmandade do Glorioso São João Batista da capital.** Coleção das leis provinciais do Maranhão (1865). Typographia do Frias, Rua da Palma, 7, 1865. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

_____. Lei n° 759, de 14 de junho de 1866. **Aprova o Compromisso da Irmandade do Senhor da Coluna**, erecta no Convento de Santo Antônio desta cidade.

_____. Lei n° 1083, de 16 de julho de 1874. **Aprova o Compromisso da Irmandade de São José do Desterro**, desta cidade. Coleção das Leis Provinciais do Maranhão (1874). Typographia do Paiz – Largo do Palácio. n.17. Disponível em www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/. Acesso em 08/01/2016.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Companhia das Letras. São Paulo, 1991.

RELAÇÃO DOS PAPÉIS AVULSOS. Irmandades, caixa 208 (1730-1860). **Compromisso da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão**, organizado segundo a disposição da Lei Provincial n° 79 de 16 de julho de 1840. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **O Poder dos Leigos**: irmandades religiosas em São Luís no século XIX. Mimeografado. São Luís, 2000.

RUSSEL WOOD, A.J.R. **Fidalgos e philantropos**: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775. Universidade Nacional de Brasília, 1968.

SOUSA, Marina de Mello. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa da coroação de Rei Congo. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2002.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

IMAGENS E CONSTRUÇÕES: UMA ANÁLISE DO DEBATE POLÍTICO NOS JORNAIS A BOA NOVA E O PELICANO (1872-1874)

Raynara Cintia Coelho Ribeiro[1]

Na década de 1870 os movimentos contrários à Igreja Católica ampliam-se no Brasil, tendo o seu desenvolvimento tanto nos centros intelectuais, como no parlamento brasileiro e na imprensa periódica. No decorrer deste período houve uma série de manifestações que expressavam claramente uma oposição entre à união entre Igreja e Estado. Através das fontes e da bibliografia percebe-se que a crise religiosa ocorrida nos anos de 1872 a 1875 atingiu proporções ainda maiores do que um simples atrito entre Igreja e Maçonaria, pois o que existia na verdade era uma disputa de poderes entre Igreja, governo, partidos, grupos econômicos, sociedades secretas, protestantes e outros agentes sociais, numa querela pelo controle do Estado e do mercado religioso (SANTIROCCHI, 2010).

Com base na historiografia nota-se que o atrito entre a maçonaria e o bispado já era sentido desde 1830 quando ocorreu o conflito entre o Cônego Batista Campos e a Loja "tolerância", ocasionando naquela época a queima da loja no começo da Cabanagem. Este fato de acordo com Monteiro, não se encontrava isolado uma vez que já haviam sido relatados outros ataques e posições antimaçônicas por parte do bispo Dom Romualdo Coelho através de uma pastoral publicada em 28 de maio de 1834 (MONTEIRO, 2014, p. 70). É importante observar que tais acontecimentos no solo paraense propiciaram uma extensa batalha por meio da imprensa, que se tornou um dos principais veículos de comunicação do período, especialmente através do jornal *O Pelicano* que exercia o papel de porta voz da maçonaria, e pelo jornal *A Boa Nova* que se apresentava naquele momento, como principal propagador dos discursos defendidos pela Igreja Católica.

Partindo do que Barbosa (2000) afirmou, isto é, de não existir imparcialidade na imprensa, uma vez que o jornalista, ao selecionar fatos, prioriza alguns e deixa de lados outros, manipulando com isso a informação, pretendo trabalhar com periódicos *A Boa Nova* e *O Pelicano*, identificando seus aspectos principais, que envolvem desde a estrutura do jornal, o grupo que o organizava como se produziam as informações até a imagem que era construída pelo próprio periódico.

De acordo com Luca (2010), ao analisar um periódico torna-se imprescindível conhecer quem eram seus responsáveis, que lugar ocupava no mundo letrado, como foi

[1] Universidade Federal do Pará. Contato: nara_ribeiro@ymail.com

ISSN: 2236-9228

concebido seu projeto gráfico e editorial, quais as razões da longevidade, quem eram seus principais colaboradores, seus principais objetivos e suas principais caraterísticas. Além disso, vale conhecer a trajetória dos periódicos e as dificuldades encontradas ao longo do caminho, podendo, a partir dessas informações, traçar um panorama mais detalhado do objeto de estudo que será analisado.

A BOA NOVA: estrutura, articulatores e redatores

Em 1871 a Igreja Católica paraense lançou o Jornal *A Boa Nova*, que tinha como seu fundador Dom Macedo Costa, tendo como uma das principais finalidades responder às declarações feitas pelo jornal maçônico *O Pelicano* e defender seus ideais católicos (NEVES, 2015, p. 254). O jornal apresentava estampado em sua primeira página um lema ou divisa extraído da Bíblia na "epístola aos filipenses", capítulo 4, versículo 8 que dizia: "Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo santo e amável" (SILVA, 2014, p. 36).

Na sua estrutura apresentava-se bem organizado, contendo um sumário com os assuntos que seriam abordados, entre os quais estavam: a publicação pedida, os fatos diversos, a crônica urbana e outros temas, tinha periocidade semanal ou bissemanal, com publicações duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados, de janeiro a dezembro, sendo impresso inicialmente, na Tipografia do Largo da Sé, com a primeira edição em circulação no dia 04 de outubro de 1871 e tendo sua última edição no dia 20 de maio de 1883. Com relação ao seu formato, continha as dimensões de 53 cm por 37 e a sua assinatura por semestre era de 6,000 e por ano de 12,000 réis, considerado acessível para um público bastante diversificado.

De acordo com Monteiro, *A Boa Nova* foi no Pará o representante da Cúria metropolitana e "defensor das novas ideias vinculadas ao ultramontanismo defendido por Pio IX, cujos porta-vozes principais no Brasil foram os bispos de Belém e de Olinda, com apoio intenso dos bispados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul" (MONTEIRO, 2014, p. 72). Dom Antonio Macedo Costa se destaca como principal inspirador dessa imprensa católica o bispo ultramontano de Belém, que foi um paladino no Brasil das decisões do concílio Ecumênico Vaticano I e das orientações do Syllabus. Com relação à direção o jornal *A Boa Nova* era composto pelas seguintes pessoas: o fundador Dom Macedo Costa; o editor Antonio Ferreira Rabello; os redatores Conego Jose Lourenço de Aguiar, Luiz de Bastos e Dr. Jose de Andrade Pinheiro, além de seus administradores, cônego Clementino José Pinheiro e padre Raimundo Amâncio de Miranda.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A Boa Nova e a associação entre o Clero Ultramontano e o Jesuitismo

Em várias publicações trazidas pela imprensa católica nota-se uma contraposição a respeito da imagem construída pelo jornal *O Pelicano* em torno da figura dos jesuítas, pois na visão da Igreja eles tentavam "deturpar" e "denegrir" sua imagem com o único objetivo de apresentar "[...] a Igreja como uma seita chamada-jesuitismo, contraria a civilização, ao progresso, à liberdade, enquanto a maçonaria possui o verdadeiro espirito da Santa Madre Igreja" (*A Boa Nova*, n. 30, 19 jun.1872). Identifica-se nessa publicação que a esfera religiosa era associada em várias publicações do jornal *O Pelicano* à ideia de "atraso", ou seja, contrária às transformações que estavam ocorrendo por todo país, como, por exemplo, o processo de emancipação escrava. A Igreja era caracterizada, pela imprensa maçônica sempre a margem do avanço e da modernidade, tornando-se alvo de inúmeras críticas devido sua oposição aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade presentes cada vez mais na sociedade civil no transcorrer do século XIX.

Somado a isso, Dom Macedo Costa afirma que a imprensa maçônica buscava através de suas publicações desconstruírem a imagem dos jesuítas associando-os a uma "seita" avessa a civilização e ao progresso. Logo, na tentativa de se defender frente as acusações impostas, a imprensa católica procura por meio do discurso religioso criar uma imagem oposta àquela construída pelo jornal *O Pelicano*, pois segundo *A Boa Nova* eles almejavam desmoralizar e destruir aquilo que foi construído durante anos pela companhia de Jesus, a qual prestava absoluta obediência aos ensinamentos da Igreja Católica.

De acordo com Monteiro, é interessante observar que o cerne dos ataques da maçonaria à Igreja era centralizado na figura dos jesuítas, uma ordem fundada por Inácio de Loyola que comandou a contrarreforma, depois dos conflitos com a esfera eclesiástica no final do século XVIII, retornou na primeira metade do século XIX e "[...] ganhou grande espaço junto ao Vaticano no pontificado de Pio XI e assumiu a vanguarda dos ataques à maçonaria, e, por isto, tornou-se o alvo principal dos contra-ataques da imprensa maçônica" (MONTEIRO, 2014, p. 79).

Por conta dessa relação entre o pontificado de Pio IX e os jesuítas, que surgiu uma série de publicações que deixaram a Igreja Católica indignada ao ponto de chamar

> [...] A imprensa anticristã sempre submissa as ordens da maçonaria, tem-se ocupado ultimamente em ressuscitar as já mil vezes refutadas calúnias contra a benemérita

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> companhia de Jesus; Este fato tem uma explicação muito natural. A história da companhia de Jesus é um monumento de verdadeira glória para aquele venerando instituto e ao mesmo tempo a sua mais eloquente apologia. Os Jesuítas tem sido sempre os mais estrênuos defensores da Igreja Católica, os verdadeiros apóstolos da civilização, os verdadeiros amigos do povo (A Boa Nova, n. 76, 30 de novembro de 1872).

Nesta publicação, a imprensa católica busca argumentos na própria história da companhia de Jesus para combater as críticas lançadas pela imprensa maçônica, mostrando que tanto os jornais maçônicos como os liberais procuram de todas as formas mecanismos para caluniar os jesuítas, destruindo na sua visão o legado dos verdadeiros apóstolos do povo. Nota-se nesse artigo uma exaltação em torno da figura dos jesuítas sendo colocada pelo jornal *A Boa Nova* como os verdadeiros defensores da Igreja e os apóstolos da civilização.

Vale também ressaltar que a imprensa católica por meio de suas publicações procurava intervi na construção criada pelos jornais maçônicos e liberais a respeito da comparação que era feita dos jesuítas e da própria Igreja à ideia de "atraso", na tentativa de conservar intacta a história de uma companhia que foi essencialmente atuante no processo de contrarreforma promovido pela esfera eclesiástica.

Nesse contexto, nota-se que intenção da imprensa católica era moldar a realidade social através de seu discurso religioso ultramontano que circulava em vários jornais da época. Trazendo em suas publicações as posições de diversos líderes religiosos, com intuito de assinalar a relevância da imprensa periódica, e, especialmente, de artigos ligados a esfera eclesiástica, com o objetivo de espalhar ideias que ressaltassem os princípios cristãos, sobretudo os católicos, como procedimentos essenciais na batalha contra as investidas das percepções materialistas, liberais e maçônicas (CAMPOS, 2010, pp. 36-37).

De acordo com Campos, os periódicos católicos tinham a função de conduzir as palavras do bispo e do clero romanizado para o lugar onde a diocese não conseguia se revelar com maior presença física, buscando por meio da imprensa cobrir as lacunas de sua influência. Deste modo, angustiada em conservar sua posição a Igreja Católica da segunda metade do século XIX tinha como mecanismo para proposta e defesa das ideias romanizantes a imprensa periódica, "vista pela ortodoxia católica como uma das formas de se manter mais próxima dos seus fiéis tendo, além disso, como um importante meio de interlocução contra os setores críticos às suas atitudes" (CAMPOS, 2010, p. 38). E isso se evidencia num esforço visível de Dom Macedo Costa em desconstruir as imagens e construções trazidas pela imprensa que ele denominava de "anticristã", na tentativa de conservar intacta sua posição influente em vários setores da sociedade civil, buscando utilizar esse instrumento ao seu favor.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Segundo Pierre Bourdieu (1996), a fala de uma autoridade não necessitava ser entendida, ou seja, ela pode não ser entendida e mesmo assim, não perde a sua influência, bastando que ela seja reconhecida, enquanto tal, para que possa desempenhar o resultado. Isto é era do domínio simbólico do clérigo, como prelado distinto, que decorria do entusiasmo de sua oratória, sendo que vários padres atingiram destaque em função de seu desempenho à frente de jornais e publicações impressas, seja como editores, redatores ou colaboradores eventuais.

A Boa Nova: os bispos não extrapolaram sua jurisdição

Diante desse conflito, conforme narra Dom Macedo Costa no jornal *A Boa Nova*, "[...] julgou o bispo em sua consciência dever lançar para fora esses excomungados que estavam com grande escândalo abrigados à sombra do santuário" (A Boa Nova, n. 10, 1 fev. 1873), decretando a todos os sacerdotes que notificassem aos maçons confessos presentes nas irmandades e confrarias religiosas que se afastassem ou renunciassem, e, no caso de oposição, declarava interdita às Igrejas ou capelas que pertencessem às irmandades maçônicas. Dado esta ordenança, inicia-se no país uma série de conflitos que ecoavam na imprensa, no parlamento, nas irmandades, nas igrejas, no púlpito e nas ruas, deixando o cenário religioso e político bastante dividido entre aqueles que apoiavam a decisão dos bispos e outros que acusavam a esfera religiosa de ter "usurpado" a jurisdição da esfera temporal.

Entretanto para Igreja, as confrarias e as irmandades religiosas estavam todas sujeitas à autoridade eclesiástica e, portanto, só poderiam existir com a aprovação do poder espiritual, pois segundo o jornal *A Boa Nova*, "[...] seria uma loucura permitir que os inimigos da Igreja se servissem dessas mesmas associações como de outros tantos instrumentos para demolir sua autoridade" (n. 10, 1 fev. 1873) assim, na visão do jornal católico, a Maçonaria era denominada como uma sociedade secreta, constituindo-se como "ímpia" e "perniciosa" à fé de seus fiéis, tornando-se necessária a medida de excomungar todos os associados vinculados a ela, porque estes estavam sob o comando da Igreja e, por isso, cabia a ela tomar as devidas precauções para proibir aquilo que lhe parecia ser "nocivas" à sociedade civil.

Num clima de constantes desavenças, o periódico *A Boa Nova* relata que o bispo de Olinda não podia cumprir a decisão imperial por dois motivos, o primeiro porque o poder temporal é incapaz de resolver assuntos religiosos e as irmandades são corporações religiosas, sujeitas à esfera espiritual, cujo fim principal é matéria religiosa. O segundo, porque doutrina

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

do recurso à coroa é combatida com penas gravíssimas pela esfera religiosa "[...] como atentatória de sua independência e soberania crime sério e gravíssimo seria se o senhor bispo de Olinda reconhecesse na autoridade civil a competência de decidir" (A Boa Nova, n. 86, 29 out. 1873). Logo, na visão da Igreja, não havia ocorrido nenhuma "invasão" de jurisdição, já que o ato de suspender as corporações era uma decisão que competia somente à esfera espiritual e não ao Estado, além de ser visto pelas autoridades espirituais como algo merecido, ou seja, se tal irmandade religiosa se rebelou contra a liderança eclesiástica deveria, portanto, merecer a punição.

Neste cenário, o que se observa é um conflito constante entre Igreja e Estado, colocando em questão os limites de cada esfera de poder, pois como vimos no capítulo anterior na visão trazida pela imprensa católica não houve "usurpação" de jurisdição e nem desobediência por parte dos bispos em corrigirem seus fiéis dentro da sua competência, como pode ser visto nas seguintes questões:

> [...] a)atendendo que as irmandades são instituições de natureza mistas para cuja existência concorrem o poder temporal e espiritual... e)Atendendo que o acusado ordenou a mesa da irmandade do santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Antonio que expelisse do seu grêmio um certo e determinado indivíduo por pertencer a sociedade maçônica permitida pelas leis do império e bem assim todos os mais irmãos que estivessem ao mesmo caso: f) atendendo que, recusando-se a irmandade a cumprir tal ordem por ser contraria ao compromisso, o acusado fulminou contra mesma pena de interdito sem proceder a quaisquer informações e nem mesmo a ouvir os interessados: g) atendendo que assim procedendo, o acusado arrogou jurisdição e poder temporal e mais usou de notória violência no exercício do poder espiritual, postergando na imposição da gravíssima pena de interdição o direito natural e cânones recebidos na Igreja brasiliense que não consentem que alguém seja condenando em ser ouvido, observado, o termo da defesa (A Boa Nova, n. 43, 3 de junho de 1874).

Voltando nosso olhar para as questões expostas é importante observar as argumentações trazidas pela imprensa católica para se posicionar frente ao processo que estava ocorrendo com os bispos Dom Vital e Dom Macedo, pois para Igreja tratava de uma punição que perpassava somente arena espiritual, já para imprensa maçônica quem tinha autoridade de interditar ou não as irmandades era o poder civil. Neste embate é interessante compreender que sendo as irmandades instituições de natureza mista, de acordo com o regime de padroado que vimos no capítulo anterior, estavam sujeitas tanto a jurisdição do Estado quanto da Igreja, ou seja, ambos exerciam influência sobre as associações.

Para a imprensa católica:

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> [...] O interdito não excedera os limites espirituais, porque deixou aos maçons pertencentes às irmandades... Pelo contrário, entendeu o governo que o bispo desobedeceu à decisão do conselho de estado, ofendendo assim a Constituição e as leis, e sujeitou-o a processo perante o supremo tribunal de justiça. Foi uma grande ilegalidade provocada pelo governo, o supremo tribunal não tinha competência alguma para julgar o bispo por semelhante fato, nem mesmo por desobediência e a pena que lhe impôs foi arbitraria ao nobre presidente do conselho tem sempre sustenta- ló que o bispo obstou o cumprimento de uma decisão do poder executivo, mas ele não obstou por modo algum o cumprimento da decisão, apenas deixou de cumprir na parte que era de sua exclusiva competência, ora deixar de cumprir não é obstar o cumprimento, tanto mais que para isso deu lhe arbítrio o regulamento de 1857[2](A Boa Nova, n. 61, 3 de agosto de 1874).

Do ponto de vista da imprensa católica a decisão dos bispos não foi arbitraria haja vista que a autoridade responsável em aplicar uma correção nas irmandades estava sobre a Igreja e não vê neste fato nenhuma "usurpação" de poder ou de limites a uma ordem do governo. Tendo em vista que ambos são investidos de poder era necessário que houvesse um consenso entre as duas esferas de poder para que chegassem há uma concordância com relação a atitude mais apropriada a ser tomada.

Segundo Dilermando R. Vieira, a razão pela qual o episcopado almejava livrar-se dos maçons, era por não desejar ter eles como parte de seu aprisco. Por conta da imagem que a maçonaria apresentava do impassível "Arquiteto do Universo" que parecia na visão da Igreja Católica incompatível com os ensinamentos dos dogmas cristãs, além de pôr em imprecisão a necessidade de uma Igreja como continuadora histórica da sua obra. Sendo essa uma das concepções de Dom Vital para quem, ainda que não se assumisse tal, a maçonaria não era, e nem poderia ser católica (VIEIRA, 2007, p. 222).

Contestando a atitude do governo a Igreja Católica se utiliza da imprensa para expor que

> [...] portanto a verdadeira causa da desmoralização do governo é se tivesse intrometido em matéria puramente religiosa, que não é de sua competência, que escapa à esfera legitima de sua ação, e por isso suas decisões nunca serão respeitadas, e não poderão produzir efeito algum. O governo está desmoralizado e batido, porque empregou meios violentos contra a liberdade dos bispos, sem conseguir tornar efetivo o levantamento dos interditos. Depois disto, a manifestação da pena que inspirou o fato do julgamento dos bispos, importa desprestigio da monarquia. Se não, ouçam os nobres ministros o que por ali se diz, em toda parte; que os bispos sofrem esta perseguição oficial porque ousarão desobedecer à onipotência. Está é a linguagem do povo, inclusive do povo maçônico que se mostra

[2] Conf.: Congresso Nacional. Câmara dos Deputados (1857) Decreto nº 1.911, de 28 de março de 1857. A emenda regula a competência, interposição, efeitos e fôrma do julgamento dos Recursos à Coroa. Este decreto fundamentou o apelo das irmandades, ao serem determinados pelos bispos de Pernambuco e do Pará a expulsam dos membros que pertencessem as sociedades maçônicas, assim, baseado nesse regulamento as irmandades apelaram ao imperador, alegando que houve usurpação de poder por parte dos bispos e após ter sido aceito pelo imperador o recurso, foi solicitado que o ministro João Alfredo enviasse um aviso oficial a Dom Vital e a Dom Macedo Costa, como infratores da lei, pois o ato dos dois bispos não tinha efeito por não terem o beneplácito do Imperador. Disponível em: Acesso em: 18 abril. 2018.

ISSN: 2236-9228

> muito contente por contar com a onipotente proteção (A Boa Nova, n. 61, 3 de agosto de 1874).

De acordo com a imprensa católica atitude do governo não tem legitimidade, pois este invadiu a atribuição que diz respeito à esfera religiosa, tomando métodos "violentos" contra os bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa, causando com isto o desprestigio da monarquia devido o julgamento empregado pelo Supremo Tribunal de Justiça que culminou na condenação dos dois bispos como vimos no capítulo anterior.

Nota-se também nesta publicação, certa insinuação por parte da imprensa católica com relação à proteção que eles alegam os maçons receber pelo fato de Visconde do Rio Branco ser presidente dos ministros e também um dos grão-mestres da maçonaria, além do que o pai de D. Pedro II, o imperador Pedro I também fora grão-mestre dos maçons. Com isso a Igreja Católica associa a figura de Rio Branco como uma espécie de protetor da maçonaria utilizando-se de seu cargo de autoridade para beneficiar os maçons com relação ao conflito empreendido pelos bispos.

Dessa forma, assim como a Igreja utilizava-se da imprensa periódica para criticar a benevolência do governo com os maçons, o Estado também procurava cada vez mais se apropriar de autoridades que até então era de domínio da esfera eclesiástica, interferindo-se em matérias consideradas de competência religiosa, sendo entendida pelo arcebispo da Bahia como uma maneira de conservar a Igreja Católica presa e subordinada aos poderes temporais (SOUZA, 2010, p. 373).

Observa-se que se tratava de uma batalha de palavras, no qual Dom Macedo Costa buscava através do jornal *A Boa Nova* persuadir o leitor a se posicionar a favor das prerrogativas da Igreja Católica, que via a decisão do governo como arbitraria, pois isso abalaria provavelmente a autoridade religiosa negando-lhe o direito de punir seus fiéis dentro de sua esfera de poder. Por isso, que o regresso em sua decisão de interditar as irmandades e confrarias religiosas geraria possivelmente um enfraquecimento da influência da esfera eclesiástica sobre a sociedade civil.

Ao mesmo tempo em que as autoridades religiosas se utilizavam da imprensa periódica para se defender frente às acusações de desobediência elas também buscavam uma maior autonomia diante do poder temporal, temendo o processo de laicização da sociedade. E para impedi-lo, os católicos conservadores necessitavam confirmar os vínculos que conectavam a esfera religiosa a esfera civil e que estava a reprimindo, usando para isto, de sua

ISSN: 2236-9228

ação relevante na moralização social e na conservação da ordem pública (SOUZA, 2010, p. 374).

Deste modo, de acordo com o jornal *A Boa Nova:*

> [...] O crime dos bispos de Olinda e Pará é obedecer ao Sumo Pontífice, e nele estão incursos todos os prelados do império, e por isso o s.r. Arcebispo reclama para si e para todo o episcopado brasileiro a honrar da punição. Se o prelado de Olinda diz o nosso virtuoso primaz, é criminoso então deve também a vergasta da punição recair sobre todo aquele que professa os mesmos princípios, ensina as mesmas verdades, prega as mesmas doutrinas e tem efeito publicar as mesmas bulas. São os bispos acusados por prestarem obediência que pontífice Romano, chefe supremo da Igreja Católica (A Boa Nova, n. 4, 11 de janeiro de 1874).

Nota-se no discurso empreendido pela imprensa católica que o único crime dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa foi obedecer à autoridade eclesiástica, pois se obediência segundo *A Boa Nova* fosse crime todos que a professam devem ser condenados. É interessante atentar para uma característica do discurso religioso trazido pela imprensa católica, que se apresenta carregado de um apelo emocional e de uma constante associação da figura do Sumo pontífice direcionando os fiéis a uma nova administração, no qual os católicos de todo mundo passavam a ser norteados por Roma e não mais pelos Estados ou associações civis, no denominado processo de romanização. Assim, o episcopado brasileiro, "sintonizado com as diretrizes da Santa Sé, teria conseguido criar uma Igreja centralizada e hierarquizada, com sólida organização" (CALDEIRA, 2005, p. 20), em que existiria um grande esforço hierárquico para garantir uma espécie de padronização, doutrinária e de atuação da Igreja Católica.

Nesse contexto, não demorou a acontecer sobre a esfera eclesiástica o influxo ultramontano dominante na Igreja romana no século XIX. Trazendo como uma das principais características desse movimento a procura por determinar um lugar mais destacado para a Igreja Católica. Traçando-se a partir da segunda metade do século XIX, uma romanização que consistiu num processo de reconstituição institucional da burocracia eclesiástica (CAMPOS, 2010, pp. 119-120).

O PELICANO: estrutura, redatores e articuladores

Segundo Dilermando R. Vieira, *O Pelicano* foi fundado em Belém em junho de 1872, com o intuito de realizar a defesa da maçonaria, supostamente, sem se envolver nos assuntos relacionados a política e religião, colocando-se como defensor dos direitos da humanidade na

ISSN: 2236-9228

luta contra o ultramontanismo. Além de estudar e debater temas científicos, artísticos, industriais e noticiosos. Entretanto, na realidade, este jornal se destinava quase que exclusivamente à religião e à política, sendo visto pela imprensa católica como um novo "inimigo" de Dom Macedo Costa (VIEIRA, 2007, p. 312).

Publicado às quintas e aos domingos, no valor de 1000 réis mensais ou 200 réis por exemplar, o periódico *O Pelicano* não possuía uma estrutura muito complexa, as duas primeiras páginas publicavam-se as matérias mais importantes, os editoriais constantemente eram ataques e respostas à redação do jornal *A Boa Nova*; continha quatro folhas, era impresso na tipografia do futuro e tinha como proprietário Joaquim José de Assis; responsáveis padre Eutichyo Pereira da Rocha, Cônego Ismael de Senna Nery, Carmino Leal e Jorge Sobrinho; responsável pelas oficinas Francisco de Souza Cerqueira (SEIXAS, 2012, p. 5).

As últimas duas páginas destinavam-se ao noticiário nacional e local, além de assuntos diversos como científicos, folhetins e poesias, a maioria dos artigos eram publicados sem assinatura e quando tinham utilizavam-se como identificação um pseudônimo. De acordo com Alan C. de Souza Santos, os principais assuntos de que se tratava *O Pelicano* tinha relação direta com a "Questão Religiosa", da qual, não se tem a menor dúvida, esse periódico se originou para exercer a organização nacional da maçonaria para combater o clero ultramontano (SANTOS, 2010, p. 92).

Teoricamente *O Pelicano* funcionava como um porta voz da sociedade maçônica paraense, no entanto, o que se identifica por meio das fontes eram as vozes de seus intelectuais, que nem sempre concordavam entre si, gerando um verdadeiro conflito de opiniões dentro da própria instituição (VIEIRA, 1980, p. 98). Nesse cenário, observa-se que a eclosão da crise religiosa com a Igreja Católica ocasionou o surgimento de diversas publicações maçônicas ao longo do território nacional. E, seguindo essa mesma tendência, a Província do Pará chegou a contar com três jornais do gênero: *O Pelicano*, *A Flamígera* e *O Filho da Viúva*, entre os quais se destacou o primeiro, como o mais relevante, por conta de sua representatividade e longevidade.

***O Pelicano*: ameaça à soberania nacional**

O contexto histórico no qual o jornal *O Pelicano* foi escrito era pautado por diversos acontecimentos nos quais o território brasileiro sentiu-se sua soberania ameaçada

ISSN: 2236-9228

principalmente com o processo de romanização em curso, bem como em várias ocasiões, nas quais estão o tráfico negreiro pelos ingleses, a Guerra do Paraguai em 1864 e a Questão Christie. Logo, na visão empreendida pela imprensa maçônica a ingerência de Roma no Brasil se constituiu como uma verdadeira ameaça aos interesses do Estado que almejava mais autonomia e soberania para criar e elaborar leis sem que houvesse qualquer interferência do poder eclesiástico e, sobretudo, de outro Estado nacional.

A interferência de Roma no território brasileiro era vista por muitos como uma ameaça à soberania nacional, devido ao fato de que o processo de romanização causaria no Brasil uma maior ingerência do Vaticano na sociedade civil. E isto se evidencia em várias publicações do jornal *O Pelicano*, que apontava a influência de Roma nos assuntos relacionados ao território, como uma ameaça à integridade das leis e das autoridades instituídas pela vontade do povo, levando o leitor a questionar uma série de mudanças trazidas pelas doutrinas romanizadoras, permitindo que um país estrangeiro ditasse regras em solo brasileiro.

De acordo com a imprensa maçônica, a batalha travada pelos bispos não se direcionava contra a "incredulidade", o "racionalismo" ou o "ateísmo", como se tem divulgado, mas, na verdade, trata-se de uma luta pela supremacia, ou seja, uma guerra pela onipotência do supremo pontífice e, portanto, girava em torno de uma ameaça a soberania nacional. O que se observa por meio dessa publicação era a gravidade que a crise religiosa atingiu na imprensa periódica, em que na visão da imprensa maçônica não se trata apenas de uma guerra contra o ateísmo, mas de uma ameaça à soberania nacional, no qual o poder espiritual na figura do sumo pontífice almejava exercer uma liderança maior sobre a sociedade civil, na tentativa de alinhar o território brasileiro as regras e normas vindas de Roma estabelecendo assim, uma conexão maior com as doutrinas romanizadoras.

Vale também ressaltar que ocorriam nesse período uma série de disputas de poderes entre sociedades secretas, governos, partidos, protestante e outros agentes sociais que almejavam ter o controle ideológico sobre a sociedade civil e que também desejavam maior ascendência sobre o poder temporal. No momento em que o país se sentia ameaçado por diversos acontecimentos que colocavam em perigo sua soberania nacional, especialmente com a interferência de Roma, a questão do tráfico de escravos quando os ingleses invadiram o território brasileiro para prenderem os navios negreiros na primeira metade do século XIX ou no episódio da Guerra do Paraguai em 1864, que teve como justificativa para o seu início a invasão do Brasil pelo Uruguai.

ISSN: 2236-9228

Portanto, através das fontes nota-se que a questão relacionada à soberania nacional era algo muito pertinente no século XIX, como pode ser evidenciado pelo jornal *O Pelicano* que apresentava em várias de suas publicações a interferência denominada como "excessiva" de Roma em assuntos de cunho brasileiro, a qual era questionada como uma ameaça à vontade dos cidadãos brasileiros.

Para imprensa maçônica, a "Questão Religiosa" no Brasil estava ligada ao interesse monárquico, e a imprensa católica acreditava que uma solução contra o poder espiritual seria o presságio de amplos desastres políticos. Porém, na opinião dos maçons, o verdadeiro "perigo" estava no estabelecimento das ideias ultramontanas, "[...] com as quais irá sofrer profundamente o princípio da soberania nacional, e como consequência necessária serão limitadas as atribuições majestáticas do imperante" (*O Pelicano,* n. 102, p. 1, 15 jun. 1873).

Nota-se que o jornal *O Pelicano* traz para o debate um elemento que estava no cerne das discussões políticas no século XIX, apresentando para o leitor o risco que se estabelecia em ter um país estrangeiro exercendo domínio sob outro território. Dessa forma, a imprensa maçônica chega a essa conclusão ao perceber que a interferência de Roma no território brasileiro se constituía como uma ameaça à soberania nacional, pelo fato de que essa intromissão do Vaticano provavelmente poderia limitar o poder legislativo ou até mesmo o poder do imperador, colocando em perigo a integridade das leis.

Parte-se da perspectiva de que os ânimos se encontravam aflorados e o que estava realmente em jogo era soberania nacional, no qual se buscava um legislativo mais autônomo com autoridade suficiente para elaborar e criar leis sem que houvesse interferência externa. Entretanto, com Roma interferindo diretamente nos assuntos relacionados ao território brasileiro, essa soberania sente-se ameaçada, devido a sua ingerência "excessiva" em ditar regras e normas em um país que não faz parte de sua jurisdição.

O Pelicano e o conflito de desobediência

A partir da carta pastoral do bispo Dom Macedo Costa, publicada no dia 30 de março de 1873, intensifica-se ainda mais o debate entre o jornal *O Pelicano* e *A Boa Nova*, especificamente porque esse documento decretava uma proibição aos católicos paraenses, no que diz respeito à leitura do jornal maçônico, que foi amplamente criticada pelo bispo do Pará, mas ele também, além de proibir a leitura, solicitou a expulsão de todos os maçons das irmandades e confrarias religiosas (VIEIRA, 1980, p. 95).

ISSN: 2236-9228

Provocando na imprensa e no parlamento um grande reboliço, por meio do recurso interposto pela [...] Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz da freguesia de Santo Antônio da cidade de Recife contra o ato pelo qual o reverendo bispo de Olinda declarou interdita" (*O Pelicano*, n. 2, p. 3, 6 jul. 1873), logo após a condenação a irmandade interditada reuniu-se em uma mesa regedora para tentar resolver o problema, solicitando respeitosamente ao bispo que reconsiderasse sua sentença.

No entanto, o bispo Dom Vital se manteve firme e não voltou atrás em sua ordem. Mediante a essas informações, observa-se que a maçonaria não se deixava abater pelos interditos que eram impostos às irmandades e confrarias, buscando, através de recursos, reverter essa situação, encarando sempre a ingerência da Igreja Católica na sociedade como uma ameaça à soberania nacional, vista pelos maçons como um atraso a novas mudanças. Identifica-se através dessa publicação que tanto a imprensa católica como a maçônica, transformava seus jornais em verdadeiros arsenais de guerra, visto que ambos faziam questão de despertar a ira um do outro, por meio de artigos ofensivos e, às vezes, até sarcásticos, colocando em evidencia uma série de disputas entre sociedade secretas, governos, protestantes e outros agentes que almejavam o controle ideológico sobre a sociedade e maior ascendência sobre o Estado.

Diante desse conflito, os maçons faziam questão de usar a imprensa como um veículo para expressarem sua indignação contra a Igreja Católica, que os excomungava e negava a eles o sepultamento eclesiástico, ou seja, a esfera eclesiástica buscava todos os meios possíveis para conter o avanço dos maçons na sociedade civil. Logo, é publicado no jornal *O Pelicano* que essas excomunhões representavam para a maçonaria "[...] como as pedras arremessadas contra o céu que voltam a ferir os que as atiraram" (*O Pelicano*, n. 5, p. 3, 17 jul. 1873), pois, na visão dos maçons, tudo aquilo que a Igreja Católica havia feito de errado contra a maçonaria, decretando a expulsão e lhes privando dos sacramentos, iria se voltar contra a própria esfera religiosa.

De acordo com David G. Vieira, tudo o que *O Pelicano* e outros jornais da imprensa maçônica, liberal e republicana publicavam era considerado "heresia", do ponto de vista do bispo Dom Macedo Costa, uma vez que a maioria dos artigos publicados por estes jornais tratavam de assuntos pertinentes à liberdade de culto, à liberdade de consciência e à separação entre esfera civil e religiosa, advindos de outros desafios aos dogmas católicos, tanto da perspectiva dos protestantes quanto da visão dos livres-pensadores, que eram vistos não

ISSN: 2236-9228

somente como uma ameaça à Igreja Católica, mas também como um perigo para o Trono (VIEIRA, 1980, p. 313).

Nesta conjuntura, o poder eclesiástico passa a ser questionado pela sua ingerência descabida em diversos setores da sociedade, bem como os atos de frei Vital e D. Macedo Costa contra as irmandades e confrarias religiosas. Para a imprensa maçônica, "[...] eles afetam a tranquilidade pública, invadindo as atribuições do poder civil, colocaram este a indeclinável necessidade de opor-lhe um paradeiro, ante o qual todas as vossas armas e argúcias se desfarão" (*O Pelicano*, n. 8, p. 2, 27 jul. 1873). Identifica-se, por meio dessas informações que a crise religiosa era vista por muitos como um dos males que havia afetado a sociedade civil, tirando a paz e a harmonia de todos, além de provocar um cenário de guerra no país, no qual o único responsável, segundo os maçons, seria a Igreja Católica, por conta de sua ingerência.

Considerações finais

Num período repleto de mudanças advindas do processo de romanização, abolicionismo, questão militar, Guerra do Paraguai, Questão Christie e outros acontecimentos, que sacudiram o mundo ocasionando não apenas um conflito entre Igreja e Maçonaria, mas uma disputa de poderes envolvendo Igreja, governo, sociedades secretas e outros atores sociais pelo controle do Estado e do mercado religioso (SANTIROCCHI, 2010). Ao evidenciar o que estava em debate não era a desobediência de dois bispos ou o fato de haverem maçons dentro da Igreja Católica, mas a discussão girava em torno do padroado, regalismo, direito do beneplácito do Imperador, recurso à coroa, religião oficial e a própria união entre as duas esferas de poder.

E essa discussão é bastante evidente na imprensa paraense, na medida em que é percebível o uso recorrente de publicações informando sobre os diversos conflitos ocorridos desde 1872 com o padre Almeida Martins até 1874 com o julgamento e condenação dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa, expondo através das linhas argumentativas construídas pelos jornais *A Boa Nova* e *O Pelicano* que o principal eixo condutor do debate naquele período era o conflito de jurisdição, em que todos os demais assuntos giravam em torno das tensões existentes entre Igreja e Estado no Brasil.

Após a análise das principais construções desenvolvidas pelos jornais *A Boa Nova* e *O Pelicano* pude identificar que o conflito jurisdicional era o tema central do debate jornalístico

ISSN: 2236-9228

no século XIX, sendo frequentemente publicado informações sobre a "invasão" de jurisdição cometida pela Igreja Católica em diversos setores da sociedade, ou a intromissão excessiva do Estado em assuntos religiosos. Deste modo, cada editorial utilizava-se dos argumentos que possuía para construir suas ideias acerca do conflito, abordando em várias páginas de seus jornais desde a reunião maçônica no Grande Oriente até o julgamento e condenação dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. **Os donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

CALDEIRA, R. C. **O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.

CAMPOS, G.M. **Ultramontanismo na Diocese de Mariana**: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

DE LUCA, T. R. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MONTEIRO, E. L. R. Maçonaria, Poder e Sociedade na segunda metade do século XIX: 1850-1900. 2014. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

NEVES, F. A. F. **Romualdo, José e Antônio***:* Bispos na Amazônia do oitocentos. Belém: Editora UFPA, 2015.

SANTIROCCHI, D. I. **Os Ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Império (1840-1889)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 2010.

SEIXAS, N.S.A. **A trajetória da imprensa no Pará**. Projeto de pesquisa, em andamento. Belém: UFPA, 2012.

SOUZA, F. J. O. **Do altar à tribuna**: os padres políticos na formação do Estado Nacional brasileiro (1823-1841). 2010. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA, D. G. **O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. 2.ed. Brasília: EDUNB, 1980.

VIEIRA, D. R. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. São Paulo: Santuário, 2007.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

IMPRESSOS E MANUSCRITOS DO LIBERALISMO CLÁSSICO EM PORTUGAL: A ECONOMIA POLÍTICA DE MANUEL ANTÓNIO LEITÃO BANDEIRA PARA O MARANHÃO E PARA O IMPÉRIO (1785-1819)[1]

Romário Sampaio Basílio[2]

> (...) Achando-me livre das fadigas da vida pública, me resolvo trabalhar por algum tempo na História Natural do Paiz destes povos, reflectindo prezentemente, que à minha fiscalização se dirigia em segurança da Coroa e na utilidade pública e particular, consentindo voluntário que eu goze dos saudáveis frutos da paz: Se, no entanto, V. Exª me considerar útil, mostrarei que sou[3].

É de dezembro de 1789 a declaração do egresso da Universidade de Coimbra Manuel António Leitão Bandeira de que deixaria, dada a chegada do seu sucessor, o cargo de Ouvidor do Maranhão, para se dedicar à História natural. Para esse cargo havia sido nomeado anos antes, quando ainda em Lisboa era Juiz de Fora da Vila de Penella[4]. O magistrado, desde a sua chegada em 1785, até à sua morte em 1819, não mais retornou ao Reino, mesmo tendo, em alguns momentos, solicitado para o fazer. Como Ouvidor do Maranhão, como é natural, esteve envolvido em diversos conflitos políticos de ordem administrativa, tendo atuado de forma direta em muitos deles[5]. No entanto, esse aspeto apenas ilustra o que há de comum, no caso de Bandeira, com os demais ouvidores das demais capitanias do Brasil ou, de forma geral, com os membros da Coroa a cumprir atribuições funcionais. A sua chegada demonstra também um modo comum de resolução de conflitos políticos entre altos membros da Coroa e, para além disso, ilustra as querelas cada vez mais expostas da relação Estado-Igreja nesses momentos. Neste artigo pretendo resgatar elementos da trajetória do bacharel, os conflitos que

[1] Esta investigação conta com apoio financeiro da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
[2] Doutorando em Estudos sobre a Globalização, FCSH/UNL/IPRI/NEMO. Erasmus Placement na University of Strathclyde.
[3] AHU_MA, D. 6416.
[4] Natural da cidade de Bragança, nascido em 1749, bacharel na Faculdade de Cânones em Coimbra, tendo lá se matriculado em 1773 e diplomado em julho de 1778, AUC. *Diploma atribuído a Manuel António Leitão Bandeira*. Coimbra: Na Real Officina Typografica da Universidade, Anno de 1778; A nomeação data de dezembro de 1784, ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv., f.241; ANTT, Chancelaria de D. Maria I, liv 17, f.129.
[5] Para um panorama, ainda que limitado, dos imbróglios administrativos do início do período como Ouvidor no Maranhão, conferir: ALMEIDA, Patrícia Alexandra Ramalho. *A administração portuguesa no Brasil colonial*: o contributo de Manuel António Leitão Bandeira para o estudo da história das instituições na capitania do Maranhão (1785-1790); orient. Miguel Corrêa Monteiro. Lisboa, 2006. No texto, Patrícia Ramalho repete a ideia de Mário Meirelles (2001, p.175) e de D. Francisco de Paula e Silva (1922, p.155) de que a ida de Bandeira para o Maranhão teria sido motivada pelas querelas do Bispo da Diocese e as autoridades coloniais, das quais trato a seguir; no entanto, a nomeação do magistrado fora em outubro de 1784, mesmo mês da chegada à província do Frei António de Pádua para ocupar o Bispado do Maranhão, portanto já estava determinada antes dos primeiros conflitos; Bandeira, porém, só chegará ao Maranhão no ano seguinte.

ISSN: 2236-9228

protagonizou com o Bispado do Maranhão, nomeadamente com o bispo D. António de Pádua, por meio de suas extensas correspondências.

Classificado aqui como um "intelectual médio" que não experimentou grande êxito intelectual em vida e nem mesmo suficiente prestígio que o possibilitasse escapar da "morte da memória" operada por uma historiografia contemporânea que se concentrou na geração seguinte, que assistiu e participou ativamente na Revolução do Porto (1820) e seus desdobramentos. Sem ser autor de grandes contribuições, seja para a Economia política, História natural, ou mesmo para a Poesia, e inserido numa "cultura burocrática ilustrada" esteve num circuito de circulação e difusão de saberes, tanto como produtor de discursos como proporcionador das dinâmicas de difusão bibliográficas. As questões colocadas em torno de Manuel António Leitão Bandeira referem-se a uma tentativa de perceber as hierarquias políticas e intelectuais e os usos da escrita, numa sociedade com limitado acesso à literacia.

Bandeira e Pádua no Maranhão

De 1785 a 1789 Bandeira exerceu o cargo de Ouvidor do Maranhão. O período que assiste à atuação do Magistrado regista importantes transformações no panorama geral da Capitania do Maranhão. A historiografia das últimas décadas tem revisto noções cristalizadas e teses clássicas acerca da condição "inerte" pela qual passava a província naquele momento - seja por uma revisão da "pobreza" que reinaria naqueles períodos, pelos desdobramentos da Cia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, mesmo após a sua extinção, seja por pesquisas que questionam "raízes" ou tradições intelectuais, oligárquicas e nacionais/locais.

No entanto, os registos clássicos e o movimento de revisão contemporânea permitem delinear um aumento no movimento do porto de São Luís, motivado, inicialmente, pelas exportações de algodão e arroz em alta desde a maturação e extinção da Companhia de Comércio[6]. Num outro viés, houve igualmente um aumento da circulação de solicitações e constantes tombos de sesmarias nas principais regiões produtoras de arroz e algodão[7]. No mesmo movimento, deu-se uma maior importação de africanos escravizados, o que implica

[6] ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. *Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira*: o caso do Maranhão, 1800-1860. In: Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, abril de 2000, p. 32-71; VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio no Maranhão*. São Luís: Associação Comercial, 1954.
[7] MOTTA, Márcia Maria Menezes. *Direito à terra no Brasil:* a gestação do conflito 1795-1824. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2012 (2ª edição).

ISSN: 2236-9228

uma maior racionalização do crédito para o tráfico, aspecto ainda pouco problematizado no caso da praça de São Luís. Finalmente, nos meandros de toda essa movimentação, dado o notável aumento da população de São Luís e de toda a capitania, assistiu-se a uma efusão nos registos de circulação de impressos, no número de estudantes que se deslocaram rumo à Europa e na quantidade de escritos memorialísticos.

Inserido nessa conjuntura de efervescência, Bandeira teve acesso, como *Ouvidor Geral* e depois como voluntário *Procurador interino da Coroa e Fazenda*, a dados administrativos da capitania referentes ao comércio e ao foro jurídico, permitindo-lhe tecer inúmeras considerações sobre esses aspectos e elaborar proposições para muitos problemas identificados por ele. São registados cerca de cem ofícios, cartas, memórias ou reflexões gerais em cerca de trinta anos de atividade, desde a sua nomeação em 1784 até ao último registo, em 1805. Os temas abordados por Bandeira, desde questões do foro da Ouvidoria até reflexões económico-políticas e em História natural, seguem, por partes, o rumo que traçou no Maranhão, como era de se esperar. Boa parte dos escritos trata de vários assuntos ao mesmo tempo; ao fazer uso da escrita para enviar solicitações pedindo resolução para problemas administrativos, Bandeira aproveitava a mesma carta para falar sobre diversos aspectos, da Filosofia à Orictologia.

Bandeira fora nomeado e enviado no momento do início dos conflitos entre o Bispo D. António de Pádua e a administração colonial, à época presidida por José Telles da Silva (1784-1787)[8]. O Bispo Pádua atuava, na descrição do próprio Magistrado, "com bastante escândalo para estes povos", com rebeldia diante das autoridades reais e desconsiderava qualquer autoridade, a não ser a papal[9]. Quando toma posse do cargo no Maranhão e toma conhecimento dos problemas com o Bispo, inicia desde logo as suas missivas dirigidas à Corte[10]. A querela entre o presidente da província e o Bispo do Maranhão foi assunto já abordado em alguns trabalhos que, no entanto, não vão além das informações dadas por César Marques no seu *Diccionario histórico-geographico da província do Maranhão* (1870) ao

[8] O Bispo era natural de Lisboa e professor da Ordem Franciscana, dos Menores Observantes Reformados. Foi chamado para a Diocese do Maranhão com 51 anos; D. Fernando de Paula (1922, p.143) diz ter sido aprovada a sua nomeação por Pio VI em junho de 1783, sendo que sua sagração fora em dezembro do mesmo ano. Inocêncio (1858, tomo I, p.217) lista quatro publicações, duas autorais e duas traduções levadas a cabo por ele, entre 1778 e 1798.
[9] AHU_MA, D. 6021.
[10] Martinho de Melo e Castro será mais frequente como destinatário direto, mas Bandeira diz também escrever para o Príncipe Regente D. João e às vezes para a Rainha D. Maria I.

tratar dos bispos do Maranhão (p.49-93)[11]. As cartas de Bandeira revelam outros pormenores sobre o caso, assim como as enviadas pelo Bispo e pelo Governador da Capitania na época.

De maneira geral, o conflito estabelecia-se na órbita das discussões acerca do poder regular e secular e das reais dimensões das interferências de um ou de outro nas áreas que lhes seriam próprias. Disso tratava, bem antes, o Alvará de 18 de janeiro de 1765 que, entre outros aspectos, denunciava as tristes experiências para com os magistrados da Coroa da Bahia, Rio de Janeiro e também do Maranhão. Os ditos juízos, além de terem de lidar com as condições sempre difíceis da colonização, eram postos diante da "ousadia" de alguns eclesiásticos que, "esquecendo-se das obrigações dos seus respetivos Estados", se deixavam "possuir pela cega usurpação da cobiça dos bens temporaes"[12]. Enquanto Bandeira reclamava que "é inexplicável o sumo desprezo com que [o Bispo] trata os magistrados, advogados e mais pessoas", o Bispo replicava na mesma altura da interferência do Governador e do novo Ouvidor "nos seus negócios"[13].

O Bispo, que tinha sido nomeado em 1783, mas que chegou ao Maranhão apenas em outubro do ano seguinte, publicara em Lisboa dois impressos, em fevereiro e novembro de 1784[14]. No primeiro, *A arte de viver em paz com os homens*, no qual condena a discórdia entre os homens que tantos males causa à nossa "infeliz sociedade", e, no segundo, um libelo de exortação, rogava pela união das "respeitáveis porções Regular e Secular" dos fiéis do Maranhão em prol da catequização dos gentios[15]. Curiosamente, foi pela oposição dessas ideias que passou a integrar uma longa trama de intrigas entre o governador José Telles da Silva que teve, em pouco tempo, a ajuda de Bandeira na tentativa de resolução das querelas.

---

[11] Cf. ALMEIDA, Patrícia Alexandra Ramalho (2006). *Op Cit.*; MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Sciliano, 2001, p.174-176; FRANCISCO DE PAULA, Dom. *Apontamentos para a História eclesiástica do Maranhão*. Bahia: 1912. Sobre este último, Mário Meireles reclama da sua avaliação positiva em prol do Bispo. De facto, dizia D. Francisco que os Juízes da Coroa, ao agir com prepotência e ambição "não se contentavam de exercer o mando absoluto sobre os seus domínios temporais" e que se esqueciam que "tinham a espada para proteger a Santa Igreja e não para escravizá-la" (1922, p.142).

[12] O mesmo Alvará é que institui Juntas de Justiça nas capitanias que, à época, tivessem Ouvidores-Gerais. A necessidade de ter, nas maiores capitanias, juntas de tal natureza denuncia tentativas de racionalizar e dar celeridade aos processos que pudessem ser solucionados sem o acesso direto à administração colonial. Muitas reclamações eram enviadas ao Reino pela demora e letargia nas avaliações metropolitanas e que, via de regra, podiam ser solucionadas com a instituição local dessas Juntas; para além disso, muitas diligências referiam-se ao correio marítimo e às suas falhas na administração das correspondências.

[13] AHU_MA D. 5862.

[14] MARQUES, César (1870). *Op. cit.*, p.70.

[15] O libelo fora publicado com o título *D. Fr. António de Pádua, da Ordem dos Menores reformados, por mercê de Deos, e da santa Sé apostolica bispo do Maranhão, e do conselho de S. Magistade fidelissima. A todos os nossos subditos saude, paz e benção.* Lisboa. Na Regia Officina Typografica. 1784. Com licença da Real Mesa Censória; *Arte de viver em paz com os homens, dividida em duas partes, e dedicada aos vassallos d e s. magestade fidelíssima, principalmente aos que habitao a diocese do Maranhão.* Por Fr. António de Pádua Bispo da mesma Diocese. Lisboa: Regia officina typografica, Anno M.DCC. LXXXIII. Com licença da Real Mesa Censória.

ISSN: 2236-9228

O início dos desentendimentos é demarcado pelo imbróglio da decisão do trajeto da procissão do Corpus Christi em 1785 que era, desde sempre, decisão da Câmara de São Luís, um ano após a posse do Bispo Pádua e do Governador Telles, momento de chegada ao Maranhão do novo ouvidor, Manuel Bandeira[16]. O Bispo, ao chegar e tomar posse das suas atribuições, decide modificar o trajeto sem aviso nem justificação, o que teria sido o estopim das guerras de ofícios, ofensas púbicas, circulação de versos satíricos e depreciativos, ameaças de excomunhão e até mesmo tentativas de assassinato. Tanto o Bispo escreve ao Reino reclamando que não conseguia cumprir as suas atribuições e dizendo não lembrar "da hora em que aceitei ser Bispo dessa diocese do Maranhão", como o Governador Telles descreve o estado de "desgosto, inquietação" que vive a Capitania dada a parcialidade da atuação do bispado[17]. No meio dessas querelas, o recém-chegado Bandeira toma partido do Governador ao tomar conhecimento dos conflitos anteriormente capitaneados pelo Bispo contra seu antecessor, o ouvidor Interino José da Silva Quintanilha.

O Ouvidor escreve ao Reino a elogiar o Governador da Capitania e a reclamar do Bispo[18]. Esse não havia cumprido a Carta Rogatória expedida pela junta, desobedecendo às determinações, o que implicou a aplicação da Lei das Temporalidades ao prelado, como a apreensão de criados e escravos, e havia saído da cidade, ausentando-se sem explicações. O Bispo possui, segundo ele, "sentimentos jesuíticos" e um "ódio entranhável" contra os magistrados, sendo que a sua influência sobre o povo estaria a colocar este contra as autoridades da Junta da Coroa.

As correspondências não ficaram sem resposta. Em outubro de 1787, Martinho de Melo e Castro, então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, envia dois avisos com as determinações da Rainha, após parecer do Desembargo do Paço sobre a questão[19]. Meses antes, em fevereiro e em agosto, Martinho de Melo já havia escrito ao Marques de Lavradio, então presidente da Mesa do Desembargo, pedindo uma solução para as reclamações de ambos os lados. Ao Bispo, o Secretário reclama do seu "desagradável modo de proceder"

[16] Fato sempre repetido desde João Francisco Lisboa (1840), César Marques (1876), D. Francisco de Paula (1922) e Mário Meireles (2001), mas que é minimizado ou possui caráter secundário na documentação que regista o conflito. Nem mesmo o Governador Telles, depois de ter deixado o controlo da Capitania em 1787, e que escreve longa memória ao descrever os anos do seu governo e o estado da Capitania, dá importância a esse ponto.
[17] AHU_MA, D. 5768; D. 5707.
[18] AHU_MA, D. 5862.
[19] Em fevereiro a Mesa do Desembargo recebe uma carta e um ofício, do Bispo e do Ouvidor respetivamente, encaminhadas da Secretaria Ultramarina, para que dessem parecer. Em agosto, dá-se o mesmo movimento em torno de uma carta que fora enviada por Bandeira a reclamar das atitudes do Bispo. AHU_MA, D. 5960; AHU_MA, D. 6022.

ISSN: 2236-9228

diante do não cumprimento das Cartas Rogatórias da Junta da Coroa, e que deveria fazê-lo de imediato. Deveria cumprir "as sentenças dos Ministros" que foram confiados pela Rainha para defender os povos das "violências dos Juizes Ecclesiasticos". Ao Ouvidor, parece mais simpático, avisando que tem "recebido e levado a Real Presença as cartas" e que o dito Bispo já estava ciente da obrigatoriedade de cumprir as ordens; deveria o Magistrado "persistir na sua obstinação" e prosseguir "na execução da Lei"[20].

Nesse momento, Bandeira passa a escrever, não por acaso, excertos com reflexões acerca da história eclesiástica, das atribuições do clero e acerca da aplicação da Justiça. Ao sabor dos acontecimentos, como a negativa do Bispo em obedecer aos provimentos e ordens da Câmara, da Ouvidoria e do Governador em 1787, Bandeira escreve ao Reino longos ofícios que, antes e ao mesmo tempo de apresentar as suas queixas, constroem ilações acerca do tema[21]. Para ele, o sacerdócio, impregnado de ambição, que "pelo decurso dos séculos tem invadido as liberdades de toda a Europa" tentava usurpar poderes que estavam sob a órbita civil; estavam assentados em demasiado poder, dizia Bandeira, e faziam "degenerar a sociedade em monstros de duas cabeças"[22]. O olhar histórico do Magistrado faz-se pelo declarado apelo de "uma veneração supersticiosa" da qual eram os ministros religiosos objeto desde a invasão dos "Bárbaros" ao Império Romano.

Bandeira e seus caminhos bibliográficos

O discurso de Bandeira que, ao passar pelos bispos da França, vassalos, segundo ele, em tempos de Carlos Martel (686-741), assenta em documentos publicados pelo sacerdote nascido em Modena, Ludovico António Muratori (1652-1750), para justificar que entre os séculos IX e X as causas eclesiásticas eram resolvidas pelos magistrados políticos[23]. Logo depois recorre à *História Eclesiástica* (1691) do galicano Abade Claude Fleury (1640-1723)[24]

[20] AVISO de 30 de outubro de 1787 e AVISO de 29 de outubro de 1787 in FRANCISCO DE PAULA, Dom. *Op cit*, p.476-477;
[21] AHU_MA, D. 5936.
[22] AHU_MA, D. 5963.
[23] Em nota lateral parece citar, abreviadamente, o *Antiquitates Italicae medii aevii*, obra de Muratori com primeira edição de 1738. António Alberto de Andrade (1966, p.88), repetido por Kenneth Maxwell (1995, p.12) diz ser Luís de António Verney (1713-1792), amigo de Muratori e junto com ele membro da *Roman Arcadia*, academia literária fundada em Roma em 1690. A penetração de Muratori em Portugal deve-se, entre outros aspectos ainda a serem levantados, ao enciclopedismo do autor, então em voga na Europa, e sua conciliação e adequação de certo secularismo setecentista às suas reflexões.
[24] Trata-se da edição portuguesa de *Histoire Ecclésiastique, précédée du Discours sur cette histoire, Paris, 1691-1720,* em 20 volumes; em Portugal foi impressa *Discursos sabre a história ecclesiastica*, Lisboa, 1773. A dimensão e divulgação da obra de Fleury está alocada num movimento percebido e interpretado como uma direta

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

e ao livro que valeu a Pietro Giannone (1676-1748) a excomunhão, *História Civil de Nápoles* (1723)[25]. A acidez do Magistrado está diretamente relacionada com o movimento de secularização que percorria os ânimos intelectuais da época que o fizeram destilar diretas menções contra os sacerdotes das "pseudoreligioens", ao seguir as obras de William Warburton (1698 – 1779) - segundo Voltaire, "el comentador de Shakespeare"[26]-, e do Barão de Santa Cruz, autor de *Mémoires pour servir à l'histoire de la religion secrète des anciens peuples* (1789), também citado por ele[27].

O Magistrado recorre, também, ao Alvará de outubro de 1786, no qual a Rainha determina, em resposta aos muitos conflitos concomitantes a acontecerem nas colónias, entre bispos e governadores, a subordinação daqueles a estes. Diz o Alvará que "se tem visto, com injúria das Luzes do presente Século, crescerem todos os dias mais e mais as desordens, e os excessos" dos Bispos, párocos, curas e demais autoridades eclesiásticas e determina que "não têm Privilégio algum". Bandeira diz, sobre as sentenças, que as "desejaria ver escritas em Letras de Ouro".

O uso pelo Bispo, naqueles anos, da sua habilidade com versos satíricos já tinha sido registado em alguns momentos. Pádua, como forma de ridicularizar os desafetos e combater-lhes os ânimos, compunha versos a satirizar as figuras públicas. Bandeira, em ofício onde caracteriza o Bispo com adjetivos como "rebelde, detestável, vilipendiador da honra e do carácter, portador de um espírito de sublevação, que introduz proposições abomináveis", reclama de ser alvo direto do religioso, sendo que "o vilipendio pessoal com que me ultraja"

---

influência do pensamento religioso francês sobre Portugal o que motivará, segundo Júlio Caio Velloso (1999, p. LI) a Igreja na divulgação de obras religiosas tão intensamente como literaturas heréticas. No entanto, a vasta obra de Fleury não se restringia a questões de foro religioso, tendo versado, inclusive, sobre temas pedagógicos. Em Portugal, o seu *Traité du choix et de la Méthode des études* (Paris, 1686), é apontado por António Manuel Banha de Andrade (1981, p.02) como umas das que influenciaram as bases da Reforma Pombalina dos estudos secundários, o que transparece na lei de 28 de junho de 1759, definidora desse processo. ANDRADE, António Manuel Banha de. *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*. Contribuição para a História da Pedagogia em Portugal. Coimbra: Coimbra Editora, 1981; VELLOSO, Júlio Caio. Introdução in *Catálogo das Obras Impressas no Seculo XVIII*. A Colecção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secretaria-geral, Arquivo Histórico: Lisboa, 1999.

[25] FOGEL, Michèle, LEMARCHAND Guy, SOBOUL, Albert. *El siglo de las Luces*. Madrid: Ediciones Akal, 1993, p.475.

[26] Voltaire. *La filosofia de la História*, p.123-124. Arthur Sherbo (1952) já chamava a atenção, ainda nos anos 1950, para o crescente interesse na época pelas obras e edições realizadas por Warburton, principalmente pelas obras dramáticas de *Shakespeare* de 1745, em 8 volumes, reeditada várias vezes; não por acaso, creio que esse interesse se inscreve num movimento múltiplo geograficamente (da Europa a América) de investigações dos intelectuais setecentistas, inscritos ou não num Iluminismo por ser definido. Conhecido pelas controvérsias e polémicas, ficou conhecido pelo The Divine Legation of Moses (1738-41), comentado por Voltaire. SHERBO, Arthur. Warburton and the 1745 "Shakespeare". *The Journal of English and Germanic Philology*. Vol. 51, n. 1, jan., 1952, pp. 71-82.

[27] Bandeira diz tratar-se de uma edição publicada em Paris em 1789, por Guillaume Emmanuel J. Guilhem de Clermont-Lodève, baron de Sainte-Croix.

era por isso um "costume habitual praticado por este rebelde todos os dias e todos os instantes"[28]. César Marques cita um desses versos que teria sido direcionado a Bandeira e que, como era praxe, ridicularizava o facto de, nas ruas de São Luís, o Magistrado ser visto a andar de cabeça baixa e a segurar o chapéu com as duas mãos nas costas. Pádua, ao ver isso, versejava: "Manoel, minha canceira, / Um pouco estás emendado, / Já trazes o penteado/ Pouco acima da moleira. / Mas ainda tens uma asneira,/ E asneira do diabo!/ Ella de ti dará cabo,/ Se a não deixas de repente./ Será pois acção de gente/ Trazer o chapéo no rabo?" [29].

A tentativa de assassinato do Juiz de Fora António Pereira dos Santos em outubro de 1787 reacende os ânimos na Capitania, que estavam tranquilos por um certo período devido ao entendimento entre o Governador e o Bispo[30]. Bandeira dizia não entender essa aproximação entre os dois e, ao narrar a tentativa de assassinato do Juiz de Fora, diz portar-se "com silêncio" diante da providência de Telles.

Eram antigos os desentendimentos entre o Bispo e o Juíz de Fora António Pereira, que sofrera o atentado. Desde a sua chegada, o Juíz passou a ser acusado pelo Bispo de reduzir "o caráter episcopal" do religioso e atacar a sua honra[31]. A partir de então, o magistrado escreveu várias vezes ao Reino, reclamando da interferência do Bispo, com semelhantes argumentos utilizados por Bandeira para falar dos mesmos assuntos. Ao narrar o ataque, o próprio António Pereira dos Santos diz ter sido motivado pelos seus procedimentos como juiz e, indiretamente, faz recair sobre o chefe do bispado suspeitas sobre o atentado[32]. Ao fazer isso, reclama, como fazia o Ouvidor, do Governador que havia passado a andar publicamente com o Religioso. Telles havia mandado fazer uma devassa, ainda em outubro, para se levantar os culpados, ao que parece sem êxito[33].

[28] AHU_MA, D. 5890.
[29] MARQUES, César (1870). *Op. cit*, p.72. Marques diz ter sido o verso preservado por Luís António Vieira da Silva (1828-1889), neto de Raimundo José de Sousa Gaioso, amigo de Bandeira. Viera da Silva é considerado um importante político e notável intelectual, que governou as Províncias do Maranhão e Piauí no Império, tendo sido senador até o final da vida. Autor de *História interna do Direito Romano* (1854) e do importante *História da independência da província do Maranhão* (1862), referência de indiscutível importância nos estudos sobre o período.
[30] A aproximação entre os dois havia-se dado nos meses que antecederam a tentativa de assassinato do Juiz de Fora e fora relatada pelo próprio Governador Telles, dizendo que iria "aceitar a conciliação que o Bispo me propôs"; AHU_MA, D. 6064.
[31] AHU_MA, D. 5769.
[32] AHU_MA, D. 6055.
[33] D. Fernando de Paula (1922, p.150) sugere que os dois capangas que atentaram contra a vida do Juiz de fora seriam guardas que compunham a segurança do Governador, que então se tinha dado amistosamente com o Bispo; no entanto, não encontrei referências documentais acerca disso e a latente parcialidade do autor a favor do Bispo faz-me questionar a informação; AHU_MA, D. 6059.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Havia desentendimentos também entre Bandeira e o Governador da Capitania[34]. O Magistrado reclamava da interferência daquele em áreas que seriam de sua jurisdição. Os desentendimentos foram mais intensos com o novo governador da Capitania, Fernando Pereira Leite de Foios (1787-1792), que substituiu José Telles da Silva, em 1787. Esse último, meses depois de deixar o Maranhão, sob elogios do Ouvidor, escreve a memória *Estado da capitania do Maranhão no anno de 1788* dando conta da sua administração[35]. Curiosamente, não cita diretamente os desentendimentos com o Bispo, mas deixa em todo o texto pistas do seu posicionamento que pode ser lido pelas mesmas linhas dos escritos de Bandeira, o que os aproxima mais que politicamente no campo e nos movimentos que lhes eram comuns.

O sucessor de Telles, Fernando Pereira Leite de Foios, chegou ao Maranhão e toma posse ainda com o Bispo demonstrando a sua "violência", mesmo que estivesse cumprindo, a partir de agora, as cartas Rogatórias[36]. A atuação do novo Governador não será, aos olhos de Bandeira, das melhores e não poupará críticas aos excessos que comete. Acusado de prepotência e despotismo. Foios defender-se-á acusando, ao mesmo tempo, a incompetência dos burocratas e a ausência de informações[37]. O combate ao contrabando[38], a usura e a violência contra os índios, na esteira de determinações vindas do Reino, colocam Foios na

[34] E não era o único; o Juiz de Fora e Órfãos da época, António Pereira dos Santos, escreve em setembro de 1788 reclamando dos assuntos de sua competência; AHU_MA, D. 6238. Essas interferências eram, em muitos casos, resultado da confusão nas sucessivas legislações que se sobrepunham e que não definiam com clareza as margens de atuação de cada cargo, ou mesmo interferências desdobradas de conflitos de poder e hierarquias.

[35] Na *Memória...*, Telles, ao fazer um passeio histórico sobre o descobrimento e colonização da Capitania, faz referência, ainda nos primeiros anos após a expulsão dos franceses, ao poder da Igreja nesses empreendimentos que "influía[am] mais nessas Conquistas da América do que a Politica" que se preocupavam mais em ''cathequizar os Bárbaros do seo Sertão do que enformar estabelecimentos bem organizados, que fossem úteis''; para ele somente após o início de um "Ministerio mais iluminado" é que a Colónia passou a ter um ''Edificio da prosperidade a que tem chegado, e que é suceptivel ainda de hum dobrado augmento''. Essa prosperidade só veio, segundo ele, com a Cia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que, mesmo tendo possibilitado o aumento da produção da Capitania e uma maior circulação de Navios no Porto de São Luís deveria mesmo ter sido extinta a tempo. Diz ele que eram um ou dois por ano, antes da Companhia e que ainda tinham de ir ao Pará para completarem as suas cargas, passaram a mais de 20 quando a empresa pombalina iniciou atividades. Esse facto é facilmente detectável pela documentação do AHU. BN. Manuscritos Rolo: MS 554 (7). I 29,19,58, Doc. 58, 1788.

[36] Nomeado em julho 1786 para servir três anos, governou, no entanto, até 1792. AHU_MA, D. 5891.

[37] AHU_MA, D. 6193.

[38] O maior no controlo no movimento alfandegário estava relacionado com um aviso expedido em 1799, e novamente em 1800, pelo ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, orientando para que os oficiais das Alfândegas dos portos tivessem "toda a vigilância e severidade" na deteção desses delitos; AHU_MA, D.9.193. Em relação ao combate de Foios aos comissários volantes, essa determinação vem desde tempos de Pombal que, em Alvará com força de lei de 6 de dezembro de 1755, determinava a proibição desses comissários em embarcações que fossem ao Brasil. Todavia, essa proibição não se conectou com a dinâmica do comércio ultramarino, tanto pela importância dos pequenos mercadores para Praça de Comércio de Lisboa quanto pelo alcance desses negociantes de ''panos e retalhos''. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822):* diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Dissertação de doutorado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 1995.1992, p. 432.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

mira do Magistrado, que o acusa de ir "além dos limites do justo"[39]; como se tornou usual, faz um discurso naturalmente imbuído de um sentido progressivo da História, lançando mão dos factos históricos encadeados numa razão lógica, teleológica, o que é típico dos movimentos setecentistas de reflexão de uma "filosofia da História", como se demonstrará mais claramente com os autores e obras que o Magistrado cita.

Enquanto isso, o Bispo Pádua, após desentendimentos com padres locais e mais recusas diante das autoridades da Junta, resolve fazer uma série de visitas nas paróquias locais, em Alcântara e Guimarães. Em visita a este último local, ter-se-ia desentendido com o vigário local, tendo mandado fazer uma devassa nas suas posses[40]. Segundo denúncias de Bandeira, angariou desafetos na sua estadia pelo seu comportamento e pelas suas "injustas condenações"[41]. Durante essa visita, em maio, ou mesmo antes, o Bispo decide retirar-se para o Pará, via cidade de Turiaçu, e de lá para Lisboa, não retornando a São Luís[42]. Sobre isso, escreve justificando-se para a Rainha que tinha "problemas de vista" que o impossibilitava de ler e escrever, e não possuindo o Maranhão "professor que pudesse fiar um curativo de moléstia tão grave" iria para o Reino. Argumenta também sua ausência não poderia, entretanto, desdobrar-se na perda da sua residência episcopal, citando os variados códigos da Igreja Romana para tal ato. Ao contrário do desejo do religioso, Bandeira pede logo em seguida a retirada de sua residência declarando vago o comando da diocese, o que será confirmado pelos próprios padres e párocos daquela localidade. Ao chegar a Lisboa, o Bispo teria sido recebido friamente pela Rainha, que soube das notícias de seu comportamento e também por não ter comparecido às exéquias de D. José, morto meses antes, fato relatado por Bandeira em ofício.

O casamento de Bandeira com uma representante de uma das mais tradicionais e ricas famílias da Capitania em maio de 1789, segue, também, ditames próprios de toda uma classe burocrática portuguesa em espaço ultramarino, como já havia demonstrado Stuart Schwartz (2011). Esse movimento não era estranho tanto pela natureza das relações estabelecidas no Ultramar, quanto pelas suas idiossincrasias sociais. Casa-se com Maria Joaquina Vieira Belfort, neta de Lourenço Belfort, nobre irlandês que emigrou para o Maranhão (1739) e se tornou cabeça de tradicional casa da elite local desde a segunda metade do Setecentos. O pai de Maria Joaquina, um dos oito filhos de Lourenço Belfort, que possuía o mesmo nome do

[39] AHU_MA, D. 6249.
[40] AHU_MA, D. 6348.
[41] AHU_MA, D. 6304.
[42] AHU_MA, D. 6073.

ISSN: 2236-9228

pai, acumulou grande fortuna e importância, tendo composto a primeira junta de governo do Maranhão após o Levante do Porto (1820). Ronald Raminelli (2013) anteriormente demonstrou o peso desses casamentos na ascensão social de uns, manutenção ou aquisição de "traços" de nobreza por outros, ou mesmo articulações políticas.[43]

Dois anos após a morte de Manuel António Leitão Bandeira em 1827, a sua mulher, Maria Joaquina Vieira Belfort, iniciou o longo processo de inventariação dos bens de Bandeira e a partilha dos bens entre os três filhos[44]. Os imbróglios da construção do inventário foram muitos, tanto pelos interesses dos filhos na partilha do longo espólio do pai, quanto pelas etapas burocráticas que eram exigidas nesses casos. O inventário dos bens de Bandeira revela aspectos comuns a muitos proprietários naquela conjuntura, inserindo-o cada vez mais nos movimentos da época. O inventário da sesmaria que foi tombada após solicitação do Magistrado em 1795, depois de muitas disputas em torno dos problemas nas demarcações com outros sesmeiros da ribeira do Rio Itapecuru, região tradicionalmente envolvida nas produções de arroz e algodão. O documento revela o espólio que construiu ao longo da primeira década do Oitocentos até à sua morte[45]. A grande quantidade de escravos, animais, bens e plantações anima a hipótese do envolvimento de Bandeira com o comércio, dado que o longo espólio é característico dos comerciantes e contratadores da Praça de São Luís.

Últimas palavras: da vaidade

> A vaidade das letras é maior do que a vaidade das armas; estas sim têm ocasiões de maior pompa, de maior grandeza e de maior admiração; mas tudo nas armas é semelhante ao raio, cuja luz e estrépito se extinguem em um instante. Os heróis nunca chegam a durar um século; as suas ações não duram mais, se a fortuna lhes não dá na república das letras alguma pena ilustre, que conserve a vida daquelas mesmas ações, já sucedidas, já passadas, e já mortas. A vaidade das ciências por ser uma vaidade pacífica na aparência, não deixa de ser altiva, e arrogante.

As apropriações intelectuais dos "burocratas ilustrados" no poder vão além da sua ingerência reformista. Mathias Aires, na sua *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* (1752),

[43] SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial:* O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial.* Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). São Luís: Ed. Uema/Café & Lápis, 2015; MOTA, Antónia da Silva. *As famílias principais*. Redes de poder no Maranhão colonial. São Luís: EDUFMA, 2012; RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico Setecentista. *Revista de História*. São Paulo, Nº 169, julho / dezembro, 2013 p. 83-110.
[44] ATJMA. 1836. *INVENTARIO Manuel António Leitão Bandeira*. Autos Cíveis, Juiz de Órfãos da Capital do Maranhão.
[45] AHU_MA, D. 7313.

de quem reproduzo acima um excerto, nas suas reflexões, ao dizer que a vaidade seria uma paixão da alma, atesta, pela observação e reflexão de seu tempo, o inatismo do sentimento de distinção nos homens[46]. Nas suas palavras, o desejo de ser "objeto de memória" faz com que sejam ambiciosos pelas palavras, tomando as letras como meio para chegar à imortalidade.[47] Bandeira pode ser tomado por esta norma, sendo mais que uma simples definição ou enquadramento dos seus atos. Para além disso, não tenho por objetivo aqui relativizar o sentido social da ciência, mas sim o de interpretação social dos usos das ideias e dos saberes[48].

Nos extratos da trajetória do português Manoel António Leitão Bandeira que analisei acima não pretendi fazer um inventário completo, uma biografia-total, do Magistrado. A seleção dos fatos, além de se relacionar com a disponibilidade das fontes e com o acesso à bibliografia, concatena-se com o problema central deste artigo: como interpretar personagens periféricos a par de construções históricas e, sobretudo historiográficas, que os relegaram a segundo plano ou mesmo a partir de uma "morte da memória"? O atribuir de significado e dimensão, no exato sentido de estabelecer uma hierarquia de distinção entre o Magistrado e seus contemporâneos, não pode escapar nem extrapolar as fontes, com pena de se dar ao ex-Ouvidor uma importância que ele pode não ter representado.

Em sentido contrário, a redução do magistrado a simples erudito sem expressividade, coloca-o no "seu lugar", nas margens, pode levar ao efeito contrário: o reducionismo de uma tentativa de explicar os atos e os escritos de Bandeira por ordens estruturais flutuantes, invisíveis e profundas no fundo não oferecem mecanismos de prova suficiente. O campo cultural e político de atuação do magistrado, nesse caso, oferece uma interpretação de menor ênfase determinista.

Anos antes da morte do bacharel e ex-ouvidor do Maranhão, o português Raimundo José de Sousa Gaioso, escreve em homenagem ao magistrado, a *Minuta histórico-pologética*

[46] AIRES, Mathias. *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*. Lisboa: 1752, p.63, et. seq.
[47] Aires, no seu Prólogo ao Leitor: "Eu que disse mal das vaidades, vim a cair na de ser Autor (...). Foi preciso pôr o meu nome neste livro, e assim fiquei sem poder negar a minha vaidade. A confissão da culpa costuma fazer menor a pena". AIRES, Mathias. *Op, cit*, p.23.
[48] No sentido proposto por Pierre Bourdieur (2010), a disposição dos diversos tipos de capitais, que representam o seu poder sobre o campo, seus mecanismos de ação, *habitus*, em busca de um valor distintivo podem ser tomados como parâmetro de um conjunto de ações coletivas de intelectuais, como nos casos que analiso na Capitania do Maranhão, de esforços no sentido de reconhecimento intelectual; quanto mais capital maior a probabilidade de obter sucesso no campo onde se está inserido, nesse caso o capital intelectual, cultural. A definição desses agentes dá-se pela posição que eles ocupam dentro desse espaço. BOURDIEU, Pierre. *A Distinção, uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70, 2010; BOURDIEU, Pierre. Espaço social e génese das classes in *O poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2001, 133-160.

da conducta do Bacharel Manuel Antonio Leitão Bandeira...[49]. Nela, como era praxe em impressos de tal natureza, faz uma louvação quase epopeica do período no qual Bandeira esteve em atividade como ouvidor e acabou por se tornar um elogio de vida e devoção amistosa.

O Magistrado no final da vida, totalmente cego, talvez tenha participado na sua elaboração, podendo ter sido consultado em algum momento. Bandeira torna-se, nesse sentido, sujeito inserido num campo de construção da vaidade, da tentativa de reconhecimento, de um certo pesar pela falta de interlocução, da ambiguidade não declarada, da falta de coerência teórica. Os conflitos com o arrogante Bispo Pádua, adversário intelectual à sua altura, as reclamações dos abusos de poder e das interferências nas suas prerrogativas de mando dos superiores, e sua escrita sempre oportuna, justificando intelectualmente os seus atos, denunciam o seu narcisismo subserviente.

Antes de sua morte, Bandeira publicou pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro um conjunto de versos, *Sonetos do Doutor Manoel Antonio Leitam Bandeira dirigidos ao seu amigo senhor José Constantino Gomes de Castro, Conego da Cathedral de São Luís (1820)*[50]. Os três sonetos, um dedicado à aclamação do Rei, e os demais ao Rei inglês Jorge III (1738-1820), seguem o mesmo estilo bucólico arcadiano, sem demonstração de nenhum talento que não seja a exaltação de um vocabulário afrancesado e de tom obscuro. Consta que Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), à época Diretor da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1821) e de Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros (1821-1823), teria conservado os sonetos "não porque julgo merecerem ser lidos; mas que os haja nessa Real Biblioteca, uma vez que se imprimiram"[51].

[49] *... Ouvidor geral, corregedor e provedor da Comarca do Maranhão pelos anos de 1785 a 1789, anotada por José Contantino Gomes de Sousa, cônego da catedral do Maranhão.* 1818, 47 páginas. A minuta parece ter sido publicada na Europa em 1818, mas não há referências completas disso; quem se encarrega de publicá-la é a viúva de Gaioso, Anna Rita de Sousa Gaioso, depois da morte do marido em 1813.

[50] O amigo para quem Bandeira dedica os sonetos, *José Constantino Gomes de Castro*, cônego no Maranhão, fora ativo politicamente na sua época; egresso de Coimbra, se envolveu em diversos conflitos com a Igreja e com importantes figuras políticas. Preso duas vezes, em 1821 e 1823, acusado de conspirar contra as Cortes reunidas em Lisboa, o padre escreveu sua própria defesa onde acusava de ser perseguido. *História resumida das perseguições de José Constantino Gomes de Castro, presbitero secular, cônego prebendado na igreja cathedral da cidade de S. Luiz do Maranhão, ex-commissario do Santo Officio, protonotario apostólico de Sua Santidade com beneplacito regio, e cavalleiro da Ordem de Christo: por elle escripta, e comprovada com documentos legaes. José Constantino Gomes de Castro.* Lisboa: Impressão Régia, 1823. COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões*: uma história da nobiliarquia luso-maranhense. São Luís: Instituto Geia, 2005, p.148-152.

[51] CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Universidade, 1993, p.243-244.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

LEÃO XII E O BRASIL IMPERIAL

Ítalo Domingos Santirocchi•

Leão XII entre revoluções e independências

O papa Leão XII, nos cinco anos de seu pontificado, liderou a Igreja na delicada missão de reconhecer a independência de alguns países da América Latina. Às vezes as negociações foram muito longas e complexas, devido as pressões das potências europeias, Espanha e Portugal, antigas colonizadoras dessas novas nações. Este é o caso do Brasil, que se tornou independente em 7 de setembro de 1822, adotando a forma monárquica de governo.

Pouco mais de um ano depois da independência do Brasil, em 28 de setembro de 1823, Annibale della Genga tornou-se papa com o nome de Leão XII. Alguns meses depois, o imperador D. Pedro I enviou seu representante para iniciar negociações para o reconhecimento do novo país, o que só aconteceu em 1826. Em fevereiro de 1829, Leão XII morreu e, em 1831, Pedro I abdicou.

Este texto tem como objetivo apresentar as relações complexas entre o Brasil e a Santa Sé naqueles anos de profundas incertezas e mudanças rápidas. Enquanto na Europa a Santa Aliança tentava impedir a revolução, na América não havia outra escolha senão aceitá-la.

A Santa Sé conseguiu entender o jogo político americano e o caso particular brasileiro? Até que ponto o governo do império brasileiro estava disposto a aceitar a autoridade papal? Como as disputas políticas internas afetaram as relações diplomáticas entre os dois interlocutores? Estas são algumas das perguntas que vamos tentar responder aqui.

O império tropical

Em 1808, após a invasão napoleônica de Portugal, o rei e a sua corte mudaram-se para o Brasil. O Rio de Janeiro tornou-se a sede do Império lusitano. Permaneceram por aqui até 1821, quando as Cortes de Lisboa obrigaram o rei D. João VI a retornar a Portugal.

As Cortes de Lisboa são o resultado da Revolução do Porto, que começou em 24 de agosto de 1820, e parte de um complexo de revoltas liberais que estavam sacudindo vários países europeus nas primeiras décadas do século. Elas também eram uma reação ao governo controlado pelos ingleses enquanto o rei estava no Brasil. Entre as exigências das Cortes

• Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor permanente dos programas de pós-graduação em História da UFMA e da UEMA.

ISSN: 2236-9228

figuravam: o retorno do rei, uma constituição, a divisão do império em províncias sujeitas a Lisboa e a eleição de deputados.

D. João e sua corte retornou a Portugal em 25 de abril de 1821, mas Pedro, seu filho mais velho, permaneceu no Brasil, em uma tentativa de evitar uma separação total ou pelo menos na esperança de encorajar uma reunificação posterior. No entanto, as disputas entre os membros brasileiros e portugueses em Lisboa, o risco de fragmentação do território – como aconteceu nas antigas colônias espanholas – a pressão política das elites de algumas províncias brasileiras e parte das classes populares da capital, levaram à Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. Ao contrário de outros países americanos, que adotaram a forma de governo republicano, estabeleceu-se uma monarquia constitucional.

Para Pedro I, não era fácil impor sua autoridade a todas as províncias. Algumas delas recorreram às armas, e os conflitos terminaram um ano após a proclamação da independência, em 15 de agosto de 1823, com a adesão da província do Pará, no norte do país.

No entanto, o fim do conflito não significou o fim das ameaças à independência. Pedro I, o primogênito real, embora renunciando o direito ao trono português em favor de sua filha, para muitos setores da elite brasileira ainda representava um risco de recolonização do país.

D. Pedro I convocou uma assembleia constituinte, em 1823, mas a dissolveu quando seus aliados percebem que os deputados pretendiam dividir a soberania entre o imperador e a assembleia. O imperador não queria ver seus poderes diminuídos.

Em 25 de março de 1824, D. Pedro outorgou ao império uma constituição que previa a união entre Igreja e Estado, alguns privilégios do padroado e também leis de inspiração regalista. Esta constituição não teve amplo consenso, não sendo apreciada pelos liberais mais radicais – e acabou provocando fortes reações. Este é o caso da Confederação do Equador, movimento revolucionário de tendência republicana que irrompeu na província de Pernambuco, no Nordeste, em 1824. Apesar de fortemente apoiada por alguns membros do clero, a revolta foi fortemente reprimida por Pedro I (RODRIGUES, 1974, p. 17; SANTOS, 1971, p. 4).

É nesse contexto de disputa entre o rei e o parlamento, de institucionalização das relações entre Igreja e Estado no Império do Brasil, que Annibale della Genga é eleito Papa, com o nome de Leão XII.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Uma igreja para um novo império

O retorno de João VI para Portugal, em 1821, e a proclamação da independência do Brasil por seu filho mais velho, Pedro, em 1822, ao mesmo tempo que permitiu uma maior proximidade entre uma parte do clero e do governo, exacerbou o espírito nacionalista na condução dos assuntos eclesiásticos. O objetivo do Estado continuava sendo o de controlar os setores estratégicos da Igreja e usar a fé como um instrumento para legitimar e manter a ordem social vigente (AZEVEDO, 1978, p. 122-123).

A hierarquia eclesiástica atuava tanto na esfera religiosa quanto na civil. Esse fator permitiu o envolvimento do clero brasileiro em diversas áreas da sociedade: na economia, na política, na administração pública e nas oligarquias locais. Isso ajudou a entender por que, no momento da independência, o clero participou do processo de emancipação e da organização administrativa do novo país.

As bases jurídicas do Padroado e do regalismo imperial

A Carta Magna concedida em 1824, apesar de suas aspirações liberais, começava com a invocação da Santíssima Trindade e o reconhecimento da Igreja Católica como religião do Estado. Esta união, no entanto, inspira-se no regalismo lusitano do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, adaptado à nova circunstância do país independente e à adoção da monarquia constitucional como sistema político (AZEVEDO, 1981, p. 48).

A união entre Igreja e Estado foi declarada no Título I da Carta Magna - "Do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dinastia, e Religião" – no quinto artigo, que afirmava: "A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo"[1]. A religião do império é a católica, mas as outras religiões cristãs são toleradas.

No Capítulo II, Título V, relativo ao poder executivo, o artigo 102 determinava que: "O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado"**.** Estas eram suas atribuições, entre outras: "§II. Nomear Bispos, e prover os Benefícios Eclesiásticos. §XIV. Conceder, ou negar o Beneplácito aos Decretos dos Concílios, e Letras

[1] Constituição Imperial de 1824. In *Coleção das Leis do Império*, 1824, parte I, Constituição Política do Império do Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1886, p. 7.

ISSN: 2236-9228

Apostólicas, e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas que se não opuserem à Constituição; e precedendo aprovação da Assembleia, se contiverem disposição geral"[2].

A evidência do regalismo na constituição do império é clara. O direito de nomear bispos e prover benefícios eclesiásticos, que eram uma concessão dada pela Santa Sé, através de bulas papais ao rei Português e aos grã-mestres da Ordem Militar de Cristo, passaram a considerados como um direito constitucional do poder executivo, estabelecido unilateralmente. Tudo isso sem prévia negociação ou acordo com a Santa Sé. Estes fatos aconteceram já sob o pontificado de Leão XII.

A Constituição também instituía o *placet*, ou beneplácito, que já estava presente nas práticas regalistas lusitanas. O padroado e o regalismo no Brasil são legitimados pela soberania popular e estabelecidos pela constituição. Tais fatos levam Cândido Mendes de Almeida, renomado jurista e ultramontano brasileiro do século XIX, a acusar, décadas mais tarde, o governo de ter instituído um "padroado à força" (ALMEIDA, 1866-1873, p. 272).

Enquanto o regalismo lusitano era justificado por práticas e concessões antigas, o brasileiro se apresentou na perspectiva de construção de uma nova nação, baseado na soberania popular e na constituição.

No Título VIII da constituição, "Das Disposições Gerais, e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros", no artigo 179, a tolerância religiosa e seus limites se confirmam mais uma vez: "A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: [...] V. Ninguém pode ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Pública"[3].

Depois da Carta Magna, outras inovações legislativas se tornaram conhecidas, como a extinção do Tribunal das Cruzadas, com a lei de 20 de setembro de 1828 e, mais importante ainda, a lei de 22 de setembro de 1828, que extinguiu a instituição executiva do Padroado Real Português, o Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens. Assim, as principais questões sobre os assuntos eclesiásticos foram transferidas para o Supremo Tribunal de Justiça[4].

[2] Ibid., p. 21-22
[3] "Constituição Imperial de 1824", in Coleção das Leis cit., p. 38.
[4] Coleção das Leis do Império do Brasil, 1828, parte I, Tip. Nacional, Rio de Janeiro 1878, pp. 45, 47-50.

ISSN: 2236-9228

Leão XII, a bula *Praeclara Portugalliae* e o Império tropical

No Brasil o Padroado é estabelecido sem prévia negociação com a Santa Sé, unilateralmente, implicando uma certa ruptura com a tradição lusitana. Isto parece mais evidente no caso da bula *Praeclara Portugalliae*.

Após a emancipação política do Brasil, o Imperador D. Pedro I mandou seu enviado extraordinário à corte papal, Mons. Francisco Correira Vidigal[5], nomeado em 7 de agosto de 1824. Ele chegou a Roma em 5 de janeiro de 1825. Sua missão era convencer a Santa Sé a reconhecer a independência do Brasil e assinar uma Concordata, estabelecendo as condições que deveriam reger as relações entre a Igreja e Estado na monarquia brasileira. O objetivo era garantir ao imperador os mesmos direitos que os soberanos portugueses, incluindo aquele de ser o grão-mestre das ordens militares, com o privilégio do padroado vindo da Ordem de Cristo (DORNAS FILHO, 1938, p. 42).

No entanto, o fato de enviar um representante a Roma era reconhecer na Santa Sé o direito de conceder o padroado, apesar da constituição de 1824 já ter atribuído ao imperador o direito de nomear bispos, prover aos benefícios eclesiásticos e também de aceitar ou não os documentos pontifícios.

Apesar disso, era importante obter um reconhecimento pontifício para dar maior força às reivindicações de D. Pedro I em relação ao parlamento, à população, à hierarquia eclesiástica e às províncias. O imperador buscava uma fonte de autoridade que fosse além da "aclamação popular" que "transferiu" a soberania e o coroou (soberania proveniente do povo e fundamentado no pacto social). Ele buscava uma maior legitimidade no sagrado, no direito divino dos reis (RIBEIRO, 1994; BASILE, 1990 p. 203).

A primeira reunião particular com o cardeal Della Somaglia, secretário de Estado, foi realizada em 13 de janeiro, quando foram recusadas as credenciais de ministro ao Mons. Vidigal, não sendo reconhecidas suas funções diplomáticas. Esta recusa foi o resultado da pressão do ministro português junto Santa Sé, Domingos António de Sousa Coutinho, Conde de Funchal. Ficou claro para Mons. Vidigal e o governo brasileiro que a Santa Sé só tomaria posição após o reconhecimento da independência por Portugal (SANTINI, 1974, p. 164).

[5] Nasceu no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. Nesta cidade completou seus estudos de humanidades e depois se matriculou na Universidade de Coimbra, em Portugal, onde se formou em direito canônico. De Portugal ele foi para Roma, onde foi ordenado sacerdote. De volta ao Brasil, exerceu o sacerdócio em Cuiabá. Retornou ao Rio de Janeiro, onde praticava advocacia. Em 1806 foi nomeado cônego do capítulo da diocese e depois reitor do Seminário de São José. Ele deixou este lugar para quando aceitou a missão diplomática para Roma (LEMOS, 1980, p. 30).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Portugal reconheceu a independência do Brasil em 29 de agosto de 1825. Com a ajuda do cardeal Bartolomeo Pacca[6], Mons. O Vidigal conseguiu ser recebido por Leão XII como diplomata brasileiro, em 23 de janeiro de 1826. Isso também implicou no reconhecimento da independência do império (SANTINI, 1974, p. 166).

Mais tarde, Leão XII concedeu um breve apostólico ao imperador do Brasil, em 15 de abril de 1826, dando-lhe o poder de nomear bispos para cadeiras vacantes (SANTINI, 1974, p. 167). Esta concessão foi estendida a outras dioceses erguidas mais tarde, como aconteceu em 15 julho 1826, com a bula *Sollicita Catholici Gregis* que elevou a prelazia de Goiás e Cuiabá à condição de dioceses. Essa bula e as seguintes sempre se remeterão à concessão do direito do padroado régio feito por meio do breve de 15 de abril de 1826 (SANTINI, 1974, p. 176-177).

Em 8 de agosto de 1826, Mons. Vidigal pediu ao papa uma bula de concedendo o padroado dos benefícios infra episcopais exercidos pelo imperador. O pedido foi enviado à Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiais Extraordinários. Os cardeais se reuniram em 11 de março de 1827. A discussão foi longa, com uma série de dúvidas e obstáculos apresentados pelo secretário da Sagrada Congregação, Mons. Luigi Frezza. No entanto, a insistência de Mons. Vidigal junto ao Santo Padre e a predisposição deste conseguiram superar os obstáculos e acelerar a publicação da bula (SANTINI, 1974, p. 167, 171-172).

Em 30 de maio de 1827, no lugar de uma Concordata, como inicialmente solicitado pelo imperador, Mons. Vidigal obtém uma bula da Santa Sé, intitulada *Praeclara Portugalliae*. Ela concedia ao soberano e aos seus descendentes os mesmos direitos que a coroa portuguesa, ou seja, o padroado real e o grão-mestrado da Ordem de Cristo.

Quando o governo recebeu a bula, seguiu as determinações da constituição, submetendo-a ao processo de beneplácito. O documento foi enviado às comissões conjuntas de Constituição e Eclesiástica da Câmara dos Deputados. Na sessão de 10 de outubro de 1827, elas se expressam de maneira contrária à concessão do *placet* à bula (DORNAS FILHO, 1938, p. 42-43). O Estado brasileiro em formação, além de estabelecer unilateralmente o padroado através da constituição, não aceitou a concessão deste privilégio pela Santa Sé, que tradicionalmente detinha o poder de concedê-lo.

No entanto, existem algumas razões menos explícitas por trás do parecer negativo ao *placet* para bula *Praeclara Portugalliae*: era o conflito entre a Assembleia e o Imperador,

[6] Talvez pelo fato do Mons. Pacca ter sido núncio pontifício em Portugal de 21 de março de 1974 até fevereiro de 1801, quando foi nomeado cardeal, sendo substituído pelo mons. Lorenzo Caleppi.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

envolvendo as diferentes interpretações sobre quem detém a autoridade derivada da soberania nacional. As comissões afirmam que a bula não poderia ser aprovada porque continha disposições gerais que ofendiam a constituição do Império. Depois de apresentarem um breve resumo das bulas que tinham concedido ao rei português e à Ordem de Cristo o direito de padroado, argumentavam que as ordens militares foram fundadas para lutar contra os inimigos da fé, o que seria contrário ao princípio da tolerância de crença estabelecido pela constituição brasileira. A partir disso, as comissões concluíam que:

> Pode jamais sancionar-se o princípio que a Bula parece querer consagrar, de que é lícito levar-se a desolação, o ferro e o fogo a casa daqueles que não creem no que nós cremos? Não são essas máximas de sangue e ignorância, e degradação, diretamente ofensivas do art. 5º da lei fundamental deste Império, que estabeleceu a tolerância de crenças e do art. 179 §5º, que proíbe que alguém seja perseguido por motivo de religião? Sem dúvida. Logo, os princípios sobre que a bula assenta sua decisão, nem existem, nem podem tolerar-se, por anticonstitucionais: e a bula, por consequência, é anticonstitucional, e assenta sobre uma causa falsa, isto é, causa que não existe. E, além disso, a Bula é ociosa e inútil, porque o Imperador do Brasil tem pelo ato da Sua Aclamação e pela Constituição todos esses direitos que ela pretende confirmar-lhe (AES, fasc. 171, pos. 108, fl. 24r)[7].

Além de negar os fundamentos tradicionais de legitimação do padroado, a parte final do parecer das comissões vai além do conteúdo proposto na bula, porque é uma defesa da posição da Câmara diante do Imperador, reconhecendo principalmente o princípio de que a soberania derivava da aclamação da nação legitimada pela constituição. O parecer da Câmara não parava por aí, ela alegava que o padroado da Ordem de Cristo nunca existira no país, pois ela "não fundou, não edificou, nem dotou as igrejas do Brasil. Logo, nunca teve, nem podia ter direito de padroado das mesmas igrejas" e concluía que:

> As igrejas do Brasil nunca foram do padroado da Ordem de Cristo e, por consequência que os Reis de Portugal nunca exerceram no Brasil o direito de Padroeiros, como Grão-mestres, mas sim como Reis, sendo então todos os benéficos do Padroado Real, assim como hoje o são do Padroado Imperial, e essencialmente inerente à Soberania do atual Imperador do Brasil e Seus Sucessores no Trono, pelo ato da Unânime Aclamação dos Povos deste Império e Lei Fundamental do mesmo, artigo 1 e 2 §2º. Conclua-se, portanto, que a bula é ociosa, porque tem por fim confirmar o Imperador do Brasil no direito que o Mesmo Senhor tem por títulos mais nobres (AES, fasc. 171, pos. 108, fl. 28v; DORNAS FILHO, 1938, p. 44-48).

Essa passagem é essencial para entender o regalismo imperial brasileiro. O regalismo lusitano justificava seus atos baseando-se na igreja primitiva, nos antigos imperadores

[7] AES – Arquivo do *Affari Ecclesiastici Straordinari* (Negócios Eclesiásticos Extraordinários), na época em que consultei a documentação este fundo estava no Arquivo Secreto Vaticano.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

romanos, nas antigas concessões papais e na tradição, criando uma discussão sobre quem concedeu a quem este ou aquele privilégio. Em vez disso, o governo imperial brasileiro justificava seu regalismo baseando-se em uma suposta aclamação popular, que cedeu a soberania ao imperador, e à constituição imperial. Era um padroado civil que não derivou da concessão da Igreja e do papa. Esses princípios foram recorrentes durante o período monárquico brasileiro, mas constantemente criticado e contestado pela Santa Sé e pelo ultramontanismo brasileiro.

Não sabemos se a Santa Sé foi informada do conteúdo integral desta decisão da Câmara dos Deputados do Brasil. Jerônimo Lemos afirma que a Santa Sé ouviu falar dessa decisão e isso suscitou alguma resistência no estabelecimento da nunciatura no Brasil. Outros estudiosos, que fizeram pesquisas nos arquivos romanos e vaticanos, não sabem se a Santa Sé soube do incidente ou quais foram suas reações (LEMOS, 1980, SANTINI, 1974, p. 159-204; VIEIRA, 2007).

A instituição de uma nunciatura apostólica no Brasil

Antes da proclamação da independência, dois núncios estiveram presentes no Brasil: Mons. Lorenzo Caleppi (1808-1817) e Mons. Giovanni Francesco Marefoschi (1817-1820). Ambos foram enviados para a corte portuguesa; quando esta retorna a Portugal, o núncio a segue. Depois da independência, em 1822, e depois de seu reconhecimento pela Santa Sé, em 1826, o primeiro núncio enviado à nova nação é Mons. Pietro Ostini. As negociações para a nomeação deste núncio acontecem sob o pontificado de Leão XII (ACCIOLY, 1949, p. 19-212).

Como já vimos, o imperador do Brasil envia seu representante a Roma para tratar o reconhecimento da independência. Em 28 de agosto de 1824, ele recebeu a instrução do governo, que no parágrafo sobre a nunciatura diz:

> A respeito do estabelecimento dos Núncios, é coisa natural e óbvia que os Papas os queiram ter, não só como Enviados e Ministros Plenipotenciários Políticos, as como seus Legados; fora melhor que eles não existissem como tais e até que não houvesse Tribunais de Legacia, mas não sendo da pretensão de S. M. Imperial destruir o que está estabelecido por longos tempos, e abraçado pelos mais Monarcas Católicos, não duvida que haja nesta Corte um Núncio, não só por este princípio, mas também pela conveniência de recorrer antes a eles do que a Cúria Romana, pela distância, naqueles casos, que sendo a ela reservados não podem ser dispensados pelos Bispos, e também para que perante eles se preparem os processos de nomeação para ocupar os Bispados vagos (LEMOS, 1980, p. 33).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Antes do estabelecimento de uma nunciatura no Brasil, houve muitas discussões entre o governo e seus representantes em Roma e na Áustria, principalmente sobre a oportunidade ou não de ter uma nunciatura de primeira classe no Rio de Janeiro. O Monsenhor Vidigal era contra, argumentando que isso poderia criar inúmeras desvantagens para o governo brasileiro. Segundo o Vidigal, uma internunciatura seria suficiente.

No entanto, Leão XII estava interessado em estabelecer imediatamente uma representação diplomática no Brasil. Segundo De Marchi:

> Leão XII, já em fevereiro de 1826, tinha proposto ao Can. Del Bufalo (San Gaspare de Búfalo) o cargo de Representante Pontifício no Império do Brasil, que poucos dias antes (23 de janeiro) havia sido oficialmente reconhecido pela Santa Sé. O Santo, no entanto, através de seus amigos Mons. Cristaldi (mais tarde cardeal) e monsenhor Marchetti, conseguiu ser dispensado, pelo Papa, de acertar o cargo (DE MARCHI, 1957, p. 75).[8]

Em maio de 1826, Leão XII voltou a demonstrar interesse pelo estabelecimento de uma representação no Brasil. Mas a ideia foi de uma nunciatura conjunta com Lisboa. Ele enviou uma comunicação ao Ministro Plenipotenciário do Brasil e outra ao embaixador de Portugal, nas quais o Santo Padre expressava seu desejo de nomear um núncio para a corte de Suma Majestade Imperial. Aos 10 de março de 1826, faleceu o rei português D. João VI, sendo o imperador Pedro I o príncipe herdeiro. Os nomes dos candidatos que eram propostos, segundo Accioly: "Mons. Alessandro, dos marqueses Giustiniani di Scio, patrício genovês, arcebispo de Petra; Mons. Alessandro, dos príncipes Spada, patrício romano, auditor da Sacra Rota; e Mons. Luigi, dos marqueses del Drago, patrício romano". A resposta do governo foi que esta decisão dizia respeito ao Reino de Portugal e não ao Brasil, uma vez que o imperador D. Pedro I renunciou ao trono lusitano (ACCIOLY, 1949, p. 213 e 223).

Em outubro de 1826, a Santa Sé retomou a iniciativa, por meio do Cardeal Secretário de Estado, Giulio Maria della Somaglia, que comunicou a Vidigal seu desejo de enviar um núncio apostólico ao Brasil. O encarregado brasileiro pediu, então, o envio de instruções ao seu governo e alguns dias depois reforçou o pedido, comunicando que o Santo Padre expressou pessoalmente a ele o desejo de ter uma nunciatura no Brasil (ACCIOLY, 1949, p. 214).

[8] Tradução livre do autor. No original: "Leone XII, già nel febbraio 1826, aveva proposto al Can. Del Bufalo (San Gaspare del Bufalo) la carica di Rappresentante pontificio nell'impero del Brasile, che qualche giorno prima (23 gennaio) era stato ufficialmente riconosciuto dalla Santa Sede. Il Santo però, per mezzo dei suoi amici Mons. Cristaldi (poi cardinale) e Mons. Marchetti, ottiene dal papa di esse dispensato dall'accettare".

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Em resposta o ministro das Relações Exteriores, João Severiano Maciel da Costa, marques Queluz, anunciou que o imperador D. Pedro I queria uma nunciatura de primeira classe, considerando "pouco compatível com a dignidade do Império", um núncio de segunda classe (ACCIOLY, 1949, p. 215).

Para a mudança de posicionamento do Imperador contribui Antônio Teles da Silva Caminha e Meneses, marquês de Rezende, ministro plenipotenciário na corte da Áustria, o qual estava conversando com Mons. Ostini, internúncio em Viena, para que ocupasse esse cargo, e com a Santa Sé. Accioly mostrou que a nunciatura de primeira classe interessava a Ostini, que almejava o cardinalato o quanto antes (ACCIOLY, 1949, p. 213-215).

No entanto essa atitude do colega não agradou Vidigal, que considerou as ações do Marquês de Rezende intrusões em assuntos que eram de sua alçada. Nas seguindo suas instruções, Vidigal buscou dar garantias à Santa Sé que o governo brasileiro iria fornecer os meios necessários para a manutenção do núncio, seguindo o exemplo do que acontece em Portugal (ACCIOLY, 1949, p. 215-216).

Em 11 de maio de 1827, o cardeal secretário de Estado comunicou a mons. Vidigal que Sua Santidade tinha decidido pela instituição de uma nunciatura de primeira classe, com todos os privilégios e faculdades dos núncios apostólicos residentes em Lisboa, incluindo a nomeação a cardeal no final da sua missão. A Santa Sé apresentou uma lista de três candidatos ao imperador, que escolheu o primeiro nome, Mons. Pietro Ostini, internúncio austríaco (ACCIOLY, 1949, p. 216).

Era costume que o governo concedesse uma contribuição financeira para a manutenção da nunciatura "a exemplo do que praticavam os príncipes da Casa de Bragança", o que implicava numa certa quantia a ser paga ao núncio, "para o decoro do respectivo cargo", por causa das dificuldades enfrentadas pelo tesouro pontifício. Mas quando a Câmara dos Deputados foi consultada, não aprovou a concessão de ajuda ao representante do papa (ACCIOLY, 1949, p. 216-218).

Outro evento também preocupou à Santa Sé. A lei de 18 de setembro de 1828, que criou o Tribunal Superior de Justiça, que passaria a ser aquele de última instância para todas as causas, mesmo as eclesiásticas[9], deixando o tribunal da nunciatura (legacia) sem funções. O último golpe contra este tribunal foi em 27 de agosto de 1830, por meio de um decreto imperial:

[9] Coleção das Leis do Império do Brasil, 1828, parte I, Tip. Nacional, Rio de Janeiro 1878, p. 38

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> Art. 1º. As causas eclesiásticas, d'ora em diante, serão julgadas em segunda e última instancia na Relação competente.
> Art. 2º. As apelações interpostas para o Tribunal da Legacia, atualmente pendentes, ficam de nenhum efeito; e as sentenças proferidas na Relação competente terão sua inteira execução[10].

Desta forma, as causas do foro eclesiástico ficaram limitadas a duas instâncias eclesiásticas: a primeira nos tribunais episcopais, a segunda nos tribunais do Arcebispado da Bahia ou no naquele metropolitano, que era o do bispado do Rio de Janeiro, a sede da monarquia. A terceira instância seria um tribunal secular, o Supremo Tribunal de Justiça, por meio do recurso à coroa (BEAL, 1969, p. 151).

A Santa Sé, informada por Mons. Vidigal destas decisões, mudou de ideia, dando um outro destino para Mons. Ostini, arcebispo de Tarso, que sereia nomeado à nunciatura da Confederação Suíça. O papa, então, propôs enviar um "encarregado de negócios", uma nunciatura de terceira classe, para o Brasil. O governo imperial se opôs veementemente a essa ideia e ordenou a Mons. Vidigal que defendesse junto a Santa Sé a escolha que foi feita anteriormente, ou seja, Mons. Ostini (ACCIOLY, 1949, p. 217-225).

Leão XII, então, propôs uma nunciatura de segunda classe, mas o imperador continuou insistindo na de primeira. O impasse continuou nos anos seguintes, mas Leão XII morreu antes da conclusão da questão. As negociações para a nomeação se alongaram e terminaram apenas em 23 de junho de 1829, quando Pio VIII nomeou Mons. Ostini, que apresentou suas credenciais ao imperador em 31 de maio de 1830. Nos dois anos que permaneceu no país, além de ter vivido um momento político conturbado da história política nacional, foi extremamente crítico e pouco afeiçoado ao Brasil (ACCIOLY, 1949, p. 217-225).

Conclusão

A Santa Sé sofreu com a falta de representantes diplomáticos nos primeiros anos após a independência dos países americanos. No caso brasileiro, o fato de não haver um representante pontifício e um sistema de informação criou sérias dificuldades na interpretação das intenções e solicitações do governo brasileiro. Leão XII teve que se mover entre as pressões das nações europeias contra as independências dos países americanos e os conflitos internos de cada uma das nações do novo mundo.

[10] Coleção das Leis do Império do Brasil, 1830, parte I, Tip. Nacional, Rio de Janeiro 1876, p. 19.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

No governo brasileiro, as tensões entre o imperador e a assembleia legislativa também envolviam as relações entre a Igreja e o Estado. No entanto, ambos – imperador e assembleia – concordaram em um ponto: eles queriam limitar a autoridade papal tanto quanto possível, de acordo com a tradição herdada de Portugal e da Universidade de Coimbra.

O clero brasileiro viu-se submetido a dois poderes, cada um dos quais exigia lealdade exclusiva: o governo e a hierarquia católica. Também as relações entre os dois poderes permaneceram presas a contraposição de duas leis: as bulas papais e a constituição. Daí nascia uma contínua tensão que mais cedo ou mais tarde irromperia em um conflito, no calor de um país tropical.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, H. P. P. **Os primeiros núncios no Brasil**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

ALMEIDA, C.M. de. **Direito Civil Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno em suas relações com o Direito Canônico**. vol. 1, parte I. Rio de Janeiro: Garnier, 1866-1873.

AZEVEDO, T. de. **A religião civil brasileira: um instrumento político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Igreja e Estado em tensão e crise:** a conquista espiritual e o padroado na Bahia. São Paulo: Ática, 1978.

BASILE, M. O. N. de. O Império brasileiro: panorama político. In LINHARES, M.Y. (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BEAL, T. **Os jesuítas, a Universidade de Coimbra e a Igreja brasileira, subsídios para a história do regalismo em Portugal e no Brasil 1750-1850**. Ann Arbor: The Catholic University of America, [Tesi di Dottorato], 1969.

Coleção das Leis do Império do Brasil, 1828, parte I. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1878.
Coleção das Leis do Império, 1824, parte I, Constituição Política do Império do Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro: 1886

DE MARCHI, G. **Le nunziature apostoliche dal 1800 al 1956**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1957.

DORNAS FILHO, J. **O Padroado e a Igreja brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LEMOS, J. de. Monsenhor Francisco Correia Vidigal e o reconhecimento da independência pela Santa Sé. In: **RIHGB**, CCCXXVIII, 1980.

RIBEIRO, M. E. de Barros. **Os símbolos do poder**, Editora da Universidade de Brasília. Brasília: 1994.

RODRIGUES, J. H. **A assembleia constituinte de 1823**. Petrópolis: Vozes, 1974.

SANTINI, C. O Padroado no Brasil. Direito Real. In: **Perspectiva Teológica**, XI, 1974.

SANTOS, J.A. dos. **Liberalismo eclesiástico e regalista no Brasil sob o pontificado de Gregório XVI.** Roma: Pontifícia Gregoriana, [Tesi di Dottorato],1971.

VIEIRA, D. R. **O processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926).** Aparecida: Editora Santuário, 2007.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

MARANHÃO OITOCENTISTA NA SALA DE AULA: A BALAIADA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus*

Os livros didáticos de história têm em suas raízes a preocupação de criar uma consciência de nação. No decorrer da história do Brasil modificou-se de acordo com as transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem (PEREIRA, 2014). Um dos papéis do Livro Didático, portanto, é levar ao aluno o conhecimento elaborado na academia[11], por isso no momento de sua escolha requer atenção e habilidade do professor que o adota. Para isso, existe o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem por finalidade subsidiar o professor e a escola na escolha do livro didático que será adotado no triênio.

Como uma mercadoria o livro escolar recebe diversas intervenções durante sua fabricação e comercialização. Nesse processo interferem várias personagens como o editor, autor, técnicos especializados dos processos gráficos: programadores visuais e ilustradores. Vale dizer que o livro escolar como elemento da indústria cultural determina um modo de ler direcionado por técnicos e não pelo autor (BITTENCOURT, 1997).

Assim, o conteúdo do livro didático não se trata apenas de uma vontade de quem o escreve, sobre suas visões historiográficas, contudo vai muito além do seu ponto de vista que é adequado às bases curriculares, mediadas pelo mercado. Desse modo, avaliar ou analisar um livro didático é mais complexo que assinalar a ausência de determinado conteúdo, ou modo como o seu conteúdo é ou precisaria ser oferecido. Ao se pensar no livro didático é necessário observá-lo inserido nesse complexo contexto que abarca políticas públicas de ensino, bases curriculares e a efetuação do livro didático por autores e editoras, e a inserção da historiografia (PEREIRA, 2006).

Esse trabalho chama atenção para a trajetória dos materiais didáticos de História do Maranhão, pois é de suma importância ter materiais dessa temática para contribuírem com os estudantes no conhecimento de interpretações da História local, e refletirem sobre suas

* Esta comunicação é resultado da dissertação de mestrado: "A BALAIADA NA SALA DE AULA: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático "A Guerra da Balaiada"", sob a orientação da Prof. Drª Elizabeth Sousa Abrantes, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN). A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

[11] Vale dizer que nem sempre o conhecimento histórico é elaborado na academia, pois há aqueles que se colocam a escrever a História como jornalista, literatos, etc.

ISSN: 2236-9228

origens e identidades, sobre os processos socioeconômicos e políticos, com suas mudanças e permanências, e valorizem a pluralidade étnica e cultural que constitui a formação social do Maranhão.

Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar os sentidos construídos para os conteúdos veiculados nos materiais didáticos que circulam ou já estiveram presentes e, até mesmo são usados nas elaborações das aulas de História do Maranhão da educação básica, especificamente, no conteúdo que versa a respeito da Balaiada. Considera-se que os livros e os materiais didáticos podem carregar um determinado discurso historiográfico característico, quem o escreve pode empregar a produção acadêmica para fundamentar o conhecimento histórico que se aspira legitimar.

Para tal escopo, utiliza-se as obras dos autores, como Barbosa de Godóis com sua obra intitulada *História do Maranhão,* publicada em 1904; Mário Martins Meirelles com as obras *Pequena História do Maranhão* e *História do Maranhão*, publicadas em 1959 e 1960, respectivamente; Raimundo Lindoso Castelo Branco com a obra *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, publicado em 1988; Célia Siebert e Renata Siebert que lançaram o livro intitulado *Maranhão - História* em 2013.

Ensino de História do Maranhão e suas problemáticas

Muitas vezes a História Regional tem permanecido longe dos interesses e alcance dos alunos. No caso do Maranhão isso acontece em parte devido à ausência de material didático que aborde a História local. Outro fator que tem diminuído o interesse pela história local foi a adesão das universidades públicas ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que fez com que os alunos dessem pouca atenção à história que contempla os estudos regionais. Sobre a história regional, Giron diz que:

> [...] **a história regional, filha do espaço e da dependência, considerada por muitos como apenas bastarda do Clío** [...] O preconceito contra a história regional é tão antigo como a própria História. Já os gregos rejeitam a história regional, ao estudar grandes mudanças históricas que excluem, não só a história local, como os historiadores locais. A concepção histórica dos gregos, bem como sua filosofia, permanecem ao longo dos séculos. A história regional continua sendo repelida para fora da história geral, tanto então como agora. Tal rejeição tem um sentido e obedece a alguns pressupostos teóricos e ideológicos (GIRON, 2000, p. 28-29, grifos nossos).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A historiadora Bittencourt (2008, p. 168) advoga que a história regional proporciona, na dimensão do "[...] estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação", e coloca a importância da memória para a história local. Para a autora, a "memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para os historiadores como para o ensino".

Geralmente, os livros didáticos trazem em seu conteúdo temas mais gerais, e às vezes de cunho historiográfico conservador, sem trazer à tona temas mais específicos da História Regional. Ao observamos os livros didáticos, os espaços dados a História do Maranhão, quando isso acontece, são minúsculos, sem muita expressão. Sabemos que para a produção de um material didático há todo um processo complexo.

Como salienta Engel (2009) as produções didáticas são consideradas produto cultural dotado de alto grau de complexidade, tendo sua autoria plural, na qual fazem parte, além do autor, as figuras do editor, dos programadores visuais e dos ilustradores. Sobre quem produz o livro didático, a referida autora diz que "enquanto formulador de um discurso historiográfico específico, o autor do livro didático pode utilizar a produção historiográfica acadêmica para fundamentar o conhecimento histórico abordado em termos de argumentos de autoridade, buscando sua legitimação" (ENGEL. In. 2009, p. 30).

Como quase não existem livros didáticos sobre História do Maranhão para a Educação Básica, e pôr na maioria das vezes desconhecerem as produções acadêmicas, os professores da educação básica quase não trabalham em suas aulas a história do seu Estado, quando trabalham utilizam as obras tradicionais dos historiadores por ofício ou profissionais que não são da área de História e trabalhos de historiadores de profissão.

Materiais Didáticos de História do Maranhão

A escolha, neste trabalho, das obras didáticas especificamente de História do Maranhão tem por finalidade mostrar os materiais didáticos que são ou já foram utilizados em sala de aula, e que também auxiliaram os professores na elaboração de suas aulas de História do Maranhão. Assim, apontamos as obras catalogadas acerca dessa temática em ordem cronológica: Godóis (1904), Meireles (1959;1960), Castelo Branco (1988) e Célia Siebert, Renata Siebert (2013).

O historiador por ofício Barbosa de Godóis, nascido em São Luís do Maranhão (10/11/1860), onde teve uma carreira política, destacou-se por ter criado o Hino maranhense e exercido várias funções ligadas ao ensino público no Maranhão. Na Academia Maranhense de Letras (AML), ocupa a cadeira de número 1, referente à cadeira de educadores. Escrevendo sua obra intitulada *História do Maranhão* (1904), subintitulada *para uso dos alunos da Escola Normal*, em dois volumes, no início do século XX, traz consigo uma visão panorâmica da história desse estado desde as Capitanias Hereditárias até a adesão do Maranhão à proclamação da República, divididos em três partes: Primeira Parte – O Maranhão-Colônia; Segunda Parte – O Maranhão-Província e Terceira Parte – O Maranhão-Estado.

Tratava-se, portanto, de uma conjuntura histórica em que a República deveria ser ensinada como a que redimiria os erros do passado monárquico, e até mesmo do Período Colonial utilizando termos como desmandos e desgovernos para se referir a esses momentos. Isso, é uma demonstração clara na obra de Godóis, devido seu trabalho ser voltada para a educação em um contexto com a predominância de militares dirigindo o país, e dado a uma conjuntura de educar a nova geração para construir o futuro do país.

Quanto a Balaiada, Godóis (2008, p. 351) a divide em três fases, expõe as características físicas de alguns líderes e os chama de caudilhos[12]. Constatamos que ao longo da narração desse movimento, o autor condena os revoltosos, para ele, os envolvidos na Balaiada não tinham um ideal e por isso “os chefes rebeldes tomaram a rapina e a crueldade como programa. Nem era isso de se admirar em semelhante gente” e corriam notícias das “selvagerias e desumanidades praticadas pelos revoltosos”.

Expõe que Raimundo Gomes depois de seu audacioso cometimento na vila da Manga, que teria ocorrido por uma questão toda pessoal mediante a prisão do seu irmão, foram surgindo outros chefes rebeldes em vários lugares, sem uma causa particular, exceto o Balaio, que se proferia ofendido na sua honra pela desdita de suas duas filhas, seduzidas por um oficial em comissão (GODÓIS, 2008).

Diante disso, Godóis (2008, 349-350) faz questionamentos devido à simultaneidade do rompimento da revolta em grande parte da Província indicou que seria, “ou um plano concertado previamente, ou a existência de um fermento revolucionário muito forte, cuja eclosão dependeria apenas de um pretexto qualquer que a incitasse”. Notamos que nessa

[12] "Estes líderes, geralmente de origem militar, oriundos, em sua grande maioria, da des-mobilização dos exércitos que combateram nas guerras de independência[dos países da América espanhola], de 1810 em diante, provinham, em certos casos, de estratos sociais inferiores ou de grupos étnicos discriminados (mestiços, índios, mulatos, negros)" (OLIVIERI, 2000, p. 156-157).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

hipótese, Godóis nega a capacidade das camadas populares em articular um movimento de grande extensão territorial, mas acreditava que haveria alguém de prestigio para dar as coordenadas a Balaiada. Em relação à primeira hipótese, Godóis afirma que seria preciso que,

> [...] **da capital ou de outra parte onde existisse alguém de bastante prestígio para se fazer obedecer em tamanha extensão do território, partisse a palavra de ordem, a organização e a direção da revolta.** Dado esse caso, porém, não somente seria impraticável a guarda do sigilo de um fato desses, transmitido a tantos indivíduos, como**, quando assim não fosse, não seria certamente a indivíduos da última camada que se daria o encargo de fazer um levantamento popular** [...] Era de presumir, nesse caso, que se cometesse **a realização de semelhante empreendimento a pessoas consideradas e que dispusessem de grandes elementos, pela posição social, influência política e fortuna** (GODÓIS, 2008, p. 350, grifos nossos)**.**

O historiador por ofício Mário Martins Meireles (1915-2003) nasceu em São Luís do Maranhão. Iniciou no Magistério da década de 1940, como professor de História Universal e do Brasil. Em 1953, tornou-se professor universitário na Faculdade Federal do Maranhão (UFMA). Pertenceu ao Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM) e da Academia Maranhense de Letras (AML), em que assumiu vários cargos administrativos. Escreveu mais de trinta livros relacionados à História do Brasil e Maranhão em diversos contextos.

Durante muito tempo, a história serviu como um meio dos alunos adquirirem uma formação moral e cívica. A obra *Pequena História do Maranhão*, publicada em 1959, é caracterizada por uma história tradicional, permeada do método da "memorização" para cumprir seu objetivo de ensinar as "tradições nacionais" e induzir ao patriotismo. No prefácio, Meireles (1959) informa que seu trabalho não tinha nenhuma intenção, possibilidade nula, visto que nas suas palavras seguintes diz que sua obra havia sido solicitada pela sua colega da Faculdade de Filosofia de São Luís, professora Odila Soares, que ocupava na época o cargo de Orientadora Pedagógica dos Cursos do SENAC-MA, devido à dificuldade de encontrar materiais que abordassem a História e a Geografia do Maranhão, a nível de curso de primário. Convém lembrar ainda que *Pequena História do Maranhão* (1959), foi instituída por meio do Decreto de nº 1732 de setembro de 1960, que oficializou seu uso nas escolas Primárias do Estado.

Meireles (1959) sintetizou nessa obra os conteúdos básicos da História da Maranhão, possuindo quinze capítulos que abordam desde o "Descobrimento do Maranhão até Maranhenses Ilustres e Hino Maranhense". A História nesse contexto, ainda estava sob o predomínio de um método de ensino voltado para memorização, ou seja, aprendia História quem decorava nomes e fatos com suas datas e as grandes personagens da História. No que

ISSN: 2236-9228

concerne as fontes utilizadas para a elaboração de manual didático, Meireles não indica de onde embasou sua escrita.

No tocante a Balaiada, o autor discorre sobre esse movimento ressaltando as grandes figuras que se destacaram ligadas ao Estado, como o oficial Brigadeiro Feliciano Falcão, que comandou uma das colunas imperiais. E a trajetória de ascensão da personagem do General Luís Alves de Lima e Silva que recebeu o título de Barão de Caxias, e depois de Duque de Caxias, e o chama de "Grande General". Acerca dos "balaios" serem vencidos foi restabelecida a paz no Maranhão, passando a impressão de que o movimento consistiu apenas em pôr fim a ordem vigente sem conter teor político ou reivindicações plausíveis.

No *prefácio* de *Pequena História do Maranhão*, Meireles já prenunciava a *História do Maranhão* que seria publicado em 1960, ao dizer que: "os elementos que lhe demos, extraídos de uma 'História do Maranhão' que ainda não pudemos dar ao público [...]". Quanto à obra *História do Maranhão*, publicada em 1960, também é uma de escrita tradicional que apresenta uma história narrativa, linear e descritiva.

Essa obra é dividida em 36 capítulos que vão desde o "Descobrimento" até o Maranhão Contemporâneo, ressaltando aspectos econômicos, financeiros, educacionais e culturais. Os fatos são apresentados como naturais, os contextos não são postos nas contradições originadas a começar das circunstâncias materiais nas quais os indivíduos se localizam em dada conjuntura histórica. A obra não contém imagens e a bibliografia utilizada são de historiadores filiados a uma historiografia conservadora, como expoentes Ribeiro do Amaral, Francisco Adolfo de Varnhagen, não havendo uma discussão historiográfica apresentando elementos trazidos por uma historiografia mais revisionista.

No *prefácio*, Mário Meireles (1960) salienta que algumas obras naquele período encontravam-se escassas, anos depois foram reeditadas, e interpelava-se de como seria possível ao magistério ensinar a disciplina as futuras professoras primárias, se não havia onde aprendê-la. À vista disso, Meireles registra seu trabalho para estimular o interesse daquela sociedade para a história do Maranhão, portanto, como reclama o autor, "hoje em dia na terra, se conta por uma precária meia dúzia de homens que ainda querem saber do nosso passado porque sabem que história é a mestra da vida" (MEIRELES, 2015, p. 15-16).

Acerca da Balaiada, Meireles não aprova o levante, faz duras críticas quanto a sua composição, diz que não havia liderança, era um movimento de vingança, expansão desenfreada de anseios e que não se admiraria, caso a irracionalidade os dominasse, portanto, para o autor a revolta não passava de um:

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> **Levantamento de cafuzos, crioulos, mulatos e pretos, de vaqueiros e agricultores, de escravos fugidos e soldados desertores, de bandidos e vagabundos, sem uma figura maior que os chefiassem;** sem terem conseguido, nas elites bemtivis, despertar para sua causa atitude semelhante à que haviam tido pela causa que eles outros advogavam; sem um único elemento do clero, da nobreza, da burguesia, da oficialidade de linha, da magistratura, do funcionalismo, à sua frente, **a Balaiada é algo de incompreensível na história político-administrativa do Maranhão e, antes, um capítulo de nossa história político-social** (MEIRELES, 2015, p. 300, grifos nossos).

Meireles reproduz o discurso de uma historiografia oficial e conservadora sobre a Balaiada, e ainda acaba por enfatizar uma história de "grandes heróis" em suas batalhas, como é o caso de Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, tido como o que extinguiu o movimento:

> Eis a **Balaiada** como a compreendemos. **Essa revolução absurda** em sua definição e na concepção de suas causas; mas que levantou mais de dez mil homens e exigiu**, para a sua extinção, a espada do maior general brasileiro de todos os tempos – o duque de Caxias, Patrono do Exército** (MEIRELES, 2015, p. 301, grifos nossos).

Em 1988, o professor de geografia José Raimundo Lindoso Castelo Branco, que atua na educação básica (Público/Privado) e no Ensino Superior, lança o livro *Estudo Regional do Maranhão:* estudos sociais do Maranhão (1º grau), pela editora FTD, em São Paulo, pertencente aos irmãos Maristas, que nos agradecimentos menciona um desses "irmãos" que o ajudou na produção desse livro. Esse trabalho visou atender a então sétima série, e é importante lembrar que o livro não é de História ou de Estudos Sociais, mas de Geografia do Maranhão, entretanto, sua escrita aponta aspectos históricos, geográficos e cívicos. Possui, em preto e branco, imagens, quadros, mapas, que não têm legendas e referências que deixem claro para o estudante as informações apresentadas nesses recursos.

É pequena a bibliografia usada pelo autor e seus autores filiados a uma escrita tradicional, citamos algumas dessas obras e autores: Almanaque Abril (1978), Atlas do Estado do Maranhão (1984), Eloy Coelho Neto (1979), Enciclopédia Barsa Universal (1964-1970), Meireles (1960), Mochel (1971), Lima (1981), etc. O livro está dividido em quatro unidades: Aspectos Gerais do Maranhão; Aspecto Históricos do Maranhão; Aspectos Cívicos e Políticos do Maranhão; Aspectos Humanos e Econômicos do Maranhão.

Quando se trata da *Balaiada,* o autor menciona que essa revolta ocorreu por insatisfação popular, dado os "grandes conflitos em função da conquista pelo poder e abusos das autoridades" (CASTELO BRANCO, 1988, p. 34). Nesse livro, estão presentes apenas

ISSN: 2236-9228

dois dos três líderes populares mencionados pela historiografia, Raimundo Gomes e Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, portanto, deixando de fora o "Negro Cosme". O termo cidadão não aparece no manual didático, Castelo Branco não discute o que era ser um cidadão no Brasil nesse período. A participação dos chamados grupos inferiores é posta como saqueadores, o que passa a impressão para os alunos que "os balaios" não tinham objetivos a serem alcançado. "O grupo dos balaios crescia a cada dia. Em julho de 1839**, renderam e saquearam a cidade de Caxias,** onde apreenderam armamento e munição" (CASTELO BRANCO, 1988, p. 34, grifos nossos).

Isso se evidencia com a figura de Luís Alves de Lima e Silva, posto como o "pacificador" dos revoltosos, pois de acordo com Castelo Branco (1998, p. 35, grifos nossos), "para acabar com a Balaiada, o governo imperial mobilizou tropas de várias províncias [...] O comando foi entregue ao general **Luís Alves de Lima e Silva, que conseguiu vencer os balaios e a província do Maranhão**". Esse autor, não questiona como se deu esse processo de pacificação, não aponta que as camadas pulares conheceram a mais dura repressão das tropas legais. Por outro lado, o autor enfatiza que a: "grande Vitória de Luís Alves de Lima e Silva deu-lhe o título de nobreza "Barão de Caxias" atribuído pelo imperador, D. Pedro II. **Caxias, devido a seus méritos militares, tornou-se 'Patrono do Exército Brasileiro'**". Vemos que por meio de uma "História Heroicizante" a imagem de Caxias como o "pacificador" foi posta no imaginário nacional.

O último livro desta análise é *Maranhão História,* das autoras Célia Siebert e Renata Siebert. A professora Célia Siebert é formada em Letras pelas Faculdades Anchieta de São Paulo, leciona no Ensino Fundamental nas redes pública e particular do Estado de São Paulo, e é editora de livros didáticos na área de Ciências Sociais. A psicóloga Renata Siebert, bacharela e licenciada em Psicologia pela UNIP (Universidade Paulista), especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson - Araras - São Paulo e responsável pela avaliação psicológica como perito examinadora de trânsito, e também é autora de outros livros didáticos - Brasil em mapas - Geografia, História - Todos os anos; Maranhão - Geografia - Geografia - Todos os anos.

As autoras, em 2007, lançaram o livro *Maranhão - História e Geografia,* não conseguimos localizar este livro, no entanto, observou-se que essa obra foi desmembrada em Geografia e História do Maranhão. Em 2008, lançou-se *Maranhão – Geografia*, que levou apenas o nome da psicóloga Renata Siebert, já o *Maranhão História* foi publicado, em 2013,

ISSN: 2236-9228

tendo a autoria de Célia e Renata Sieberts. É oportuno falar que não localizamos este livro no PNLD do período. No que tange a Balaiada, as autoras relatam que:

> Na primeira metade do século XIX, houve uma revolta das camadas populares tanto do Maranhão como do Piauí. Essa população era formada, por exemplo, por vaqueiros, lavradores, artesãos, soldados desertores e negros. Enfim, por muitos daqueles que viviam marginalizados pela miséria, pela carestia, pela exploração, pela escravidão. Pela indiferença e corrupção das autoridades (SIEBERT, C; SIEBERT, R, 2013, p. 81, grifos das autoras).

No entanto, Célia Siebert e Renata Siebert (2013) apesar de citarem a composição social do movimento, não criticam o desfecho da Balaiada, há ausência de reflexões sobre as medidas arbitrárias do governo imperial em relação aos balaios, isto é, não avança muito quando se trata de levar os alunos, a partir da magnitude do movimento, a refletir criticamente acerca das causas, e à constatação e à observação dos problemas e diferenças. O protagonismo da participação popular é minimizado, suas reivindicações não são exploradas didaticamente para que o estudante, caso necessite cogitar uma possível solicitação de mudança ante a uma situação adversa.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos observar que os materiais didáticos referentes à História do Maranhão que foram e são utilizados nas aulas, precisam de reformulações em seus conteúdos e abordagens para colaborar na formação crítica dos alunos para que os mesmos sejam sujeitos ativos da sua própria história, e atuem de forma consciente em sua realidade histórica.

Vimos obras como a de Godóis que a escreveu em um contexto da República como nova forma de governo, em 1904. Passadas quase 6 décadas, em 1959/60, Meireles lança seus trabalhos que não diferem muito de Barbosa de Godóis. Em 1988, Raimundo Lindoso Castelo Branco publicou a obra *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, a qual segue uma abordagem tradicional. Em 2013, Célia Siebert e Renata Siebert lançaram o livro intitulado *Maranhão - História* que já segue novas abordagens de ensino, mas apresenta algumas limitações.

Portanto, os historiadores não podem ficar indiferentes da aplicação dos conhecimentos históricos nos livros didáticos, daí a importância de se estudar a história dos manuais didáticos, pois, no decorrer da história do Brasil modificou-se de acordo com as

ISSN: 2236-9228

transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: **fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez Editora, p. 183-220, 2008.

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____. (org.). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTELO BRANCO, José Raimundo Lindoso. **Estudo Regional do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1988.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (Orgs.) **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC – ANPUH – RS, 2000, p. 23-38.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão:** Para uso dos alunos da escola normal. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

ENGEL, Magali Gouveia. Memórias e histórias dos balaios: Interpretações entre os saberes acadêmicos e a história ensinada. IN: ROCHA, Helenice, Magalhães, Marcelo e Gontijo, Rebeca. **A escrita da história escolar**. Memória e historiografia. RJ: FGV editora, 2009. p.329-344.

MEIRELES, Mário (1960). **História da independência do Maranhão**. São Luís: Artenova, 1972.

_____. **Pequena história do Maranhão.** 3. ed. São Luís: SIOGE, 1970.

OLIVIERI, Mabel. **Caudilhismo**. In: BOBBIO, Norberto e outros. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 156-157.

PEREIRA, Joyce Karla. "**A Independência do Brasil e o ensino de história:** conhecimento histórico e formação para a cidadania entre uma nova historiografia, livros didáticos e professores. " Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2014.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do Velho ao Novo:** Política e Educação no Maranhão. 1982. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1982.

SIEBERT, Célia; SIEBERT, Renata Mercedes da Cunha. **Maranhão História**, volume único. 1 ed. São Paulo: FTD, 2013.

SILVA, A.L.C. **Falas de decadência, moralidade e ordem:** a "História do Maranhão" de Mário Martins Meireles. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

MULHER E DOTE NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Raquel Galvão Pinheiro[1]

Introdução

O objetivo deste trabalho é abordar a prática dotal na sociedade maranhense no século XIX. Serão utilizadas as fontes de jornais para análise dessa prática no Maranhão oitocentista, através dessas fontes se observou ser ainda utilizado o dote ligado diretamente ao casamento da mulher. Entender o uso do dote vai muito além de saber os tamanhos da doação, quem doava, se eram todas as mulheres que possuíam dote ou não; entender essa prática na sociedade brasileira e maranhense faz nos refletir sobre o papel destinado às mulheres, tanto no período colonial, quanto no imperial.

Através dos estudos percebemos que o casamento era colocado às mulheres como sendo uma forma de "proteção e amparo", e cabia a elas exercerem o seu papel de boa mãe e esposa como se o casamento fosse a garantia da felicidade. O casamento não era realizado por incentivo do amor e sim do dote, a falta deste poderia ser um impedimento para moças pobres e órfãs que desejassem casar, porém, existiam pessoas que deixavam expresso nos testamentos a vontade de ajudar moças pobres, órfãs, ou até escravas, para que elas pudessem conseguir um casamento. Essa preocupação era porque a sociedade brasileira colonial considerava as mulheres frágeis, necessitando de uma proteção masculina, por isso o casamento era tido como importante. As famílias abastadas colocavam suas filhas até em convento, tudo para preservar a honra feminina.

No século XIX, as mudanças começam a acontecer na sociedade brasileira, porém, não de forma tão rápida. Em relação ao casamento, por mais que houvesse um discurso de casar por amor, na prática ainda não era assim, pois as famílias de elite resistiam a esse discurso. Quanto ao dote, ainda se fazia uso dele, muitas famílias abastadas continuavam dotando suas filhas, porém, houve um enfraquecimento, até o momento em que a prática entrou em declínio.

[1] Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Dote no Maranhão oitocentista

Durante o período colonial, o casamento era um assunto de interesse familiar, portanto coletivo, e não apenas dos noivos, tendo no dote o seu maior incentivo, pois a famílias abastadas utilizavam dele para fazer suas alianças. Além disso, era imposto à mulher como sendo umas das poucas alternativas, e como forma de proteção e amparo, já que estas eram tidas como frágeis e por isso necessitavam da proteção masculina.

> Devido às poucas opções que restavam à mulher, o casamento tinha uma função específica, especialmente numa sociedade onde sua imagem estava associada ás de esposa e mãe. Representava também proteção e sobrevivência econômica, pois era de competência do marido zelar pela segurança da mulher e da prole (SAMARA, 1993, p. 51).

Elas não tinham sua opinião consultada em querer ou não casar e também não opinavam sobre a escolha do cônjuge, devendo apenas obedecer à escolha feita pelo pai, pois se desobedecessem poderiam ser penalizadas. Apesar do estado de casada dar prestígio para as mulheres, nem todas casavam de forma legal, visto que a falta de dote poderia ser um impedimento, assim entendemos que o casamento não era única forma de constituir família. Já durante o período imperial, a sociedade brasileira passou por mudanças, sociais e econômicas, e as famílias foram seguindo essas mudanças. O casamento por conveniência sofreu um enfraquecimento, surgia o ideal do amor romântico que criticava essa prática, se antes os jovens não decidiam sozinhos sobre a escolha do cônjuge, agora eles possuíam mais "liberdade". Os casamentos que antes eram arranjados pelos pais, no século XIX foram aos poucos se livrando desse costume, a família foi deixando cada vez mais de controlar o casamento dos filhos. Pois os jovens no século XIX foram ficando cada vez mais independentes da rede familiar para realização das alianças matrimonias. Apesar dessa tendência dos jovens terem a independência para realizar suas escolhas matrimoniais, em São Luís, as mudanças parecem ter ocorridos lentamente no que se refere ao casamento no meio da elite:

> As novas ideias sobre o casamento, baseadas no ideal do amor romântico, provocaram críticas a esses arranjos matrimoniais tradicionais, mesmo sem provocar transformações radicais que abalassem totalmente o costume, especialmente no meio da elite (ABRANTES, 2012, p. 77).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Assim, podemos entender que apesar de o momento ser de mudanças, elas não foram tão radicais para as famílias de elite, nesse meio houve resistência:

> Em São Luís, inovações como maior conhecimento e contato dos nubentes, através do namoro e noivado, a livre escolha baseada no interesse pessoal e afetivo, a crítica ao casamento por conveniência, encontraram resistência das famílias de elite, contando com o apoio do clero católico. O momento era de transição para uma nova politica do casamento, onde as novas práticas eram vistas como desagregadoras havendo mais permanências que rupturas nos arranjos matrimoniais das famílias de posse, ou seja, o ideal do amor romântico estava mais no discurso do que na prática (ABRANTES 2012, p. 77).

Logo, entendemos que as mudanças no casamento não foram imediatas, o discurso era belo sobre o amor romântico, porém a realidade nem sempre condizia com o idealizado. Quanto ao dote: "Muitas famílias da elite continuaram dotando as filhas, sobrinhas, enteadas e afilhadas, preocupadas com o futuro dessas mulheres para que não precisassem viver da caridade alheia em casa de desamparo do marido" (ABRANTES, 2012, p. 119). Outra conclusão sobre a permanência do dote ainda no século XIX, entre as famílias de elite:

> No entanto, a permanência da prática do dote, mesmo com novas adaptações, parecia indicar que entre as famílias de elite, principalmente a classe alta, continuava a convicção de que a mulher só tinha um futuro através do casamento, com um marido que as protegesse e um dote que ajudasse encontrar um noivo a altura (ABRANTES, 2012, p. 122).

Portanto, é importante destacar que o costume do dote não esteve presente na sociedade brasileira e maranhense apenas durante o período colonial. Durante o período imperial ainda se fazia uso dessa prática, ligada diretamente ao casamento da mulher, é o que explica Eni de Mesquita a respeito do uso do dote em São Paulo:

> O dote, no sentindo jurídico brasileiro após a independência, era semelhante em teor dos esponsais portugueses, entendido pelos jurisconsultos do século XIX como os bens que a esposa, seus pais, ou outrem por conta dela davam a esposo para ajuda da sustentação dos encargos do matrimônio e para manter a esposa no estado vidual caso o marido viesse a falecer antes dela. A falta deste, nesta época, segundo Lourenço Loureiro Trigo, apenas seria justificável perante a lei, caso não houvessem condições econômicas por parte da família da noiva. Estavam incluídos nessa mesma obrigação as filhas ilegítimas, embora à quantidade as conveniências sociais exigissem uma diferença relativa a quantidade que deveria ser menor.[...] Na sociedade paulista, pelas referências encontradas na documentação, percebe-se que eram mais difíceis os casamentos com pessoas de igual condição social, caso não houvesse dote (SAMARA, 1989, p. 137).

Na sociedade maranhense, foi possível encontrar através das fontes impressas, que esta prática ainda se fazia presente sendo utilizada de diversas maneiras, por mais que

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

mudanças já tivessem ocorrido no Brasil. As mulheres ainda continuavam a depender, em relação ao casamento, de um dote. No jornal *O Bem tevi*, de 1838, encontramos um anúncio irônico sobre dote:

> O dote de yoyo-yaya
> "Tenho uma filha e quero casá-la, é preciso dar-lhe hum dote: o que farei? Crio a inútil comarca de Guimarães para meu futuro genro".[2]

Neste fragmento, que é uma forma de criticar tanto o dote quanto a política, fica expressa a necessidade de dotar, e mesmo que não fosse em bens materiais, que fosse em posição social.

> Na impossibilidade de um dote em dinheiro, um sogro podia oferecer a influência necessária para facilitar o ingresso de seu futuro genro na política ou num emprego público. Era o caso da influência servir como dote, como mostrou a crítica no jornal (ABRANTES, 2012, p. 122).

No jornal *O Publicador Maranhense* também vemos a questão do dote aparecer como sendo algo ainda importante para realização do casamento: "As meninas que tem os olhos modestos e não tiverem bom dote, arriscam-se a não casar por isso seus olhos não promovem a sua causa" (O publicador Maranhense, nº 72, 1 de Abril de 1843). Nesse jornal, o artigo tem como título *os olhos*, uma reflexão sobre os olhos femininos, com o objetivo de agradar as leitoras, pois quem escreveu este artigo entendia que não apenas os homens liam o jornal, mas também as mulheres, e, portanto, queria falar de assuntos que despertassem o interesse delas.

O que chama atenção, e que ao longo do artigo fica evidente, sobre a beleza do olhar feminino, tido como irresistível, mas, sobretudo, além de uma menina ter belos olhos, o dote aparece como algo ainda muito importante para se realizar um casamento. Apesar das meninas precisarem ter olhos modestos, eles não seriam suficientes para a realização de um bom casamento, pois o mais importante era ter bens. "Assim se observa a importância do dote como elemento estimulador de casamentos" (LEMOS 1987, p. 91).

No jornal *Instrução e Recreio,* temos um folhetim que conta a história de uma mulher casada, porém, a mesma deixa-se levar pela vaidade tendo muitos gastos, ao ponto de colocar o seu dote em risco de gastá-lo todo: "Nem o teu dote, nem o emprego de Vermont bastarão para essas loucas despesas, para este luxo que te encanta! Esses brilhantes adornos já estão pagos? Não ainda os devo" (Instrução e Recreio, 1846).

[2] Os documentos tiveram sua grafia atualizada.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Nathalia era uma mulher que não se sentia feliz, mesmo que pudesse ter motivos para isso, um marido que a amava e uma filha, mas mesmo assim isto parecia insuficiente para torná-la feliz, a felicidade para ela estava em poder ter luxos, por isso sua prima a repreendia:

> Escuta-me, Nathalia; a felicidade consiste no cumprimento de nossos deveres, na resignação, no amor da família. A mulher deve viver na obscuridade, é porem na obscuridade que ella ama e se sacrifica. Vê como minha vida é pura e tranquila, e compara... Se te não deténs, tu consumirás a ruína de teu marido (Instrução e Recreio, 1846).

Percebe-se nesse trecho a condição imposta à mulher, primeiro cumprir seus deveres, segundo na resignação, terceiro o amor à família. No caso, ela tinha que dedicar-se a sua filha e seu marido, e contentar-se em viver na obscuridade e se sacrificar pelo bem estar de sua família, isso deveria ser o suficiente para sentir-se feliz.

Nathalia era um exemplo de tudo que uma mulher não deveria ser, gostava de gastar, e por isso nem o seu dote, nem mesmo com o emprego de seu marido teria como cobrir as despesas feitas por ela. "As normas sociais estabeleciam para a mulher obediência e zelo para com o marido, os filhos, a casa. " (MOTA, 2006, p. 142). A mulher devia ter preocupações com sua família e não com luxúria, mas Nathalia não sentia-se feliz vivendo na obscuridade:

> O que falta é uma vida animada, brilhante, uma vida de luxo e de prazer; movimento sucessivo em torno de mim, incensos, e homenagens!.... Voltas a cabeça; causa-te dó não é assim? Eu sei que sou bem louca em sonhar tudo isto, porém crê-me eu não nasci para ocupar-me com os vulgares negócios domésticos, com esses miseráveis cálculos de economia que me impacientam. Por muito tempo lutei contra minha repugnância, contra meus desejos e meus esforços tem sido baldos. Quando saia e que via essas venturosas mulheres, recostadas em suas ricas equipagens, meu coração se entumecia; fugia, vinha encerra-me em casa, e me afogava em lagrimas. N'esses dias meu marido parecia-me de uma condição extremamente vulgar; as caricias de minha filha achavam-me insensível, e as vezes irritavam-me. Tudo o que me rodeava parecia-me triste, mesquinho e pobre; parecia-me que estas paredes cobertas de um papel singelo, estavam-me esmagando. Em meus sonhos eu nada mais via senão ouro, veludo, e sedas, e quando abria os olhos, oh! Tudo o que me cercava quanto me parecia nu e frio! Se isso durasse certamente, eu teria morrido! (Instrução e Recreio, 1846).

Podemos observar nas palavras de Nathalia, o quanto ela se sentia infeliz com a vida que vivia, mesmo sabendo como deveria se comportar como mãe e esposa, isso não a satisfazia, por isso ela procurou não mais negar seus desejos, e sim fazer aquilo que para ela seria o prazer de viver, mesmo com o risco de ser julgada e condenada pela sociedade por ter um comportamento diferente do esperado.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

O comportamento de Nathalia fez com que a mesma tivesse um fim trágico, pois se viu sem saída, por sua causa seu marido foi prejudicado e perdeu o emprego. Nathalia preferiu o suicídio a ter que conviver com os julgamentos que a sociedade e seu marido poderiam fazer:

> Deus deu-me um marido e uma filha para amar, e eu os esqueci; procurei prazeres, festas, e homenagens... tudo isso obtive por algumas horas, porém pagueis á expensas de minha felicidade e de minha vida. Ontem um alcaide ameaçava-me de denunciar meus desvarios a meu marido, e pra salvar a vergonha de saber os crimes de sua mulher, comprei com a minha felicidade a generosidade de um homem que a muito tempo me perseguia com seu amor...Vermont, como tu sabes, tinha poderosos protetores, porem como soubessem do indigno comportamento de sua mulher acusaram o desgraçado de ter tolerado esses desvarios, autorizado suas dividas... esta manhã demitiram-no. Saio daqui, sabe tudo, amaldiçoo-me! Escrevi já a seus protetores, humilhei-me diante deles, pedi que perdoassem os meus erros, e que protegessem meu marido. E agora envenenei-me.[...] Lançou um grito despedaçador, e caio no braços de sua prima, cujas lágrimas não molharam mais que o frio semblante de um cadáver. Alguns dias depois Vermont obteve outra vez a aceitação do ministro; porem sempre sombrio e melancólico, jamais pronunciou o nome de Nathalia. O barão de Saint Fargeot achou que bem claro lhe havia custado o triunfo de uma hora. Só Adelina foi quem chorou a desgraçada vítima da vaidade e da ambição (Instrução e Recreio, 1846).

A narrativa do conto expressa que Nathalia sabia de seus erros, e que não devia ter se deixado levar pela vaidade, vendo no suicídio a única saída. Era uma lição para as mulheres não procurarem a felicidade fora do casamento. A atitude fria do seu marido após a sua morte, parecendo seguir sua vida normalmente, demonstrava a ideia de que uma esposa com essas péssimas qualidades não fazia falta.

Outra atitude condenada era do rapto e sedução de mulheres. O jornal *O Bem tevi*, traz a notícia sobre um rapto de uma "inocente de 15 anos que vivia no convento da cidade". O jornal deixa algumas informações sobre a jovem raptada:

> Há dias foi raptada do convento d'esta Cidade uma inocente de quinze anos, que ali havia sido recolhida como em abrigo seguro contra a sedução do mundo. Esta pobre menina foi enjeitada na Santa Casa de Misericórdia, e nela educada até que, em virtude de uma lei provincial, passou para o dito convento, como pensionista da Província (O Bem tevi, nº 45, 19 de dezembro de 1847).

O jornal não revela o nome do raptor, mas diz que a menina foi raptada por sedução, e deixa suspeitar que era alguém influente e que por isso nenhuma providência havia sido tomada. Diante disso o jornal expressa a sua indignação:

> A respeito do rapto, que providencias se tem dado por parte da polícia? Nenhuma, apesar do Diretor dos Expostos de tudo ter informado imediatamente ao Sr. Ezequiel! Mas quem se atreverá á embaraçar o Exm. nos seus gozos honestos e

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> morais?! O chefe de polícia? Não que é parente e amigo; O delegado? Também não pelas mesmas razão &. &. Os subdelagdos? Coitados !!! O Juiz de Órfãos? Também é parente e foi quem pediu o Palanquim emprestado há uma Senhora que nunca podia imaginar que seria pra tão bom uso!! (O Bem tevi, nº 45, 19 de dezembro de 1847).

> Verificou-se a noticia dado pelo Joaquim Marcolino de que a raptada casará mui breve com o sargento ás ordens. Como já estão esgotadas as verbas do Orçamento provincial com o pagamento dos serviços da conquista eleitoral, o dote consiste na promessa de uma banda de Alfares que há de arranjar o Senador Costa Ferreira, por pedido do juiz do Palanquim. Muito se deve honrar o Exercito Brasileiro com a aquisição do novo oficial remunerado por tão relevante serviço prestado ao País. Tudo pode o voto do Senador Costa Ferreira, com os atuais Ministros! (O Bem tevi, nº 45, 19 de dezembro de 1847).

Por fim, a jovem raptada conseguiu um casamento, também não foi possível identificar se este casamento foi com quem a raptou, ou se foi com alguém a quem ela já estava prometida, e, além disso, fala da promessa de um dote.

> Quando o raptor era um personagem influente na política local, seguro de que pelas suas relações com as autoridades o seu crime ficaria impune, é provável que se tratasse de um rapto por violência e não por simples sedução, embora os documentos não sejam claros a estes respeito (SILVA, 1984, p. 77).

É interessante destacar que a jovem estava no convento, um lugar respeitado pela sociedade por resguardar as jovens dos perigos do mundo, mesmo assim a jovem foi raptada. No caso o rapto poderia ter várias consequências paras as donzelas:

> Os raptos podiam ter para as donzelas várias consequências: as moças ou recebiam uma espécie de indenização que constituía o seu dote para um futuro casamento ou para entrar num recolhimento; ou então nada recebiam, e ficavam solteiras, tendo de cuidar do filho resultante sedução ou da violência; ou finalmente casavam com o próprio raptor, pois em muitos casos os pais preferiam aceitar um casamento menos conveniente a verem as filhas desonradas (SILVA, 1984, p. 80).

Sabe-se que o dote tinha função de proporcionar um casamento à mulher e, além disso, não deixá-la na penúria. Encontramos no Jornal *O Observador*, a notícia de uma menina que foi violada estando em sua casa com sua avó, o ocorrido foi na cidade de Caxias. O acusado, pego em flagrante, se não casasse com a moça deveria lhe dar um bom dote:

> Na véspera do dia 16 á meia noite um sobrinho do honrado Sr. Alferez Joze Pedro dos Santos, e que muito se distinguira nas eleições de 23 de Abril, escalou a porta da moradia de uma infeliz viúva, no coração da cidade para violar uma sua filha. Sendo apanhado em flagrante por um enteado da viúva, e outro individuo que veia a seu auxílio, obrigou-se quando não cassasse a dar um avultado dote a moça, por um papel assignado em presença de testemunhas (O Observador, nº 59, 2 de agosto de 1848).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A preocupação com a honra da mulher e de sua família, segundo os padrões morais vigentes, era muito presente no período imperial, a ponto de se promover o casamento da vítima violada com seu agressor. A moça violada não deveria ficar sem amparo, daí a importância do casamento ou do dote. De acordo com Carlos Cesar Lemos, no Império, o Código Criminal em seu capítulo II, Secção I, previa punições para quem atentasse contra a honra feminina.

> Isto parece indicar que o dote a ser dado à mulher violentada, tinha, além do efeito a penalização ao infrator, o poder de facilitar o casamento da ofendida com outra pessoa, tendo o dote o efeito de bálsamo para o estado não virginal da possível futura noiva (LEMOS, 1987, p. 58).

Assim, entendemos o quão importante era o dote no caso de violência sexual, pois tinha não somente o poder de penalizar o infrator, mas também facilitar o casamento da mulher que sofreu a violência, logo observa-se nesse caso a dupla função do dote. No jornal *Aurora*, a notícia é sobre uma jovem que casou com seu primo, o qual dilapidou o seu dote no valor de dez a doze contos de reis.

> Delegado que o Sr. Martins é pessoa muito de bem, mas que tendo este iludido a uma sua prima, com quem casou-se no Rio Preto estragado o dote d'aquela infeliz (não menos de dez a doze conto de reis e deixando-lhe um não pequeno número de filhos, afinal deixou-a como agora deixa a fonte; isto já se sabe por ser bom homem, declararei mais na presença do Sr. Martins e do Sr. Delegado que o Sr. Martins é pessoa muito ordeira. (Aurora, nº 35, 25 de agosto de 1849).

O dote desta moça, que o jornal não revela o nome, foi dilapidado, haja vista que a administração do dote cabia ao marido. Mesmo o dote sendo uma forma de proteger a mulher, para não deixá-la na penúria, isso não significa que alguns maridos não poderiam desperdiçar o dote de sua mulher, deixando-a numa situação financeira precária. Embora o dote fosse tido legalmente como um amparo à mulher, havia riscos na concessão de dotes.

> Num sistema de comunhão de bens, em que o dote desaparecia no conjunto dos bens que o casal possuía e que eram administrados unicamente pelo marido, um dote podia perde-se, caso o marido fosse inepto, desonesto ou simplesmente sem sorte (NAZZARI, 2001, p. 144).

Nessas circunstâncias, poderia sim ocorrer um grande risco da mulher, perder o seu dote e ficar desamparada. Além disso, havia o agravante de tê-la abandonada, com vários filhos, o que só agravaria a situação desta mulher, uma vez que certamente não tinha como

ISSN: 2236-9228

sobreviver de seu trabalho. As mulheres das camadas privilegiadas não eram preparadas para desenvolver atividades remuneradas, geralmente não possuindo instrução para tanto.

> Tais bens ditos dotais, que qualquer pessoa transferia ao marido, seriam geridos por ele, que não poderia, no entanto, dilapida-los já que os mesmos se constituíam em patrimônio da esposa, e como tal, não se comunicava com o do esposo (LEMOS 1987, p. 55).

Como explica o autor, o marido gerenciava o dote da esposa, mas não poderia dilapida-lo, no entanto, nem sempre essa ordem era seguida à risca, o que deixava muitas mulheres em situações de desamparo. Essas fontes de imprensa são importantes, pois revelam os usos e desusos do dote na sociedade maranhense durante o período imperial, e ainda os seus significados para as mulheres. Dote para casar, ou no caso de rapto, também moças que foram violadas, mulheres que tiveram seus dotes dilapidados pelo marido e foram abandonadas, ou ainda mulheres que se deixaram levar pela vaidade e ambição gastando o dote.

Considerações finais

O dote, usado como uma estratégia fundamental nos enlaces matrimoniais foi uma prática costumeira na sociedade brasileira para manter o padrão social das famílias, a qual tinha um caráter corporativista. Nesse contexto, a mulher e seu dote eram usados como moeda de troca. Além disso, vale ressaltar que para mulher, muitas vezes só restava o status de casada, a mesma deveria ser um exemplo de dedicação a sua família, e também ao seu lar, mesmo que isso lhe custasse a sua felicidade, ou que a mesma estivesse descontente com esta situação, deveria aceitar as normas imposta pela sociedade.

Entretanto, é válida a afirmação de que nem todas as mulheres se submetiam a tudo que lhes era designado, ou seja, muitas delas fugiam aquele modelo de mulher submissa e dominada seja pelos pais ou pelo marido, sem se importar com as regras impostas pela sociedade, mesmo sabendo das consequências que suas atitudes poderiam lhes trazer. Algumas mulheres não se contentaram em ter uma vida pacata dedicada somente à família e aos afazeres domésticos, conforme lhes era destinado, mas ousaram fazer suas escolhas. As histórias moralistas divulgadas na imprensa era uma forma de desencorajá-las.

No período imperial, observamos que o dote ainda era usado pelas famílias nos enlaces matrimoniais, importante destacar que o dote nem sempre garantia que a mulher não

ISSN: 2236-9228

ficaria na penúria, pois mesmo sendo essa umas das funções do dote, observamos o caso de moças que tiveram seu dote desperdiçado pelo marido e foram abandonadas mesmo tendo filhos.

REFERÊNCIAS

- **Fontes primárias**

Jornal Aurora (MA)-1849 disponível em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital. Acesso em 11 de março de 2016.

Jornal Instrução e Recreio (MA)-1846 disponível em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital. Acesso em 11 de março de 2016.

Jornal O Bem tevi (MA)-1838 disponível em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital. Acesso em 11 de março de 2016.

Jornal O Bem tevi (MA)-1847 disponível em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital. Acesso em 11 de março de 2016.

Jornal O Observador (MA)-1848 disponível em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital. Acesso em 11 de março de 2016.

Jornal O Publicador Maranhense (MA)-1843 disponível em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital. Acesso em 16 de março de 2016.

- **Bibliografia**

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O dote é a Moça Educada:** mulher, dote e instrução na São Luís na Primeira República. São Luís: EDUEMA, 2012.

LEMOS, Carlos Cesar. **O casamento no Paraná-séculos XVIII e XIX.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1987.

MOTA, Antônia da Silva. **Família e Fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: EDUFMA, 2006.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do Dote:** mulheres, famílias e mudança social e são Paulo, 1600-1900. São Paulo: Companhias das Letras, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo Século XIX. São Paulo: Marco e Zero 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Silvan Sousa Mendes[3]

A instrução pública secundária em todo o Brasil durante o século XIX passou por momento de tentativa de estruturação, no qual algumas Províncias buscarão se adequar ao modelo de instrução secundaria nos moldes de Liceu, também importado do modelo europeu, num contexto peculiar das províncias que em termos da organização da instrução eram mais férteis o arcabouço legal da instrução materializada em formas de leis e regulamentos que previam a criação de instituições específicas para este fim, a exemplo o *Ato Adicional de 1834*[4], que delegou atribuição as províncias, de legislar a respeito tanto do ensino primário quanto secundário. Sobre esse movimento de regulamentação Gondra e Shueler (2008) escreveram:

> Em algumas províncias do império, como as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Maranhão e Rio de Janeiro, a instrução elementar foi regulamentada, por leis provinciais, sobretudo após o ato adicional de 1834 que redefiniu a matéria de educação, atribuindo às províncias a autonomia legislativa, ou seja, o dever de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário, restando ao governo central, através da pasta do ministério do império, a gestão de ambos os graus na corte e do superior em todo país (GONDRA e SHUELER, 2008, p, 34).

O que se pode ressaltar é que a província do Maranhão pari passo as Províncias de Minas Gerais, Rio Grande Do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, se movimentaram nessa organização por via da legislação, e da tentativa de estruturação da Instrução Pública como ordenava a o Ato Adicional de 1834, que de certa forma representava uma descentralização em partes da instrução em relação ao poder central e como consequência uma autonomia de legislar sobre o ensino.

---

[3] Formado em História licenciatura pela Universidade Federal Maranhão. Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Programa de Pós-graduação em História PPGHIS. Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Contato: silvahst@hotmail.com

[4] O Ato Adicional de 1834 foi uma medida legislativa tomada durante a Regência Trina Permanente, contemplando os interesses dos grupos liberais. O Ato Adicional alterava a Constituição de 1824 e foi uma tentativa de conter os conflitos entre liberais e conservadores nas disputas pelo poder político central. O Ato Adicional garantiu principalmente maior autonomia administrativa às províncias do Império. Com o Ato, foram criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, que teriam como atributos controlar os tributos e gastos locais, além de nomear seus funcionários, apesar da presidência ser ocupada por um membro escolhido pelo governo central. Com as alterações, as elites políticas e econômicas das províncias poderiam ter uma margem de manobra maior para conseguirem manter sua influência na administração provincial.

> A descentralização do ensino é justificada, no sentido de atender as especificidades. Contraditoriamente, essa medida não se verifica na pratica visto que os saberes exigidos para fundamentar o currículo deste nível de ensino eram impostos pelo poder central, enquanto o critério institucional de equiparação curricular, com a escola modelo, Liceu da Corte posteriormente denominada de Pedro II (RIBEIRO 2006, p.42).

O Ato Adicional de 1834 foi uma medida legislativa tomada durante a Regência Trina Permanente, contemplando os interesses dos grupos liberais. O Ato Adicional alterava a Constituição de 1824 e foi uma tentativa de conter os conflitos entre liberais e conservadores nas disputas pelo poder político central. O Ato Adicional garantiu principalmente maior autonomia administrativa às províncias do Império. Com o Ato, foram criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, que teriam como atributos controlar os tributos e gastos locais, além de nomear seus funcionários, apesar da presidência ser ocupada por um membro escolhido pelo governo central. Com as alterações, as elites políticas e econômicas das províncias poderiam ter uma margem de manobra maior para conseguirem manter sua influência na administração provincial.

Ainda assim, essas instituições tinham grande representatividade, pois significava além de um status para essas províncias, a oportunidade dos alunos terem acesso à estudos superiores, representou, também, a junção das *cadeiras isoladas*, antes ministradas separadamente, bem como a organização das disciplinas e inclusão de novas cadeiras segundo a necessidade e interesses da província. No caso do *Lyceo do Maranhão* houve a criação de mais duas *cadeiras polemicas de marinha e comercio* que destoavam dos interesses da maioria dos alunos que se interessavam por cadeiras exigidas nos exames de acesso ao ensino superior. Essas duas estavam mais voltadas à formação do ofício.

> No período do império, quando se criam os Liceus como representação do ensino secundário brasileiro, os poucos instalados revelam a falta de um projeto político-social, voltado para educação escolar, que atendesse as necessidades da maioria populacional. Além do mais, o ensino secundário público só foi implantado pelas províncias de maior relevo econômico, que pudessem evidenciar o alcance desta instituição (RIBEIRO, 2006, p. 11).

O ensino secundário na província do Maranhão oitocentista, neste caso referente ao *Lyceo* desta, que de fato passou por um período de adequação no qual pesou muito as dificuldades enfrentadas pela falta de planejamento e investimento em sua estruturação, principalmente se considerarmos, que no período inicial, não tinha prédio próprio, funcionou no térreo do Convento do Carmo, contando com um corpo de lentes que foram responsáveis pela consolidação da instituição.

As dificuldades explicitadas pelos responsáveis por essa estruturação do ensino secundário, desde a fundação do *Lyceo do Maranhão*, serão destacadas aqui no intuito, de entender a função social desta instituição e quais eram tratativas dos governos da província do Maranhão no sentido de enfrentamento da questão. Atentamos, também, para as reformas que procuraram melhorias em relação ao conteúdo das disciplinas.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

O fato de o *Lyceo do Maranhão* se apresentar como a única instituição pública de ensino secundário na capital da província do Maranhão, já evidenciava que, em relação ao acesso a esse ensino, desde o seu nascedouro será restrito, considerando a oferta de vagas, logo a que ponderar sua relevância na vida da província e a construção de uma memória que assegurasse a esta instituição a produção de vários discursos enaltecedores.

A organização e estruturação da instrução secundária

A instrução pública secundaria na província do Maranhão passa a existir a partir da criação do Liceu, que dará início a sua institucionalização, o que aparecia nesse cenário era as *cadeiras isoladas*, criadas muito em função do professor que oferecia as disciplinas em formas de, por exemplo, *cadeira de latim inferior/superior*. Aparentando como um legado das formas de forma de ensino do período colonial, pós reformas pombalina que instituiu o modelo de *aulas avulsas ou aulas régias.*

A falta de organização por parte do governo da província com a estruturação do ensino levará as famílias mais abastadas procuram sanar esse problema pelo caminho da contratação de professores particulares ou enviar seus filhos a estudar a Europa. Condições que a parcela da população pobre não poderia lançar mão de nenhuma dessas estratégias.

Com o Ato Adicional de 1834 que passa a responsabilidade ao governo da província de legislar sobre a instrução, pois a partir dele os governos começam a movimentar em vista a organização, pelo menos do ponto de vista do marco legal, e das tímidas ações à implantação instrução pública primária e secundária. Na sede da corte do Império, Rio de Janeiro, erigiu como modelo dessa instrução secundária o Colégio Pedro II, que em relação a criação do Lyceo do Maranhão, o colégio foi criado um ano antes. Os governos províncias tomariam como modelo este Colégio do Império na implantação dos seus liceus. No caso da Província do Maranhão, a criação veio por meio da Lei provincial n° 77 de 24 de julho de 1838.

> LEI N° 77- de 24 de Julho de 1838. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Carmo, Presidente da Provincia do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que Assembléia Legislativa Provincial decretou, e sanccionei a Lei seguinte: Art.1°- Formar-se-ha um Lyceu na capital da província com a reunião das seguintes cadeiras: 1° Philosohia Racional e Moral; 2° Rhetorica e Poetica;3° Geographia e Historia; 4° Grammáticaphilosóphica da Lingua e analyse de nossos classicos; 5° Lingua Grega; 6° Lingua Latina; 7° LinguaFranceza; 8°Língua Ingleza; 9° Desenho;10° Arithmetica, primeira parte da Algebra, Geometria e Trigonometria Plana; 11° Segunda parte da Algebra, calculo e Mecanica; 12° Navegação Trigonometria Espherica e observação astronomicas; 13° Calculo Mercantil e escripturação por partidas dobradas, formando esta cadeira com a 10°, o curso de comércio, e as 10°, 11°, e 12.°, o de Marinha (VIVEIROS, 1936, p. 19).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

A criação do *Lyceo do Maranhão* vai marcar significativamente os rumos da instrução secundaria na província, inaugurando um espaço que consolidará como um campo de circularidade dos intelectuais da província, composto pelo corpo de seus lentes, de um alunado advindo, prioritariamente, das famílias mais abastadas da província. Mas não houve um movimento de dotar a instituição de um prédio próprio, sempre procurou instalar em espaço já existente, que no período inicial o local foi o térreo do convento do Carmo.

A respeito desse primeiro momento da implantação do *Lyceo do Maranhão*, analisando a organização das *cadeiras*, tanto os estudos de Cabral (1984) quanto o de Ribeiro, (2006), destacam que na sua organização inicial prevaleceu o *caráter literário e preparatório* tencionando com o *caráter propedêutico* que caracterizam os liceus. A tensão deu-se na inclusão, manutenção e supressão das cadeiras - *(13) Calculo Mercantil e Escripturação por partidas dobradas e (10) Arithmetica, primeira parte da Algebra, Geometria e Trigonometria Plana* - voltado a formação do curso de comercio e as cadeiras voltada para o curso de marinha - *(10)Arithmetica, primeira parte da Algebra, Geometria e Trigonometria Plana; (11) Segunda parte da Algebra, calculo e Mecanica; (12) Navegação Trigonometria Espherica e observação astronomicas* - que foram suprimidas, sob o argumento de que não eram cobradas e nem necessárias à aprovação nos exames anuais.

Por outro lado, a presença dessas cadeiras, voltada à formação de um ofício, demonstra os interesses das necessidades locais com dois ramos da atividade econômica da província em expansão, pois havia necessidade de pessoas que dominassem esses ramos de conhecimentos. Sua manutenção parece desvirtuar o que projeta em quando função formativa do liceu.

Havia ainda outros inconvenientes nesse primeiro momento, que marcará as falas de vários presidentes de Província, em seus relatórios e mensagens apresentada na Assembleia Provincial, que é a reclamação e cobrança dos Inspetores de Instrução Pública quanto a falta de um espaço físico para ministração das aulas, pois conforme já referimos, o *Lyceo* funcionava no do Convento do Carmo (pavilhão térreo), sendo instalado, posteriormente, na Rua Formosa (Afonso Pena 174, Esquina com Rua direta) Rua Henrique Leal, onde permaneceu até 1941 quando passou a funcionar definitivamente no Parque Urbano Santos S/N em um prédio construído para abrigar o 5° Batalhão de Infantaria do Exército. Ao repassar para o *Lyceo* passou a ser conhecido como *Palácio da Educação- Maranhão*.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Mesmo diante desses entraves, não influirá na construção de uma memória de méritos status social dessa instituição, certamente construída pela atuação dos seus lentes, pois os que compunham o quadro do Liceu eram os intelectuais, militares, juristas e médicos e outros. Havia de parte dessa instituição a preocupação em construir essa boa imagem perante a sociedade e junto aos alunos quando os premiavam aqueles que tinham excelente desempenho nos exames das cadeiras, conforme explícita o seu regulamento no capítulo que trata dos Prêmios diz que:

> Art. 33. Haverá anualmente para cada aula do Liceu um primeiro, e um segundo prêmio, que consistirão em duas medalhas de prata do peso de oito oitavas, tendo de uma parte uma Minerva ao lado das Armas do Império, com a legenda – Lyceo do Maranhão – e da outra – Primeiro, ou segundo prêmio da matéria de que se tratar. Art. 34. Estes prêmios serão distribuídos pela Congregação a dois dentre os alunos aprovados que se tenham tornado dignos deles pelos seus progressos no decurso do ano. Os Lentes respectivos darão para este fim à Congregação os precisos esclarecimentos. Art. 35. No caso de igualdade entre os concorrentes será preferido aquele, que melhores informações obtiver do Lente respectivo. Art. 36. Feita a distribuição dos prêmios serão as medalhas entregues aos premiados pelo secretário do Lyceo. A Ata da sessão em que se fizer a distribuição será aplicada pela Imprensa [...] (Coleção de Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império 1835-1889).

Essa premiação era de extrema relevância e ajudava também a criar e sustentar a construção dessa imagem da excelência e incentivam os alunos a se empenharem nos exames já que também poderia receber uma imagem de distinção perante os demais companheiros de turma e perante a sociedade, isso aliado ao fato de os alunos examinados e premiados ganharem notícia nos jornais de circulação da época.

Um conjunto de fatores de certa forma contribuiu para reforçar a imagem do *Lyceo do Maranhão* nos moldes do Colégio Pedro II que primava pela formação dos melhores alunos, pois na sua trajetória nos oitocentos foi responsável pela formação da elite intelectual, política ou econômica local. Há que ponderar que, o corpo de lente do Lyceo constituía de parte da elite da provincial.

A criação, em 24 de julho 1838, e os primeiros anos de instalação do *Lyceo do Maranhão* aconteceram em um momento perturbado e complexo que marcou a história da província do Maranhão, período ao movimento da Balaiada que ocorreu entre 1839 e 1840, com reflexos e abalos em toda a sociedade inclusive a educação, certamente influiu na aprovação da Lei nº 77 que se deu em 1841.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> A lei n° 77 foi executada com a nomeação dos professores. Nomeados os lentes do Liceu e o diretor, o Presidente Camargo os encarregou, por oficio de 31 de agosto da organização dos estatutos, que foram aprovados pelo governo em 12 de outubro, pela Assembléia Legislativa, o qual só veio aprovar em definitivo na sessão de 1841, demora perfeitamente explicável pela sanguinária revolução- a Balaiada-, que trouxe a província em contidos sobressaltos nos anos de 39 a 41 (VIVEIROS, 1936, p. 25).

Com a promulgação da Lei passou-se as nomeações dos lentes onde entram em cena figuras consideradas ilustres na sociedade provincial maranhense, na sua totalidade, elite intelectual, como podemos certificar na firmação do estatuto *Lyceo do Maranhão* sobre a direção do ilustrado Francisco Sotero dos Reis.

> Esses estatutos foram firmados por Francisco Sotero dos Reis, diretor e professor da cadeira de latim; João Neponuceno Xavier de Britto, Secretario e Professor do 1° ano de matematica; Francisco Raimundo Quadros, professor de Frances; Antonio Duarte da Costa, professor de gramatica filosófica da língua e analise dos classicos; AntonioJansen do Paço, Professor de inglês, e João Leocadio de Mello professor de desenho civil, e determinaram o dia 16 de janeiro para abertura das aulas e 20 de novembro para os exames (VIVEIROS, 1936, p. 25-26).

Sobre a importância e as relações dos lentes do *Lyceo do Maranhão* com outros espaços sociais de destaques, os o estudo de Ribeiro (2006), destaca o lente da cadeira de inglês Antônio Jansen do Paço, foi também vereador da Câmara Municipal de São Luís, serviu as forças armadas na Guarda Nacional, comarca da capital, no 1° Batalhão, com patente de Tenente coronel, além de manter negócios em Portugal era agora lente do *Lyceo*.

Quanto ao seu diretor, Francisco Sotero dos Reis ocupava um papel de destaque na sociedade de seu tempo, no qual podemos deduzir a partir da observação de sua inserção nos espaços e intuições de grandes prestigio social no contexto da província certamente com relações sociais nesses espaços, além de ser detentor de títulos de condecorações honorificas acrescido pelas Ordens.

> Comendador da Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa, Filosofo, Professor, Parlamentar, Publicista e Poeta, foi membro do Conselho Geral do Maranhão e deputado provincial em varias legislaturas, [...], fundou o Jornal O Maranhense (depois O Constitucional) e é patrono da cadeira n°19, um dos correspondentes da Academia Brasileira de Letras, e n°17, da Academia Maranhense de Letras (RIBEIRO, 2006, p. 79).

A criação do *Lyceo do Maranhão* foi um acontecimento dos mais relevantes na instrução pública maranhense da primeira metade dos oitocentos, como já pontuamos

ISSN: 2236-9228

significou o início da *instrução secundaria*, que logo se transformou em espaço social que serviria também como espaço de demonstração de poder cultural, econômico, político.

Para melhor entender a função social dessa instituição e o que ela significou para a província do Maranhão, enfrentamos questões referente a organização do ensino oferecido no *Lyceo do Maranhão* e ojogo de interesse entorno desse ensino entre o alunado e o governo da província, visando compreender o lugar dessa instituição para o Maranhão do século XIX.

O ensino oferecido no Lyceo do Maranhão

Voltar-se o olhar sobre a organização do ensino oferecido *no Lyceo do Maranhão* almejamos ampliar a compreensão sobre o processo de institucionalização da instrução pública secundaria inferindo, a partir das cadeiras que seriam alvo do alunado, bem como apreender os interesses dos alunos que adentravam no *Lyceo* e o interesse do governo da província que almeja usar o ensino secundário para suprir necessidades do Maranhão, como por exemplo a formação para comércio.

Este jogo de interesse pautava o caráter do tipo de ensino que deveria prevalecer se assumiria, assim, um caráter mais *propedêutico* ou também *preparatório*. Isso que reclamava, por exemplo, o presidente da Província Olímpio Machado em seu relatório apresentado a Assembleia província em 1851:

> Talvez conviesse que a reforma no tocante a instrução secundária que hoje depois da extinção da cadeira de Latim da villas da província (...) se cifra somente ao Liceu, fosse radical, isto é, se tirasse a este estabelecimento literário o caráter exclusivamente preparatório que tem (...) adicionado-lhe outras matérias que habilitasse os alunos para, desde logo e sem dependência dos estudos superiores de medicina e jurisprudência, entrarem na vida do comercio e da indústria [...] (RELATÓRIO DE EDUARDO OLIMPIO MACHADO de 7/9/1951).

O *caráter propedêutico e literário* é denunciado pelo presidente Olímpio Machado no contexto da província, sendo assim o *Lyceo do Maranhão* deveria repensar sua organização do ensino como colaboração para resultar na mudança da realidade desse ensino para que o seu alunado pudesse, também, *"entrarem na vida do comercio e da indústria".* No estudo de Cabral (1984), sobre o ensino secundário no Maranhão já observara esse movimento de interferência na organização das cadeiras do ensino do Lyceo quanto ao plano de estudo proposto, como a advindo com a reforma de 1855.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> A reforma do ensino de 1855 no Maranhão, quanto ao ensino secundário, inspirada nessas propostas, procurou enriquecê-lo, com a introdução no Liceu do curso de Ciências Naturais. Esse curso compreendia em três matérias, sendo uma integrando história natural integrando conhecimentos de Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia, e outra de Física e Química e a terceira de Geografia e História do Brasil (CABRAL, 1984, p. 49).

Com a reforma de 1855, o ensino científico parece ganhar força, na estruturação do Lyceo com o ensinamento das cadeiras de ciências. Esta reforma feita pelo Império, conhecida de Couto Ferraz, foi aprovada pelo Decreto nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854, modificando profundamente os *estudos do Collegio* dividindo-os em dois ciclos: os *Estudos de Primeira Classe e os Estudos de Segunda Classe.*

O primeiro ciclo com duração de quatro anos deveria ser frequentado por todos os *alunos do Collegio*, que, ao final deste período, poderiam prosseguir os Estudos de Segunda Classe no próprio *Collegio* e obter o título de Bacharel em Letras que lhes conferia o direito à matrícula em qualquer instituição de ensino superior ou requerer um certificado de conclusão de curso que lhes daria o direito de ingressar em um dos institutos de formação técnica, sem prestar novos exames.

Esse foi o meio utilizado para compatibilizar o ensino secundário com o técnico então existente e estava baseado na Reforma de Ensino efetuada por *Salvandy*, na França, em 1847. *A reforma de Salvandy* propôs um modelo de *plano de estudos* com uma estruturação do tipo 4 + 3, como a de Couto Ferraz, que objetivava oferecer ensino técnico e tradicional na escola secundária. Esta reforma foi seguida pela de *Fourtoul* que também advogou esta dupla função para os liceus. Nestas reformas, as ciências tiveram um papel importante ao preparar os alunos para as profissões técnicas e ao ingresso no ensino superior (LORENZ, 2002).

Por propor uma mudança radical na estruturação da organização do ensino nos *Lyceos, as reformas de Salvandy e Fourtoul* foram amplamente debatidas e criticadas nos meios intelectuais franceses, sobretudo pela redefinição das finalidades dos *lyceos* que passaram a oferecer estudos específicos para segmentos sociais diferenciados. No entanto o papel atribuído às ciências no preparo de alunos para as profissões técnicas bem como os modelos de planos de estudos propostos, é que vai influenciar o pensamento de Couto Ferraz levando-o adotar em sua reforma.

Esta nova estruturação do plano de estudos é que resultaram e influenciaram na redistribuição das cadeiras do ensino secundário, com pouca mudança nas dos estudos de humanidade e nas da área das Ciências, por sua vez, sofreram algumas alterações, como bem

ISSN: 2236-9228

podemos verificar nas proposições de mudanças da organização do ensino do *Lyceo do Maranhão.*

A proposta de reforma do *Lyceo do Maranhão* buscava-se incrementar o ensino com isso alterava a função do seu ensino, que na visão dos que a ele frequentava, almejava a preparação para os cursos superiores e o governo da província dar ao Lyceo uma feição também de preparação técnica. Essas mudanças na estruturação e no plano de estudo do Lyceo, provou reação dos alunos que demonstravam desinteresse pelas cadeiras das ciências voltado a preparação técnica, como parece demonstrar a pouca participação dos alunos nos exames referente a essas cadeiras.

Era constante a reclamação, nos relatórios dos inspetores e presidente, sobre o número de alunos que diminui cada vez mais nos exames, pois como o interesse era prestar os exames visavam à preparação para os *estudos superiores*. Com a mudança do caráter *mais propedêutico para mais preparatório* parece ter levado de parte dos interessados pelo ensino do *Lyceo* a buscar alternativas, certamente em estabelecimento de ensino secundário particular, alguns deles fundado por lentes do próprio Lyceo em parceria com outros intelectuais da época.

No decorrer das décadas de 1840-1850, na capital da província, nesse movimento do governo provincial maranhense dentro organização instrucionais e expansão da instrução, ocorrerá um aumento significativo de *collegio instituição particulares* sendo alguns deles voltado ao ensino secundário particular. Aparece nesses períodos conforme breve levantamento no *Alamanak Administrativo, Mercantil do Maranhão do ano de 1849 e 1869*, encontramos nesse período referência do Colégio de Santana; do Colégio Episcopal de Nossa Senhora dos Remédios (em 1840); o de Nossa Senhora da Glória (para meninas) ou Colégio Abranches (em 1844); do Asilo de Santa Teresa (em 1855); do Colégio de Nossa Senhora de Nazareth (em 1864), do Instituto de Humanidades; do Internato e Externato de São Paulo e do Colégio de São Caetano, são representativos nesse movimento de dotar a província de intuições voltadas a instrução do povo.

Segundo Castellanos (2010), na província do Maranhão no período acima recortado assistira um aumento de "[...] número de escolas de 14 para 24 num curto período de tempo, representando um passo na difusão da educação por parte da Província" (Castellanos, 2010, p. 121).

Em algumas análises, no campo da história da educação, sobre a organização do *Lyceo do Maranhão* nesse período, caracterizado como período de crise da instituição, imputa a

abertura de novos estabelecimentos de ensino a acentuação da crise, gerado pela disputa dos alunos, muito em fusão da observação da diminuição do número de alunos no *Lyceo*. Essa fase é interpretada em determinados estudos como a fase relativa à decadência, questão essa que requer um estudo mais pontual que foge, por ora, do alcance desse nosso estudo.

Durante as décadas após 1855 o *Lyceo do Maranhão* conviverá com essa tensão e foi permeado pela mudança de seu caráter de ensino no qual apostava que o ensino das ciências poderia corroborar coma generalização saber científico e técnico e a cobrança de seu público na manutenção de um ensino que visava os exames anuais e preparação aos *estudos superiores*. Instalará na instituição, nessas décadas posteriores, uma situação de crise explicitada pelos relatórios dos presidentes de províncias quanto a frequências de alunos, os mapas revelavam uma presença aquém do desejado, pouca procura nos exames anuais, dificuldade no suprimento de cadeiras pela falta de lentes, questionamento da organização do plano de ensino, somado ao clamor por reforma da instrução pública, que acontecerá no ano de 1877.

Em 16 de julho de 1877 o secretário do *Conselho de Instrução Pública* do Maranhão, César de Miranda Ledo apresenta o novo *Estatuto do Lyceo do Maranhão*, elaborado em conformidade ao Regulamento provincial de 6 de julho de 1874 e aprovado pelo Presidente da província. O Estatuto normatiza a organização da matricula; das aulas; das frequência e polícia das aulas; dos exames; das férias; dos vencimentos; da congregação; da direção do *Lyceo*; da secretária e finalizando com as disposições gerais.

O novo *Regulamento da Instrução Pública de 1874*, no seu capítulo IX, que trata *Do ensino público secundário* que continuará sendo dado no *Lyceo* e *"nas aulas destacadas de latim e de francês",* apresenta como o *plano de estudos do Lyceo do Maranhão* as seguintes matérias:

> Art. 85. Latim (duas cadeiras); Inglês (uma dita); Geografia (uma dita); História universal e especial do Brasil (uma dita); Calculo mercantil e escrituração por partida dobrada (uma dita); Filosofia (uma dita); Retorica e Poética (uma dita); Matemática elementares, compreendendo a aritmética, álgebra, geometria e trigonometria retilínea (uma dita); Geometria aplicada (uma dita); Gramática geral, com aplicação a língua nacional e história da literatura brasileira e portuguesa (uma dita) (CASTRO, 2009, p. 409-410).

Se o caráter da reforma visava imprimir uma nova orientação ao ensino secundário, tornando-o mais adequado às necessidades da sociedade e mais direcionado, isso tudo parece não contemplar a generalidade da população, quando se observa que organização do *plano de*

ISSN: 2236-9228

estudo depreende dele um entendimento de que era necessário formar com vista os *estudos superiores*. Sobressai nesse plano a área das humanidades, que parecer mais consensual, reforçando o *caráter propedêutico*.

Tomando como referência, ainda, o estudo sobre *instrução pública*, na Província da Maranhão, Cabral (1984), identifica três fazes na história do *Lyceo do Maranhão*, uma primeira, seria o de fundação e estruturação, a segunda, de reformas, em que interesse antagônicos tencionaram e a terceira fase a do *fracasso das reformas*, no qual responsabiliza o *Regulamento de 1874* com a abertura dada a criação de novos estabelecimentos de ensino particular aumentando a diminuição de alunos *Lyceo*, agravando a *fase de decadência*.

Esta análise da autora se sustenta nos relatos de alguns presidentes de Província principalmente, pós aprovação do Regulamento de 1874, onde parece ficar mais evidente que essa fase de *decadência anunciada*, que pesava mais pela falta de regulação *dos deveres do professores e processo de imposições de pena*, que passava a vigorar com esse Regulamento e não pelo crescente número de *collégios* abertos.

Os discursos proferidos por outros cidadãos ilustres da época relativos a este assunto contribuem para melhor avaliar o quadro do *Lyceo*. Sobre a defesa da facilidade de abertura de instituições de *instruções particulares* na defesa de que *"aprenda cada um onde quiser e com quem julgar mais apto"*, defendia alguns relatos de um relatório da instrução pública do ano de 1874, p. 26.

As análises dos discursos dos presidentes de província através dos relatórios, em seus pareceres exigi uma postura de cautela, isso não significa um descarte destes discursos, mas sim atentar-se para as divergências que aprecem de um discurso para outro discurso, do qual podemos apreender suas ideias sobre a *instrução*. Tomando como exemplo a reforma imposta pela aprovação do Regimento de 1874, deparamos com discurso que afirma que a reforma foi benéfica, demonstrando onde ela foi boa, como por exemplo, o que via na liberdade da escolha de ensino como uma boa oportunidade de os alunos decidirem pelos seus professores e dos professores evidenciarem que são bons, e isso ficaria explicitados através do número de alunos que a frequentassem suas aulas, caso contrário sua punição seria ficar sem muitos alunos ou mesmo sem nenhum. Por outro lado, nos chama atenção discursos como o de Viveiros (1936) que chamou que ressalta:

> Si relativamente à instrução publica secundaria, escreve o presidente Almeida Albuquerque em seu relatório desse mesmo ano à Assembleia Legislativa Provincial, "devemos estar satisfeitos, visto que o seu estado é regular e produz os salutares efeitos que todos anelam, sendo que somente para sentir a par do corpo

ISSN: 2236-9228

> docente proficiente e assíduo, não haja edifico capaz para o Liceu, que funciona, como bem sabeis, em repartimento do Convento do Carmo, sem o necessário espaços e acomodações (...) (VIVEIROS, 1936, p. 141).

O discurso de Almeida Albuquerque, na ocasião presidente de província, em relação à instrução secundária no Maranhão, no ano de 1875, evidencia não as dificuldades do ensino, mas sim a regularidade que não condiz com o lugar de sua instalação. Essas divergências são nítidas no que se refere à *instrução secundaria* então o que podemos apreender desses relatos é que tanto essa *instrução pública* propriamente dita, quanto a sua institucionalização, com ressalva ao quadro de lentes, essas falas revelam o quanto esse ensino distanciava-se de confluências entre o idealizado e o praticado, um ensino marcado pela falta, de uma instalação adequada, de sintonia com as demandas da maioria da população da província, da restrição do acesso refletindo tudo isso no seu plano de estudo.

A tentativa de adaptação a um modelo que se atendesse as realidades e necessidades locais levou *Lyceo do Maranhão* a interferir em seu plano de estudo ajustando-se aos interesses da província e forçado pelo próprio movimento de mudança do caráter do Lyceo com a aproximação a formação técnica, colocando assim o *Lyceo* como alvo de críticas, com possibilidade de uma *instituição de caráter preparatório*.

Considerações finais

Apesar de todas as dificuldades estruturais a província do Maranhão viu nascer um ensino secundário em sua capital São Luís que contava com um corpo de *lentes*, de destacada posição social, o que ocasionava notoriedade ao *Lyceo*, isso aliado aos incentivos com medalhas aos estudantes que tinham seus méritos publicados em jornais.

É importante ressaltar que não houve somente a tentativa de criar de uma memória de méritos, mas emerge também jogos de poder pois esta instituição é também espaço de circularidade da elite, como exemplo desse jogo de poder podemos citar a criação das cadeiras que atenderiam necessidades locais, elas se chocam com o interesse dos alunos que pretendiam apenas uma vaga nos *estudos superiores*, surgindo assim uma interferência do poder central, que redefiniu as cadeiras que seriam ministradas transformando o Lyceo numa instituição de caráter apenas *propedêutico e literário.*

A partir dessa instituição é possível pontuar o lugar da Província do Maranhão no Brasil da segunda metade do século XIX, pois não são todas as províncias que terão o

ISSN: 2236-9228

privilégio de poder fundar um *Lyceo.* Esse fato nos remete a uma falsa de descentralização do poder central, inclusive em relação a educação, pois as necessidades locais não foram atendidas justamente por intervenção desse poder, seria, portanto, uma autonomia não autônoma, nesse sentido de ligação e dependência do governo local e corte.

Ainda assim consideramos um bom ponto de partida a criação de um *Lyceo*, levando em consideração a inexistência de um ensino secundário na província do Maranhão antes da sua criação, e mesmo a dificuldade do acesso a qualquer forma de instrução no maranhão oitocentista.

Ao invés de falarmos em crise, preferimos dizer que houve no Maranhão um momento de estruturação do ensino, que contou sim com muitas dificuldades, intervenções, mas que significou um ponto de partida necessário para formação dos seus alunos que conseguiam chegar *aos estudos superiores*.

REFERÊNCIAS

- **Fontes:**

Almanaque Administrativo Mercantil do Maranhão do ano de 1849 e 1869.

Coleção de Leis e Decretos e regulamentos provinciais. Ano de 1870, páginas 184185. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA. Lei N° 2.040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm.

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ANO DE 1871 - Pagina 26. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u342/000023.html. RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ANO DE 1875- Pagina 28. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u342/000023.html.

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ANO DE 1870- Pagina 08. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u342/000023.html. RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ANO DE 1886- Pagina 05. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u342/000023.html.
Petições para matriculas. Seção literária. ARQUIVO DO LICEU MARANHNESE.

- **Bibliografia**

ABRANCHES, João Dunshee de**. O cativeiro**. 3ª ed. São Luís. AML, 2012.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luís, SIGOE, 1984.

CASTRO, César Augusto. **Coleção de leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889)** Org. São Luís: EDUFMA, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, Vânia Mondego. **A implantação do ensino secundário público maranhense: o** liceu maranhense. São Luís: Biblioteca Digital da UFMA. 2006.

VIVEIROS, José Jerônimo de. **Apontamentos para a instrução pública e particular do Maranhão 1º parte- 1629 a 1889**. São Luís.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

O LEGADO DE BARBOSA DE GODÓIS NO CAMPO EDUCACIONAL MARANHENSE

Ivã Dutra Lima[1]

A transição do século XIX para o século XX foi marcado por um evento histórico de significativa importância para o Brasil, a partir das novas condicionantes impostas pelos grupos políticos que alçaram ao poder no final do século XIX. Este evento foi a Proclamação da República (1989), que solapou a monarquia brasileira, marcando o início de um processo com (pelo menos) dois objetivos bem claros.

Em primeiro, levar a cabo um exercício de silenciamento e esquecimento da ordem monárquica através do banimento da família imperial brasileira e da borracha que seria passada na carga simbólica que incorporava todo o arcabouço da ordem imperial estruturada no Brasil ao longo de quase um século no poder. O segundo, alicerçar as bases para a construção de uma nova nação, cujo arquétipo refletia-se na difusão de um discurso que pregava a implementação de colunas vitais para a gestação da ordem e do progresso: a civilização, o desenvolvimento e a ampliação de oportunidades que se desdobrariam em mecanismos democratizantes para um povo que conheceria na prática, a difusão da cidadania, pois "o entusiasmo e as expectativas despertadas em certas camadas da população pelo advento do novo regime provinham de promessas democratizantes feitas nos comícios, nas conferências públicas, na imprensa radical" (CARVALHO,1987, p. 46).

Opera-se numa lógica segundo a qual a República, ainda que um campo em disputa por conta dos vários grupos que se digladiavam ideologicamente sobre qual modelo republicano seria o ideal para o Brasil, representava o novo, uma ruptura com o passado. Um olha para a frente, para um Brasil que se abria para a possibilidade de se reconstruir e se reestruturar rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Convém lembrar que o fenômeno republicano brasileiro foi emoldurado por um quadro de várias facetas: partindo das tendências conservadoras (alicerçadas no âmago de grupos que buscavam apenas se instalar no poder) até chegar nas tendências mais liberais (ou radicais) cujo lastro ideológico se assentava na defesa de transformações estruturais, levando a cabo a construção de um país promotor de justiça social.

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Constitui-se assim, um embate de forças em torno do ideal republicano, configurando um embate ideológico entre grupos que operavam a partir da construção e difusão de representações acerca da república ideal para o Brasil - não é a república que está em jogo, pelo contrário, ela representa o novo - o que está em jogo é o alcance das mudanças que seriam implementadas a partir da nova ordem, ou seja, a afirmação de um determinado grupo no poder seria a materialização de um arquétipo de governo abrangente ou excludente. Fica claro, assim, que os anos iniciais do novo regime foram um espelho da complexidade inerente não apenas ao jogo político que ganhou corpo em volta da instalação da república, mas, principalmente, da dificuldade de ajustar a engrenagem socioeconômica de uma nação com a dimensão continental do Brasil. Grosso modo, o que se viu, foi avassaladora derrubada do regime monárquico e a chegada da República, o Brasil estava diante de um horizonte que deve ser entendido por suas mudanças e permanências.

Contudo, lembrar que a construção de uma cidadania abrangente, este aspecto tão enfatizado na propaganda republicana, não passou de um devaneio no decurso dos acontecimentos, visto que após a afirmação da oligarquia cafeeira no poder, a questão social passou a ser tratada como caso de polícia, pois, conforme Nicolau Sevcenko (apud CAMPOS, 2016, p. 268):

> Aos pobres em geral, nessa sociedade, não se atribuía a identidade jurídica de cidadãos, típica de uma república. Na prática, era reservado a eles um tratamento similar ao dos antigos escravos, controlados pelo terror, ameaças, humilhações e espancamentos, com o Estado assumindo as funções de gerente e feitor. É claro que há diferenças muito evidentes entre o estilo de repressão da sociedade escravista e o da republicana.

Para uma breve percepção da questão social no período republicano é imperioso lembrar que durante o processo de formação da nação no referido período, o Brasil foi sacudido por uma onda de revoltas e greves, nos dando a dimensão do nível de exclusão da plebe, pois os movimentos sociais, para além da análise de sua complexidade, tomaram corpo tanto no universo rural, quanto no universo urbano. Olhando a relação dialógica Estado/sociedade, e considerando o alcance dos descontentamentos dos sujeitos que se esgarçavam em lutas sangrentas nos mais variados espaços geográficos do país, fica claro que um projeto de cidadania com vistas a promover justiça social não norteava as ações políticas dos grupos detentores do poder, pois segundo Júlio de Mesquita Filho, ao fazer um breve balanço a respeito da Primeira República no Brasil, evidencia que “a política se orienta não mais pela vontade popular livremente manifesta, mas pelos caprichos de um número limitado

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

de indivíduos sob cuja proteção se acolhem todos quantos pretendem um lugar nas assembleias estaduais e federais" (apud CAMPOS, 2016, p. 273).

Dessa forma, põe-se a República a se desnudar e a revelar diante de todos os trilhos a serem percorridos no curso inevitável da história brasileira no início do XX. Mudaram os detentores do poder, mas as bases da desigualdade, da exclusão, das injustiças sociais continuam firmes e em curso constante, inseridas em uma nova dinâmica política que irá reconfigurar os mecanismos de dominação e exploração da nova/velha feição das relações de poder amparadas na força econômica e na imposição da lei.

A República brasileira se estrutura e se consolida no curso inicial do século XX. As elites dirigentes imprimem sua marca, abraçando os mais variados campos da sociedade: legislação, economia, educação, política. A dinâmica histórica do Brasil no começo do século passado tem a feição e a lógica dos interesses e das disputas de poder que se desenharam na cena republicana no referido contexto. Porém, se evidencia diante de nós um aspecto que merece destaque ao analisarmos a implantação da república: a falta de uniformidade, a busca de um projeto de nação, de um projeto com alcance social teve como reflexo a dissonância de interesses Estado/povo corroborando o que diz Carvalho (1987, p. 45) "a República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão dos direitos civis e políticos".

A estruturação de uma carga simbólica com vistas a dá legitimidade ao novo regime, ou seja, promover a inserção dos valores republicanos na dinâmica mental da sociedade a fim de criar um lastro mental de aceitação do regime é prova da complexidade das relações de poder e dos conflitos em voga no processo de sustentação da república brasileira. O Brasil insere-se numa lógica de mudanças, visando a ruptura com o passado e a celebração de um futuro marcado por novas possibilidades de desenvolvimento, dessa forma,

> A abolição da escravatura; a institucionalização de um modelo político, que em seus discursos exaltavam a "ordem e progresso"; e a mudança de uma economia agrária exportadora, onde essencialmente se utilizava a mão de obra escrava africana para a implantação de outra forma de geração de renda, baseada na industrialização, impulsionou o estado republicano a adotar medidas que favorecessem a incorporação de ideias, hábitos e posturas que diferenciassem o Brasil república do Brasil império (SILVA e CASTRO, 2012, p. 250).

Fica evidente o peso do lastro cultural/ideológico que o novo regime visava implantar no Brasil com a finalidade não apenas de promover as transformações estruturais pretendidas, mas, sobretudo, inferir mudanças de comportamento numa sociedade vista como atrasada. Era

ISSN: 2236-9228

preciso mergulhar no corpo social e implementar as bases da civilização, grosso modo, era preciso gestar uma nova sociedade consoante às virtudes da civilização e seus benefícios à nação: novos hábitos, novas normas, novos padrões de conduta e pensamento, sem os quais o Brasil jamais alcançaria o nível das nações modelares do progresso e do desenvolvimento. Assim sendo, não bastaria ficar no plano do discurso, das pretensões quiméricas perdidas no espaço e no tempo. Não! O novo regime criou mecanismos e práticas que teriam consequências no futuro da nação.

Em consonância com tais objetivos, os republicanos reconheceram a educação enquanto área de fundamental importância para alcançar a tão sonhada "ordem e progresso". A escola passou a ser o lócus das operações pedagógicas com claras finalidades políticas, pois não se trata apenas de educar um povo atrasado e em dissonância com a civilização e o progresso, trata-se de educar para o progresso, e também para entrar em conformidade aos ideais republicanos, nesse sentido, Silva e Castro (2012, p. 250), afirma que "tal ação foi entendida como ferramenta estratégica que possibilitava a inculcação de valores, o incentivo ao patriotismo e o respeito às autoridades".

Implementação e difusão dos valores cívicos do novo regime no Maranhão e a obra de Barbosa de Godóis

Ao passar pelo processo de transição do império para a república, o Maranhão segundo Reis (2007, p. 70), vê-se num contexto político/econômico envolto em duas dimensões.

> A crise final do império comporta duas dimensões: a primeira, política, como foi visto, resulta do faccionismo, das dificuldades do núcleo dirigente em absorver o aumento da competitividade intra-oligárquica preservando o jogo partidário, fator que foi designado como o início de um processo de fragmentação interna da oligarquia; a segunda é a aceleração da crise do sistema exportador e o enfraquecimento do grande produtor rural.

Inserido na ordem republicana, o Maranhão não ficou imune às diretrizes e abrangências do novo regime. Assim, o campo educacional, enquanto estratégia de um plano global para a efetivação das transformações pretendidas pelo regime em voga, passa por mudanças significativas com vistas a se adequar aos imperativos do regime republicano, pois o Maranhão estava longe de atender aos objetivos do novo regime, por apresentar uma cena educacional defasada nos mais variados aspectos (pedagógico, estrutural, corpo docente)

ISSN: 2236-9228

(SILVA e CASTRO, 2012, p. 252). Evidencia-se o arquétipo que nortearia as ações no âmbito da dinâmica educacional maranhense, ou seja, caberia ao governo do Maranhão executar as reformas necessárias na área educacional e trabalhar no sentido de alicerçar-se ao novo regime, visto que "por toda parte do país verifica-se a uniformidade dos discursos em torno da importância dessas escolas, vinculando a sua criação ás expectativas de desenvolvimento econômico, de progresso, de modernização e de manutenção do novo regime político". (SOUSA, 2009, p. 43 apud SILVA, 2015, p. 19).

Um olhar macro, numa percepção da história enquanto processo, e numa breve análise dos aspectos que norteavam a área educacional nos referidos contextos históricos - Império e República - é válido para lembrar que durante a fase imperial o ensino dava-se de forma isolada e descentralizada, sobrepondo-se uma estrutura e uma base profissional precarizadas. Tal situação só começou a mudar "a partir da transição da política imperial para a republicana, quando as ideias referentes à educação básica tiveram o propósito de contribuir para o progresso do país" (SILVA, 2015, p. 53). Vê-se claramente que as mudanças pretendidas para área educacional não implicavam apenas em questões referentes ao viés pedagógico, abarcavam pretensões de cunho político com vistas à afirmação do regime republicano considerando: civismo, ordem, desenvolvimento e progresso e a educação enquanto coluna firme na gestação da grande pátria republicana.

É com base nessas perspectivas que o Maranhão toma decisões no sentido de implementar as mudanças exigidas pelo novo regime e mudar a configuração da área educacional.

> Para transformar tal realidade e garantir a concretização dos ideias republicanos, Alexandre Colares Moreira Junior, governador do Estado (1902-1906), resolveu determinar a criação de Grupos Escolares no Maranhão ao constatar que as Escolas Estaduais de nível primário apresentavam uma série de inadequabilidades ao sistema recém-adotado, especialmente relacionado ao método de ensino implantado, à falta de seriação e graduação e à presença de professores inabilitados. Isso o levou a autorizar a conversão das seis escolas localizadas no perímetro de São Luís em dois Grupos Escolares, cada um, composto por três escolas por meio da Lei nº 323, de 26 de março de 1903, regulamentada em 1904, pelo decreto nº. 36 de 1º de julho (SILVA e CASTRO, 2012, p. 252).

É nesse contexto de tentativa de afirmação do regime republicano que se insere a fecunda obra de Barbosa de Godóis, - História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal - não podemos deixar de considerar os aspectos relevantes que alicerçam uma compreensão aprofundada no que diz respeito ao escritos de cunho educacional para o período em que foi publicada e de sua importância nos quadros da historiografia maranhense

ISSN: 2236-9228

fundamentais para os estudos em voga sobre o processo de formação histórica da educação maranhense.

A abordagem sobre a obra é imperiosa importância para que possamos mergulhar no universo de Barbosa de Godóis, sendo também um exercício de tamanha envergadura que exige certos cuidados na relação dialógica com o passado, visto que trata-se de situar-se no espaço/tempo a fim de entender sua dinâmica nos mais variados aspectos: política, economia, relações de poder, cultura, educação.

Antônio Batista Barbosa de Godóis nasceu em 4 de setembro de 1860 (faleceu em 1923), estudou direito na Faculdade de Recife, onde tornou-se Bacharel em Direito. Após concluir seus estudos, retornou ao Maranhão e passou a advogar, atuando também como procurador da Justiça Federal e jornalista (LICAR, 2011). No entanto, seu nome ganhou vulto por sua atuação no campo educacional maranhense.

> Ao assumir a direção da Escola Normal e toda a instrução pública do Estado, Barbosa de Godóis tornou-se a figura central no campo pedagógico maranhense no início do século XX, fato confirmado pelas suas publicações destinadas à educação, como Cantos escolares, Um programa de história e Sínteses histórica da educação, Instrução Cívica (resumo didático, 1900), História do Maranhão, Escripta rudimentar (1904), O mestre e a escola (1910), Os ramos da educação na escola primária (1914), Higiene pedagógica (1914) e À memória do Dr. Benedito Pereira Leite (1911) (MORAES, síntese biobibliográfica de B. Godóis, História do Maranhão apud LICAR, 2011, p. 45).

Sua atuação na cena literária maranhense situa-se no contexto entre o final do século XIX e início do século XX, integrando o grupo Novos Atenienses (uma alusão aos grupos de intelectuais precedentes: Grupo Maranhense – 1832/1868 e Atenienses – 1868/1894). Fazia parte de um grupo de intelectuais cujo discurso foi marcado saudosismo, inferindo uma percepção decadentista sobre a realidade maranhense vivida (LICAR, 2011; SILVA, 2015).

Tais informações são indícios de que a obra de Barbosa de Godóis, como qualquer obra, não está solta no espaço e no tempo, não é construída sem a influência dos valores que fazem parte do referido contexto. Barbosa de Godóis é um homem de seu tempo e em permanente diálogo com as questões mais urgentes que se faziam presentes no cotidiano maranhense, donde percebia seu papel enquanto agente de fundamental importância no processo de consolidação dos valores difundidos pelo novo regime, pois,

> Praticamente todo o seu trabalho e suas ações foram direcionados tendo em vista a consolidação das instituições republicanas, sobretudo a escola. Neste aspecto, mais que um nostálgico intelectual de gabinete da Atenas Brasileira, como muitos de seus

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> colegas de geração, Godóis foi um liberal cuja vida se pautou pelo engajamento e trabalho educativo (MELO, 2010, p. 49).

Barbosa de Godóis foi um homem de ação no sistema educacional maranhense, desenvolvendo frutífero trabalho teórico e prático com vistas a dá seu contributo para a construção de um Maranhão em consonância com o desenvolvimento e o progresso, conforme alardeava o governo republicano. Acreditava que a escola tinha papel fundamental na lógica de modernidade pretendida pelos republicanos, ancorada na ideia de "difundir a perspectiva de que a escola e o ensino deveriam denunciar os atrasos impostos pela monarquia e assumir o papel de regenerar os indivíduos e a própria nação, colocando o país na rota do progresso e da civilização" (GONTIJO, 2006, p. 2).

Barbosa de Godóis situa-se, assim, no contexto histórico marcado pelo advento da República e sua trajetória intelectual não pode ser pensada sem considerarmos a relação dialógica que o mesmo mantém com os imperativos do novo regime. O lugar político/social de Godóis é, por excelência, a de um homem que teve participação efetiva na estruturação do modelo educacional pretendido pelo governo, qual seja, "a formação de um cidadão de um cidadão que se adequasse aos ideais políticos defendidos pelos republicanos" (SILVA, 2015, p. 40).

Ao situar Godóis no espaço/tempo, e compreendendo que ao escrever o referido autor o faz em conexão com os valores inerentes ao contexto no qual está inserido, ou seja, é um intelectual que atua na área educacional maranhense no contexto de afirmação dos valores republicanos, exposto em sua obra História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal, editado em 1904. Godóis produziu uma obra de valor historiográfico significativo, capaz de atravessar o tempo e chegar até nós como aporte bibliográfico de suma importância para fomentar o debate em torno do processo de formação do Maranhão. Em 2008, a Academia Maranhense de Letras publicou a segunda edição da obra, evidenciando e contribuindo para tornar o livro acessível ao público.

A imersão que fazemos na referida obra deve considerar os materiais didáticos enquanto representações, pois tais manuais não estão soltos no espaço e no tempo, visto que portam as inferências de quem os escreve, carregam sua percepção de mundo, ecoando certo sistema de valores, pois devemos considerar nuances significativas na construção de um manual didático, tais como o lugar de fala, visto que "as representações são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam" (CHARTIER, 1990, p. 17). Situando aspectos importantes quanto à produção do livro, convém destacar que:

ISSN: 2236-9228

> As condições de produção do livro, portanto, ocorreram em meio bastante adverso, onde a figura do se combinava a determinadas variáveis, tais como: condição social favorável, comprometimento e empenho pessoal com as causas educacionais, interesses e projetos intelectuais próprios, força do idealismo e capacidade para enfrentar premências imediatas, como ausência de materiais didáticos específicos para ministrar novas áreas do conhecimento escolar (MELO, 2010, p. 51).

A partir do exposto, algumas questões valiosas para a análise do livro devem ser clareadas: a importância do livro por seu ineditismo enquanto material didático para o estudo da História do Maranhão voltada para discente, a produção do referido manual didático não foi uma imposição da lógica de mercado, a consonância das ações de Barbosa de Godóis na área educacional com o ideal de educação pretendido pelos republicanos.

A obra apresenta uma divisão que se observa no seguinte arquétipo cronológico: Colônia, Império e República. O que se evidencia quando nos debruçamos sobre a obra é que Godóis preocupa-se em construir uma narrativa cuja dinâmica é fortemente marcada pelo sistema de valores do autor, ou seja, da impressão pessoal dele quanto ao processo de construção da história maranhense, atribuindo aos referidos períodos cronológicos um sistema de valores ancorados na dicotomia bom/ruim. Assim, discorre ele sobre a História do Maranhão enveredando por essa premissa do olhar particular, moralizante e nostálgico. Por seu lugar na intelectualidade maranhense e com inserção tão profunda no campo educacional maranhense, sua obra se articular a um processo em curso no âmbito da arquitetura simbólica em gestação com a Proclamação da República: a criação de heróis, tão fundamentais na inculcação dos valores republicanos, lastro político/mental de suma importância para a consolidação do novo regime. Portanto podemos observar a dimensão e a complexidade envoltas no trabalho que é a produção de um manual didático.

Destaca-se, no livro, quando analisa as primeiras investidas lusitanas no Maranhão, como ato de bravura e coragem, um empreendimento articulado por um povo cuja força e grandeza, malgrado o insucesso inicial, não esmoreceu diante das adversidades “a valentia de ânimo do audaz navegante não foi coroada de melhor sucesso que a tentativa dos outros donatários, seus antecessores na empresa” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 51).

Ao desbravar os mares, os portugueses imprimem na história a marca dos grandes heróis, dispostos a vencer colossais obstáculos em nome de uma causa maior. Grandeza de tal monta que teria desdobramentos positivos no processo de formação da sociedade maranhense, pois “o valor e a nobreza de sentimentos mostrados pelos portugueses no Maranhão, no tempo da invasão holandesa, são uma pedra de toque por onde se pode aferir da qualidade do pessoal

ISSN: 2236-9228

que havia na colônia" (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 191). Onde nem mesmo a presença dos degredados teria força para obscurecer as virtudes dos colonos, por se apresentarem em número reduzido. Infere, o autor, um tom racista, tratando como superiores os colonos que aqui viviam.

Enfatiza ainda, que o destemor dos portugueses o fizeram fincar raízes no Maranhão, no longo processo de conquista, marcado pela incursão de franceses, a quem Barbosa de Godóis (2008, p. 102) fazia deferências positivas por sua civilidade, dizendo "os franceses não deixavam escapar, como se vê, cousa alguma que pudesse lhes estreitar a amizade e confiança dos indígenas" e de holandeses, ambos os grupos fizeram incursões no Maranhão e foram expulsos pelos portugueses. Nesse processo de conquista e ocupação da nova terra, Barbosa de Godóis (2008, p. 201) chama a atenção para a implantação das Câmaras Municipais, locus dos homens bons que atuavam em defesa da coletividade.

> Defender, nessa época, os interesses e o direito do povo conculcados pelos grandes, era uma cousa extraordinária, mas, e isso é digno de nota, mostrava que a vida municipal, mesmo absorvente como era, havia criado o sentimento democrático, tênue, débil, é certo, mas sempre o sentimento democrático.

Assim, o passado colonial apresenta-se como uma referência positiva para a estruturação de uma máquina administrativa republicana alicerçada na ética e no bom tratamento político do patrimônio público. No que concerne a criação de heróis com vistas a fundamentar os valores republicanos, aparece Manuel Beckman, um homem que se desliga do egoísmo tão comum aos seres humanos e empreende uma batalha colossal contra forças opressoras. A referida figura histórica cria os meios ideias para a gestação de heróis tão buscados pelo regime republicano na lógica da inculcação dos valores republicanos, pois, "quando um homem superior desposa uma ideia ou sentimentos que estão na massa popular, comunica-lhes um vigor novo, e dá-lhes a direção que muitas vezes lhe falta para chegar à realidade" (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 227). A percepção positiva sobre a Colônia na obra torna-se evidente não apenas pela exaltação do espírito altivo do lusitano, como também pelo fato de ser a primeira parte do livro e a ocupar a boa parte do manual didático.

No percurso da narrativa é demonstrado descontentamento com certos eventos inseridos no processo histórico maranhense, tais como a Balaiada, movimento popular que ocorreu durante o período do Império brasileiro. Barbosa de Godóis é um intelectual falando sobre um movimento de iletrados, um educador situado no contexto republicano analisando um evento que se deu no Império, ao mesmo tempo não podemos nos distanciar do fato de

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

que o mesmo constrói uma narrativa com forte caráter pedagógico devendo estar em consonância com os valores incutidos pelo regime republicano. Portanto, não é, uma fala despretensiosa, pois a fala situa-se no espaço e no tempo, ecoando, ou silenciando, certo sistema de valores, pois, "quem no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter essa espécie de linguagem?" (FOUCAULT, 1987, p. 57). Segundo Barbosa de Godóis (2008, p. 351), os balaios não passavam de "indivíduos ignorantes e arrastados pela paixão fremente da vingança contra a raça que consideravam sua opressora, não podiam ter um ideal nobre, nem se bater por qualquer questão política ou social". A Balaiada é tida como um episódio fatídico na cena histórica maranhense, segundo o autor.

A República no Maranhão é interpretada por Barbosa de Godóis como o período da decepção, da dissonância entre o almejado e o concretizado. Contemporâneo do regime republicano, o autor se viu imerso em um contexto político e econômico marcado por problemas, a saber: disputas pelo poder e crise econômica. O novo regime, tão proclamado como difusor dos valores cívicos, da ordem e do progresso, não passou de um devaneio, visto que continuou abarcado por disputas políticas e o evidente foco das elites políticos em fazer valer seus interesses particulares. O Estado enquanto possibilidade de construir um país ancorado nos valores do desenvolvimento e da justiça social não se constitui nada mais do que espaço de disputas e barganhas políticas, locus da clientela e do apadrinhamento que em nada condizia com o que se bradou aos quatro cantos do Brasil na gênese da República.

> A República, logo nos seus primeiros passos, sofrera, portanto, com aquele governo coletivo, a influência perniciosa de uma impressão verdadeiramente desgraçada, aliando-se o seu advento na Província à prática de tropelias em ordem a gerarem no espírito popular a ideia de que o novo regímen, em vez de garantir a ordem e os direitos dos cidadãos, fazia periclitar a primeira e investia contra os segundos (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 361).

Barbosa de Godóis pinta com cores turvas, dessa forma, a recém implantada República, pois o horizonte positivo que se desenhou no discurso dos republicanos, apagou-se, segundo ele, abarcado pela desordem política e econômica sedimentada logo nos primeiros tempos de atividade do novo regime.

Considerações finais

O exercício de análise da obra História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal, publicado em 1904, sendo publicado novamente em 2008, significa adentrar na

ISSN: 2236-9228

narrativa construída por Barbosa de Godóis na tentativa de extrair a partir dela a percepção de mundo do autor, as conexões que ele estabelece com o contexto vivido bem como suas tentativas de inferir sobre tal contexto enquanto agente diretamente ligado ao sistema educacional, na lógica do que se pretendia para os rumos do Brasil, na dinâmica dos interesses republicanos ancorados na ideia do novo enquanto redenção nacional norteado pelos princípios da ordem e do progresso.

Faz-se, assim, necessário entender que a obra não está solta no espaço e no tempo, pois, como qualquer outra, conecta-se com o contexto histórico no qual se processa sua construção. Nesse caso, é imperioso destacar que o referido livro nasce sob a República, que em processo de afirmação, vê na área educacional lugar de suma importância para a edificação e propagação dos valores almejados pelo novo regime: civilidade, ordem, progresso, desenvolvimento. É preciso formar um novo cidadão, ajustado aos novos valores republicanos. Portanto, a obra deve ser compreendida "nos contextos de usos, que colocados na sua relação com as circunstâncias, remetem aos traços que especificam o ato de falar, de agir e de escrever" (DE CERTEAU, 1994, p. 96).

A apresentação didática de Barbosa de Godóis se sustenta na tríade: Colônia, Império e República, dando ênfase ao período colonial maranhense, o que diz muito sobre as pretensões do autor, pois devemos considerar o livro didático com um "veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de uma determinada época e de determinada sociedade" (BITTENCOURT, 2011, p. 302). Dessa forma, Barbosa de Godóis tem que ser pensado enquanto homem de seu tempo, falando a partir de um contexto específico e carga de valores particulares. Como parte do campo intelectual maranhense e atuando de forma destacada na área educacional maranhense, o autor imprime sua marca na obra, sobressaindo-se uma narrativa que põe em voga aspectos singulares tais como: apego ao passado colonial enquanto possibilidade de redenção do presente e desencanto com a República, que, segundo o mesmo, foi marcada por lutas políticos e crise econômica, não sendo capaz de por em prática as premissas alardeadas pelos republicanos: a ordem e o progresso. Vê-se uma narrativa de inferência teleológica, nostálgica e decadentista, onde um passado de realizações se sobressai diante de um presente desencantador, ou seja, "após o período colonial, o Maranhão afundou cada vez mais em destrutivos conflitos e disputas políticas, movidas ao sabor dos interesses individuai" (MELO, 2010, p. 61). Ressaltamos, ainda, que a obra de Barbosa de Godóis atravessou o tempo e tomou lugar de destaque no campo bibliográfico

maranhense, dando importante contributo ao debate que se faz sobre o processo de formação histórica do Maranhão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA DE GODÓIS, Antônio Batista. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. 2 ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

BITENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

LICAR, Ana Caroline Neres Castro. OS MESTRES E A ESCOLA: Relações de poder no campo educacional maranhense. **Revista Outros Tempos -** Dossiê História e Literatura**,** Volume 8, número 11, 2011. pp. 41-62. Disponível em < www.outrostempos.uema.br > Acesso em 26/08/2018.

CAMPOS, Flavio de. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2 ed, v. 2, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: ____. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Historiografia e Ensino da História na Primeira República: algumas observações. **Usos do passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2006. pp 1-9. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org> Acesso em 26/08/18.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. O Maranhão em preleções: a escrita do livro didático de história local nas primeiras décadas republicanas. In: CARVALHO, Claunisío Amorim; CARVALHO, Germana Costa Queiroz. **Pergaminho Maranhense**: estudos históricos. São Luís: Café & Lápis, v. 1, 2010.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luis: [s. n.], 2007.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)**. São Luís: UEMA, 1ª ed, 2015.

_____; CASTRO, Cesar Augusto. Os rituais nos Grupos escolares maranhenses. In: CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Velazquez; FELGUEIRAS, Margarida Louro. (Org.). **Escritos de história da educação**: Brasil e Portugal. 1ed.São Luís: Café & Lápis, 2012, v. 1, p. 249-262.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

O SERTÃO DO MARANHÃO NO SÉCULO XIX NOS ESCRITOS DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO

Rodrigo Castro Azevedo[1]

O sertão do Maranhão estudado neste trabalho foi consagrado pela historiografia local como sertão dos *Pastos Bons*. O processo de conquista e a "ocupação" deste teritório teve início na primeira metade do século XVIII, fruto da busca por novas terras por parte dos fazendeiros vindos de Pernambuco e Bahia, que procuravam extensos pastos para o desenvolvimento da atividade pecuária, sendo assim, O gado foi o principal responsável pela condução dos seus donos para o sertão do Maranhão, onde posteriormente foram estabelecidas fazendas, vilas e freguesias.

Esses fazendeiros de gado que chegaram a Capitania do Maranhão, ficaram maravilhados com a riqueza dos pastos do sertão e por essa razão denominaram essa região de *Pastos Bons*. Ao tratar desta questão, Pachêco Filho (2015) afirma os habitantes da Bahia e do agreste de Pernambuco que ocuparam o sertão do Maranhão ficaram deslumbradas com os grandes campos verdes que podiam ser usados como pastos naturais para a criação do gado. Além do que, estas áreas eram umidificadas de forma natural pelos principais rios presentes no sul maranhense (o Itapecuru, o Manuel Alves Grande, o Balsas, o Alpercatas, o Codozinho, o Corda, o Pindaré, o Mearim e o Grajaú) "foram essa "mesopotâmia" fascinante para os migrantes vindos de região cujo o padecimento era secular com a falta de água" (PACHÊCO FILHO, 2015, p. 229).

Desde o princípio do processo de conquista e ocupação já mencionados acima, o sertão dos Pastos Bons foi *visitado* por diversos viajantes e exploradores com o intuito de obter maiores informações sobre espaço, que ainda então era notadamente desconhecido pela Coroa Portuguesa. Dentre esses viajantes posso citar Vicente Jorge Dias Cabral, que viajou pelo sertão do Maranhão, sob ordens da Coroa portuguesa, entre os anos de 1800 e 1802 em busca de salitre (composto responsável pela produção de pólvora na época) e outros produtos da natureza. Nesse sentido os séculos XVIII e XIX foram marcados pelos vários viajantes percorreram os sertões, principalmente no período oitocentista pois neste momento as viagens ao interior passaram as ser ainda mais numerosos.

[1] Graduando do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão.

ISSN: 2236-9228

O historiador português Fernando Cristóvão ao aludir sobre os objetivos que tinham esses viajantes ao adentrarem o sertão, nos diz que:

> Quer de iniciativa privada, quer enviados e apoiados por Sociedades Cientificas nacionais e europeias, os viajantes do século XIX tinham como objetivo não apenas identificarem, valorizarem e darem a conhecer tanto a fauna e a flora, com também a cultura e os costumes dos povos, a condições situação dos escravos ou da população do interior, a que estão naturalmente ligados diversificados interesses económicos, políticos e sociais (CRISTÓVÃO, 2014, p. 10).

Cristóvão nos dá uma clara noção de que as viagens feitas aos sertões não tinham necessariamente apenas um cunho exploratório. Mas nessas expedições os viajantes também estavam imbuídos de objetivos políticos, sociais e principalmente econômicos, sobretudo no que diz respeito a mapear as principais fontes de riquezas naturais existentes nessas regiões que poderiam provir lucros futuros aos seus patrocinadores.

Ainda trabalhando sobre a análise do mesmo autor, Fernando Cristóvão aponta para um aspecto importante que marca os escritos produzidos por esses homens que percorreram os sertões, que é a junção de campos de diferentes áreas de conhecimento na produção dos seus relatos. Assim, o viajante/explorador tinha por obrigação "contratual" narrar em seus escritos o que encontrara de novo durante suas viagens exploratórias, sendo ele o responsável pela representação destes novos espaços e povos com os quis deparasse, cumprindo assim a função de historiador, antropólogo, geógrafo, botânico e por necessidade às vezes um literato.

Nesse contexto oitocentista exploração das áreas do interior da colônia, Francisco de Paula Ribeiro pode ser referido como um dos grandes personagens que percorreram e trouxeram o sertão maranhense a lume. Através dos escritos sobre os Pastos Bons, Paula Ribeiro nos dá bases sólidas para entender diversas questões que constituíram o sertão maranhense no século XIX. Ele, através de seus estudos sobre a geografia física e humana, estudos etnográficos sobre os indígenas da região, e seus estudos sobre a história e a economia do sertão, Paula Ribeiro literalmente "descobriu" e "fundou" o sul do Maranhão (PACHÊCO FILHO, 2009, p. 1).

Francisco de Paula Ribeiro, foi um militar português que a serviço da coroa trabalhou por mais vinte anos na região dos Pastos Bons, chegou na América portuguesa no ano de 1795, após passar um período preso num quartel em Lisboa, foi indicado pelo Duque de Lafões para assumir o posto de Alferes na capitania do Maranhão. Em 1798 foi enviado em missão juntamente com outros militares à Belém do Pará.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Soldado e explorador nos deixou três memórias: *Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do* Maranhão e da de Goiás *no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima***.** Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1848. *Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, nº 12, 1849. *Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão,* onde analisa algumas tribos no sertão. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, v.3, 1841 e um mapa. A cartografia deixada por Paula Ribeiro, consta povoados, fazendas, vilas, cidades existentes na época, mas principalmente a geografia física do sertão maranhense. Nas memórias produzidas por Paula Ribeiro, foram abordadas diversas questões referentes aos aspectos naturais, a dinâmica econômica da região e aos fatores sociais no que diz respeito a vida dos habitantes do sertão do Maranhão.

Estas memórias possuem tamanha relevância que o historiador João Renôr Ferreira de Carvalho, que ao reunir em livro juntamente com Adalberto Franklin, as memórias de Paula Ribeiro, afirmou: "agora fazem parte das fontes historiográficas indispensáveis para se fazer a história, a etnografia e a antropologia da região sul do Maranhão" (FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p. 23).

Paulo Ribeiro iniciou suas viagens ao sertão em 1800 sob ordens do então governador Fernando Antônio de Noronha, quando realizou sua primeira incursão ao sertão maranhense. Nesta missão, Paula Ribeiro trabalhou por dois anos naqueles sertões localizados no sul do Maranhão, entendemos que àquela altura tenha iniciado suas observações sobre aquela região que mais tarde nos daria conhecer em suas memórias anteriormente mencionadas. Em 1802, com a mudança de governador, D. Diogo de Souza, necessitou dos trabalhos de Paula Ribeiro, e o substituiu por Higino Xavier, conforme atesta o documento abaixo:

> Logo que aí chegar o alferes do Regimento de Linha Higino de Xavier Lopes, a quem nomeei para lhe suceder no comando do Destacamento e Distrito desse Julgado; Vossa Mercê lhe entregará todas as ordens, e instruções, que lhe têm sido dirigidas para seu regime[...] (APEM. Objetos Diversos: 1800-1803, Código 01, Doc. 451).

Os sucessos obtidos por Francisco de Paula Ribeiro em todas as missões que lhe foram confiadas, o fez ascender no Maranhão, portanto, distante do comando do Exército português a todos os postos militares existentes em sua época. Isso fica evidenciado no aumento gradativo das importâncias das *missões* que lhe foram atribuídas. Já em 1815 o militar foi

ISSN: 2236-9228

incumbido provavelmente da mais importante tarefa de sua carreira militar, qual foi delimitar a fronteira entre as capitanias do Maranhão e Goiás.

Para resolver problemas de divisa entre as capitanias de Maranhão e Goiás, Paula Ribeiro foi novamente deslocado para a região do sul maranhense. Esta tarefa se deu em decorrências dos atos do militar José Pinto Magalhães, ter anexando parte do território maranhasse à capitania da Goiás. Com isso Pinto Magalhães obteve lucros pessoais, pois cobrava dos colonos 'goianos' uma taxa de proteção para permanecerem do lado 'maranhense' do rio Tocantins.

Por conta desta ocasião, o governador Paulo Gama determinou que Paula Ribeiro cumprisse a função de estabelecer o limite territorial, contudo "as determinações de Paulo José da Silva Gama a Francisco de Paula Ribeiro não se limitava às tratativas sobre limites territoriais" (FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p. 60).

No mesmo oficio de nomeação, Paulo Gama ordenava que Paula Ribeiro explorasse as regiões do sul do Maranhão: "a fim de se conhecer e a capacidade dos rios, a sua diversidade de braços que se intrometem pelo sertão [...] A qualidade dos terrenos, as povoações e todos os vestígios notáveis de antigas povoações ou caminhos" (APEM. Objetos Diversos: 1814-1816 (Código 5, Doc. 755) .

Desta viagem demarcatória decorre o já citado Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima. Neste escrito, Paula Ribeiro aborda de mais extremamente detalhada diversos aspectos observados nos caminhos pelos quais percorreu até chegar a São Pedro de Alcântara. Nesse sentido, Paula Ribeiro, como era o costume das narrativas de viagens da época, descreveu com pormenores cada lugar por onde passou durante sua viagem por terra e por rios, destacando as fazendas nas quais esteve, de passagem ou usando como lugar de repouso, e mesmo para troca de animais, como era costume dos viajantes da época a serviço do rei, as montarias cansadas eram substituídas pelos menores animais das fazendas onde pousava.

O extenso período em esteve no sul maranhense desempenhando serviços em favor da Coroa de Portugal, possibilitou que Paula Ribeiro adquirisse um vasto conhecimento sobre estes sertões. Mediante a isso Francisco de Paula Ribeiro produziu "*Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão",* memória datada do ano de 1819. Através desta obra, Paula Ribeiro nos oferece uma importante cartografia para os estudos sobre o sertão dos de *Patos Bons* localizado no sul do Maranhão.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

No texto em epígrafe Francisco de Paula de Ribeiro fez uma rica descrição do sertão do maranhense, "através de 94 parágrafos pelos quais informa progressivamente o leitor sobre a geografia, história e a etnologia do território de Pastos bons nos sertões do Maranhão" (FRANKLIN; CARVALHO,2007, p. 134).

Paula Ribeiro ao situar geograficamente o limite da região de Pastos Bons relata que:

> Chama-se de distrito ou freguesia de Pastos Bons todo aquele terreno que desde a fazenda e riacho Serra, na extremidade sul dos limites de Caxias, cortando da beira do rio Parnaíba na povoação das Queimadas, à barra do riacho Corrente no rio Itapecuru, se estende por entre o mesmo rio Parnaíba e o Tocantins até as margens do rio Manuel Alves Grande, como já fica relatado, limitando-se por entre as cabeceira dos ditos Parnaíba e Manuel Alves Grande com a serra chamada do Piauí, e com a capitania deste nome por parte das margens daquele rio, assim como se se limita com a Capitania de Goiás pelas margens e por uma parte também das do Turi até defronte da foz do rio Araguaia" (RIBEIRO, 1849, p. 146).

Dessa forma, o militar e explorador descreveu detalhadamente as áreas limítrofes do sertão do Maranhão e ainda ressaltou com riqueza de detalhes os riachos, rios e serras que compõem as fronteiras deste distrito.

Mais uma vez realçando a geografia física do sertão dos Pastos Bons, Francisco de Paula Ribeiro relata que a região se encontra dividida em oito *ribeiras* (Alto Itapecuru, Parnaíba, Balsas, Além de Balsas, Neves, Lapa, Farinha e Grajau), sendo o termo *ribeira* atribuído pelos próprios moradores dos Pastos Bons. Neste relato Paula Ribeiro nomina as bacias hidrográficas contidas nos sertões, o que o fazia diferente dos demais.

A impressionante riqueza de detalhes descritas pelo militar e explorador com as principais características de cada uma das referidas *ribeiras,* observando sobre sua povoação, atividades econômicas desenvolvidas ou não, além de situar geograficamente cada uma delas e seus limites territoriais. Nesse sentido, Paula Ribeiro afirma que a *ribeira* da Lapa é a que possuía maior dimensão territorial dentre as oito, porém apontou a ribeira do rio Farinha como a mais moderna dentre todas. Ribeiro também relatou que a população mais antiga e numerosa do sertão dos Pastos Bons encontra-se na ribeira do Parnaíba, assim afirmou: "Sua população e a mais antiga do distrito, e por isso a mais numerosa" (RIBEIRO, 1849, p. 161).

O Major também se referiu a um importante aspecto no que se diz respeito a administração das ribeiras de Itapecuru e Parnaíba. Segundo ele, inexiste uma administração eficiente nas duas áreas, já que ambas ficam sob o comando apenas de Francisco Germano de

ISSN: 2236-9228

Moraes[2], sendo que devido à grande extensão das duas ribeiras juntas tornava-se inviável que somente Francisco Moraes pudesse administrá-las de forma hábil.

Tal situação bem exemplifica o tratamento dado pelo governo da capitania do Maranhão a região dos Pastos Bons, na qual estava sempre em segundo plano em relação a área litorânea. Fato esse que motivou tensões entre os moradores do sertão e o governo da capitania do Maranhão e que levou a conflitos, como por exemplo no final do século XIX e início do XX à chamada Guerra do Léda. Paula Ribeiro ainda expressou o seu lamento pela situação de esquecimento em que se encontra o sertão por parte do Governo da Capitania do Maranhão, afirmando "o quanto é para lastimar o retardamento havido em seu desenvolvimento" (RIBEIRO, 1849, p. 155).

Ao prosseguir sobre o relato de Paula Ribeiro sobre as oito ribeiras que dividem o sertão maranhense, o militar e explorador também produziu uma rica descrição sobre os rios que banham toda a região dos Pastos Bons: Neves, Balsas, Farinha, Itapecuru, Parnaíba, Mearim e Grajau (sendo os quatro últimos qualificados como os principais rios navegáveis da Capitania). Além dos rios, Paula Ribeiro ainda faz referência a alguns riachos que são afluentes desses rios da região como por exemplo Balseiro, Pedra de Fogo, Corrente dente outros.

Ainda ao tratar sobre os rios que banham o sertão dos Pastos Bons, Paula Riberio expressa sobre a importância que os mesmos poderiam ter para o desenvolvimento da região, isso porque segundo Ribeiro os rios navegáveis poderiam ser explorados para ligar a o sertão as demais áreas da Capitania do Maranhão e até mesmo servir de conexão com a metrópole, além de serem utilizados para transporte das produções provenientes desta porção da Capitania. Dessa forma, nas palavras do próprio Paula Ribeiro, sobre a importância dos rios para o sertão do Maranhão, Ribeiro afirma que "podem fazer o principal motivo de sua riqueza" (RIBEIRO, 1849, p. 155).

Em sua narrativa Paula Ribeiro não se deteve somente as questões naturais da região de Pastos Bons, o militar também tomou como objeto de análise o sertanejo, com o qual teve grande convívio durante suas viagens pelo sertão do Maranhão. Ao tratar dos habitantes do sertão de Pastos Bons, Paula Ribeiro descreve que:

[2] Paula Ribeiro descreveu Francisco Germano de Moraes como um homem pardo disfarçado, nascido na própria ribeira do Itapecuru. Ainda relatou que Moraes já em outras oportunidades já havia exercido posto administrativo, por ordens de alguns ex-governadores da Capitania. Porém, sua atuação estava restrita a um pequeno espaço territorial de áreas próximas a que residia.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> Os seus habitantes quase em geral, bem entendidos aqueles nascidos no distrito, suposto que sejam em geral em grande parte rústicos e brutais, como adiantaremos, não têm contudo de si mesmo, por influência de uma natural índole má, maiores defeitos que escandalizem a humanidade [...] porque enfim são de uma condição dócil, hospitaleiros, agasalhadores, e tratam aos passageiros, de que sempre têm concorrência, com agrado próprio de sim da sua rustica grosseria, porém sincero e de boa fé (RIBEIRO, 1849, p. 149).

Nas suas estimativas feitas ao longo da narrativa, foi contabilizado que a população do sertão dos Pastos Bons no período do Oitocentos estava entre quatro a cinco mil homens livres, além de aproximadamente mil escravos, número insignificante se comparado à capital da província e mesmo ao vale do rio Itapecuru. A partir dos números apresentados por Paula Ribeiro, nota-se que a população do presente no sertão do Maranhão era expressivamente menor em relação ao número de habitantes do litoral da capitania.

Além disso outra característica bastante marcante da população sertaneja estava na forma como foi desenvolvida a organização social nesta região. Como bem descreve Socorro Cabral " Nos sertões, a pecuária, atividade dominante e com características próprias, determinou não só a organização produtiva, mas a forma de povoamento e ocupação do território" (CABRAL, 2008, p. 103). Dessa forma, as estruturas sociais no sertão maranhense estabeleceram-se entorno das atividades realizadas nas fazendas de gado.

Paula Ribeiro também se dedicou a descrever sobre as funções desenvolvidas pelos sertanejos dentro das fazendas de gado, tratando principalmente sobre dos vaqueiros e os fábricas, atendo-se as tarefas que ambos estavam incumbidas. Aos vaqueiros estavam encarregados das tarefas da "criação" do gado, amansar os bezerros e os muares, conduzir o gado aos currais no fim da tarde, livrar os pastos das ervas daninhas, matar os animais que pudessem oferecer perigo ao gado, dentre outros.

O trabalho como de vaqueiro possibilitava aos homens livres a chance de adquirirem mobilidade social chegando ao status de fazendeiros. Isso porque ao final de cinco anos os fazendeiros pagavam aos vaqueiros um quarto das cabeças de gado produzidas nas fazendas, o que leva Paula Ribeiro a afirmar que "sendo este o partido único que pode mover os vaqueiros a levar tão má vida, pois sabem que tanto mais lucram ao final, quanto melhor tem criado" (RIBEIRO, 1849, p. 179). Quanto aos fábricas, estes estavam subordinados aos vaqueiros e eram responsáveis pelo *"amanho"* do gado e ainda por cuidar dos cavalos da fazenda.

Como já referido, Francisco de Paula Ribeiro atuou não só como memorialista através dos seus três escritos produzidos sobre o sertão dos Pastos Bons, mas contribuiu aos estudos

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

sobre sertão ao cartografar a Capitania do Maranhão, dando a região do sul maranhense. Através deste mapa o militar faz uma representação minuciosa da geografia física do sertão do Maranhão.

Fonte: Fundação da Biblioteca Nacional, 1819.

O mapa produzido por Paula Ribeiro foi elaborado como um dos desdobramentos da viagem demarcatória empreendida pelo militar e explorador no ano de 1815. Já que o então governador da Capitania do Maranhão, Paulo Jose da Silva Gama (1811-1819), no ofício em

ISSN: 2236-9228

que designou Paula Ribeiro a deslocar-se ao sul maranhense, deu-lhe claras ordens para que o militar que fizesse uma avalição detalhada da região, como já mencionado anteriormente, também orientou que Paula Ribeiro que produzisse um mapa, tratando principalmente sobre os rios presentes na região.

Isso fica expresso no trecho diz: "Vossa Mercê mandará pelo piloto extrair mapas não só de divisão das duas capitanias, mas também do rio Tocantins e de todos os que nele desaguarem marcando os rumos como todas as mais declarações necessárias para tudo ser presente a Sua Alteza Real"

Nota-se através do trecho citado acima que o mapa possui outras intencionalidades para além da representação cartográfica de uma determinada região, nesse caso o sertão dos Pastos Bons. Nesse sentido, o mapa pode ser entendido como uma forma de comunicação entre o cartografo e aquele que o mapa está sendo endereçado. Sendo assim, o mapa produzido por Paula Ribeiro configurou-se como uma forma de informar ao rei de Portugal sobre diversos aspectos relacionados a geografia física do sertão dos Pastos Bons, deixando a Coroa portuguesa aparar daquilo poderia tirar proveito principalmente em termos econômicos, como ênfase nos rios que possibilitariam a navegação pelo sertão.

A produção do referido mapa nos alude a necessidade vista pela administração lusa no período oitocentista em conhecer melhor os seus domínios coloniais para que fosso possível explorar eventuais potencialidades econômicas. Tal questão fica bem expressa na fala de Serra, um dos percussores da Academia de Ciências de Lisboa, o qual afirma "O primeiro passo de uma nação, para aproveitar suas vantagens, e conhecer perfeitamente as terras que habita, o que si encerram, o que si produzem, o que são capazes" (SERRA apud BARBATO, 2009, p. 03). Dando claras bases ao trabalho desenvolvido por Paula Ribeiro no sul da Capitania do Maranhão.

Em sua cartografia o militar português adota colorações diferentes em algumas partes do mapa como forma de situar os espaços referentes as oito ribeiras que dividem o sertão dos Pastos Bons além de situar as demais Freguesias existentes em todo território da Capitania do Maranhão a época. Da mesma forma, o militar define claramente os espaços fronteiriços entre a Capitania do Maranhão e as de Goiás, do Gram Pará e Piauí, sempre destacando os rios que cortam estas áreas limítrofes da capitania do Maranhão.

Ainda no que tange as questões da geografia física do sertão, Paula Ribeiro notadamente deu grande ênfase a hidrografia do sertão em seu mapa. Haja vista, que o militar fez de forma detalhada a representação dos principais rios e riachos que cortam a

ISSN: 2236-9228

capitania do Maranhão. Nesse sentido Ribeiro cartografou onde encontra-se a cabeceira de alguns rios, como por exemplo, o Balsas e o Parnaíba, assim como onde está situada a interseção entre os mesmos.

Em determinadas partes do mapa, Paula Ribeiro deixa por escrito algumas observações sobre aspectos da região, estas apontam principalmente para questões relacionadas ao povoamento de algumas áreas da Capitania como por exemplo o território de Viana, Cajapió, Brejo como outras, que segundo Ribeiro são áreas que apresentam grandes povoações.

Francisco de Paula Ribeiro para além da contribuição para o Estado português que o "patrocinou" por todo o período em que esteve na capitania do Maranhão, também deixou um vasto material para os estudos sobre o sertão de Pastos Bons. As memórias e o mapa produzidos pelo militar e explorador fazem uma descrição completa de questões tanto de cunho geográfico quanto social da região sul do maranhão. Suas obras também contribuem para uma construção de uma imagem sobre a categoria sertão que não se limita somente a uma visão negativa do sertão e dos sertanejos. Paula Ribeiro faz uma descrição mostrando um sertão que vai além da seca e miséria apontado para as virtudes existentes na região tanto no aspecto natural como humano.

REFERÊNCIAS

BARBATO, Luís Fernando Tosta. **Natureza, ciência e progresso:** A natureza brasileira no debate letrado do IHGB (1839-1845). Rio Grande do Sul, 2009.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado:** conquista e ocupação do sul do Maranhão, 2 ed, São Luís: EdUFMA, 2008.

CRISTÓVÃO, Fernando. **Viagens no interior do Brasil fatores de desenvolvimento.** CLEPUL, Lisboa, 2014, p.10.

FRANKLIN, Alberto; CARAVALHO; João Renôr de. **Francisco de Paula Ribeiro:** desbravador dos sertões de Pastos Bons; a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz, Editora Ética, 2007.

PACHÊCO FILHO, A ocupação para fins de colonização do sertão maranhense. In: FERRERAS, Norberto O.; GALDEZ, Márcia Milena.; ROCHA, Cristiana da Costa. **História sócias do trabalho uso da terra, controle e resistência.** São Luís; Editora UEMA, 2015.

_____. Um **militar a serviço da Coroa portuguesa no sul do Maranhão,** Fortaleza, 2009.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Descrição do Território dos Pastos Bons;** Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos**.** Rio de Janeiro, Revista do IHGB, nº 12, 1849.

_____. **Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815**. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1870.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

O SILÊNCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL

Nila Michele Bastos Santos[3]

Michele Perrot, em "As Mulheres e os silêncios da História", já assinalava sobre o pouco espaço destinado as mulheres na narrativa histórica "esta ausência no nível da narrativa é acompanhada por uma carência de traços no domínio das "fontes" nas quais o historiador se alimenta devido ao déficit de registro primário" (PERROT, 2005, p. 33).

No que se refere à mulher escravizada o silêncio ainda é maior, mesmo a documentação apontando para um número mais elevado de alforrias para mulheres que para os homens poucos ainda são os estudos no qual suas afetividades são as protagonistas.

Por isso - parafraseando a célebre questão posta por Perrot: "uma história das mulheres é possível?" (PERROT, 2008) - nos perguntamos: uma História da Afetividade nas relações escravistas é possível?

A resposta nunca é fácil! Assim como outros "marginalizados" da história o estudo das mulheres negras escravizadas e as afetividades em suas relações só é possível dentro da perspectiva das migalhas, nos indícios deixados pelos discursos postos, nas pistas de um cotidiano, nos sinais e nos silêncios das fontes. Seguir por esse percurso metodológico não significa afirmar que cairemos na armadilha dos anacronismos, o historiador que escolheu seguir pelo estudo das afetividades e sensibilidades deve está atento com o que apontou Alain Corbin:

> Há, em primeiro lugar, o velho problema, muitas vezes enfatizado por Lucien Febvre, do anacronismo psicológico, que consiste em projetar na mente das pessoas que estudamos nossa própria maneira de ver o mundo. Isto coloca, por exemplo, o problema da legitimidade da biografia. Gostaríamos de pensar que aquelas pessoas eram "irmãos de inquietudes", para retomar a bela fórmula de André Maurois. Eu também poderia ter estado perto de Cleópatra: teria, então, me comportado como Júlio César? Evidentemente, isso faz viajar no tempo, isso embriaga, é tão apaixonante quanto ler um romance policial, mas é errado: isso não pode ser o método certo. Apenas um historiador familiar aos pensamentos de Júlio César pode se arriscar a escrever "Sem dúvida, Júlio César pensou que... Pode-se imaginar que, transpondo o Rubicão...". É o básico da história: evitar o anacronismo psicológico (VIDAL, 2005, p. 25-26).

Entretanto, evitar o anacronismo não significa fugir da subjetividade. Entre o pensado e o vivido os sujeitos históricos não foram meros fantoches de seus meios sociais tão poucos a

[3] Mestra em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professora EBTT de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – campus Pedreiras. Coordenadora do NEABI – Ifma/ Pedreiras. E-mail: nila.santos@ifma.edu.br

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

realidade em que estão inseridos é facilmente modificada somente a partir de vontades individuais.

É no coletivo que as categorias vão se automoldando e introduzindo no mundo um grau de autorreflexividade constante e mutável. E isso permite que emoções, sentimentos e paixões sejam objetos de *análise* da História.

Nossa preocupação nas linhas postas a seguir é justamente problematizar os caminhos metodológicos já postos e assim contribuir para a abertura de mais espaços para debater essas questões.

Historiografia das sensibilidades: a afetividade em questão

Apesar de já se apresentarem nos estudos históricos brasileiros pouco foram os momentos em que as afetividades ganharam local de destaque nessa historiografia.

Muitos fatores podem ser apontados para essa questão: falta de documentação sobre o assunto, subjetividade extremada ou ainda a dificuldade dos historiadores em tratar de afetos e sentimentos.

> Até há bem pouco tempo, compreendia-se que as mudanças, fossem de pequeno alcance ou de grande folego, eram frutos de ideias, das técnicas ou de quaisquer outras práticas orientadas exclusivamente pela razão. Até mesmo as atividades politicas eram entendidas como movidas por ideologias – uma projeção bem elaborada, ou utopias – sonhos coletivos que, em virtudes de suas cargas emocionais, eram irrealizáveis. E, ao se tratar das relações interpessoais e de seus afetos anelantes, compreendiam tais fenômenos como inerentes à vida privada, de pouca ou nenhuma serventia para explicar as energias que inspiravam as ações coletivas (BREPOHL, 2012 - contracapa).

No entanto, é durante a década de 1930 que apontamos o pioneirismo nos estudos sobre afetividades no Brasil com Gilberto Freyre, que ao publicar “Casa Grande e Senzala”, negou o evolucionismo europeu presente à época e deslocou as concepções racistas-biológicas para o campo da cultura demonstrando que não há culturas inferiores ou superiores, mas todas se equivalem e possuem o mesmo valor no processo evolutivo e estrutural. Suas análises sobre a família patriarcal tratam de assuntos como alimentação, as relações domésticas, os costumes construídos com as trocas culturais, a paixão sexual e as afinidades pessoais todos os temas abjurados à época, mas que voltaram a ser objeto de estudo em “Sobrados e Mucambos”, uma espécie de continuação de Casa Grande e Senzala. Na acepção de Freyre foram os contatos mais próximos entre os grupos sociais que formaram a sociedade colonial

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

açucareira que, acabaram por desenvolver uma identidade ímpar para o brasileiro; e uma vez que era a mestiçagem seu vetor esta, acima de tudo, deveria ser exaltada.

Entretanto, na ânsia de glorificar a Mestiçagem, o autor considerou as relações entre senhores e escravizados como profundamente harmoniosas salientando que:

> Desde logo a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maiores no Brasil do que em qualquer outra parte da América. A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa. Espécie de parente pobre nas famílias europeias (FREYRE, 2001, p. 406).

É este exacerbado relativismo e o pensamento idílico de uma coexistência pacifica entre a população branca, indígena e negra que transforma Casa Grande e Senzala em uma obra profundamente criticada. O caráter altamente paternalista de senhores benevolentes e escravizados dóceis que Freyre tanto defendeu e explicitou em sua obra acabou por forjar o que ficou conhecido como "mito da democracia racial" – e foi contundentemente rejeitado por historiadores mais críticos.

Todavia seu olhar lançou uma questão até hoje debatida: a proximidade e o contanto mais íntimo entre os sujeitos, no período colonial, gerou relações de afetividades e poder. Para aprofunda-se nessas discursões, não só na colônia, mas também em outras temporalidades, os historiadores tiveram que abrir espaços na historiografia para discutir sentimentos, emoções e sensibilidades. Para tanto se aproximaram de outras ciências como a antropologia, filosofia, psicologia e psicanálise, mas principalmente incorporando aos seus estudos fontes ainda pouco utilizadas por historiadores da sua época, tais como: literatura, imagens, músicas etc.

Mesmo sobre a influência da História Cultural, que só começou a ganhar força no final dos anos 70 e se fortalece na década 80 e 90 do século XX (SOUSA, 2007), é somente a partir do século XXI que os estudos sobre sentimentos e emoções começaram a tomar destaque mais abertamente no Brasil.

Um bom exemplo dessa abertura é *"A História do Amor no Brasil",* escrito por Mary Del Priore e publicado em 2006. Seguindo os passos de Braudel com os estudos de longa duração Del Priore realiza sua pesquisa a partir de um grande espaço temporal, pretendendo estudar as várias experiências amorosas no Brasil, desde a chegada dos portugueses até o início do século XXI. De igual maneira *"HISTÓRIAS ÍNTIMAS: sexualidade e erotismo na História do Brasil",* publicado em 2011, percorre as transformações na sexualidade, erotismo e nas noções de intimidade desde o período colonial aos dias atuais.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Ambos os textos foram alvos de duras críticas, principalmente, pela delimitação de tempo escolhido que impede análises mais aprofundadas. De fato, o "método panorâmico" para da conta do contexto macro acaba por obscurecer as especificidades, porém a variedade de fontes e as novas metodologias que a autora emprega no trato destas já transformam estes livros em obras de enorme valor para a recente historiografia brasileira dos sentimentos e afetividades.

Outras três obras de suma importante para a historiografia desse segmento, que valem ser citadas, são as coletâneas *"História e Sensibilidades"*, publicado em 2006 e organizado por Marina H. Ertzogue e Temes G. Parente; *"História: Cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil"*, publicado no ano de 2008 de autoria de Antônio Torres Montenegro et al. e *"Sentimentos na História: linguagem, práticas, emoções",* publicado em 2012 e organizado por Marion Brepohl, André Mendes Caparro e Renata Senna Garraffoni.

Na primeira coletânea os textos abordam temas como a solidão, a saudade, o ressentimento, a dor, a violência, o sonho e a alegria, a efemeridade e sua relação com a História e o tempo dentre outros. As organizadoras dedicam parte da obra para também questionar o papel do Historiador das sensibilidades colocando-o tanto como um interprete das representações criadas pelos sujeitos, nos mais variados momentos históricos, quanto como um indivíduo marcado pela multiplicidade de afetividades que influencia a forma de ver e interpretar o mudo que o cerca (SILVA, 2012, p. 5).

A segunda coletânea traz trabalhos diversificados que tratam da representação do corpo, dos hábitos de ler, batismo, cidade, modernidade, amor e solidão. Nessa obra destacasse o texto de Antônio Paulo Rezende que busca perceber uma história da solidão e do amor no Recife dos anos 1930 e como essas práticas sentimentais são atingidas e modificadas com o advento da modernidade demonstrando, novamente, que o historiador dessas temáticas deve entendê-las como categorias dinâmicas e temporais (SILVA, 2012, p. 7).

Já "Sentimentos na História: linguagem, práticas, emoções", ao contrário do que faz Del Priore, busca valorizar os pormenores em contraposição aos generalismos e os "grandes fatos". Dividido em temáticas como "Religião: o eu e o outro", "Amor, ódio e política" e "Belos fortes e famosos", os textos procuram superar as categorias estanques de modo que objetivam:

> Entre outras questões, desfazer dicotomias como razão/emoção, utopia/ideologia, masculino/feminino, dominante/dominado, objetivo/subjetivo, permanências/mudanças, confrontos/resistências. Recusando generalizações, investiga territórios, ambientes e conceitos que interferiram diretamente nas

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> experiências individuais e coletivas em diferentes momentos históricos. Os sujeitos coletivos são compreendidos em suas manifestações e recusas, suas opções e omissões, comportamentos, pertencimentos e apropriações (BREPOHL, 2012, p. 7-8).

Todos os textos citados acima têm em comum o uso de diferentes de fontes, novas abordagem e metodologias de modo que o estudo das emoções, sentimentos e afetividades alcançaram um novo sentido para a História e para o métier do historiador. Ora uma vez que:

> As sensibilidades são uma forma do ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada. A rigor, a preocupação com as sensibilidades da História Cultural trouxe para os domínios de Clio a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador. É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos (PESAVENTO, 2003).

Retomando nosso olhar para as representações criadas nas relações escravistas, às afetividades que se construíram produziram um mundo de experiências intrincadas e cotidianas. Artigos mais contemporâneos como *"O cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje"* do Mestre em Psicologia Social Marcel de Almeida Freitas; *"Raça, Gênero e Relações Sexual-Afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras — Um Diálogo com o tema"* da Drª em antropologia Ana Cláudia Lemos Pacheco; *"Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica: séculos XVIII e XIX"* e *"Quarto grande e senzala"* respectivamente das historiadoras Mirian Moura Lott e Suely Creusa Cordeiro Almeida buscaram analisar as relações entre senhores e escravizados quando estas eram mais próximas e íntimas, contudo o conceito de afetividade que estes autores e autoras utilizam - e dar ares de consenso nas academias, pois também estão presentes nas coletâneas e livros aqui já citados - parecem-nos possuir um sentido universal "autoexplicável" e de "existir por si só".

A ideia de "facilmente compreensível" ou ainda de "Todo mundo já sabe", demonstra na verdade a indefinição do termo e contribui para formulação de discursos dogmáticos. Acreditamos, no entanto, que as afetividades não são meramente sentimentos ou emoções positivas ao contrário elas carregam consigo todas as intrincadas redes de vivências que existe no ser em relação ao outro, com o qual estabelece um laço, um vínculo ou mesmo uma cumplicidade.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

(In) definições sobre afetividade

Segundo o dicionário, afetividade é um termo próprio da Psicologia e significa "Conjunto dos fenômenos afetivos (tendências, emoções, sentimentos, paixões etc.) Força constituída por esses fenômenos, no íntimo de um caráter individual" (AFETIVIDADE, 2018).

Infelizmente a simplicidade desse conceito não dá conta da complexidade do termo nem garante a exclusividade de seu estudo à psicologia, ao contrário, um dos problemas de tratar a questão da afetividade é a sua variedade de definições uma vez que já é estudada em diversas áreas de conhecimento e não, necessariamente, de maneira interdisciplinar.

A literatura frequentemente a coloca como sinônimos de sentimentos e emoções, a psicologia estuda-a como fator determinante para a formação das personalidades, a antropologia concentra-se nas emoções colocando as afetividades ora como sinônimos, ora como produtoras das emoções, mas em todos esses contornos percebemos uma constante: as afetividades se formam e evoluem nas, e a partir, das relações humanas. "São as vivências afetivas o fundamento da nossa existência heroica ou aprisionada no automatismo. São as marcas afetivas que dão vitalidade, sentido e colorido às nossas ações e aos nossos vínculos. Mas o que são nossos vínculos e como a afetividade os influencia? " (NERY, 2014, p. 19).

É pela filosofia de Espinosa que vamos iniciar nosso percurso, que será bem mais carregado de inquietações que propriamente de respostas.

Na terceira e quarta parte de seu livro dedicado à ética Espinosa trata da "Origem e a Natureza dos Afetos" e da "A Servidão Humana ou a Força dos Afetos", para ele a razão não se separa da experiência afetiva...

> Por afeto, entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou reduzida, assim como as ideias dessas afecções. Quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, entendo então por paixão uma ação, nos demais casos, o sofrer a ação dessa paixão (ESPINOZA, 2018, p. 38).

O filosofo nega o dualismo cartesiano tão marcante em seu contexto e defende a existência de uma única substância na qual corpo e afetividade, além de interdependentes são indissociáveis. Desse modo os seres humanos são incapazes de não constituírem afetividades, pois a própria sobrevivência já é uma condição *sine qua non* para o surgimento delas.

Isto implica diretamente no estudo das afetividades entre senhores e escravizados, pois ao analisar as relações escravistas por uma ótica espinoziana fugimos da dualidade sujeito-

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

objeto e as colocamos como corpos escravizados que na mesma medida que são afetados por outros corpos, afetam àqueles que interagem com ele, garantindo assim, ao sujeito escravizado, o status de produtor/receptor de afetos ou simplesmente garantindo-os como Conatus, que é o termo pelo qual Espinosa definiu o ser.

> O Ser é uma potência ativa de afetar e ser afetado. Temos interesse em tudo que contribui para manter nossa forma e nossas relações. Temos a potência que parte de nós mesmos, de nossa essência, para criar as condições de persistir em nosso ser. Não possuímos conatus, somos conatus, assim como tudo que existe, porque tudo faz o esforço para permanecer em seu ser enquanto pode (grifo nosso) (TRINDADE, 2013).

Assim o escravizado era *conatus*, pois possuía o ímpeto e o esforço para continuar a sobreviver diante das condições que lhe foi imposta perseverando por melhores formas de vida. A compreensão da experiência afetiva perpassa, portanto, pelo sentido imanente, isto é, que vem do próprio indivíduo. Entretanto, isso não condiciona dizer que o entendimento, ainda que interno, não se construa na relação com o ambiente, ao contrário é nas experiências vividas que a as potências se esforçam para produzir e se manter na existência.

São nas relações que o *affectu*s manifesta seu caráter sazonal de um estado de "corpo afetado" para "corpo afetante" e vice-versa. Essas mudanças podem ser boas ou ruins e são definidas pelo aumento (quando benéficas) ou diminuição (quando maléficas) da potência de agir do corpo (MAXWELL, p. 15). São, portanto, variações de estados de alegria à tristeza, destas, que chamaremos aqui de afetos primários, emanam todos os outros tipos de afetos. Ao serem acompanhados por uma causa exterior os afetos primários podem gerar amor, ódio, amizade, inimizade, simpatia, antipatias, esperança, cólera, indignação, ciúme, glória etc., são essas influências externas que acabam por gerar as afeições (affectio). Mas o filosofo Gilles Deleuze (1978) nos chama a atenção para a diferença entre afeto e afeição enquanto o primeiro pode ser visto como a variação da potência de agir, a afeição é o estado de um corpo considerado como sofrendo a ação de outro corpo sendo sempre a partir de um contato, em outras palavras, afeição é o efeito sentido pelo corpo afetado e dependendo de como esse corpo é afetado produz-se o desejo.

O desejo aumenta ou diminui de acordo com a força que o corpo é afetado.

> Ora, um corpo deve ser definido pelo conjunto das relações que o compõe, ou, o que dá exatamente no mesmo, pelo seu poder de ser afetado. E enquanto vocês não souberem qual é o poder de ser afetado de um corpo, enquanto vocês o aprenderem assim, ao acaso dos encontros, vocês não estarão de posse da vida sábia, não estarão de posse da sabedoria (DELEUZE, 1978).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Para o filosofo francês é justamente esse poder de afetar e ser afetado nas relações coletivas que também define a individualidade de um corpo sendo importante ressaltar que são a partir das velocidades e das lentidões de cada um que se constroem a realidade vivida. Deleuze concorda que há uma variação contínua dos afetos, mas esta não é produto deles, ao contrário os afetos são as próprias variações de diminuições e aumentos de potência vividos; ele é determinado pela realidade intrínseca o que não significa que seja reduzido a ela.

Quando o ambiente é predeterminante nos afetos, ou seja, quando as influências externas geram as afeições positivas ou negativas, surgem as paixões. Estas são inconstantes e não dependem dos sujeitos, seu caráter pode ser transitório, pois o que poderia ser a causa da alegria pode no momento seguinte ser a causa de dor e tristeza. A passagem da ação para paixão, ou vice-versa, depende do jogo afetivo e da força do desejo. Estes por sua vez nem sempre possuem grande intensidade, alguns, nascidos da tristeza (paixões-tristes), são fracos e diminuem a potência de existir. Outros, nascidos da alegria (paixões-alegres), aumentam a potência de existir e fortalecem o *conatus.*

Todo esse processo paixões-tristes para paixões alegres, ainda que interno, sofre influencias exteriores e nos lança para as práticas de poder. Dentro das relações sociais Poder e Afetividade juntos fundamentam e complementam os papeis exercidos pelos indivíduos em sociedade e as relações construídas no cotidiano dos indivíduos podem se mostrar como harmônicos ou conflitantes.

Essas dinâmicas de poder e afetividades que fazem parte da realidade dos sujeitos permite-nos, assim como fez Espinosa, caminhar pelo terreno espinhoso da moral e política questionando os tipos de afetividades que são geradas nas relações de poder.

> Como acontece que as pessoas que têm o poder, não importa em que domínio, tenham necessidade de afetar-nos de uma maneira triste? As paixões tristes como necessárias: inspirar paixões tristes é necessário ao exercício do poder. E Spinoza diz, no “Tratado teológico-político”, que esse é o laço profundo entre o déspota e o sacerdote: eles têm necessidade da tristeza de seus súditos. Aqui, vocês compreenderão com facilidade que ele não toma "tristeza" num sentido vago, ele toma "tristeza" no sentido rigoroso que ele soube lhe dar: a tristeza é o afeto considerado como envolvendo a diminuição da potência de agir (DELEUZE, 1978).

Apesar de não acreditamos na existência de um único poder podemos inferir, por essa ótica, que nas relações escravista do Maranhão setecentista os indivíduos que possuíam mais poder utilizavam-se das afetividades para manter sua dominação.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Gêneros, corpos e afetividades

Muitos são os estudos que corroboram em afirmar que dentre a massa de indivíduos escravizados são as mulheres escravizadas as que conseguiram adquirir condições menos rígidas, mais fluentemente, e embora não fosse um esforço coletivo, mas fruto das relações individuais e construídas entre senhores e escravizadas as práticas de certas mulheres tornaram-se costumes comuns entre várias gerações, transformando-se em "uma luta calada e cotidiana contra a desumanização das relações" (PAIVA, 1995, p. 115). De alguma maneira era sua categoria de "Ser Mulher" que permitia criar certas estratégias para sobreviver e resistir à coisificação que a escravidão impunha.

Entretanto "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" pelo menos assim Simone de Beauvoir iniciava sua notável obra, O segundo sexo, colocando em voga uma discursão pertinente sobre os papeis de gênero nas mais diversas sociedades. A análise do tema, pelas mais diversas áreas, ao longo da História frequentemente tocou na afetividade das relações e em meios aos debates não foi incomum ver como as afetividades foram colocadas para caracterizar os papeis sociais do masculino e feminino. Confiança, virilidade e racionalidade foram postos como atributos da masculinidade enquanto inconstância, fragilidade e emoção foram, quase que exclusivamente, delegados às mulheres.

Mente e corpo foram outros elementos que ganharam papeis sociais. Visto de maneiras antagônicas as diferenças entre o corpo e a mente representavam o próprio abismo de desigualdade entre Homens, visto como a mente atuante e responsável pela tomada de decisões, e Mulheres, postas como a própria representação do corpo, irracional, selvagem e sexual. A Mente ao controlar o corpo garantiria o progresso e a civilidade logo a ordem "natural" seria o Homem controlar a Mulher, exercendo poder sobre seu corpo, controlando sua liberdade e sexualidade. Contudo os estudos pós-estruturalistas sobre a sexualidade, história das mulheres e gênero pôr-se a repensar esses papéis, caminhando para um terreno longe do binarismo cartesiano. Para esse grupo o corpo é culturalmente construído, uma categoria histórica carregada de significações e representações que ultrapassa a esfera biológica e acessa também o que está ao redor dele, o que se fala e pensa sobre ele "em diferentes tempos, espaços, conjecturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é portanto algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções" (GOELLNER, 2003, p. 28).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

O corpo, nessa perspectiva, também é fruto da linguagem que o nomeia, classifica e por vezes o desclassifica. Assim quando analisamos as formas com que são nomeadas as mulheres escravizadas, na documentação, a diferenciação e o tratamento dado a elas por seus senhores, aproximamo-nos muito mais da última categoria, pois corroboramos da ideia que para o desenvolvimento de uma análise diferente sobre o corpo - independente de classe, etnia racial e sexo - é preciso evitar as dicotomias e os dualismos fixos. Em outras palavras é preciso reconhecer que os discursos universalistas sobre o corpo/afetividade reforçam preconceitos ao invés de derrubá-los.

Do mesmo modo não se trata de "Gênero", mas de Gêneros uma vez que como categoria relacional a singularização do termo não comporta a abrangência que ele se propõe. As lutas por igualdade das mulheres e suas trajetórias históricas, ainda que façam parte dessa categoria, não são os únicos objetos de investigação que hoje comporta diversas identidades sociais como as provenientes das "masculinidades plurais", homossexualidades, homoerotismos, transexualidades e/ou o transgêneros.

Portanto não buscamos analisar o corpo do escravo e a apropriação deste por outro corpo, no caso o do Senhor, mas sim de corpos escravizados e suas relações com corpos legalmente livres ampliando o olhar para diversidade de que tanto falamos e que propomos. É por essa perspectiva que acreditamos ser particularmente importante lançar um olhar sobre as relações afetivas e afetivo-sexuais, entre os sujeitos do Maranhão colonial, sem que essas análises caiam nos determinismos homogeneizantes podemos demonstrar uma complexa teia experiências nas quais os indivíduos são culturalmente construídos, para além dos corpos sexuados que os comportam. No Maranhão setecentista, por exemplo, os testamentos como o de Manoel Goncalves Torres, refletem uma teia de possíveis afetividades entre escravizados e libertos que ultrapassam as próprias ligações entre escravizado e senhor.

Manoel Goncalves Torres era filho de portugueses, e em 1751 habitava a cidade de São Luís do Maranhão, solteiro, seus únicos herdeiros eram os pais que viviam em Portugal, mas em sua última vontade ele se preocupa com o futuro de uma menina escravizada que não lhe pertencia:

> Deixo pelo amor de Deos a huma menina por nome Victoriana Filha da negra Albina hoje escrava do Padre Antonio Garro cuja menina pelo amor de Deos [corr.] o mando tome conta dela para a educar o dito meo primeiro testamenteiro a quem se entregara os ditos corenta mil reis em dinheiro para que com eles posa lucar [sic] para a sostentar e vestir conservando lhe sempre os ditos [corr.] mil reis que sera obrigado com [fl.4] algum lucro que posa acodir lhe ao tempo de se lhe dar cazamento sendo cazo digo nesse prosedimento por que não venha a cazar neste

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> tempo digo cazar neste caso lhe dara sempre os ditos corenta mil e lucros que os posa ter conseguido pelo decurso de tres annos repartidos em tres partes para que em cada anno com a dita parte se poder vestir a ter menos ocazião de ofender a Deus por ser [ileg.] a derejir a dita esmola aquele melhor fim que se pode dar em tal qualidade de gente e ao dito meo testamenteiro peso pelo amor de Deos ponha todo o cuidado e sua molher na dita menina para que posa viver christamente (ATJ nº 2, fl.3, 30 jan 1751).

Manoel não relata possuir escravizados, seus bens são modestos e ele não explica o porquê de deixar o dinheiro à filha de uma negra, e escrava de outro, mas a preocupação com o futuro da menina está lá. Um vínculo foi criado, se este foi estabelecido com a mãe ou com a menina infelizmente a documentação não nos revela, contudo, as fontes apontam para a existência de relações que não podem mais ser negadas.

Alguns testamentos encerravam em si certas nuanças sobre laços afetivos. O testamento de Anna de Avilla é emblemático quanto a essa questão, viúva e sem filhos, Anna de Avilla possuía um plantel considerável de escravizados.

> Declaro que posuo uma caza de telha de taipa de Pilão com seo quintal que são as em que moro no bairro de Santo Antonio para baixo do Cruzeiro, e assim mais dous catres e huma Caixa de Angelim com huma cama de roupa e mais alguma miudeza de caza que se acharem o que tudo darâ a inventario os meus testamenteiros e o mesmos se achão moradores comigo \\ Declaro que posuo vinte hum escravos entre femeas e machos os quais vão nomeados por seus nomes como vem a ser os machos que jâ são de servisso, Antonio, Manoel, Jose, e os que não são ainda de todo servisso são os seguintes Ricardo, Gregorio, Felipe, Affonso, Onofre, os quais ditos terão huns por outros outo ha nove annoz de idade poco mais ou menos, isto se entende os machos [fl.150v] as femeas são as seguintes as de todo o servisso são Dorotheia, Thomazia, Perpetua, Luiza, Barbara, Maria, Josefa, Lucianna, Madalena, Geronima, e as de menos idade filhas das mesmas minhas escravas acimas ditas são as seguintes: Micaella, Ignacia, Custodia, Anna Josefa, as quais terão de idade pouco mais ou menos tres ha coatro annos \\ Tao bem declaro que todos estes escravos tanto machos como femeas e todos as mesmas criansas são meus legitimos escravos e delles disporei conforme me pareser como abaixo o declaro. (ATJ nº 2, fl. 149 04/05/1752). (grifo nosso).

Sem ninguém que pudesse ser seus "herdeiros forçados", ela distribui seus bens entre sua escravaria: "Declaro que as cazas assima nomeadas de que sou possuhidora as deixo pelo amor de Deos ao menino Francisco filho de Maria mulata, e a menina Anna Josefa filha da minha escrava Ignacia" (ATJ nº 2, fl. 149 04/05/1752).

Ana Avilla parecia ter um apreço especial pelas crianças, deixando quase todas alforriadas. Mas é a menina Anna Josefa sua preferida, ficando esta, além da casa, com os bens pessoais e pessoas para lhe cuidar:

> Declaro que a caixa de Angelim que digo [ileg.] possuo e dous catres e mais miudezas de casa como tão bem [ileg.] os quais são dous e mais hua cama de roupa

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> a qual está na mesma caxa, e tudo o mais que se achar em caza ou na mesma caxa tudo deixo pelo amor de Deos a menina Anna Jozeffa a qual meus testamenteiros lhes entregarão tudo a dita menina tendo ella capacidade [...]Deixo mais por forro livres e izentos de cativeiro a minha serva Dorotheia, Anna Josefa, Thomazia e Perpetua as quais poderão estar ou ficar em companhia da menina Anna Josefa isto he se quiserem, e se não quizerem buscarão sua vida por onde lhes pareser \\ Tão bem deixo a Antonio Cafu, oficial de tecelão para ficar em companhia da menina Anna Jozeffa enquanto ella não tomar estado ou sahir da dita caza que sendo assim poderâ o meu escravo ir para onde quizer pois desde logo ficarâ forro e livre de todo o cativeiro e so asim ficara com pensão de me mandar dizer duas missas. (ATJ nº 2, fl. 149 04/05/1752). (grifo nosso).

O que poderia ter feito uma criança "de idade pouco mais ou menos tres há coatro anos" para receber tais heranças? Que vantagens teve essa senhora ao deixar tais bens à menina? Acreditamos que a familiaridade gerada no contato diário com esses sujeitos proporcionava o surgimento de intersubjetividades, o que, de certo modo, subverte a ordem de um sistema baseado na concepção individuo-coisa (senhor-proprietário / mercadoria-escrava) para uma ótica individuo-individuo (sujeito-escravista / sujeito-escravizado).

A herança deixada para filhos de escravizadas, assim como os concubinatos entre senhores e mulheres escravizadas, as alforrias "pelos bons serviços que me tem feito", ou "pela lealdade com que me serviu", podem ser apontados como exemplos das autonomias adquiridas pelas afetividades construídas, nessa perspectiva, as mulheres escravizadas e os senhores no Maranhão colonial não foram categorias fixas as relações criadas entre eles revelam redes de sociabilidades que desenvolviam novas identidades.

> Como a identidade é, em parte, sustentada pelos outros, ela é afectada tanto pelas alterações produzidas nas redes de sociabilidade do actor, como pelas alternativas que lhe são oferecidas. A experiência da identidade torna-se mais diversificada e instável porque os seus pontos de ancoragem e os seus referenciais também o são. A identidade já não está apenas ligada à pertença, mas também ao desejo de pertença e àquilo que é necessário fazer para o concretizar (BRANDÃO, 2010, p. 19).

Desse modo, os sujeitos escravizados no Maranhão colonial, buscando sobreviver da melhor maneira possível, criaram estratégias ligadas a um desejo de pertença e necessidade de reconhecimento. Vestir, alimentar, dar-lhes escravos para servir e cuidar daqueles a quem esta "criava com muito trabalho" são indícios de relações pautadas em vínculos de afetividades e afetivo-sexuais. E por mais que esses contatos tenham sido forçados pelos proprietários, acreditamos que as mulheres escravizadas souberam, com eficácia e pragmatismo, aproveitar a situação para criar seus espaços de autonomia e sobrevivência de modo que também podemos analisar as escravizadas como mulheres que agiram de acordo com sua própria subjetividade, esperteza e sabedoria, enfim como agentes dinâmicos de sua própria história.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Considerações finais

Os testamentos não são a única fonte que podem revelar relações afetivas, outros exemplos estão nos processos de divórcios, que carregam em si uma gama de indícios que contestam o discurso de passividade das mulheres, de uma maneira geral. As "sevícias atrozes" são constantemente citadas como causa para pedido das separações, contudo para além das reclamações de violência física com que eram tratadas, as mulheres também se queixavam da falta de amor e respeito.

Seus desejos íntimos são expostos no espaço público e por anos foram relegados à marginalidade pelos historiadores, por acreditarem que aspectos tão subjetivos não eram relevantes em tão alto grau quanto o mundo público, sobretudo político e econômico. Isso ocasionou que na historiografia, estudos sobre as afetividades femininas sejam escassos, pouco conhecidos ou, infelizmente, desmerecidos por outros historiadores. Contudo, ao nos debruçarmos sobre o tema no Maranhão colonial, procuramos desvendar o que os sujeitos julgavam como valoroso ou prejudicial para si, as emoções que apreciavam, menosprezavam ou ainda as que ignoravam ao formar seus laços afetivos, pois a afetividade assim como as "emoções são, acima de tudo, instrumentos de sociabilidade. Elas não apenas são socialmente construídas e 'sustentam e reforçam sistemas culturais', mas também agem sobre relações humanas em todos os níveis, da conversa íntima entre cônjuges as relações globais" (ROSENWEIN, 2011, p. 37).

Logo, ao se referirem ao "amor negado", "a amizade rejeitada", ao "desprezo com que é tratada" percebemos, ainda que sem a certeza, a existência de um ideal, se não comum e cotidiano, no mínimo almejado. Segundo Maria da Glória Guimarães Correia, os indícios de "um amor romântico" já se desenhava no período, podendo ser percebido nas falas das suplicantes de divórcios que afirmavam servir seus maridos com todo amor e afeto conjugal, ao contrário deles que as tratavam com pouco caso e desamor, como o caso de D. Francisca Thereza Barboza em 1798, relatado pela autora,

> "Comportando-se segundo os deveres de matrona honesta, tanto na obediência a seu marido quanto na exacta educação dos filhos" além de ter tido todo "o zelo e atividade nos interesses da família" [...] Silvestre, seu marido, sempre a tratou "com pouco caso e desamor" fazendo com que em sua vida de casados houvesse "huma imperfeyção muy descomposta: porque sem amor não há paz gostosa nem conformidade bem lograda". Enfim, estava-se então no ano de 1798, de modo que a

> cantilena de D. Francisca Thereza Barboza representava um sinal de que o amor romântico chegava (CORREIA, 2004, p.183) (itálico da autora) (Grifo nosso).

Talvez, não um "amor romântico" como a autora afirma, pois esse termo nos remete ao ideal do século XIX, mas uma afetividade historicamente construída em sua própria época. O que era posto como "pouco caso e desamor" pode não ter a mesma conotação que hoje ou no sec. XIX, ao passo que no Maranhão setecentista o "desamor" era alistado para causas de divórcios.

Por fim, é preciso entender que as necessidades afetivas, de cada indivíduo, subvertem e desafiam a rigidez dos valores sociais vigentes, reelaborando os elementos advindos da própria cultura escravocrata em que viviam.

REFERÊNCIAS

"Afetividade". **Dício:** Dicionário on-line de português, 16 set. 2018 www.dicio.com.br/afetividade/ Acesso em 16 de setembro de 2018.

ATJ. Livro de Registro nº 2, fl. 3 the fl.5. **Testamento do deffunto Manoel Goncalves Torres.** <Faleseo a 30 de janeiro de 1751>

ATJ. Livro, fl. 149 **Rezisto do Testamento com que faleseo a defunta Anna de Avilla** 04/05/1752.

BRANDÃO, Ana Maria. **"Identidades sexuais e de gênero:** do modelo de análise ao percurso de investigação". In. BRANDÃO, Ana Maria. E se tu fosses um rapaz? Homoerotismo feminino e construção social da identidade. Porto: Edições Afrontamento, 2010. pp.17-41, p. 19.

BREPOHL, Marion, CAPARRO, André Mendes e GARRAFFONI, Renata Senna (orgs.). **Sentimentos na História:** linguagem, práticas, emoções. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. (Contracapa).

CORREIA, Maria da Gloria Guimarães. **Do Amor nas terras do Maranhão:** um estudo sobre o casamento e o divórcio entre 1750 e 1850. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004. 339 fls., p.183.

DELEUZE, Gilles. **Curso sobre Spinoza.** Les cours de Gilles Deleuze. Tradução Francisco Traverso Fuchs. Cours Vincennes - 24/01/1978. Disponível em: http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. 43ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2001, p.406.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **"A produção cultural do corpo".** In. LOURO, Guacira et al. Corpo, Gênero e Sexualidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 28.

MAXWELL. **Espinosa e a afetividade humana**. PUC-RIO – CERTIFICAÇÃO DIGITAL Nº 1012188/CA. Disponível em: www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20706/20706_3, p. 15.

NERY, Maria da Penha. **Vinculo e afetividade**: caminho das relações humanas. – 3. Ed. rev. – São Paulo: ágora, 2014, p. 19.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII:** estratégias de resistências através dos testamentos. São Paulo: ANNA-BLUME, 1995.

PERROT, Michelle. **"Práticas de memória feminina"**. In. PERROT, Michelle. As mulheres e os silêncios da História. São Paulo: EDUSC, 2005, p.33.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Raniery Bezerra da; MENESES, Joedna Reis de. **O Tema Das Sensibilidades Na Produção Historiográfica Contemporânea**. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI, 2012, p. 5.

SOUSA, Laura de Mello e. **Aspectos da Historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial**. IN: FREITAS, Marcos César de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 6. ed., São Paulo: Contexto. 2007.

SPINOZA, Benedictus **Ética demonstrada em ordem geométrica e dividida em cinco partes que tratam.** Tradução Roberto Brandão. Disponível em: http://www.andre.brochieri.nom.br/livros/filos/Baruch-Spinoza-Etica-Demonstrada-amaneira-dos-Geometras-PT-BR.pdf Acesso em 16 de setembro de 2018.

TRINDADE, Rafael. **Espinosa – *Conatus.*** Razão inadequada. Publicado em 27/07/2013. Web. Disponível em: http://razaoinadequada.com/2013/07/27/espinosa-conatus/

VIDAL, Laurent. **Alain Corbin o prazer do historiador** - entrevista. Tradução: Christian Pierre Kasper. Rev. Bras. Hist. vol.25 nº 49 São Paulo Jan./June 2005, p. 25-26.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: DESAFIOS, PROBLEMÁTICAS E AVANÇOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DOS SUICÍDIOS DOS NEGROS ESCRAVIZADOS NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Carlos Victor de Sousa Ferreira[1]

Os escravizados como seres sociais e atuantes de diversos processos históricos no Brasil escravista mantiveram diversas relações: concedendo, embargando, criando conflitos ou apaziguando. Dentre estes, o suicídio tem se configurando como campo de pesquisa de diversas áreas de pesquisas. Mesmo quando se quer definir ou compreender o momento que esses atores sociais decidiram não viver mais, e através da morte voluntária decidiram pôr termo as suas vidas.

No entanto, este tipo de comportamento é necessário para se compreender outras formas e configurações de relações sociais mantidas pelos escravizados. Pois, o suicídio desses tiveram diversificadas consequências, seja na relação senhor- escravo ou escravo e sociedade. Os historiadores munidos de uma miríade de documentos e fontes tem se aproximado cada vez mais dessas reverberações e na compreensão destes suicídios.

É preciso afirmar que a prática da morte voluntária foi compreendida, visualizada e obteve diversificadas significações, variando conforme os preceitos sociais e contextos históricos-culturais. A exemplo, na Melanésia, no grupo trobriandeses, podia estar relacionado como auto castigo ou reabilitação social de algum transgressor, sendo incentivado até pela própria comunidade. No Japão o suicídio não estaria atrelado a concepções de culpa ao agente social ou como pecado, mas foi compreendido até como uma questão ética por setores da sociedade (CANARIO, 2011, p. 22-23).

Se lançarmos olhares sobre o comportamento do Ocidente, conforme apontou George Minois (1998), tiveram comportamentos condenatórios e o que praticava a morte voluntária era considerado pecador aos olhos da fé cristã. Desse modo, é preciso situar o suicídio historicamente, e não apenas universalizá-lo ou naturaliza-lo, porém, compreender quem estava se matando, por quais motivos, de que forma, qual a concepção da sociedade sobre o ato ou a criada pelo suicida.

[1] Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA). Bolsista de Mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA. Pós-Graduando (Lato Sensu) em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESFMA), licenciado em História pela Faculdade Santa Fé/IDESP. Membro do grupo de pesquisa NEÁFRICA: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global. E-mail: victhorcarlos5@gmail.com

ISSN: 2236-9228

Esta experiência de pesquisa advém da pesquisa proposta ao mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde se objetiva desenvolver pesquisa acerca dos suicídios dos negros escravizados no Maranhão, observando a partir das *supostas experiências históricas* destes sujeitos: suas motivações, as justificativas das classes dominantes e suas reverberações dentro da sociedade.

Para tanto, utilizamos uma recorrente documentação do qual pretendemos que seja destrinchada ao longo do artigo, tais como jornais, óbitos, registros policiais, corpos de delitos, cartas e correspondências entre autoridades. São nestes intercruzamentos de documentações que tentamos estabelecer os nossos objetivos.

Este artigo se concentrará em refletir sobre as experiências na escrita e na realização desta pesquisa, observando as limitações e as possibilidades das documentações quando se tratam de suicídios. Problematizaremos o nosso embasamento teórico e historiográfico, analisando a literatura maranhense a cerca desta temática, onde pontuaremos os avanços e desafios.

Dessa forma, estruturamos o artigo assim: no primeiro momento demonstraremos as eventualidades e as motivações para a realização da pesquisa, atrelado a isto, analisou-se a historiografia nacional e especificamente a regional. Segundo, analisaremos os estorvos e problemas das nossas documentações, como acessibilidade ou dificuldades para a análise sobre os suicídios.

Pelos meandros do suicídio: a pesquisa de fazer lembrar-se dos que se mataram

O oficio de dez de janeiro de 1850 do Chefe de Polícia do Maranhão ao Presidente da Província constava mais uma tentativa de suicídio de um escravizado. Provavelmente cansado da vida no cativeiro ou das adversidades que a vida escrava sempre pregava a aqueles que eram “desprovidos” de liberdade. Conforme consta na respectiva correspondência informada pelo Almoxarife da Santa Casa de Misericórdia, segundo o documento, a mulata Veridiana, escrava de D. Constância Maria de Cerqueira Pinto Nunes, após conseguir ter alta do hospital da Santa Casa de Misericórdia, apossou-se de uma faca velha e golpeou a própria garganta.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Após este ato, mandou o subdelegado da Freguesia da Conceição observar o fato e realizar o corpo de delito na escravizada, que não conseguiu concluir o intento[2].

Dentre as diversas considerações e alegações relacionadas ao caso da escravizada, o subdelegado constou em sua correspondência possíveis indícios das motivações que fizeram a escravizada a optar por não viver mais. Estas informações são de suma importância para se compreender a tentativa da escravizada, ainda que a fonte seja de cunho "oficial" ou institucional, mas através das entrelinhas podem-se fazer algumas considerações sobre este caso.

> (...) tentara se suicidar-se por ouvir dizer que havia ter alta para ser entregue a sua senhora de cujo poder tenha sido tirada no dia 4 de setembro do ano passado, por causa das barbáries horrorosos castigos por sua senhora empregado na referida Veridiana, duas escravas dos quais atos hoje não está curada e já se vesse na referida mulata algumas deformidades, provenientes destes desumanos castigos vim no conhecimento de que realmente tentou suicidar-se com uma faca de mesa velha (...) [3]

Através desta nova documentação entram uma nova personagem que é fundamental para compreensão da tentativa de suicídio da escravizada. A proprietária da escravizada é peça chave para compreensão das motivações que levaram a mesma a tentar cometer tal ato. Podendo ser confirmado através das *"barbáries horrorosos castigos por sua senhora empregado na referida Veridiana".* Este fato pode ser confirmado devido a mesma escravizada, aquele momento, está tendo alta do Hospital da Santa de Misericórdia e, além do mais, já era possível "vesse na referida mulata algumas deformidades", notórias marcas dos castigos empregado pela senhora de Veridiana.

Averiguamos que apesar de estar novamente apta para exercer sua função estabelecida pela sociedade, como escravizada e propriedade de alguém, entretanto, Veridiana encontrava agora no suicídio uma das soluções para seus infortúnios em vida. Não querer mais está mais nesse mundo, devido às agressões e castigos de sua senhora pode ser uma de suas motivações para tentativa do ato.

É sobre esta e tantos outros escravizados que alguns pesquisadores têm se dedicado a vislumbrar sobre as práticas suicidas desses sujeitos históricos. Como demonstrado no caso de Veridiana, o ato traz diversas consequências humanas, psicológicas, sociais e coloca em xeque as diversas proposições que foram afirmadas sobre os escravizados em linhas

[2] MARANHÃO, Secretária de Polícia do Maranhão. Ofício 10 de Janeiro de 1850 do Chefe de Polícia do Maranhão para o Presidente da Província. APEM. Setor de Códices. Livro 1869, Fl. 65 doc. 10.
[3] MARANHÃO, Secretária de Polícia do Maranhão. Ofício 10 de Janeiro de 1850 do Subdelegado de Polícia do 2º distrito da capital ao Chefe de Polícia do Maranhão. Documentos Avulsos. APEM.

ISSN: 2236-9228

historiográficas precedentes, a exemplo as que criaram a teoria do escravo-coisa. Que em linhas gerais, propôs que esses só deixavam de ser "coisa" mediante à resistência. No entanto, o se suicidar demonstra o lado humano dos escravizados e suas revoltas perante a vida tirana dentro da sociedade escravista.

Deste modo, não compreendemos o suicídio como sinal de fraqueza do escravizado ou apenas um ato de resistência extrema, e nem tão pouco um comportamento apenas individualizado, mas pertencente a um contexto social e cultural. Pois, entendemos que os indivíduos sociais não podem ser eximidos do contexto que está inserido, neste sentido um modo relacional entre o privado e o público. Neste sentido, concordamos com Pedrinho Guareschi: "É singular e, ao mesmo tempo, múltiplo. É esse o social que constitui o processo de mediação na complexidade entre o mundo interno e externo, entre o individual e o coletivo, entre o psíquico individual e a realidade psíquica social externa" (GUARESCHI, 2012, p. 41).

Pensando desse modo que se tenta analisar as documentações acerca dos escravizados suicidas. No Maranhão encontramos embora isoladamente, ainda que não de forma aprofundada, mas profícua e de extrema relevância algumas pesquisas sobre a temática. Elencamos três pesquisas que tangem a abordagem desta temática.

Josenildo Pereira (2001) defendeu sua dissertação de mestrado pela Universidade Católica de São Paulo, cujo tema "**Na Fronteira do cárcere e do Paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista". Dentre as práticas de resistência por ora analisadas pelo autor, no capitulo "**Suicídios de escravos**: um direito sobre a vida", teceu sobre três casos de escravizados que optaram pela morte voluntária. Suas ponderações estão sobre a prática ser uma forma de liberdade criada pelo escravizado, além de que com o ato demonstrar, no final de tudo, ser o único dono de seu corpo.

A frente Daylana Cristina em 2010 defendeu sua monografia "**Vivências escrava na cidade:** experiências de liberdade em São Luís (1870-1888)", em um capítulo dedicado ao suicídio dos escravizados também observa o suicídio como construção de liberdade. E ainda em 2010 acena para a necessidade de um aprofundamento maior do caso, visto que no Maranhão ainda sim havia uma nebulosa e carente experiência historiográfica sobre as práticas suicidas dos escravizados, analisou três casos onde a autora obteve algumas considerações, como demonstrar que o escravizado mesmo pelo suicídio alcançava sua liberdade, embora de forma extrema.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Por fim, "**Entre dramas e humor:** representações do suicídio nos jornais Diário do Maranhão e Pacotilha (1880 – 1900)", foi desenvolvida por Luciana Sousa em 2014, a autora analisou as mortes voluntárias que foram encontradas no Jornal Diário do Maranhão e no Pacotilha, embora não tenha analisado apenas os casos sobre os escravizados, mas de livres, libertos, livres pobres e estrangeiros, dentro de seus documentos analisados encontramos um número significativo de escravizados e ex escravizados que se suicidaram entre as duas décadas. Uma das conclusões da autora é que houve uma diferenciação no modo como foi tratado os casos a partir da classe que o suicida se encontrava. Nas classes mais abastadas foi possível notar maior consternação, lamentação e recheados de melodramas[4]. Entretanto, as classes mais abastadas não ganhavam tanta comoção assim, os motivos a sua maioria nem eram narrados, além de que grande parte das causas consideradas pelos jornais as classes mais baixas segundo a autora:

> No Pacotilha e nos registros das delegacias e subdelegacias de polícia de São Luís, o uso da diamba e do álcool como causa de suicídio é atribuído a indivíduos das camadas populares, identificados como negros, pardos, escravos, pobres, vadios ou trabalhadores, a quem se imputava a autoria de distúrbios e desordem, "males" resultantes de vícios (SOUSA, 2014, p. 65).

As notícias mais comuns aos escravizados eram diretas e de cunho mais informativo:

> Hontem, as 8 horas da noite na ocasião em que ia embarcar para a fazenda de seu senhor o escravo Manoel, de propriedade do Sr. Joaquim Fabio de Lago, tentou o dito escravo suicidar-se com uma navalha, chegando ainda a ferir-se no pescoço. O instrumental foi tomado por um outro escravo que se achava também preso (Pacotilha, 14 de Fevereiro de 1883, p. 2).

Destacamos assim algumas considerações acerca do suicídio do escravizado, como o horário a que aconteceu o fato, a identificação de seu nome (visto que alguns casos nem nomeados os escravizados são), seu senhor e proprietário, o instrumento utilizado e como foi impedido o fato. Apesar disso, não encontramos outros documentos que afirmem sobre as motivações que levaram o escravizado a tomar tais atitudes.

Desse modo, pensando na realidade do Maranhão e na historiografia nacional, acenamos para o estado ainda embrionário da análise dos casos que envolvem os escravizados na província maranhense, necessitando de aprofundamentos maiores acerca desta temática, que englobem outros diversos casos e suas possíveis motivações. Uma vez que os

[4] Tipo de narrativa sobre suicídios, crimes passionais e outros episódios prodigiosos, carregada de melodrama, confundindo ficção e realidade era conhecida no jornalismo como *fait divers.* IN Sousa, 2014, p. 49.

ISSN: 2236-9228

escravizados faziam parte das dinâmicas sociais e suas mortes implicavam diversas consequências ao poder econômico, de direito e social de seus senhores.

Outros estados como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro e outras cidades já é possível encontrar uma vasta historiografia sobre o tema. A exemplo, Jackson Ferreira desenvolveu na Bahia a sua dissertação de mestrado "Loucos e pecadores: suicídio na Bahia no século XIX" (2004), no Pernambuco Ezequiel Canário também em sua dissertação de mestrado "É mais uma cena da escravidão": Suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888 (2011), analisou as representações das mortes voluntárias dos escravizados nas diversas documentações e inclusive na literatura.

Ademais o eixo Rio de Janeiro e São Paulo com a Mary Karasch em "A vida de escravos no Rio de Janeiro" (2000) e "O suicídio de Escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão" desenvolvido por Saulo Oliveira e Ana Maria Oda, estes dois últimos partem da perspectiva da história das ciências médicas. Pesquisas que são fundamentais para compreensão das práticas suicidas e que servem de modelo para análise dos escravizados no Maranhão.

Sobre esta historiografia, Fábio Lopes afirma em um levantamento realizado em meados da década de 90, que as pesquisas eram desenvolvidas principalmente no campo das saúdes mentais, e no campo da História ainda não tinham desenvolvidos pesquisas sobre. Porém, 15 anos após esse primeiro levantamento, destaca o crescimento de estudos em grande parte dos estados brasileiros com diversas perspectivas de análise, a exemplo: o suicídio como fato histórico; as representações da morte voluntária; os sentidos de morrer; experiências e discursos. Sendo tema de pesquisa dos diversos níveis acadêmicos e campos científicos (LOPES, 2014, p. 33).

Acreditamos que o motivo da pesquisa tardia acerca dos suicídios dos escravizados está por se tratar de um ato de resistência individual e por incidir um impacto de menor proporção para a modificação do sistema escravista, geralmente foi analisado em pequenas brechas na história sendo apenas citado de forma simples, em geral atrelado aos atos de resistências e estratégias maiores como quilombos e insurreições, inclusive na historiografia maranhense.

Entretanto, acenamos para a necessidade da inclusão deste tipo de discussão e de vivência escrava na comunidade acadêmica maranhense. É preciso historicizar a prática suicida, observando suas implicações no meio social e notabilizar sobre as condições de vida a que muitos negros escravizados foram submetidos.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

"Procurão com a morte pôr termo aos seus sofrimentos"[5]: os documentos e os casos dos escravizados suicidas no Maranhão.

Em 13 de Abril de 1847 o presidente da província do Maranhão Francisco Xavier Paes Barreto pontuou em seu relatório as possíveis causas que levaram os escravos a optarem ao suicídio: "... a respeito dos suicídios não será difícil explicar [...] esses infelizes sujeitos à duros e constantes trabalhos, e muitas vezes seviciados horrivelmente por senhores poucos humanos, [...] procurão com a morte pôr termo a seus sofrimentos."[6] O presidente da província notifica as condições e as vivências escravas, que para ele podem ter sido os principais fatores que levaram os escravos ao suicídio.

Embora uma fala oficial, de alguém ligado ao governo imperial, mas a sua atitude de compreender o se suicidar dos escravizados demonstra em alguns momentos houve a preocupação sobre as condições dos escravizados.

Assim como essa acima citada, documentação que embasa esta pesquisa advém de diversas estâncias dos arquivos maranhenses, abordamos e analisamos jornais da época (principalmente *O Publicador Maranhense*, *Diário do Maranhão* e *Pacotilha*, todos tinham notória circulação no estado do Maranhão) que noticiavam alguns casos ocorridos no Maranhão, seja na seção de polícia, que era a mais comum, ou na seção "Mortalidade" e "Estatística", desse modo os suicídios desses sujeitos ganhavam notório domínio público entre as classes leitoras do Maranhão. Alguns casos eram noticiados desta forma:

> **Estatística**
> Mandou-se proceder o corpo de delicto no cadáver do preto João, escravo de Licinio Jansen Muller, que foi encontrado enforcado em casa do seu senhor. (Publicador Maranhense – 04.09.1862)
>
> **Mortalidade**
> Pedro escravo do Dezembargador Tiburcio Valeriano da Silva Tavares – ignora-se a idade – África – enforcado. (Publicador Maranhense 0 10.12.1853)

Grande parte destes jornais podem ser acessados na Biblioteca Pública do Estado Benedito Leite ou serem consultados pela plataforma Hemeroteca. Apesar de poucos indícios e informações dos jornais sobre os casos, eles são utilizados no intercruzamento das fontes, onde se podem encontrar possíveis informações que outros documentos não abordam ou

[5] Tomamos emprestada a fala do presidente da Província do Maranhão Francisco Xavier Paes Barreto, por demonstrar, parcialmente, alguns posicionamentos acerca dos comportamentos suicidas dos escravizados no Maranhão. MARANHÃO, Relatório datado de 13 de abril de 1847. APEM/São Luís: MA apud PEREIRA, 2001, p. 99.
[6] MARANHÃO, Relatório datado de 13 de abril de 1847. APEM/São Luís: MA apud PEREIRA, 2001, p. 99.

ISSN: 2236-9228

trazem consigo.

Embora o suicídio não fosse considerado um crime pelas leis imperiais, como ocorreu em outras localidades do mundo (MINOIS, 1988), e como assevera Luciana Sousa o crime só era constado para quem auxiliasse ou ajudasse o pretensioso a cometer o ato (SOUSA, 2014, p. 35), entretanto, é nas páginas da polícia civil do Maranhão que se pode encontrar o maior número dos suicídios dos escravizados, sobretudo no Fundo de Policia Civil no setor de códices do Arquivo Público do Maranhão.

Nas correspondências policiais, entre chefes de polícia e presidente da província ou subdelegados, nelas são considerados os primeiros procedimentos, a motivação da morte, o método utilizado pelo escravizado, local, seu dono e dentre outras informações.

Até o presente momento foram catalogados 34 casos de suicídios de escravizados, através da documentação policial identificamos alguns quesitos relacionados à prática suicida. Como as motivações, 3 casos foram justificados pelas sevícias e castigos praticados pelos seus senhores, 2 eram relacionados com problemas com a justiça e alguns eram prisioneiros das cadeias públicas do Maranhão, 2 foram por problemas relacionados a saúde mental, nesse caso a alienação seria a principal causa e, 1 caso foi registrado como resistência a venda, do qual o escravizado não queria ser vendido e por isso tirou sua própria vida.

Além disso, é possível averiguar o método utilizado pelo escravizado, a forma como este conseguiu se matar. 16 casos foram por enforcamento, 6 por afogamento, 2 para cada: veneno e arma branca e 3 precipícios, alguns casos não trazem a forma como o escravizado se matou. Os 7 casos que não foram identificados o método, podem ter sido por diversas motivações, dependendo do tipo de documentação alguns eram apenas informativos, e só quando já havia completado o corpo de delito que se afirmava a causa do suicídio seguido de seu método.

Nossa documentação é dispersa, e pesquisando entre as décadas de 1840 a 1888 foi possível notar uma variação quanto ao tempo que ocorreram os casos, alguns foram distantes um do outro ou muito próximo em dias ou meses. Definimos pelas décadas acima citada desta forma: 1840 foram 12 casos ocorridos, em 1850 foram 10, 2 casos encontrados em 1860, a década de 1870 tiveram 5 casos e a última década da escravidão foram 8. Acreditamos que este número ainda é ínfimo, pelo fato da pesquisa ainda se encontrar em desenvolvimento, desse modo, provavelmente este número possa ser maior.

Os documentos policiais a qual estamos nos retratando acima tem sido a principal fonte para compreendermos o suicídio dos escravizados, neles ainda se compõem auto de

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

perguntas, corpo de delitos ou cartas trocadas pelas autoridades policiais, além do Livro de Crimes e Fatos Notáveis, onde mapeamos grande parte dos casos aqui demonstrados.

Por outro lado, o registro dos Livros de Óbitos das diversas freguesias do Maranhão tem contribuído para a compreensão do modo como alguns escravizados foram enterrados, mesmo após se suicidarem. É o caso do escravizado Narciso que deu cabo a própria vida, aos trinta anos de idade, no dia vinte e sete do mês de maio de mil oitocentos e sessenta e oito:

> [...] faleceu da vida presente, suicidado, com trinta anos de idade, Narciso, natural desta cidade, escravo de Moyses Benedicto, solteiro o qual envolto no habito de Nossa Senhora das Mercês, e foi encomendado e acompanhado por mim e capelães cantores da Catedral, ao cemitério da Santa Casa da Misericórdia para ser inhumado.[7]

Este escravizado apesar de ter se suicidado, quebrando a lógica da vida cristã, de que Deus era o único que poderia dá e tirar a vida, este foi envolto do habito de Nossa Senhora das Mercês, além de acompanhado pelos capelães cantores da Catedral até o cemitério. Percebemos que Narciso não era mais apenas um pecador, que lhe deveria negar o enterro em solo sagrado, como ocorreu até a primeira metade do século XIX[8].

Diante deste pequeno esboço de documentos concordamos com Kátia Mattoso, que afirma: "Inútil *a priori* um modelo único; convém estudar previamente as múltiplas formas da condição escrava no Brasil" (MATTOSO, 1988, p. 99). Os negros escravos brasileiros estiveram sob diversas condições: pacíficas, rebeldes, amorosas, agressivas e etc. Tentar compreender as motivações para o intento suicida pode nos trazer afirmações precipitadas se não tivermos cuidados com a documentação, uma vez que grande parte dos suicidas não deixaram cartas ou indícios de motivações para a prática, o que temos são os documentos abordando os casos. O que se pode encontrar são especulações, fala de vizinhos, auto de perguntas de testemunhas ou até do depoimento dos que tentaram o suicídio, porém não conseguiram.

Depreendemos algumas considerações sobre os casos através das entrelinhas das documentações, do não dito, e partindo do âmbito do provável, pois definir as vontades de sujeitos históricos pouco afeitos com a escrita ainda é estorvo para diversos historiadores. O que nos resta é o intercruzamento das fontes e documentos, que abordam os casos de

[7] MARANHÃO, Livro de Registro de Óbitos da Freguesia de N. S. da Vitória da Igreja Catedral da Sé. Livro nº 13 (1868/1886), p. 8 – APEMA.
[8] Ver: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro Vide: Senado Federal, Conselho Editorial, p. 299-301. Dentro das *Constituições Primeiras,* em seu título LVII, havia um quesito aconselhando "*Das pessoas que se deve negar a sepultura eclesiástica"* e dentre estas se encontrava os suicidas.

ISSN: 2236-9228

diversificadas formas, ademais a interdisciplinaridade fazendo uso de ciências como a Sociologia, Antropologia, Psicologia e a Psiquiatria podem dá chaves analíticas para compreensão e problematização destes sujeitos silenciados por sua vontade de não viver mais.

Considerações Finais

A pesquisa acerca dos suicídios dos escravizados no Maranhão ainda é campo a serem desbravados e aprofundados por historiadores e demais pesquisadores. Estes casos carecem de atenção para observamos um tipo de comportamento dos escravos que eram seguidos de diversas consequências para a sociedade e seus proprietários.

A documentação apesar de vasta, porém dispersa, necessita de novos olhares e reconstrução das histórias desses sujeitos que optaram pela morte voluntária. Embora envolta de estorvo e incerteza, por não termos falas concretas dos escravizados, entretanto, suas nuances e não dizeres chegaram até nós. Pois era preferível morrer, a que viver sobre o arbítrio de seus senhores.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (org.). **O Maranhão e a Escravidão Moderna –** São Luís: EDUEMA, 2016.

AMOGLIA, Ana Maria Faria. **Um suspiro de Liberdade:** suicídio de escravos no município de Juiz de Fora (1830-1888). Disponível em: historia_demografica.tripod.com Acesso em: 28/11/17.

BASTIDE, Roger. **Os suicídios em São Paulo**, segundo a cor. Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, USP, n. 71.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. "**É mais uma cena da escravidão**": Suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888/ Ezequiel David do Amaral Canário - Recife: o autor, 2011.

CHALOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**. Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Esmênia Miranda**. Os escravos e o imaginário social**: as imagens da escravidão negra nos jornais de São Luís (1830-1850). Monografia (Graduação em História-UEMA), São Luís, 2007.

FERREIRA, Jackson. **Por hoje se acaba a lida:** suicídio escravo na Bahia (1850-1888). Afro-Ásia, núm. 31, 2004, pp. 197-234; Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.

GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (org.). **O Maranhão Oitocentista** – 2ª ed. Revista e ampliada. São Luís: Café e Lápis; Editora UEMA, 2015.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao Suicídio:** Aspectos da Rebeldia dos Escravos no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

GUARESCHI, P. **O que é mesmo psicologia social?** Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In: Jacó- Vilela., SATO, L., (orgs.). Diálogos em psicologia social. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, p. 41.

KARASCH, Mary C. **A vida de escravos no Rio de Janeiro:** 1808-1850. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOPES, Daylana Cristina da Silva. Vivências Escrava na cidade**:** a luta pela liberdade em São Luís (1870 – 1888). In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (org.). **O Maranhão e a Escravidão Moderna –** São Luís: EDUEMA, 2016.

_____. **Vivências escrava na cidade:** experiências de liberdade em São Luís (1870-1888) (Monografia) – UEMA, 2010.

LOPES, Fábio Henrique Lopes. **A experiência do suicídio**: discursos médicos no Brasil, 1830-1900. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.

_____. **Sentidos da morte e do morrer na Ibero – América.** Eduerj, Rio de Janeiro, UERJ, 2014.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINOIS, Georges. **História do Suicídio**. A sociedade ocidental perante a morte voluntária. Tradutor Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1998.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp. 2004.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. **O suicídio de Escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso:** um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista – Pós-Graduação em História, PUC/SP, São Paulo, 2001 - Dissertação (Mestrado).

_____. **A vida de escravos**: Trabalho cotidiano no Maranhão do século XIX. In: ABRANTES, Elisabeth; BARROSO, Reinaldo (org.). O Maranhão e a Escravidão Moderna – São Luís: Eduema, 2016.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito:** A resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo. Cia. Das Letras, 1989.

RODRIGUÊS, Bruno Pinheiro. **O suicídio de escravos em Cuiabá na segunda metade do século XIX**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1279.pdf Acesso em: 30/11/17.

SOUSA, Luciana Costa da Silva. **ENTRE DRAMAS E HUMOR:** representações do suicídio nos jornais Diário do Maranhão e Pacotilha (1880 – 1900). (Monografia) – UFMA, 2014.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. História brasileira 8. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **A última fuga**: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888). *LPH – Revista de História*, Mariana, v.1, n.1, p.80-89. 1990.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

OS COLÉGIOS NO ALMANAK OITOCENTISTA – UM OLHAR SOBRE O ESTATUTO DO COLLEGIO DE N. S. DA SOLEDADE

Amanda Marinho Bogéa
Pedro Gabriel Gonçalves

O *Almanak* como fonte para história da educação maranhense

Na província do Maranhão o surgimento e propagação dos impressos representam um fator decisivo para consolidar a *prática letrada* na província, decorrente da intensa atividade tipográfica que se instalou, em São Luís, desde o começo do século XIX, em 1821, ainda no período do Brasil colônia, estando a frente do governo da capitania o governador Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Com a fundação do primeiro jornal do Maranhão, o *Conciliador* que chegou às ruas em 15 de abril de 1821, a cidade de São Luís transformou-se na quarta capital do país a ter imprensa. A criação desse impresso deu-se em meio à luta entre brasileiros e portugueses, na capitania do Maranhão, divididos quanto à Independência do Brasil. Trata-se do primeiro número impresso, pois as edições anteriormente foram feitas a bico de pena (JORGE, 2000, p. 17).

O nascimento desse jornal pioneiro o *Conciliador*, propagador do discurso oficial, é marco da chegada da primeira tipografia, como nos conta Frias (2001, p. 16): "...E essa improvisada tipocaligrafia durou até 31 de outubro de 1821, em que chegou da Europa e, por conta da Fazenda Nacional, a primeira tipografia que possuiu o Maranhão, a qual continuou a publicação daquele jornal". Devido à presença dessas tipografias possibilitou ao Maranhão uma riqueza e diversificação de impressos na província.

O que observamos, nos estudos sobre a *cultura impressa*, que a partir de 1821 inicia-se a proliferação de órgãos da imprensa em paralelo com o aumento das tipografias, tanto na corte Rio de Janeiro como no Maranhão oitocentista. Esses periódicos maranhenses, vão desempenhar um papel importante no desenvolvimento político e cultural da província, na medida em que esses impressos em formato de jornais e revistas propagarão conteúdo partidário ou literário.

O Maranhão oitocentista conhecerá então uma fase agitada e diversificada da *cultura impressa*, pois serão muitos os periódicos postos em circulação. Entre todas estas publicações, apresentamos alguns tais como: *Argos da Lei*, de Odorico Mendes, em março de 1825, que também esteve à frente do impresso semanal *O Maranhense*, que foi posteriormente, em

1831, foi substituído pelo *O Constitucional* e do *O Investigador Maranhense* que passa redigir a partir de 1836; o periódico *A Revista* em 1840 e o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845) cujo editor era Sotero dos Reis; o *Correio dos Anúncios*, no qual o nome foi substituído em 1862 por *O Constitucional* (Estes periódicos foram impressos e patrocinados pela tipografia da Temperança, de Manuel Pereira Ramos, em São Luís); *O Observador*, fundado em 1847 por Cândido Mendes de Almeida, que mantinha a sua própria tipografia em São Luís; o *Jornal de Timon* (1852 e 1855), de João Francisco Lisboa; o jornal oficial da província, o *Publicador Maranhense (1842)*, de Inácio José Ferreira, proprietário da tipografia onde era impresso; *Jornal da Sociedade Filomática Maranhense* (1846); a *Revista Universal Maranhense* (1849-1850), jornal literário, interessado na tradução inacabada de *Os Lusíadas* em alexandrinos franceses, realizada por José Ricardo Jaufrett; periódico literário *Eco da Juventude* (1864-1865), "publicação dedicada à litteratura", importante para a consolidação do mundo literário no Maranhão oitocentista; *A Marmota Maranhese* de 1851, (periódico recreativo e literário mantido inicialmente por Inácio José Ferreira, da Tipografia Constitucional, depois publicado por Manuel Pereira Ramos, da Tipografia da Temperança, ambas de São Luís); o semanário *A Marmotinha* de 1860 e o *Semanário Maranhense* (1867-1868), importante periódico literário da segunda metade do século XIX.

A *cultura impressa* maranhense no decorrer do oitocentos, consolidou-se e era expressado por um quantitativo significativo de formato de impresso e se instalou-se definitivamente como instituição na sociedade local, contando com um público cativo, um parque tipográfico, com frequência uma tipografia própria dos editores, que permitia a sua edição constante, além de um grupo expressivo de *homens de letras* que abasteciam os periódicos de textos e matérias sobre os mais diversos assuntos, sobretudo os de caráter político-partidário.

Ao lado de muitos periódicos de cunho partidário, circulavam também um número razoável de revistas literárias, e os *Almanaks*, nas quais se realizava a difusão de conhecimentos úteis sobre lavoura, saúde, costumes, ciências, filosofia, religião, indústria, comércio, geografia, literatura e, sobretudo, instrução pública e particular.

Nos estudos locais sobre a *cultura impressa* no Maranhão oitocentista apresenta-se lacunas quanto ao lugar e papel dos Almanak nesse universo, pois há uma omissão quanto a importância, criação e circularidade dos *Almanak*, uma vez que nos mapeamentos feitos sobre tudo que circulou de impresso, esse tipo não aparece como um gênero que teve uma presença e importância como transmissores de opiniões e informações sobre diversos assuntos

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

referentes a província, como bem podemos apreender no *Prologo* do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1858, organizado por Belarmino de Matos:

> Cheios d'esperança vamos de novo tentar um gênero de publicação, que ha dez annos foi introdusido entre nós por hum laborioso e emprehendedor comprovinciano, a quem nào sobra vontade e amor por esta terra; mas que a seu pesar teve de recuar ante as enormes despezas e indifferentismo com que foi recebido no 2º anno o seu Almanak apesar de se ter tornado uma **obra de statistica curiosa e muito interessante**.
> Hoje que há mais gosto por obras dêste gênero, que se reconhece mesmo a sua necessidade, vamos renovar tam útil, quam necessária publicação; mas como ensaio, constando de 152 páginas, e por módico preço, e aos poucos hilo-hemos ampliando cada vez mais até chegar ao ponto de conter em si uma statistica geral da província.
> Para levar ao cabo a nossa empresa luctâmos com mil difficuldades: a brevidade do tempo, pois confessamos ter principiado mui tarde o nosso trabalho; a pouca vontade de alguns dos que nos tinham de fornecer os dados para o nosso Almanak; a falta de numeração nas casas, sào partes para que sahia esto ensaio manco em muitos pontos (ALMANAK, 1858).

Devido à importância dos impressos no século XIX, tem-se multiplicados trabalhos e olhares sobre as mais variadas tipologias de impressos como fonte e objeto de análise, considerando a fertilidade de temáticas que abordam e o potencial de construção de novas interpretações sobre a *cultura letrada* no Brasil e, consequentemente no Maranhão.

Este trabalho volta-se para o impresso *Almanak*, como fonte para uma escrita histórica sobre instituições de instrução particular feminino, os colégios e escolas particular, estabelecido na capital da província do Maranhão no período de 1858 a 1864, e anunciada por esse impresso, que está sendo apreendida como fonte principal, para essa historicização dos estabelecimentos e Estatutos propagado pelo *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* da Província do Maranhão, publicado nos anos de 1858, 1859, 1860, 1862 e 1864, que têm-se apresentado, como um tipo muito fértil de informações sobre os modos civilizacionais e educativos da sociedade oitocentistas, uma vez que traz propagandas sobre os modos de instruções, variedades de anúncios em ordem alfabética sobre produtos e serviços (agricultura, indústria e comércio), e com destaque para as referentes a Instrução Públicas, *Lyceo*, Gabinetes de Leitura, Escola Particular e "Colégios de Meninos e de Meninas".

Sobre os colégios e escolas particulares, por exemplo, através dos *Almanak* esses anúncios informavam as famílias a respeito dos colégios-internatos, tais como o endereço, as condições de instalação e do local, o espaço físico, os serviços ofertados, o ensino e os professores. Informavam também sobre as condições para o ingresso no internato, como o enxoval, idade dos meninos e meninas, grau de instrução, valores e condições de pagamento da pensão e de outros serviços oferecidos pelo estabelecimento.

ISSN: 2236-9228

Partindo do interesse pelos colégios e escolas particular feminino propagados pelo impresso *Almanak*, a reflexão sobre este tipo de estabelecimento, perpassa pelo alargamento, também, da compreensão dos impressos como fonte e objeto da história, nesse sentido, atentamos para as mudanças significativas ocorridas no *campo de pesquisas da história da* imprensa apresentado por Martins e De Lucas (2006) quanto a forma de compreender este objeto, mormente a partir da leitura de estudos mais recentes que vem investindo em uma compreensão histórica mais crítica, no qual *"*a imprensa tem deixado de ser encarada como receptáculo de informações e de textos para tornar-se, ela própria, um objeto de investigação" (LUCA, 2006, p. 317).

Na apreensão dessa fonte, no contexto dessa nova orientação, há que se observa a destinação dos produtos ao público específicos, em relação à forma das publicações, a distribuição das matérias, os múltiplos usos dos recursos da imagem, as inovações técnicas, a luz de uma história cultural da sociedade, seus produtos e ideias, quanto a análise dos objetos em sua materialidade bem como as práticas nas suas diferenças e *dispositivos* em suas variações, como bem alerta Michel Foucault (1989) no que se refere a esse *dispositivo* como:

> (...) discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (...) entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posições, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes (...) o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas, que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1989, p. 244-6).

Diante desse pressuposto, procuramos apreender historicamente esses materiais impressos e suas publicações sobre instruções e educação como fonte, sem perder de vista o entendimento de que essas referidas fontes estão articuladas a uma conjuntura específica que a sociedade maranhense da segunda metade do Oitocentos. Ao tratar a especificidade do processo de desenvolvimento da cultura impressa na capital da província do Maranhão, desde suas primeiras manifestações, observamos o quanto esse movimento estava vinculado às transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de reorganização de sociabilidade de cultura política e letrada na província. A singularidade desses impressos nos oitocentos era o seu *caráter pedagógico* uma vez que estiveram correlacionadas às manifestações culturais, sociais e políticas vivenciadas por aquela sociedade.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> Alguns jornais eram publicados com objetivos específicos, quase sempre político, e que, uma vez alcançados eliminava a razão de ser do órgão. Este passava a constituir, então, uma espécie de registro ou memória do acontecido. Os periódicos, em suma, pela sua intenção formativa para além da mera informação, eram para ser lidos, discutidos, mostrados a outras pessoas e principalmente guardados, de modo que o exemplar do dia anterior não servia meramente de papel de embrulho (KLAFKE, 2011, p. 34).

Assim, os impressos desse período passam a centralizar ações individuais que ofereciam a população oportunidade de compartilhar uma mesma experiência de uma nascente cultura política, de uma esfera pública que estava sendo gestada a partir do advento dessa nova forma de sociabilidade desenvolvida e propagada pela imprensa, no que tange a expansão da cultura letrada, da leitura e ampliação do público, principalmente, em familiarizá-lo com um repertorio discursivo. Com isso no século XIX, no Brasil e em suas províncias, configura como um período em que se consolida um ambiente de intensa circulação de ideias e de surgimento de diversas publicações com panfletos, periódicos especializados, jornais diários, compêndios, livros e dentre outros os *Almanak* que, com o fim da censura advindo com o decreto real em 1821, criou-se no Brasil a condições para surgimento das tipografias impulsionando a circulação dos impressos, consolidando uma *cultura escrita* que teriam nos impressos meio primordial de legitimação de ideias e formação de opinião pública.

Ciente dessa presença marcante que o *Almanak t*eve nesse período, na província do Maranhão, uma vez que foi suporte para apropriação e divulgação de conhecimentos sobre a província, "*uma* ***obra de statistica curiosa e muito interessante",*** por meio deste colocou em circulação praticas culturais da e na província, é que voltamos para ele com objetivo de apreender, nesse impresso, os dados sobre os colégios e escolas particulares para as meninas bem como os Estatutos desses estabelecimentos.

Segundo o historiador Jacques Le Goff (1996), os primeiros impressos *Almanak* apareceram na Europa por volta do ano de 1455. Logo após, em 1464, surgiram os *Almanaque da Corporação dos Barbeiros* e o *Almanaque Anual (*1471). No tocante a França, o almanaque apareceu ligado à leitura de *colportage*, sendo o *Le Grand Calendrier Compost dês Bergers,* de 1471, o mais importante e popular almanaque francês. Nos séculos XVI e XVII, os *Almanak*s passaram a circular amplamente na Europa, tendo o seu conteúdo definido pelo calendário, pela astrologia, utilidades e entretenimento. No Brasil, os primeiros

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

impressos nesse formato que se tem referência o *Almanach Histórico do Rio de Janeiro*, de Duarte Neves editado no século XVIII.

Quanto ao sentido etimológico da palavra *Almanak* ela pode aparecer com várias origens, do árabe, por exemplo, pode ser a junção do *al* e *manach* – computar contar. Segundo Bollèmé (1965), a versão que conhecemos, aproxima do sentido etimológico da junção do árabe *al* e do grego *men* = mês ou ainda *menas* (grego) = lua, latim *meusis* e do antigo indiano, mas, medir. Assim, para a autora, o almanaque pode ser definido como um:

> [...], ilustrado com signos, figuras, imagens, o Almanaque dirige-se aos analfabetos e a quem lê pouco. Reúne e oferece um saber para todos os astronômicos, como os eclipses e a fase da lua; religioso e social, com as festas e especialmente as festas dos santos que dão lugar aos aniversários no seio das famílias; científico e técnico, com conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene; histórico com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literários, com anedotas, fábulas, contos; e finalmente astrológicos. Na sua forma popular interessa sobretudo ao pastor e ao camponês.

A função dos *Almanak*, nas cidades em que circularam, serviram para diversas utilidades, os viajantes do século XIX, por exemplo, usavam como guia quando a aqui aportavam e necessitavam de informações para se localizar na cidade. Os habitantes locais usufruíam desses impressos como instrumento de localização de produtos e serviços.

Tomá-los como fontes, nos propicia a reconstruir o passado por meio de imagens presentes em muitos deles. Algumas dessas imagens são praticamente pouco conhecidas, na representação atual de determinados local, sobretudo, no que tange aos aspectos sociais, culturais e educacionais. Das imagens, passam-se a descrição de forma indireta e direta de hábitos e costumes de uma sociedade, seja ela urbana ou rural. Dessas imagens focaremos nos colégios e escola particular destinadas para as meninas, apresentando neste trabalho um mapeamento desses estabelecimentos, priorizando o Colégio Nossa Senhora da Soledade e o seu Estatuto publicado nos *Almanaks*, (1858 a 1864) dentro dos preceitos empregados no seu estatuto.

Collegio de Meninas e Estatuto – o caso do Collegio N.S. da Soledade

Tratar-se da educação feminina do decorrer do século XIX, há que considerar historicamente como foram definidos as representações os papeis sociais de homens e mulheres ao longo da história no qual caracterizou as mulheres de estereótipos decorrido ao seu sexo, considerado do tipo “sexo frágil”, passivas, emocionais, sensíveis e totalmente

ISSN: 2236-9228

condicionadas aos "sentimentos do coração", são algumas características atribuídas ao *ser mulher* na sociedade, certamente isso implicou em constituição de espaço diferenciado de sua instrução, escolarização, como bem alerta Tatiana Sales (2010) em sua reflexão sobre a educação da mulher no século XIX.

> Mulheres e homens, historicamente, possuíram oportunidades, contextos e processos formativos diferenciados no seio social. Contextualizar historicamente as relações de força e de dominação masculina proporciona o entendimento das relações de gênero entre os papéis do homem e da mulher (SALES, 2010, p. 276).

A constituição desses espaços diferenciados de homens e mulheres, perpassam pelas formais culturais e societárias de como se operar nas relações sociais de poder no âmbito de uma construção cultural, e não nas diferenças naturais do ser masculino e feminino, pois que ressaltar que as hierarquias de gênero em diversos contextos favorecem o masculino. A disseminação e incorporação de valores e imagens sobre o ser feminino ocorre por meio dessa herança cultural que é transmitida pela instrução escolar (ABRANTES, 2014, p. 22), que no século XIX tinha como responsável a família, a escola ou qualquer outra pessoa que desejasse fundar uma escolar em sua residência ou equivalente, sem esquecer das igrejas, que tinham o papel de educar nos valores morais e religiosos.

O modelo de educação feminina presente em São Luís na segunda metade do século XIX era um modelo fundamentado em preceitos morais e religiosos, onde as meninas iam para escola para serem instruídas e aprenderem ofícios domésticos, tendo em vista que a perspectiva de futuro que a mulher tinha era exatamente o cuidado do lar e da família. É dessa maneira que as instituições responsáveis por esse ensino e instrução do público feminino foram surgindo, pois até então só os homens poderiam tinha a primazia de frequentar o espaço escolar.

Com o passar dos anos foram surgindo mais instituições direcionadas a educação desses jovens e crianças, instituições particulares em forma de colégios e escolas particular destinada ao público feminino e masculino mais abastado, e as famílias com menos aportes financeiros poderiam enviar para as escolas particulares de porte menor que os colégios no que tange as condições financeiras para manter suas filhas nesses estabelecimentos.

Segundo o relatório do presidente de província para o ano de 1874, as instituições destinadas ao público feminino cresceram bastante em comparação a anos anteriores:

> Um número maior de matriculas neste ano para o sexo feminino. Vejamos: dos 11 colégios secundários particulares de São Luís, 06 eram para meninos e foram frequentados por 400 alunos; 05 para meninas, sendo frequentadas por 478 alunas (ABRANTES, 2014, p. 84).

De acordo com Abrantes (2013), a expansão desses colégios particulares para educação feminina em São Luís, no decorrer da segunda metade do século XIX, significou uma maior suscetibilidade da sociedade maranhense no tocante ao ensino formal das mulheres e a incorporação do ideário da época, influenciadas pelas mudanças na sociedade burguesa, de educar a mulher para o melhor exercício de seu papel de mãe. Essa mudança se insere num contexto em que a sociedade passava por um processo de incremento da vida urbana, com novas alternativas de convivência social, e onde especialmente para as mulheres das camadas sociais elevadas, houve uma ampliação do seu papel e função, pois conforme Abrantes:

> Nos novos espaços públicos de convivência social das elites, as jovens deviam apresentar novas "prendas" relacionadas às etiquetas sociais, com maneiras recatadas e elegantes de se apresentar em público, exibindo conhecimentos das artes, falando uma língua estrangeira, de preferência o francês. Esses conhecimentos seriam obtidos nos colégios femininos, que procuravam adequar seus programas para atender esse tipo de "educação de salão" (ABRANTES, 2013, p. 2,3).

Com a mulher educada nesses princípios da moral religiosa e dos afazeres domésticos, agregando mais instrução da *cultura letrada* acrescentaria mais prestígios tornando essas moças mais privilegiadas na busca de companheiro mais afortunado. Por outro lado, com o acesso a instrução escolar, a educação feminina, objetivava preparar a mulher para o casamento, com uma instrução capaz de torná-la a mãe educadora segundo as novas exigências da sociedade que se modernizava, mas, como bem alerta Abrantes (2013), essa instrução não significaria e propiciaria uma possível emancipação feminina, pois na prática, os homens preferiam as belas e superficialmente instruídas, com a chamada *educação de salão*, não deixando os homens, assim, continuarem sentindo superiores.

Encontramos os *collégios* voltados para o ensino de primeiras letras, no qual as meninas recebiam uma instrução marcada pelos ensinamentos morais e religiosos, prendas domésticas e os conhecimentos básicos da leitura, da escrita e das quatro operações.

Esses collégios de primeiras letras para meninas eram dirigidas por mulheres, escolhidas entre aquelas que tinham conduta exemplar na sociedade. Cabiam as mulheres desses estabelecimentos os ensinamentos das prendas domésticas, e as de primeiras letras, as demais matérias, como *gramatica portugueza, geographia e francez* eram assumidas pelos mestres homens. No ensino secundário para as mulheres, os objetivos educacionais não eram

diferentes daqueles traçados para a instrução elementar, embora fossem acrescentadas outras matérias. A opinião do presidente Cruz Machado (1855- 1857) sobre a educação feminina resume bem o sentimento da época sobre essa questão:

> [...], embora muito convenha que as filhas de famílias melhor colocadas na sociedade recebam nos colégios conhecimentos das línguas, da geografia e história, do desenho e da música, cumpre sempre não perder de vista que sua educação e instrução devem estar em harmonia com o lugar que, como esposas, mães de família ou donas de casa, lhes está reservado na vida doméstica [...] (PRIMITIVO, 1939, p. 187).

Nos *Almanaks*, os collégios particulares aparecem como destaques na oferta do ensino de primeiras letras e secundário para as meninas, mas de forma diferente daquele que era dirigido aos homens. Enquanto o ensino secundário masculino se caracterizava como preparatório para o ensino superior, a exemplo do que acontecia no Liceu Maranhense e nos collégios de meninos desse nível em São Luís, a educação feminina pautada no ideal de preparar a mulher para o casamento e a maternidade, imprimia à educação secundária feminina uma característica, também, muito doméstica. De destaque nas ofertas desses collégios de meninas são os estudos das línguas estrangeiras, que na segunda metade do século XIX, vamos encontrar como mais uma oportunidade de sociabilidade feminina quanto ao aprendizado de falar uma outra língua, especialmente o francês, considerado o mais elegante.

No período aqui retratado, mais precisamente na segunda metade do século XIX, levantamos nos *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* da Província do Maranhão, de 1858 a 1864, os seguintes collégios e escolas particulares de meninas:

COLLEGIOS/ENDEREÇOS	ANO	DIRETORAS
COLLEGIO DE N. S. DA GLORIA (r. Grande, 24)	1858 1859	**Directora**s —. Amancia Leonor de Castro Abranches e suas irmans (D. Martinha Maria da Gloria Abranches e D. Raymunda Emelia Abranches Moura)
COLLEGIO DE SANTA FILOMENA (*para meninas*). (Caxias)	1859	**Diretora** —. Gertrudes Magna Guimarães e suas filhas. O ensino consiste em ler, escrever, grammatica portuguesa, contar, doutrina, coser, e marcar de differentes formas, labyrinto, bordar de branco, filó e matiz &. &

COLLEGIO DE SANCTÀ FILOMEMÀ (Travessa do Norte)	1859 1860	**Diretora** —. Gertrudes Magna Guimarães (collegio de porte pequeno com 11 discípulas e sua "digna Diretora");
ESCOLAS PARTICULARES (Largo dos Três Corações)	1860	D. Clarinda Mendes Bittencourt (com 10 discípulas livres, e 10 escravas).
ESCOLAS PARTICULARES (r. das Flores)	1860	Guilhermina Bitta Campos (com 6 ditas, sendo 4 livres, e 2 escravas). O ensino consiste em lêr, escrever, contar, doutrina christan, costuras, rendas, bordar, e pontos de qualquer marca.
COLLEGIO DE SANCT' ANNA PARA EDUCAÇÃO DE MENINAS (Rua Formosa, 1.)	1864	**Dirigid**o por D. Maria de Sant' Iago Franco de Sá, e suas sobrinhas D. Antonia Virgínia Franco de Sá, D. Maria da Conceição Franco de Sá, D. Anna de Sanct' Iago F. de Sá e D. Francisca Maria Franco de Sá.
COLLEGIO DE N. S. DA CONCEIÇÃO (Rua da Estrella, 28)	1864	**Directora** – D. Domingas Paula da Silva

Soma a esses Collégios de meninas, o de *Nossa Senhora da Soledade*, que esses *Almanaks* trazem as seguintes informações sobre este estabelecimento:

COLLEGIO/ENDEREÇO	**ANO**	**DIRETORA/PROFESSORES**
COLLEGIO DE N. S. SOLEDADE (r. da Palma,2)	1858	**Directora -** Dona Maria Emilia Carmini - no collegio. Auxiliada por - Dona Guilhermina Carmini; Dona Maria Jose Gomes; Dona Felicidade Perpetua Marques (todas no Collegios). **Professores** ***Francez e Inglez*** - Henrique Eduardo Costa, r. da Estrela. ***Musica e Piano*** - João Fasciolo, r. de S. Anna, 40. ***Dança*** - .....
COLLEGIO DE N. S. SOLEDADE (r. da Palma,4)	1859	**Directora -** Dona Maria Emilia Carmini - no collegio. Auxiliada por - Dona Guilhermina Carmini; Dona Maria Jose Gomes; Dona Felicidade Perpetua Marques (todas no Collegios) Leccionão 1ª lettras, caligraphia, costura e bordados de toda qualidade. **Professores**

		Francez e Inglez - Henrique Eduardo Costa, r. Formosa, 38. ***Musica e Piano*** - João Fasciolo, r. do Ribeirão, 49. ***Dança*** - .....
COLLEGIO DE N. S. SOLEDADE (r. da Palma,4)	1860	**Directora -** Dona Maria Emilia Carmini - no collegio. Auxiliada por - Dona Guilhermina Carmini; Dona Maria Jose Gomes; Dona Felicidade Perpetua Marques (todas no Collegios) Leccionão 1ª lettras, caligraphia, costura e bordados de toda qualidade. **Professores** ***Francez e Inglez*** - Henrique Eduardo Costa, r. Formosa, 38. ***Musica e Piano*** - João Fasciolo, r. do Ribeirão, 49. ***Desenho*** - João Venere, r. da Paz, 4. ***Dança*** - .....
COLLEGIO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE. PARA EDUCAÇÃO E INSTRUCÇÃO DAS MENINAS (Rua Formosa, 10)	1862	**Directora -** Dona Maria Emilia Carmini - no collegio Alem da instruccão litteraria e de prendas proprias; a uma senhora, pela escolha dos melhores professores, garante mais a Directora deste estabelecimento aos paes de família, que se dignarem de lhe confiar as suas filhas, o maior esmero, não só no ensino de maneiras e costumes convenientes as pessoas de boa sociedade, e ao respeito a parte moral e religiosa, se não no que é á educação physica, empregando para isso alimentação suficiente e salubre e a morada em um edifício por ventura o melhor da cidade, e que reúne as condições hygienicas necessárias para conservação de boa saúde. **Estatuto porque se rege o collegio** CAPITULO I – *Denominação, fim, administração e pessoal, do collegio;* CAPITULO II – *Do ensino.* CAPITULO III – *Do regimen.* CAPITULO IV – *Condições de admissão.* CAPITULO V – *Desposições geraes*
COLLEGIO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE. PARA EDUCAÇÃO E INSTRUCÇÃO	1864	**Directora -** Dona Maria Emilia Carmini - no collegio Alem da instruccão litteraria e de prendas próprias; a uma senhora, pela escolha dos melhores professores, garante mais a Directora deste estabelecimento aos paes

DAS MENINAS (Rua Estrella, 4)		de família, que se dignarem de lhe confiar as suas filhas, o maior esmero, não só no ensino de maneiras e costumes convenientes as pessoas de boa sociedade, e ao respeito a parte moral e religiosa, se não no que é á educação physica, empregando para isso alimentação suficiente e salubre e a morada em um edifício por ventura o melhor da cidade, e que reúne as condições hygienicas necessárias para conservação de boa saúde. **Estatuto porque se rege o collegio** CAPITULO I – *Denominação, fim, administração e pessoal, do collegio;* CAPITULO II – *Do ensino.* CAPITULO III – *Do regimen.* CAPITULO IV – *Condições de admissão.* CAPITULO V – *Desposições geraes*

Por essas informações observamos que do ano de 1858 a 1860 o estabelecimento funciona no mesmo endereço, na Rua da Palma, variando apena o número, havendo também mudança de endereços dos professores e a partir de 1860 já aparece o professor de Desenho, continuando sem professor a de Dança. Nos *Almanaks*, de 1862 e 1864, aparece publicado anuncio sobre o Collegio, onde propaga a qualidades dos professores, da educação do Collegio e suas condições física e de funcionamento e o seu Estatuto contendo cinco capítulos.

O Estatuto configura-se como um regulamento ou código com significado de valor de lei ou norma, geralmente representa uma forma de direito privado. Assim um estatuto escolar pode referir-se a um conjunto de regras que serão aplicadas, utilizadas e observadas pelo grupo escolar. O *Estatuto porque se rege o "collégio Nossa Senhora da Soledade*" era um importante aparato legal que nos permite vislumbrar a organização do colégio seus deveres diários a sua intenção formativa.

No Estatuto do *collégio Nossa Senhora da Soledade*" no que tange aos fins da instrução e educação, o artigo 2° prescreve que "*Tem por fim a cultura e o desenvolvimento das faculdades morais e intelectuais das meninas por meio do ensino dos preceitos morais e religiosos, das letras e das boas-artes*" (ALMANAK, 1862, p. 97 e 98). Cabendo a diretora, D. Maria Emilia Carmini a responsabilidade pela fiscalização, administração e inspeção do cumprimento das obrigações dos "*professores incumbidos do ensino das meninas*" no

ISSN: 2236-9228

collegio. A composição do colégio contava-se com a diretora, professores, alunas (dividida em três classes), *porcionistas, meio porcionistas e externas e mulheres livres e escravas* que realizavam serviços de manutenção do estabelecimento.

Com relação ao *ensino das matérias* eram ofertadas as de: 1- Leitura, caligrafia e noções gerais de aritmética, 2 - Gramática portuguesa com aplicações práticas na leitura e escrita ditada, 3 - Noções principais de história e geografia, com especialidade do Brasil, 4 - Conhecimento e exercícios dos preceitos da moral e doutrina evangélica; 5 - O estudo das línguas francesa e inglesa; 6 - Coser, marcar, e bordar de todas as quantidades; 7 - Desenho, música e dança. Observa-se que o quarto ponto se refere ao ensino moral e religioso com presença importante nos estabelecimentos de educação e instrução de meninas. Os dois últimos pontos referem-se a habilidades domésticas que uma boa esposa deveria ter, como o cuidado com a casa e talento para música e dança.

O dever com a religião era algo muito pregado no *collégio Nossa Senhora da Soledade,* como observamos neste trecho do Almanak de 1862:

> Art. 6º As alunas pensionistas despertarão todos os dias ás 6 horas da manhã, e depois de se lavarem, pentearem e vestirem, dirigir-se-ão á capela do colégio, e ali, guiada por uma das professoras, dão o devido culto a Deus e invocarão a Virgem Santíssima para que as tenha sob sua proteção. Em seguida irá cada estudar as lições que tem de dar conta aos seus professores.

Dessa maneira era realizado uma educação com base em preceitos religiosos e que obrigava as alunas internas ou externas a obedecerem às normas previstas no Estatuto como não se comunicarem com pessoas de fora do estabelecimento – salvo parentes e familiares -, proibida a comunicação com pessoas que prestam serviços no colégio quando a diretora não estiver presente, não podem conversar com outras meninas durante a lição, caso seja feito o contrário essas estarão sob pena de punições:

> As penas das faltas, que possam as alunas cometer, serão com a maior prudência e justiça aplicadas e do modo seguinte graduadas: 1.º admoestação, 2.º lição dobrada, 3.º proibição de recreio, 4.º jejum, 5.º reclusão, 6.º exclusão (ALMANAK, 1862).

No capitulo quatro, artigo 25 do Estatuto, prescreve sobre as condições de admissão das alunas, onde eram admitidas meninas maiores de cinco anos, que na condição de pensionistas deveriam levar para o collégio 1 baú para roupa, 1 dito pequeno para costura, 1 lavatório, bacia e jarro, 1 espelho, 1 copo: pentes, escovas para dentes; 1 cadeirinha; papel,

ISSN: 2236-9228

penas, caneta. Paras as meio pensionistas, pensionistas e externas eram cobrados valores diferentes no pagamento mensal e admissão.

Há que considerar que o processo educacional no Brasil sempre apresentou tendência a uma educação diferenciada, se não oficialmente, pelo menos decorrente da impregnação de uma concepção social em que se atribui específica divisão sexual da educação e isso certamente influiu em modelos diferenciados para a educação de meninos e meninas. Assim, os colégios particulares, a maior parte funcionando com internato, cresciam e se consolidaram na capital da província do Maranhão em todo o século XIX.

Voltar-se para Estatuto e o *Collégio Nossa Senhora da Soledade* a luz da representatividade dos *Almanaks* nos possibilita ir para além de um olhar sobre essa fonte, que é pouco recorrida, abrindo uma nova possibilidade de pesquisa histórica no que diz respeito a educação maranhense, observando por um outro ponto de vista como essa educação feminina funcionava em meados do século XIX, constituindo, assim, uma possibilidade de entender questões pertinentes em nossa sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito a educação feminina.

No século XIX a construção dessa rede de instituições educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e com o público para o qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no período imperial. Além das escolas elementares, secundárias e superiores, outras instituições educativas se destacaram como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização e de uma moral religiosa, então almejados por parcelas das elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo.

Entre tais instituições, os collégios, os asilos e internatos adquiriram enorme relevância, na medida em que foram propostos em várias províncias, criados e disseminados por iniciativa de várias agências educativas (indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poderes públicos).

Considerações finais

A invenção da *forma escolar moderna*, voltada para educação de meninas sem dúvida, estava associada ao processo de constituição de um ideário de mulher em franca constituição nos oitocentos, que vai progressivamente, propagar esses estabelecimentos, os collegio e os

ISSN: 2236-9228

asilos, que se constituiu em um dos equipamentos desenvolvidos para lidar com essa diversidade de sujeitos.

Na província do Maranhão, além dos collégios para meninas, encontraremos também nos Almanaks, os Asilos destinados a meninas desvalidas, que estavam ali por serem muito pobres. Assim, os asilos eram instituições meramente civis, destinados a meninas pobres, mas que recebiam filhas de famílias abastardas na condição de pensionistas particulares. No contexto local é marco desse tipo de estabelecimento o asilo de *Santa Tereza*, de 1855, destinado a meninas órfãos e sem família, e este estabelecimento estava sob a proteção da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, (ALMANAK, 1862). No Ano de 1862 o asilo de *Santa Tereza* possuía 51 educandas e 10 pensionistas.

Os asilos teoricamente eram instituições diferenciadas dos colégios femininos, o seu objetivo era prestar relevantíssimos serviços a nossa sociedade, tirando do vício e da ignorância muitas meninas órfãs e desvalidas, e formando-as boas mães de família (ALMANAK, 1860). Enquanto que o collégio *Nossa Senhora da Soledade* tinha como objetivo o desenvolvimento das faculdades morais e intelectuais das meninas (ALMANAK, 1862, p. 97). No que tange ao ensino das matérias entre estes dois estabelecimentos, o que se difere é que no asilo não havia o ensino de francês e inglês.

Observando todo esse movimento de consolidação dos collégios de meninas podemos concluir que todo o ordenamento pedagógico que era colocado em prática no decorrer dos Oitocentos, preocupava-se exclusivamente com uma rala formação das mulheres, devendo estas apenas nos primeiros anos de estudo seguirem o que era também ensinado aos meninos.

Posteriormente, o ensino dessas meninas era inteiramente diferenciado daquele oferecido aos meninos, tendo em vista a diferenciação que haveria nas tarefas a serem desempenhadas pela figura masculina e pela figura feminina no âmbito social. A precariedade do ensino público somado ao uso dos costumes portugueses inteiramente tradicionais e veiculados à doutrina Cristã na sua concepção divulgada através da Igreja Católica, por exemplo, apenas ratificará o confinamento da mulher ao ambiente doméstico, no interior dos seus lares (HAIDAR, 2008, p. 212). Exatamente por este motivo a educação feminina preparava a menina para a execução das tarefas relacionadas aos afazeres domésticos, às boas maneiras e à retidão perante a superioridade masculina.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do "Bello Sexo" em São Luís na metade do século XIX**. São Luís: Editora Uema, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Brasil Império**. São Paulo: Edusp, 2008.

LUCA, Tania Regina de. In.: DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, Nação e Edição:** O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, Imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PRIMITIVO, Moacyr. **A instrução e as províncias:** subsídios para a história da educação no Brasil (1834 – 1889). São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1939. Vol 1. P. 187.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil:** Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SALES, Tatiane da Silva. A mulher e a educação feminina em São Luís na Primeira República. **Outros Tempos**, São Luís, v. 7, n. 9, p. 275-293, jul.2010. Dossiê Estudos de Gênero.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

OS REGISTROS ECLESIAIS DE TERRAS NA FREGUESIA DOS PICOS (1854-1856)

Cássio de Sousa Borges[1]

Quando o Estado é a igreja e a igreja é o Estado

O Império do Brasil ao se constituir como independente reafirma em sua carta magna o reconhecimento do catolicismo como a religião oficial da nação. Herdeiros de um modelo de colonização orientada pelo regime de Padroado (SANTIROCCHI, 2013), em que o monarca português era o gestor máximo das atividades religiosas no país, "o clero brasileiro permaneceu isolado de qualquer contato com Roma até a década de 1820" (MATTOSO, 1992, p. 296), sendo este nomeado e dirigido pelo rei e estando subordinado ao Estado.

> O novo Império brasileiro reafirmou o Padroado real, confirmou o catolicismo como religião do Estado e manteve a paróquia (circunscrição eclesiástica) como unidade administrativa básica. Mas exigiu que a Igreja fosse totalmente submissa ao Estado (MATTOSO, 1992, p. 297).

É com base nessa exigência de submissão, regalismo (SANTIROCCHI, 2013), que teremos durante o período Imperial a coexistência de uma via de mão dupla, na qual o Estado executa funções de ordem religiosa, ao tempo que a Igreja é obrigada a cumprir funções de Estado, isso pode ser percebido nas funções assumidas pela Repartição Geral de Terras Públicas, por exemplo, em que uma das funções da repartição era o trabalho de catequização e controle da chegada de imigrantes pertencentes a outras religiões, ao tempo que os vigários e as paróquias deveriam receber os posseiros para o registro de suas posses. Para Mattoso:

> O catolicismo era religião única e oficial, as autoridades eclesiásticas cuidavam da educação, saúde e assistência pública e, até meados do século XIX, os padres exerciam em nome do Estado, numerosas funções civis. Além de responsabilizar-se pelos registros paroquiais – tarefa que lhe era confiada desde a época colonial -, o padre-funcionário se encarregava, por exemplo, de organizar a lista de eleitores locais, convoca-los nas épocas de eleições e fazer o cadastro de terras (MATTOSO, 1992, p. 302).

Entendemos que uma parte significativa das funções a qual o povo precisaria passar pelo crivo do Estado, encontrava-se sob responsabilidade da Igreja: nascer, casar, morrer, possuir, votar e se fazer representar no Estado. A Igreja tinha controle sobre as políticas

[1] Mestrando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

públicas de base no Estado Imperial, por isso podemos afirmar que mais que simplesmente se encontrar numa situação de privilégio pela representatividade do Estado, também era lhe atribuída funções de exercício de poder.

Assim também, essa prática se fazia presente nos registros de posse que ocorreram na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos, freguesia vinculada ao município de Oeiras, que há pouco tempo, em 1852, havia perdido a condição de capital da Província do Piauí para Teresina. A terra representava o maior patrimônio que aquelas pessoas do sertão possuíam, onde a sua própria existência e de sua família dependiam diretamente do uso que faziam delas. A Lei de Terras de 1850 abria algumas brechas que obrigavam o povo a se precaverem com o interesse de resguardar seu patrimônio. Como nos diria Francisco Gil Castelo Branco:

> No sertão assim se manifesta o regozijo. Uma palavra, um acontecimento insignificante, preocupa o espírito dos pobres campônios e enche-lhes de ventura a alma, repleta de sentimentos generosos e inocentes nas aspirações, vazia das misérias que espalham a ambição! (CASTELO BRANCO, 2011, p. 49-50).

Assim, a notícia de que era necessário realizar o registro das posses, mobilizou amplamente os posseiros da região que deveriam procurar o vigário responsável pela mediação e interferência no jogo de poder que envolvia a tentativa da garantia efetiva da posse da terra.

Teremos então na Freguesia dos Picos, como figura central para os registros de posse, o Padre José Dias de Freitas, tendo como função a de vigário encomendado, que segundo Cardoso:

> Eram sacerdotes provisórios em pequenas comunidades ainda desprovidas de uma paróquia canônica e legalmente constituída. Chamavam-se assim por serem solicitados pelas comunidades. Sustentavam-se cobrando taxas da população pelos serviços religiosos prestados e não eram funcionários públicos como os vigários colocados, que recebiam estipêndios do governo em uma época em que o Estado e a Igreja compartilhavam atribuições na administração da vida civil e religiosa. Apesar de ser uma atribuição provisória, a ereção da paróquia podia tardar muito, passando-se gerações de vigários encomendados até a formalização da circunscrição eclesiástica (CARDOSO, 2007, p. 11-12).

Oriundo de uma importante família da antiga capital da província, Oeiras, que a pouco havia perdido essa condição para Teresina, o Padre Freitas estava rodeado de pessoas letradas e com acesso as estruturas de poder local. A historiadora Teresinha Queiroz ao tratar sobre o

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

literato piauiense Clodoaldo Freitas, que era sobrinho do padre por parte de sua mãe Antônia Rosa Dias de Freitas, nos dá algumas informações sobre os Dias de Freitas:

> Pelo lado materno, sua família igualmente teve expressão social e política, principalmente na segunda metade do século XIX. Os Dias de Freitas tiveram representantes na magistratura, na burocracia urbana, nas Assembleias Provincial e Geral, na Presidência da Província, na vida eclesiástica e na carreira militar. Uma das principais lideranças do Partido Liberal no Piauí, nas décadas de 1860 a 1880, foi José Manuel de Freitas, primo em primeiro grau da mãe de Clodoaldo e a quem este se dizia ligado por afeto filial. Entre os Freitas destacaram-se vários bacharéis em Direito, como Jesuíno José de Freitas, João Alfredo de Freitas, Joaquim Dias de Freitas e vários religiosos, como o Cônego Claro Mendes de Carvalho e os padres José Dias de Freitas e Doroteu Dias de Freitas (QUEIROZ, 2011, p. 77).

O Padre Freitas, como o próprio assinava os registros, por sua condição abastada e vinculada a posições de poder na província, nos parece ter sido uma pessoa de personalidade forte, e que no exercício da sua autoridade agia com bastante rigor, principalmente tratando de suas desavenças pessoais. Um caso específico que nos chamou a atenção foi quando o poderoso Visconde da Parnaíba, Manoel de Souza Martins, ao registrar quatro fazendas, Torta, Serra, Tábua e Jenipapo, todas na ribeira do Itaim, e em suas declarações não constavam os limites pelos lados das ditas fazendas, o padre fez questão de registrar posteriormente a parte do registro que ele só reproduz o que foi declarado que "os limites da referida fazenda aos lados não são determinados se não pelos atos possessórios dos antigos donos e do atual"[2]. O tom imposto pelo padre é o de não reconhecimento da legitimidade do que é apresentado e o diferencial nesses registros do visconde é que em nenhuma outra declaração apresentada o padre se importou com o fato de não serem apresentados os limites, o que representava a grande maioria dos documentos.

A partir dessa passagem uma característica que devemos levar em consideração, é a intrínseca relação dos padres com as oligarquias locais e os interesses políticos em disputa na região. Mais à frente veremos, por exemplo, que alguns grupos familiares promoveram uma verdadeira corrida para o registro de suas posses, e que obviamente existia uma certa anuência por parte do pároco para que ganhassem lugar no livro de registro.

[2] Arquivo Público do Estado do Piauí (APEP). *Registro Eclesial de Terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos*. Registros de nº 11, 12, 13 e 14. p. 3 e 4.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Desnudando o documento

Fruto do decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a Lei de Terras de 1850, os Registros Eclesiais de Terras ou Registros Paroquiais de Terras (RPTs)[3] têm sido fonte de amplo debate acadêmico (GODOY e LOUREIRO, 2010, p. 102-118) sobre a utilização dessa fonte para fins historiográficos. Consideramos que assim como qualquer outra fonte documental, os RPTs devem ser arguidos pelo historiador a fim de que seja possível encontrar suas contribuições para escrita da história de maneira crítica, analítica e comprometida com a validade das informações ali contidas. Concordamos, pois, com Godoy e Loureiro que apontam a relevância e alguns caminhos para o uso correto dessa fonte:

> Anteriormente aos dados do INCRA, de princípios da década de 1970, o único cadastro fundiário nacional são os RPTs coletados em meados da década de 1850, ou seja, para mais de quatro séculos, são os únicos dados consignados nos Registros. E, dada a importância da questão agrária no Brasil, os RPTs são, possivelmente, fontes fundamentais para historiografia brasileira referente ao período imperial (GODOY e LOUREIRO, 2010, p. 97).

Nessa sessão apresentaremos detalhadamente o Regulamento de 1854 e como ele orientava o método a ser seguido pelas paróquias brasileiras, trazendo os registros produzidos na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos, entre os anos de 1854 e 1856, e como se efetivou na prática a construção desses documentos. Em seguida apresentaremos alguns resultados que foram obtidos mediante organização desses dados, traçando assim um perfil dos posseiros e das posses nesta freguesia.

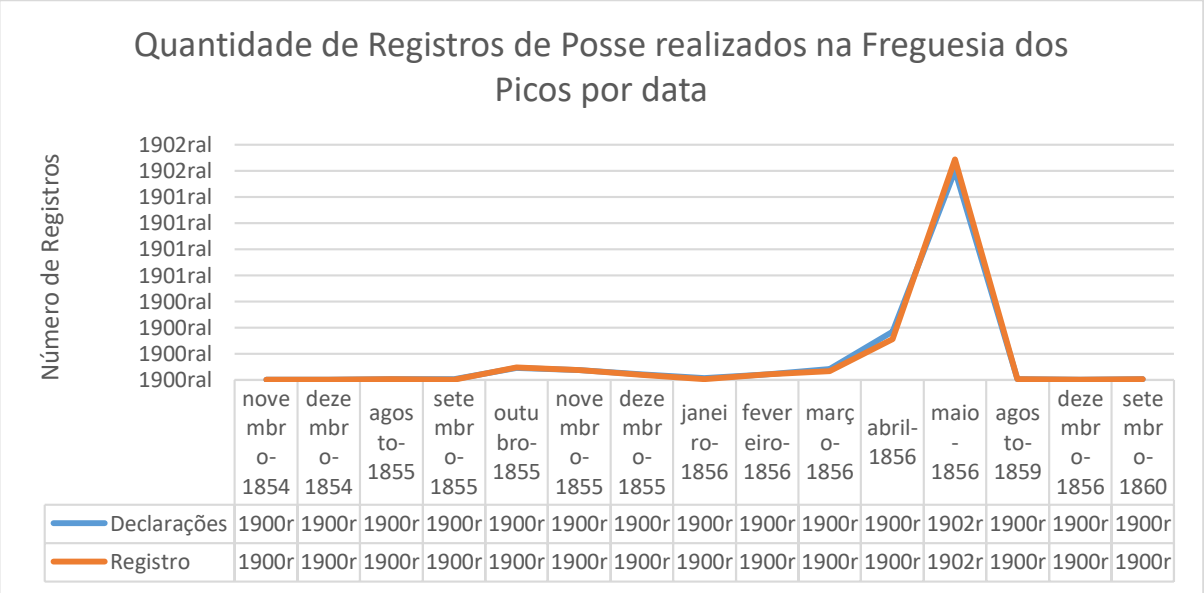
A parte que trata sobre os registros das terras possuídas está localizada no último capítulo do regulamento e contém 18 artigos que definem a metodologia a ser empregada para realização deste serviço. Primeiro, todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade, ou possessão, estariam obrigados a fazer registrar as terras, que possuíssem, dentro dos prazos marcados pelos Presidentes de Províncias. Os possuidores teriam três prazos para fazerem os registros de suas posses: o primeiro de dois anos, o segundo de um ano e o terceiro de três meses. O primeiro prazo na Província do Piauí se deu a partir de junho de 1854 se estendendo até junho de 1856.

Na Freguesia dos Picos foram realizados 1.169 registros, correspondendo a 1.530 posses registradas, para um total de 656 posseiros declarantes. Não houve abertura do livro para um segundo ou terceiro prazo na freguesia, sendo que no livro só seriam acrescidos

[3] A partir daqui nos referiremos aos Registros Paroquiais de Terras somente por sua sigla: RPTs.

outros 7 registros a partir de 1859, quando o mesmo já se encontrava sob responsabilidade da Repartição Especial de Terras Públicas e posteriormente pela secretaria da Presidência Provincial na capital Teresina. Preparamos, mediante as datas apresentadas nas declarações e as datas em que o padre Freitas recebeu essas declarações e passou para o livro de registros dois gráficos que nos permitem entender como foi a procura por esse serviço dentro do prazo inicial:

GRÁFICO 1



Fonte: Registros Paroquiais de Terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos.

Temos por esse demonstrativo a percepção que os registros começaram a ser realizados de maneira tímida, ocorrendo um grande período de inatividade entre os meses de janeiro de 1855 a agosto do mesmo ano, onde não observamos nenhum registro. Devemos levar em conta o isolamento das comunidades rurais que compunham a freguesia dos Picos, a distância a ser percorrida até a sede da paroquia e a capacidade da Igreja em tornar pública esta demanda se fazendo ser compreendida.

Os posseiros[4] que se apresentaram nos meses iniciais eram exatamente pessoas de famílias abastadas da região com um certo nível de instrução e que estavam em posições de poder que lhe permitiam acesso as disposições legais para o registro de posses, sendo que os mesmos não hesitaram e garantiram em um primeiro momento o seu lugar nos registros do vigário. Assim, participantes da família Souza Martins, incluindo o seu patriarca Manoel de

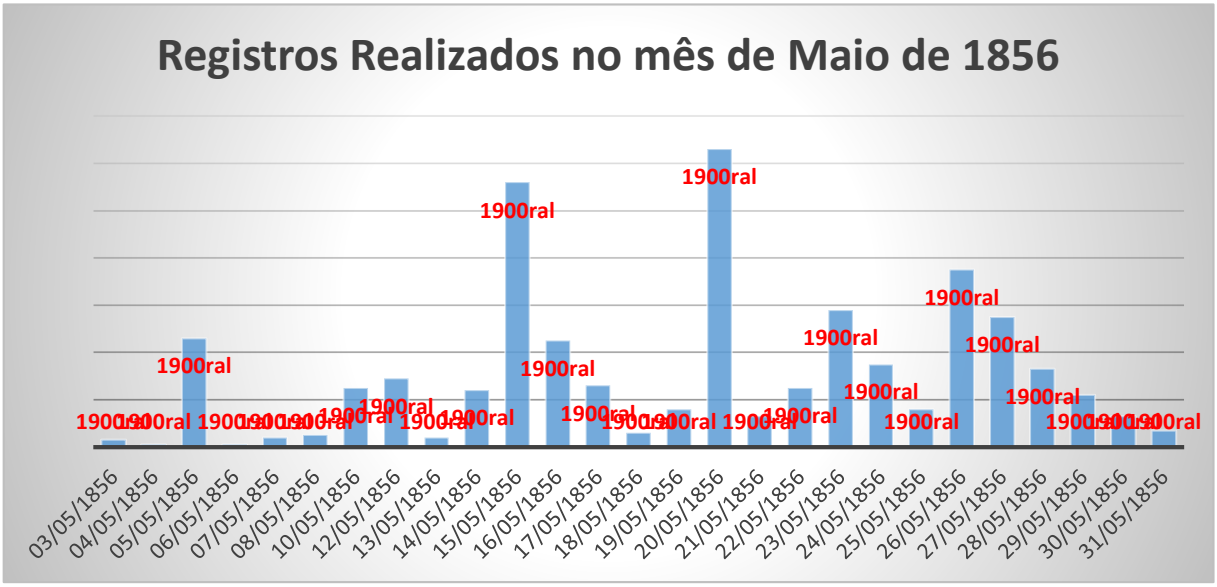
[4] Consideraremos todos os registrantes de posse na Freguesia dos Picos como posseiros, independentemente da condição social e de como eles se autodeclararam.

ISSN: 2236-9228

Souza Martins, o Visconde da Parnaíba, que presidiu a Província do Piauí por quase meio século, e os descendentes diretos de Antônio Borges Leal Marinho, sesmeiro importante que fundou inúmeras fazendas na região, figuravam entre esse grupo seleto.

Embora a concentração dos registros tenha sido realizada majoritariamente no derradeiro mês para o fim do primeiro prazo, compreendemos que a mobilização na região foi bem-sucedida, sendo uma das freguesias piauienses com maior número de registros efetivados. Vejamos agora o demonstrativo referente ao mês de maio de 1856, principal mês de trabalho, para que possamos entender a dinâmica dos registros no dia a dia:

GRÁFICO 2



Fonte: Registros Paroquiais de Terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos.

Dada à contagem regressiva para o término do prazo, percebemos que os posseiros tiveram que se apressar para realizarem seus registros, tendo pouca atividade durante os finais de semanas, o que demonstra o respeito aos domingos (04, 11, 18 e 25) como dia de descanso e de prática exclusiva da fé, como preza o catolicismo, e apresentando picos de registros realizados geralmente nos dias de segunda-feira (05, 12 e 26) e havendo ainda dois grandes dias de mobilização no meio da semana (15 e 20).

Por curiosidade, e sob a pretensão de verificar o quanto o padre Freitas trabalhou no dia 20 de maio de 1856, dia auge do trabalho de registro de posses, redigimos a mão o maior e o menor registro de posse da Freguesia dos Picos, e chegamos a um tempo médio de 8 minutos por registro. Se tivéssemos as condições perfeitas para o uso desse cálculo, o Padre Freitas haveria trabalhado nesse dia algo próximo de 17 horas seguidas. Considerando a

ISSN: 2236-9228

perfeição dos documentos, o padre dificilmente errava ou rasurava o que escrevia no livro de registro, o que demonstra cautela, a não utilização de caneta esferográfica, que não permitia o uso continuo do instrumento de escrita, e que, necessariamente, ele precisaria de tempo para se alimentar, dificilmente ele teria a capacidade de passar todos os 126 registros para o livro nesse dia, sendo mais provável que ele só tenha recebido as declarações. E caso isso tenha acontecido, uma verdadeira fila deve ter se formado na frente da paróquia. Nesse dia estiveram presentes na Freguesia, considerando somente o local que consta nas declarações como sendo a origem do documento, pessoas da Fazenda Genipapeiro, Juazeiro, Jaicós, Fazenda Sussuapara, Sítio do Meio, Fazenda Guaribas, Oeiras, Bocaina, Fazenda Rodeador, Fazenda Buriti das Éguas, e de várias comunidades que compunha a Fazenda dos Picos: Macacos, Cajueiro, Carnaíba, Cristovinho e Boa Vista.

As declarações para o registro deveriam ser feitas pelos possuidores, que as escreveriam, ou fariam escrever por outra pessoa em dois exemplares iguais, assinando-os ambos, ou fazendo-os assinar pelo individuo, que os houvesse escrito, se os possuidores não souberem escrever. Na Freguesia dos Picos, foram muitos os que precisaram de terceiros para que pudessem elaborar essas declarações. Considerando que a quantidade de analfabetos era altíssima na região, uma prática bastante comum era a utilização de procuradores para elaboração desse documento. É o que acontece, por exemplo, com o posseiro de nome Amâncio de Moura Fé, que ao registrar uma posse na Fazenda dos Picos, o seu encarregado colocou na declaração que "por não saber ler e escrever pedi ao senhor Antonio Gonçalves Guimarães que este por mim fizesse e afigurasse"[5]. Pelo mesmo motivo, Venâncio Martimiano de Oliveira expõe em sua declaração que sua posse na Fazenda Sítio "deixa de declarar as extremidades da mencionada fazenda por ignorá-las e por não saber ler pede ao senhor Theotônio José da Cunha que este por mim fizesse e a meu rogo afigurasse"[6].

Destaca-se nesse processo, de registrar as posses por outras pessoas, a figura do procurador profissional. Não temos a informação que se tratassem de advogados, mas eram pessoas que através do domínio de um modelo específico para feitura da declaração, iriam até os posseiros com menor instrução para que os mesmos o contratassem para a realização desse serviço. Temos como protagonista nesse processo a figura de Ludgero Dias de Freitas, nenhum outro procurador assinou mais declarações do que ele na região, e como o sobrenome nos revela possui um parentesco direto com o Padre José Dias de Freitas, cumprindo assim

[5] Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI). Registro Eclesial de Terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos. Registro de nº 730. p. 89.
[6] Ibdem. Registro de nº 528. p. 66.

ISSN: 2236-9228

essa função que caracteriza uma espécie de "agenciador" entre a Igreja e o posseiro para que o mesmo apresentasse suas declarações dentro das conformidades do regulamento.

Também bastante comum nas declarações eram os procuradores parentais, ou seja, aqueles que se responsabilizavam por registrar as terras dos familiares próximos. Geralmente estes, após registrarem suas posses, encaminhavam, em seguida, as declarações de filhos, netos, esposa, irmãos e pais, muitas vezes, em terras nas mesmas fazendas, demonstrando uma origem comum de suas posses. Na sessão seguinte trataremos sobre as formas de aquisição das posses e poderemos discorrer mais detalhadamente sobre a questão das heranças.

As declarações para o registro das terras havidas por menores, indígenas, ou quaisquer corporações, seriam feitas pelos pais, tutores, curadores, diretores, ou encarregados da administração de seus bens, e terras. Na Freguesia dos Picos houveram muitas declarações de órfãos que se faziam representar por seus tutores, pelo menos 97 registros foram realizados com esse perfil, o que nos revela a baixa expectativa de vida na região.

Essas declarações, não conferiam direitos aos possuidores, segundo o decreto. Mas a repercussão e o alcance da necessidade de se produzir esse documento nos leva a crer, que as pessoas acreditavam que ao apresentarem essa documentação na paróquia, estariam eles seguros, por exemplo, para que suas posses não fossem consideradas terras devolutas em futuras demarcações do governo. Outra possibilidade, é que como se tratavam de posses sem nenhuma documentação comprobatória até então, essas declarações demonstrariam a boa vontade do posseiro em regularizar a situação de suas posses, o transformando em um documento importante para que pudessem ser realizadas transações futuras. No Piauí, por exemplo, quando da realização de um segundo registro de terras no início do período republicano, mobilizados pela Lei Estadual nº 168 de 4 de julho de 1898, essas declarações foram amplamente aceitas como prova para o novo registro de posse. Segundo Godoy e Loureiro:

> [...] ressalta-se que o registro de terras, em um contexto de quase ausência da propriedade juridicamente legalizada, era um instrumento em potencial para os ocupantes dos terrenos se manterem na posse dos mesmos, era o documento a ser mobilizado na luta pela terra (GODOY e LOUREIRO, 2010, p. 112).

Os que não fizessem as declarações por escrito nos prazos estabelecidos, seriam multados pelos encarregados do registro na respectiva Freguesia, nos valores de vinte e cinco mil réis após o término do primeiro prazo, cinquenta mil réis após o segundo e cem mil réis

ISSN: 2236-9228

após o terceiro. Na prática, ninguém foi multado na Freguesia dos Picos, e por essa razão entendemos a corrida dos posseiros para registrarem suas terras durante o último mês para o término do primeiro prazo.

Os Vigários de cada uma das Freguesias do Império seriam os encarregados de receber as declarações para o registro das terras, como já explicamos, e seriam incumbidos de proceder esse registro dentro da Freguesia, fazendo-o por si, ou por escreventes, que poderiam ser nomeados por eles sob sua responsabilidade. Após marcado o primeiro prazo, cabia aos vigários instruírem os posseiros da obrigação de fazerem registrar as terras que possuírem, declarando-lhes o prazo, em que o devem fazer, as penas em que incorrem, e dando-lhes todas as explicações, que julgarem necessárias para o bom cumprimento da referida obrigação. Estas instruções seriam dadas nas Missas, e deveriam ser publicadas em todos os meios, que fossem necessários para o conhecimento dos respectivos fregueses.

As declarações das terras possuídas deveriam conter: o nome do possuidor, a designação da freguesia, local onde estão situadas, o nome particular da posse, se o tiver, sua extensão, se for conhecida, e seus limites. As pessoas obrigadas ao registro deveriam apresentar ao vigário os dois exemplares que deveriam ser conferidos por ele, e achando-os iguais e em regra, faria em ambos uma nota, que designe o dia de sua apresentação e assinando as notas de ambos os exemplares, uma retornaria para o posseiro que lhe serviria de prova que o mesmo haveria cumprido a obrigação do registro, e o vigário guardaria o outro para fazer o registro no livro específico para esse fim.

Caso os exemplares não contivessem as informações necessárias, o vigário poderia fazer aos apresentantes as observações convenientes a instrui-los do modo que deveriam ser feitas essas declarações, no caso de não estar sendo cumprido o que foi disposto no regulamento de 1854, ou também caso contivessem erros notórios. Porém, caso as partes insistissem no registro de suas declarações do jeito que estivessem sido elaboradas, o vigário não poderia recusa-las. Por essa razão os padrões variavam muito de uma para outra, sendo o mais comum em todas declararem apenas o nome do posseiro, a quantidade de posses pertencentes a ele e a fazenda em que estava situada a posse, as demais informações solicitadas eram ignoradas, variando os critérios apresentados de uma para outro.

Também cabia aos vigários a responsabilidade de numerar, rubricar e encerrar os livros de registro. Nesses livros, eles, lançariam por si, ou por seus escreventes, textualmente, as declarações, que lhes forem apresentadas, e por esse registro cobrariam do declarante a quantia correspondente ao número de letras, que contiverem o exemplar, na razão de dois réis

ISSN: 2236-9228

por letra, que após calculado o valor de registros deveria ser escrito em ambas as declarações. O valor total de arrecadação desse serviço pela paróquia foi algo em torno de 1:050$123 (um conto e cinquenta mil, cento e vinte três réis), sendo que não conseguimos identificar em apenas cinco registros o valor pago, variando os demais entre 410 e 1682 réis pagos por registro. Vejamos agora, um exemplar desses registros realizados na Freguesia dos Picos:

> **Nº 222**
> Simão da Rocha Soares, declara que é Senhor e possuidor nesta Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos, Província do Piauí, de uma posse de terra na fazenda da Bocaina, que tem o valor de vinte e cinco mil réis, cuja a posse tem a denominação de Cajueiro, e é possuída em comum na mesma fazenda Bocaina com outros donos, a qual a fazenda extrema para o nascente com a fazenda do Rodeador, para o poente com o Monte Alegre, para o norte com a fazenda das Guaribas, e para o sul com a fazenda Sussuapara = Picos, treze de abril de mil oitocentos e cinquenta e seis = Simão da Rocha Soares = Foram-me apresentados hoje este e outro exemplar = Freguesia dos Picos, quinze de abril de mil oitocentos e cinquenta e seis = Padre José Dias de Freitas = Vigário Encomendado = Do registro mil trezentos e vinte réis = Deo era ut supra. Padre Freitas.[7]

Como destacamos, os documentos poderiam variar em alguns aspectos de um para outro, principalmente no que se refere à disposição dos dados, mas pelo método estabelecido pelo padre Freitas era esse o ritual que foi seguido. Praticamente todas as fazendas em que estavam situadas as posses foram sublinhadas, se fazendo perceber em destaque a cada registro. Além dessas informações, as declarações ainda poderiam ter o nome do procurador responsável pela a assinatura do documento, o modo de aquisição da posse e a extensão em léguas caso fosse ela demarcada. Vejamos a frequência das informações encontradas nos Registros Paroquiais de Terras da Freguesia dos Picos:

TABELA 1

Frequência das informações encontradas nos Registros Paroquiais de Terras da Freguesia dos Picos, 1854-1860

Variável	Frequência Percentual nos Registros Analisados
Nome do Posseiro	100,00
Confrontantes da Fazenda em que está inserida a posse	7,84
Modo de Aquisição da posse	28,53
Extensão	1,28

[7] Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI). Registro Eclesial de Terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos. Registro de nº 222. p. 32.

ISSN: 2236-9228

Benfeitorias e imóveis presentes (Casa, roça, curral)	2,64
Custo da declaração	99,06
Declarações assinadas por procuradores ou tutores (a rogo)	35,69

Fonte: Registros Paroquiais de Terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos.

Os exemplares que ficavam em poder dos vigários seriam por eles arquivados e numerados pela ordem que fossem recebidos e seria anotado, em cada um, a folha do livro de registro em que foram registrados, havendo penalidades caso o vigário extraviasse alguma das declarações, não fizesse o registro, ou cometesse erros, que alterassem, ou tornassem incompreensíveis os nomes, designação, extensão, e limites, de que trata o regulamento. Sendo o mesmo obrigado a restituir os ganhos, que tivessem recebido pelos documentos, que se extraviassem de seu poder, ou fossem mal registrados, e ainda poderiam sofrer multas que variavam entre cinquenta e duzentos mil réis.

Também haviam penalidades para os posseiros de terras que fizessem declarações falsas, os quais poderiam sofrer multas entre cinquenta a duzentos mil réis e conforme a gravidade da falta poderia também lhes ser impostos a pena de um a três meses de prisão.

Terminados os prazos estabelecidos para o registro, os exemplares deveriam ser conservados no Arquivo das Paróquias, e os livros de registro deveriam ser remetidos a Repartição Especial de Terras Públicas da Província, para que somados aos registros das outras freguesias fosse elaborado o registro geral das terras possuídas da Província, que por sua vez seria enviada uma cópia para a organização do registro geral das terras possuídas no Império. Sobre esses dados nós já debatemos no capítulo anterior.

O livro de Registro de Posses da Freguesia dos Picos foi encerrado pelo padre Freitas, no dia 2 de junho de 1856, após o término do primeiro prazo, porém o livro permaneceu sem ser encaminho durante os dois anos seguintes, só sendo recebido pela Repartição Especial de Terras Públicas da Província do Piauí em 20 de abril de 1859, mediante encaminhamento de ofício elaborado no último dia do mês de março do mesmo ano.

Um dos aspectos que nos chama a atenção sobre os RPTs é a sua capacidade recenseadora, nele é possível visualizar um panorama geral sobre os posseiros da Freguesia dos Picos, embora reconheçamos que os escravizados e trabalhadores livres pobres, que se encontravam em condições de submissão aos posseiros efetivos da terra, não estavam em sua plenitude presentes nesse cadastro. Chegamos ao entendimento que a posse não é o maior

ISSN: 2236-9228

objeto desses registros, as quais dificilmente poderiam ser localizadas com exatidão pelas informações contidas nas declarações, senão por sua colocação em uma fazenda de maior extensão. O objetivo principal dos RPTs, segundo nossa análise, era elaborar um cadastro dos posseiros e a sua intenção de se configurar como proprietários de terras.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CARDOSO, Neise Marino. **A história das irmãs marcelinas**: Fundação do Colégio dos Anjos em Botucatu (1912). Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2007.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o Vaqueiro**. 10 ed. Teresina: Quixote, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães e LOUREIRO, Pedro Mendes. Os registros paroquiais de terras na história e na historiografia – estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. **Revista História Econômica e História de Empresas/ABPHE**: São Paulo, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX**: uma província do Império. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1992.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **"[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralisado":** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorada em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: UFPE, 2016.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder:** *conflito e direito á terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____, Márcia Maria Menendes. **Fronteira Internas no Brasil do Século XIX:** um breve comentário. Revista Vivência nº33. 2008.

_____, Márcia Maria Menendes e ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República**. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Padroado e Regalismo no Brasil Independente**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de História. Departamento de História de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. Disponível em: http://cdsa.aacademica.org/000-010/266.pdf, <Acesso em 12/03/2018>

SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio:** efeitos da lei de 1850. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO CAIXEIRO VIAJANTE NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA EM MEADOS DE SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Antônio Lopes Vieira Filho[1]
Ellen Lucy Moreira Viana

O referido artigo tem como objetivo analisar as contribuições acerca das práticas atribuídas à atividade caixeiral no municípios de Parnaíba para o progresso econômico, político e social; identificando sua origem e identidades ostentadas pelo caixeiro como profissional do comércio ao longo do período estudado; a relação que existia entre caixeiros e comerciantes e como eram vistos pela sociedade; quais os recursos e meios de transporte que utilizavam em suas jornadas diárias no exercício de sua profissão e historicizar com o auxílio de fontes orais, escritas e iconográficas a identidade e a memória desse profissional do comércio.

O tema aqui abordado faz parte de minha pesquisa cientifica dentro do Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão, Campus São Luís, constituindo no futuro minha dissertação de mestrado do referido programa, a qual está vinculada à linha de pesquisa Memórias, Identidades e Cultura Escolar. Portanto o assunto mencionado neste artigo encontra-se atualmente em estágio de pesquisa, não dispondo ainda de uma resposta para as hipóteses aqui apontadas.

Durante a primeira metade do século XIX, os caixeiros foram considerados uma importante mão de obra para o comércio de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A maioria, vindos de Portugal entre os 10 e os 16 anos de idade, deixava seus familiares em sua terra natal para aventurarem uma vida melhor no novo continente. Ao deixarem Portugal rumo ao Brasil, os jovens lusitanos já tinham um emprego assegurado, seu destino seria aprender o oficio de caixeiro, uma vez que suas viagens eram arranjadas entre seus genitores e os comerciantes portugueses já fixados aqui.

Segundo Lenira Martinho Meneses em sua obra *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*:

> [...] este menor colocado no seio da família do comerciante foi paulatinamente moldado segundo as regras de conduta do patrão, e preparado para a carreira

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em História/PPGHIST –UEMA São Luís –MA/ linha de pesquisa Memórias, Identidades e Cultura Escolar.

ISSN: 2236-9228

> mercantil, num contexto onde o ambiente familiar que o envolve obscurece totalmente a exploração de que é vítima (MARTINHO, 1993, p. 48).

Na realidade os menores acima mencionados, outrora recrutados em Portugal deveriam trabalhar tão somente pela moradia e alimentação, mais ou menos num período de três anos até que adquirissem conhecimento e traquejo. Ainda de acordo com a referida autora, esses caixeiros ao desembarcarem nos portos do Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, na época capital sede da Corte real portuguesa; como os mesmos não tinham nenhum parente que os acolhesse, sujeitavam-se a morar no próprio local de trabalho, chegando a dormir por trás de balcões e/ou por cima das mercadorias em espaços pequenos sem o menor conforto.

Mas apesar da vida que levavam, trabalhando o dia inteiro sem descanso ou hora pra parar, esses pequenos caixeiros mantinham uma relação patriarcal com seus patrões, pois os mesmos guardavam consigo a esperança de no futuro tornarem-se de fato um membro da família, quiçá sócio do patrão, casando-se com a filha do mesmo ou quem sabe até com a viúva em caso de falecimento do comerciante.

Dentre os principais motivos que fizeram com que esses jovens adolescentes viessem para o Brasil, além da crise financeira que assolava seu país, era para fugirem do terror atribuído ao alistamento militar, considerado pelos pais dos mesmos como um atraso no futuro profissional do filho homem, além é claro da oportunidade de enriquecerem trabalhando como caixeiro nos grandes comércios existentes nas principais cidades brasileiras.

> Por outro lado, a gravíssima crise económica e financeira que Portugal conheceu após o fim da guerra civil, ou seja, entre 1834-1836, a instabilidade política, as revoltas militares e o cíclico recrutamento de jovens para o exército, também contribuíram para a sua saída para o Brasil (mesmo das crianças com idades inferiores aos 14 anos), onde sempre existiam parentes e amigos para os acolher, num processo de continuidade de relações sociais e cumplicidades que vinham já do período colonial e que a independência do Brasil, neste particular, de modo algum extinguiu (SOUSA, 2009, p. 21).

O pressuposto para a compreensão das práticas e representações do caixeiro viajante é pautada no estudo de algumas pesquisas ligadas ao cinema, literatura, contos, novelas, romances e também nas práticas diárias desses atores sociais no exercício de sua profissão, haja vista que no Brasil e no exterior o caixeiro já foi personagem principal.

Para realizarmos o estudo do referido objeto de pesquisa partiremos do recorte temporal entre as décadas de 1930 a 1960 que se justifica em razão da fundação da Escola Técnica União Caixeiral, criada por caixeiros viajantes na cidade de Parnaíba-PI na segunda

ISSN: 2236-9228

década do século XX com o objetivo de preparar mão de obra para o comércio local, pois a referida cidade vivia na época um intenso desenvolvimento por ser considerado, devido ao seu porto marítimo, o polo de negócios piauienses, onde eram feitas exportações para o centro sul do país bem como para o exterior. Porém, foi durante toda a década de 30, que a referida escola desempenhou seu papel quanto à formação desse profissional, de grande valia nos estabelecimentos comerciais e de respaldo junto à sociedade parnaibana.

Durante o século XX o porto das barcas foi de suma importância para o embarque e desembarque de produtos originários do comércio e da indústria. Localizado na cidade de Parnaíba, foi um dos principais cenários desse ator chamado caixeiro que juntamente com os comerciantes parnaibanos foram importantíssimos no desenvolvimento dos negócios no estado. Nesse período as empresas localizadas na cidade de Paraíba tiveram um significativo crescimento impulsionado pelo extrativismo vegetal e animal.

O caixeiro viajante tinha dentre outras atribuições a de sair oferecendo mercadorias nas cidades ribeirinhas ao longo do curso do rio Parnaíba. Responsável pelas negociações, o caixeiro chegava a usar a mercadoria como moeda trocando por outros produtos ou mesmo por matéria prima como: carnaúba, bucho de peixe, pena de ema, óleo de pequi, etc. Às vezes durante suas viagens chegava a utilizar o telegrafo para fazer seus pedidos junto à empresa fornecedora para agilizar a entrega da mesma. Posteriormente podemos perceber que com a chegada do trem na região, passou se então a utilizar outra via paralela ao rio, aumentando consequentemente o número de comunidades visitadas, objetivando sempre a busca pelo progresso econômico.

Mas ao realizarmos um estudo bibliográfico mais aprofundado sobre o tema podemos perceber que ao trabalharmos as trajetórias profissionais dos caixeiros devemos considerar tal profissão como um dos prováveis pontos entre o global e o local. É preciso ainda analisar estas bibliografias em conjunto como posição e disposição num cenário mais amplo, em vista de priorizar os sentidos presentes nas práticas dos caixeiros, pois estas práticas gerariam uma dissolução de fronteiras espaciais, dentro do que se chama fluxo de serviços e mercadorias.

Os caixeiros atendem demandas de caráter local como forma última da extensão de uma cadeia de trocas e vivências. Sendo o recorte de análise pautado pela categoria de profissão, é necessário dispor o sentido dessa trajetória profissional. Escrever biografia não é tarefa das mais fáceis, pois cada sujeito possui suas subjetividades e identidade. A esse respeito, HALL (1992) relata:

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 1992, p. 13).

Também é preciso, ao trabalhar com a história de vida dos sujeitos, contada por eles mesmos, uma análise dos conteúdos das narrativas, usando, por exemplo, a metodologia da Análise de Discurso, que permite observar os processos pelos quais os indivíduos constroem suas identidades. Portanto é preciso historicizar: *como se processou a constituição do comércio realizado pelos caixeiros viajantes em meados do século passado?* Sobre caixeiros viajantes, *quais foram as estratégias, táticas e práticas de gestão desenvolvidas por eles na efetivação do comércio varejista? Quais foram os papéis sociais desses sujeitos no Piauí? Quais práticas os caracterizavam enquanto comerciantes?*

Para desenvolver este trabalho acerca da história do caixeiro como ser comerciante e as suas contribuições com o progresso político, econômico e social do estado do Piauí dentro do recorte espacial e temporal que me propus, utilizarei a história oral através das entrevistas que serão coletadas no decorrer da pesquisa, bem como farei uso da história escrita desses atores em obras literárias, livros, artigos científicos, teses e dissertações em Letras, História e Filosofia que discorrem sobre quem foram e o que fizeram os caixeiros dentro do contexto historiográfico outrora estudado.

Buscarei também ilustrar o referido profissional através de fontes iconográficas através de imagens ilustrativas da imponência peculiar à figura do caixeiro e sua jornada diária de trabalho, destacando seus produtos e a forma como os conduziam, além do meio de transporte que utilizavam no exercício de sua profissão; pois de acordo com Le Goff:

> Dar-se-á certa valorização às fotografias, pois há um grande acervo a ser explorado. Na atualidade "a fotografia revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica" (LE GOFF, 2003, p. 460).

Crê-se que os lugares de memória os quais incluem as cidades, as pessoas visitadas, os objetos de uso pessoal, as vestimentas utilizadas pelo caixeiro, poderão contribuir com esta pesquisa científica visto que é através do contado direto com esse "universo" ao qual estava inserida a função de caixeiro é que farão com que as lembranças fluam, pois para que haja a oralidade faz-se necessário que o entrevistado faça uma viagem nesse mundo da memória e consiga resgatar informações verossímil que atenda as expectativas do historiador e/ou entrevistador de maneira satisfatória.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Referencial teórico

Dentre os teóricos que serão abordados no decorrer deste trabalho cientifico dentro daquilo que me proponho estudar acerca do caixeiro no referido recorte temporal e espacial, está Stuart Hall que vai abordar principalmente as definições de identidade/sujeito e as mudanças que ocorreram nessas definições ao longo da chamada modernidade tardia. Em sua obra "*A identidade cultural na Pós-modernidade*" distribuída em seis capítulos, o autor nos faz entender através da sua visão que os deslocamentos que ocorreram na definição de sujeito e identidade fazem com que entendamos a tão falada crise de identidade na Pós-modernidade. Segundo HALL (1992), "passamos de sujeitos centrados e unificados a sujeitos descentrados e contraditórios; fala também que a globalização exerce grande influência na formação das referidas identidades culturais". Ainda segundo o autor, em oposição à aceitação geral provocada pela globalização em detrimento da troca do local pelo global, podemos perceber que o global tira proveito do local e até provoca um maior interesse pelo mesmo.

Abordaremos também a análise do discurso no que tange as práticas diárias do caixeiro para a realização de atividades no exercício da sua profissão seja como uma ferramenta de trabalho ou simplesmente como alternativa para comunicar-se com as demais pessoas que fazem parte de seu convívio social e/ou profissional. Para tanto utilizaremos Orlandi (1999) que em seu livro "Analise *do Discurso princípios e procedimentos*" a qual utiliza como subsidio vários outros renomados autores especialistas no tema dentre eles Michel Foucault e "A *Ordem do Discurso*" de 1971.

Através do uso da linguagem, o homem modifica a realidade em que está inserido e a ele mesmo. O homem edifica a existência humana, ou seja, atribui-lhe sentido. Portanto é essa capacidade do homem de atribuir, incessantemente, sentidos que promove seu constante devir, e o das coisas, que interessa à análise do discurso. Na análise do discurso o que importa é o homem e a língua em suas concretudes, não enquanto regras abstratas. Ou seja, avalia os métodos e as condições por meio dos quais se produz a linguagem. Desta forma, coloca o homem e a linguagem à sua exterioridade, à sua historicidade.

> Para visualizar o homem e seu discurso como influenciador/influenciado por sua história, este campo teórico articula conhecimentos dos campos das Ciências Sociais e do domínio da Linguística, buscando transcendê-los e deslocá-los de seus lugares de saber, forçando-os a refletir sobre "[...] o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem" (ORLANDI, 1999, p. 16).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Roger Chartier também me dará significativa contribuição acerca das práticas e representações as quais de certa forma poderão ser atreladas ao cotidiano do caixeiro diante da sociedade em que o mesmo esteve inserido dentro do contexto histórico que pretendemos discorrer. Em sua obra "*A História Cultural entre Praticas e Representações*" lançado em 1990, Chartier corrobora que, durante os anos de 1950 e 60, os historiadores buscavam uma forma de saber controlado, amparado sobre técnicas de investigação, de medidas estatísticas, conceitos teóricos dentre outros. Esses historiadores esperavam que o saber próprio à história devesse ser adicionado à narrativa, por compreenderem que o mundo da narrativa era o mundo da ficção, do imaginário, da fábula.

Não obstante a tendência dominada pela historiografia nos dias atuais, propõe uma nova forma de questionar a realidade, toma como base temas do domínio da cultura e salienta o papel das representações. Portanto o trabalho de Roger Chartier me dará condições para que eu possa estabelecer uma nova atitude nos estudos da História Cultural perante os métodos, das fontes e dos temas pesquisados, procurando igualmente, nas diversas divisões especializadas da História um diálogo mais produtivo com a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a teoria literária.

Como o referido objeto de estudo está intimamente ligado a história, memoria e esquecimento, não poderia deixar de dialogar com teóricos como: *Jacques Le Goff* com sua memória e história; *Maurice Halbwachs* e a memória coletiva; *Pierre Nora* com os lugares de memória e por fim Michael Pollak que discutirá memória coletiva e individual. *Halbwachs*, outro teórico que utilizararei como fonte traz que as memórias não estão consolidadas nos corpos ou mentes, mas na sociedade circundante, por meio dos diversos grupos que as compõem. E isso se dá na medida em que, para relembrar, a pessoa precisa valer-se de combinações sociais que não são criadas por eles – afinal,

> O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente – e também de outras pessoas que possam legitimar suas próprias recordações – para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Em sua obra sobre os lugares de memória, Pierre Nora (1996, p. 8) nos chama a atenção para uma particularidade que marca as sociedades que conhecem padrões de mudanças rápidas: "o medo de que tudo está no prenúncio de desaparecer acompanhada com

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

a ansiedade sobre o significado preciso do presente e a incerteza sobre o futuro, investe até a mais humilde testemunha, o mais modesto vestígio, com a dignidade de ser potencialmente memorável". Desta forma, "a resultante obrigação de lembrar faz de todo homem o seu próprio historiador" (NORA, 1996, p. 10). Em linhas gerais,

> A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Michael Pollak em seu texto *Memória, esquecimento, silêncio*, salienta a importância dos ditos e dos não ditos para a construção de uma memória, seja ela coletiva ou individual. Também destaca a importância de rastros significativos que uma pessoa, um grupo ou uma pátria vai deixando em suas experiências de vida e que se tornam pontos de referência para qualquer estudo histórico. Principalmente quando os rastros, muitas vezes esquecidos ou ignorados, revelam interpretações distintas da oficial ou mesmo da que se acostuma ouvir.

Por fim não poderia deixar de utilizar a história oral considerada como um dos principais métodos de pesquisa no campo da historiografia, uma vez que o historiador se utiliza dos mais variados tipos de fontes em sua pesquisa cientifica, seja ela escrita ou oral. As entrevistas realizadas acerca do objeto de estudo dão subsidio ao pesquisador através de uma gama de informações as quais poderão ser de suma importância para a compreensão do assunto em questão. Segundo Thompson:

> [...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

A razão que me motivou pela escolha do referido objeto de pesquisa foi com o desígnio de trazer à tona a importância desse profissional para o desenvolvimento do comércio a nível de Piauí e de Brasil desde o período colonial até meados do século XX. Seja pelos serviços prestados aos comerciantes portugueses que outrora lhe deram abrigo ao emigrarem para o nosso país, trazendo em sua bagagem principalmente o sonho de enriquecer e poder um dia retornar a sua terra natal, seja pela sua contribuição aos movimentos políticos, econômicos e sociais por eles impetrados durante principalmente a primeira metade do século

ISSN: 2236-9228

XIX que foi a luta pelos seus direitos dentre eles ao fechamento das portas dos comércios aos domingos e feriados.

Salientar que os atores sociais que praticavam o ofício de caixeiro em meados do século passado dispunham de um verdadeiro arsenal de práticas ricas que se referiam não só à atividade econômica, mas também ao ser comerciante; ao mesmo tempo destacar que esses comerciantes representaram um importante papel na história social do estado; conscientizando a sociedade contemporânea que os saberes advindos de suas práticas foram apropriados, ao passo que o papel que eles desempenhavam jamais poderá ser esquecido.

Não podemos também deixar de louvar a iniciativa dos caixeiros associados pela criação de escolas destinadas ao ensino voltado à mão de obra para o comércio não só na cidade de Parnaíba-PI, mas em várias outras cidades espalhadas pelo Brasil; criaram também cooperativas e/ou associações da classe caixeiral além de periódicos e folhetins com o objetivo de assegurarem seus direitos como profissionais do comercio e proporcionar ajuda mutua aos seus associados e familiares sempre que necessitassem.

Cabe ressaltar o espirito aventureiro sempre peculiar a figura do caixeiro, superando os mais inusitados obstáculos sempre em busca da satisfação dos seus clientes e do progresso econômico. Chegando por terra em lombos de mulas ou por rio em embarcações a vapor ou navio a lugares longínquos vendendo seus produtos e levando informações dos grandes centros onde quer que vá, mantendo capital e interior "antenados" um ao outro. Hoje, as dificuldades do caixeiro são para se manter no mercado de trabalho, pois as facilidades estão por todos os lugares, o progresso aos poucos vai chegando onde antes somente ele com sua astúcia se atrevia chegar.

Portanto este artigo objetiva principalmente "resgatar" esta história a qual o caixeiro é o personagem principal e junto com ela os saberes e práticas do referido sujeito como forma não só respeitosa a esses atores sociais, mas que possa também contribuir para que a sua identidade e memória não se percam no tempo.

A economia parnaibana nas primeiras décadas do século XX

Desde meados do século XVII até as primeiras décadas do século XIX, que a pecuária extensiva constituía-se como a base da economia da então província do Piauí, o gado era criado nas fazendas sertão a fora e aliado à pecuária existia inexpressiva agricultura de subsistência. O gado e o couro, naquela época, eram comercializados principalmente com o

ISSN: 2236-9228

estado da Bahia, paralelo a isso, as atividades industriais restringiam-se apenas à curtição (ressecamento) das peles bem como de uma rudimentar e/ou quase que artesanal fabricação de grosseiros tecidos com o uso do algodão. Essas respectivas fazendas, constituíam basicamente o único recurso que dispunham para a geração econômica, sendo o couro (pele) uma das matérias primas aos quais era utilizada na confecção de inúmeros acessórios grosseiros no dia a dia das comunidades.

Os produtos industrializados eram escassos, a aquisição de produtos oriundos de outras praças era extremamente limitada, vinham de fora apenas os respectivos produtos os quais eram inviáveis de serem produzidos no interior das referidas famílias. A concentração de renda se dava a uma pequena minoria de família mais abastadas, ficando, portanto, a grande maioria da população sem um real poder de compra. O comércio desenvolveu-se no Delta do Rio Parnaíba desde o século XVI após concessão por parte do papa para as explorações além-mar, privilegiando portugueses e espanhóis com a referida medida. Além destes, piratas franceses e ingleses também aventuraram-se em mar aberto na esperança de encontrarem mercadorias de grande valor, entre elas podemos destacar o nosso pau – brasil.

O início das atividades comerciais baseada na criação de gado no interior da província, teria se dado por meio do Rio Parnaíba chegando até o entreposto localizado no Porto das Barcas entre o Delta do Parnaíba e o Oceano Atlântico; naquela época já era possível encontrarmos as charqueadas, curtumes e o então comércio de sal. No entanto, a relativa importância da economia no litoral piauiense consolidou-se tardiamente devido ao predomínio da pecuária, limitada apenas a um porto de exportação, localizado na cidade de Parnaíba.

O litoral do Piauí configurava-se de maneira que facilitava a navegabilidade de antigos navios à vela (sumacas) que conseguiam chegar até o Porto das Barcas navegando pelo Rio Parnaíba e de lá conduziam até os navios de grande porte atracados no porto Marítimo. Devido a essa facilidade, a então Vila de São José da Parnaíba ascendia economicamente enquanto o restante da província permanecia num total atraso. Sua posição privilegiada, geograficamente falando, atrelada à sua ligação com o Delta do Parnaíba, principal via de escoamento de produtos vindos do interior da província, teriam sido importantes fatores para esse crescente desenvolvimento econômico da atual Parnaíba.

A distribuição do gado viabilizada pela navegação fluvial contribuía também para o crescimento da produção de gêneros de primeira necessidade (alimentícios) bem como da confecção de artigos oriundos do algodão o que facilitava a expansão da atividade comercial.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Ainda nesse período, as trocas intensificaram-se significativamente, prova disso foi o desenvolvimento acentuado de Parnaíba mencionada acima. O contingente populacional da cidade aumentou rapidamente devido à presença das charqueadas, haja vista que o crescente desenvolvimento do comércio aliado à exportação de peles (couro) contribuíram, sobremaneira, para atrair novos habitantes para a região litorânea. Durante o século XIX, houve um incremento dos negócios no Porto das Barcas; os negociantes passaram a exportar vários tipos de produtos (couro em cabelos, atanados e sola, couros, etc.) para outros portos.

Há registros que a província do Piauí teria cultivado naquela época produtos como: arroz, milho, mandioca, fumo, cana, porém a referida produção era insuficiente para o consumo das comunidades locais. Portanto o produto de maior destaque na exportação da província foi o algodão, seguido do fumo e da aguardente, ambos em menor número e esporadicamente.

Escola no Piauí prepara Caixeiros para o mercado de trabalho

Na segunda década do século XX na cidade de Parnaíba foi fundada a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, uma instituição vinculada às atividades comerciais dos caixeiros viajantes, a referida escola contava com laboratórios para as aulas das disciplinas de física, química e ciências, um número considerável de livros em sua biblioteca além de máquinas de escrever, calcular, entre outros materiais de uso didático que viabilizasse um bom desempenho do processo de ensino-aprendizagem.

A escola da União Caixeiral tinha como principal objetivo a preparação/formação de profissionais para atuarem na área comercial. Os estudantes da União Caixeiral, eram advindos de todas as classes sociais, onde os mesmos já faziam parte ou almejavam o propósito profissional na área de atividades comerciais, em virtude da necessidade das empresas de mão-de-obra especializada, que formasse e desse condições de desempenhar funções antes não tão operacionalizadas, levando-se em conta uma formação mais adequada ao comércio. De acordo com Duarte (2009):

> Estudar na União Caixeiral passou a representar a ostentação de uma condição de reconhecimento, tanto intelectual como financeiro, o que despertou nos cidadãos o desejo de fazer parte da plêiade dos ascendentes caixeiros, construindo então na mentalidade do parnaibano uma identidade de ligação entre a União Caixeiral e o progresso na vida pessoal e profissional (DUARTE, 2009, p. 15).

ISSN: 2236-9228

A criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, foi uma iniciativa de tamanha capacidade que permitiu aos jovens parnaibano o acesso em certas posições de destaque na sociedade e no comércio da época, que ascendia rapidamente. O comércio passou a ter um papel importante nesse processo, pois estimulava e dava suporte ao progresso em vias de afirmação na cidade. A escola da União Caixeiral era um referencial na preparação de profissionais para operarem na área comercial.

A referida escola teve sua fundação no dia 28 de abril de 1918, época de grande desenvolvimento da cidade de Parnaíba, a União Caixeiral simbolizava um verdadeiro polo de negócios no estado. A proposta dos seus idealizadores constituiu-se numa maneira de amparálos, formando mão de obra específica para a área comercial, consolidando a categoria diante do progresso econômico registrado em Parnaíba naquele contexto histórico.

Após o encerramento de suas atividades educacionais, tanto a instituição propriamente dita bem como todo o seu acervo cultural foi disperso. Hoje considerada um lugar de memória, a referida escola corre o risco de perder as suas formações identitárias. Como uma trajetória de 88 anos de atividades ligadas à educação, guarda em seu interior, um valiosíssimo acervo de objetos ligados à memória em um lugar de memória disponível para a pesquisa acadêmica de forma que posso contribuir com o entendimento de questões que incluem a escola no universo educacional parnaibano bem como a influência das classes mais abastadas no desenvolvimento econômico do estado do Piauí.

Os direitos adquiridos no exercício da profissão

Sancionada pelo o então presidente da república Juscelino Kubitschek, a lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957 regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas. A referida lei mencionava vantagens acerca da profissão como, comissão, limite de dias estabelecidos para viagens, manutenção de despesas por conta do empregador, etc. Segue abaixo dois dos seus principais artigos.

Art 1º As atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas serão reguladas pelos preceitos desta lei, sem prejuízo das normas estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943 - no que lhes for aplicável.

Art 2º O empregado vendedor terá direito à comissão avençada sobre as vendas que realizar. No caso de lhe ter sido reservada expressamente, com exclusividade, uma zona de

ISSN: 2236-9228

trabalho, terá esse direito sobre as vendas ali realizadas diretamente pela empresa ou por um preposto desta.

Além da profissão de caixeiro ter os seus direitos assegurados pela lei como foi acima colocado, a referida profissão, assim como inúmeras outras têm o seu dia no calendário, os caixeiros viajantes também ganharam o seu, de acordo com pesquisas realizadas, no dia 1º de setembro é comemorado o dia do caixeiro viajante (*fonte: portal UFRJ*). Percebe-se, portanto que esse profissional apesar de todas as dificuldades já enfrentadas em sua jornada diária de trabalho, hoje ter sua profissão reconhecida e uma data para celebração é sem dúvida grandes conquistas que contribuirão com seu legado para as futuras gerações desse tipo de vendedor.

Outra contribuição desses profissionais para a sociedade foi à abertura de estradas e a estabelecimento de vilas e cidades, pois em suas longas jornadas na sua maioria os caixeiros viajantes se deslocavam em costas de mulas criando trilhas uma vez que os meios de transporte naquela época eram muito improváveis. Foram, portanto através de suas paradas onde armavam pequenos empórios e feiras de vendas deram começo a formação de vilas e futuras cidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 3.207 de 18 de julho de 1957**, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/7/1957, Página 18069.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

DUARTE, Gilberto Escórcio. **A educação técnica em Parnaíba**: a união caixeiral como sintoma do desenvolvimento econômico, janeiro de 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **Mémoire Collective**. Paris: PUF, 1950 (*Memórias Coletivas*. São Paulo: Centauro, 2006).

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade - 11" edição Título original: "The question of cultm·al identity", In: S. Hall, D. Held e T. Mc Grew. **Modernity and its fatures**. Politic Press/Open University Press, 1992.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LE GOFF, Jacques. « Memória » in **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990. p.423-483.

MARTINHO, Lenira Menezes. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência** / Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein; prefácio de Maria Odila Leite da Silva Dias. – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

NORA, Pierre. **"Entre memória e história: a problemática dos lugares"**. Projeto História, São Paulo, n10, dez 1993, p.7-28.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

SERTÃO DE PASTOS BONS: UM ESPAÇO MÚLTIPLO

Antônia de Castro Andrade

O sertão de Pastos Bons: um espaço múltiplo

Partindo da ideia de que os lugares e espaços são resultados também dos relatos que se fazem sobre eles (CERTEAU, 1998, p. 207), perguntei-me: como esse lugar chamado de sertão de Pastos Bons tem sido visto na literatura que se volta para essa temática?

O sertão de Pastos Bons: um construto historiográfico

Para responder a essa questão, comecei com os escritos deixados pelo militar português Francisco de Paula Ribeiro, que viveu na Capitania do Maranhão nas primeiras décadas do Oitocentos, e assim, delimitou o espaço geográfico que denominou sertão dos Pastos Bons como o que compreenderia:

> [...] todo aquele terreno que desde a fazenda e riacho Serra, na extremidade sul dos limites de Caxias, cotada da beira do rio Parnaíba na povoação das Queimadas, à barra do riacho do Corrente no rio Itapecuru, se estende por entre o mesmo rio Parnaíba e o Tocantins até as margens do rio Manoel Alves Grande, como já fica relatado, limitando-se por entre as cabeceiras dos ditos Parnaíba e Manoel Alves Grande com a serra chamada do Piauí, e com a capitania deste nome por uma parte das margens deste e por uma parte também das do Turi até defronte da foz do rio Araguaia (RIBEIRO, 2007b, p. 146).

Sobre o processo de colonização do sul maranhense vejamos o relato pioneiro de Ribeiro (2007b, p. 148):

> Domingos Afonso Sertão e outros seus companheiros que do rio São Francisco, nos sertões da Bahia, vieram atravessando e povoando todo o Piauí, por eles verdadeiramente então descoberto, foram os primeiros que, passando aquém do Parnaíba, estabeleceram as primeiras povoações de Pastos Bons, sacudindo para o sudoeste e para oeste o referido gentilismo. Seus progressos de população foram bastantemente rápidos: lançaram-se as primeiras fazendas de gado nas cabeceiras do rio Piauí, e como em um momento apareceu a capitania deste nome, a sua capital, as suas vilas e até os estabelecimentos de Pastos Bons, aquém do dito rio Parnaíba, chegando logo a sessenta léguas de extensão, montaram no ano 1810, às margens do Tocantins, mais de cento e vinte distantes das primeiras povoações do distrito, no riacho e fazenda Serra.

Ainda sobre o processo de formação do sertão de Pastos Bons uma referência necessária é o livro de Carlota Carvalho (2011), *O sertão: subsídio para a História e a*

ISSN: 2236-9228

Geografia do Brasil, cuja primeira edição é de 1924. A despeito das controvérsias sobre ser o livro de autoria dela ou de seu irmão Parsonas de Carvalho,[1] é o relato de alguém que viveu e era apaixonado pela região, pelas "coisas do sertão". O sertão de Carvalho era um lugar onde se encontravam as melhores terras, ares e rios, onde havia homens patrióticos, flora e fauna abundantes. Lá, "[...] o bom sucedia o melhor", diz Carvalho (2011, p. 97). Para Carvalho, o sertão era o Maranhão melhor.

Ela descreve o processo de ocupação e suas consequências para a população autóctone, classificando de cruéis os métodos empregados na conquista do território. Não foi só contra a sanha do conquistador em relação aos indígenas que a autora se voltou. Denunciou, também, o tratamento que os senhores/fazendeiros do sul maranhense davam aos seus escravizados,

> Para esse lugar escuso, escondido pela mata - onde o negro morria dilacerado pelo açoite ou quebrada a cabeça sem se ouvir fora um grito de dor e dentro uma palavra de clemência ou de justiça - afluiu muita gente timorata em 1839 - 40, tempo da revolta dos bem-te-vis ou liberais do Maranhão (CARVALHO, 2011, p. 138).

O sertão de Carlota Carvalho teve, portanto, a presença de sujeitos escravizados, de africanos e/ou afrodescendentes, aos quais ela se refere como negros. Francisco de Paula Ribeiro, nos desperta atenção por um aspecto peculiar de sua narrativa construída no início do Oitocentos, que apesar de ser rica em detalhes, traz um silêncio em relação à população negra escravizada que pudesse existir na região.Faz referências, mas muito sucintas, nas quais ele diz que "os senhores das fazendas ou criadores de gados exigem poucos assalariados, e ainda muito menos escravos, suprindo com seus próprios filhos, os cuidados daquele maneio [...]". Ao informar a quantidade de pessoas que habitavam os sertões, ressalta que "não passava de cinco mil habitantes brancos e menos de mil escravos negros [...]" (RIBEIRO, 2007b, p. 117; 142).

Outra obra de grande importância é a de Maria do Socorro Coelho Cabral (2008, p.15), que estuda o processo de formação social e econômica da região Sul do Maranhão, a partir do século XVIII, com a chegada das frentes de colonização vindas de Pernambuco, Bahia e também Goiás. Seguindo o rastro da boiada, homens e mulheres se estabeleceram às margens do Tocantins e do Parnaíba e lá construíram os primeiros currais. É inegável que foi em torno da atividade criatória que a vida sertaneja sul- maranhense girou.

[1] Ver: MELO, 2010.

ISSN: 2236-9228

Melo (2010, p. 42), em estudo sobre o sertão do Maranhão no começo do século XX, sugere que ele deve ser pensado:

> [...] a partir de suas múltiplas dimensões simbólicas e culturais, desfiando as redes de poder que configuram um cenário marcado por disputas, confrontos e negociações. Trata-se de retratar o sertão como um grande caleidoscópio, agenciador de falas, de memórias, de textos, de leituras, de vozes que gravitam em linhas de fuga, e como tal estão em constante permutação e transitoriedade.

Assim, pensar o sertão maranhense é pensar em um conceito móvel que é "[...] simultaneamente singular e plural, é um e é muito, é grande e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver [...]" (SENA, 1998, p. 23). Compreender essa categoria é pensá-la não só indicando um espaço geográfico, mas também uma realidade social, no qual a identidade do sertanejo é construída, sem dúvida, por fazendeiros, comerciantes, soldados, jagunços, vaqueiros, camponeses, mas também pelos sujeitos escravizados que viveram naquelas paragens.

Por meio das informações contidas na documentação analisada, podemos conhecer fragmentos das histórias de vida de alguns homens e mulheres que ali viveram. Dos fazendeiros, os que utilizaram e os que não utilizaram o trabalho de mão de obra cativa em suas fazendas espalhadas pelas margens dos rios. Dos escravizados que, usando as brechas deixadas pelo próprio sistema escravista, conseguiram fazer-se ouvir através de suas lutas (as fugas, por exemplo) e negociações (as alforrias "gratuitas", as relações de compadrio) travadas diariamente para sobreviverem. E tantos outros atores sociais que (re)formaram e (re)significaram suas vidas e o espaço em que viviam.

Sertão de Pastos Bons: um sertão de senhores, bois, terras e gente

Durante algum tempo se acreditou que o trabalho escravo fora incompatível com as tarefas realizadas nas fazendas de gado espalhadas de norte a sul do Brasil durante o Período Colonial e o Império. Tal certeza passou a ser questionada por historiadores como Mott (2010) e Gorender (1985), entre outros. O primeiro, a partir de dados levantados em duas listas nominais de habitantes feitas no Brasil, em 1697 e em 1762, concluiu que:

> [...] desde o início e ao menos durante todo os setecentos, a pecuária piauiense dependeu substantivamente da mão de obra escrava negra e mestiça. Embora existindo lugar para o trabalho livre, inclusive indígena, o escravo negro sempre foi

> uma presença importante e indispensável nas fazendas de criatório, superior ao braço indígena, quiçá mesmo ao braço livre (MOTT, 2010, p. 107).

A também historiadora Ribeiro (1990, p. 62), ao lanchar um breve olhar sobre a economia da região de Pastos Bons, ressalta: "Nessas áreas do Maranhão, onde as atividades econômicas foram predominantemente a agricultura de subsistência e a pastoril, o número de escravos, no seu total, foi inferior às grandes áreas de grande lavoura. Sua presença, entretanto, é inquestionável". Essa hipótese já havia sido levantada por Gorender em 1985.[2] Faria R. (1998)[3] em seu trabalho também havia identificado indícios que apontavam para certo 'engajamento' de trabalhadores escravizados nas atividades ligadas à pecuária no Maranhão.

Na maioria dos inventários analisados por mim, os inventariados aparecem como donos de gado, terras e escravizados. Tais dados também apontam para a existência de uma pecuária no sul do Maranhão marcada pelo emprego da mão de obra escravizada. Assim, a "civilização do couro" mencionada por Cabral (2008, p. 51), que se forja naquelas campinas, contou com a presença e com o trabalho de homens e mulheres escravizados nas labutas diárias e na tessitura das relações dentro e fora das fazendas.

Os indícios presentes nos inventários sugerem que não era só seguindo as boiadas que se movimentavam os indivíduos que habitavam a vasta região do sul do Maranhão. Apesar de seu relativo isolamento em relação à capitania/província (São Luís, no litoral), aquele sertão mantinha relações comerciais com algumas regiões de Pernambuco, Bahia, Pará, Ceará e Piauí. O comércio de gêneros alimentícios, gado e pessoas (compra e venda de escravizados) e as trocas culturais daí decorrentes, integravam e davam os matizes da dinâmica de sua vida.

Havia um trânsito de gente e de mercadorias. Os sete sujeitos escravizados pertencentes ao casal Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, por exemplo, estavam sob a posse de uma das herdeiras, que residia "no termo da Villa de Pilão Arcado da Província de Pernambuco" (Inventário *post-mortem* de Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, 1878, fl. 68). Para os padrões da região e da época em estudo, possuir essa quantidade de escravizados colocava esses proprietários entre os grandes senhores escravistas dali. A amplitude espacial das relações sociais do casal aparece também no local de nascimento dos seus cativos. Damiana, "preta, com doze annos de idade, solteira,

[2]Analisando os escritos deixados por Francisco de Paula Ribeiro esse autor, concluiu que, no sertão do sul do Maranhão, "o caráter escravista da pecuária já aparece atenuado, mas, ainda sim, persistente no regime de trabalho" (Apud GORENDER, 1985. p. 417).
[3] Ver: FARIA (1998).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

[era] natural da Bahia" (Inventário *post-mortem* de Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, 1878, fl. 65v). E a escravizada Leonor, identificada como "preta, de quarenta e seis annos de idade, solteira, roceira", era natural do Piauí (Inventário *post-mortem* de Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, 1878, fl. 63v). Enquanto outros escravizados pertencentes ao mesmo casal eram da própria região em que o casal inventariado residia.

Sertão de Pastos Bons: Pecúlio: um direito conquistado

Do inventário de Vicente Ayres da Silva se sobressaia a história de Antônio. Em 1881, era descrito como um homem escravizado, de "cor cabra, com idade hoje de cincoenta e trez annos de idade pouco mais ou menos, solteiro, roceiro, doentio, que foi avaliado pela quantia de cento e cincoenta mil reis" (Inventário *post-mortem* de Vicente Ayres da Silva, 1881, fl. 23). Antonio quis aproveitar o disposto no art. 4, da Lei do Ventre Livre, que permitia aos escravizados a "formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias" (BRASIL, Lei de nº 2040 de 28.09.1871).

O mesmo ocorreu em 1877, com o escravizado Elias, de "trinta e um annos, solteiro, cabra", a quem o inventariante de Dona Thomasia Fernandes de Sousa, moradora da Vila de Mirador, Comarca de Pastos Bons, avaliou "por um conto de reis" (Inventário *post-mortem* de Thomasia Fernandes de Sousa, 1877, fl. 17v). Vejamos:

> Declarou o tenedor inventariante que os escravos descritos, a exceção do de nome Elias nenhum tem partes [?] para suas libertações e que o dito Elias declarou seos bens para aplicar ao fundo de sua libertação os seguintes bens. Quatro novilhos dois bois tres garrotes onze bezerros, nove éguas, duas [ileg.] dois potros, dois cavalos no total de seiscentos e quarenta e hum mil reis – 641$000. (Inventário post-mortem de Thomasia Fernandes de Sousa, 1877, fl. 21v).

Chama atenção a diversidade e a quantidade de itens elencados por Elias, indicando o que representava a posse de um sujeito escravizado naquela sociedade que tinha a pecuária como a principal atividade: o valor dos trinta e cinco animais listados não equivalia ao preço de um homem escravizado adulto.

O valor acumulado por Elias para formar seu pecúlio, 610$000, também salta aos olhos. Ferreira (2016, p. 90) em estudo sobre essa prática em várias regiões do Maranhão, com vista

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

à liberdade pelo Fundo de Emancipação,[4] destaca que "A média de pecúlio oscilou entre 50$000 réis e 120$000 valores acima desses são considerados excepcionais". Infelizmente não dá pra saber que atividade Elias exercia que o possibilitou poupar tamanha quantia; sequer saber por que ele teve sua alforria avaliada por uma soma tão alta, um conto de reis. Posso supor que, pelos valores citados, Elias teria uma importância econômica significativa dentro do espaço social que vivia.

O trabalho dos sujeitos escravizados nas fazendas sul-maranhenses

Ao comentar sobre a administração das fazendas de gado surgidas no sertão maranhense, Cabral (2008, p. 109) afirma não ter identificado ali o absenteísmo tão característico de outras regiões:[5] "o fazendeiro do sul do Maranhão encontrava-se à frente da administração de sua fazenda".[6]A autora defende que: era ele quem organizava diretamente as atividades desenvolvidas dentro e fora da propriedade. A população das fazendas era formada, basicamente, "pelo casal (fazendeiro e mulher), seus filhos, parentes e pelos outros dependentes do fazendeiro – vaqueiros, fábricas, agregados e aventureiros". Sobre a participação de sujeitos escravizados nessas unidades produtivas, diz a autora:

> O trabalho escravo e o livre foram utilizados com frequência. Ao que parece, os escravos desempenhavam função subalterna atribuída aos fábricas. **Em nenhuma fonte consultada encontramos referência a vaqueiros escravos, o que nos leva a sugerir que os vaqueiros eram sempre recrutados entre os trabalhadores livres** (CABRAL, 2008, p.106, grifo meu).

Francisco de Paula Ribeiro descreveu as atividades que eram de responsabilidade dos vaqueiros das fazendas de gado do sul da província.

> Vaqueiro é aquele homem encarregado da criação dos bezerros, e de amansá-los ao mesmo tempo de três meses no curral, para que quando criados novilhos não fiquem touros bravos, sem deixar conduzir-se, nem conduzir o gado aos currais; [...] É também encarregado de os curar das grandes chagas que em pequenos geralmente adquirem por intervenção da mosca ou inseto a que chamam varejeira, e que infalivelmente os mata quando se lhes não aplica um pronto e escrupuloso curativo. O vaqueiro queima os campos em tempo próprio, e não todos de uma vez, para que no entanto que estas queimadas, como ali se chama, produzam novos pastos tenros e viçosos, tenham em partes os gados capins secos de que sustentar-se. Ele é o que procura extinguir as onças ou tigres que aparecem nas fazendas, matar os morcegos

[4]Foi criado pelo Art.3º da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, era um subsídio do Governo Imperial às províncias e aos Municípios, destinado à libertação de escravizados e utilizado para indenizar os senhores.
[5]Ver: FALCI, 1995.
[6]Realidade que também fez parte da administração das fazendas do Piauí estudada por Mott (2010, p. 134).

ISSN: 2236-9228

> e cobras venenosas, que vivem nas tocas ou buracos das pedras e das árvores. É o que ajunta e aquieta os gados nas malhadas são certos lugares escolhidos, nos quais se costumam os gados pernoitar, não faltando ali ao pôr-se o sol uma só vez, embora tenha pastado nesse dia a uma légua distante (RIBEIRO, 2007b, p. 178-179).

Homens e mulheres escravizados podiam ser empregados em todos os serviços das fazendas. Lara (1988, p. 184) nos diz que até mesmo "os serviços de alguns inúteis deveriam ser aproveitados para vários misteres, como de criar galinhas e porcos". Acrescento que até aqueles apontados como "sem profissão alguma e de péssima conduta", geravam algum ganho para os seus senhores, como é o caso de Joanna, que permaneceu com o senhor até a morte dele. Talvez a vantagem em mantê-la estivesse nos três filhos ingênuos que ela tinha em sua companhia: "Jesuína, parda, nascida em mil oitocentos oitenta e um, Maria, mulata nascida em mil oitocentos e oitenta e três: e Theotonia, mulata, nascida em novembro de mil oitocentos e oitenta e quatro" (Inventário *post-mortem* de Pedro Gomes da Silveira, 1885, fls. 10-11).

Nas fazendas do sul do Maranhão, na mesma época, os escravizados desempenhavam estas e outras atividades relativas à lida diária nessas propriedades. É o caso de Francisco, "crioulo, com trinta e um annos, pouco mais ou menos, solteiro, **vaqueiro**, natural desta província [...]", arrolado entre os bens semoventes de um proprietário falecido (Inventário *post-mortem* de Justino Antônio de Medeiros,1877, fl.58v, grifo meu). E também do escravizado Cacimiro, "de cor parda, com idade de quinse annos, solteiro, **vaqueiro**, natural deste termo [...]", que administrava uma fazenda, cujos bens foram inventariados em 1879 (Inventário *post-mortem* de Manoel Pedro de Brito, 1879, fl.7v, grifo meu).

Ao assumir a função de vaqueiro, o escravizado relativizava a ordem das coisas. Não era mais controlado e vigiado da mesma forma que os demais trabalhadores escravizados. E podia ter funções partilhadas com o senhor, além de ter maior acesso à casa deste, para organizarem as tarefas a serem realizadas. Competia ao vaqueiro delegar as funções cotidianas realizadas na fazenda e, na ausência do fazendeiro/seu senhor, cabia-lhe o gerenciamento das atividades.

Dadas as particularidades dessa função, não era qualquer escravizado que poderia se tornar um vaqueiro. Para ocupar tão importante cargo, teria que ser pessoa da confiança do proprietário e com quem este tivesse uma relação cordial. Segundo Andrade (1964, p. 197), era grande a labuta de um vaqueiro, pois além de passar boa parte do dia sobre a sela de um cavalo, fiscalizando e cuidando das pastagens e dos bois que eram criados à solta, era ele que conduzia.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Em troca de tamanho esforço, recebia como "remuneração a 'quarta' dos bezerros e potros" nascidos nos rebanhos sob sua responsabilidade (ANDRADE, 1964, p. 180). Assim, a profissão de vaqueiro dava ao escravizado uma posição de destaque no grupo ao qual pertencia. Talvez o tornasse uma boa opção para quem procurava, por meio dos laços de compadrio, formar alianças com alguém que pudesse dar assistência aos filhos. Por outro lado, ser vaqueiro poderia facilitar ao escravizado a formação de um pecúlio para a compra da carta de alforria.

Ao que parece, ter habilidade e treino para ser vaqueiro aumentava, minimamente que fosse, o preço do escravizado, como podemos perceber na descrição da escravaria de um inventariado.

> Deu o inventariante a discrever a parte que o cazal inventariado tem um escravo de nome **Luiz**, mulato com quinze annos de idade, solteiro, natural desta província, de serviços domésticos [...] em cujo inventário o mesmo escravo foi avaliado por seiscentos, digo, por quinhentos mil reis [...]//Um escravo de nome **Francisco**, crioulo, com trinta e um annos de idade, pouco mais ou menos, solteiro, vaqueiro, natural desta província que foi avaliado por seiscentos mil reis [...]//Uma escrava de nome **Izodora,** mulata, com des e seis annos de idade, solteira, rendeira, natural desta província que foi avaliado por quinhentos mil reis [...]//Uma escrava de nome **Roza**, crioula, com doze annos de idade, solteira, de serviços domésticos, natural desta província [...] a qual foi avaliada por tresentos e cinquento mil reis [...]//Uma escrava de nome **Joanna**, cabra, com des annos de idade, serviços domésticos, natural desta província [...] foi avaliada pela quantia de tresentos mil reis [...](Inventário post-mortem de Justino Antonio Medeiros,1877, fls. 58-59, grifo meu).

Os rebanhos desse senhor estavam distribuídos em duas fazendas. Apesar de não ter sido possível conhecer o modo como era organizada a administração desses bens, percebe-se que o escravizado Francisco, na função de vaqueiro, deveria trabalhar arduamente para cuidar dos numerosos animais listados entre os bens, que podem ser vistos na tabela a seguir.

Ao comparar os valores dos 5 sujeitos que pertenciam a Justino Antonio Medeiros com o valor total de seu rebanho, percebi que os primeiros constituíam os bens de maior valor (2:300$000). Realidade presente na maioria dos inventários que analisei.

O trabalho dos vaqueiros deveria ser conduzido com muito zelo. Ao exercer essa profissão, em sua lida diária o escravizado Francisco talvez precisasse se deslocar de uma fazenda a outra, para, assim, conseguir administrar os animais que constituíam o patrimônio de seu senhor, pois não há referências a outros vaqueiros ou ajudantes no inventário. Se existiram, a hipótese coloca Francisco numa situação bem mais peculiar, seriam trabalhadores livres, comandados por um escravizado.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Nos inventários analisados, os trabalhadores escravizados avaliados na faixa de preço mais alta eram, além dos vaqueiros, os identificados como roceiro/a e oficial de carpina. Em geral, os escravizados constituíam um dos bens de maior valor arrolados em cada inventário. Não pude identificar se havia uma relação direta entre a idade e o valor do escravizado, percebi sim que quando a profissão foi registrada tinha um acréscimo em seu preço, em relação aos demais.

O aluguel de escravizados também foi usado por senhores escravistas do sertão como uma estratégia de obtenção de renda. Uma mulher apresentada como Dona Josina Ayres Mascarenhas alugou, em1881, uma casa e um trabalhador escravizado. O tratamento de *dona* a uma mulher indica ser esta alguém a quem se atribui ser pertencente aos extratos sociais mais altos daquela sociedade.[7] O referido escravizado havia falecido no ano de 1884, ainda na vigência do aluguel, mas o senhor dele não ficou no prejuízo. Quando foi feito o inventário desse proprietário, Dona Josina devia aos herdeiros o valor do trabalhador escravizado que morrera enquanto estava a seu serviço (Inventário *post-mortem* de Aniceto Ayres da Silva, 1885, fl. 14v).

Mott (2010), ao analisar as relações escravistas nas fazendas de gado do Piauí, constatou que "[...] As categorias 'escravo de ganho' e 'escravo doméstico' tão freqüentes nas maiores cidades do Brasil-Colonial neste idêntico período, devem ser muito raras nesta sociedade com organização econômica e social tão rústica" (p. 111). Penso que a mesma dedução se poderia aplicar para a categoria de "escravo de aluguel" para o sul do Maranhão, no período em estudo. A prática existia, de forma esporádica.

Os homens e mulheres daquela região, que vislumbrei nos inventários, são fazendeiros, seus familiares, outros sujeitos livres, além dos escravizados e dos libertos. Dos livres e dos libertos poucas vezes consegui identificar a atividade econômica a que se dedicavam na luta pela sobrevivência.

[7]E aqui cabe uma referência ao instigante trabalho da Profª Drª Marize Helena de Campos (2010), *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhense (1755-1822*). De posse de uma massa documental rica e variada, a referida autora descortina uma dimensão da vida social pouco explorada pela historiografia maranhense, a saber, a participação ativa das mulheres na vida sócio-econômica do Maranhão no período citado acima. Identificou que aquelas "senhoras donas" "não eram, necessariamente, proprietárias de bens e escravos ligados à cultura do algodão, mas eram também proprietárias de gados vacuns e cavalares, lavouras de mandioca, engenhos etc." (p. 21). Essas mulheres apareceram na documentação cotejada não só como possuidoras, mas, também, como transmissoras de bens, o que, para Campos, representaria uma "clara demonstração de autoridade e poder" (p. 185). Na região estudada por mim, dos 59 inventários analisados em 25 deles aparecem mulheres possuidoras de terras, gados, escravizados etc, constituindo assim, de certo modo, as "senhoras donas" do sertão maranhense.

ISSN: 2236-9228

Estrutura demográfica da população escravizada das fazendas de gado do sertão maranhense

A população livre registrada pelo censo de 1872 para aquela região, realmente era a maioria, no entanto, isso não significa a inexistência de cativos naquela sociedade. Havia espaços nos quais os escravizados se moviam e até mesmo exerciam atividades que antes se acreditava serem de exclusividade do homem livre e branco.

Tabela 1 – População das freguesias do sul do Maranhão: 1872

FREGUESIA	POPULAÇÃO LIVRE	%	POPULAÇÃO ESCRAVIZADA	%	TOTAL
São Bento de Pastos Bons	10. 940	93.16	804	6.83	11. 744
São Felix de Balsas	9.622	93.01	723	6.99	10.345
São Pedro de Alcântara	9.732	96.23	382	3.77	10.114
Nossa Senhora de Nazareth do Riachão	3.877	88.64	497	11.36	4.374

Fontes: Recenseamento de 1872. Disponível em: <www.brasil.gov.br>. Acesso em: 13/11/2016.

Parte dos sujeitos escravizados listados na documentação cotejada, era registrada com outros elementos de informação, além do nome: idade, profissão, filiação, condição física, estado civil e cor. Não posso afirmar quem dava as informações, se o próprio escravizado, os inventariantes, ou se era o senhor quem os havia registrado daquela forma nas matrículas de escravizados realizadas por determinação da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários. Para FARIA S. (1998, p. 311), "o vocabulário classificatório transcendia as informações dadas pelos cativos", sendo, em muitos casos, filtrado pelo olhar social de quem as forneciam. Nos inventários analisados, os escravizados são classificados como cabras, pardos, mulatos, cafuzos, mestiços e até como negrinhas. Entre as classificações branco e preto existia, portanto, um gradiente de cores. A cor também era usada como elemento de distinção e classificação social (PEREIRA; VENÂNCIO; SOUSA, 2006).

Guedes (2014, p. 185) ressalta que as pesquisas hoje realizadas sobre essa temática vêm mostrando a necessidade que se tem de "dissociar escravidão e qualidade de cor", pois também, "entre livres e senhores, [havia] gente de todas as matizes entre branco e negro".

Da população submetida ao regime de escravidão na região objeto deste estudo, foram identificados 300 indivíduos nessa condição na documentação analisada. Destes, apenas 58 tiveram as profissões especificadas. Dos 300 sujeitos escravizados localizados, 12 não tinham

ISSN: 2236-9228

informações sobre o sexo. Foram registrados apenas como "escravos". E 268 tiveram suas idades registradas, permitindo-me constatar que a maioria da escravaria era composta de sujeitos jovens, em pleno vigor físico, produtivo e reprodutivo.

Mott (2010, p. 113) tem uma hipótese para a predominância de homens nas regiões dedicadas à pecuária. Segundo ele, "[...] explica-se tão alta relação de masculinidade pelo fato de a pecuária, atividade econômica dominante, ocupar exclusivamente mão de obra masculina". Quanto às mulheres escravizadas, segundo o mesmo autor, dedicavam-se as tarefas agrícolas (Idem, 2010, p. 113).

Em média, o tamanho das escravarias no sul-maranhense era menor (de apenas 5 escravizados para cada proprietário), se comparado às regiões de agricultura mercantil. Algumas eram formadas apenas por mulheres escravizadas, como a das duas senhoras citadas a seguir. Uma tinha três escravizadas: Maria, Leoncia e Francisca, de 24, 21 e 20 anos, respectivamente (Inventário *post-mortem* de Maria da Motta e Silva, 1876, f. 31-32). A outra, duas escravizadas: Conrada, de 42 anos e Tereza de apenas 17 anos (Inventário *post-mortem* de Alsiria de Assis Mascarenhas, 1868, fl.7). No entanto, os homens escravizados eram mais numerosos que as mulheres submetidas ao cativeiro,[8] como podemos ver na tabela 7.

Assim, os vestígios presentes nos inventários deixados por senhores(as) da região sul do Maranhão me possibilitaram perceber a existência de um sertão caracterizado por vínculos sociais múltiplos e variados, no qual, livres, libertos e escravizados se encontravam e estabeleciam relações, nem sempre harmoniosas. O conflito era latente, mas houve espaços para as negociações cotidianas, nas quais os sujeitos iam construindo espaços de sociabilidade e de solidariedade no dia a dia das fazendas.

Conclusão

Para compreender o lugar conhecido como sertão de Pastos Bons, recorri não só à bibliografia disponível sobre o tema, que a definia como um espaço marcado pela ação das patas dos bois e do branco desbravador que conquistou aquele território. Na análise dos inventários deixados pelos proprietários sul-maranhenses, fui descortinando pouco a pouco um sertão marcado pelo gado, o curral, o vaqueiro, mas também pelo trabalho e presença de mulheres e homens escravizados. Os indícios apontam para a existência de uma sociedade

[8] Ver: MATTOSO, 2001.

ISSN: 2236-9228

rural muito mais complexa que a simples imagem de um vaqueiro, livre e branco, sobre seu cavalo, cuidando dos gados de seu patrão.

Na análise dessa documentação emergiram-se algumas histórias. A do escravizado Elias, que conseguiu acumular uma soma significativa, formar seu pecúlio para poder conseguir a tão sonhada liberdade. A de Venância, recém-liberta, que diante da morte de seu senhor fugiu, com medo de uma possível reescravização. A de Luiza, "outra fujona", que passou a viver como livre em Barra do Corda. A de Jaciaria, que diferente de outros companheiros de cativeiro conseguiu sua liberdade "gratuitamente". E tantas outras histórias, que nos dão pistas sobre a complexidade da dinâmica cotidiana que marcou as relações de sociabilidade daqueles indivíduos escravizados convivendo com a população livre e liberta do sul do Maranhão do século XIX. Relações que foram marcadas ora pelo conflito, ora por ações cordiais. Desenhou-se uma sociedade na qual os escravizados criaram em seu cotidiano estratégias de luta e resistência para sobreviverem em um meio que lhes era hostil.

Vi como foi frequente a presença de escravizados arrolados entre os bens dos proprietários sul-maranhenses, sugerindo a existência de uma pecuária onde a mão de obra escravizada convivia com a livre. Em alguns casos, escravizados como os vaqueiros Francisco, exercendo atividades que se acreditava serem exclusivas dos livres. Tais constatações nos ajudam a ter um maior entendimento sobre a complexidade das relações que se formaram dentro e fora dos currais que marcaram a paisagens sul-maranhense do XIX.

REFERÊNCIAS

- **Bibliografia**

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1964.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. 2. ed. São Luís: EDUFMA. 2008.

CAMPOS, Mariza Helena de. **Senhoras Donas**: Economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822). São Luís: Café e Lápis; FAPEMA, 2010.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil. (Organização e notas de Adalberto Franklin e João Renôr F. Carvalho) 3.ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Introdução à "Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão". In: **Francisco de Paula Ribeiro:** desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz - Ma: Ética, 2007, p. 133-143.

_____. À descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão. In:FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de (Org.). **Francisco de Paula Ribeiro:** desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer**.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Trabalho Escravo e Trabalho Livre na Crise da Agroexportação Escravista no Maranhão São Luís**. Monografia (Especialização em História Econômica Regional) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos:** cativeiro e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Ed.UNESP, 2005.

FERREIRA, Roberto Guedes. **Na pia batismal**: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1999.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas- SP: Unicamp, 2006.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de (Org.). **Francisco de Paula Ribeiro:** desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2007.

_____. Introdução ao Roteiro da viagem que fez Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de (Org.). **Francisco de Paula Ribeiro**: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 57-66.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1985.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro**: Trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ. 2008.

GUEDES, Roberto. Livros paroquiais de batismos, escravidão e qualidades de cor (santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES,

Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII**: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

LARA, Silva Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Blown`inthe Wind:E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista do Programa de Estudos em História do Departamento de História PUC-SP**. nº 12. out. 1995.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico do Maranhão**. 3ª ed. com notas e apuração textual de Jomar Moraes. São Luís: AML, 2008.

MELO, Irisnete Santos de. **Palavras nos lábios, armas nas mãos**: narrativas, trajetórias e encon(fron)tros na chamado sertão do Maranhão no começo do século XX. Recife. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis:** a Lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas-SP. Editora da Unicamp; Centro de pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MOTT, Luiz R. B. Fazenda de gado do Piauí:1697-1762. SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8, 1975. **Anais...**. Aracaju, 1975.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **A Fronteira do Cárcere e do Paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Católica de São Paulo - USP, São Paulo. 2001.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses**. (reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros). São Paulo: Siciliano, 2002.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.

SENA FILHO, Nelson de Sertão: O “espaço percebido” segundo Guimarães Rosa.

SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negocição. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.62-78.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Os filhos de escravas**: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888). Cadernos de História, Belo Horizonte, v.11, n. 15, 2º sem. 2010. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/.../2413>. Acesso em: 14 out. 2016.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Ideologia & escravidão:** os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Editora Vozes: Petrópolis - RJ, 1986. (Coleção História Brasileira).

ISSN: 2236-9228

Recenseamento de 1872. Disponível em: <www.brasil.gov.br>. Acesso em:13/11/2016.

- **Documentos**

Inventário *post-mortem* de Alsiria de Assis Mascarenhas, 1868. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Aniceto Ayres da Silva, 1885. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Clemente Procópio de Souza, 1882. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.
Inventário *post-mortem* de Eufrasio Pinheiro Noleto, 1880. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de João Damasceno de Vasconcelos 1885. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, 1878. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Justino Antônio de Medeiros, 1877. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Manoel Pedro de Brito, 1879. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Maria Alexandrina Pereira, 1880. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Maria da Motta e Silva, 1876. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Pedro Gomes da Silveira, 1885. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Thomasia Fernandes de Sousa, 1877. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Vicente Ayres da Silva, 1881. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

TECENDO OS RUMOS DA NAÇÃO: DEPUTADOS DO MARANHÃO NO NOVO CENTRO DE AUTORIDADE POLÍTICA (1826-1829)

Mário Augusto Carvalho Bezerra[1]

Para compreender os processos históricos e as dinâmicas políticas, econômicas e sociais do homem no seu tempo é necessário estabelecer as relações existentes no conjunto social em que o ser humano habita. É olhar para o campo político e perceber o comportamento, o modo de pensar e as transformações da sociedade.

> Trata-se de reconstruir o modo por que os indivíduos e os grupos elaboraram a compreensão de suas situações; de enfrentar os rechaços e adesões a partir dos quais eles formularam seus objetivos; de traçar de algum modo a maneira pela qual suas visões de mundo limitaram e organizaram o campo de suas ações (ROSANVALLON, 2010, p. 76).

O lugar social e o campo político são pontos de partida do contexto histórico e produção escrita da história. É no contexto histórico do presente que percebemos a necessidade de olhar o passado com renovação, destacando pontos, contrapontos e o não-dito da construção historiográfica[2].

Nesse sentido, a configuração metodológica para entender a operação e práxis da história está inserida no olhar historiográfico e crítico para a construção ou renovação cientifica da história.

O conhecimento histórico[3] é marcado por intenso movimento de mutação. Sem dúvida, os historiadores da primeira geração da *Escola dos Annales*, criada em 1929, revolucionaram[4] a abordagem histórica com a valorização de novas fontes e as atividades humanas em espaços mais amplos[5] e distintos.

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduado em História-Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Contato: marioaugusto769@gmail.com

[2] Michel de Certeau (2006, p. 66) afirma que a produção/pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.

[3] René Rémond (2003. p. 13): destaca que "o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes, sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a "ideologia dominante", e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época".

[4] Jacques Revel (1989, p. 36): afirma que a década de 1930 contou com uma novidade que seria a reorganização das ciências sociais no território francês em volta da disciplina História, passando pelo processo de reconstrução dos objetos de pesquisas, constituído pelo próprio homem.

[5] Peter Burke (2010, p. 12) utilizando os estudos de Braudel (1949) na obra *O Mediterrâneo* destaca: "a história pode fazer mais do que estudar jardins murados".

ISSN: 2236-9228

Gradualmente, os impressos foram incorporados na pesquisa, reelaborando a escrita da história por meio do papel e funcionamento, interesse e função dos impressos. Com a terceira geração dos *Annales*, os "novos objetos, problemas e abordagens" contribuíram para a inserção dos impressos na investigação histórica.

O historiador Marc Bloch (2002, p. 47) destaca que a história não é apenas uma ciência em marcha, é também uma ciência na infância. Logo, uma ciência em constante modificação teórica e metodológica na constituição da cientificidade histórica[6]. Rüsen (2001) vai mais longe ao destacar um processo de autorreflexão por parte do próprio historiador enquanto sujeito cognoscente do pensamento histórico, sem esquecer que a pesquisa e a historiografia não são estáticas, permanecem em constantes mudanças.

Com a História Política não foi diferente. Após grande prestígio no século XIX, a política foi deixada de lado nos estudos históricos por uma abordagem mais econômica. A concepção de que o campo econômico[7] explicaria as dinâmicas sociais sem o auxílio das ações políticas ganhou força. O econômico surgia como elemento determinante e definidor das relações entre os homens no interior da sociedade, o objeto central de estudo (GOUVÊA, 1998, p. 26).

Em 1960, com a expansão do marxismo no território francês e com forte influência dos *Annales* a política ganhou as margens da produção histórica. As considerações da historiadora Marieta de Moraes Ferreira (1992, p. 265) ajudam a entender esse processo: "em nome de uma história total, uma geração de historiadores passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de história onde o econômico e o social deveriam ocupar lugar fundamental".

Marginalizada, a história política ficou classificada como individualista, factual e subjetiva, centralizada na elite, no Estado dominante. A narrativa histórica tinha como foco "os grandes tronos", excluindo as dinâmicas sociais dos povos em sociedades. Seria o fim da velha história política ou uma fase necessária para repensar seus princípios?

O estudo do político não foi abandonado completamente. De acordo com Pierre Rosanvallon (1995, p. 10) "o declínio da história política tradicional também foi acompanhado pelo desenvolvimento da história das mentalidades políticas e, sobretudo da

[6] Jörn Rüsen (2001): chama atenção para uma construção historiográfica pautada no diálogo com a sociedade, através de sentido e identidade social. Rüsen ressalta a escrita voltada para a aplicabilidade do conhecimento histórico na sociedade, ou melhor, escrever a história sem perder a cientificidade.

[7] Ao tratar dos estudos econômicos, Peter Burke (2010, p. 19), destacar que "os historiadores foram, talvez, os opositores mais bem organizados da história política. Gustav Schmoller, professor em Estrasburgo, nesse tempo pertencente à Alemanha (1872), por exemplo, foi o cabeça de uma importante escola histórica".

ISSN: 2236-9228

sociologia política". Percebe-se a não exclusão do político na ciência política e que esta promoveu o interesse nos trabalhos sobre as forças e sistema político. Isso leva a crer que as ciências são mutáveis, estão em constante processo de renovação.

A história política sempre foi alvo dos historiadores. A política, de fato, está na essência da história. Francisco Falcon (2011, p. 55) destaca que "história e poder são como irmãos siameses" e ressalta que "separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível".

A política vai além das relações de poder, está no centro da convivência humana, nas dinâmicas sociais de grupos em sociedade. Nesse sentido, a história está na política e está diretamente na história, no coletivo dos homens no tempo. Vivendo no singular o homem é apolítico, escapa das relações de poder, das estratégias e dos jogos de interesses.

Mudanças: de Portugal ao Maranhão

Os primeiros decênios do século XIX constituem um período de grandes mudanças nos dois lados do Atlântico do mundo português. Em Portugal, as transformações são geradas com a crise do Antigo Regime, o reformismo ilustrado via Universidade de Coimbra e a concepção política liberal evidenciada pelo movimento liberal do Porto ou Revolução do Porto, proclamada em agosto de 1820. Valentim Alexandre (1993, p. 441) compreende tais mudanças como uma "desafetação da burguesia portuguesa em relação ao antigo regime e sua passagem a uma posição radical".

Nesse sentido, Neves (2001, p. 73) ressalta que "o século XIX nasceu sob a égide do embate entre o Antigo Regime e Luzes, um sinal, talvez o mais evidente, daquilo que muitos denominaram a *Modernidade*". Uma estrutura política pautada em um novo modo de governar. Perspectiva também enfatizada por René Remond (1990, p. 5) ao destacar que "o século XIX, tal como os historiadores o delimitam, é um dos séculos mais complexos".

Nessa perspectiva, as mudanças em Portugal ganham força no período do vintismo sob a criação e instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que tinha como um dos objetivos o regresso do monarca português, então residente no Rio de Janeiro. Na América portuguesa, tais mudanças são verificadas com a chegada da família real em 1808, a Abertura dos Portos e os tratados comerciais de 1810, que provocaram transformações nas capitanias[8] e sua inserção no macro sistema político da época.

[8] Por decisão das Cortes, em outubro de 1821, as capitanias passaram a ser denominadas de províncias.

ISSN: 2236-9228

No Maranhão, os primeiros decênios do século XIX são marcados por transformações políticas, econômicas e sociais, principalmente em São Luís, centro de autoridade colonial. A adesão em 6 de abril de 1821 do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca à Revolução do Porto é outro marco responsável pela movimentação no interior da província. Yuri Costa e Marcelo Galves (2011, p. 25) observam que "as expectativas provocadas por tal mudança agitaram as ruas de São Luís".

A repercussão da Revolução do Porto no Maranhão

Ao analisar "a Independência do Meio-Norte" e o processo de transformação que marcaram o início da segunda década do século XIX na província do Maranhão, Matthias Röhrig Assunção[9] observou que "parece que a modernidade política chegou ao Maranhão apenas com a Revolução Constitucionalista do Porto" (ASSUNÇÃO, 2005, p. 348).

Modernidade política, definida por François-Xavier Guerra (2000, p. 31), como "una mutación cultural: en las ideas, en el imaginario, en los valores, en los comportamientos, en las prácticas políticas, pero también en los lenguajes que los expressan"[10].

Os ecos do movimento do Porto foram responsáveis pelas transformações além-mar que garantiram as articulações políticas, nos dois lados do Atlântico, entre o Maranhão e as Cortes: "mesmo distante da Corte, a cidade de São Luís viveu a transferência de parte do debate político para as ruas, agitadas a partir de 1821" (GALVES, 2015, p. 44). Tais mudanças repercutiram na província por intermédio da adesão, em 6 de abril de 1821, capitaneada pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, seguida da aclamação do governador e da criação de uma junta consultiva de governo, movimentos acompanhados por dissensos políticos, forjados no apoio ou repúdio a Fonseca, e nas razões para tal.

Marcelo Galves, ao analisar a repercussão da revolução em São Luís, destaca uma correspondência trocada entre o governador Pinto da Fonseca e o ministro Tomás Vilanova no momento em que as informações da revolução tomaram conta do espaço provincial:

[9] O autor elabora um estudo compreendendo o processo de Independência na província do Maranhão a partir dos novos parâmetros políticos constitucionalistas desde a chegada das notícias da Revolução do Porto em São Luís. Com isso, Assunção destaca que "o processo de "adesão" da capitania do Maranhão ao Império brasileiro apresenta uma serie de peculiaridades quando comparado com muitas outras colônias portuguesas na América". Para Assunção (2005, p. 349-350), o impacto da Revolução do Porto no Brasil e no Maranhão foi marcante, pois estabeleceu/difundiu um ideário liberal e constitucionalista.

[10] Para François-Xavier Guerra (2000) o processo de modernidade política permeia os mais diversos setores da sociedade. Dessa forma, o setor político foi responsável por disseminar novas práticas de sociabilidades dentre elas a formação de espaços de debates políticos. O sentido de modernidade política compreende o surgimento de elementos de modernidade tais como: eleições, abaixo-assinados, representações, imprensa, cartas e discursos políticos situados em uma esfera privado, assim como, pública.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> No Maranhão, o bergantim "Paquete do Maranhão" trouxe a novidade e motivou a troca de correspondência entre o governador Pinto da Fonseca e o ministro Tomás de Vilanova Portugal, que recomendou vigilância para que a província não se contaminasse pelas "ideias perversas do tempo" (GALVES, 2015, p. 92).

A chegada das notícias da Revolução do Porto em São Luís[11] é marcada pela movimentação na política, nos debates orais das ruas, becos, boticas, praças e pela circulação dos folhetos e pasquins da época. Na política, o debate girava em torno do constitucionalismo português, a cargo do governador da capitania, o marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822)[12], que mantinha relações de fidelidade à família real.

O Maranhão na Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826): breves considerações[13]

Pelos laços que a uniam a Portugal, a província do Maranhão manteve-se presente nas Cortes portuguesas até o seu fechamento, razão pela qual não compôs a Assembleia Constituinte de 1823. Em 1826, a presença de deputados maranhenses na Assembleia Geral Legislativa do Brasil configura uma nova etapa de reconhecimento do novo centro de autoridade, agora situado no Rio de Janeiro.

O Maranhão foi a última província a eleger representantes para a Assembleia Geral, em consequência do gradativo restabelecimento e reconhecimento da capital, São Luís, como interlocutora da província junto à corte e do longo processo eleitoral (GALVES, 2013, p. 9).

O parlamento, agora no Brasil, torna-se o espaço de sociabilidades políticas com foco na construção e ordenamento da nação, ou seja, instrumento de uma instância reguladora dos problemas em relação à situação político-econômica e social. De acordo com Andréa Slemian (2006, p. 2):

> O espaço da produção legislativa revelou-se como central para compreensão do problema, pois que ele nascia sob um novo ideal de representação política –

[11] Mário Meireles (2001, p. 185) afirma que a atuação de Fonseca ao tomar conhecimento da chegada da revolução no Maranhão foi de precaução: "a princípio guardou-a em segredo, ficando atento aos acontecimentos; mas ao vê-la cair no domínio público, apressou-se, em boa política, a tomar a dianteira, por intermédio da tropa, antes que o povo o fizesse contra a tropa".

[12] De acordo com Vieira da Silva (1972, p. 58-60), Pinto da Fonseca era de família militar. Era filho de João Brun Silveira da Fonseca e de Dona Isabel Rita da Câmara Figueiredo e Castro. A chegada ao Maranhão ocorreu em 19 de agosto de 1819 – ano que presidiu a província do Maranhão até 1822.

[13] Este tema está em desenvolvimento inicial no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Por esse motivo, apresento breves considerações.

> alicerçado na concepção revolucionária de que a "lei" criaria "Direito" e não o contrário – que adquiriu a legitimidade necessária para falar em nome da nação.

Ainda na concepção de Slemian (p. 82), o texto constitucional de 1824 configura-se como um dos eixos para discutir a organização política e administrativa do Império. A Constituição, nesse processo, é como expressão de um *pacto* feito pelas vontades, individuais ou coletivas, que fundariam a nação.

Em 1825, o Maranhão retoma a atuação política representativa com a eleição de quatro deputados para a Assembleia Geral: Francisco Gonçalves Martins, João Bráulio Muniz; Manuel Telles da Silva Lobo e Manuel Odorico Mendes. Tais deputados permanecem pouco explorados nas análises sobre a incorporação e representação política do Maranhão no novo centro de autoridade política.

Ao observar as origens dos quatros deputados, destaca-se que dois são oriundos da província da Bahia, são eles: Manoel Telles da Silva Lobo e Francisco Gonçalves Martins. Ambos participaram da movimentação política no pós independência do Maranhão. Lobo, atuante na política frente ao cargo de presidente interino e deputado provincial e Martins como deputado eleito para o Parlamento brasileiro.

Estando em Coimbra por conta dos estudos em Medicina, o deputado Manoel Odorico Mendes retorna ao Maranhão em 1824, participando com destaque na política e jornalismo. Mendes fundou o jornal Argos da Lei em 1825, folha política a favor do "partido brasileiro", com forte ligação com Lobo e Cochrane, estratégia ideal para as eleições nos meses seguintes.

A política maranhense também ganhou contorno com a atuação de João Bráulio Muniz, primo de Odorico Mendes, eleito deputado provincial. Ambos reforçavam o desligamento dos portugueses na província, trabalhando em conjunto a favor da nação brasileira. No Parlamento, Muniz fora eleito para a Regência Trina por intermédio de Odorico Mendes.

O processo eleitoral dos deputados é outro ponto de discussão neste trabalho, uma vez que a província encontrava-se em constante movimentação política entre a capital, São Luís, e as demais localidades. Assim, as eleições constituíram um processo longo e tardio, marcado por acirramentos entre a capital e as câmaras das vilas.

Os representantes maranhenses percorreram um demorado processo eleitoral, ocorrido nos primeiros meses de 1825. O movimento de incorporação da província ao Império e o reordenamento político é parte significativa para a demora das eleições. Para Galves (2013, p.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

10): a instabilidade política que marcara a província desde a incorporação ao Império talvez justificasse os receios das câmaras em iniciar um processo eleitoral.

Soberania da nação e a condição de ser brasileiro são duas fortes características resultantes da renúncia da unidade Brasil-Portugal, que suscitou a representação nacional, uma vez que primeira deputação maranhense era inteiramente a favor do "partido brasileiro" (BOTELHO, 2017, p. 81).

A historiadora Andréa Slemian (2006, p. 2) destaca que a viabilização da estrutura do novo Estado do Brasil é resultado da representação política no espaço legislativo e dos desdobramentos da administração na criação de leis, visto por Slemian como pilar de sustentação do Império.

Milson Coutinho (2007) na obra, *A presença do Maranhão nas Câmaras dos Deputados 1826-2006*, destaca em breves paragráfos e considerações a política do Brasil partindo da primeira constituinte brasileira e a sua dissolução. Em geral, o autor não aborda aspectos específicos sobre a atuação dos deputados eleitos para o Parlamento brasileiro, apenas esboça temas gerais que foram recorrentes durante a primeira legislatura, de 1826 a 1829, ou melhor, curtas notas biobibliográficas.

Considero que as considerações do autor necessitam de observações mais atentas por parte dos historiadores do Maranhão aos debates, temas e discussões em volta dos deputados. A narrativa de Coutinho é superficial diante da complexidade do estudo do político e das relações de poder, tomando como ponto central o processo de eleição, papel da imprensa, grupos políticos conservadores e liberais, a criação do novo centro de autoridade política no Rio de Janeiro e os discursos políticos dos representantes maranhenses registrados nos *Anais* da Câmara.

Com rápidas e diretas considerações, Coutinho (2007, p. 17) apresenta os nomes dos deputados eleitos no Maranhão e em seguida destaca uma nota sobre o momento político da província em 1823:

> Notas – O Maranhão não teve representantes na Assembleia Constituinte de 1823, porque estava às voltas com as guerras da Independência e, em seguida, com as sangrentas "brucinadas", patrocinadas pelo presidente da província, o provisionado Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce.

Chama atenção o fato de Coutinho apresentar tal afirmação de forma clara e direta. A problematização do recente fechamento das Cortes lisboetas e a forte ligação com o Maranhão pela presença dos deputados não constitui um aspecto, ou não pensado, pelo autor. Nesse

ISSN: 2236-9228

sentido, cabe lembrar que se trata de um processo político com interesses ligados a distintos grupos.

Sem apresentar dados e documentações específicas, afirma Coutinho (p. 17) na mesma nota: "os fatos mais importantes ocorridos na 1º legislatura foram: criação dos cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, votação do Código Criminal do Império e formação do Partido Liberal". As futuras observações sobre tais fatos possibilitam o desenvolvimento da ideia de nascimento de nação brasileira na nova configuração política da época.

Considerações finais

Neste texto, tomei como referência certa noção de modernidade política, centrada na primeira década de 1820, para analisar a movimentação política na província do Maranhão, no âmbito da instalação das Cortes constitucionais portuguesas e mais tarde com a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil.

Reitero que a província do Maranhão passava por transformações no espaço da política, e viveu novas formas de sociabilidade e de organização social. De acordo com Marco Morel (2005, p. 223): "as transformações tratam-se, portanto, de uma época marcadamente hibrida entre práticas e valores consagrados no que passava a se chamar de Antigo Regime e outros, que se pretendiam modernos".

Com a Revolução do Porto em 1820 e os efeitos do período do vintismo na política maranhense desde abril de 1821, a inserção das ideias liberais nos impressos do Maranhão e a formação de espaços públicos de representação política agitaram a cidade de São Luís, sempre em conexão com Lisboa, a quem se manteve fiel após o "7 de setembro".

Conforme já fora mencionado, a produção historiográfica maranhense sobre a política vintista carece de pesquisas, análises e observações no contexto da política da província do Maranhão nas três décadas iniciais do século XIX.

Nessa perspectiva, a história política do Maranhão da década de 1820 nos possibilita conhecer o universo das disputas entre grupos antagônicos, a inserção dos elementos de modernidade e representação política e dos debates em torno dos rumos do Império do Brasil. Dessa forma, a atuação dos deputados maranhenses na Assembleia Geral Legislativa servirá como ponto de referência para análise das relações centro/província, em tempos de construção do estado nacional.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império** – questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os "Horrores da Anarquia" no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 345-378.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o oficio do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BOTELHO. Yane Silva. **"O jus de governar já não se herda":** Manuel Odorico Mendes e seu projeto de nação brasileira (1825-1833). São Luís, 162f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, 2017.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** A Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. 2. Ed. - São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COUTINHO, Milson. **A presença do Maranhão na Câmara dos Deputados**: notas biobibliográficas. São Luís: Edições Legenda, 2007.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de Teoria e metodologia. 2 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 55-70.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova "velha história":** o retorno da história política. *Estudos Históricos*, nº 10, 1992.

GALVES, Marcelo Cheche. **"Ao público sincero e imparcial"**: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

_____. Entre o centro e a província: a primeira eleição para deputado geral no Maranhão pós-independência. **Cad. Pesq**., São Luís, v. 20, n. 1, jan./abr. 2013.

_____. A Revolução do Porto e Independência: (des) conexões a partir da Província do Maranhão. In: BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa (Orgs.), **Pontos, contrapontos não desvendados**: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011a, p. 17-31.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no campo da História Cultural. **Revista de História Regional**, Verão, 1998, p. 25-36.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independências**: ensayos sobre las revoluciones hispânicas. – 3 ed. – México: FCE, MAPFRE, 2000.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades imperiais (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, PRADO, Maria Emília, PEIXOTO, Antônio Carlos (Orgs.), **O Liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 73-101.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa, Difel: 1989.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: _____. **Por uma história do político**. Trad. Christian Edward Cyrill Lynch. São Paulo: Alameda, 2010. p.76.

_____. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, nº 30, 1995, p. 09-22.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica** – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828).** 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. Coleção São Luís, v. 4.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). 339f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2006.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

AS ELITES DO MARANHÃO IMPERIAL E A JUSTIFICATIVA RACIAL DO CATIVEIRO

Nayara de Fátima Nunes Santos

Introdução

Esta pesquisa constitui-se como mais um instrumento para avultar o conhecimento sobre a história do século XIX e o uso da imprensa em relação a escravidão. Nela, o foco de estudo dá-se a partir das concepções das teorias raciais e sua presença nas páginas dos jornais maranhenses do período de 1850-1888, para essa investigação tem-se como recorte espacial, a elite maranhense e como recorte temporal, o século XIX, especificamente os anos de 1850 a 1888.

Qualquer escrita parte de uma representação e sempre vem carregada de objetivos, interesses e ideais, é a partir disso que as fontes históricas buscam estudar e identificar quem escreveu, em qual contexto e época o autor está inserido, quais os meios utilizados para isso, qual o seu tipo de escrita, para quem ele escreve, por que ele escreve e de onde ele escreve. Servindo-se disso, para compreender essa concepção, acatam alguns postulados de Chartier, intelectual que foi muito importante na Escola dos Analles.

Para ele:

> Todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar da realidade do texto construído, pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria "um real" na própria "historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita (CHARTIER, 1994, p. 102).

Como afirma Castro (2014, p. 41) "é difícil quase impossível, começar um texto sobre história social escapando ao lugar-comum de tantos outros sobre o mesmo tema: a referência necessária ao movimento dos Annales e ás múltiplas significações da expressão e sua consequente ambiguidade", posto isso, foi por meio do advento dessa corrente historiográfica , que hoje se possui uma maior diversidade no que diz respeito a ideia do que é um documento e como historicamente o mesmo deve ser, entretanto ainda ocorre um embate a essas aceitações dessa variedade de documentos, e a imprensa até pouco tempo atrás era vista como uma dessas fontes que deveriam ser utilizadas cautelosamente.

Nesse sentido a abordagem da história social nos ajuda a perceber as condições do sujeito na sociedade, por isso, para Castro (2014, p. 44), "a história social em sentindo restrito sugeria, assim,

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e ás relações entre os diversos grupos sociais. A história social marxista britânica insuflava uma "história vista de baixo", no qual se tem E. P. Thompson como principal expoente dessa corrente. Esse novo conceito de história propunha que as experiências culturais deveriam estar nos centros das análises em relação as ações socais.

Atualmente é possível afirmar e observar a utilização da imprensa no âmbito da História bem como um número considerável de produções acadêmicas onde as páginas dos impressos constituem pontos cruciais da pesquisa, que apesar de limitar-se à imprensa, só tem a contribuir para a História e para os pesquisadores. Especificamente neste trabalho, objetiva-se demonstrar o conhecimento sobre as teorias raciais e a utilização para justificativa do cativeiro, além de tencionar preencher algumas lacunas ainda existentes em relação à utilização dessas doutrinas no processo de legitimação escravista. Posto isso, como afirma Schwarcz (2017, p.26), "A questão da constituição de uma "identidade racial" brasileira foi reforçada primeiramente pelas interpretações raciais de teóricos vindos de fora do país".

É necessário verificar os contextos de cada período estudado para que assim seja possível compreender melhor o tipo de imprensa que era produzida e as afinidades com as propagações de ideias de determinada sociedade, em uma determinada época. Sabe-se que a escrita, seja ela impressa ou acadêmica, se deriva de ações, ideias e interesses, e estão nitidamente ligadas a quem escreve, aos hábitos e aos costumes da época em que foi escrita.

Como reitera Hebe Castro,

> Um certo sentido revisionista, de intensidade variada, em relação ás abordagens econômicas e sociológicas predominantes nos anos 60 e 70, parece-me que estabelece um campo comum a este desenvolvimento. Um diálogo mais intenso com a historiografia internacional sobre Afro-América configuraria outro importante referencial comum. (CASTRO,2014, p. 53).

Com relação aos aparatos metodológicos, o presente trabalho se debruça a partir de uma perspectiva de análise interdisciplinar e qualitativa. A escolha dos jornais (Diário do Maranhão, A Imprensa e O Paiz) ocorreu devida maior ocorrência de notícias referentes ao uso de doutrinas raciais. Dentre centenas de notícias analisadas referentes aos três jornais, foram escolhidas 23 notícias que apontam ao longo do corpo de seus textos aspecto referentes a uso dessas doutras e a possibilidade de fazer uma interpretação acerca da representação do negro nas páginas dos periódicos.

A análise dos jornais consistiu em um levantamento dos jornais já citados através do site www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital. A busca pelos periódicos ocorreu através

ISSN: 2236-9228

das seguintes expressões: raça africana, negro africano, escravo, preto, raça negra, africana, caboclo, raça negro e África.

Com o avanço de fontes, o estudo da História do Maranhão Oitocentista foi ganhando cada vez mais espaço e novos pesquisadores se debruçaram sobre esse período. Esse estudo passou a ser interdisciplinar, problematizador e totalizante, principalmente em relação à utilização do cativeiro e aos argumentos para justificar tal utilização.

Assim posto, fica evidente que a imprensa antes de qualquer coisa, era uma executora política e foi de suma importância para a construção de um pensamento nacional.

Uso das doutrinas raciais com justificativa do cativeiro

A utilização de doutrinas raciais para a justificativa do cativeiro foi um dos principais meios utilizados para a manutenção do regime escravista do século XIX. Em uma sociedade escravista acaba-se construindo a seguinte sequência: africano=negro=escravo, porém as próprias denominações de "negro" e "africano" foram construções eurocêntricas. Segundo Barros (2009, p.39-40), "Negro" foi de algum modo uma construção "branca" -já que os povos africanos enxergavam a si mesmo como pertencentes a grupos étnicos bem diferenciados e em certos casos reciprocamente hostis. " Assim como a denominação "negro" a denominação "africano" também foi algo construído aos moldes europeus, de acordo com Barros (2009, p.40), "Se a ideia de "negro" foi construída por supressão ou minimização das diferenças tribais, é preciso salientar que os negros africanos tampouco se viam como "africanos". A África foi também uma construção da "Europa".

A denominação de termos também foram ferramentas utilizadas no processo de escravização, e como forma também de causar inferioridade. A atribuição de termos como "negros" e "africanos" acabou sendo responsável pela ideia de uniformidade do continente, África.A utilização para a diferenciação das pessoas baseada no conceito de raça teve seu início no século XVIII, entretanto o seu apogeu ocorreu no século XIX. De acordo com Hebe Mattos,

> É a partir da primeira metade do século XIX, especialmente nos Estados Unidos, que até mesmo a origem comum da espécie humana passa a ser questionada (poligenismo) [...]. Desde então, durante todo o século XIX, a partir de uma argumentação biologizante permitiram novamente naturalizar algumas da desigualdades sociais [..] (MATTOS, 2004, p. 11-12).

A entrada das teorias raciais no Brasil ocorreu a partir de 1820, e se concentrava nas mãos de uma elite branca e letrada a utilização dessas teorias para a justificativa do cativeiro e

ISSN: 2236-9228

da hierarquização social, desse modo, essa elite encontrou nas doutrinas raciais a base cientifica para legitimar argumentos já profanados.De acordo com Schwarcz(1995), "aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, [...]" (SCHWACZ, 1995, p. 65).

Umas das teorias raciais bastantes utilizadas pelos chamados "homens de sciencia" foi o Darwinismo Social, trata-se de uma forma de se aplicar o darwinismo nas sociedades humanas. O darwinismo social tentava explicar por meio do postulado evolucionista implantado por Charles Darwin, uma forma de evolução social, na qual existia uma hierarquia do melhor (mais adaptado) para o inferior (o menos adaptado), e foi esse caráter inferior que fez com que os negros se tornassem pessoas marginalizadas socialmente e biologicamente. Os negros escravos ou não, eram considerados pessoas inferiores, e o ato de escravização dos mesmos era visto como algo legitimo já que essa característica (ser inferior) atributa a eles se tornou um forte argumento para a permanência do cativeiro.

A diferenciação das cores preta e branca sempre foram utilizadas, a primeira sempre carrega consigo o caráter obscuro, escuridão e a segunda traz a claridade, a luz, desse modo fica evidente que ocorria a hierarquização das cores, o que antes era apenas algo cromático passa a ser premissa máxima para caracterizar e hierarquizar pessoas.

De acordo com Magnoli (2009),

> Os ensaios pioneiros de uma ciência das raças situavam-se num quadro puramente descritivo, que excluía o conceito de evolução. O "racismo cientifico" propriamente dito nasceu junto com o evolucionismo moderno, na segunda metade do século XIX, quando a polêmica entre monogenista e poligenista perdeu interesse" (MAGNOLI, 2009, p. 25-26).

O racismo enquanto ideologia acaba se tonando uma teoria científica, pois procura explicar com precisão e certeza o caráter de hierarquização das raças, utiliza-se das teorias raciais para essa exatidão, como exemplos os usos das ciências: determinismo geográfico, darwinismo social, eugenia, frenologia, evolucionismo e entre outras. Desse modo acabou sendo criado o chamado, "racismo cientifico", hoje se sabe que essas teorias que serviram para nortear o "racismo cientifico" é comprovadamente falso.

Como afirma Schwarcz,

> O fator "raça" era então entendido como um tipo de influência vital "no potencial civilizatório" de uma nação, sendo que as teorias raciais publicadas na Europa, em especial em Paris, causavam aqui um grande impacto. O brasil aparecia nesses relatos retratados como primeiro grande exemplo de "degeneração num país tropical "de raças mistas (SCHWARCZ, 2017, p. 26).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

As teorias raciais adentraram em todo o Brasil, e o Maranhão não foi exceção. Nesse estado assim como os demais, foi utilizado pela elite branca, letrada e cientifica as teorias raciais para legitimar o processo e escravização e a manutenção do cativeiro. O uso dessas doutrinas também serviu para o processo de hierarquização e discriminação de negros e escravos na sociedade, esse processo discriminatório era desde a negação de direitos até a marginalização perante o âmbito social.

CATALOGAÇÃO E ANÁLISE: representação da imagem do negro, escravo e africano nas páginas dos jornais.

Jornal *Diário do Maranhão*

O jornal *Diário do Maranhão* foi lançado em 20 de setembro de 1855 e termina no ano de 1911, na cidade de São Luís e era dirigido por Antônio Rego. Até o ano da sua parada em 1858, esse jornal saia para circulação diariamente. Esse jornal tinha como foco abordar interesses referentes a indústria ao comercio, entretanto em suas páginas é possível encontrar, notícias referentes a São Luís e a outras províncias como Caxias e Alcântara, romances e novelas francesas, e assuntos relacionados ao entretenimento, como: festas, leiloes e bebidas. No ano de 1858 foi suspenso e reaparece apenas no ano de 1873. Se intitulava como um jornal imparcial em relação a assuntos públicos. Abaixo seguem alguns trechos catalogados desse jornal:

> Não é de estranhar que o Brasil se amolde ao espírito de certas nações. Alguns gabinetes mandam notas, os parlamentos levantam a voz para reclamar a execução dos tractatos em favor da raça africana. (Sessão: Interior, O tráfico. Assinatura: Correio Mercantil. DIÁRIO DO MARANHÃO,11 de dezembro de 1857, p. 3).

De início a notícia aborda a Guerra do Paraguai. O autor da notícia afirma que é dever da lei a garantia tanto dos ricos quanto dos pobres. Aborda também a diplomacia brasileira afirmando que largaram as armas, para continuarem as guerras no gabinete, entre o império e a república. Essa notícia foi publicada pelo Correio Mercantil[257]. Ao longo da notícia é apresentado que o gabinete brasileiro era lisonjeiro e que muitas vezes ocorria era que o

[257] Foi um jornal fundado no Rio de Janeiro tinha como pertencentes a esse periódico nomes como: José de Alencar, Machado de Assis e Francisco Otaviano, era um jornal que se intitulava a favor do abolicionismo.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

gabinete brasileiro se moldasse a gabinetes de outras nações. Assim chega ao Brasil notas de diversos gabinetes que são contra a execução de tratados a favor da raça africana, ou seja, a favor da permanência do cativeiro. Desse modo fica claro que mesmo o gabinete brasileiro tendo aprovado a Lei Eusébio de Queiroz, fora contra a aprovação da mesma.

> O clamor de hoje é – daí nos coolis índios ou em falta de melhor mandai nos cipayos turbulentos. Tudo emfim, menos o pagar conveniente os.600.000 pretos livres, entre os que lá nascerão e os que La se achão (Sessão: Diário do Maranhão. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO, quinta feira 18 de março de 1858, p.1).

Nessa noticia é tratada ao interesse da Índia Ocidental para com a necessidade de se obter mão de obra. É tratado também na notícia que o tráfico estava acabando no Brasil, e que esse tipo de comercio não deveria ser revivido. Essa notícia afirmava, a partir da visão de um americano denominado de Mr. Fletcher, que a escravidão estava condenada, mesmo antes de 1850.

> A facilidade comparativa com que um escravo obtém sua liberdade e pela aquisição de propriedades os direitos de cidadão hão de provavelmente no espaço de 20 anos por um termo à escravidão neste império da América do Sul (Sessão: Diário do Maranhão. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO, quinta feira 18 de março de 1858.p.2).

Na continuação dessa notícia é tratado que a escravidão já estava em seu fim. E que um prazo 20 de anos um escravo obteria sua liberdade e adquirir propriedade e direitos de cidadãos. A conclusão de Mr. Fletcher é que o futuro do Brasil seria glorioso. Um assunto que passa a ser destaque no Brasil nesse período foi a superioridade do trabalho livre em detrimento do trabalho escravo. O Mr. Fletcher era um viajante americano que tinha uma obra intitulada de O Brasil e os brasileiros.

> São esperados com impaciência hospedes tão singlares, inteirmanete novos na Europa. Se com efeito vierem haverá assumpto para importantes estudos ethnologicos e anthropologicos acerca dessa curiosa variedade da raça africana (Sessão: Noticiários. Dous Pigmeus. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO,13 de maio de 1874, p. 2).

Nessa noticia intitulada de Dous Pigmeus é abordado a chegada de “novos hospedes” (pigmeus) na Europa. Nessa noticia apresenta que esses dois pigmeus são de uma raça equatorial denominada de Akkus. Retratam esses povos anões como sendo parecidos com macacos antropomórficos, mas que se aproximavam da raça humana e que isso era provocada pela teoria de Darwin. A chegada desses anões será de suma importância pata estudos

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

antropológicos da "curiosa" raça africana. Percebe-se que a raça africana é ratada como algo exótico e que necessitava de um estudo não pela preocupação em entender a diversidade dos povos que habitavam em África.

> Destas duas circunstancias, -o tapa, o passar a mão pela cabeça-resultou que a raça africana, que desende em linha recta do diabo, tem o nariz chato e o cabelo encarapinhado (Sem Sessão. Sem título. Assinatura: A de A. DIÁRIO DO MARANHÃO,29 de novembro de 1878, p. 2).

Nesse texto é abordado um conto acerca da criação divina do homem. O autor do conto afirma que o diabo com inveja de Deus criou o "crioulinho". Nesse texto é observado o caráter pejorativo que era dado ao africano e ao negro. Em uma sociedade cristã católica, denominar alguém como descendente do diabo era algo péssimo. Desse modo afirmar que o africano era descendente do diabo era uma forma de elencar a legalidade da escravização.

> Para o s.exc. a libertação e a transfusão da raça africana na raça dominadora estavam fazendo e podia fazer-se pela lei de 1850 (Sessão: Noticiário. Discursos representantes maranhenses. Assinatura: O Paiz. DIÁRIO DO MARANHÃO,12 de junho de 1885, p. 2).

Nesse texto publicado pelo jornal O Paiz(RJ)[258],é tratado um resumo acerca da sessão dos deputados que ocorreu no dia 28 de maio de 1885.Nesse encontro se fazia presente um representante maranhense. Nessa sessão foi abordada as leis de 1850(Lei Eusébio de Queiroz) e a 1871(Lei do ventre livre). Ao longo do texto é observado que era consenso dessa sessão que essas duas leis bastariam para resolver a situação do trabalho que se encontravam Brasil, ou, seja a lei de 1850 e a de 1871 garantiriam a tranquilidade pública e não desorganizava a mão de obra do trabalho escrava. Nesse sentindo se observa que a abolição da escravatura, foi longa e gradual e principalmente preocupada com o presente da elite e não com o futuro dos escravizados.

> O Sr. Joaquim Nabuco: - Se a raça negra fez a nossa civilisação, é tempo de fazermos por Ella alguma cousa (Sessão: Diário do Maranhão. Interpelação. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís,14 de dezembro de 1880, p. 2).

[258] O Paiz, era um periódico da cidade do Rio de Janeiro fundado por um imigrante português. Esse periódico circulou durante o período 1 de outubro de 1884 a 1930.Se intitulava como um jornal republicano e defensor de causas abolicionistas. Eram pertencentes a esse jornal nomes como: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Joaquim Serra

ISSN: 2236-9228

Esse texto se faz presente no discurso de interpelação do Sr. Belforte. Nesse texto é tradado assuntos relacionados a escravidão e a abolição. Em uma das falas do deputado é apresentado que a escravidão é um elemento da civilização brasileira, essa fala é recebida a vaias. Observa-se que nesse momento, mais precisamente a partir de 1880, ocorre a presença de um discurso por parte da elite, que nega sua influência no processo de escravização. Essa negação se dar principalmente por essa elite não ver mais o trabalho como algo lucrativo, muitos discursos a favor da abolição eram pautados em uma ideia de que a escravidão atrasava a evolução social, desse modo o trabalho livre era mais proveitoso. O que se observa é que parte dessa elite que pregava o abolicionismo era racista. Ou seja, querer o fim da escravidão não era negar a superioridade das raças.

> Particularizando mais, a raça negra se divide em dois ramos: oriental e o ocidental (Sessão: Diário do Maranhão. Sem título. Sem assinatura. DIÁRIO DO MARANHÃO,13 de outubro de 1888, p. 2).

Nesse texto é abordado que a raça africana é dividida em dois ramos: oriental e ocidental. Essa diferenciação ocorre a partir de observações antropológicas. A diversidade da raça africano é tratada como “curiosa”.

Jornal *A Imprensa*

O jornal *A Imprensa* foi lançado em 4 de junho de 1857 e teve seu fim no ano de 1862. O seu primeiro número saiu em uma quinta-feira. Foi um jornal fundado na cidade de São Luís do estado do Maranhão. Esse periódico era mantido pelo liberal Carlos Fernando Ribeiro.Esse jornal saia para circulação duas vezes por semana, nas quartas-feiras e no sábado. Não possuía tipografia própria, sua impressão era realizada na tipografia do Progresso. O jornal apresentava comunicados da província de São Luís, mostrava correspondências e as publicações tratavam de temas relacionados ao comercio, a indústria, e a política local. Abaixo segue alguns trechos catalogados desse jornal:

> As representações que ultimamente tem sido apresentada a lord Palmerston pedindo trabalhadores africanos para as colônias inglezas, desperiarão sem duvida a Idea do requerimento a que nos referimos; mas ainda quando uma medida pudesse convir ás colônias inglezas e ás outras nações, não nos aprece que devesse ter cabimento no Brasil (Sem sessão. A colonização africana (I). Assinatura: Jornal do Comércio. A IMPRENSA,2 de dezembro de 1857, p. 3).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

Essa notícia publicada pelo Jornal do Comércio[259], aborda um requerimento que ocorreu em uma sessão da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, esse requerimento pedia a introdução de colonos africanos, o mesmo foi negado. Ao longo do texto observa-se as diferenças acerca das outras colônias, francesas e inglesas, afirmando que nessas colônias já tinha sido abolido a escravidão e que não tinha mais escravos, enquanto no Brasil ainda não tinha sido abolido.

> E verdade pois que o maior cuidado do governo e de todos os Brazileiros deve dirigir-se para a escolha dos melhores, dos mais moralisados e mais ulteis colonos, e ninguém ousará dizer que e negro africano, estúpido, sem religião e sem moral, deve ser preferido ao colono europeo, intelligente, civilisado e capaz de introduzir melhoramentos em qualquer trabalho de que se occupar (Sem sessão. A colonização africana (I). Assinatura: Jornal do Comércio A IMPRENSA, 2 de dezembro de 1857, p. 3).

Nesse trecho é tratado que o governo brasileiro deveria escolher os melhores colonos, os mesmos sempre seriam europeus, pois eles eram "civilizados" enquanto os negros eram "estúpidos" e "imorais". Nesse trecho se observa que sempre é dado um caráter pejorativo e inferior ao africano, desse modo fica evidente o Darwinismo Social, no qual essa doutrina afirma que os mais evoluídos no quesito civilizatório se sobressairiam ao das raças menos evoluídas.

> A essa bella escola pertence o Sr. Euzebio de Queiroz! Elle aborrece o Brasil como nação, e só o ama como uma mina digna de ser explorada; elle odeia o brasileiro com tanto maior ódio quanto é africano; para elle o Brasil é uma horda de selvagens, a sua população é uma raça hybrida, miseravelmente composta de negros, indígenas, e branco, a qual deve ser levada a chicote e a chibatada; e tanto maior é o ódio para com a raça hybrida, quanto, como dissemos, elle é Africano e cerca da pureza de sua origem sceltica há duvidadas que a própria consciência acusa (Sessão: Transcripções. Recife 10 de agosto. Assinado: Liberal Republicano. A IMPRENSA,18 de setembro de 1858, p. 2).

Ao longo dessa notícia é tratada que o Sr. Euzébio de Queiroz fazia parte da corrente positivista. Nesse trecho é apresentado que o mesmo afirmava que a raça brasileira era uma raça hibrida, e a mesma deveria ser tratada a "chibatadas", pois era ela que degenerava a civilização brasileira, que seria suficientemente boa se fosse composta apenas por "brancos puros". Nesse trecho se observa a utilização da monogenia, para explicar as hierarquias das raças.

[259] Jornal do Comércio, fundado em 1827 no Rio de Janeiro. Se intitulava como um jornal neutro em relação a assuntos políticos e seu conteúdo tinha sua base em fatos relacionados a Europa e a outros estados do Brasil. Era um jornal om caráter informativo e que na maioria de suas páginas encontravam-se romance, principalmente franceses.

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> Este aprisonamento dos escravos não só os predispunha às moléstias e ao desgosto pelo trabalho, como que os conduzia á hypocondria, e a dáhi a todas as paixões brutaes e ferozes, que engendrão a solidão, o isolamento e a oppressão, e que forão tantas vezes causas dos crimes mais atroeses que ensanguetárão a triste e dolorosa historia da escravidão no Brasil, e o que os nossos descontentes não poderão ler sem estremecerem da cabeça aos pés transidos de horror (Sessão: Transcripções. Substituição dos brações escravos pelas machinas. Sem assinatura A IMPRENSA ,17 de setembro de 1859, p. 2).

Fica evidente nesse trecho que já estava ocorrendo vias de segunda opção para o trabalho, pois já se observava a inviabilidade que estava sendo a escravidão. No trecho fica evidente a ligação que se fazia da escravidão com a violência. Era uma afirmativa que, as "brutalidades" cometidas pelos escravos eram por causa do clima hostil e degenerado no qual os mesmos se encontravam.

> Pelo modo que partircamos a cultuca, só o machado e a enxada, dirigidos pela força muscular do escravo, exposto a um trabalho pesado e fatigante, podem arrancar do solo dos produetos da lavoura. Em homenagem aos princípios eternos de justiça, pelo respeito devido á dignidade humana: pelos bem entendidos interesses do Brazil, o tráfico de africano está extincto entre nós (Sessão: Trancripções. Falta de Braços. Sem assinatura. A IMPRENSA, São Luís,8 de outubro de 1859, p. 2).

Nesse trecho é tratado uma visão "branda" do que foi o fim do tráfico africano. No mesmo trecho é apresentado que o tráfico africano só teve seu fim por causa dos princípios da justiça, do respeito e do reconhecimento dos escravos como pessoas dignas. Porém o que aconteceu foi que a extinção do tráfico africano ocorreu por pressões externas e que nesse país continuo a ter trafico interno de escravos.

> Com o título - O negro não é homem perfeito – discuitio-se recentemente em França uma questão com toda a seriedade, e um sábio se inclina a crer que Adão foi negro, e que nós outros, os brancos, não somos mais do que um producto degenerado e perdido com andar dos séculos (Sessão: Variedades. Sem título. Assinatura: Da revista Comercial. A IMPRENSA, 31 de agosto de 1861, p. 2).

Nessa noticia é abordada uma análise acerca da obra O negro não é homem perfeito, no qual é afirmado que Adão descende do continente africano, que era negro e que todos os brancos são degenerados. Nesse trecho fica evidente a troca de representações, no qual o branco assume o caráter de "degenerado" que apenas era submetido ao negro.

> Com todo o nosso orgulho, pois, com todas as nossas basofias de supreioridade sobre raça negra, não somos mais do que essa mesma raça degenerada, não somos mais do que um producto mal trabalhado, que em outro tempo teve a côr com que tingio frabricante, porem que força de se lavar tem desmerecido; ao passo que o ramo africano de nossa espécie conserva a sua primitiva cor, a qual demonstra a superioridade da fabrica (Sessão:

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

> Variedades. Sem título. Assinatura: Da revista Comercial. A IMPRENSA,31 de agosto de 1861, p. 2).

Nesse trecho fica evidente que o autor da obra " O negro não é homem perfeito" queria apresentar que as ambas as raças são iguais, o que difere a apenas a tonalidade da tez. Desse modo se observa que a partir de 1850 ocorre uma maior variedade acerca de assuntos que apresentam a igualdade das raças, apresentando apenas a cor da pele como diferenciação, afirmando que isso não deveria ser utilizado para dominação.

Jornal *O Paiz*

O Jornal *O Paiz* teve seu primeiro número publicado em 1º de maio de 1863 e encerra em 1886 quando se une ao jornal *O Publicador Maranhense*, o redator e o proprietário do periódico era Temístocles Aranha, o mesmo já tinha sio redator do Jornal *O Publicador Maranhense*. Em primeira instancia o título desse jornal era, *O Paiz: Jornal catholico, litterario, commercial e noticioso*, depois passou a se chamar, *O Paiz: Orgão especial do commercio*, essa mudança de nomenclatura de subtítulo se deu devido ao redator do jornal ser convocado para que esse impresso passasse a ser órgão de divulgação da classe comerciário da província. Abaixo segue alguns trechos catalogados desse jornal.

> Foram eles a luz d'onde chamaram os mais brilhantes raios da civilização christãa,nos remotos clunas da Africa, da Asia e da America, arrebanhando para o grêmio da unidade social povos dispersos educados nas religiões egoísticas do paganismo, ignorantes os verdadeiros princípios, que tornam o homem irmão dos outros homens, e a nação irmã das outras nações (Sessão: Transcripções. Sem título. Dr. Sabino Olegario Ludgero Pinho (Diário de Pernambuco). O PAIZ, ,13 de outubro de 1863, p.1).

Nesse trecho fica claro o caráter de "civilizador" que era dado ao europeu. O mesmo seria responsável por levar a "civilização" para aqueles povos remotos (África, Ásia e América). Seriam eles os responsáveis por levar a religião cristã aos povos considerados aos moldes cristãos europeus como sendo sem religião.

> E, entretanto, essa raça desherdada estava ligada a seus opressores por laços estreitíssimos o sangue dos Anglo-saxisonos misturava-se, de longa data, com o da raça africana". Sessão: Sciencias, letras e artes. Queixas e vexações dos antigos estados de escravatura. A Califórnia e o caminho do pacífico (trad. Para o Paiz). (O PAIZ,22 de maio de 1878, p.1).

Anais do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista
ISSN: 2236-9228

No presente texto é abordado a presença dos mestiços nos Estados Unidos, apontando que o mestiço era uma raça desherdada, pois era uma "raça misturada". "No Brazil poder-se-ia a marcar o praso de sete anos para a raça africana continuar no cativeiro". Sessão: Noticiário. Ministro Americano. Sem assinatura. O PAIZ,15 de dezembro de 1880, p. 2.

Nesse trecho fica evidente o prazo que foi dado para a permanecia do cativeiro. A afirmativa do prazo de sete anos, se dar por causa do processo lento e gradual da abolição, no qual a presença do cativeiro em solo brasileiro não era mais lucrativa e não era considerado mais uma pratica que dificultava a evolução social do Brasil.

> Entre essa gente de côr havia um jovem, mestiço de vinte anos, admiravelmente bello, dessa beleza esculptural e ardente ao mesmo tempo, que produz as vezes o cruzamento da raça africana, que dá a seiva e o vigor, a mocidade, com a raça branca, que dá a graça e a inteligência. (Sessão: Folhetim. A Brazileira. Assinatura: A. Malthey. O PAIZ,28 de dezembro de 1881, p. 1).

Nesse trecho se faz presente como era retratado o mestiço. O mestiço era considerado uma pessoa que possuía herança da raça branca, o caráter civilizador e a inteligência e heranças da raça negra, o "fogo" e a jovialidade. O mestiço era considerado uma pessoa que seria importante para o processo de branqueamento da população brasileira, tendo em vista que aproximadamente 70% da população brasileira da 2º década do século XIX era negra, desse modo muitos estudiosos, dentre eles médicos, acreditavam que em um prazo de 20 anos a população brasileira seria totalmente branca, e que o mestiço ajudaria nesse processo.

> Refuta depois com vivacidade a opinião daqueles que comparão a emancipação dos servos adscriptos á gleba na Allemanha; comparação que realmente só pode nascer no espirito de quem ignora tanto a historia econômica da Europa como as condições das classes servas; e nenhum caso faz circunstancias ethlogicas, phisio-psychologicas e outras, próprias da raça africana" (Sessão: Revista do Interior. O elemento servil na Europa. Sem assinatura. O PAIZ,15 de setembro de 1884, p. 2).

Nessa notícia é abordado que nem todos na Europa tinha pensamentos abolicionistas como no Brasil. Ao longo da notícia ocorre a reclamação para aqueles que comparam a abolição servil com a abolição escrava, afirmado que a segunda tem condições etnológicas próprias da raça africana.

"As figuras allegoricas e os baixo-relevos são de um grande primor artístico. Cinislei compoz o corpo da mulher e da creança com uma beleza clássica que não lembra as feições e as fôrmas da raça africana" (Sessão: Noticiário. Sem título. Sem assinatura. O PAIZ,27 de

ISSN: 2236-9228

agosto de 1888, p. 2). Nessa noticia é abordada uma escultura do artista italiano Cisnilei, no qual ele esculpe uma mulher com uma criança, e que esse párvulo não tem características africanas e sim clássicas, da raça branca. Ao analisar essa notícia fica claro que mesmo após a abolição (13 de maio de 1888) ainda se torna presente o caráter inferior que era dado ao africano, assim fica notório que, ter uma sociedade abolicionista não era o mesmo de ter uma sociedade não racista.

Considerações finais

De acordo com o que foi analisado e discutido, foi possível entender como a sociedade escravista buscava por meio das doutrinas raciais uma justificativa para o cativeiro e para ação racista contra os negros. As teorias de cunho racial serviram para dar uma justificativa para argumentos instaurados desde o Antigo Regime e que se estendem até os dias atuais, um deles seria afirmar o caráter inferior baseado na raça. Esse discurso de inferiorização utilizou as doutras raciais para sua justificativa, desse modo o uso das ciências e da formação do "racismo científico" serviram para embasar o porquê da escravização do negro.

O papel da imprensa foi de suma importância para esse processo de justificativa do cativeiro, tendo em vista que os impressos eram grandes meio de circulação e propagação de ideias, tornando-se porta-voz pública. De fato, essas doutras raciais aliadas à imprensa influenciaram diretamente a política e a construção da identidade nacional. Assim, deve-se observar como que os impressos detêm as interferências diretas e indiretas no campo político e ideológico.

No decorrer da catalogação dos jornais foi possível observar a retratação da imagem criada do negro, do escravo e do africano, principalmente elegendo esses povos como "raça inferior" ou subalterna. A discussão do conceito raça começa a ser divulgada nos jornais e se apresenta em sua maioria falando as qualidades do europeu, a "violência" do africano e como os negros são dependentes dos brancos mesmo após a abolição da escravidão.

ISSN: 2236-9228

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAlNFAS, Ronaldo (Org.). **Os domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. 2ºed. Rio de janeiro: Campus, 2014. p.41-54.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In._____. **Mitos emblemas e sinais**: história e morfologia.2.ed. São Paulo: Companhia das Letras,1989, p.147-181.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos nós e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

SCHWARCZ, Lilia Moritz**. O espetáculo das raças:** Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil, 1ª reimpressão, São Paulo, Editora Companhia das Letras.1995.

_____. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.2º ed. São Paulo: Companhia das Letras .2017.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. A imprensa abolicionista no Maranhão do século XIX: novas abordagens. In. CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins de (orgs). **O império do Brasil**: educação, impressos e confrontos sociopolíticos. São Luís: Editora UEMA; Café & Lápis, 2015, p. 387-411.